Maria Lucia Abaurre Gnerre

Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Edgar S. De Decca.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 15/09/06.

BANCA:

Prof. Dr. Edgar S. De Decca

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

Prof. Dr. Paulo Celso Miceli

Profª Drª Iara Lis Schiavinatto

Prof. Dr. José Carlos Reis

SUPLENTES:

Profª Drª Silvana Barbosa Rubino

Profª Drª Isabel Marson

Prof. Dr. Wilton Carlos Lima da Silva

09/2006

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T UNICAMP
G533r
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 70409
PROC 16.120.06
C ____ D X
PREÇO $ 11,00
DATA 24/10/06
BIB ID 389060

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Gnerre, Maria Lúcia Abaurre

G533r *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi* : uma viagem às engrenagens da máquina mercante / Maria Lúcia Abaurre Gnerre - - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Edgar Salvadori De Decca.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia. 2. Brasil – Descrições e viagens. 3. Grão Pará (SC) – História – Séc. XVIII. 4. Maranhão – História – Séc. XVIII. I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Mfbm/ifch

Título em inglês: A travel through the Brazilian colonization system : the anonymous text of the *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi*

Palavras-chave em inglês (Keywords): Historiography
Brazil – Description and travel
Grão Pará (SC) – History – 18th Century
Maranhão – History – 18th Century

Área de concentração: História do Brasil

Titulação: Doutorado

Banca examinadora: Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca (orientador)
Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto
Prof. Dr. Paulo Celso Miceli
Profª Drª Iara Lis Franco Schiavinatto
Prof. Dr. José Carlos Reis

Data da defesa: 15/09/2006

Programa de Pós-Graduação: História Social – IFCH - Unicamp

Resumo

Analisamos, nesta tese, alguns aspectos de uma narrativa produzida por um viajante anônimo, nos últimos anos do século XVIII, o *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi*. Trata-se de um texto colonial anônimo que se encontra na matriz de importantes discursos sobre a identidade nacional brasileira. O texto incide diretamente sobre outros textos importantes da historiografia brasileira da primeira metade do século XX, como *Capítulos de história colonial,* de Capistrano de Abreu, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr.

O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi* revela uma excepcional eloqüência argumentativa ao buscar persuadir seus interlocutores, na metrópole, sobre a adequação do plano que propõe para a ocupação dos sertões entre os rios Tocantins e Paraíba. Através deste plano, pretende, em síntese, levar o estado português ao sertão da colônia.

Reconhecemos, no texto do *Roteiro*, as marcas da ilustração portuguesa, com suas nuances bem características, formando o substrato teórico do pensamento econômico presente no *Roteiro do Maranhão*. Os temas do ócio, da indolência, das terras incultas e espíritos bárbaros, presentes nesta representação dos sertões, são exemplos de características que derivam da imagem que se formara da própria nação portuguesa no século XVIII. Analisamos como esta representação de Portugal, em seu momento de crise, migra, através do texto do *Roteiro do Maranhão*, para o sertão da colônia, e identificamos as propostas do autor anônimo para solucionar tais problemas.

Abstract

This thesis analyzes some aspects of a travel narrative – *Roteiro do Maranhão a Goiaz passando pela Capitania do Piauhi* – written by an anonymous author. In the last years of the XVIII century, this writer made a long journey through the Portuguese colonies in the Amazon region. In his "*Roteiro*", the traveler elaborates an important colonization plan aimed at founding a state organization in one of the most desert and uncivilized areas of the Portuguese colonies. In order to plot this course of action, the author uses all his knowledge about economy, in the way that it was understood in XVIII century Portugal.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Para minha mãe,
que tem me ajudado
do primeiro ao último dia,
da primeira à ultima linha.

Agradecimentos:

Ao CNPq, pela bolsa concedida, que me permitiu realizar esta pesquisa.

Ao meu orientador, Edgar Salvadori de Decca, que muito ajudou, não só na elaboração da minha dissertação e da minha tese, mas principalmente na minha formação. Agradeço a ele pelas conversas, pelo carinho e pelas valiosas sugestões.

À professora Iara Lis Schiavinatto, que tem sido leitora dos meus trabalhos desde a minha monografia na graduação à minha tese de doutorado, passando pela dissertação de mestrado. Sua leitura e sua atenção me têm sido de grande valia.

Ao professor Carlos Eduardo Ornelas Berriel, pela sua participação na minha banca de qualificação, colaborando, com seu olhar literário, para o desenvolvimento desta tese.

Às professoras Cristina Meneguello e Isabel Marson, que no início deste trabalho conheceram meu projeto e me ajudaram através das reuniões da linha de pesquisa "Política, memória e cidade", da qual faço parte.

Ao Amilcar, meu colega desde o início do Doutorado, que com todo seu conhecimento do século XVIII me ajudou muito, com importantes sugestões de leitura.

À Marcela Marafon, pelas muitas conversas sobre os rios da história, e sobretudo por uma "dica" valiosa, fundamental para o desfecho desta pesquisa.

Aos meus alunos da disciplina "Paisagem e Patrimônio" que, nas nossas aulas e através dos seus trabalhos, também me ajudaram a elaborar reflexões relacionadas à natureza dos Roteiros.

À Amália, pela gentileza e pela atenção com que me recebeu em Lisboa. Ao Antônio Henriques, pela ajuda providencial na ACL.

Ao professor Pedro Tórtima, pela ajuda nos arquivos do IHGB.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará (Belém) do Arquivo Edgar Leuenroth e da Biblioteca do IFCH (Unicamp), que também me ajudaram, em diferentes momentos, a localizar materiais importantes. Ao Júnior, da Pós-graduação, sempre pronto a me ajudar em todas as situações.

À Maria Ermelinda (Mela), ao Marcelo e ao Arturo pelo grande carinho com que me hospedaram em Belém do Pará.

À Vera, ao Antônio Carlos e ao Lucas, pelo grande carinho com que me receberam no Rio de Janeiro.

À Bernadete, minha mãe, pelo carinho, incentivo, e sobretudo pela sua leitura tão qualificada do meu texto.

Ao Maurizio, meu pai, pelo carinho com que leu meu texto com de seu olhar de antropólogo. E também pelo incentivo que sempre me deu a viajar e conhecer o mundo. Sem essa experiência, esta tese não seria possível.

À minha tia Lulu, que mais uma vez me deu uma ajuda providencial nos encaminhamentos da tese. À minha tia Maria Sylvia, que mesmo à distância sempre acompanhou o meu trabalho. À minha avó, Mariangélica, que além de um enorme carinho, também tem gostado de ler os meus trabalhos.

Ao Gustavo, pelo amor, pelo carinho, pela paciência, e por todas as coisas que não cabem em palavras. E, além disso, pela ajuda prática com as coisas da vida...

À Marcela Beraldo e à Daniela do Carmo, minhas grandes amigas, que sempre me ajudaram muito com as suas conversas e com a sua alegria. Agradeço pelo incentivo especial.

À Amnéris, que eu conheci em 2005, e que se tornou uma pessoa muito especial pra mim.

Ao Camilo, meu amigo de muito tempo, e ao Tiago, que esteve por perto nos momentos finais da tese.

Aos demais amigos que talvez tenham ficado de fora destes agradecimentos, mas que não ficaram de fora da minha memória e do meu coração.

À Neguinha, pela companhia e pelo amor incondicional.

Aos rios Tapajós, Amazonas, Negro, Itapecuru, Paranaíba e Preguiças, por terem me recebido em suas águas.

SUMÁRIO

Pág.

INTRODUÇÃO 1

O *Roteiro do Maranhão a Goyaz* : a trajetória do texto e a trajetória da tese 13

O que significa ler um texto do século XVIII? 18

CAPÍTULO 1

A genealogia do Gênero: breve trajetória dos Roteiros portugueses 25

1.1. O texto e o gênero 25

1.2 Roteiros terrestres, marítimos e fluviais: o gênero na cultura lusitana 30

1.3 As narrativas de Portugal: Crônicas, romances, poemas e Roteiros no século XVI 35

1.4 Roteiros Lusitanos para as Índias 51

1.5 O primeiro Roteiro da Costa Brasil 65

CAPÍTULO 2

As ciências a serviço do Império: a cartografia, a história natural e os Roteiros do século XVIII 77

2.1 A cartografia das fronteiras e o estabelecimento de cidades

no Grão-Pará e Maranhão 80
2.1.1 Os mapas e o Roteiro do Maranhão 92
2.1.2 "Estabelecer uma linha de povoações": as cidades e vilas nos planos racionais dos Roteiros 105
2.2 Os naturalistas estão chegando: o Grão-Pará e Maranhão e as expedições do século XVII 110

CAPÍTULO 3
Navegar é preciso, pelos rios do Brasil 135
3.1. Rios da história, rios da imaginação 135
3.2 Rios dos Paulistas & rios do império 143
3.3. Dominar a navegação dos rios e seus perigos: as cachoeiras 151
3.4 As terras encantadas e o Eldorado das nascentes 160
3.5 Os rios dos índios 170
3.6 O rio rebelde e a loucura dos viajantes 173

CAPÍTULO 4
As florestas amenas e o mato áspero e trabalhoso 183
4.1 Mato áspero e trabalhoso 183
4.2 A mata útil dos Roteiros 189
4.2.1 Os animais 189
4.2.2 Gêneros de comércio 195
4.2.3 Plantas úteis e suas atribuições fantásticas 198
4.3 O "horroroso trabalho de deitar as grossas matas": o uso irracional da mata 208
4.4. A Arcádia Amazônica: o texto da Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763 217

CAPÍTULO 5

Índios 231

5.1 Nomes indígenas e significados portugueses 231

5.2 Índios e Colonizadores no Maranhão: tempos de conquista e escravidão 235

5.3 O latim nos sertões: a Companhia de Jesus no Maranhão 244

5.4 Os índios e "a liberdade de suas pessoas": o Roteiro do Maranhão e a legislação indigenista de Pombal 249

5.5 Gentios Bravos: Os timbira do *Roteiro do Maranhão* e outros roteiros de viagem 260

5.6 Acautelados carinhos: novas concepções de relacionamento com os índios 275

5.7 O índio piloto: a presença dos índios nas viagens dos roteiros 282

5.8 Relações cotidianas com os índios: Casamentos e vida cotidiana entre índios e colonizadores nos Roteiros 293

5.9 O Homem em ruínas: os índios na perspectiva da história natural 300

CAPÍTULO 6

Gente perversa, ociosa, e inútil dos sertões 315

6.1 Sertão: o signo em busca de significados 315

6.2 Ócio e indolência nos sertões 341

CAPÍTULO 7

A economia do Roteiro do Maranhão 347

7. 1 A crise do estado e das colônias na perspectiva dos portugueses 347

7.1.2 Os escritos de Pombal 360

7.2 Grão-Pará e Maranhão: um estado em ruínas 371

7.3 A crise das colônias na perspectiva de Adam Smith 376

7.4 Porque as colônias devem existir: a perspectiva do *Roteiro do* Maranhão 381

7.5 Uma tabela econômica fisiocrata para o Maranhão 391

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um certo João Pereira e Caldas... 401

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 413

ANEXOS 425

ANEXO 1

Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhy 427

ANEXO 2

Fotos de um roteiro particular 429



Mas então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.

João Guimarães Rosa.

Ilustração J.J. Codina
"Vista do Arraial que se pôs no Rio Ixie" — Grafite, nanquim e aquarela sobre papel.
Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

Texto: João Guimarães Rosa.
"A terceira margem do rio". In: *Primeiras estórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 37

Introdução

Triste Bahia! O quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado
(...)
A ti trocou-te a máquina[1] mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi me trocando, e tem trocado,
Tanto negócio e tanto negociante.

(Gregório de Mattos e Guerra – À cidade da Bahia)

O tema central desta tese de doutorado nasceu durante o processo de elaboração de minha dissertação de mestrado, intitulada *A Forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*[2]. Durante esse processo – no qual me voltei para o estudo das intertextualidades e do estilo historiográfico na obra de Caio Prado Jr. – deparei-me pela primeira vez com um texto anônimo, produzido no final do século XVIII, intitulado *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi.*

Naquela ocasião, minha proposta era a de realizar um mapeamento dos textos mais importantes para a constituição dos argumentos e do estilo de Caio Prado Jr. Foi justamente com este intuito de mapear os territórios discursivos que constituem aquela importante obra, que pude perceber a importância que esse texto colonial adquiria dentro de *Formação do Brasil Contemporâneo.*

A presença do *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi* chamou minha atenção, em meio a um grande universo de textos da colônia que habitam as notas de rodapé da obra de Caio Prado Jr. Tratava-se de um Roteiro que fora publicado pela revista do IHGB em 1900, em meio a uma grande leva de documentos coloniais – que na virada do

[1] A "máquina mercante" do poema de Gregório de Mattos e Guerra, segundo nota do Prof. José Miguel Wisnik, são as naus que aportam para comerciar. No título desta tese, atribuímos um sentido mais amplo ao termo: a "máquina mercante" representa todo o sistema colonial.

[2] Pesquisa realizada com o auxílio da Capes, que resultou na dissertação defendida em outubro de 2001, junto ao departamento de História da Unicamp, tendo como banca os professores Rubem Murilo Leão Rego e Iara Lis Schiavinatto, além de meu orientador, Edgar Salvadori de Decca.

século XX se constituíam como "matéria prima" para a história do Brasil que ia sendo escrita pelo Instituto. Exatamente por isso, o texto anônimo não era uma exceção entre os documentos citados por Caio Prado Jr; pelo contrário, eram muitos os manuscritos do século XVIII, publicados nesse mesmo contexto, que serviam de referência para o texto daquele autor. Mas o que diferenciava o *Roteiro do Maranhão* de outros importantes textos coloniais – que também serviam de referência para a obra de Caio Prado Jr – era justamente o tratamento que o historiador dispensava a tal texto.

Eram várias as referências ao *Roteiro do Maranhão* e a seu autor anônimo, superando, no corpo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, até mesmo referências a outros autores importantes do período colonial, como Antonil ou Viera Couto[3]. Em função das muitas aparições deste texto anônimo e do tom elogioso com que Caio Prado se referia sistematicamente a ele, voltei então minha atenção para um estudo mais minucioso deste texto colonial no contexto da obra de Caio Prado[4].

Meu objetivo era o de fazer um cotejo entre diferentes imagens do Brasil[5] que se mostravam como precursoras da imagem – ou da identidade – que se constituía nas páginas de *Formação*. Ao analisar este texto anônimo, pude compreender o motivo de sua importância dentro da referida obra. Seu conteúdo não se tratava apenas de um relato de dias, léguas ou direções a serem tomadas – imagem que freqüentemente fazemos de um texto que se intitula "Roteiro". O *Roteiro do Maranhão* tecia também argumentos sobre os mais variados aspectos da colônia, como a natureza, os índios, os povos do sertão, o ouro, e

---

[3] cf, Gnerre, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. Unicamp/Campinas, 2001, p. 81. Com relação a outros viajantes do XIX, como Saint Hilaire e John Luckoc, é grande também o número de citações na obra de Caio Prado, mas as referências a estes viajantes selimitam, na maioria das vezes, a funcionar como exemplos de práticas sociais, usos e costumes do período sobre o qual se volta a obra de Caio Prado: o fim do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.

[4] De tal estudo, resultou o capítulo intitulado "O Roteiro do Sentido: passagens relacionadas ao *Roteiro do Maranhão*, em minha dissertação de mestrado.

[5] Podemos falar também em diferentes identidades, ou interpretações do Brasil, conforme escreve José Carlos Reis em sua obra *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001). Meu trabalho de mestrado, aliás, adotara uma perspectiva muito semelhante à desse autor. Reis, em sua obra, busca analisar como se desenvolvem estas interpretações do Brasil em discursos de diferentes autores (dentre os quais Varnhagen, Capistrano, Gilberto Freire, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr.), estabelecendo como base uma dicotomia central entre estas teorias: de um lado, os textos que elogiam a colonização portuguesa; de outro a crítica à colonização e o elogio à emergente nação Brasileira. O trajeto que estipulei em minha dissertação tomava por base a interpretação do Brasil feita por um autor – Caio prado Jr. –, e buscava analisar como esta interpretação se relacionava com outros importantes textos que a sucediam, produzidos também por Capistrano, Gilberto Freire, Sérgio Buarque, dentre outros autores.

os muitos problemas que a administração colonial enfrentava naquele momento. Por isso, emergia já de suas páginas uma imagem completa e sistematizada da colônia. E foi justamente isso que chamou a atenção de Caio Prado, nesse texto.

Naquele diálogo entre textos que interpretavam o Brasil – que me propus tecer, tendo *Formação do Brasil Contemporâneo* como fio central – o *Roteiro do Maranhão* não ocupava o mesmo lugar que os demais relatos sobre as colônias. Não estava ali para oferecer exemplos pontuais sobre práticas e costumes da colônia. Era considerado, pelo próprio Caio Prado, como uma interpretação do Brasil no fim do século XVIII, produzida *in loco*. Uma interpretação de um homem que trabalhava a serviço da metrópole e que escrevia tendo em vista justamente o seu benefício, mas que por outro lado já dava indícios, em seu texto, das peculiaridades de uma "organização social distinta" [6], nas palavras de Caio Prado.

Segundo minha pesquisa de mestrado, o diálogo entre estes dois autores – que escrevem de lugares tão distantes no tempo – se efetivava no cerne da teoria do Sentido da Colonização, teoria esta que, por sua vez, ocupa um lugar central na obra de Caio Prado, e que reverberou numa ampla linha de interpretações do Brasil.[7]

O significado do Sentido da Colonização é expresso por Caio Prado Jr. nesta passagem da introdução de sua obra:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo "sentido". Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto

---

[6] *Criou-se (no início do séc. XIX) no plano das realizações humanas algo de novo. Este algo de novo não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constituem um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente até uma consciência, mais precisamente uma "atitude" mental coletiva particular.* (Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 24ª reimpressão, SP: Brasiliense, 1996, p. 10).

[7] O Sentido da Colonização influenciaria diretamente muitos dos textos marxistas e nacionalistas durante as décadas de 50 e 60 produzidos, por exemplo, por Celso Furtado e por autores ligados ao ISEB e ao CEPAL. Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu artigo (1978) "O tempo das ilusões", explicita uma relação importante: O Sentido da Colonização serve de embasamento para todo um discurso que se forma então sobre o subdesenvolvimento. A essência brasileira estaria fora do Brasil e, portanto, deveria ser, antes de mais nada, recuperada pela nação. (cf. Franco, Maria Sylvia de Carvalho." O tempo das ilusões", in *Ideologia e mobilização popular*, 1978, p. 174).

desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.[8]

O *Roteiro do Maranhão* tem uma participação importante justamente nesse processo de determinação daquilo que seria a linha mestra e ininterrupta que forma a sociedade brasileira, a qual Caio Prado Jr. se propõe desvelar. O texto do Roteiro é um documento que, no contexto dessa obra, elucida, mais do que qualquer outro, esta "orientação" do Brasil, desde suas origens mais remotas.

O texto anônimo exerce um certo fascínio sobre Caio Prado Jr., acima de tudo pelos seus comentários de ordem econômica e política sobre a relação colônia-metrópole; sobre a organização dos estados; e sobre planos de desenvolvimento para regiões ermas do Grão-Pará e Maranhão. É um texto que incide[9] diretamente na montagem de todo um modelo explicativo da economia colonial que é elaborado por Caio Prado Jr.

Para compreendermos melhor a relação entre esses dois textos – relação esta que dá origem a nossa pesquisa – torna-se necessário, antes de mais nada, fazer alguns comentários sobre como se organiza este texto anônimo.

A grande preocupação deste autor que escreve nas últimas décadas do século XVIII – e que por algum motivo não se identifica em seu texto – é basicamente persuadir a metrópole quanto às vantagens de seu projeto de estabelecer, entre os rios Tocantins e Parnahiba, três povoações para a criação de gado. Tal preocupação surge neste roteiro já na primeira parte do texto, onde o autor descreve sua viagem (da cidade de São Luiz até Villa-boa, passando pelos rios Parnahiba e Tocantins). A segunda parte do texto, também organizada em forma de notas, pode ser entendida como um desdobramento desta mesma preocupação. Nessa segunda parte, o autor não se dedica mais a uma narrativa descritiva de

---

[8] Cf. Prado Jr., Caio, *op. cit.*, p.19 (grifo meu).

[9] Esta incidência do texto colonial no texto historiográfico ocorre muitas vezes de maneira direta, na forma de uma re-escritura do documento colonial pelo autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, conforme pudemos perceber ao cotejar os dois textos. Cf. Gnerre, Maria Lucia, *op. cit.*.

sua viagem, mas sim à produção de várias reflexões sobre os locais visitados e sobre a condição geral das colônias.

O interessante deste texto é que, para persuadir seu leitor – provavelmente o ministro da Marinha e Ultramar – sobre seu já referido plano de ocupação, o autor mobiliza, entre seus argumentos, todo um vasto arcabouço de idéias sobre economia política, teorias de governo das colônias e sobre organização dos estados. Tais idéias, advindas nitidamente das novas ciências da moeda que surgiam no século XVIII[10], aparecem no *Roteiro do Maranhão* aplicadas a exemplos práticos – com os quais o autor anônimo convive em suas viagens pelas colônias portuguesas. Aparecem travestidas em soluções concretas para problemas da colônia, em modelos e métodos para transformar colônias inúteis em terras lucrativas. Esta combinação oferecida pelo texto parece perfeita para Caio Prado Jr. fundamentar sua teoria explicativa sobre origem da nação, sobre o sentido comum que rege toda a organização do Brasil e de seu povo.

Percebemos, em nossa pesquisa de mestrado, que o *Roteiro do Maranhão* funciona como um discurso orgânico colonial, que serve ao mesmo tempo de inspiração e confirmação para as teses fundamentais de Caio Prado Júnior. Isso se dá justamente porque há uma disposição, no interior desse texto colonial, de explicitar de diferentes maneiras que o sentido da colônia deve ser, sempre, o favorecimento da metrópole. Esta disposição serve como uma inspiração imagética ao Sentido da Colonização, que fica explícita em passagens como esta, de *Formação do Brasil Contemporâneo:*

Entre outros, possuímos a este respeito [o fato de o Brasil ser uma colônia visceralmente ligada à Europa três séculos depois do início da colonização] *um escrito precioso, datado provavelmente do último quartel do séc. XVIII, e que contém, a meu ver, a mais lúcida economia Brasileira de fins daquele século (5). O que o autor em suma procura expor e demonstrar, é que as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente o povoamento e organização das colônias deve subordinar-se*

[10] No plano econômico, o autor anônimo vale-se principalmente dos conceitos desenvolvidos pela escola francesa dos Fisiocratas, em Meados do século XVIII, conforme analisaremos de maneira mais criteriosa no capítulo "economia", desta tese.

a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessem ao comércio metropolitano. Admite no máximo mas como exceção apenas, a produção de certos gêneros estritamente necessários à subsistência da população e que seria impraticável trazer de fora.[11]

Na nota 5, que vemos assinalada no trecho acima da mesma maneira que se encontra no texto de Caio Prado, é justamente onde o autor cita a expressão "escrito precioso": *O Roteiro do Maranhão*[12]. Nesta passagem vemos o autor explicitar os elementos centrais de sua teoria sobre como opera este sentido em torno do qual se articula toda a vida da colônia e, posteriormente, do império e até mesmo do Brasil republicano. Este cerne teórico em torno do qual Caio Prado organiza todo seu livro fica exposto ao leitor já no primeiro capítulo de sua obra que se intitula, justamente, "O Sentido da Colonização". Na citação acima, no entanto, Caio Prado Jr apresenta exatamente o *Roteiro do Maranhão* como texto que serve de inspiração para toda sua elaboração conceitual acerca do Brasil, baseada na economia. Trata-se do texto que contém, segundo ele "*a mais lúcida economia Brasileira de fins daquele século*". E, a partir desta afirmação inicial, o que Caio Prado nos apresenta como "*o que o autor anônimo procura demonstrar*" é justamente aquilo que ele também procura demonstrar – ou seja, que nascemos e nos formamos em virtude dos interesses de uma metrópole. E que, na década de 40 do século XX, ainda não havíamos rompido completamente com este sentido originário, uma vez que ainda não conhecíamos nosso sentido próprio enquanto nação.[13]

---

[11] Prado Jr. Caio., *op. cit.*, pp.125-6.

[12] Vamos reproduzir aqui o conteúdo da referida nota de Caio Prado Jr: *(5)* ***Roteiro do Maranhão a Goiás.*** *Não se conhece o seu autor, nem a data precisa em que foi redigido. No texto, o último ano a que se refere é o de 1770, mas parece ter sido escrito algum tempo depois. Foi encontrado nos arquivos da Secretaria dos Negócios Ultramarinos em 1802, e dali copiado. Publicou-o* O Patriota, *mensário editado no Rio de Janeiro em princípio do século passado, em seus números de maio a dezembro de 1813. Reproduziu-o a* Revista do Instituto Histórico, *em 1900, tomo 62, parte 1.* (Cf. Prado Jr., Caio.*op. cit.*, p 126 – nota de rodapé n. 5) Aqui Caio Prado Jr. faz uma breve apresentação do *Roteiro*, que aliás também é útil para a nossa apresentação do texto. A edição do *Roteiro do Maranhão* que utilizaremos em nossa tese é aquela publicada na revista do IHGB (embora tenhamos também uma cópia do Manuscrito). Mais adiante, nesta introdução, vamos explicar nossas escolhas quanto ao texto.

[13] *Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução de economia colonial para nacional. No terreno social a mesma coisa. Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial.* (Prado Jr., Caio, *op.cit.*, p. 11).

Quando começamos a ler o texto colonial, percebemos em que medida *Formação do Brasil Contemporâneo* dialogava com o *Roteiro do Maranhão*. Constatamos que havia entre os dois textos mais do que uma intertextualidade periférica; havia, sim, um patamar comum. Não podemos afirmar que a inspiração para a teoria de Caio Prado tenha vindo deste texto colonial, mas talvez, nesse texto, Caio Prado tenha encontrado a confirmação da inspiração que deu origem a sua teoria que, no ano de 1942, aparecia como algo completamente novo dentro da historiografia brasileira.

Assim, da mesma maneira que eu havia mapeado no texto de Caio Prado locais onde era possível identificar diálogos e intertextualidade com outros historiadores, como Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, era preciso também mapear a presença deste texto anônimo que até então me era desconhecido.

À medida que fomos lendo as páginas do texto colonial, percebemos que a dura constatação feita por Caio Prado Jr., – *Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto*[14] – poderia ser lida como um desdobramento de trechos do *Roteiro do Maranhão a Goiaz*, como o seguinte:

Fallando determinadamente: temos já dito, e repiteremos sempre: que as Collonias são estabellecidas em beneficio da Metropole: que o primeiro interesse da Metrópole, hade forçosamente ser conservallas na sua dominação; o segundo tirar dellas as possíveis utilidades.

Temos ponderado, que devendo as Collonias ocuparem-se só na acquisição das matérias primeiras; das Minas pela situação no interior do Paiz sem rios navegáveis, que possão facilitar a condução dos gêneros aos portos da Marinha para serem exportadas a Metrópole, não pode esta, a excepção do ouro, tirar pela agricultura iguaes, interesses, aos que recebem das Capitanias da Marinha. [15]

---

[14] Prado Jr., Caio, *op. cit.*, p. 31.

[15] Anônimo. *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi.* In: *Revista IHGB*, tomo 62, Parte I, 1900. pp. 119, 120. (Doravante, vamos nos referir a este texto apenas pela sigla RM, seguida pelo número da página. O texto encontra-se em anexo a esta tese).

Neste trecho, o autor anônimo explicita a função da colônia como provedora da metrópole, exatamente a mesma função central, "O Sentido da Colonização" proposto por Caio Prado Jr. Outros autores do período colonial, principalmente Antonil, também elaboram de diferentes modos, em suas obras, essa relação ideal entre metrópole e colônia. O autor anônimo, no entanto, explicita esta relação através de uma terminologia inaugurada principalmente pelos fisiocratas franceses, para tratar especificamente do caso brasileiro.

Além de caracterizar-se por enunciar, como poucos textos de seu período, aquilo que viria a ser chamado de "pacto colonial" pela historiografia atual, este texto também fornece indicações preciosas sobre o esquema comercial entre capitanias e a metrópole. Vemos neste Roteiro não só o embrião do Sentido da Colonização, mas também seu corpo, o conteúdo prático do Sentido da Colonização: como este se traduz em termos de economia e política colonial. Como circula o capital mercantil entre a colônia, a África e a metrópole.

Manter esta ordem de dependência exige elaboração conceitual de um esquema de comércio, como uma engrenagem em pleno funcionamento. E, em passagens como esta, o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* explicita justamente quais seriam as vocações produtivas de diferentes capitanias, dentro dos interesses da metrópole:

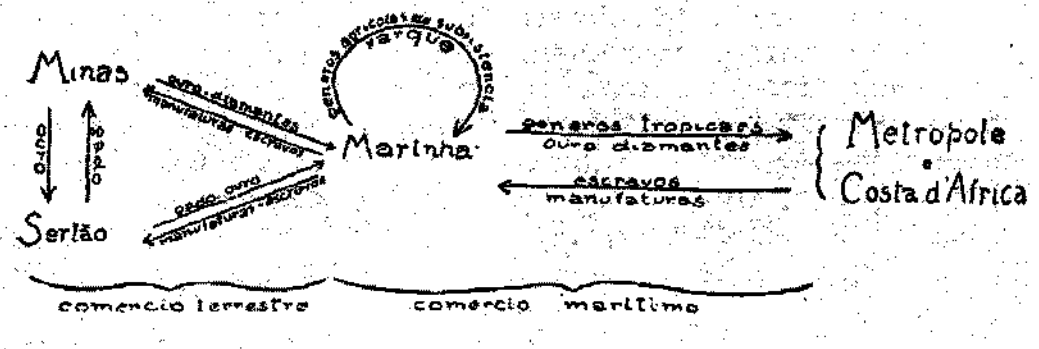
As Capitanias, e Povoações do interior do Paiz são as Minas geraes, Serro do frio, Pitangui, Paracatu, Goiaz, Fanado, Rio das Contas, Jacobina, Sertões de S Francisco, e Capitania do Piauhi. Consistem em Minas de ouro, pedras preciosas, e creação de gados, tanto vaccum como cavallar.

A relação, que há entre ellas, e as Capitanias da Marinha; he huma reciproca e effectiva dessendencia. As Minas dependem das Capitanias da Marinha, para receberem as manufacturas, e mais generos, que nellas se introduzem da Metropole, e com que satisfazem ás suas necessidades tanto Reaes, como de opinião principalmente as que respeitão ao vestir: para haverem os escravos de Àfrica necessarios para a cultura dos generos do Paiz, com que saptisfazem á sua nutrição, e para o trablho das Minas, d'onde tirão o ouro, com que pagão as mesmas manufacturas, os mesmos generos dos mesmos escravos. [16]

[16] RM. p. 105.

A descrição desta verdadeira engrenagem colonial – a "máquina mercante" – feita nestes dois parágrafos do *Roteiro do Maranhão* serve de inspiração a um esquema central na obra de Caio Prado Jr. O autor chega a reproduzir este esquema numa forma gráfica, para que o leitor melhor o compreenda. Note-se que não apenas o conteúdo do texto do *Roteiro* é absorvido na citação abaixo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, mas também a terminologia que designa os setores do comércio colonial – marinha, sertão etc. Este texto colonial, portanto, influi também na própria nomenclatura e na concepção de categorias utilizadas por Caio Prado Jr:

Sumariando estes traços essenciais do comércio colonial, podemos retratar em esquema as grandes correntes da sua circulação. Distingamos para este fim três setores: marinha, que são áreas de povoamento e atividades do litoral, produtoras de gêneros agrícolas destinados à exportação e nas quais se localizam os grandes centros e portos do comércio exterior; sertão, áreas interiores de criação; finalmente as minas. Note-se que esta classificação e designações são já do momento que nos ocupa, e aparecem tais quais no trabalho já tantas vezes lembrado deste grande economista que foi o autor anônimo do ***Roteiro do Maranhão****. Não poderíamos achar melhor, e com esta sanção de um contemporâneo, observador direto e capaz, merecem ser consagradas. Inútil especificar aqueles setores, o que já coube nos capítulos anteriores. Teríamos assim para a circulação comercial da colônia o seguinte quadro:*[17]



Assim, o *Roteiro do Maranhão* fornece à historiografia do século XX

[17] Prado Jr., Caio, *op. cit.*, p.234.

(principalmente na segunda parte de seu texto, que analisaremos detalhadamente ao longo desta tese) não só um valioso elenco de produtos e formas de escoamento destes produtos, mas também o elenco de categorias que depois é utilizado por Caio Prado nesta representação gráfica do pacto colonial (a marinha, as minas e o sertão).

É importante mencionar, também, que o *Roteiro do Maranhão* expressa em suas páginas uma série de problemas e paradoxos da colônia. É uma imagem da colônia no momento de sua crise, no momento de sua dissolução – justamente o momento que mais interessa a Caio Prado. Segundo o autor, é nos períodos de transformação que se tornam mais evidentes as características próprias de uma determinada formação. [18]

Esta sistematização do comércio colonial feita por Caio Prado Jr. na década de 40 do século XX pode não representar, aos olhos dos leitores atuais, uma grande inovação. Vale lembrar, no entanto, que é este autor é pioneiro na montagem deste esquema, e que este sistema de circulação de gêneros e metais, por ele inaugurado na década de 40, reverbera em importantíssimos trabalhos de cunho marxista produzidos nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado.

Desta leva de textos que seguem a partir desta interpretação inaugural de Caio Prado, certamente a obra de Fernando Novais, *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial,* publicada em 1974, é uma das mais importantes. Nesta obra, vemos novamente este empenho no sentido de uma sistematização dos fluxos da colônia.

Fernando Novais estabelece um diálogo intenso com Caio Prado Jr. e Celso Furtado, autores que surgem constantemente em seu texto e nas notas de rodapé. Novais concorda com Caio Prado Jr. em relação à sua tese do Sentido da Colonização. Mas, ao desenvolver sua teoria de um sistema colonial, Novais agrega novos elementos, novas conexões ao Sentido da Colonização:

Podemos, enfim, compreender nas suas múltiplas conexões, o sistema colonial, esse conjunto de mecanismos – normas de política econômica e relações econômicas efetivas – que integra e articula a colonização com as economias centrais européias, realidade subjacente e imanente no processo concreto da colonização; que a ajusta continuamente

[18] Segundo Caio Prado, este era um momento final da colônia, e por isso mesmo seu momento de síntese.(Cf. Prado Jr.,Caio, *op. cit.*, p. 20).

aos seu "sentido". [19]

Assim, na obra de Novais, o sistema colonial é descrito como um conjunto de mecanismos, de engrenagens e articulações sempre subordinados ao sentido, termo que o autor utiliza entre aspas e que remete nitidamente a Caio Prado Jr. Fernando Novais explora os pormenores desse sistema de trocas econômicas entre diferentes países e colônias para concluir, finalmente, que, nas suas diferentes versões, os sistemas coloniais se constituem como "variações em torno de um elemento fundamental", a saber: o exclusivismo metropolitano comercial, que com os grandes lucros que gerava, tornou-se uma peça central da acumulação primitiva do capitalismo mercantil europeu[20].

O trabalho de Novais desenvolve e acrescenta diferentes considerações à obra de Caio Prado. Desenvolve, por exemplo, importantes considerações sobre o tráfico negreiro, que vê como responsável pela escravidão no Brasil, e não o contrário. Segundo o autor, o trabalho escravo de origem africana que largamente se estabeleceu na colônia não é resultante da inépcia dos índios para o trabalho, mas sim da necessidade de inserção de novos setores no comércio colonial (uma vez que a escravidão dos índios era uma tarefa que os próprios colonos realizavam no Brasil, sem a necessidade de trocas monetárias mediadas, necessariamente, pela coroa).

Novais faz importantes reflexões sobre o sistema colonial e sobre as tensões que surgem nos quadros desse sistema e que acabam por torná-lo inviável. Sua interpretação, no entanto, pauta-se sempre pelo Sentido da Colonização inaugurado por Caio Prado. Não transforma nem cria um novo eixo interpretativo, mas sim reescreve sua tese sobre uma mesma linha mestra ininterrupta inaugurada por aquele autor.

Estas considerações iniciais têm por objetivo justamente esclarecer, por um lado, a partir de qual lugar constituímos nosso tema; e, por outro, como se reiteram mitos, explicações e sentidos na historiografia brasileira. Nossa tese parte do pressuposto de que, no cerne deste Sentido da Colonização, no coração desta importante chave para a decifração do Brasil, inaugurada pela historiografia marxista, está um texto colonial anônimo. Servindo de inspiração e confirmação ao próprio sentido da colonização, o autor

[19] Novais, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – século XVI-XVIII.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, p. 33.
[20] Novais, Fernando, *op. cit,* p. 66.

anônimo do *Roteiro do Maranhão* presta um enorme serviço à historiografia brasileira, entregando a Caio Prado Jr um conjunto de argumentos e metáforas preciosas.

Assim, à medida que tomamos conhecimento da função deste texto para a nossa historiografia, já em nossa pesquisa de mestrado, surge o projeto desta tese de doutorado: elaborar, agora, um mapeamento dos topos discursivos que constituem este importante texto colonial; analisá-lo por um procedimento parecido com o que utilizamos em nossa tese de mestrado, centrando-nos nas intertextualidades do texto colonial com outros textos do período, mas traçando agora um mapa destes diálogos e discursos a partir de temas que nos pareceram relevantes dentro da obra; compreender como se instituem temas e argumentos centrais deste texto colonial, que atua de forma visceral na constituição de uma interpretação do Brasil.

O Sentido da Colonização de Caio Prado é justamente este contínuo processo de "constituir-se para fora de si", da colônia. É o fato de estarmos, desde nossas origens mais remotas, voltados para fora de nós mesmos, dobrados em direção à outra margem do Atlântico, como uma planta que se volta para o sol. Esse é nosso sentido. E essa "dobra original" ainda não havia sido desfeita no momento em que Caio Prado escreve sua obra – o autor escreve justamente no intuito de explicitar esta dobra, de constituir um projeto, um "dentro" para o Brasil. Mas o curioso é que, para inaugurar sua teoria do Sentido da Colonização como raiz da identidade de uma nação voltada para fora de si, o próprio autor recorre a um texto produzido sob o olhar da metrópole, produzido no contexto desse olhar estrangeiro sobre a colônia. O *Roteiro do Maranhão* é um exemplo perfeito do olhar que vê o dentro voltado para fora. E neste olhar estrangeiro, nas descrições e considerações voltadas para a metrópole, funda-se um texto historiográfico que se volta para o sentido primordial do Brasil.

***

Caio Prado nos dá uma primeira chave a partir da qual se poderia ler o *Roteiro do Maranhão*, ou seja, a economia política. Este texto, no entanto, filia-se a diferentes tipos de discursos: em primeiro lugar, o texto se constitui na forma de um relato de viagem. Torna-se possível, assim, situá-lo na mesma formação discursiva da literatura de viagens

portuguesa, que se forma já no século XVI. Mas, além disso, o texto já assume também um debate com as ciências do século XVIII, da maneira como elas vinham sendo desenvolvidas em Portugal pela Academia de Ciências de Lisboa[21].

Assim, a cartografia e a história natural já assumem neste texto um importante papel, atuando no cerne de outra importante formação discursiva – aquela das ciências naturais. Há também, dentro deste texto, todo um diálogo com a esfera da legislação colonial, principalmente em relação aos índios. Além disso, no *Roteiro do Maranhão*, encontramos toda uma série de discursos e considerações sobre o sertão e sua população, ociosa e indolente. Este discurso, por sua vez, aparece também como um nicho particular de interesse do autor, mas sempre emaranhado ao tema pelo qual começamos nossa pesquisa: a economia política e os interesses da metrópole.

Antes, porém, de discutirmos a trajetória de nossa análise do texto e de seus conteúdos discursivos, acreditamos ser importante para o leitor fazermos uma breve apresentação da própria trajetória do texto.

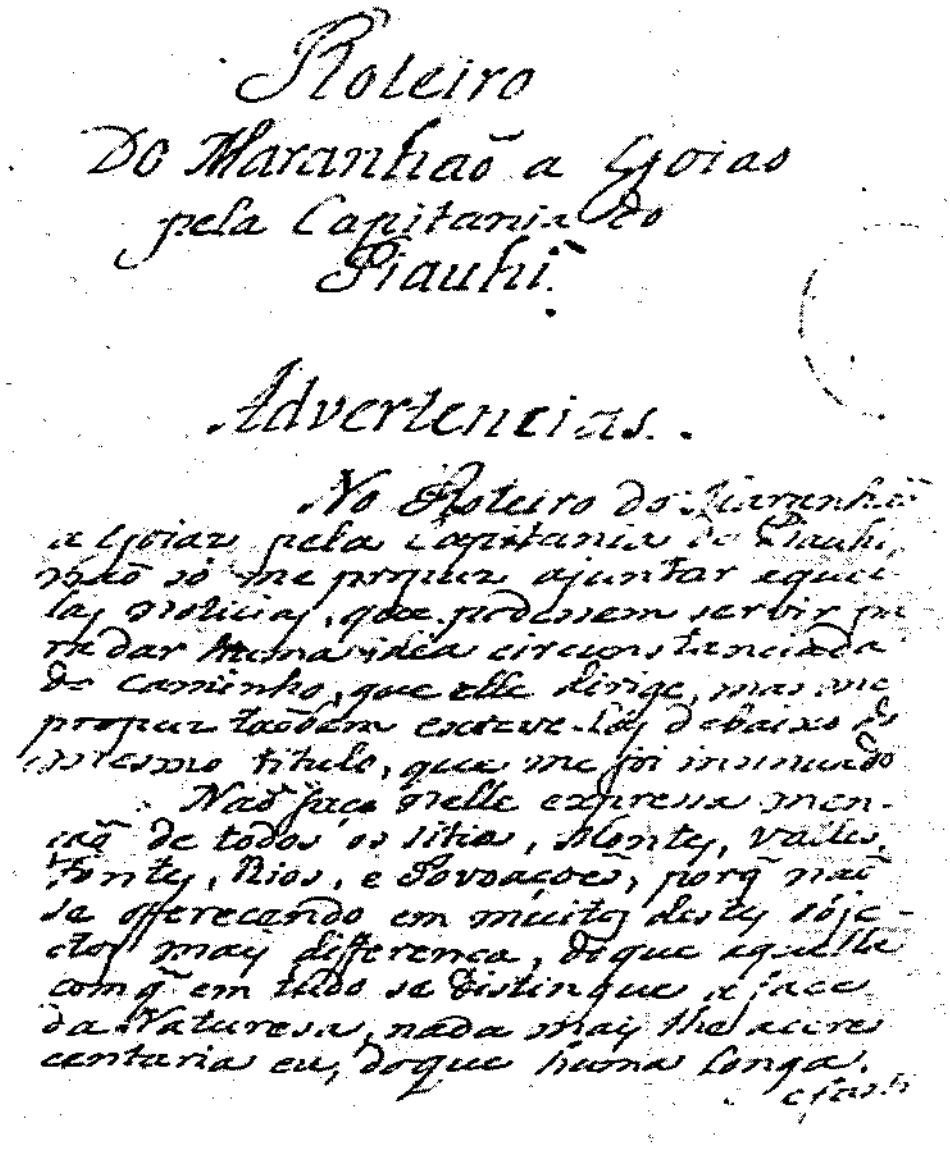
O *Roteiro do Maranhão a Goyaz* : a trajetória do texto e a trajetória da tese

Segundo consta na última página do texto do *Roteiro do Maranhão*, publicado em 1900, este teria sido copiado pelo Frei Vicente Salgado, em 1800, "bem e exactamente" como o texto do manuscrito, que fora encontrado na Secretaria dos Negócios Ultramarinos de Lisboa. Esta cópia encontra-se hoje na Academia de Ciências de Lisboa[22] e a ela tivemos acesso para a elaboração de nossa pesquisa.

Veja-se, abaixo, o frontispício da cópia do Roteiro que se encontra na Academia de Ciências de Lisboa:

[21] Sobre a história desta célebre academia, fundada durante o reinado de Dona Maria I, em 1779, faremos algumas considerações no capítulo 2 desta tese, intitulado "As ciências a serviço do império: A cartografia, a história natural e os Roteiros do século XVIII".

[22] Academia das Ciências de Lisboa. Mms: Vermelho. N. 256.



Roteiro
Do Maranhão a Goyas
pela Capitania do
Piauhi.

Advertencias.

No Roteiro do Maranhão
a Goyaz pela Capitania do Piauhi,
não se me pareceu ajuntar aquel-
las Noticias, que podessem servir pa-
ra dar Navegação circunstanciada
do Caminho, que elle dirige, mas sim
porque todem escrevê-las debaixo do
seguinte titulo, que me foi insinuado
Não faça delle expressa men-
ção de todos os Sitios, Montes, Vales,
Fontes, Rios, e Povoações, porq não
se offerecendo em muitos destes Itine-
rarios muy differença, daque aquelles
com q em tudo se distingue a face
da Natureza, nada mais fará escre-
ver-se, daque huma longa, etc.

Não encontramos, no entanto, diferenças significativas entre este manuscrito e o texto publicado pela *Revista do IHGB*. Por este motivo, optamos por utilizar, em nossa pesquisa, o texto publicado, mas também pelo fato de nos interessar o texto em meio à série discursiva produzida pela *Revista do IHGB*, onde tantos outros roteiros estavam sendo publicados naquele momento.

Quanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua revista, preferimos que sejam apresentados a partir de suas próprias palavras:

150 anos de documentação – 21 de outubro de 1988 é mais uma efeméride na vida gloriosa do IHGB: o sesquicentenário de sua fundação. Foram 150 anos de fecundas realizações, em estudos e pesquisas, que permitiram reescrever a história do Brasil, numa narração renovada, reformulada e ampliada. Publicaram-se documentos inéditos, reeditaram-se obras raras, encetaram-se contatos com instituições congêneres, promoveram-se congressos, simpósios, cursos, conferências, tertúlias semanais, e, principalmente, editou-se ininterruptamente até os dias presentes, uma Revista de alto padrão cultural.[23]

Esse texto, escrito por Isa Adonias – 3° vice presidente da instituição em 1988 – por ocasião de seu aniversário, é uma mostra de como o IHGB narra sua própria trajetória. E também, como toma para si a missão de reescrever a história do Brasil. A revista, fundada no mesmo ano do Instituto, é um elemento central dessa tarefa que o IHGB vem atribuindo a si mesmo. E foi justamente nesta revista, no contexto desta missão – de publicar os documentos necessários para esta reescrita da história do Brasil – que o texto anônimo do *Roteiro do Maranhão* vem a ser publicado. Capistrano de Abreu esteve diretamente envolvido em sua publicação[24], no ano de 1900. Antes de Caio Prado Jr., Capistrano de Abreu foi o primeiro historiador a incorporar o texto anônimo de forma orgânica, em sua obra *Capítulos de história colonial.*

Assim, é na sua segunda publicação no Brasil[25] que o texto, de mais de cem páginas, adquire um novo estatuto e se torna mais instigante, pois, apesar de anônimo, encontra-se inserido no conjunto de outros textos produzidos em tempos e situações semelhantes, e que como semelhantes, portanto, foram agrupados pelos editores do IHGB. Apesar do seu caráter de texto anônimo e de desconhecermos as características precisas de sua produção, é possível obtermos muitas respostas quando o comparamos com os textos

---

[23] Adonias, Isa. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos.* Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990, p. 12.

[24] Cf. "Anais do IHGB", RIHGB,Tomo 62,II, 1900, p. 228.

[25] A primeira publicação no Brasil foi no jornal *O Patriota*, conforme nos informou Caio Prado Jr. Em nossa pesquisa, no entanto, não conseguimos dispor da numeração completa do jornal de maio a dezembro de 1813 que comporia esta primeira publicação completa do texto do Roteiro. Além disso, preferimos concentrar nossa pesquisa no âmbito da RIHGB, pelos motivos acima assinalados. Aparentemente, não há diferenças significativas no conteúdo das versões. Ambas seguem o texto do manuscrito que se encontra na ACL, do qual possuímos uma cópia em microfilme.

juntamente com os quais foi publicado.

Apesar de ter escrito sob anonimato, o autor do *Roteiro do Maranhão* nos deixa, no texto, algumas pistas a respeito de si mesmo. A mais importante é a informação de que o autor estava no Maranhão a serviço de sua Majestade, ou seja, era um funcionário da coroa. Pela periodização do texto, sabemos que possivelmente ele tomava como interlocutor D. José I, (nos últimos anos de seu reinado que termina em 1777) ou D. Maria I. Entretanto, os leitores reais de sua eloqüente narrativa seriam, com maior probabilidade, o ministro da Marinha e Ultramar[26] e outros funcionários do Ministério da Marinha e Ultramar. Pelo grau de conhecimento que este autor demonstrava ter da economia das colônias, acreditamos que o Maranhão não foi o seu primeiro destino a serviço da coroa. Era um viajante letrado e experiente, que observava a colônia com um olhar racional, característico do século em que viveu.

O *Roteiro* é um texto que desperta interesse, e sobre o qual rondam hipóteses e mistérios. Sobre a autoria do texto, há alguns indícios. Capistrano de Abreu, em carta ao Barão do Rio Branco, apontou João Pereira e Caldas, que no final do século XVIII governou o Grão-Pará e Maranhão, como possível autor do texto. Na mesma carta, no entanto (datada de 15 de julho de 1890), Capistrano diz também não possuir "elementos para a sua biografia" que pudessem comprovar que Caldas seria mesmo o autor do *Roteiro do Maranhão*, texto por ele descrito como *um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu em tempos coloniais a respeito de certos aspectos de nossa sociedade.*[27]

Em nossa pesquisa na documentação do Projeto Resgate-Barão do Rio Branco[28] (capitania do Pará), encontramos indícios importantes que confirmam a teoria de

[26] Sr. Martinho de Melo e Castro, caso o *Roteiro do Maranhão* tenha sido escrito antes de 1795, conforme nossas suspeitas.

[27] Cf. Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do). *Cartas ao amigo ausente*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1953. p. 131-2 – VI.

[28] O projeto Resgate-Barão do Rio Branco, coordenado pelo Ministério da Cultura (Brasil) tem como objetivo a digitalização de documentos do período colonial brasileiro que se encontram, em sua maioria, nos arquivos portugueses, em especial no Arquivo Histórico Ultramarino. O material produzido por este projeto (CD-Roms com a documentação separada por capitanias e períodos) foi-nos de grande valia para nossa pesquisa. Encontramos poucos roteiros completos entre estes materiais, nas capitanias e períodos de nosso interesse, mas entre as cartas e ofícios pudemos ter acesso a informações que em muito colaboraram para elucidar questões que os roteiros deixavam em aberto, como é o caso dos processos de autorização real para navegação em determinados rios do norte do Brasil (aos quais faremos referência em capítulos posteriores.).

Capistrano de Abreu, além de um relato de Alexandre Rodrigues sobre o referido governador que também reforça esta hipótese[29].

No entanto, a busca da uma "verdade" sobre esta questão não foi, em momento algum, o objetivo de nossa pesquisa. Primeiro, porque não acreditamos no próprio conceito de uma verdade histórica. Segundo, porque o próprio tema da autoria era, no século XVIII, uma questão secundária. Naquele período, não se atribuía à autoria a mesma função social que se atribui hoje.

Segundo Michel Foucalt,[30] o surgimento da figura do autor que assina seu texto estaria relacionado a um regime de propriedade para os textos, ao momento em que se promulgam regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autor-editor etc. Isto teria ocorrido no fim do séc. XVIII e início do séc. XIX (período que corresponde à escrita do *Roteiro do Maranhão*).

A grande quantidade de textos coloniais que se encontram sem autor, ou assinados com pseudônimos, remete a uma outra questão que acompanha esta história: ao assinar um texto, o autor se torna vulnerável, passível de ser punido. Esta, aliás, é a justificativa para o uso de heterônimo, como o célebre Antonil[31]. Paradoxalmente, por este motivo, acaba havendo, por parte das autoridades como as mesas censórias da igreja, uma pressão para a formação da figura do autor sempre relacionada ao texto. Assinar um texto foi historicamente um gesto carregado de riscos, antes ainda de ser compensado por um regime de propriedades que começa a se desenvolver, segundo Foucault, justamente no período em

[29] João Pereira e Caldas governou todas as capitanias do norte do Brasil, além de Mato Grosso, nos últimos anos do século XVIII. Era um homem culto que demonstrava, em suas cartas, possuir um bom domínio de economia e de outras ciências iluministas. Em sua correspondência com o ministro da Marinha e Ultramar, que apresentaremos ao fim de nossa tese, encontra-se o relato de uma viagem com o mesmo percurso da viagem do *Roteiro do Maranhão.* Podemos observar também, nesta correspondência, um grande empenho do governador na abertura de uma rota de escoamento do ouro pelo rio Tocantins e pelos rios do Maranhão, o que se configura como o cerne do projeto do referido Roteiro. Alexandre Rodrigues Ferreira, no fim do conjunto de textos que compõe sua *Viagem Filosófica do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba,* descreve justamente o empenho deste governador no conhecimento dos estados por ele governados, e descreve ainda uma longa viagem por ele realizada, cuja rota corresponde àquela que vemos descrita *no Roteiro do Maranhão.* (Cf. Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro.* Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983. p. 368) Mas tudo o que temos, na verdade, são apenas indícios que nos levam na direção da hipótese formulada por Capistrano de Abreu.

[30] Cf. Foucault, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Ed. Vega/Passagens, 1992.

[31] Antonil, heterônimo do Padre Toscano Antonio Andreoni, segundo Capistrano de Abreu, mestre na arte de encontrar indícios e revelar autores misteriosos. (Bosi, Alfredo. *A dialética da Colonização.* SP: Companhia das Letras, 1995, p.153). Talvez, justamente em função do anonimato, o *Roteiro do Maranhão* tenha lhe parecido tão interessante em um primeiro momento.

que nosso texto teria sido escrito. De qualquer modo, o que nos interessa aqui é a idéia de que, neste período, uma certa quantidade de discursos são providos de autor, ao passo que outros simplesmente não possuem tal característica. Pudemos confirmar este fato ao longo da observação de outros textos, publicados ou manuscritos, do período deste texto anônimo: muitos, como ele, também estão desprovidos de autoria. .

A nosso ver, o gênero a que o texto corresponde é mais esclarecedor a seu respeito do que o debate em torno de sua autoria. Por isso, nossa tese vai se centrar na compreensão do texto inserido em uma série de outros textos, e nas questões que consideramos importantes para toda a formação discursiva na qual ele se inscreve. No entanto, é sempre um momento prazeroso para o leitor de um texto anônimo deparar-se com algum tipo de explicação ou indício que leve à sua autoria. Por isso, reservamos também um espaço no final de nosso texto para expor os indícios com os quais nos deparamos para formular hipóteses a este respeito.

O que significa ler um texto do século XVIII ?

A tarefa de compreensão de um texto, das múltiplas questões que estão envolvidas em uma narrativa, pode ser mais, ou menos trabalhosa, a depender do texto e do grau de familiaridade que temos com o tema por ele abordado. Há textos que somos capazes de elucidar em uma primeira leitura, trazendo rapidamente à tona seus múltiplos significados. Outros textos, no entanto, podem levar anos para serem desvendados por um leitor. Outros há, ainda, que podem não ser completamente desvendados nunca. Tal é o caso de o *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauhi.*

Trata-se de um texto monumental, no sentido atribuído ao documento/monumento por Jaques Le Goff[32]: Neste roteiro, entrelaçam-se várias questões, discursos e saberes de um tempo passado. Muitas destas questões, no início desta pesquisa, nos eram

[32] Segundo Le Goff: *O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.* Parafraseando Foucault, Le Goff diz que esta análise do documento enquanto monumento é justamente a arqueologia do documento, a descoberta das camadas que se sobrepõem na sua constituição. Cf. Le Goff, Jaques. "Documento/Monumento". In: *História e Memória.* Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 545.

desconhecidas; não podíamos, por isso, sequer reconhecer sua importância no corpo do texto. Por esse motivo, nosso trabalho centrou-se justamente na tarefa de dar densidade às múltiplas camadas do texto, de tentar elucidar o repertório de idéias e debates que se escondem por trás de referências e de passagens do texto que, à primeira vista, não apresentavam grande interesse.

Tanto a pesquisa como o texto desta tese foram organizados em torno das questões que emergiram do próprio texto: foi para compreendê-las que visitamos bibliotecas e arquivos. Fomos, finalmente, conhecer de perto os rios do norte do Brasil. Muitas passagens do roteiro, que no início de nosso trabalho pareciam não representar uma abertura para outros temas, foram se mostrando, ao longo da pesquisa, verdadeiras portas para universos temáticos riquíssimos. Ao puxarmos um fio, víamos que ele era muito mais longo do que se imaginava. Isto ocorreu principalmente com as passagens relativas aos índios presentes no *Roteiro do Maranhão*. Para tentar compreender as passagens onde se discutiam as questões que envolviam os índios, foram necessários meses de pesquisa. E, de um tema que à primeira vista pareceu-nos secundário no corpo do roteiro, acabou por emergir o maior capítulo desta tese.

Os bons textos são territórios tridimensionais, constituídos de vários planos e de diferentes densidades. O *Roteiro do Maranhão*, assim como outros roteiros do século XVIII, apresenta uma topografia muito acidentada. No entanto, os leitores do século XXI muitas vezes olham estes textos de cima, a partir de um plano distante, de um universo de referências que por vezes não nos permite observá-los como algo tridimensional. À primeira vista, é um plano chapado, um mapa sem topografia que se apresenta ao leitor contemporâneo. Mas, à medida que nos aproximamos de um desses textos, podemos perceber seus vales e picos; percebemos as questões nas quais o texto se aprofunda e, ao pesquisarmos tais questões, nos aprofundamos além do texto. Percebemos também as questões que apenas despontam no horizonte do roteiro, as questões nas quais o autor não se aprofunda, mas que constituem justamente seu horizonte, a linha no mar que delimita o território do texto.

Com relação ao *Roteiro do Maranhão*, podemos dizer que no seu horizonte está sempre o universo da ilustração portuguesa. É a referência da cultura do além-mar que delimita o texto. Constituindo os vales profundos deste roteiro estão os próprios rios do

Maranhão, as matas intransponíveis, os índios, os planos de povoamento e as grandes questões práticas da colonização. Estas são as questões que dão densidade ao território do texto.

Mas, é importante dizer, esta narrativa se constitui em torno de um caminho. É a partir deste caminho que se observam os vales, os picos, o mar. E, por ser um território articulado em torno de um caminho, este texto se cruza, em sua narrativa, com vários outros caminhos, que são o cerne de outros importantes roteiros que também analisaremos em nossa tese. O cotejo com outras narrativas constituídas da mesma matéria foi de fundamental importância para que pudéssemos fazer, em alguma medida, esta observação tridimensional da paisagem do roteiro em questão. Assim, apresentaremos, ao lado do Roteiro do Maranhão, vários escritos sobre o norte do Brasil em fins do século XVIII. Não apenas roteiros, mas também "Viagens", "Informações", "Cartas"[33] e outros textos que consideramos importantes para a tarefa que nos propusemos realizar.

Vários textos, várias narrativas de caminhos, várias paisagens com serras e vales profundos habitados por "gentios bravos". Todos estes territórios textuais, no entanto, delimitam-se pelo mesmo horizonte: o além-mar, a promessa da volta a Portugal, ao universo ilustrado que inspira esses autores. São sempre caminhos que nos levam do interior ao mar e, ainda que percorridos no sentido contrário, terão sempre o porto como o destino final. Mesmo escritos a partir do interior do Brasil, os roteiros estão sempre voltados para o reino, para o "fora". E é na corte que se encontram, na maioria das vezes, seus leitores. É para os ministros da marinha e ultramar, ou mesmo para o monarca, que os textos analisados foram escritos, em sua maioria. Mesmo que não tenham sido efetivamente esses os leitores de tais textos, é para estes leitores do além-mar que se voltam as narrativas das terras do norte do Brasil.

Os textos dos roteiros não existem separados da terra que descrevem. Nascem não só do autor, mas também da própria terra, da experiência de paisagem vivida por um

[33] No capítulo seguinte, a Genealogia do Gênero, vamos analisar as semelhanças e diferenças entre os Roteiros e outros gêneros correlatos, como as "Viagens" e "Informações" que também são produzidas por viajantes que percorrem o Grão-Pará e Maranhão no fim do século XVIII. As cartas a que fazemos referência, aqui, são as correspondências entre governadores e ministros da Marinha sediados em Portugal, nas quais conseguimos muitas informações que nos ajudaram a elucidar questões abertas pelos Roteiros analisados.

homem que a descreve. São narrativas que se constituem como re-apresentação[34] direta da terra, como a própria passagem primordial do mundo para a palavra. Narrativas que se constituem no processo de materialização verbal daquilo que se faz presente aos sentidos do viajante e que, portanto, se re-apresenta no texto. Acreditamos, pois, que o trabalho de conferir densidade à narrativa passa também por um trabalho de dar densidade às imagens narradas, de fazer com que nossa imaginação seja capaz de representar a terra que está sendo descrita. Por essa razão, além do cotejo com outros textos, precisamos realizar duas viagens fluviais pelo Rio Amazonas e por rios do Maranhão[35], além de uma viagem a Portugal. Tais viagens não estão presentes nas citações, ou nas notas, mas certamente estão presentes no corpo deste texto, nas nossas interpretações das narrativas dos roteiros.

Não buscamos em momento algum descobrir verdades objetivas sobre determinados temas. Buscamos, sim, realizar um exercício de interpretação que sabemos ser, em certa medida, subjetivo. Ainda que nos guiemos pelas indicações do próprio texto, pelos pontos de referência que indicam o rumo das questões às quais devemos nos ater, é sempre a partir das possibilidades e interesses do pesquisador que se constituirá a topografia contemporânea do texto. Por isso sabemos que, deste trabalho de atribuir densidades, resulta que muitos vales tornaram-se mais profundos e muitos picos mais baixos do que seriam na topografia original do texto[36]. Com relação ao mar, especificamente, falta-nos certamente muito para compreender a sua grandeza para um viajante português do século XVIII.

Esta talvez seja uma condição constitutiva do próprio trabalho do historiador: uma busca por dar forma e volume ao tema pesquisado, processo que muitas vezes resulta em uma forma moldada não só pelos indícios que nos fornece a ossada do texto, mas também por nossos próprios interesses. O trajeto do nosso olhar será sempre decisivo nesta

---

[34] Reapresentação, aqui, tomamos no sentido dado por Martin Heiddeger, de re-apresentar o presente, de narrar, descrever, o ente que aí está. Esta é, segundo Heidegger, e própria função primordial da palavra: a de enunciar o ente. É neste território da passagem do ente para a palavra que muitas passagens das narrativas que analisamos se encontram. Narrativas de terras nunca antes palavreadas. Cf. Heiddeger, Martin."O que significa pensar". In: *Ensaios e Conferências.* Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

[35] Maranhão: 1997, Pará: 2002, Portugal: 2003, Pará e Amazonas: 2004, Maranhão, Piauí e Ceará: 2006. A partir de 2002, as viagens foram financiadas, em parte, pela verba de bancada disponibilizada pelo Cnpq a seus bolsistas. Algumas fotos destas viagens podem ser vistas ao fim desta tese, na seção de Anexos.

[36] Sendo esta topografia constituída das densidades e interesses atribuídos pelo próprio autor na constituição de sua narrativa.

reconstituição topográfica, nesta passagem de uma leitura plana para a perspectiva tridimensional. Certamente nosso gosto por determinadas questões incide diretamente num adensamento ou na redução de algumas matérias constitutivas desta narrativa. Não se trata de uma topografia cartesiana, onde as curvas de nível de um mapa são reproduzidas à risca na construção de uma maquete, mas sim de uma topografia que, embora respeitando o mapa original, sabemos ser uma representação interpretativa deste mapa.

Feitas estas considerações, é importante agora tecer alguns comentários sobre os procedimentos que acreditamos serem adequados para a tarefa que nos propusemos. Um texto é feito de múltiplos substratos discursivos, de várias linhas de saberes, diálogos e pensamentos. No caso do *Roteiro do Maranhão*, incidem sobre o texto não apenas saberes de diferentes tipos, mas também advindos de diferentes culturas, como a dos portugueses e a dos índios.

Conforme dissemos anteriormente, para dar corpo a tais substratos discursivos, tivemos de buscar um conjunto de textos através dos quais pudéssemos formular o nosso entendimento do Roteiro. Neste conjunto de textos, há outros Roteiros pertencentes a um mesmo recorte temporal, e há também textos do mesmo gênero "Roteiros", porém produzidos em momentos históricos anteriores ao do *Roteiro do Maranhão*. Há ainda diferentes textos historiográficos sobre os temas correlatos ao Roteiro e, finalmente, alguns textos literários, que acreditamos serem fundamentais para a compreensão de camadas sutis e importantes do *Roteiro do Maranhão*.

A seleção desses diferentes textos dependeu fundamentalmente dos temas e dúvidas com que nos deparamos ao longo da nossa leitura do texto anônimo. Certamente, outro leitor poderia ter se deparado com outras dúvidas e questões importantes que nos escaparam à vista.

Foi com base na análise de outros Roteiros de viagem que pudemos delimitar um conjunto de temas que tais textos partilham com o *Roteiro do Maranhão*. Criamos, então, categorias que nos permitiram organizar nossa pesquisa e, mais tarde, o próprio texto. Daí surgiram os capítulos organizados por temas como os Rios, as Matas, os Índios, o Sertão, a Economia e o Estado.

De uma maneira um pouco diferente, surgiram os dois capítulos que estão situados no inicio da tese. A partir da nossa indagação sobre como se teria desenvolvido o gênero

dos Roteiros em Portugal, surgiu o Capítulo "A genealogia do gênero". E, a partir de nossas dúvidas e questões relativas ao desenvolvimento das ciências modernas em Portugal, surgiu o capitulo As ciências a serviço do império: a cartografia, a história natural e os Roteiros do século XVIII.

Tanto por temas, quanto por questões, foi a partir de linhas discursivas que identificamos no texto do *Roteiro do Maranhão* que buscamos organizar os capítulos desta tese. Sabemos que outras linhas possíveis de interpretação do texto estão sendo por nós deixadas de lado. Certamente deixamos de investigar inúmeras questões importantes relativas à colônia do Grão-Pará e Maranhão no fim do século XVIII. Mas entendemos que o recorte é parte da própria função do historiador, e esse recorte, em última instância, pertence ao nosso olhar, à nossa subjetividade. É preciso delimitar para onde, e até onde se vai.

No interior dos capítulos, o que se busca é tecer uma trama de textos que nos permitam analisar o próprio tema que delimitamos. Para tanto, partimos sempre de uma seleção de passagens a respeito do tema central de cada capítulo constantes do *Roteiro do Maranhão* e dos demais Roteiros de viagem. Buscamos fazer um cotejo mostrando como se constitui um determinado substrato discursivo em diferentes narrativas. Valemo-nos, posteriormente, de textos contemporâneos, onde fomos buscar elementos que permitissem a nossa análise dos textos coloniais.

CAPÍTULO I

A genealogia do gênero: breve trajetória dos Roteiros portugueses

Que no largo mar azul se perca o vento
E nossa seja a nossa própria imagem.

Desejo de conhecimento
As tempestades deram-nos passagem.

E os lemes quebrados dos capitães mortos
E os náufragos azuis do fim do mundo
Na rota de todos os portos
No fundo do mar profundo
Com seus braços ossos
E seus verdes destroços
Marcaram o caminho.

(Sophia de Mello Breyner Andresen, "Caminho da Índia")

1.1. O texto e o gênero

O objetivo central desta tese é traçar uma espécie de "biografia" de um texto anônimo. Para tanto, vamos partir de uma caracterização daquilo que se pode chamar de formação discursiva[1], no interior da qual o texto do *Roteiro do Maranhão* se constitui.

[1] O sentido que desejamos atribuir a este termo encontra-se definido de maneira clara e sintética no *Dicionário de Análise do Discurso: A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro da análise do discurso (...). Foucault, falando em A arqueologia do saber, de "formação discursiva", procurava contornar as unidades tradicionais como "teoria", "ideologia","ciência" para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas* (...). In: Charaudeau, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso.* Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004, pp 240-1. Assim, buscaremos traçar algumas características de um conjunto de enunciados em forma de textos que se constituem dentre do mesmo sistema de regras, historicamente datadas, do qual participa o *Roteiro do Maranhão.*

Do ponto de vista literário, podemos dizer que os Roteiros de viagens se constituem como um importante gênero textual, com uma série de características próprias que surgem, e se mantêm relativamente estáveis, ao longo de um certo período. Uma forma possível de caracterização de um gênero, seria através da análise diacrônica de uma série textual – uma análise de como um determinado texto se relaciona com um conjunto de textos semelhantes, produzidos num mesmo período e com características narrativas e discursivas semelhantes. Ou seja, um recorte horizontal de uma série de textos. Recorte este, alias, que buscaremos fazer ao longo dos capítulos posteriores desta tese.

No entanto, acreditamos que, para a compreensão das características específicas deste gênero, da maneira como ele se manifesta em textos produzidos no Grão-Pará e Maranhão no Século XVIII, é fundamental, também, compreender um pouco do processo de constituição de tais características. É fundamental fazer, antes de mais nada, um certo recorte anacrônico destes roteiros; observar como eles se constituem em um momento histórico anterior, mas dentro da própria cultura lusitana. Um certo recorte vertical, porém restrito. Não se busca, assim, a origem primordial de todos os roteiros, sua raiz mais funda, sua nascente,[2] mas se busca, sim, desenhar um pouco de um percurso, da genealogia[3] deste gênero em Portugal.

O surgimento desta formação discursiva no contexto desta cultura pode ser situado em um momento histórico específico – o período dos descobrimentos. Por isso, não pretendemos explorar o processo de formação da literatura de viagens desde a antiguidade[4]

---

[2] O escritor moçambicano Mia Couto alerta, através de um interessante diálogo entre personagens de uma de suas obras, para o fato de que a busca pela nascente de um rio será sempre uma busca em vão: – *O rio é como o tempo! Nunca houve princípio, concluía. O primeiro dia surgiu quando o tempo já há muito se havia estreado. Do mesmo modo, é mentira haver fonte do rio. A nascente é já o vigente rio, a água em flagrante exercício. – O rio é uma cobra que tem a boca na chuva e a cauda no mar.* Couto, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 61.

[3] O conceito de genealogia é aqui empregado no sentido Nietzscheano. Cf., e.g., o percurso que segue Nietzsche na *Genealogia da Moral* para a compreensão do surgimento do bem e do mal, da maneira como tais conceitos são compreendidos dentro da sociedade judaico-cristã. Friedrich Nietzsche. *A genealogia da moral.* S.P, Companhia das Letras, 1998.

[4] Desde a antiguidade, os povos do mediterrâneo redigiam os chamados Périplos – itinerários marítimos, utilizados para orientar as travessias. Nestes Périplos, eram registradas as distâncias entre os portos, o conhecimento das terras, os ventos usuais, os perigos e a natureza dos lugares percorridos. Anthiaume, autor francês que em sua obra *Cartes Maritimes* analisa estes primeiros Périplos, cita os textos de Sylax, Stadiasmo e a *Ora Maritima,* de Avienus, como os mais completos representantes destes itinerários. Na baixa Idade Média, os périplos passariam a ser conhecidos como Portulanos, tornando-se textos explicativos de cartas marítimas. Ou seja, em um determinado ponto da trajetória de formação dos Roteiros, eles passam a ser a explicação, em

– período que dá origem às primeiras manifestações do gênero. Pretendemos, sim, fazer algumas considerações sobre a constituição do gênero dos Roteiros de viagens, à luz da cultura lusitana dos séculos XV e XVI. Interessa-nos investigar como ele se manifesta neste primeiro momento, e como algumas características iniciais do gênero se projetam (ou não) nos Roteiros do século XVIII.

Com relação aos Roteiros, além de uma análise que busque sua especificidade enquanto gênero discursivo, podemos ainda analisá-los à luz de um espectro textual mais amplo: dentro da vasta série de textos que podem ser chamados de literatura de viagens[5]. Nesta série, se incluiriam os diários de viagens, as crônicas, as instruções e regimentos oficiais e, ainda, a própria cartografia. Efetivamente, todos estes textos não podem ser deixados de lado para a compreensão dos Roteiros enquanto gênero. Há um trânsito contínuo de características importantes entre estes diferentes tipos de textos – que aliás, não nascem ou se constituem restritos a esta classificação que utilizamos aqui. Assim, para se compreender a genealogia do gênero, é importante também ir além, em certa medida, daquilo que acreditamos serem as fronteiras do gênero.

Mas, além do necessário rompimento com os limites usuais do gênero que nos interessa, qualquer proposta de tecer uma abordagem sobre a chamada "literatura de viagens", no contexto da cultura lusitana, abriria espaço para uma infinidade de perspectivas. Poderíamos tomar estas narrativas para compreender questões relativas ao comércio ultramarino; às ciências e às técnicas de navegação da época; ao cotidiano dos

---

palavras, das cartas. Cf. Guedes, Max Justo. "Introdução – A Literatura náutica portuguesa". In: Teixeira, Luís. (suposto autor). *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil: Edição comemorativa do 5º centário do nascimento de Pedro Álvares Cabral.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968. (reprodução fac-similar do ms. 51- IV – 38 da Biblioteca da Ajuda).

[5] O termo literatura de viagens é certamente bastante amplo e pode, num mesmo período, abarcar os mais variados tipos de textos. É justamente este o sentido amplo que Sérgio Buarque de Holanda requer para seu texto, quando escreve *O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo* (Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivo edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. 1) Sérgio Buarque parte então para explorar sua teoria em diferentes âmbitos, em diferentes tipos de relatos, todos possíveis de serem colocados sob o título de "Literatura de Viagem". Certamente, neste capítulo introdutório de nossa tese, não temos o intuito de explorar um espectro tão amplo de narrativas de viagens; mas, por outro lado, não nos restringiremos àquele tipo conhecido como "Roteiro de Viagem". Para se entender a genealogia de um gênero é preciso ultrapassar os limites daquilo que hoje se considera, sob uma perspectiva mais restrita, como sendo o gênero. Por isso, vamos buscar também em outros tipos literários, como crônicas e poesia (Camões) alguns elementos que também participam desse momento em que emergem com força os Roteiros, em Portugal.

mareantes dentro das embarcações; ou mesmo à própria questão dos naufrágios. Uma abordagem de um espectro mais amplo de formas textuais inclui, necessariamente, uma ampliação do espectro de temas e conteúdos subjacentes aos textos em questão. E, a respeito destes vários temas, numerosos e excelentes trabalhos historiográficos vêm sendo produzidos, há séculos.

À simples menção do termo "narrativas de viagens", abre-se um oceano de possibilidades à nossa frente. E, assim como todo bom marinheiro deve guardar um certo medo do mar, acreditamos que todo historiador deve temer, de certa forma, temas demasiado amplos. Por isso, não nos atreveremos a fazer nenhum tipo de síntese a respeito das questões levantadas acima, apesar de serem todas, de certa maneira, importantes para a emergência do gênero que nos dedicamos a estudar. Certamente, uma proposta de elaborar tal síntese se configuraria em um objeto que nenhuma pesquisa de doutorado seria capaz de esgotar. Sabendo dessa nossa limitação diante do tema, nos propusemos aqui abordar apenas alguns aspectos temáticos e textuais dos Roteiros de viagens em Portugal, nos séculos XVI e XVII, e, ainda, alguns aspectos de textos pertencentes a esta série mais ampla – da chamada "literatura de viagens" – que consideramos relevantes para nossa pesquisa.

Nossa justificativa para a escolha de alguns textos – em detrimento de outros – para uma análise mais sistemática se baseia em um duplo recorte. Em primeiro lugar, faremos um recorte temático: vamos abordar alguns textos de crônicas que consideramos importantes por sua participação em uma configuração do tema da identidade nacional lusitana e sua ligação com as viagens, tema que certamente perdura até o século XVIII e reverbera nos Roteiros que analisaremos posteriormente. Em segundo lugar, faremos uma seleção de textos com base em um recorte de gênero: na segunda parte deste capítulo abordaremos algumas características de três importantes Roteiros marítimos de viagens produzidos nos séculos XVI e XVII.

***

Antes desta tentativa de mapeamento das características do gênero, acreditamos ser necessário discutir alguns pontos relacionados ao próprio conceito de gênero do discurso. No centro da definição de gênero produzida por Mikhail Bakhtin (considerado um autor

importante e pioneiro na abordagem deste tema) um gênero se constitui e se aperfeiçoa a partir de sua função, a partir daquilo que deve comunicar, transmitir ao leitor, em contextos nos quais circula. Justamente em função desta relação – entre a função dos textos em termos do que desejam comunicar e a forma como comunicam – este autor afirma que a grande máquina de produzir gêneros seria a própria vida humana, com a sua enorme variedade de atividades e formas do saber.[6]

Os gêneros surgem, assim, dos diferentes contextos de comunicação – as várias "esferas da atividade humana", nos termos de Bakhtin. Surgem em diferentes situações: sociais, geográficas ou determinados por outras inúmeras variantes. O pressuposto de que existe essa forte relação entre os gêneros e as necessidades impostas pelas experiências humanas nos autoriza a afirmar que, em um determinado momento, em um local específico, em decorrência de uma atividade específica, pode-se constituir um determinado gênero do discurso.

São, portanto, as necessidades e funções da vida que estão na matriz das necessidades e funções dos textos. No caso dos Roteiros, são necessidades e funções bem práticas – a descrição de etapas de viagens – que norteiam o gênero em questão. Estas funções práticas, no entanto, ganham ao longo do tempo novas nuances, novas possibilidades, e avançam, principalmente a partir do século XVI, na direção de outras formações discursivas.

Os gêneros, na concepção de Mikhail Bakhtin, seriam tipos relativamente estáveis de enunciado que refletem condições específicas e as finalidades específicas das múltiplas esferas da língua. Os gêneros se diferenciam não só por seu conteúdo temático, mas também por sua composição: para elaborar a construção de um enunciado recorre-se às chamadas unidades composicionais – dissertação, narração, descrição, argumentação e injunção –, que em cada gênero são articuladas de uma maneira específica. Uma das características marcantes que identificamos nesta geração de Roteiros é justamente o uso de dois tipos de unidades composicionais – a descrição, a narração e a argumentação, articuladas de uma maneira bastante específica.

[6] Segundo Mikhail Bakhtin, considerado um dos autores que tecem reflexões seminais sobre esta questão, é justamente com a diversificação das atividades não verbais -- com as quais o processo de produção de textos está em constante interação – que os próprios textos se vão diversificando em gêneros. Cf. Baktin, Mikhail. "Os gêneros do discurso" Em: *A estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão Fontes. São Paulo, Martins Fontes, 1992. pp. 277-288.

Este uso singular das unidades composicionais no interior do texto abre possibilidade justamente para a caracterização de um estilo. Para Bakhtin, *O estilo está indissociavelmente ligado ao enunciado, isto é, aos gêneros do discurso*[7]. Alguns gêneros permitiriam, mais do que outros, a manifestação do estilo individual do autor. Há gêneros de estilo mais rígido – que deixariam pouco espaço para manifestações individuais – e outros mais flexíveis. O exemplo clássico de gênero rígido, apresentado por Bakhtin, seriam os ofícios[8].

Os Roteiros de viagem que analisamos em nossa pesquisa são relatos de trajetos fluviais ou terrestres aos quais corresponde uma determinada composição baseada em tipos textuais – e.g., descritivos e argumentativos –, mas que são compostos, ainda, de outras linguagens como mapas, desenhos de portos, tabelas com anotações de dias e distâncias percorridas, etc. Neste capítulo, vamos começar nosso trajeto em busca de como se configuram estes elementos dentro deste gênero, da maneira como ele nasce e evolui na cultura lusitana.

Há um mosaico de diferentes linguagens que participam ativamente na formação do gênero textual que nos dedicamos a estudar.[9] Certamente, não pretendemos encaixar todas as peças de um quebra-cabeças, mas tentaremos ao menos encontrar algumas peças consideradas chave para que se possa observar a forma do gênero em questão.

1.2 Roteiros terrestres, marítimos e fluviais : o gênero na cultura lusitana

Nos roteiros marítimos está a gênese da constituição narrativa dos roteiros fluviais e terrestres da Amazônia. É a partir de um modelo de descrição das correntezas, dos ventos, dos fundos e baixos, dos portos e das pedras – que encontramos nos roteiros marítimos – que se irá desenvolver um modelo para a descrição dos rios e das terras do interior do

[7] Baktin, Mikhail. *Op. cit.*, p 283.

[8] No entanto, em nossa análise dos documentos do século XVIII, encontramos uma série de ofícios que contrariam esta definição: os ofícios do procurador geral do Maranhão em 1784, Manuel Antônio Leitão Bandeira, que sob o título de ofícios cria descrições e narrativas fascinantes da vida no Maranhão, intercaladas com argumentações sobre os melhores modos de se colonizar o estado (justamente como nos Roteiros). Talvez este gênero, no século XVIII, não fosse tão rígido assim.

[9] Não se pode falar, aqui, em uma diferença conceitual entre narrativas escritas em palavras, em linhas, em textos e mapas, pois não há diferença, além da formal, entre a narrativa escrita e a narrativa imagética. Ambas são narrativas, e podem ser consideradas textos. Nos mapas, no entanto, é da imagem que deduzimos um texto, enquanto no texto de viagens, muitas vezes ocorre o oposto: do texto deduz-se a forma, deduz-se o mapa.

continente americano. O olhar dos roteiristas que no século XVIII chegam à Amazônia foi educado por séculos de observação do mar, e acaba reproduzindo nestas narrativas fluviais e terrestres muitos elementos marinhos. A observação das estrelas, dos ventos, das cheias e correntezas dos rios são certamente alguns exemplos deste saber marítimo que migra – juntamente com a própria estrutura do gênero textual – para o olhar dos viajantes que produzem estes novos tipos de roteiros.

Na Amazônia do século XVIII, as florestas, as cachoeiras e os índios abrem um novo leque de perigos e obstáculos aos viajantes. Estes novos perigos vão preencher, nestes roteiros, lugares antes preenchidos pela lista "cinco perigos principais que os mareantes receavam", onde se incluíam perigos característicos do mar, como "tomar a luva" – *isto é, ficarem as velas a receber o vento pelo bordo oposto àquele a que vão amuradas* .[10] Existem, no entanto, perigos que permanecem praticamente os mesmos, entre as navegações marítimas e fluviais, como a infiltração de água ou o perigo de chocar-se contra baixios ou rochas. Na Amazônia, mesmo os viajantes que abandonam seu barco (pois fazem partes do trajeto a pé, por terra) mantêm a estrutura da narrativa aquática: mantêm seu texto no prumo dos dias, das distâncias, da descrição da natureza e dos perigos do percurso. Estes são os elementos fundamentais, que desde a antiguidade caracterizam aquilo que se convencionou chamar de roteiros.

Mas, em função de algumas características particulares, poderíamos pensar nas viagens terrestres como uma formação específica dentro do gênero dos roteiros. As narrativas de viagens terrestres descrevem a paisagem e o percurso a partir de referenciais diferentes das narrativas marítimas. A obra que descreve a viagem de Marco Polo, *Il milione*,[11] pode ser caracterizada como um referencial discursivo fundador das narrativas de

[10] Cf. Miceli, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 110. Na lista completa dos perigos, que o autor retira do texto da *História trágico marítima*, acrescentam-se ainda os perigos da nau incendiar-se ou de encontrar-se com o inimigo. A esta lista, Miceli acrescenta outro importante perigo que freqüentemente assusta os mareantes: a imperícia dos pilotos, que são tantas vezes os principais responsáveis pelos naufrágios. Os textos dos Roteiros dedicam-se justamente a evitar esta imperícia, através de alertas sistemáticos sobre os locais mais perigosos.

[11] A narrativa da viagem de Marco Polo a que temos acesso hoje, na obra intitulada *Il Milione*, não é de sua autoria. Trata-se de uma narrativa que teria sido transmitida oralmente pelo viajante, durante sua estadia no cárcere de Gênova, a outro prisioneiro, o escritor Rusticiano di Pisa. Assim, trata-se de uma narrativa em terceira pessoa das viagens terrestres, marítimas e da vida de Marco Polo, que juntamente com seu irmão torna-se embaixador da corte do Gran Kan em Veneza. Este é um texto, portanto, que narra as experiências vividas pelos irmãos Polo ao longo de vinte e sete anos no oriente (principalmente na China), entre 1271 e 1295. Dentro desta narrativa há descrições

viagens terrestres. A importante narrativa das viagens de Marco Polo incide também sobre o próprio ciclo de navegação português. O livro de Marco Polo veio a fazer parte da Livraria de D. Henrique que, após a tomada de Ceuta, teria patrocinado uma série de expedições terrestres para o continente africano, principalmente para a África Sub Saariana, nas quais são produzidos alguns Roteiros de viagens terrestres em língua portuguesa. [12]

No entanto, é a partir dos roteiros de navegação marítima que este gênero se constitui, e torna-se central dentro da cultura portuguesa. Em Portugal, graças ao empenho deste povo na navegação, surge uma "importantíssima literatura náutica, a mais notável de seu gênero". Segundo Jaime Cortesão[13], esta literatura náutica se constitui enquanto tradição na língua portuguesa principalmente a partir do século XV, quando começa a exploração da África e aperfeiçoam-se os chamados "Livros de rotear".

Uma obra importante neste trajeto inicial de constituição deste topos discursivo dos Roteiros de viagens portugueses é proveniente da cultura árabe. Trata-se do texto dos *Três Roteiros desconhecidos*, escritos por Ahmad Ibn Mádjid, o piloto árabe de Vasco da Gama que deixa, em forma de poesia, o roteiro da famosa viagem do descobridor lusitano. Os portugueses, na época em que este roteiro foi escrito (fim do século XV), já se valiam de uma série de saberes e técnicas de navegação provenientes do mundo Árabe.[14] Agora,

---

das rotas e dos caminhos por eles percorridos, mas a ênfase do texto está nas descrições das cidades, dos povos, e nas curiosidades e costumes dos locais visitados. Cf: Marco Polo. *Il Milione*. Milano: A. Mondadori, 1954.

[12] Cf: Santos, Maria Emília Madeira. *Expedições portuguesas em África*. Lisboa, I.I.C.T., 1988, p. 23.

[13] Na obra *História do Brasil nos velhos mapas*, Cortesão afirma que nos séculos XV e XVI surgiu em Portugal uma tradição cartográfica que se tornaria a mais desenvolvida de toda a Europa. Juntamente com ela desenvolve-se este gênero de literatura náutica. Nas Famílias Teixeira e Albernaz nascem alguns dos representantes mais ilustres desta tradição, que no século XVII começaria a entrar em declínio, dando espaço para a escola cartográfica flamenga emergir como a mais desenvolvida, e responsável pelos mais belos e precisos mapas e textos náuticos. Cf. Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, MRE, Instituto Rio Branco, Dep. de Imp. Nacional, 1965, p. 386.

[14] Segundo Maria Emília Madeira Santos, em sua obra *Viagens Terrestres dos Portugueses em África*, esta tradição islâmica de produção destes textos está profundamente ligada ao próprio desenvolvimento que as ciências da navegação e a geografia alcançavam no mundo árabe: *O mundo islâmico dava à Geografia um lugar de honra. Por ela se interessavam viajantes, filósofos e astrônomos. Entre os grandes viajantes distinguem-se Edrisi e Ibn Batuta, que atravessaram o Saara até o Sudão nigeriano. Dessas viagens ficaram-nos relatos de grande minúcia e fidelidade. Assim, as informações sobre o interior da África chegaram à Europa medieval através das fontes islâmicas que aliavam ao legado dos antigos o conhecimento direto dos árabes. A Espanha muçulmana acompanhava este interesse e desempenhava o papel de transmissora dos conhecimentos árabes à cultura cristã.* Santos, Maria Emília Madeira. *Op. cit.*, p. 12.

podiam valer-se também das estruturas de narrativas de viagens produzidas pela florescente cultura muçulmana medieval, representada aqui pela obra do notável Ahmad Ibn Mádjid.

O texto de Ahmad Ibn Mádjid contém várias características distintas dos demais Roteiros de Viagens que analisaremos ao longo deste trabalho, como a forma poética da escrita, a língua, e a perspectiva islâmica do autor - que representa em alguns casos uma posição distinta face à natureza. Estas distinções, no entanto, não o impedem caracteriza-lo também um texto importante para a consolidação deste gênero em terras portuguesas. Ahmad Ibn Mádjid teria tido uma participação fundamental na viagem de Vasco da Gama para as Índias. Quando esta expedição contorna o cabo da Boa Esperança, um novo oceano teria se aberto aos olhos europeus: o Mare Incognitum[15], no qual o almirante Vasco da Gama não se arriscou a navegar sozinho. Ao deparar-se com o oceano Índico, os portugueses preferiram se ater à costa oriental da África, contornando o continente para o norte. Ao parar no porto de Melinde, os viajantes teriam sido bem recebidos pelo rei, que teria sido o responsável pela indicação de Ahmad Ibn Mádjid como o melhor piloto para levá-los na travessia do oceano Índico.

Em 1498, a esquadra de Vasco da Gama chega finalmente a Calicute, na Índia. Pela primeira vez na história da humanidade, havia sido traçado o caminho marítimo da Europa para as Índias, graças à habilidade de navegação de Ibn-Màdjid que, ao ser incluído no texto de *Os Lusíadas*[16], recebe o reconhecimento português e torna-se também uma referência de bom navegador para este povo.

O texto dos *Três Roteiros desconhecidos* é o produto, em forma de Roteiro, desta viagem que transformaria profundamente o conhecimento do mundo que se tinha no ocidente. O primeiro dos três roteiros chama-se "De Sofala" e descreve a navegação na costa africana oriental. O segundo, "De Malaca", trata da rota da Índia até a China. O terceiro é um guia de navegação no mar Vermelho. Uma característica muito importante

---

[15] Chumovsky, T. A. " Investigação sobre o Texto". In: Ibn Mádjid, Ahmàd. *Três Roteiros Desconhecidos*. Moscou: Academia de Ciência da U.R.S.S., 1957, p. 90.

[16] Na quinta estrofe do canto sexto está a referência a Ibn:
Outras palavras tais lhe respondia / O Capitão, e logo, as velas dando / Para as terras da Aurora se partia / Que tanto tempo há já que vai buscando. / No piloto que leva não havia / Falsidade, mas antes vai mostrando / A navegação certa; e assim caminha /Já mais seguro que dantes vinha.
No canto sexto é narrada justamente a chegada da esquadra de Vasco da Gama a Melinde. (Camões, *Os Lusíadas*. São Paulo, Ed. Cultrix, 1999, p. 167).Camões cita a boa recepção daquele povo à esquadra portuguesa, e logo em seguida faz esta alusão ao piloto que os leva à terra da aurora, mostrando a navegação certa.

deste texto é que, além de roteiro náutico e de manual de navegação – que ensina o leitor a utilizar os aparelhos náuticos e a observar as estrelas – ele também traz uma série de conselhos morais. Para ser o piloto de um navio, segundo Ibn-Màdjid, não era necessário seguir apenas a rota prescrita; era necessário, também, seguir um código de ética característico deste cargo[17].

À medida que se desenvolvia a arte de navegar entre os portugueses, impulsionada pelos navegadores europeus e árabes dos séculos anteriores, desenvolvia-se também a produção de cartas náuticas, concomitantemente com a produção de roteiros em português. Segundo Luis Albuquerque[18], estudioso da história da cartografia lusitana, a partir da virada do século XVI passa a ser uma determinação para os autores de roteiros de navegação que registrem dia-a-dia, no barco, a latitude em que se encontram em relação à recém estipulada linha do Equador e dos trópicos de Câncer e Capricórnio. Assim, as cartas náuticas que antes eram basicamente ilustrações gráficas dos Roteiros, interpretações das descrições dos

---

[17]. Este sistema de ética do piloto fica exposto em passagens como esta: *Não durmas à noite durante as viagens – um grande erro não se perdoa./ Eis aqui a terra, o seu sinal são os pássaros: deves considerá-los sempre como inalteráveis salvadores./* (...) */Se vires muitos pássaros salvadores, aproxima-te com prudência da terra, gozarás da alegria./ Cada navegador que vai governando uma embarcação conhece a corrente e sabe observar /Conhece muitos géneros de pássaros, peixes e cobras, ó meu ajudante / Se partires da terra de Dabul, segue as minhas descrições, aceita a minha palavra.* Ibn Mádjid, Ahmàd. *Op. cit.*, p. 68. Este texto, com sua linguagem própria, estabelece não só as etapas desta lendária travessia, mas também a conduta adequada que o navegante deve adotar para sobreviver aos muitos perigos que se impõem ao longo do trajeto. A vida da tripulação, a segurança das mercadorias, o bom estado do navio quando finalmente aportasse no seu destino: tudo isso estava sob a responsabilidade do piloto[17]. T. A. Chumovsky, autor russo que faz a tradução de uma cópia manuscrita do texto em árabe para o russo – relaciona esta conduta moral que vemos no texto do século XV a um antigo "monumento da literatura árabe marítima", *As Maravilhas da Índia*, onde o capitão Burzug Ibn-Chariiãr registra o juramento dos pilotos, de nunca abandonar a embarcação: *Nós, sócios da fraternidade dos pilotos, somos encadeados aos nossos deveres e juramos não deixar nunca nossos navios, até o seu final fatal. Nós pilotos, subindo a bordo dos navios, ligamos com eles a nossa vida e sorte. Se se salva, nós também somos salvos, se perece, com ele morremos.* (Cf. *Livre des merveilles de l'Inde.* Texto árabe, com notas de Van der Lith, tradução de Marcel Devic. Leida, 1883-1886, p. 22. Apud: T. A. Chumovsky, *Op. cit.*, p. 85.) Dos preceitos desta confraria de pilotos, talvez tenha surgido a máxima o "capitão sempre deve afundar com o seu navio".

[18] Cf. Albuquerque, Luis. *A náutica e a ciência em Portugal – notas sobre as navegações.* Lisboa: Ed. Gradiva, 1989, p. 95. Nesta mesma obra, o autor chama a atenção para as controvérsias relativas à origem da cartografia portuguesa. Segundo ele, no tempo do infante Dom Henrique, esta não era uma arte desenvolvida no reino, já que este rei contratou um cartógrafo maiorquino para ensinar a construção de mapas. O autor atribui ao ano de 1445 o desenvolvimento das primeiras cartas portuguesas sobre a costa da África. Este início, como ele mesmo aponta, pode variar com descobertas a respeito de outras cartas (Cf. Albuquerque, Luis. *Op. cit.*p. 93). Sobre a cartografia portuguesa, é importante dizer ainda que, a partir de meados do século XX, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota se lançam em uma busca incessante por cartas lusitanas perdidas pelo mundo. Desta busca, resulta o riquíssimo material publicado na *Portugaliae Monumenta Cartographica*, em 1960.

pilotos, agora passam a se pautar por uma escala de graus (neste período, vale lembrar, somente as latitudes eram determinadas pelos cartógrafos. A determinação da longitude é uma invenção do século XVIII).

É claro que, como aponta o autor, muito tempo ainda se passa até que as medições e as representações se adaptem bem à escala, e alguns erros de poucos graus nos mapas muitas vezes resultavam em graves desvios para os pilotos. Mas, independentemente disso, o que nos interessa é justamente notar que os Roteiros sofrem também importantes transformações em sintonia com as transformações das própria técnicas de navegação lusitana, e a virada do século XVI representa justamente um período de grande desenvolvimento de tais técnicas. É este saber prático que impulsiona, de um modo particular, o desenvolvimento de um saber narrativo entre o povo português.

1.3 As narrativas de Portugal: Crônicas, romances, poemas e Roteiros no século XVI

No período que compreende a metade do século XVI, e as primeiras décadas do século XVII, são escritos três roteiros que podem ser considerados como textos canônicos deste gênero em língua portuguesa. São eles os *Roteiros de D. João de Castro,* O *Roteiro de Navegação e Carreira das Índias*, e o mais importante para nossa pesquisa, por se tratar do primeiro roteiro que descreve as terras brasileiras: o *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil.* Estes textos serão objeto de análise deste capítulo.

Como dissemos anteriormente, os textos dos Roteiros de viagens produzidos neste período resultam da evolução das próprias técnicas de navegação entre os navegantes portugueses, e estão intimamente ligados a essa evolução. Certamente, tanto a forma quanto o conteúdo dos Roteiros também varia e se desenvolve juntamente com estes saberes náuticos.

Mas, para analisarmos a constituição desta formação discursiva dentro da qual se inserem os Roteiros de viagem, devemos observar não só esta matriz técnica na qual se fundam, propositadamente, estes textos. Devemos observar também uma matriz estilística

que extrapola esta configuração textual específica, e que se manifesta, talvez, como um estilo de época português presente em diferentes tipos de narrativas escritas do período.

O processo de escritura, desde a escolha das palavras, dos adjetivos, das composições dos parágrafos, até a escolha do tema, vem sempre carregado de elementos da cultura na qual ele se funda. Vem sempre carregado de um estilo cuja constituição pode representar heranças de diferentes lugares. E um dos lugares do qual os roteiros do século XVI e XVII herdam características discursivas e de estilo são as crônicas – outro importante gênero narrativo que floresce em Portugal entre os século XV e XVI.

As obras de João de Barros (*Ásia*) e de Damião de Góis (*Lisboa de Quinhentos*, *Crônica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel*), e a Crônica do Príncipe Dom João representam algumas das principais crônicas portuguesas das primeiras décadas do século XVI. João de Barros também faz uma incursão no campo do romance de cavalaria, com a sua obra inaugural a *Chronica do emperador Clarimundo*[19]. Há também outro autor; Fernão Mendes Pinto, que se dedica a escrever suas memórias em forma de romance – e que, portanto, não pode ser classificado como cronista. No entanto, em função do conteúdo de seu livro de memórias, intitulado *Peregrinação*[20] – onde se encontra a narrativa de suas viagens pelas Índias e Japão, acreditamos ser, também este, um autor que deveria ser levado em consideração em um estudo apurado sobre a constituição daquilo que Sérgio Buarque de Holanda chama de "Literatura de viagens portuguesa"[21] do século XVI. Mas, como este

[19] A obra de João de Barros é importantíssima dentro da cultura portuguesa do século XVI. Desde cedo, João de Barros freqüentou a casa real, na função de moço de guarda-roupa do então príncipe Dom João III, sendo assim introduzido aos hábitos e costumes da corte. Com a morte de Dom Manuel e ascensão do príncipe ao trono, João de Barros se vê na condição de amigo do rei. A primeira obra de sua autoria, dedicada ao rei, é justamente a *Crônica do Imperador Clarimundo*, um romance de cavalaria. Após escrever esta crônica bem sucedida, ele é erguido à condição de historiador oficial. Além das referidas obras, João de Barros publicou uma das primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa, em 1540, e publicou ainda sua *Cartilha de Aprender a ler*. Preocupava-se com o aprendizado da língua portuguesa entre os moços e moças de Portugal e, sobretudo, com o ensino da língua portuguesa nas colônias que Portugal, naquele momento, acabava de estabelecer. (cf. Baião, Antônio. "Introdução". In: Barros, João de. *Ásia de João de Brarros*. Lisboa: Impr. Nacional – Casa da Moeda, 1988. Nesta Introdução, temos também acesso a informações sobre a história das edições das obras de Barros e das suas muitas publicações, inclusive no período pombalino).

[20] Obra publicada em Portugal por volta de 1563, quando o autor, após 21 anos de "peregrinações" retorna à sua terra e se dedica à escritura de suas memórias. Um dos relatos mais famosos de sua obra intitula-se *No rastro do Corsário*, que mais tarde configurou-se como uma publicação avulsa (cf. Pinto, Fernão Mendes. *No Rastro do Corsário*.Lisboa: Portugália Editora)

[21] Cf. Holanda, Ségio Buarque de. *Op. Cit.* p. 1.

capítulo não pretende traçar um mapa extenso da questão, vamos nos centrar apenas em uma breve exposição da obra dos dois cronistas referidos acima.

Vale frisar que esta preocupação em separar crônicas, roteiros e romances é uma preocupação analítica do presente. Possivelmente, para os homens do século XVI, não havia tal preocupação. Há, sim, uma distinção, no momento da produção dos textos, entre as funções práticas dos Roteiros (que devem descrever de uma forma específica os lugares e os trajetos) e as crônicas (que devem se ater principalmente à história dos lugares, e dos homens responsáveis pelos feitos históricos). Mas esta distinção de função não impede que os cronistas descrevam de forma detalhada as grandes viagens, seu percurso e suas dificuldades, e que os roteiristas também prestem intensa homenagem aos reis e também se atenham à história das conquistas. Exatamente por este motivo, acreditamos ser os textos dos cronistas importantes para os roteiristas, e acreditamos que muitas das idéias e concepções acerca da nação Lusitana, presentes nas crônicas, reverberam no conteúdo dos roteiros posteriores.

Damião de Góis[22], escrevendo originalmente em Latim, dedica *Ao Ínclito Príncipe, Dom Henrique, infante de Portugal*, a *Descrição da Cidade de Lisboa pelo Cavaleiro Português Damião de Góis*. Muito significativos, para uma breve caracterização do conteúdo geral deste texto, são os dois parágrafos iniciais produzidos pelo autor:

---

[22] Damião de Góis (1502-1574) é considerado uma figura central do renascimento português. Assim como João de Barros, Góis (que, aliás, compartilha com esse autor o mesmo ano de nascimento) convive desde a infância com os membros da corte portuguesa da época de Dom Manuel, em virtude de sua função de pajem do príncipe João III. Crescendo neste meio, passa na idade adulta a exercer funções de estado para Portugal, como as várias missões diplomáticas e comerciais que o fazem viajar por toda Europa. Em função destas viagens, teria se tornado amigo íntimo do humanista holandês Desiderius Erasmus, com quem convive em Basileia (por volta de 1534), e que o guia nos seus estudos humanistas. Foi feito prisioneiro durante a invasão francesa da Flandres, mas foi libertado pela intervenção de D. João III que o trouxe para Portugal. Em 1548 foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, e 10 anos mais tarde foi escolhido pelo Cardeal D. Henrique para escrever a crônica oficial do Rei D. Manuel I que foi completada em 1567. São consideradas as suas principais obras, escritas em Latim e em Português: a *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel* (4 partes, 1566-67) e a *Crónica do Príncipe Dom João* (1567) . A obra que aqui analisamos, *Lisboa de quinhentos*, foi publicada originalmente em Latim, em 1546. Certamente, o conteúdo das crônicas reais também seria do interesse de nossa pesquisa, mas a seleção desta obra se dá, sobretudo, em virtude das descrições da cidade de Lisboa e de seus rios, que são fundamentais na compreensão dos topos discursivos – das figuras e motivos dos discursos sobre Portugal, que se repetem em narrativas amazônicas que analisaremos adiante. (pesquisa biográfica do autor feita com base no site: www.instituto_camões.pt/cvc)

Há duas cidades que, nestes nossos tempos se podem chamar com razão de senhoras e rainhas do Oceano, pois, por sua direção e domínio, as naus percorrem hoje em dia, todo o oriente e todo o ocidente.

A primeira, Lisboa, situada na boca do Tejo, arroga-se o domínio daquela parte do oceano que, num abraço imenso do mar rodeia a África e a Ásia. A outra Sevilha, voltada para o ocidente, desde o rio Guadalquivir, patenteou à navegação a parte do orbe que hoje se chama novo mundo. (...)[23]

Lisboa é caracterizada por Damião de Góis como cidade a partir da qual, em um abraço imenso, se rodeia a África e a Ásia. A posição da cidade e de seu porto[24], na margem norte do Tejo (voltada, portanto, para o sudoeste) facilita seu destino, de dominação desta ampla e rica região. Já Sevilha, apontada para o ocidente, tem seu olhar lançado diretamente para o chamado novo mundo. Na perspectiva deste cronista, as duas cidades podiam reivindicar para si, neste período, o domínio sobre estas vastas porções de mares e de terras. São as "senhoras e rainhas dos mares".

A cidade de Lisboa ocupa uma posição igual ou mesmo superior com relação à cidade espanhola. O autor, no entanto, apesar de instituir o descobrimento do caminho marítimo da Índia como grande feito memorável que deve ser atribuído à cidade de Lisboa, declara que a sua crônica não vai começar a partir da viagem de Vasco da Gama, mas sim a partir dos feitos do Rei de Portugal, D. João II. A partir daí, o autor faz uma extensa narrativa das relações entre as ações dos reis e as viagens, e elabora ainda uma interessante descrição de Lisboa, dos seus bairros, do Rio Tejo e de várias outras características da cidade.

O autor institui para sua própria terra um padrão descritivo que certamente serve aos viajantes que posteriormente percorrem terras ignotas:

---

[23] Damião de Góis, *Lisboa de Quinhentos*. Tradução de Raul Machado. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1937, p. 17.

[24] A respeito do porto de Lisboa no século XVI, Paulo Miceli faz considerações importantes: *Naquele tempo, o porto de Lisboa era dos mais importantes da Europa. Transformadas em espetáculo, as navegações em alto mar determinavam fortemente o cotidiano das pessoas, como Camões assinalou no canto IV d'Os Lusíadas.* (Miceli, Paulo. *Op. cit.*, p. 90). O autor discute este caráter espetacular das navegações justamente para fazer referência ao apelo que alguns tipos de narrativas de viagens – principalmente aquelas relativas aos naufrágios – tinham entre a população portuguesa. Este tema dos naufrágios será abordado a seguir.

(...) *A cidade, sentada em cinco colinas e outros tantos vales feracíssimos e agradáveis, abarca um espaço tal que o perímetro pode atingir uns sete mil passos. Não é fácil, porém descrever a forma e figura de Lisboa, por assentar em solo montanhoso e desigual. Contudo, se alguém, desde Almada* (...), *considerar a situação e aspecto da cidade, verá que ela apresenta a figura de uma bexiga de peixe.*[25]

O autor descreve minuciosamente a cidade, as características e a localização de seus bairros. Assim, ao leitor de seu texto, torna-se possível constituir uma representação visual, à partir das palavras de Damião de Góis, dos bairros de Lisboa no século XVI. Justamente esta é a tarefa a qual se propõe os roteiristas, na descrição das novas terras que se abrem aos navegantes. O autor constitui uma imagem da cidade através de formas, contornos, imagens que sejam reconhecíveis pelo seu leitor. Formas que eram familiares aos homens naquele período, como uma bexiga de peixe.

O texto de Góis explica que Lisboa adquire esta curiosa forma de bexiga de peixe por se moldar aos dois grandes entes aquáticos que a rodeiam: o Tejo, e o mar. E o Tejo (assim como o mar) é um rio dotado de vida e de personalidade própria na obra de Damião de Góis:

Da base de Alenquer (a maior parte dela está situada no cume de um monte bastante alto), sai um rio, nascido de veios de água subterrâneos, ameno e muito abundante em pescaria, com árvores nas duas margens, que produzem sombras agradáveis, durante os fortes calores do sol do meio dia, e às quais se acolhem os habitantes. Logo correndo com ímpeto tumultuoso, entre rochedos, pelo monte abaixo, espraia-se pela planície a uns seis mil passos dos mananciais de origem, e deságua no Tejo, na altura em que este forma muitas ilhas abundantes em trigo e pastios ubérrimos. Contudo, nenhuma delas possue castelos, aldeias ou vinhedos, como Strabão deixou escrito.

[25] Damião de Góis, *Op. Cit.*, p. 42.

Talvez que faltem, por causa das cheias do Tejo ou pela antiguidade do tempo. Tudo, porém, está bem compensado, porque esse mesmo Tejo, actualmente, dá leis e normas através de tôdas as costas do Oceano, na África e na Ásia.[26]

Esta matriz de atribuição de qualidades e características aos rios portugueses, presente na obra de Damião de Góis, permanece nos Roteiros amazônicos. Rios caracterizados como sendo amenos ou revoltos, abundantes ou escassos em pescarias, encontramos em diversas descrições dos cursos d'água do Grão-Pará e Maranhão, nos Roteiros de viagens do século XVIII[27]. Quais são os atributos, nesta narrativa, que tornam um rio ameno ou tumultuoso?

O afluente do Tejo que nasce em Alenquer nasce ameno, torna-se tumultuoso e finalmente se entrega para o grande rio, num trecho em que este se converte em uma terra fértil, abundante de alimentos. Ele se configura como um rio ameno no alto, perto de sua nascente, quando as suas margens estão cercadas de árvores, e há pesca abundante em suas águas. O rio que corresponde a este termo remete-nos a características dos próprios rios do Éden, cujas características são tão bem analisadas por SBH em Visão do Paraíso. [28] Mas, rapidamente, à medida que o rio vai descendo as encostas do monte, torna-se revolto, tumultuoso. Aqui, vemos outra característica da personalidade dos rios, que se vai configurar dentro deste topos discursivo português: os trechos encachoeirados dos rios configuram-se sempre como problemáticos, como avessos à presença humana.

Com relação ao Tejo, trata-se de um rio que, apesar de suas cheias, apesar de causar problemas à população, é o rio que dita as normas através de todas as costas e oceanos, na África e Ásia. O rio é um palco onde se inicia a grande aventura náutica portuguesa, mas é também ator, incidindo sobre a própria navegação. Das colinas de Lisboa poder-se-ia assistir a tal aventura – neste sentido, Lisboa surge, na obra de Góis, como anfiteatro sobre

---

[26] Damião de Góis, *Op. Cit.*, p. 57.

[27] Exemplos como este, de descrição de um rio amazônico por um clérigo português no fim do século XVIII, atestam esta permanência de adjetivos e qualidades dos rios que migram através das narrativas portuguesas: *O Rio do Xingu desce das minas do Brazil de sul a norte, parallelo ao rio Tapajoz navegavel 2 meses.* (...) *As suas florestas são mui amenas, as praias vistosas e as águas perfeitas.* (Noronha, Padre José Monteiro. *Op. cit.*, p. 281).

[28]. Cf.Holanda, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.* Capítulo II – "Terras Incógnitas". Neste capítulo, o autor mostra a busca incessante nas Américas, nas Índias, ou mesmo em meio ao oceano, pelos rios "do paraíso", que se apresentam para os viajantes em suas visões de diferentes cursos d'água.

o Tejo. E, de Lisboa, vinham as determinações dos reis que coordenavam as ações nos palcos dos mares.

O Tejo, assim como os reis e os navegantes, tem um papel na determinação dos rumos da aventura, do espetáculo que nas suas águas se desenrola. No discurso de Góis, devemos observar ainda que, quando o autor afirma que Lisboa se voltava naturalmente para a África e as Índias, e Sevilha para a América, ele institui uma ordem de importância natural para portugueses com relação às colônias que se iam estabelecendo. Da leitura do texto dos cronistas e de textos importantes da historiografia portuguesa, temos nítida a constatação de que a Ásia era o grande motivo de interesse lusitano no século XVI.

Não é por acaso, assim, que é justamente pela Ásia que João de Barros começa sua grande missão, aquela que se propôs como cronista. Enquanto historiador oficial e amigo próximo do rei D. João III, este autor propõe para si mesmo um projeto ambicioso: escrever uma série de volumes onde se contasse nada menos que a história do mundo todo. Assim, tencionava publicar volumes intitulados "Ásia" (onde se iria narrar a epopéia portuguesa na índia), "Europa" (onde se iria narrar toda a história da Europa), "África" (sobre os feitos portugueses na África) e finalmente "Santa Cruz", sobre a descoberta e colonização do Brasil. Do projeto original, só "Ásia" foi concluído, tendo sido subdividido em quatro "décadas".

A primeira década desta minuciosa história da Ásia ocupa um denso volume, cuja edição fac-similar encontra-se hoje publicada pela Casa da Moeda portuguesa. O texto de João de Barros constitui-se como uma narrativa que busca detalhar ao máximo cada evento considerado (por ele) como importante nesta crônica do descobrimento das Índias.

Cada personagem deve ter aí seu lugar reconhecido nesta história, nenhum nome considerado relevante deve ser omitido, e as descobertas de cada ilha, de cada cabo ou baía recebem suas narrativas e seus descobridores. Na crônica de João de Barros, cada português que participa desta geração de navegantes recebe seu quinhão de honra. Basta observarmos o título de um dos capítulos da "Primeira Década" para compreendermos esta característica:

Capítulo ix: Como Gonçálo de Sintra com outros foy mórto na angra que óra se chama do seu nome. E da ida que Antam Gonçalvez fez ao rio do ouro. E depois Nuno

Tristam, onde tomou uma aldea de mourós. E como Dinis Fernandes passou a terra dos négros e descobrio o cábo a que agóra chamamos Verde. [29]

Neste capítulo, o autor irá nos explicar como uma determinada angra da costa africana recebe o nome de um navegante português que ali morreu em 1445 (cerca de cem anos antes da publicação de "Ásia"). Ao lermos o texto de João de Barros, saberemos os pormenores desta batalha entre o cavaleiro de sua majestade e um mouro velho. João de Barros conta a história fazendo uma contabilidade homem-a-homem, batalha por batalha, dos vencedores e dos vencidos. Por isso mesmo, suas obras também recebem muitas críticas de seus conterrâneos: muitos personagens, ou herdeiros dos personagens por ele citados, sentem-se injustiçados com suas narrativas.

Mas, com relação ao seu texto, interessa-nos frisar como a cultura e a história dos portugueses, como suas vitórias e derrotas, iam dando nome à paisagem da costa da África e, depois, da Ásia.

E, assim como há no texto de Barros uma pormenorização narrativa dos feitos e das vidas dos homens, há também uma pormenorização geográfica. Por isso, o texto do autor, assim como o texto de Damião de Góis, atua também nesta formação de um modelo de narrativa da paisagem particular dos portugueses:

A qual povoação Moçambique daquele dia tomou tanta posse em nós, que em nome é hoje nomeada escala de todo o mundo, e per freqüentação a maior tem os Portugueses; (...) Ca, depois que nesta viagem a Índia foi descoberta té ora, poucos anos passaram que à ida ou à vinda não invernassem ali as nossas naus, e alguns invernou quási toda ûa armada, onde ficou sepultada a maior parte da gente, por causa da terra ser mui doentia; porque, como o sítio dela é um cotovelo à maneira de cabo, que está em altura de catorze graus e meio, do qual convém que as naus que pera aquelas partes navegam hajam vista, para irem bem navegadas, quando os ventos lhe não servem pera passar adiante, à ida ou vinda, tomam aquele remédio de invernar ali.[30]

[29] Barros, João de.*Op. cit* p. 34.
[30] Barros, João de. *O descobrimento da Índia – Ásia, Década I, livro IV.* Lisboa: Gráfica Libonense, 1947, p 35.

Descrições como esta, da costa de Moçambique, onde se narram o formato da costa e dos ventos daquele litoral como elementos chaves da paisagem marítima, são freqüentes nos Roteiros de viagens produzidos nos anos subseqüentes. Aliado à paisagem, outro elemento importante que vemos aqui narrado são os percalços das viagens. Este recorte das formas da natureza em função dos problemas que acarretam aos viajantes é um recorte baseado em um olhar prático da situação, bastante característico dos Roteiros de viagem. Aqui temos a descrição de uma terra "mui doentia", cuja forma de cabo representa perigo ao navegador. Os cabos são locais onde ocorrem muitos naufrágios, locais onde a terra se lança dentro do mar, formando bancos de areia ou marés perigosas.

O naufrágio é uma experiência que teria feito parte da vida do autor de "Ásia". Em 1535, Barros recebe de Dom João III, em sociedade com Ayres da Cunha, a capitania do Maranhão, para explorar e colonizar. Era uma empresa de grande envergadura, e nela ele investe boa parte de seus capitais para preparar uma boa frota, que teria partido de Lisboa em 1535, sob o comando de Ayres da Cunha. À entrada do Maranhão, no entanto, boa parte da frota teria sido destruída por um naufrágio que "deu conta da maior parte da gente"[31]. Encerra-se aí a primeira tentativa de colonização das terras Maranhenses[32].

Anos mais tarde, em 1556, João de Barros, obcecado com a idéia de colonizar o Maranhão, manda uma nova expedição à região, desta vez comandada por seus filhos João e Jerônimo, que percorrem durante cinco anos contínuos o rio Maranhão (Amazonas) e a costa norte do Brasil. Em função das muitas dificuldades com os gentios e com os franceses que já freqüentavam a região, acabam retornando a Portugal sem conseguir estabelecer povoações ou encontrar o tão sonhado ouro, na capitania que lhes pertencia. Os filhos de

[31] Barros, João de. *Asia de João de Barros*. Lisboa: Impr. Nacional – Casa da Moeda, 1988. p. VIII, IX.

[32] Esta teria sido a primeira tentativa de colonização do Maranhão. Esta empreitada é descrita pelo autor da introdução da obra de Barros da seguinte maneira *Nove pois dos navios chegaram salvos às águas do Maranhão em março de 1536 mas privados do comandante* (Ayres da Cunha) *dispersaram-se e, em agôsto de 1538, se três carvelões iam ter às Antilhas, dois se chegavam a Pôrto Rico e outro caravelão ia aportar à ilha de S. Domingos. Um desastre completo !* (Baião, Antônio. *Op. cit,* p. XLI). Segundo Frei Vicente do Salvador, no entanto, estes homens que teriam chegado ao Maranhão não se desanimaram em sua missão de colonizadores. Teriam subido por um grande rio (possivelmente o Pindaré) e teriam feito uma fortaleza na Ilha de São Luís. (Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil, p.78. apud Baião, Antônio. Op. cit,* p. XLI).

João de Barros, ao menos, produzem alguns dos primeiros relatos em língua portuguesa sobre o rio Amazonas e outros rios da região que tanto nos interessa.[33]

Desta experiência "desastrosa", resta, para João de Barros, o naufrágio como um tema importante para seu repertório de temas portugueses: Após os naufrágios, ocorridos por volta de 1535-6, ele teria se dedicado a acompanhar a vida das viúvas e filhos dos náufragos[34]. Talvez por isso, a incerteza e o fantasma dos naufrágios são caracterizados em sua obra como sentimentos que freqüentemente rondam os navegantes. Eles nos são apresentados pelo autor como contrapontos aos feitos heróicos desta geração de mareantes.

Não só na obra de João de Barros os naufrágios podem ser vistos desta maneira. Ao mesmo tempo em que se constituía um topos literário que exaltava as viagens e os viajantes bem sucedidos como heróis portugueses, também se constituía o tema dos naufrágios como algo central nesta cultura. Mesmo as viagens mal sucedidas também servem aos propósitos desta literatura "heroicizante". Segundo Paulo Miceli, (...) *mesmo quando iam ao fundo, as caravelas flutuavam no discurso histórico como monumentos destinados a fazer parte deste movimento geral, celebrando a glória de povos viajantes, a cujo arrojo e perícia se deve o descobrimento de novas terras e sua integração (não importam, por ora, os procedimentos) ao universo hegemônico da Europa Católica.* [35]

Assim, devemos pensar nos naufrágios como uma parte importante da própria navegação e da literatura de viagens portuguesa. Na verdade, as narrativas dos naufrágios se mostravam mais interessantes para a população portuguesa do século XVI do que as crônicas ou os Roteiros. Estes textos tinham um público mais restrito. No caso das crônicas, este público era constituído principalmente por membros da corte ou homens letrados e interessados na história. Já no caso dos Roteiros, seus leitores constituíam-se de pilotos, ou

[33] Nesta carta, Jerônimo de Barros compõe a sua narrativa da epopéia da família Barros: *Meu irmão João de Barros e eu em tempo del Rey Dom João o 3º fomos por seu mandado ao Rio Marenham com hũa armada ao descobrir o dito rio e costa pellas esperanças de que avia de grande resgate douro e descobrimos mais de quinhentas légoas de costa e entramos assi o rio Merenhã como outros muitos grandes e notaveis e resgatamos algũs homées que nella se andavam dos que se perdera có Loys de Mello no que passamos mitos trabalhos de guerra có os francezes e com o gentio da terra e fomos povoamos em trées partes no que gastamos perto de cinquo annos sostentando tudo sempre a custa do meu pay até gastar quanto tinha e fizemos muito serviço a el Rey como darei conta se me fôr pregumtado.* (Cf. Documentos inéditos sobre João de Barros. p. 151. Apud *Baião, Antônio. Op. cit,* p. XLIII).

[34] Cf. Lapa, Rodrigues. "Prefácio". In: Barros, João de. *O descobrimento da Índia – Ásia, Década I, livro IV.* Lisboa: Gráfica Libonense, 1947, p. IX.

[35] Cf, Miceli, Paulo. *Op. cit.* p. 31.

dos homens que trabalhavam a serviço do estado português e tinham interesse no conhecimento das rotas de comércio.

Já a literatura voltada para o tema dos naufrágios certamente despertava o interesse de uma parcela maior da população. Conforme nos informa Angélica Madeira, *O certo é que os relatos* (de naufrágios) *conheceram uma grande popularidade na segunda metade do século XVI e no início do XVII, atingindo verdadeiros recordes editoriais. Sabe-se, por exemplo, que no ano de 1601 saiu, pela tipografia de Antônio Alvares, em Lisboa, a segunda edição do relato do naufrágio da Nau Santo António, ocorrido em 1565, com uma tiragem de mil exemplares. (...) Na época, um livro com boas previsões de vendagens raramente ultrapassava os trezentos exemplares.*[36]

Assim, ao mesmo tempo em que se constituía no texto das crônicas uma imagem positiva deste empreendimento marítimo português, também se consolidavam, através de relatos como este, os temores e os horrores das viagens no imaginário popular. Os naufrágios eram tão, ou mais famosos que os próprios descobrimentos, e se configuravam como o grande fantasma que acompanhava os mareantes e que rondava suas famílias quanto estes se encontravam no mar.

Nesta passagem, do livro IV da Década I de "Ásia", onde se narra o descobrimento da Índia, vemos justamente uma narrativa das incertezas e das lágrimas que acompanham a partida de Vasco da Gama:

E quando veo ao desfraldar das velas, que os mareantes, segundo seu uso, deram aquele principio de caminho, dizendo "boa viagem !" – todolôs que estavam prontos na vista deles com ua piedosa humanidade dobraram estas lágrimas e começaram a encomendar a Deus e lançar juízos, segundo o que cada um sentia daquela partida.

Os navegantes, dado que com o fervor da obra e alvoroço daquela impresa embarcaram contentes, também, passado o termo de desferir das velas, vendo ficar em

[36] Cf. Madeira, Angélica. *Livro dos Naufrágios: ensaio sobre a História Trágico-Marítima.* Brasília, Ed. UNB,2005, p. 26. Nesta obra, a autora apresenta um interessante ensaio sobre um texto que de certa forma consolida o tema dos naufrágios dentro da cultura lusitana, que se intitula, justamente, *História Ttrágico-Marítima.* Esta obra é uma coletânea de doze narrativas de naufrágios compilada pelo historiador setecentista português Bernardo Gomes de Brito, publicada em 1735-6. Esta coletânea também alcança um grande sucesso na ocasião de seu lançamento, e serve como ponte para que o tema dos naufrágios permaneça, e se fortaleça, entre os séculos XVI e XVIII.

BIBLIOTECA CENTR
DESENVOLVIMEN
COLEÇÃO

terra seus parentes e amigos, e lembrando-lhe que sua viagem estava posta em esperança e não em tempo certo nem lugar sabido, assi os acompanhavam em lágrimas como em o pensamento das cousas que em tam novos casos se representam na memória dos homens. Assi que, uns oulhando pera a terra, e outros pera o mar, e juntamente todos ocupados em lágrimas e pensamentos daquela incerta viagem, tanto estiveram prontos nisso, té que os navios se alongaram do porto.[37]

Esta cena das lágrimas que se derramam de ambas as partes, das lágrimas dos familiares que ficam na terra, e dos navegantes que se lançam em uma viagem posta "em esperanças, e não em tempo certo nem lugar sabido" é uma das cenas mais intensas de sua obra. Aqui, o autor cumpre plenamente seu propósito de apresentar uma caracterização heróica dos navegantes portugueses. São heróis estes homens que se lançam ao desconhecido, imbuídos de fé e esperanças. Era preciso correr o risco dos naufrágios para se atingir a bem-aventurança. Em passagens como esta, vemos a crônica de João de Barros constituir-se, em certa medida, em forma de epopéia.

Pode-se dizer, no entanto, que a ponte para a transformação da aventura de Vasco da Gama e sua esquadra em epopéia só será completada com a publicação de obra de Luis de Camões, *Os Lusíadas*, em 1572. Considerada como texto canônico da cultura lusitana, a obra de Camões é publicada vinte anos após a publicação de "Ásia". É imprescindível incluir-se *Os Lusíadas* neste conjunto de textos que se voltam para a criação do mito dos descobrimentos e para o enaltecimento das viagens e dos viajantes portugueses como fundadores desta pátria marítima.

O próprio Camões era também um viajante: estivera na África e na Índia, e também sobreviveu a experiências de naufrágios[38]. Não pretendemos aqui explorar a vastidão dos

[37] Barros, João de. *Op. cit.*, p. 14.

[38] Segundo o professor Vitor Ramos, autor da introdução de *Os Lusíadas* que utilizamos em nosso trabalho, *a biografia de Camões é um tecido de dúvidas*. Este mesmo autor, no entanto, nos fornece algumas informações sobre suas viagens: por volta de 1548, teria estado no norte da África, onde, provavelmente em Ceuta, no combate com os Mouros, perdeu o olho direito. Em 1553, após um regresso a Portugal, teria embarcado em nova viagem para Goa. Na Índia, permanece por mais doze anos e participa de expedições militares. Em 1567 começa seu retorno a Portugal, com uma longa escala forçada em Moçambique por falta de recursos. Finalmente regressa a Portugal, edita *Os Lusíadas* em 1572 e obtém uma tença do Rei que lhe basta para viver seus dois últimos anos de vida (vindo a falecer em 1580). Cf. Ramos, Vitor. "Introdução". In: Camões, Luis de. *Op. cit.* pp. 17-9. Assim, Camões escreve sua obra inspirado pela sua longa experiência de viagens.

significados desta obra. Vamos nos ater apenas a uma esfera particular de significado que nos interessa para a compreensão dos sentidos da experiência da viagem entre os portugueses.

Em *Os Lusíadas*, há uma parte específica que nos fornece elementos importantes para pensarmos esta configuração do mito português. Trata-se do diálogo de Vasco da Gama com o gigante Adamastor. O próprio gigante seria uma representação mítica de um acidente natural, o cabo das Tormentas[39]. Adamastor, figura robusta de disforme e grandíssima estatura, com barba esquálida e olhos encovados ergue-se do mar para Vasco da Gama. Em duas de suas famosas estrofes, diz o seguinte ao navegante:

41

E disse: - Ó gente ousada, mais que quantas
No mundo cometeram grandes cousas,
Tu, que por guerras cruas, tais e tantas,
E por trabalhos vãos nunca repousas,
Pois os vedados términos quebrantas
E navegar meus longos mares ousas,
Que eu tanto tempo há já que guardo e tenho,
Nunca arados de estranho ou próprio lenho:

42

Pois vens ver os segredos escondidos
Da natureza e do úmido elemento,
A nenhum grande humano concedidos
De nobre e de imortal merecimento,
Ouve os danos de mim que apercebidos,
Estão a teu sobejo atrevimento,
Por todo o largo mar e pela terra

[39] O próprio Adamastor é um importante elemento para a interpretação de *Os Lusíadas* como mito de origem. Sua figura monstruosa é justamente um dos elementos centrais que a antropologia contemporânea utiliza em suas análises dos mitos. Segundo Edmund Leach *"a natureza dos monstros anômalos (...) é que eles são metade homem metade animal"* (in: Leach, Edmund. *As idéias de Lévi-Straus*, São Paulo: Cultrix. P. 63). O ser anômalo, anormal, mítico, seria o ente responsável pela passagem entre dois mundos, entre duas realidades com que o mito opera.

Que inda hás de sojugar com dura guerra.[40]

Adamastor afirma ao navegante que a audácia do povo português é ir onde ser humano algum jamais fora. Nenhum humano, antes, fora capaz de desvendar de tal modo os segredos do úmido elemento, da água. Os portugueses acreditam-se os merecedores dos conhecimentos dos mares, e das terras que se revelam com a navegação. A obra de Camões, ao mesmo tempo que cria, afirma esta crença. Com relação as terras, o próprio mito anuncia a tarefa do descobridor de subjugá-las com duras guerras. E através da água, o povo português realiza sua função de ir onde homem algum jamais fora, de fazer a travessia do mundo conhecido para o desconhecido. E por isso se vê como merecedor do que acaba de conhecer, de descobrir. Ainda que tenha que impor seu merecimento "divino" através de duras guerras.

Dentre todos os elementos da natureza, é sem dúvida á água aquele que se impõe na cultura portuguesa. A água representa aquele elemento através do qual tantas coisas se revelaram aos viajantes. No poema de Camões, a Vasco da Gama, o homem sábio, é dada a chance de ver a máquina do mundo:

79

Uniforme, perfeito, em si sustido,
Qual, enfim, o arquétipo que o criou.
Vendo o Gama este globo, comovido
De espanto e de desejo ali ficou.
Diz-lhe a deusa: - O transunto, reduzido
Em pequeno volume, aqui te dou
Do mundo aos olhos teus para que vejas
Por onde vás e irás o que desejas.

80

Vês aqui a grande máquina do mundo,
Etérea e elemental, que fabricada

[40] Camões, Luís de. *Op. cit* p. 150.

Assim foi do saber, alto e profundo,
Que é sem principio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superficie tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.

Assim, o homem que navega pelas águas nunca antes navegadas tem a chance de conhecer a alma do mundo. O território do sem palavras, virgem de representação. O arquétipo da sabedoria portuguesa se constitui a partir das águas. Tanto no século XVII (após sua publicação), quanto no século XVIII, período que analisamos, a obra *Os Lusíadas* não era vista como um poema épico. Era mais do que isso. Dois séculos depois, *Os Lusíadas* eram uma obra lida nas escolas como texto histórico[41]. Todo português letrado dos séculos seguintes lê *Os Lusíadas*. Trata-se, portanto, de um texto fundador de referências imaginárias para os homens desta cultura, de um texto a partir do qual se aprendia a olhar o mar, a olhar água, e as mais diferentes paisagens das terras conquistadas. Em função disso, podemos dizer que os homens portugueses, do século XVIII, estão inserido nesta mesma trajetória. Sofrem da mesma obsessão aquática.

***

Assim, tanto os textos dos cronistas, quanto a poesia de Camões, podem ser considerados como constitutivos deste sistema literário que organiza a narrativa de viagens no mundo lusitano (e ibérico) a partir do século XVI. Antes de Camões, o teatro de Gil Vicente[42] também pode ser considerado como referência nesta formação discursiva acerca das viagens que emerge em Portugal neste período.

---

[41] Em sua obra o *Perfil do Leitor colonial*, Jorge de Souza Araújo afirma justamente que *Os Lusíadas* era um dos poucos livros realmente difundidos entre os leitores da colônia no século XVIII. Assim, tanto entre os roteiristas nascidos em Portugal, como entre aqueles nascidos no Brasil, esta obra pode ser considerada como grande referência para a compreensão da história e do espírito do povo lusitano. (In. Araújo, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999. p. 62).

[42] Paulo Miceli chama a atenção para uma peça menos conhecida de Gil Vicente, *O triunfo do inverno*, de 1529. Nesta peça, Gil Vicente coloca em cena, cem anos antes de Shakespeare, a Tempestade, como personagem central de sua narrativa tragicômica de um naufrágio. Esta peça mostra também uma face menos épica dos navegantes, com o piloto caracterizado como um homem despreparado para seu cargo e visto, juntamente com a Tempestade, como o grande responsável pelo naufrágio. Cf. Miceli, Paulo. *Op. Cit.* pp. 90-96.

Em todos estes textos, reverbera uma mitologia da viagem, de travessia aquática, como elemento central desta cultura. Também na cartografia do período, como analisaremos a seguir, vemos ecoar vozes deste mesmo sistema.

Tais escritos devem ser vistos como relatos fundadores da própria nação portuguesa. São discursos constituídos e constituintes dos mesmos topos, das mesmas figuras e motivos que se tornam centrais para a identidade portuguesa. Estes textos, no entanto trabalham estes elementos "identitários" de diferentes formas, em virtude de suas diferentes funções discursivas: as crônicas representam um tipo de narrativa que se destina a projetar na história os viajantes e os reis que comandaram o empreendimento em questão. Interessam, sobretudo, ao enaltecimento dos próprios governantes e de seus navegantes, além de render benefícios aos próprios cronistas. A poesia de Camões, por sua vez, tem um significado para a nação lusitana que dificilmente pode ser resumido em algumas linhas. Mas, de um modo geral, podemos dizer que *Os Lusíadas* servem, sobretudo, para a projeção épica da missão histórica portuguesa: representam uma narrativa da história dos descobrimentos que visa transcender a própria história humana, e situar a trajetória portuguesa dentro de uma perspectiva mítica. Já os Roteiros – doravante, o principal objeto de nossa análise - representam a face prática deste empreendimento marítimo: interessam principalmente àqueles que realmente tencionam se lançar ao mar e dar seguimento aos descobrimentos.

Todos estes textos, que de diferentes maneiras são produzidos no período áureo das navegações, servem para a exaltação da nação lusitana. Mas, como afirma Antero de Quentalem relação aos Lusíadas, trata-se de um *canto de exaltação pré-agônico*[43]. Como se sabe, a partir de 1580 esta nação iria perder sua independência e se dissolver na península ibérica, agora dominada por um só país: a Espanha. Neste novo contexto, as crônicas e o texto épico de Camões passam a representar uma dolorosa realidade: a realidade de uma

[43] Cf. Ramos, Vitor. "Introdução". Os Lusíadas, *Op. cit*, p. 14. Este autor, que cita Antero de Quental, não concorda plenamente com esta definição dos Lusíadas como uma obra que mais tarde representaria a própria agonia de um povo: *Encarada como uma constatação de derrota se olharmos pelo prisma da exaltação das glórias imperiais de um povo, a epopéia de Camões ecoa entretanto como um grito de vitória, se virmos nela a emanação do ideal renascentista de domínio do mundo pelo homem. E também pode parecer um ironia, esta já não dolorosa mas compensatória, a colocação na proa da nave do Renascimento, procurando abarcar o universo inteiro nos seus braços, do homem lusíada, em vésperas de perder, não só o mundo que pretendia abarcar, mas o próprio estatuto de nação.* Ramos, Vitor. "Introdução". Os Lusíadas, *Op. cit*, p. 14.

nação cujas glórias pertencem ao passado, mas que naquele momento encontrava-se subjugada.

Os Roteiros, por sua vez, apesar de servirem, como os outros textos, aos propósitos nacionais, não perdem sua função imediata, nem representam uma glória do passado. Ao contrário, a prática da navegação entre os mareantes portugueses permanece, e o domínio das rotas para as índias continua a ser sobretudo a eles pertencente. Os saberes presentes nestes textos não deixam de pertencer aos pilotos portugueses, ainda que suas naus ostentem uma nova bandeira. Os Roteiros são textos para serem lidos principalmente no meio do mar (ou de viagens), onde talvez as questões históricas se dissolvam face às dificuldades de um atribulado presente imediato. Assim, por seu caráter prático e imediato, a produção portuguesa dos Roteiros de viagens continua no século XVII, mesmo sob o domínio espanhol. Justamente neste período temos a escrita de um importante texto que faz parte do conjunto que ora analisaremos: O *Roteiro de Navegação e Carreira das Índias*, de 1612.

1.4 Roteiros Lusitanos para as Índias

Dom João de Castro é um dos autores que produz um dos textos mais importantes dentro da tradição de roteiros marítimos portugueses: o *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*. Em seu texto, temos uma narrativa que se baseia num percurso muito semelhante ao descrito nos roteiros do piloto árabe de Vasco da Gama. A escritura em português, porém, da rota completa das índias, é cerca de quarenta posterior à narrativa árabe.

Este texto, também conhecido como "Roteiros de D. João de Castro", foi considerado por Antonio Fontoura da Costa (autor do prefácio da edição de 1940) como *um dos maiores monumentos científicos portugueses de todos os tempos*.[44] Não pretendemos aqui estabelecer uma escala de valores envolvendo todas as narrativas de viagens portuguesas, mas sem dúvida trata-se de um texto monumental. Um texto que pode ser assim definido, justamente por se encontrar erigido sobre diversas camadas narrativas, sendo a própria narrativa Ahmad Ibn Mádjid uma importante camadas constitutiva do texto de Dom João de Castro.

[44] Costa, Antonio Fontoura. "Preâmbulo". In: Castro, Dom João. *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1940, p. XI.

Trata-se de um texto canônico deste gênero que adquire grande importância em Portugal. Canônico não apenas por lapidar um estilo próprio, mas também pelo próprio conteúdo de sua narrativa: antes, um piloto árabe era o único capaz de descrever, a partir de sua experiência e de seu saber narrativo, a viagem até as Índias; agora, tanto esta experiência, quanto esta habilidade narrativa, pertencem à cultura lusitana. Daí a importância do *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*, escrito em 1543.

Dom João de Castro[45], autor do texto, tem um histórico de navegações que lhe permitiu escrever tal texto. Em 1539, para reconquistar o Mar Vermelho (ou Mar Roxo), que havia sido invadido pelos turcos, D. Estevam da Gama (filho de Vasco), que governava a Índia, partiu de Goa com uma frota monumental de navios portugueses (vários galeões, sessenta e quatro navios de remo, três galés, etc...). Dom João de Castro embarca nesta expedição juntamente com os "melhores marinheiros portugueses em serviço no oriente".[46] Dom João de Castro, provavelmente após seu retorno a Portugal, em 1543, dedica-se então à descrição da parte náutica da viagem por ele realizada, na ocasião da reconquista do mar Vermelho.

O texto do roteiro é precedido por um prólogo, onde se dedica o texto ao sereníssimo Príncipe Infante Dom Luís. Esta é uma característica do gênero que irá permanecer até o século XVIII: os roteiros mais importantes são dedicados aos reis ou aos príncipes. No caso do *Roteiro do Maranhão* e de outros roteiros do final do século XVIII, é à rainha D. Maria I que se dedicam tais textos. Nunca saberemos ao certo se estes textos foram realmente lidos pelos monarcas, mas tais dedicatórias sem dúvida mostram que os autores atribuem grande importância a seus textos; acreditam que com a escrita de seus roteiros estão contribuindo com a coroa e esperam, em alguns casos, o reconhecimento por suas contribuições.

---

[45] Os textos dos historiadores portugueses a que tivemos acesso não poupam elogios à figura de Dom João de Castro: *Não cabe aqui biografar este notável guerreiro, administrador colonial, cientista e "categorizado cartógrafo, mas, acima de tudo, um dos maiores navegadores científicos de todos os tempos". Basta, apenas, lembrar que D. João de Castro foi aluno do célebre matemático e cosmógrafo Pedro Nunes, cujas teorias, métodos e novos instrumentos procurou ensaiar. Para fazê-lo, talvez levado por natural inclinação, redigiu notáveis roteiros, ilustrados por cartas e vistas que, embora desenhadas por desconhecidos cartógrafos, foram certamente baseadas nos esboços cartográficos que levantou in loco, pois era hábil desenhador.* In: Hespanha, Antonio Manuel. (org.) *Op. cit.*, p. 24.

[46] Cf. Costa, Antonio Fontoura. *Op. cit.*, p. XII.

No caso deste roteiro, além da dedicatória inicial, todo o prólogo é escrito na forma de uma carta, dialogando incessantemente com o príncipe. Neste diálogo, o autor acaba sintetizando de forma bem acabada seu intuito ao escrever o roteiro:

Ora avendo eu respeito a todas estas cousas [os percalços da viagem descritos anteriormente], *ó inuictissimo principe, achando me na conquista e descobrimento dos Bosforanos, e gentes, que moram as prayas tam estendidas do Syno Arabico, chamado per outro nome Mar vermelho: Determinei escrever qual seja o sitio desta terra, os caminhos, e rodeos, que fazem as costas, e levanças do Pollo, que tem as cidades e portos, e com isto, o caminho de cada dia. Tendo por certo, nenhuma outra cousa estar mais escura, e embaraçada nos entendimentos dos homens, e escriptura dos antigos, que a Cosmographia deste mar e terra.*[47]

O intuito do roteiro é romper com o desconhecimento daqueles mares e terras nos quais os portugueses se encontravam naquele momento. O roteiro visa sempre à escritura e à nomeação; visa a dar forma, no campo da escrita, às terras que até então pertenciam apenas a uma minoria de navegantes portugueses que as tinham percorrido. É curioso notar justamente isto: este texto fora escrito cerca de quarenta anos após a viagem de Vasco da Gama, da qual resulta o roteiro do piloto árabe. Neste meio tempo, o trajeto para Goa fora executado por diversos navegantes, tanto que Portugal estabelece até uma esquadra de navios na Índia. Estes navegantes, porém, ainda não haviam feito esta tarefa que Dom João se propõe realizar: traduzir as terras e mares em narrativa escrita; descrevê-los em língua portuguesa e, com isto, colonizar as terras e conquistar efetivamente a rota. Só a escrita pode trazer o conhecimento que desembaraça o entendimento dos homens sobre a rota das Índias. Mas a tarefa da escrita, como afirma Dom João, ainda não havia sido levada adiante por seus conterrâneos que o antecedem na prática da navegação, por motivos bem delineados:

Pello que assentei de chamar a este liuro Roteiro, em ho qual se contem a viagem, que fizeram os Portugueses, partindo da nobre cidade de Goa, atee Soez, que he no fim, e

[47] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p. 3.

stremidade do Mar Roxo; com o sitio, e pintura de todo o syno Arabico. Ho qual atee qui, nam digo ser per alguma nação conquistado; mas nem sabido a longura, e distancia de suas prayas dos moradores, que viuem, e nauegam dentro delle. Ho que estaua occulto, e em grande segredo, tanto pello demasiado comprimento do caminho, como pellos infinitos impedimentos e rodeos, que nelle ha. Porque verdadeiramente se pode affirmar, que neste mar, e costa ha mayores difficuldades per a se poder nauegar, que em todo o circuito do grande occeano, assi per o curso dos ventos, que nelle reinam, falta de aguadas, sterillidade das costas; como pello innumerauel numero de restingas, baixos, Parcees, Ilhas, Coroas, darea, Penedos, Ilheos, que se oppoem a cada hora, e momento, aos caminhantes. Pello que difficultosamente se poderá julgar, se ganharam os Portugueses maior gloria, e nomeada em triumpharem do mar Roxo, ganhando nelle tantas cidades, vencendo as gentes dos Ethiopes, Egyptios, Arabes: se em descobrir, e fazer nauegauees suas prayas. [48]

Além do demasiado comprimento do caminho e dos infinitos impedimentos da costa, motivos apontados pelo autor para tal roteiro permanecer oculto da escrita, há ainda um motivo que ele mesmo aponta nas páginas anteriores: os portugueses eram mestres na arte de esconder seus caminhos. O inicio deste prólogo faz referência a este crença no povo lusitano em ser mais vantajoso esconder do que descrever.[49] O autor, imbuído de um espírito renascentista, defende por sua vez que ao mostrar o conhecimento das terras aos inimigos, os portugueses estariam também mostrando sua superioridade em relação às outras nações que naquele momento se dedicavam à navegação.

Ao descrever um roteiro como este, de grandes dificuldades e obstáculos, Dom João sabe que muitos dos homens que queiram se aventurar a seguir seus passo talvez não consigam atingir o destino proposto. Daí a ênfase nos perigos. E daí, também, a ênfase na glória da sua armada, que além de vencer tão dificultoso trajeto e chegar ao mar Vermelho, teria também conseguido conquistar cidades dos etíopes, árabes e egípcios.

Mas, como afirma o próprio autor, na página seguinte, a glória do povo português é "matéria imprópria e alheia" ao texto do Roteiro[50]. Neste texto, o autor tratará apenas dos

[48] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p.4.
[49] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p. 1.
[50] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p. 5.

Ventos, Mares, Portos: no que se em parte escreuer, mais largo, do que he necessario; e em outras menos, do que se ha mester; pera facilidade e proueito dos que nauegam ...[51]. É interessante notar que o próprio autor afirma que em alguns casos escreverá mais do que o necessário, e em outros menos do que seria desejável ao navegador. Ele mesmo percebe os limites de sua narrativa, e acaba também delimitando uma característica deste gênero de texto: a escritura dos lugares nunca é homogênea, igual. Existem sempre etapas, cidades, baías onde a narrativa se aprofunda, onde a paisagem torna-se mais visível ao leitor. E existem também outros lugares para os quais, a partir dos roteiros, não conseguimos elaborar nenhum tipo de imagem mental.

Mas o que nos interessa, sobretudo, é esta postura adotada pelo autor, de tomar como matéria do texto apenas a descrição do caminho. Esta talvez é talvez uma das características mais marcantes do gênero dos roteiros: delimitar, no início do texto, como sendo a matéria de que se irá tratar, apenas o trajeto percorrido. Ao longo das narrativas, no entanto, à revelia desta delimitação, surgem sempre comentários acerca dos mais variados temas. Tal característica permanece ativa e marcante até no fim do século XVIII. O texto do *Roteiro do Maranhão* é um exemplo desta mesma postura, que vemos o autor do século XVI adotar; nele o autor anônimo começa fazendo a seguinte afirmação:

No Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhy não só me propuz ajuntar aquellas noticias, que podessem servir para dar huma idéa circumstanciada do caminho, que elle dirige, mas me propuz também escrevê-las debaixo do mesmo título que me foi insimado.[52]

Como analisaremos a seguir, seu texto extravasa em muito as fronteiras por ele propostas e, além das descrições da natureza, acaba elaborando também planos de povoamento, críticas à forma como a colonização vem sendo posta em prática, comentários sobre economia, cultura, e outros elementos que interessam na relação da metrópole com as colônias.

Assim, descrever as etapas do percurso é a proposta central destes textos desde o século XVI. E desde o século XVI, tal proposta – a de se ater à descrição da natureza, do percurso – é preenchida com uma série de observações interessantes, que remetem a diferentes tipos de saberes que se entrelaçam na escritura dos roteiros.

[51] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p. 5.
[52] R.M., p. 60.

O texto de Dom João se organiza como uma narrativa de todos os dias de viagem ente Goa e Suez. É, pois, uma narrativa dos dias e do caminho. Em todas as páginas, sob o título "Caminho", temos a descrição do caminho percorrido. Mas, como o próprio autor afirma, em alguns pontos sua narrativa se torna mais densa, mais detalhada, e muitas vezes se desvia do próprio caminho. Este trecho, no qual ele se depara com pegadas de animais que supõe serem sátiros, é um exemplo de descrição que toma outro rumo, indo muito além do caminho percorrido:

Caminho

A xxiv de feuereiro de 1541. saindo o Sol, nos fizemos a vella do porto de Xabàque, o vento era Norte Gallerno: Gouernamos huum pouco Alloesnoroeste. Mas logo tomamos a vella e caminhamos ao remo per hum Canal tam estreito, que pella maior parte era necessario hirmos a fio, e hum diante do outro, e onde quer que se allargaua, seria espaço de hum tiro de bésta. Os caminhos, que faziamos, eram muitos, et mui desuarados, ora enderençando a huma parte, ora a outra, sem jamais correrмos direitos, e para lugar certo: o mais que nos arredauamos da terra firme seria hum tiro de bombarda, e o menos, pouco mais de hum tiro de besta. (...) *Agora auemos de considerar, que nesta altura, e lugar põe Phtolomeu o monte dos Satyros: Do qual nam achei nos Pillotos da terra alguma memoria. Porem indo polla terra adentro, obra de mea legoa, achei rastro danimais de tantas maneiras, e pegadas tam monstruosas, que era cousa de marauilha, e todos os rastros vinham tee pôr os pees no mar: e era a trilha tamanha, que occupaua a maior parte do campo. Creo nacer daqui a fabula tam espargida dos satiros, que diz habitarem estas serras, e montanhas...*[53]

Aqui a narrativa se embrenha na mitologia e a observação da natureza se torna uma busca de indícios de seres mitológicos. Na primeira parte da narrativa temos a descrição minuciosa do canal, da sua largura, profundidade, dos percalços para atravessá-lo. Parece tratar-se de um texto objetivo, nos moldes anunciados acima. Para um homem do século XVI, no entanto, a descrição dos sátiros talvez faça parte desta objetividade desejada.

[53] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p. 73.

Na segunda parte da descrição, o narrador deixa explícito o peso que sua cultura tem na observação da natureza: a busca pelos sátiros das narrativas de Ptolomeu é tão intensa, que os indícios encontrados (pegadas) passam a ser tomados como evidências da sua presença. A cultura molda a natureza no olhar do viajante, e é esta natureza que nasce da percepção humana crivada pela cultura, aquela que será descrita nos roteiros de viagem. Por isso, todo texto que diz se ancorar apenas na descrição da natureza acaba descrevendo muito mais, mobilizando todo um universo de referências e questões que a própria perspectiva cultural do narrador traz à tona no momento do olhar sobre a paisagem. O encontro da terra dos sátiros, como o próprio autor afirma, era coisa de "maravilha". E o maravilhoso também era objeto de busca nestas viagens, pois, em um tempo em que o mundo ainda não havia sido desencantado pela ciência cartesiana[54], o maravilhoso estava incutido nas próprias possibilidades da natureza.

Além dos seres mitológicos, a narrativa dos lugares também traz importantes referências diretas aos hábitos e saberes de outras culturas, como na seguinte passagem:

E logo de Raseldoaèr por diante, espaço de huma legoa, vai a costa muito baxa, na volta de Nornordeste, e no cabo faz huma ponta darea, onde stam. 13. morouços, ou caramanchões de pedra, que, segundo diziam os Pillotos mouros eram sepulturas: e desta ponta dos Jazigos obra de duas legoas, corre a costa ao Nornoroeste; e deshi a tanto avante como esta restinga que está auante de Çuaquem. 43. legoas, se corre Noroeste Sueste, quarta de Norte sul. Raseldoaèr em arauico que dizer, cabo dos rodeos. [55]

---

[54] Guy Van de Beuque, em sua obra *Experiência do Nada como princípio do mundo*, trata justamente deste trajeto de "desmaravilhamento" do mundo pela ciência. Nesta passagem, temos um belo exemplo de como opera o olhar científico que busca a explicação, e que é o oposto ao deste olhar do viajante em questão, que procura os Sátiros, as maravilhas:
" Uma flor solitária reina violeta entre os galhos
que se espreguiçam à aurora."
E, súbito, uma singela flor de um arvoredo se coloca... Mas a ciência logo nos desfaz de nosso espanto. Ela nos lembra que foi nosso olhar ou, quem sabe a Terra que nutriu em seiva o desabrochar e o Céu que com seus raios deu-lhe vitalidade, extraindo a energia dos elementos que a Terra abrigou. Muitas causas parecem ter originado a flor do pequeno arvoredo, e, no entanto a ciência não se refere ainda à simplicidade do que se mostrou. O arvoredo e sua flor não foram a mera suposição de fatores – tais como a água, o carbono, a metáfora, a fotossíntese solar ou a subjetivivdade de nosso olhar – como as ciências gostariam que fossem. Van de Beuque, Guy. *Op. cit.* Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad, 2004, p. 25.

[55] Castro, Dom João. *Op. cit.*, p. 106.

Os mouros constam muitas vezes nos roteiros, como provedores de elementos que servem aos portugueses para a interpretação da paisagem. Graças à informação dos pilotos mouros, os lusitanos puderam saber que os caramanchões de pedra eram, na verdade, sepulturas.

Esta é uma característica destas narrativas que se mantém nas Américas: a busca pelo olhar das culturas locais, que sabem decifrar os signos ali colocados. É uma busca pela própria decifração do mundo, pelo entendimento dos signos que só podem ser traduzidos por homens de outras culturas. No entanto, esta participação do outro no entendimento do mundo nem sempre fica explícita no texto, como vemos na passagem acima.

Na própria busca pela tradução do nome árabe *Raseldoaèr* para seu significado em português, que seria "cabo dos rodeios", o roteirista está também investindo na compreensão daquela terra, das dificuldades que ela apresenta ao viajante. Este procedimento de apresentar também o significado das palavras em outras línguas que dão nome a lugares é comum nos textos do século XVIII, onde a decifração dos nomes tupis passa a ser uma tarefa empreendida por muitos roteiristas na Amazônia.

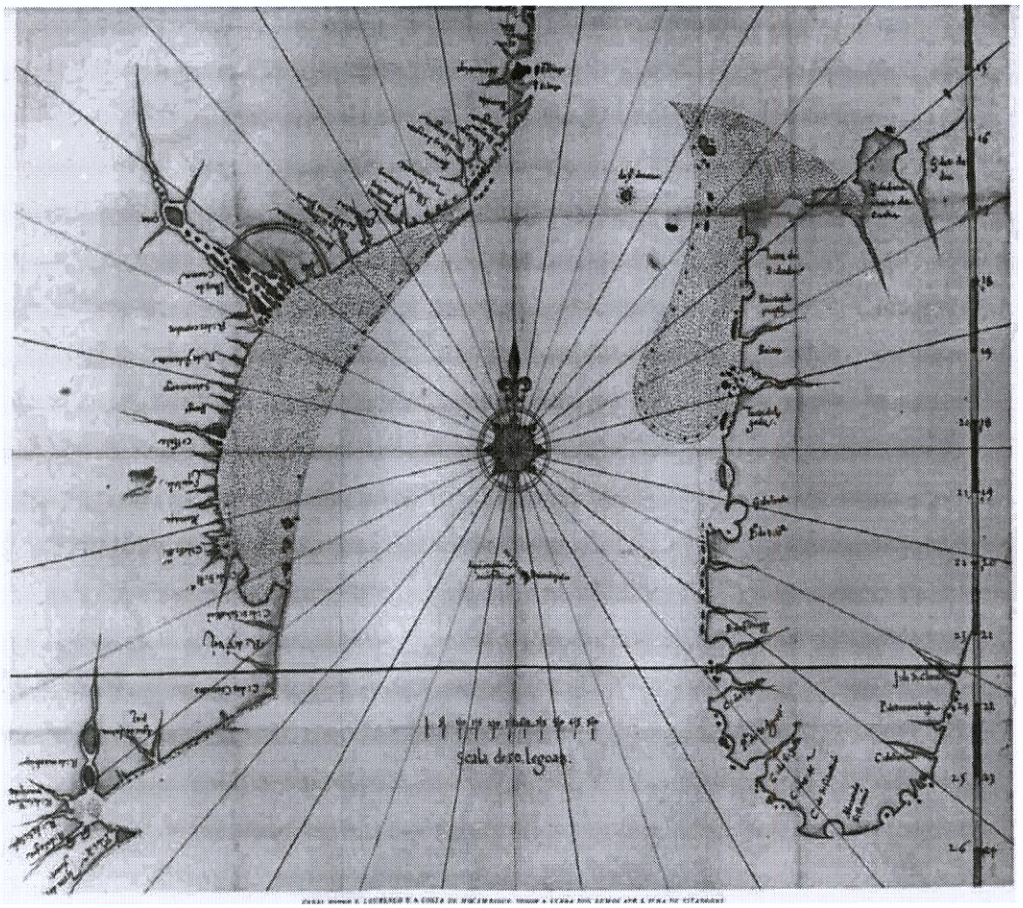
Além do texto de Dom João de Castro, outro texto fundamental para este período de constituição de uma tradição de roteiros lusitanos é o *Roteiro da navegação e carreira da Índia, com seus caminhos & derrotas, sinais e aguageis & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues e Diogo Afonso, pilotos antigos.* Este texto foi escrito por Gaspar Ferreira Reimão, um importante piloto da armada da Índia, que teria feito várias vezes o trajeto entre Goa e Lisboa levando as Naus São Pantaleão, São Martinho, São João, São Francisco, Nossa Senhora da Penha de França, entre outras.[56]

---

[56] Cf. Costa, Antônio Fontoura. "Preâmbulo". In: Reimão, Gaspar Ferreira. *Roteiro da navegação e carreira da Índia, com seus caminhos & derrotas, sinais e aguageis & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues e Diogo Afonso, pilotos antigos.* Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1939, p. XI. É interessante notar que a edição deste roteiro que ora analisamos foi publicada um ano antes dos Roteiros de D. João de Castro, e foi prefaciada pelo mesmo autor, Antônio Fontoura da Costa. Paulo Miceli, em sua obra citada acima, faz referência a outras naus que também teriam feito parte das esquadras de Reimão.

Este Roteiro seria a terceira obra de Reimão, e foi impresso pela primeira vez em 1612 (Editado por Pedro Craesbeek), acompanhado de quatro cartas, provavelmente produzidas pelo cartógrafo Luis Teixeira[57]. Uma das cartas mais importante que acompanham este roteiro é justamente aquela que representa todas as ilhas e parcéis do canal entre Moçambique e a ilha de São Lourenço (Madagascar), um dos trechos de mais difícil navegação da Africa oriental:

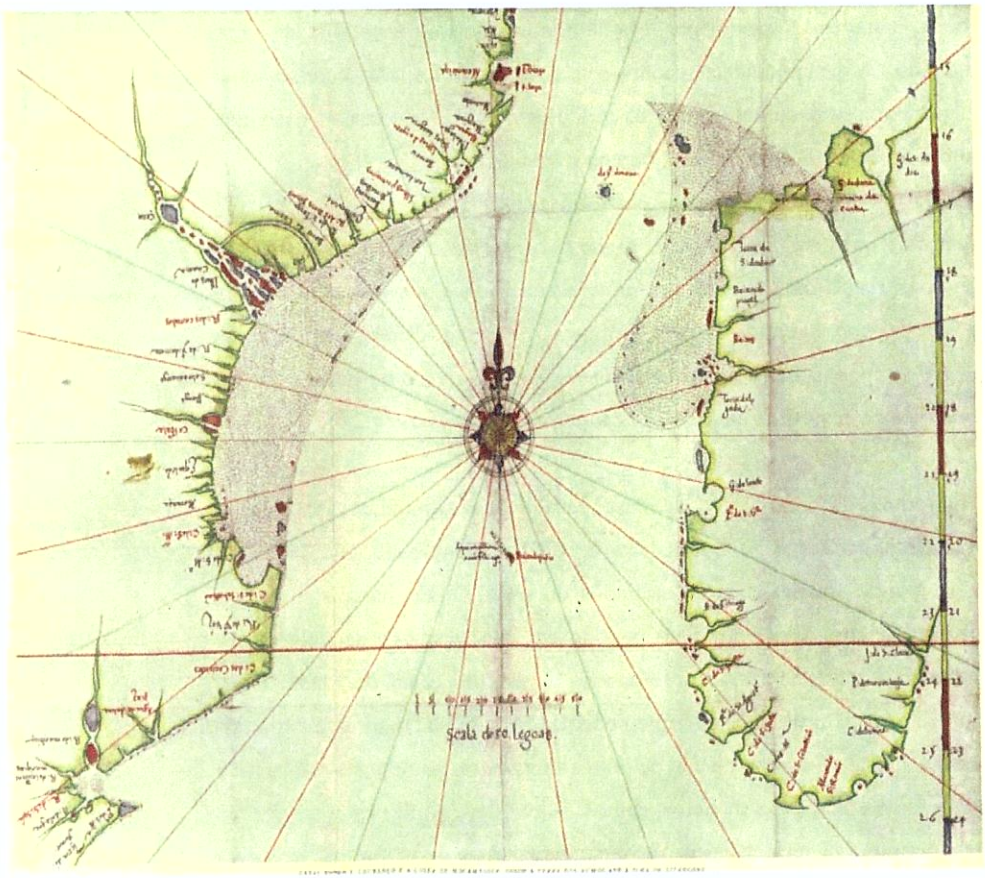
[57] Luis Teixeira pertence à dinastia Teixeira, dos cartógrafos portugueses, família que produziu várias gerações de cartógrafos e mapas. Esta família entronca-se ainda com a família Albernaz, também de cartógrafos. Estes dois sobrenomes assinam as principais cartas e mapas portugueses do século XVI e XVII, incluindo-se o primeiro mapa do Brasil, que analisaremos adiante. Cf. Viterbo, Sousa. *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, Séculos XVI e XVII*, Lisboa, INCM, 1988.



Canal entre *S. Lourenço* e a costa de *Moçambique*, desde a *Terra dos Fumos* até a *ilha de Titangone*.[58]

Os mapas e cartas são parte integrante, constitutiva do próprio texto deste Roteiro – ainda que não tenham sido produzidos por Reimão. Esta carta lusitana do início do século XVII apresenta-se referenciada pelo trópico de Capricórnio e pela escala de graus na lateral direita. Ela se constitui como representação com base em um sistema próprio, cada vez mais matemático – baseado em graus e medições – e cada vez menos dependente da narrativa em palavras feita pelo viajante. Mas, sem a narrativa em palavras, muitos dos sentido das cartas não são decodificados pelo observador.

[58] In: Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*



Canal entre *S. Lourenço* e a costa de *Moçambique*, desde a *Terra dos Fumos* até a *ilha de Titangone*.[58]

Os mapas e cartas são parte integrante, constitutiva do próprio texto deste Roteiro – ainda que não tenham sido produzidos por Reimão. Esta carta lusitana do início do século XVII apresenta-se referenciada pelo trópico de Capricórnio e pela escala de graus na lateral direita. Ela se constitui como representação com base em um sistema próprio, cada vez mais matemático – baseado em graus e medições – e cada vez menos dependente da narrativa em palavras feita pelo viajante. Mas, sem a narrativa em palavras, muitos dos sentido das cartas não são decodificados pelo observador.

[58] In: Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*

Sobre o canal de Madagascar, representado na carta, Reimão produz uma extensa argumentação sobre a vantagem de passar por fora da ilha de São Lourenço (Madagascar) no período acima citado. A descrição deste canal toma, no texto de Reimão, cerca de duas páginas[59] nas quais o autor se dedica a ensinar os pilotos a maneira adequada de navegar por dentro ou por fora do canal da Ilha de São Lourenço:

Aqui entram duas navegações, as quais seguirei conforme ao tempo em que vos achardes neste cabo. E sendo até 20 e 25 de Julho, se fará a viagem por dentro. E se passar um só dia, dêste tempo, que digo, se fará a viagem por fora de São Lourenço, como faziam os antigos, e passavam à Índia muito bem, sem os receios e inconvenientes, que os homens dêste tempo querem tomar, dizendo que por fora que vão a morrer (...)[60].

O mapa reproduzido acima serve de base para a sua argumentação: nele se encontram representados parcéis e rochedos, através de um pontilhado que pode ser observado em duas grandes manchas nos dois lados do canal. Estes parcéis tornam a navegação por dentro perigosa, ainda mais no período em que as marés naquela região tornam-se desfavoráveis à navegação. Ao observarmos a carta do canal de Madagascar, vemos que é em função do texto deste roteiro que podemos percebê-la como uma carta dos perigos de tal canal. A narrativa escrita dispõe de outras funções que o mapa não abarca: a descrição minuciosa dos perigos e das maneiras como o piloto deve situar a sua navegação em função destes perigos. É uma espécie de instrução sobre o mapa. A narrativa cartográfica consegue dar forma ao texto escrito, formando-se uma complementaridade necessária ao viajante.

Sobre a idéia de uma cartografia enquanto narrativa, devemos abrir aqui um parêntese explicativo. Svetlana Alpers, em sua obra *The art of describing*, faz uma diferenciação importante entre as características narrativas e descritivas que podem ser observados em duas escolas de pintura. De um lado, temos a pintura renascentista Italiana – onde predominam narrativas, cenas dinâmicas que contam histórias. De outro lado, temos a pintura holandesa do século XVII – que assume predominantemente um caráter estático, descritivo. Segundo a autora, na Holanda, a cultura visual e imagética era central para a

[59] Cf. Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*, p. 18-9.
[60] Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*, p. 18.

vida da sociedade. A experiência visual propiciada pelos pintores da época era um modo central de auto-consciência, em um período em que os holandeses pintavam de tudo: desde insetos e flores, passando por vacas e paisagens rurais, a nativos do Brasil. Estas imagens proliferam em todos os lugares, sempre mantendo o mesmo caráter descritivo, estático, em oposição ao caráter predominantemente narrativo da arte italiana.[61] Em relação a Portugal, nos séculos XVI e XVII, podemos pensar talvez que a cartografia tenha ocupado uma função semelhante àquela ocupada pela pintura na Holanda: a cartografia era um modo de auto-consciência do império, uma forma de os portugueses não só descreverem as terras, mas também de narrarem suas conquistas e os saberes adquiridos sobre estas terras. Trata-se, assim, de uma cartografia que assume tanto um caráter descritivo – que seria por excelência o caráter dos mapas – quanto um caráter narrativo, como vemos no caso da carta acima. O propósito desta carta não é apenas o de fazer uma descrição do canal de São Lourenço, mas também o de compor, através do desenho pontilhado de seus parcéis, uma narrativa dos perigos, e mesmo dos naufrágios que ali ocorrem. Este caráter fica explícito justamente quando interpretamos o mapa juntamente com o texto do roteiro.

Vale ressaltar que nem todos os roteiristas foram cartógrafos, e, principalmente, que nem todos os cartógrafos foram roteiristas (Luís Teixeira é um célebre exemplo de cartógrafo e roteirista, mas ele certamente constitui uma exceção à regra). No caso do texto de Reimão, vemos a união destes dois saberes: da narrativa descritiva da viagem, por ele produzida, e da narrativa cartográfica, provavelmente produzida por Teixeira.

Além dos belos e importantes mapas, uma das características do texto que salta aos olhos do leitor contemporâneo é a dedicatória que o autor escreve ao Rei de Portugal (e da Espanha):

A El Rei Nosso Senhor

A obrigação do ofício de Piloto-mor deste reino, de que V. Majestade me fez mercê, me deu atrevimento, a que oferecesse a V. Majestade (como faço) este Roteiro da navegação e viagem da Índia, fruto que colhi dos contínuos trabalhos e experiências, quantas em tantos anos tantas viagens, por tantos tempos pessoalmente fiz, é oferta conforme a condição que pôs Seneca (quais deviam ser as ofertas reais) indigna da pessoa

[61] Cf. Alpers, Svetlana. *The Art of describing.* Chicago, University of Chicago Press, 1983, pp XXI-XXV ("Introduction").Os argumentos da autora foram por mim traduzidos do Inglês.

Real de V. Majestade, assim confesso: porém tão digna de minha obrigação, e zêlo do serviço de V. Majestade lhe ponha os olhos (como já principiou em me mandar o imprimisse por sua ordem).[62]

Assim como o Roteiro de D. João de Castro era dedicado ao príncipe infante, este é dedicado ao rei, Dom Felipe Segundo. Trata-se, porém, de uma dedicatória mais elaborada, que ocupa a frente e o verso de uma página. Ao lermos o texto, entendemos que o rei provavelmente será leitor deste roteiro, que há um interesse direto do monarca ibérico na sua produção e impressão.

Na dedicatória deste texto, torna-se ainda mais nítido que os roteiros portugueses passam a ser escritos para um duplo universo de leitores: em primeiro lugar, para os homens do estado: os monarcas e ministros encarregados das colônias. Em segundo lugar, para aqueles viajantes que pretendem fazer a rota. Esta é uma característica que os diferencia do roteiro árabe, que fora escrito principalmente para os navegantes, para os membros da fraternidade dos pilotos. Os roteiros oficiais portugueses, por sua vez, são feitos tendo em vista principalmente a leitura do rei. No *Roteiro da navegação e carreira da Índia,* este objetivo fica muito mais evidente.

Após a longa dedicatória ao rei, inicia-se o texto do roteiro propriamente dito, que se subdivide em diversas etapas. O "Roteiro Partindo de Lisboa para a Ilha da Madeira ou Pôrto Santo e Canárias" é o texto que descreve a primeira etapa desta longa viagem. Após esta primeira etapa, na qual se chega à Ilha da Madeira, o texto apresenta uma série de considerações sobre a viagem para o Brasil, rumo que poderia ser seguido a partir dali. O autor cita vários perigos que envolvem a navegação para esta colônia e, como o principal deles, apresenta o arquipélago de Abrolhos, já na costa baiana. Mas, para este roteirista, o interesse pela navegação para o Brasil é secundário. É a narrativa do caminho do Cabo da Boa esperança que constitui a próxima etapa do texto.

Sobre este mítico cabo, há no texto uma bela descrição para os próximos viajantes sobre os indícios que devem observar no mar para reconhecer a proximidade do cabo da Boa Esperança[63]. A navegação na costa oriental da África era extremamente trabalhosa,

---

[62] Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*, p. 5.

[63] Um determinado tipo de pássaro constituía o principal indício de que se estava próximo ao Cabo da Boa Esperança: *É bom sinal de se estar perto da costa, com uma singradura se verão muitos*

dada a enorme quantidade de parcéis, lajes, correntes e monções que sopram naquela região. Assim como se mencionam as águas rebeldes, há também no texto relatos de levantes e referências a membros da tripulação das naus que se rebelavam ao longo do trajeto.[64] Tais relatos, no entanto, no âmbito de um texto de Roteiro, não ganham papel de destaque.

Mas Gaspar Ferreira, além do texto do roteiro, produz também, na forma de manuscritos, alguns diários de navegação, onde compõe uma narrativa de suas várias e (miraculosamente) bem sucedidas viagens à Índia. Nestes diários, amplamente explorados por Miceli em sua já referida obra, encontramos outras características de sua escrita. Se no texto de seu *Roteiro* identificamos uma linguagem de caráter mais técnico – onde se omitem muitos dos dramas das navegações em favor das narrativas da paisagem e dos perigos –, nos diários, os dramas vividos nestas longas viagens adquirem papel central. Aqui, os relatos das enfermidades (que por vezes matavam parcelas significativas dos mareantes), das fomes, e das tempestades, ganham outras cores.[65]

No texto do Roteiro, no entanto, apesar de seu caráter mais prático, não se excluem diálogos com outros navegantes em relação a rotas e perigos. Um dos diálogos mais significativos deste texto se dá justamente com a figura de Ahmad Ibn Mádjid, o autor dos *Três Roteiros desconhecidos*. Na seguinte passagem, este diálogo entre roteiros torna-se claro:

O descobrimento da Índia se fez em tempo de El Rei D. Manuel, no ano de 1497, por D. Vasco da Gama, fidalgo de sua casa, costeando a costa da Guiné e de Angola: chegou ao Cabo da Boa Esperança, aonde acabando-se-lhe a terra Austral, pela qual tantos dias havia navegado, guiado mais por Deus Nosso Senhor, que por Roteiros nem informações que levasse a que parte do mundo a Índia estava e só com aquele seu esforço, e invencível animo não temeu dobrar o dito cabo. E seguindo avante seu intento, descobriu toda aquela costa (...).[66]

---

calcamares pela esteira da nau, e mais chegados ao cabo, que é bom sinal, e certo de serdes perto, e vereis corvas pretas de bico branco; estas do Cabo são diferentes das que trazeis atrás, porque são mais pequenas, e muito pretas, e a pena média, e os bicos são brancos e alvos. Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*, p. 16.

[64] Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*, p. 28.

[65] Cf. Miceli, *Op. cit.*, p. 112-117.

[66] Reimão, Gaspar Ferreira. *Op. cit.*, p. 43.

Aqui o roteirista português afirma que Vasco da Gama teria chegado à Índia guiado mais por Deus que por "Roteiros nem informações", numa alusão explícita ao roteiro das Índias que era já de domínio dos navegadores árabes, e que mais tarde seria escrito por de Ibn-Mádjid. Talvez com esta afirmação, o autor explicite a sua necessidade de afirmar o povo português como descobridor, como povo que, guiado apenas por Deus, e não por outros homens e guias locais, teria chegado ao destino que lhe fora reservado.Talvez a expectativa de uma leitura real, no contexto da dominação espanhola em Portugal, colabore com esta afirmação da glória lusitana, que se faz a partir da negação da narrativa de outro belo texto que lhe antecede, aquele dos *Três Roteiros desconhecidos.*

Entretanto, mesmo a partir da negação, confirma-se o diálogo entre este texto e o roteiro árabe escrito cem anos antes. Um diálogo que está no cerne da própria tessitura das características constitutivas deste gênero textual.

1.5 O primeiro Roteiro da Costa Brasil

Os roteiros que analisamos até aqui são de profundo interesse para a compreensão de características que se tornam constitutivas deste gênero de narrativa. Um texto do século XVI, no entanto, destaca-se para nossa pesquisa, não apenas por sua importância na compreensão da forma deste gênero, mas também para a própria compreensão do significado "colônia brasileira" para os navegantes, para a compreensão do tema-Brasil nos roteiros de viagem. Trata-se do *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães.* [67]

Este texto, que tem um nome profundamente explicativo para a compreensão de seu conteúdo, é de autoria desconhecida; um texto anônimo. No entanto, Jaime Cortesão atribui sem sombra de dúvida a Luis Teixeira, autor da primeira carta do Brasil, a autoria deste roteiro. Também Gaspar Ferreira Reimão, autor do *Roteiro da Navegação da Carreira das*

[67] Doravante vamos nos referir ao texto como *Roteiro de todos os sinais.*

Índias, faz uma menção a Luis Teixeira como homem que teria sido encarregado de "ver e emendar toda a costa do Brasil",[68] sendo este mais um forte indício sobre a autoria do texto.

Há controvérsias também sobre a data do texto. Atualmente, historiadores portugueses atribuem sua escrita ao período da dominação filipina, situando-o por volta de 1582. Trata-se, sem dúvida, de um texto das últimas décadas do século XVI.

Melba Ferreira da Costa, que escreve o prefácio da edição portuguesa fac-similada do manuscrito, de 1988, faz uma série de comentários importantes a respeito deste texto. Entre outras coisas, a autora traça um paralelo entre este roteiro, o *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, e o célebre *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero Magalhães Gandavo. Estes dois últimos textos são anteriores ao *Roteiro de todos os sinais.* São os textos considerados inaugurais na descrição do Brasil, na descrição das terras, das plantas, dos animais e dos índios. Estes textos, no entanto, não se organizam em forma de roteiro: não são textos-mapas que privilegiam, por exemplo, as referências geográficas e as latitudes. Mas os três textos guardam certamente importantes semelhanças entre si, também destacadas por Melba Ferreira da Costa. Tanto o *Roteiro de todos os sinais*, como os referidos tratados tinham, entre seus objetivos, o de aliciar portugueses interessados em colonizar terras no Brasil. Por isso, todos se esmeram, em alguns momentos das descrições, em salientar características positivas do clima e do solo Brasileiro.

Gandavo, em passagens como a que apresentaremos a seguir, ressalta a abundância de águas e o frescor do clima:

Esta terra he mui fertil e viçosa, toda coberta de altissimos e frondosos arvoredos, permanece sempre a verdura nella inverno e verão; isto causa chover-lhe muitas vezes e não haver frio que offenda ao que produz a terra. Ha por baixo destes arvoredos grande mato e mui basto e de tal maneira está escuro e serrado em partes que nunca participa o chão da quentura nem da claridade do Sol, e assi está sempre humido e manando agoa de si. As agoas que na terra se bebem são mui sadias e sabrosas, por muita que se beba não

[68] Cf. Costa, Melba Ferreira da. "Introdução". in. Teixeira, Luis (suposto autor) *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães.* Lisboa, Tagol, 1988 (edição de 1988 com leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa.)p. 3. A edição de 1988 conta com uma versão do texto em português "atualizado". Doravante, as citações relativas a este roteiro serão referentes a esta edição.

prejudica á saude da pessoa, a mais della se torna logo a suar e fica o corpo desalivado e são.

Finalmente que esta terra tam deleitosa e temperada que nunca nella se sente frio nem quentura sobeja.[69]

Terra fértil e viçosa, coberta de altíssimos e frondosos arvoredos. Precisamente esta passagem, onde o autor cria uma descrição da temperatura como sendo deleitosa, sem frio ou quentura excessiva, é citada por Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, como um exemplo de narrativa constituída a partir de uma imagem medieval do Éden, que se perpetua neste e em outros textos do período.[70] Esta imagem do Brasil como sendo terra de clima bom e temperado (semelhante ao clima do jardim do Éden) também está na Carta de Pero Vaz de Caminha,[71] e consolida-se cada vez mais ao longo do século XVI.

O texto do *Roteiro de todos os sinais* participa, de certa forma, deste empreendimento discursivo acerca do Brasil como uma terra de bonança, mas o faz de forma mais comedida e cautelosa. Para Luis Teixeira, seria a abundância de caça o grande atrativo desta terra:

(...) irei ao sudoeste haver vista da ilha de Santa Catarina que está em 28 graus de altura, é uma ilha de arvoredo, baixa, a terra firme, alta com algumas arvores, corre a ilha norte sul a quarta do sudoeste tem porto da banda do sul dela, entram a loeste e vão surgir

[69] Gandavo, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil, no qual se contem a informação das cousas que há nestas partes, feito por Pero de Magalhães Gandavo.* Acessado no arquivo virtual de documentos históricos da UFSC, no site www.cce.ufsc.br

[70] Diz Sérgio Buarque: *Entre os Topoi inseparáveis das descrições medievais do Éden, oriundos em geral da elaboração que receberam de Lactâncio ou de quem fosse o autor do poema latino Phoenix redigido em fins do século III ou começo do IV século da nossa era, destaque-se, para citar exemplo, o da perene primavera e invariável temperança do arque, que prevaleceria naquele horto sagrado. (...) No Brasil, o velho clichê é retomado por Pero de Magalhães Gandavo, quando diz que nesta província de Santa Cruz de tal maneira se comediu a natureza na temperança dos ares "que nunca se sente frio, nem quentura excessiva".* Cf.: Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivo edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000, p. XXI.

[71] Em passagens como esta, Pero Vaz de Caminha inaugura a perspectiva lusitana sobre as florestas brasileiras: *Foi o capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até um ribeiro grande, e de muita água, que ao nosso parecer é o mesmo que vem ter à praia, em que nós tomamos água. Ali descansamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dele, entre esse arvoredo que é tanto e tamanho e tão basto e de tanta qualidade de folhagem que não se pode calcular. Há lá muitas palmeiras, de que colhemos muitos e bons palmitos.* Caminha, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel.* Versão em português atualizado, retirada do site: www.cce.ufsc.br (edição base: São Paulo: Editora Dominus, 1963).

ao sudoeste em uma baia muito segura de todo tempo e capaz de armada e podem invernar, por a terra ser para isso, bom gentio (como é quase em toda aquela costa) principal os que chamam os patos, tem mantimentos, frutas, galinhas e muita caça, veados, porcos, pacas, cotias, tatus, coelhos, como há em toda a terra do Brasil (...). [72]

A caça farta e abundante relaciona-se aqui a outro mito medieval – o da terra da Cocanha.[73] Este é um dos poucos exemplos dentro do texto de Luis Teixeira onde a narrativa pragmática do roteiro, voltada para a localização do piloto, abre espaço para que a imaginação de seus leitores forme uma imagem do Brasil como terra de maravilhas. Esta função discursiva dos tratados – que também passa a ser incorporada pelos roteiros –, de montar uma imagem do Brasil paradisíaco, vai sendo lapidada e modificada até o século XVIII, quando projetos de povoamento das colônias continuam sendo assunto de interesse dos roteiristas.

Mas a função principal deste roteiro continua sendo, justamente, descrever todos os sinais, fundos, baixos, e outras importantes referências para o navegador que percorre a costa do Brasil. O texto parece cumprir a tarefa que se propõe, citando e descrevendo todos os sinais, como montanhas, falésias, dunas, rochas, que podem ser observados a partir do mar, ao longo de uma viagem desde o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até o estreito de Magalhães, no extremo sul do continente americano. A partir dos sinais, são descritas as distâncias e as formas mais apropriadas de navegar em cada etapa da viagem, que pode ser reconhecida justamente pelo sinal que caracteriza determinado lugar.

---

[72] Teixeira, Luis (suposto autor). *Op. cit.*, p. 26.

[73] A fábula da Cocanha se disseminou por toda a Europa na baixa Idade Média, sendo que se considera uma versão manuscrita francesa do século XIII da *Fabliau de Cocagne* a mais antiga de que se tem notícia. A respeito da Cocanha, Jaques Le Goff faz as seguintes considerações:*A Cocanha é o ideal anticristão da "comilança". (...) A Cocanha é um mundo sem instrumentos, sem utensílios, sem máquinas. O pão está ausente dali talvez porque o trabalho de moagem não existe. O vinho está presente porque não é produto do lagar, corre em estado natural no riacho. Os alimentos, já cozidos, caem na boca dos homens e das mulheres, assim como as aves, que nesse mundo ao inverso não sobem, descem. Esta exaltação do "far niente" é datada. O século XIII é o período de culminância da promoção do trabalho que a alta idade média e seus monges haviam reabilitado. (...) A Cocanha é a negação desse ideal ergométrico e laborioso.* (Le Goff, Jaques. "Prefácio". In Franco Jr., Hilário. *Cocanha: A história de um país imaginário.* São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 9-10) Nas descrições da abundância alimentar amazônica dos roteiros dos séculos XVI, XVII e até mesmo XVIII, ainda podem ser ouvidas ressonâncias da abundância imaginária do país da Cocanha, que por séculos povoou a imaginação dos europeus.

Trata-se de uma narrativa que propicia uma experiência descritiva única para um leitor brasileiro: em geral, nos acostumamos a pensar o país da perspectiva de seu interior, a olhar o oceano Atlântico sempre de frente, a partir desta terra onde estamos. Neste roteiro, no entanto, o Atlântico é sempre o lugar a partir de onde se olha o Brasil. E o Atlântico é muito mais familiar e hospitaleiro ao viajante português do século XVI do que as terras brasileiras, que em geral devem apenas ser avistadas a partir de uma distância segura que permita o reconhecimento dos sinais descritos no texto. Uma vez reconhecido um determinado sinal – que deve ser avistado para situar o viajante numa determinada etapa da viagem – este deve seguir a diante, na maioria das vezes sem aportar em terras brasileiras. Esta passagem é um exemplo disto:

Primeiramente devo saber que o cabo de Santo Agostinho está em altura de oito graus e meio, é terra baixa e tem muito arvoredo junto ao mar e parecem alguns campos sem árvores. E indo demandar de mar em fora Pernambuco, em tempo de nordestes que cursam na costa do mês de outubro em diante, princípio naquelas partes do verão, irei por oito graus e olharei para a banda do norte e tanto que vir barreiras brancas avisar-me-ei que me chegue para a banda do sul (e isto como digo de Outubro em diante) e vendo estas barreiras brancas pela dita altura de 8 graus e se vir um cabo para a banda do sul direi que estou leste oeste com Capirarivemerim e daí a Pernambuco haverá seis léguas.[74]

Aqui vemos a primeira configuração das terras brasileiras no olhar do viajante que tomou a rota Lisboa-Brasil via Madeira, Canárias ou Açores. Trata-se da primeira informação do roteiro, a de que o Cabo de Santo Agostinho é uma terra baixa, com arvoredos. A partir daí, o roteirista ensina o navegante a olhar a costa de uma certa maneira para não se perder; a procurar os pontos de referência certos e, a partir deles, a identificar os perigos, as correntes, os ventos etc. O intuito deste roteiro, assim como o daqueles feitos sobre a rota das Índias, é ser um instrumento para o viajante não temer esta navegação, desde que acompanhe atentamente as instruções nele fornecidas. Os roteiros são também instrumentos de navegação.

[74] Teixeira, Luis (suposto autor), *Op. cit.*, p. 8.

Mas é importante notar que, para que um roteiro como este funcione efetivamente, a percepção que o seu leitor-navegante tiver da costa do Brasil deve corresponder exatamente àquela que o autor anônimo teve desta mesma costa para escrever este roteiro. No entanto, não podemos dizer em que medida se dá esta correspondência entre os olhares, já que muitas das descrições de sinais baseiam-se em semelhanças subjetivas. Em muitos casos, o autor se utiliza de referências vindas da Europa para descrever formas que encontra na costa do Brasil, como nesta passagem:

(...) *aqui está um rio que se chama Sergipe ou das Canafístulas, é rio em que bem pode (para necessidade) alguns navios de até 50, 60 tonéis, tem boa barra, em altura de 12 graus escassos está um rio que se chama rio Real, onde podem entrar naus, surgir e dar a monte, tem alguns palmares e tem sobre a boca do rio uma terra muito comprida e alta que vai seis ou sete léguas ao longo da costa e tem para banda do sudoeste uma praia muito comprida e no cabo desta praia estão uns campos muito rasos e junto com eles umas árvores, muito chegados uns aos outros que parecem castelos.*[75]

Assim, enquanto instrumento de navegação, este texto deve ser uma narrativa funcional da paisagem da costa brasileira, paisagem que deve ser vista e reconhecida através das referências culturais dos viajantes portugueses. A semelhança citada acima, entre as árvores e os castelos, é um exemplo desta interpretação dos trópicos que passa pelo crivo de formas que fazem sentido aos navegantes.

Ainda que os textos do *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, e do *Tratado da Terra do Brasil*, de Gandavo, sejam anteriores a este roteiro, é nele que se inaugura uma importante decodificação prática da paisagem da costa brasileira. Mas, justamente por se tratar de uma narrativa que tem esta função instrumental para o navegador, neste texto o narrador não tece muitos comentários sobre a paisagem que observa.[76] Ele se restringe, na maioria dos casos a buscar semelhanças úteis para que seu leitor possa observar e interpretar a paisagem sem atribuir-lhe beleza, feiúra, ou outras características mais subjetivas.

[75] Teixeira, Luis (suposto autor), *Op. cit.*, p. 11.
[76] Ao contrário dos tratados referidos acima, tanto Gandavo quanto Souza fazem diversos comentários sobre a paisagem.

Na descrição da Baia de todos os Santos, no entanto, vemos uma das raras exceções à característica geral do texto que descrevemos acima:

(...) *abaixo logo verei umas barreiras de areia branca, que parecem roupa que está a enxugar, a que chamam os mareantes lençóis de areia, e no fim destes areais verei ao mar, duas ou três léguas, uns baixos com pedra alta a que chamam a Itapoam a esta ponta corre a costa a loeste e desta ponta de Santo António que é a boca da Baía à cidade do Salvador há pouco mais de uma légua, recolhendo-se a terra para dentro faz a baía (que é uma das mais formosas que há no mundo e capaz de muito grossissima armada)* (...).[77]

Aqui, a descrição da Bahia vem acompanhada de uma rara observação estética. Traz, além disso, outro importante elemento, também raro neste texto: uma sugestão de como a coroa poderia utilizar aquele local. Pelas suas dimensões, a baía de Salvador poderia abrigar uma grande armada, capaz de defender a colônia portuguesa do ataque de outras armadas.

Se no século XVI são poucas as passagens de um roteiro oficial em que o autor oferece sugestões ao governo sobre o que fazer com as terras por ele visitadas, no século XVIII esta se consolidará como uma das grandes tarefas dos roteiros. A função de elaborar sugestões de uso, que aparece tímida neste texto, irá crescer e se consolidar ao longo do tempo. Afinal, o roteirista que elabora a descrição do trajeto, justamente por seu conhecimento da terra, passa a ser considerado por seus leitores na corte como homem capaz de elaborar planos de povoamento.

Embora esta função dos roteiros se vá modificando ao longo do tempo, há uma característica central deste roteiro do século XVI que irá se perpetuar até o século XVIII: nesta segunda geração de textos, ainda que os narradores descrevam a paisagem vista a partir do interior do Brasil (paisagem que no século XVI era vista essencialmente do mar), o olhar destes viajantes continuará sempre situado na perspectiva européia. Neste período de cerca de duzentos anos que separa o *Roteiro de todos os sinais* de textos como o *Roteiro do Maranhão*, o olhar dos narradores permanece no mesmo lugar. Mesmo no interior do

[77] Teixeira, Luis (suposto autor), *Op. cit.*, p. 12 .

Brasil, é o olhar estrangeiro, que pensa sempre a paisagem colonial a partir dos benefícios que esta terra pode trazer à metrópole, que guia os comentários dos roteiristas.

A este olhar de fora para dentro mesmo quando se está dentro, podemos considerar como uma característica deste gênero de roteiros que se desenvolve no Brasil. Tal característica permanece e evolui muito, à medida que aumenta nos textos o espaço reservado para considerações sobre como utilizar as terras. Na seguinte passagem, temos outro exemplo de sugestão de uso, no texto do século XVI:

E pelo mesmo caminho donde achar 60 braças, andando vinte léguas, acharei a ilha da ascensão, é uma de 4 léguas, tem o porto ao sueste, tem duas léguas ao mar, três ilhéus, à terra deles podem surgir, tem uma ribeira grande, afora outras mais pequenas, é muito verde, fresca, terras muito boas para açúcar e mantimentos. [78]

Aqui também podemos reconhecer um exemplo de sugestão de uso da terra que vem se desdobrar numa propaganda desta terra, a exemplo da passagem que analisamos anteriormente, utilizando o paralelo sugerido por Melba Ferreira da Costa com o texto de Gandavo. A terra muito verde e muito fresca em tudo nos remete à terra *"mui fertil e viçosa, toda coberta de altissimos e frondosos arvoredos"* do texto do *Tratado da Terra do Brasil*, e a perspectiva do açúcar sem dúvida remete a uma perspectiva de lucros para quem porventura se animar a colonizar tal terra.

A função central deste texto, no entanto, reside na descrição utilitária da paisagem, no seu caráter de narrativa do primeiro mapa da costa Brasil que também fora encomendado para Fernando Teixeira:

[78] Teixeira, Luis (suposto autor), *Op. cit.*, p.15.



Mapa com o *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães. 1586.* (Biblioteca da Ajuda, Lisboa)[79]

[79]in: Costa, Antônio Gilberto (org). *Cartografia da Conquista do Território das Minas.* Belo Horizonte: Kapa Editorial/ Ed. UFMG. 2004, p. 26.

Este mapa vem acompanhado de uma explicação sobre os limites dos domínios portugueses com os domínios dos reis de Castela. Nele também se discorre sobre as dimensões das capitanias hereditárias, são feitas referências aos gentios que nelas habitam e ao ouro que existiria "em partes" dos domínios portugueses. Trata-se de um mapa que introduz um discurso sobre todo o território português na América. Este é um importante mapa de caráter narrativo, uma narrativa da conquista do espaço através de sua representação cartográfica. Uma narrativa que serve não só aos navegantes, mas também aos portugueses de modo geral, para constituírem suas primeiras representações sobre o Brasil. O *Roteiro de Todos os sinais* é parte integrante deste mesmo discurso e completa, juntamente com este mapa, as parte do todo.

Mas, além de sua função discursiva de exibir o Brasil para a Europa, o mapa, junto do roteiro, cumpre também a função de instrumento de navegação. E, justamente para cumprir esta função, este roteiro deve também ter uma descrição minuciosa dos perigos da costa, como vemos em passagens como esta:

E tem em algumas partes, assim como ilhetas de matas e tudo ao longo da costa é limpo para surgir e não terei receio de me chegar à terra, senão do que vir, que para trás há muitos baixos ruins ao que devo dar grande resguardo à terra.[80]

Outro exemplo de passagem do *Roteiro de todos os sinais* que traz um alerta ao navegante é a descrição da costa do Rio de Janeiro. A advertência agora diz respeito à terra:

Terei aviso que estando e à altura do Rio de Janeiro, indo do Cabo Frio para ele, verei pela terra dentro umas serras muito altas como órgãos, uns altos outros baixos e vendo-os, direi que estou sobre o Rio de Janeiro. Da barra deste rio ao sudoeste está junto ao mar um monte muito alto, que aos que o vêm parece um pão de açúcar.

E se me achar à terra verei uma ilha muito redonda da banda do sul do Rio de Janeiro, escalvada e alta. Deste rio à Angra dos Reis há 15 léguas, e bom é não me meter

[80] Teixeira, Luis (suposto autor), *Op. cit.*, p. 22.

em terra nem me chegar a ela, senão houver muita necessidade e então com muito resguardo.[81]

Este alerta para que o viajante não se meta em terra, a não ser em caso de muita necessidade, pode estar relacionado tanto à presença dos tupinambás neste trecho da costa, quanto ao grande emaranhado de ilhas, pedras e restingas que configuram a geografia daquele litoral.

Quanto à passagem acima, é importante ressaltar, ainda, que nela podemos observar a forma como a narrativa se estrutura em primeira pessoa. O autor escreve como se estivesse narrando para si mesmo os cuidados que deve tomar ao se encontrar naquele lugar, buscando sempre escrever de forma que seu leitor possa se colocar no seu lugar de observador. Trata-se de uma primeira pessoa que pode ser assumida tanto pelo narrador como pelo leitor.

Este parece ser justamente o grande objetivo deste texto: constituir-se em uma narrativa da natureza que aspira a ser incorporada como a própria percepção do leitor da paisagem que observa (ou que observará). Assim, à percepção do sinal (da ilha redonda que marca o Rio de Janeiro), deve ser incorporado aviso do perigo; o navegante deve dizer a si mesmo que dali por diante não deve se meter em terra.

Tais avisos de perigo são na verdade elementos fundamentais destes textos. Ao escrever um roteiro, o autor executa uma tarefa de grande responsabilidade, como afirma o piloto árabe de Vasco da Gama. O roteiro é um texto que incide diretamente sobre a vida dos viajantes. Um erro, por parte do leitor, na interpretação de um sinal – descrito de maneira inadequada pelo autor do texto –, ou mesmo o esquecimento, por parte do autor, de citar algum perigo iminente pode acarretar em naufrágios, ou no aportamento em terras de gentios bravos. Tais situações podem significar a própria morte do leitor. Coloca-se, assim, uma grande responsabilidade para os roteiristas, ao mesmo tempo em que uma relação estreita se acaba por tecer entre autor e leitor. Tanto é assim, que o autor escreve colocando-se no lugar do leitor, do futuro navegante que seguirá seu roteiro.

Os bons roteiros de viagem devem inspirar confiança ao leitor. Esta confiança é importante para que outros homens a serviço da coroa portuguesa percorram aquele

[81] Teixeira, Luis (suposto autor), *Op. cit.*, p. 24.

caminho, mas o alto grau de confiabilidade do texto pode ser problemático, caso o roteiro caia em mãos adversárias e venha a ser lido também pelos pilotos de outras armadas. Escrever um roteiro é um ato que pode gerar as mais diversas conseqüências. Talvez, justamente por isso, roteiros como o da carreira das Índias tenham sido mantidos em segredo por tanto tempo. Uma vez que se escreve um roteiro, é o espírito da fraternidade dos pilotos que deve prevalecer, prevalecendo também as informações corretas e, sobretudo, os avisos relevantes de perigo.

Esta característica do gênero, de se constituir como uma narrativa confiável dos perigos, mantém-se também nos roteiros da Amazônia do final do século XVIII. Nestes, porém, são outros os motivos que devem preocupar os viajantes: gentios bravos, corredeiras e, principalmente, as cachoeiras estão entre os grandes temas dos roteiros amazônicos.

É importante notar, porém, que entre estes roteiros náuticos do século XVI e os roteiros do fim do século XVIII há uma importante trajetória destes textos em solo brasileiro, um período de adaptação do gênero às viagens fluviais e terrestres. No final do século XVII e início do XVIII, com a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás, e mais tarde Mato Grosso, muitos roteiros dos caminhos das minas passam a ser produzidos. Em alguns casos com caráter oficial, em outros, não.

A primeira grande diferença entre esta geração de roteiros dos caminhos do interior do Brasil e os roteiros náuticos que citamos anteriormente é que agora, ao invés das naus, galés de remo e outras embarcações marítimas de grande porte, os viajantes do interior devem se locomover em canoas, batelões, igaritás, ou mesmo em balsas e outras embarcações de pequeno porte. No caso do trajeto para Minas Gerais, a locomoção é estritamente pedestre ou no lombo de muares e outros animais de carga. Esta mudança nas características do meio de transporte faz com que apareça, nestes textos, todo um novo repertório de preocupações e advertências que permanecem nos roteiros da Amazônia do final do XVIII. A partir de fins do século XVII e início do XVIII cria-se um elenco de perigos característicos do Brasil, um repertório de advertências próprio destas viagens, que agora passa a ser constitutivo do gênero dos roteiros que se desenvolve em solo brasileiro.[82]

[82] É com base neste repertório de problemas que organizamos alguns dos capítulos desta tese, como Rios, Matas, Índios, Sertão.

CAPÍTULO 2

As ciências a serviço do Império:
A cartografia, a história natural e os Roteiros do século XVIII.

"Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria"

(Se não for útil o que fizermos, a glória será vã –

lema da Academia de Ciências de Lisboa)[1]

A série discursiva dos chamados Roteiros de viagens tem sua gênese na cultura lusitana nos séculos XV e XVI e passa, no século XVIII, por um momento de transformação que está intimamente ligada ao desenvolvimento das chamadas ciências iluministas e à maneira como os homens, à luz destas ciências, passam a observar e descrever o mundo.

Em Portugal, a cartografia, os métodos de navegação e a história natural são alguns dos campos do saber que mais evoluem, entre as chamadas ciências iluministas[2]. Colabora para o desenvolvimento destes campos a sua utilidade para o governo português, que neste período passa a se empenhar, cada vez mais, em uma tentativa de constituir uma administração colonial baseada em preceitos *racionnaes.*[3] Passa a ser da maior utilidade para a coroa o desenvolvimento de métodos científicos que colaborem para tornar as colônias e o comércio ultramarino um investimento lucrativo. Por este motivo, diferentes

[1]Lema da Academia de ciências de Lisboa. Retirado do site da ACL, http://www.acadciencias.pt/ - em maio de 2006.

[2] No século XVIII, o epicentro do movimento filosófico e científico do iluminismo é a França, com Montesquieu, Diderot, Voltaire, e Rousseau. Apesar da força do iluminismo francês, este era um movimento cosmopolita, que se expandia pela Europa. Kant, na Alemanha, David Hume na Escócia, Thomas Jefferson e Benjamim Franklin nas colônias britânicas são alguns exemplos de iluministas espalhados pelo mundo, desenvolvendo suas idéias em diferentes áreas do saber.

[3] Esta é a grafia da palavra encontrada no *Roteiro do Maranhão,*e em diferentes textos da época.Sobre esta associação entre o estado e as ciências, Ermelinda Moutinho Pataca, em sua tese sobre as viagens científicas portuguesas entre 1755 e 1808, escreve comentários importantes: *Dentro da estratégia governamental portuguesa, de articulação entre naturalismo econômico, comércio ultramarino e conhecimento científico, as viagens científicas foram elaboradas de forma conjunta, associando-se o Reino com as colônias.* Pataca, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Campinas, SP.: [s.n.],* 2006, p. 30 (Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da Unicamp).

historiadores apontam a chamada crise do sistema colonial como importante mola propulsora para este investimento nas ciências por parte do Estado Português, durante o século XVIII.

Desde sua formação inicial, os Roteiros de viagem produzidos em Portugal estavam associados à cartografia e aos saberes náuticos. Eram textos que se teciam numa complementaridade com os discursos em forma de mapas, e com os múltiplos saberes que envolviam o conhecimento do mar.

Durante o século XVIII, a associação entre os Roteiros e estes saberes continua e, ao mesmo tempo, se modifica. Há uma modificação na forma como os roteiros se apropriam das ciências, que está relacionada às próprias transformações que ocorrem dentro do pensamento científico entre o século XVI e o XVIII. Estas transformações poderiam ser vistas, de modo geral, como uma mudança de *épisteme*[4], como uma transformação na própria maneira como os homens se relacionam com o mundo. Uma mudança de posicionamento do homem com relação ao seu pensamento, que tem, no *Discurso do Método*, de Descartes, sua principal manifestação.

---

[4] O temo grego épisteme significava, em geral, o conhecimento de algo e, mais ainda, o conhecimento compartilhado de alguma coisa. A compreensão da épisteme na filosofia clássica passa também pela compreensão do termo téchne, pois estes termos estavam em constante correlação. A épisteme significa, aqui, o discurso sobre as coisas, sobre seu modo de ser, e também a forma como se dá a transmissão do conhecimento das coisas em si. Sobre essa mudança de *épisteme* das ciências ocidentais, a obra de Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas* (São Paulo: Martins Fontes, 1999) é considerada de extrema importância. Segundo Foucault, trata-se na verdade de um processo de mudança no próprio valor que os homens atribuem a seus discursos, a suas palavras. Antes, supunha-se que o signo era anterior à compreensão que dele tinham os homens e que os signos não pertenciam aos homens, mas ao mundo. As palavras eram divinas e cabia apenas aos homens decifrar seu real e primário significado. A partir do séc. XVII, os homens sabem que cabe a eles dar forma aos signos, instituir o significado das palavras. Os homens passam a acreditar que poderiam acessar diretamente a essência das coisas e, a partir delas, criar os nomes certos, como passam a fazer os botânicos. Este processo, segundo Foucault, está relacionado a uma mudança na forma como se opera a relação entre os signos. Até o renascimento, a teoria dos signos implicava uma relação entre três elementos: o que era marcado, o que era marcante, e o elemento que permitia ver a marca disto, naquilo – a similitude. Agora, a relação significante /significado se aloja em um espaço onde nenhuma figura intermediária assegura seu encontro: ela é, no interior do conhecimento, o liame estabelecido entre a idéia de uma coisa e a idéia de outra.Ou seja, o processo de atribuição de significados é sempre um processo que se desenrola dentro do pensamento humano, entre idéias. É na imaginação que nascem todos os significados, através dela podemos acessar diretamente a essência das coisas. Esta é uma conclusão que pertence a muitos escritores dos séculos XVII e XVIII. Em *O Discurso do Método (1638)*, Descartes nos dá esta nova medida atribuída ao pensamento, com sua célebre conclusão: *E notando que esta verdade: penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de abalar, julguei que poderia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.* (Cf. Descartes, René. *O Discurso do Método* (parte IV). São Paulo, Abril Cultural, 1983 – col. Os pensadores).

À luz desta nova perspectiva sobre a razão humana e sobre suas manifestações – como as classificações científicas, as descrições, os desenhos, e outras formas racionais de expressão –, a tarefa dos Roteiros transforma-se em algo diferente.

A tarefa de descrição das terras e dos trajetos passa a ser também, em certa medida, uma tarefa de atribuição de existência a estas terras. A linguagem, nesta perspectiva racional-cartesiana, adquire novos poderes. As narrativas dos elementos da paisagem, de suas pessoas e animais, passam a ser vistas como formas inaugurais do próprio mundo; como textos que dão ao mundo uma representação válida pelo simples fato de serem palavras, descrições. [5]

Estas novas formas de discursos científico-racionais vão fazer parte do repertório de diferentes gêneros textuais lusitanos, produzidos principalmente no âmbito das discussões sobre a administração colonial. Os termos científicos passam a fazer parte não só dos textos dos cientistas-naturalistas, mas passam também a fazer parte dos textos de ofícios, de cartas e roteiros, escritos por clérigos e funcionários da coroa (como o próprio autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*). Estes outros tipos de textos, por sua vez, passam a servir também como embasamento para os gêneros científicos.

Assim, além da cartografia e das técnicas de navegação, os Roteiros, no século XVIII, instituem também uma importante associação com a história natural.

A história natural configura-se neste período como um vasto leque de discursos científicos sobre a natureza, incluindo-se aí o homem, enquanto parte da natureza. Esta nova ciência incide diretamente sobre as formas de narrativa e observação da paisagem, presentes em diferentes gêneros de textos. A própria divisão da natureza em "reinos" já inaugura uma nova possibilidade da narrativa da paisagem, como mineral, vegetal ou

[5] Sobre o tema da representação geográfica do Rio de Janeiro pelo olhar britânico, Luciana de Lima Martins apresenta considerações importantes, com base na *Spatial History* contemporânea: *No livro The Road to Botany Bay (publicado pela primeira vez em 1987), Paul Carter considera o olhar cartográfico do explorador ou colonizado não somente como aquele que conquista novas terras, mas como um meio de dar-lhes vida; os aspectos geográficos vão sendo definidos no próprio ato de descrever. A Spatial History de Carter preocupa-se acima de tudo com "a névoa que precede claros contornos". Nesse contexto, diários de exploradores, por exemplo, são lidos como representações simbólicas do ato de trilhar a terra e não como descrições precisas do terreno.* (Cf. Martins, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 28.

animal. Este certamente é um tema que abre múltiplas perspectivas de análise, e sobre o qual há uma ampla e excelente bibliografia. [6]

Nossa proposta, com relação à história natural e às demais ciências, é bastante restrita: interessa-nos observar como estas se configuram nos textos produzidos a serviço do império português – especificamente nos Roteiros de viagens e narrativas semelhantes, produzidos no Grão-Pará e Maranhão do fim do século XVIII. Esta tarefa de construir essa articulação entre as novas ciências e o texto anônimo, no entanto, não se restringe a este capítulo. Em capítulos posteriores, como "As matas, no Roteiro do Maranhão e em outros textos fluviais", e "Economia", vamos dar continuidade a este mapeamento de temas que se configuram como parte desta nova *épisteme*.

Assim, analisaremos aqui alguns elementos da cartografia das colônias e das viagens filosóficas, elementos centrais nesta conexão entre as ciências e *O Roteiro do Maranhão a Goyaz*. Faremos apenas algumas considerações gerais sobre o caráter destas ciências no âmbito da cultura lusitana: sobre como estes saberes tomam corpo, dentro desta mesma cultura na qual se desenvolvem os Roteiros em questão, e sobre como as questões relativas ao governo das as colônias – principalmente do Grão-Pará e Maranhão – estão relacionadas com este contexto das novas ciências. Interessa-nos investigar como estas colônias, antes terras ignotas, passam a ganhar uma representação cada vez mais detalhada graças aos viajantes que se incumbem desta tarefa.

2.1 A cartografia das fronteiras e o estabelecimento de cidades no Grão-Pará e Maranhão

[6] Paolo Rossi, em sua obra *Os Sinais do Tempo*, é um destes autores que discutem as maneiras através das quais a ciência desenvolve suas concepções acerca da natureza, no século XVII. Neste período, o conhecimento racional expandia-se então em todas as direções, das estrelas aos insetos, mas enfrentava resistências, nos diferentes campos científicos, às suas novas concepções. A história natural passa a representar, neste período, um dos territórios mais importantes, onde diferentes concepções acerca da função das palavras e das ciências entram em confronto. O debate que surge no final do século XVII acerca do estatuto dos fósseis, conchas e animais petrificados traz algumas proposições representativas desta transição entre as duas épistemes no campo da história natural. De um lado, posicionavam-se aqueles que acreditavam que a terra tinha uma história, que nem tudo que vemos aí está conforme a criação divina; e, de outro, posicionavam-se os criacionistas. No calor deste debate, importantes concepções acerca da natureza começam a surgir. (Cf. Rossi, Paulo. *Os Sinais do Tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995).

A necessidade do estabelecimento de fronteiras com a Espanha impõe uma necessidade prática de formação de engenheiros militares[7] e cartógrafos em Portugal, no século XVIII. Desde a primeira metade desse século – durante o governo de D. João V –, quando a primeira geração dos "estrangeirados"[8] começa a assumir cargos de governo, passa a haver um interesse crescente do estado português em patrocinar pesquisas e estudos, principalmente nesta área. No entanto, esta movimentação do império português no sentido das novas ciências se intensificará principalmente durante o governo pombalino.[9]

---

[7] Ermelinda Moutinho Pataca, em sua tese de Doutorado recentemente defendida no Instituto de Geociências da Unicamp, esclarece sobre as múltiplas atribuições do engenheiro militar, importante profissão para os portugueses: *Antes da reforma dos estudos universitários, ocorrida em 1772, os principais estabelecimentos técnicos em Portugal eram as "Aulas Militares". Essas escolas formavam "engenheiros militares" (....). Esses profissionais atuavam, portanto, em esferas militares e civis, estando presentes e controlando praticamente todas as ações e interferências do governo no espaço. O engenheiro na época tinha muitas funções, como a fortificação, a urbanização, a construção de edificações, a invenção de máquinas e a cartografia. (...) Para a execução de todas as tarefas do engenheiro, a prática do desenho e o conhecimento de matemática eram essenciais.*
(Cf.Pataca, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808).* Campinas, SP.:[s.n.], 2006, p. 173-4) Em nossos roteiros, podemos observar alguns desses profissionais em ação, como o Engenheiro João Vasco Manuel de Braun, e o Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. Ambos escreveram importantes Roteiros que serão objeto de análise deste e dos capítulos seguintes.

[8] Segundo Francisco Falcon, em sua importante obra *A Época Pombalina,* esta primeira geração de homens portugueses que estudam no exterior, tomam contato com o movimento iluminista e retornam a Portugal, teria como seus principais expoentes Alexandre de Gusmão, Dom Luis da Cunha e o Cardeal da Mota. Sobre a obra destes autores, faremos comentários mais detalhados em capítulos posteriores desta tese. Cf. Falcon, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada.* São Paulo: Editora Ática, 2003. pp 201-212.

[9] O Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, era Ministro de D. José, o Rei que após o trauma do terremoto de Lisboa, em 1755, isola-se no campo. Graças ao terremoto, Pombal adquire, em Portugal, uma autoridade quase completa, que inicialmente era a de tomar todas as decisões necessárias para a reconstrução de Lisboa após o terremoto que derrubara o castelo real e inúmeros edifícios da cidade. Fogo e água teriam completado a tragédia que deixaria o Rei completamente traumatizado após a destruição de seu palácio. D. José não conseguiria mais voltar a morar em Lisboa, muito menos tomar as providências práticas necessárias para restabelecer a ordem após o caos. Quando Carvalho e Melo assume o poder, faz um governo que é considerado pelo historiador Kenneth Maxwell como paradoxo do iluminismo, justamente por representar um período de possibilidade de avanço intelectual, especificamente da produção ilustrada, ao mesmo tempo em que se instaura um governo despótico. A racionalidade científica ganha lugar de destaque no governo pombalino. As novas ciências passam a ser utilizadas já no período de reconstrução de Lisboa, quando começam a emergir, sobre as ruínas tortas da antiga cidade, palácios bem alinhados, geometricamente concebidos, construídos sobre ruas retas por engenheiros militares. O terremoto faz surgir uma Lisboa de linhas racionais: a luz da razão humana, cultuada pela ilustração, finalmente se materializa no espaço urbano e na vida do povo português. Pombal cria uma cidade ilustrada, mas não se pode dizer que exerça um governo ilustrado. (Cf. Maxwell, Keneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996)

Com relação à cartografia, há um desenvolvimento da própria ciência no âmbito mundial que chama a atenção dos portugueses, por seu vínculo tradicional com este campo do saber. No período compreendido entre os séculos XVI a XVIII, os procedimentos cartográficos haviam sido completamente renovados. Neste período, desenvolveram-se técnicas para observar as longitudes e, em Portugal, jesuítas matemáticos e engenheiros militares passam a substituir a função que no reino ainda pertencia aos cosmógrafos[10]. É no século XVIII que se projeta finalmente o globo em sua forma mais completa, quando os oceanos são preenchidos pelas novas ilhas descobertas pelo Capitão Cook. A projeção correta do globo só se faz possível graças a uma contagem correta dos meridianos. Somente quando se soube que a terra tinha 360° pôde-se estabelecer o número e a distância correta entre os meridianos, o que, em termos da navegação, gera um grande avanço. Agora, com meridianos e paralelos nos mapas, podia-se sair de um lugar sabendo-se em que lugar se deveria chegar. A terra ia sendo traduzida em números: a linguagem da matemática traduzia a localização do homem no globo, onde quer que ele estivesse. Por isso, os bons cartógrafos eram, sobretudo, hábeis matemáticos.

Estas novas técnicas cartográficas abrem possibilidades novas para a delicada questão da medição das fronteiras entre Portugal e Espanha. Ao longo do século XVII, as vastas terras ignotas que preenchiam o interior dos mapas americanos foram ganhando contornos. Colaboram para isso dois fatores principais: primeiro, o conhecimento prático dos sertões (e de suas enormes extensões) por bandeirantes e sertanistas. Associado a este primeiro fator, temos como segundo fator o desenvolvimento cada vez maior de uma cartografia terrestre lusitana, vinculada a este conhecimento prático dos caminhos. Esta empresa ia sendo praticada tanto por homens a serviço da coroa, quanto por sertanistas que, a despeito de qualquer técnica cartográfica, produziam suas representações dos sertões[11]. Pouco a pouco a costa deixa de ser o único ente reconhecido nos mapas do Brasil. Surgem

[10] Bueno, Beatriz Picolotto Siqueira."A Produção de um território chamado Brasil". In: Alves, Artur Soares (org.) *Laboratório do mundo, idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensaoficial, 2004, p. 230.

[11] Um belo exemplo de mapa de sertanista do início do século XVII é o *Mapa das Minas do ouro e S.Paulo e costa do mar que lhe pertence* (ca.1717), que pode ser visto no livro *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. (cf. Costa, Antônio Gilberto (org). *Op. cit.* Belo Horizonte: Kapa Editorial/ Ed. UFMG. 2004, p. 51) Nele, vemos uma representação do espaço que antecede esta cartografia científica, e que tem na representação dos caminhos seu foco principal.

rios, serras, e várias referências, nos mapas do fim do século XVII, às localizações das nações gentias[12].

Em função deste processo que ia desvelando o interior da América do sul, a questão das fronteiras adquire uma importância se precedentes no século XVIII, tanto para o reino de Portugal, quanto para o reino da Espanha. Principalmente os espanhóis passam a se preocupar com este conhecimento crescente dos sertões pelo temido povo de São Paulo. Começa, então, um longo ciclo de negociações para o estabelecimento de tratados e a demarcação dos limites.

Como resultante deste processo, em meados do século XVIII, nas nascentes dos grandes rios da Amazônia e da bacia do pantanal, vão se estabelecer às fronteiras de grande parte dos territórios de Portugal e Espanha na América do sul. Os limites do território lusitano na Amazônia se firmam sobre um território muito maior do que aquele que originalmente pertenceria aos portugueses pelo Tratado de Tordesilhas. Esta expansão das fronteiras se dá a partir dos rios, e se firma sobre os rios, o grande referencial da colonização amazônica – e de todo território brasileiro.

Certamente, todo o rio Amazonas estaria a oeste do meridiano de Tordesilhas, pertencendo assim à Espanha. Os motivos históricos que resultaram no fato de toda a bacia amazônica encontrar-se hoje sob domínio brasileiro são um tema vastamente discutido pela historiografia [13]. Não se sabe ao certo se ao fundar o Forte do Presépio, às margens do rio Guamá (hoje Belém, em 1616, os portugueses estariam cientes da informação precisa de sua longitude. Sua fundação na época estava também relacionada com a ocupação da ilha de São Luis pelos franceses, que terminam sua carreira no Maranhão. Para assegurar esta posse em 1621, um decreto Régio estabelece que as capitanias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Rio Negro passam a formar um estado autônomo, o estado do Maranhão e Grão-Pará.

A dificuldade de comunicação entre a Bahia e o Maranhão/ Pará era enorme devido às correntes marinhas contrárias, que faziam com que a viagem de Belém a Lisboa fosse muito mais breve do que a viagem para a Bahia. Os percursos terrestres eram então

[12] Sobre os gentios, faremos, no capítulo "Índios", uma análise mais apurada deste complicado tema.

[13] A razão da supremacia portuguesa é um tema muito discutido por historiadores de origem ibérica e lusitana. Entre os historiadores brasileiros, Capistrano de Abreu talvez tenha sido um dos que mais densamente se aprofundam no tema, em *Capítulos de História Colonial.*

impraticáveis devido às inúmeras nações de gentios bravos. Em função desta distância criada pelo mar, entre a Bahia a e costa norte do Brasil, Luiz Felipe Alencastro afirma que a geografia do Atlântico será determinante em toda conjuntura imperial. Será o elo de ligação ou separação entre as diversas colônias[14]. Neste caso, o Atlântico configura-se como motivo para uma separação literal entre Grão-Pará e Maranhão, e o restante do Brasil.

Em 1652, o Rei de Portugal assina o decreto que faz destas capitanias o segundo estado lusitano das Américas, diretamente subordinado a Lisboa. Entre esta data e 1654 os governos do Pará e Maranhão tornam-se independentes e, voltando a se unir em 1654, assim permanecem até 1772, quando são novamente separados. A separação só viria a se efetivar três anos mais tarde, quando o Pará anexa a seu território a capitania do Rio Negro. Em 1751, estabelecem-se dois governos, um situado em Belém, e o outro em São Luís, no estado que passa a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Uma série de motivos faz do século XVIII um período extremamente movimentado para uma colônia que até então parecia não despertar grande interesse da metrópole. Entre 1751 e 1759, Francisco Xavier de Mendonça Furtado governou o estado do Grão-Pará e Maranhão. A escolha por D. José I do irmão do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, já representou nesse contexto um sinal da importância crescente que a capitania do Maranhão e Grão-Pará passa a ter para o governo português. A nomeação do irmão de uma figura já tão importante na corte para administrar um território onde até então predominava a "selvageria" e o fato das capitanias do Maranhão e Grão-Pará serem elevadas a um estado diretamente subordinado à metrópole são indicadores da grande importância que o gabinete de D. José dera à região[15]. De todas as colônias que Portugal possuía, o Brasil era a mais valiosa, e o norte, com importantes vias de acesso às minas, permanecia desguarnecido militarmente até então.

[14] Segundo este autor, há um favorecimento entre das relações entre Brasil e Angola, por exemplo, em função dos ventos e condições de navegação favoráveis. Segundo Alencastro, os portos de Salvador e Recife estariam mais ligados aos portos de Luanda e Benguela do que aos portos de São Luís e Belém. Estes, por sua vez, tinham uma conexão com a rota de navegação que vinha diretamente de Lisboa. Os navios, vindos da metrópole, na altura onde hoje se situa a costa do estado do Rio Grande do Norte, podiam tomar a direção de São Luís ou de Recife. Mas uma navegação direta ligando as duas cidades era muito difícil, daí também a importância de projetos de comunicação terrestre-fluvial, do Maranhão com o interior do Brasil, de onde saíam rotas para os portos da Bahia e Pernambuco. Cf. Alencastro, Luiz Felipe de, *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.62.

[15] cf. RODRIGUES, Isabel Vieira. "A política de Francisco Xavier Mendonça Furtado no norte do Brasil" In: *Revista Oceanus*. n. 40, Lisboa, Bertrand Editora / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Out/Dez 1999.

Essa importância se faz sentir tanto nos tratados e na legislação colonial, quanto em manuscritos do período, que ressaltam sempre a bacia do Amazonas como uma zona estratégica para o governo da metrópole, pois através dela se podiam acessar por longos caminhos fluviais as minas de Goiás e Mato Grosso. Os textos dos roteiros, que são em sua maioria enviados à metrópole na forma de manuscritos, sintonizam esta nova relação que a coroa busca estabelecer com o norte do Brasil. Nestes territórios, as drogas do sertão na segunda metade do século XVIII representavam pouca coisa, comparadas à importância dos dois Eldorados do centro-oeste do Brasil. Era fundamentalmente o controle sobre o ouro que regia a lógica de domínio da região na segunda metade do século XVIII. Mas, antes mesmo do século do ouro, as possibilidades que envolviam este metal já direcionavam o olhar dos colonizadores, nas muitas formas que o mito do Eldorado adquiria em terras americanas[16]. Era o ouro afinal que havia movido as fronteiras do Brasil muito além de seus limites originais.

E justamente toda essa movimentação da fronteira do Brasil iria ecoar no tratado de Madrid, firmado em 1750 entre os reis da Espanha e Portugal. Esse tratado teve como figura central de sua articulação Alexandre de Gusmão, um paulista de Santos, que ao emigrar para Portugal para estudar direito torna-se um homem ilustrado, do grupo conhecido como os estrangeirados. Sua participação na formação das fronteiras, na forma do mapa do Brasil que se reconhece hoje em qualquer desenho escolar, teria sido decisiva.[17]

As fronteiras surgem nos discursos dos homens a serviço de seus reinos, antes de surgir nos mapas. Mas as descrições da fronteira, dos pontos culminantes, dos rios e pântanos dependem dos relatos dos viajantes que as buscam. Há um caminho na formação das fronteiras que vai da idéia do lugar ao planejamento da viajem, passando da prática da expedição à prática do discurso escrito e do discurso cartográfico. A cartografia deste período serve aos acordos, e os acordos se servem dos mapas. O tratado de Madrid se baseia no famoso mapa das cortes, produzido por Gusmão, para demarcar as fronteiras interiores entre a América espanhola e a portuguesa.

---

[16] O famosos mito do Eldorado, com suas diferentes manifestações, será analisado no capítulo III do presente trabalho – "Navegar é preciso, pelos rios do Brasil".

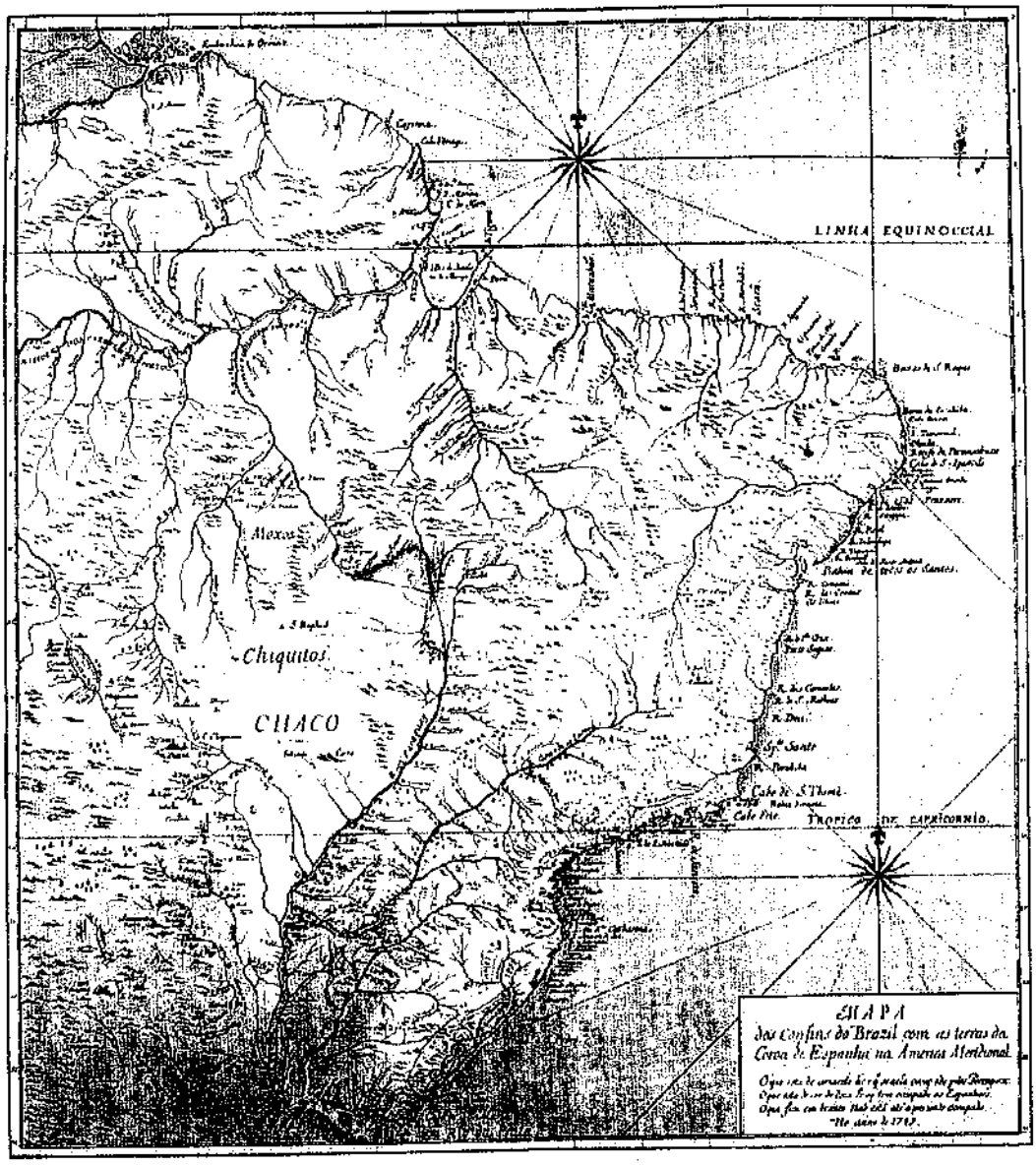
[17] A formação triangular fundamental do mapa do Brasil define-se no século XVIII. Existem, no entanto, alguns contornos que são adicionados posteriormente, como o estado do Acre, que é oficialmente acrescentado ao mapa do Brasil em 1904.

Segundo Antônio Gilberto da Costa O mapa das cortes seria o primeiro mapa que dá ao Brasil sua feição, sua forma, ainda que suas longitudes sejam propositadamente erradas,:

O Mapa das Cortes, elaborado em Portugal a partir de diferentes fontes cartográficas e escrito sob a orientação de Alexandre de Gusmão, constituiu o primeiro mapa no qual o Brasil apresentou sua conhecida forma quase triangular. Esse mapa teria induzido os diplomatas espanhóis ao erro, não só pelas inexatidões que continha relativamente ao território sul-americano mas também e principalmente, por estar viciado nas longitudes, apesar de só as latitudes estarem numeradas. Com esse estratagema, a área extra de Tordesilhas do Brasil era, por exemplo, bastante diminuída, o que dava a impressão de haver poucos ganhos territoriais para os portugueses a oeste do Meridiano.[18]

Eis, a seguir, o famoso mapa:

[18] Costa, Antônio Gilberto (org.), *op. cit.*, p. 30.



Mapa das Cortes. (Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional. No anno de 1749)[19]

Neste mapa, vemos duas regiões de importantes indefinições: a região norte do rio Amazonas, e a região central da América do sul, na altura em que os rios da bacia do Paraguai encontram-se com os rios da bacia amazônica. Na primeira região, ainda que escasseiem representações de bacias hidrográficas na altura do que hoje conhecemos como

[19] in: Costa, Antônio Gilberto (org.), *op. cit.*, p. 30.

estado do Amapá. Esta região, no entanto, encontra-se melhor servida de representações de rios e montanhas do que a vasta região central da América. Principalmente no lado espanhol, do Chaco e das aldeias de Chiquitos, encontra-se um espaço especialmente "indefinido".

Nesta região central do mapa, vemos um grande lago (possivelmente uma representação da região norte do Pantanal). Próxima a ele está situada a vila de Cuiabá. Esta vila – onde se localizavam as minas das quais era retirado mais ouro neste momento – é situada aqui na mesma latitude de Belém do Pará. Ou seja, aqui, Cuiabá está bem próxima ao meridiano de Tordesilhas. Como se sabe (e os portugueses provavelmente já sabiam), esta vila estava muito mais a oeste com relação à longitude de Belém do Pará. Este estratagema cartográfico de internalização desta importante região aurífera, certamente serve para que não restem dúvidas quanto a sua possessão por parte de Portugal.[20] Próximo ao grande lago, encontra-se ainda representado um braço de rio, que praticamente ligaria a bacia do Paraguai à Bacia do Amazonas. Consolida-se, neste mapa da metade do século XVIII, o mito da "ilha Brasil", e a idéia de que haveria uma delimitação fluvial natural entre os dois reinos. A possessão portuguesa sobre as minas de Cuiabá, bem como o mito da ilha Brasil, são alguns dos discursos imperiais portugueses deste período que identificamos no famoso Mapa das Cortes. É um mapa carregado de preceitos, idéias e narrativas.

Mas os espanhóis acatam o mapa das cortes e o tratado preliminar de limites que, com base neste mapa, seria testado na prática por uma comissão de demarcações composta por membros dos dois países. Dentre os interesses de Portugal na assinatura deste tratado – que consolidou seus vastos domínios a oeste de Tordesilhas em troca da colônia de Sacramento – está a exclusividade na navegação de vários rios no norte do Brasil. Entre eles, os rios Negro, da Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins, que corriam do sertão "inculto" em direção ao vale do Amazonas. Ora, uma vez assinado o tratado, era preciso consolidar a conquista dos rios, conhecer e, acima de tudo, mostrar ao reino rival este conhecimento. Assim, nos anos seguintes a sua assinatura, ocorreria uma onda sem precedentes de expedições para a demarcação das fronteiras no norte do Brasil.

[20]Cf. Costa, Antônio Gilberto (org), *op. cit.*, p. 31.

O próprio Mendonça Furtado participa destas expedições de demarcação das fronteiras. Sua participação fica largamente documentada nas cartas que envia a seu irmão, depois compiladas por Marcos Carneiro de Mendonça nos três volumes da obra *Amazônia na Era Pombalina,* um importante referencial documental para a história do período. Os documentos oficiais produzidos pelo governador também visam afirmar não apenas determinados rios da Amazônia ocidental como fronteiras com os Espanhóis, mas sim garantir o domínio sobre enorme bacias hidrográficas. Era importante dominar o rio da nascente à foz, fazer dos limites do rio os limites da nação, como vemos nesta passagem do próprio Mendonça Furtado, que relata ao rei uma estratégia para efetivar a demarcação dos limites no Rio Negro:

E como todas as aguas que vem buscar as Amazonas pelo Rio Negro são indubitavelmente, como consta do Tratado, pertencentes a coroa de Portugal e as que forem buscar o Orinoco à de Castella me parece que sem alteração ou intelligencia alguma se deve executar o Tratado, ad litteram, na mesma forma que esta estipulado no referido art. 18, porque não nos utilizamos nada menos que ficarmos senhores de todos os Rios que V. Ex verá do Catalogo que lhe remetto (...)

Nesta forma ficamos senhores de todo o rio Negro até as suas cabeceiras e dos infinitos e importantes Rios, que nelle desaguam em toda a sobredita distancia, cujo catalogo ou descripção delles porei em Relação separada (...)[21]

Com a expedição de Mendonça Furtado, os portugueses efetivamente tornam-se senhores de todo o rio Negro. Mas essa dominação só se concretiza ao custo de uma dramática jornada, na qual o governador quase perde sua vida enfrentando tempestades, cachoeiras, fome e motins entre os seus homens[22].

Esta e outras expedições se propõem, neste momento, a determinar em que sentido os rios correm (todos os rios), justamente com o propósito de determinar os limites de cada bacia hidrográfica. Esta tarefa hercúlea era concebida como central para o processo de

[21] Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado-1751-1759.* (3 V.) Rio de Janeiro: Ed. IHGB, 1963. p.58.

[22] Os incidentes desta viagem estão narrados nas muitas correspondências. Alguns destes percalços da viagem fluvial ao rio Negro serão tema de análise no capítulo seguinte.

demarcação das fronteiras. Neste período era preciso, conhecer, mapear, e acima de tudo dominar os rios. Mas, para a efetivação da prática desta dominação, se fazia necessária, a prática da navegação dos rios amazônicos e o conhecimento de todo o trajeto até a nascentes dos rios, como forma de reconhecimento das fronteiras do império. Para consolidar a navegação dos rios, os roteiros de viagem, com descrições minuciosas das etapas de sua navegação, eram peças fundamentais. Passa a ser desejável que os roteiros produzidos na Amazônia do século XVIII contenham também a anotação das latitudes.

Dentre os roteiros que analisamos, muitos apresentam com orgulho, e em lugar de destaque dentro do texto, os cálculos da latitude e longitude das cidades percorridas pelos roteiristas no estado do Grão-Pará e Maranhão. Nesta passagem, do *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas povoações dos domínios portugueses em Amazonas e Rio Negro*, podemos perceber exatamente isto:

A verdadeira latitude da cidade do Pará conforme as observações modernas e mais exactas é de um gráo e 28 minutos ao sul da linha equinocial e a sua longitude numerada do meridiano da ilha do Ferro é de 329 gráos e 15 minutos.[23]

Este texto, também anônimo, é das últimas décadas do século XVIII. Nele, vemos o autor apresentar um cálculo exato, feito conforme as observações modernas e mais exatas. Mas, além da apresentação destes paralelos e meridianos, o texto também se estrutura como os roteiros tradicionais, marcando seu percurso em léguas. Agora, as léguas – medida imprecisa, mas fundamental para o viajante das terras "incivilizadas" – vêm acompanhadas da localização precisa de determinados pontos no globo terrestre, através da matemática complicada do cálculo dos meridianos. Muitos roteiristas do período, sendo funcionários da coroa, dispõem de boa formação, sendo talvez engenheiros militares, ou tendo a boa formação matemática dos colégios dos jesuítas.

O procedimento para o cálculo das latitudes não era tão complicado. Em primeiro lugar, o paralelo zero era estipulado pelas leis da natureza – pela linha do Equador, que é uma divisa do globo que pode ser identificada a partir da percepção sensorial humana.

[23]Noronha, Padre José Monteiro. *Op. cit.*, p. 281.

Assim, o cálculo da latitude podia ser feito pela altura do sol ou das estrelas em relação à linha do horizonte, com a ajuda de um astrolábio ou quadrante. Já o cálculo das longitudes era, ainda no século XVIII, uma questão muito mais difícil.[24] O próprio estabelecimento do meridiano zero era uma questão delicada, que envolvia disputas entre os estados, já que não há como estabelecer o meridiano zero a partir de um marco natural. Mas, além desta questão geopolítica, os cálculos envolvidos nesta operação eram bastante complexos.

Beatriz Piccoloto Siqueira Bueno, em seu artigo "A produção de um território chamado Brasil", elabora uma interessante explicação para a compreensão das mudanças que envolvem o cálculo das longitudes:

A terra é uma circunferência de 360°que leva 24 horas para dar uma volta em torno de si, cada hora correspondendo a 15°. A medição da longitude dependia portanto da medida do tempo – saber a hora exata no ponto de partida e a correspondente hora exata no ponto de chegada, convertendo a diferença de horas entre ambos em extensão geográfica percorrida. Seria tudo muito fácil nos tempos dos nossos modernos relógios de pulso ou cronômetros altamente precisos. No entanto, essa conquista só veio a ocorrer em fins do século XVIII.

Portanto, antes da invenção de John Harrison (do relógio de bolso capaz de manter a hora do ponto de origem em relação ao mais remoto lugar do planeta, em 1770), o cálculo da longitude envolvia uma série de cálculos que eram feitos através da observação das luas de Júpiter através do telescópio (inventado por Galileu em 1610). Mesmo após 1770 estes cálculos continuam em voga, já que nem todos os viajantes dispunham deste novo modelo de relógio. Passa a ser uma tarefa das academias de ciências do século XVIII criar tabelas para que o viajante, posicionado em qualquer ponto do globo, no momento do eclipse de alguma das ditas luas, pudesse comparar sua posição em relação ao meridiano de seu país de origem.

---

[24] Beatriz Piccoloto Siqueira Bueno ressalta que, para se chegar a este cálculo das longitudes, reis e príncipes das principais potências marítimas – Espanha, Holanda, cidades italianas, Inglaterra e França – patrocinam pesquisas e promovem concursos com prêmios em dinheiro, entre os séculos XVI e XVIII. Cf. Alves, Artur Soares.(org).*Op. cit,* p. 231.

Este avanço tecnológico rapidamente produz avanços no mapeamento do Brasil, permitindo aos participantes das novas expedições de demarcação das fronteiras elaborar mapas muito mais precisos do que o mapa das cortes. Os mapas considerados confiáveis pelos viajantes que escrevem roteiros no fim do século XVIII devem ser aqueles produzidos cada vez mais recentemente, caso contrário podem causar sérios problemas ao percurso em função de suas distorções.

O autor anônimo do Roteiro do Maranhão faz um discurso, no início de seu texto, justamente sobre a falta de cartas precisas da região que percorre, declarando ainda ultrapassada uma carta de 1758:

A falta, que nelle (no texto do Roteiro do Maranhão) farão as observações Astronomicas e Geometricas será facilmente conhecida no exame de qualquer professor; mas não deve do mesmo modo ser increpada, quando ella he cometida por quem trilhando a bem diversos fins o Paiz ainda que repetidas vezes apenas se poude servir dos naturaes instrumentos, para observar de uma maneira sensivel o que se lhe representava; he formar d'elle a idéa, que descreve. Não consistindo pois só nesta idéa os conhecimentos necessarios para se formarem Cartas Geográphicas; terei huma justa escusa de não ajuntar aqui o que se fazia preciso.

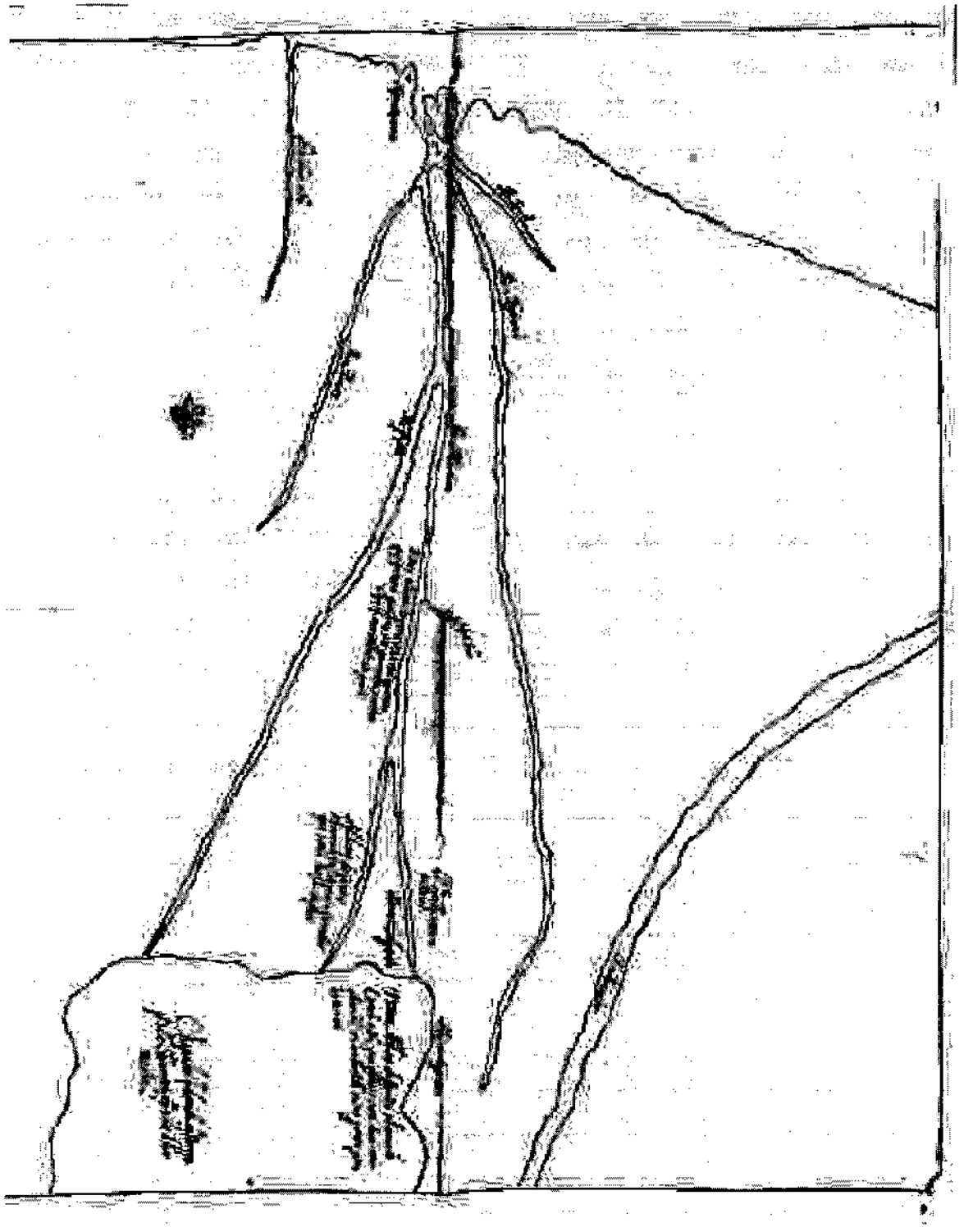
A carta da Capitanhia do Piauhi, da qual no anno de mil sette centos e cincoenta e oitto foi encarregado Henrique Antônio Gallucci, e se hade achar na secretaria de Estado pode supprir muito bem esta falta: ainda que como elle não vezitou a Capitania em todas as suas partes, nem seguiu as diversas direcções dos Rios, não he possível que deixasse de tomar muitos pontos por huma mera estimativa, e que deixem na ditta Carta de haver muitas posições erradas, e ommissões tão substanciaes ... [29]

O autor anônimo assume que não consegue, neste Roteiro, passar as informações necessárias para que a partir dele se formem cartas geográficas mais precisas – cuja falta ele mesmo assinala acima. Lamenta não passar tais informações, e da mesma maneira lamenta também os erros presentes na carta mais recente da capitania do Piauí, onde as

[29] RM, p. 61.

"posições erradas e omissões substanciais" podem acabar dificultando, ao invés de colaborar com o trajeto do viajante. O autor anônimo, em sintonia com a mentalidade de seu tempo, busca a precisão das medições cartográficas, para obter a precisão na representação do território conquistado.

Sobre o trajeto descrito no *Roteiro do Maranhão*, pudemos encontrar durante nossa pesquisa nos arquivos portugueses duas importantes cartas, uma delas a de 1758, sendo provavelmente aquela a que o autor anônimo faz referência, e outra, sem data definida, mas provavelmente produzida por volta de 1750, onde vemos todos os aldeamentos jesuítas do Rio Itapecuru mapeados, com referências também aos gentios bravos da região:



Anônimo. Carta do Itapecuru e Parnaíba. Segunda metade do Séc. XVIII. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino.

Sobre esta carta, obtivemos poucas informações. Nós a encontramos avulsa, em meio a outros manuscritos que a ela não faziam referência, na coleção do Ministério do Reino, na Torre do Tombo. Mas podemos dizer, sem grandes erros, que ela faz parte de um projeto de mapeamento corográfico[30] da capitania do Maranhão, um mapeamento no qual se baseiam, mais tarde, textos como o *Roteiro do Maranhão*. Na carta, vemos representados os principais rios que deságuam em São Luís, formando a Bahia de São Marcos, e demarcados os territórios, ao longo destes rios, onde se encontram gentios e aldeamentos.

Esta carta, no entanto, chama-nos a atenção justamente pela representação do Rio Itapecuru, justamente no trecho que se aproxima do Rio Parnaíba. É uma representação cartográfica que abrange cerca de metade do trajeto do *Roteiro do Maranhão, à* qual corresponde a seguinte descrição geográfica, do trajeto do autor anônimo:

Embarcando-se em Canoas na Cidade de São Luis do Maranhão; depois de se atravessarem as Bahias, estreitos e Rios que separão a Ilha do Continente pela parte do sul, entra-se em distância de vinte légoas na foz do Rio Itacuru (1). Subindo-se por elle noventa legoas termina-se toda essa navegação nas Aldeas Altas, ou lugar de Trezedelas com dez ou doze dias de viagem sem encommodo, nem risco algum consideravel. Das Aldeas Altas, marchando-se por terra vinte e uma légoas ao rumo Sudoeste, vai-se com jornada de trêz dias à fazenda de Santo Antônio, sobre o Rio Parnaiba, onde há por contracto real embarcação sempre pronta para a sua passagem.[31]

A carta que reproduzimos anteriormente termina justamente nas proximidades das Aldeas Altas, tendo como limite sul a Chapada das Mangabeiras – onde se localizam as nascentes do Itapecuru. Este é justamente o trecho no qual, "marchando-se três dias", pode-se cruzar por terra do rio Itapecuru ao Parnahíba – conforme o trecho citado acima, do *Roteiro do Maranhão*. Assim, ainda que esta seja carta simples[32], uma de suas utilidades parece ser justamente esta: representar o rio, até o momento em que ele se comunica com

[30] A este projeto de mapeamento corográfico, ou seja, regional, tendo em vista as principais regiões de desenvolvimento da capitania do Maranhão, vemos referências em cartas e ofícios de Francisco Xavier Mendonça Furtado e outros governadores. Estes documentos encontram-se esparsos no referido fundo.

[31] RM., p. 62.

[32] Do ponto de vista das possibilidades técnicas que já se abriam na metade do século XVIII.

outro rio (o Paranaíba) a partir do qual se buscava o estabelecimento de uma rota de comunicação com as minas de ouro do Brasil central.

Outra carta a que tivemos acesso no arquivo da Torre do Tombo é o *Mapa de Mar e Terra* entre o Rio da Parnahiba e o Rio Tocantins – Maranhão 26 de abril de 1755. Em virtude de problemas técnicos com o microfilme, não conseguimos uma reprodução completa da carta. Vamos, no entanto, reproduzir uma parte, onde se vê o Rio Tocantins, o Mearim e seus afluentes.

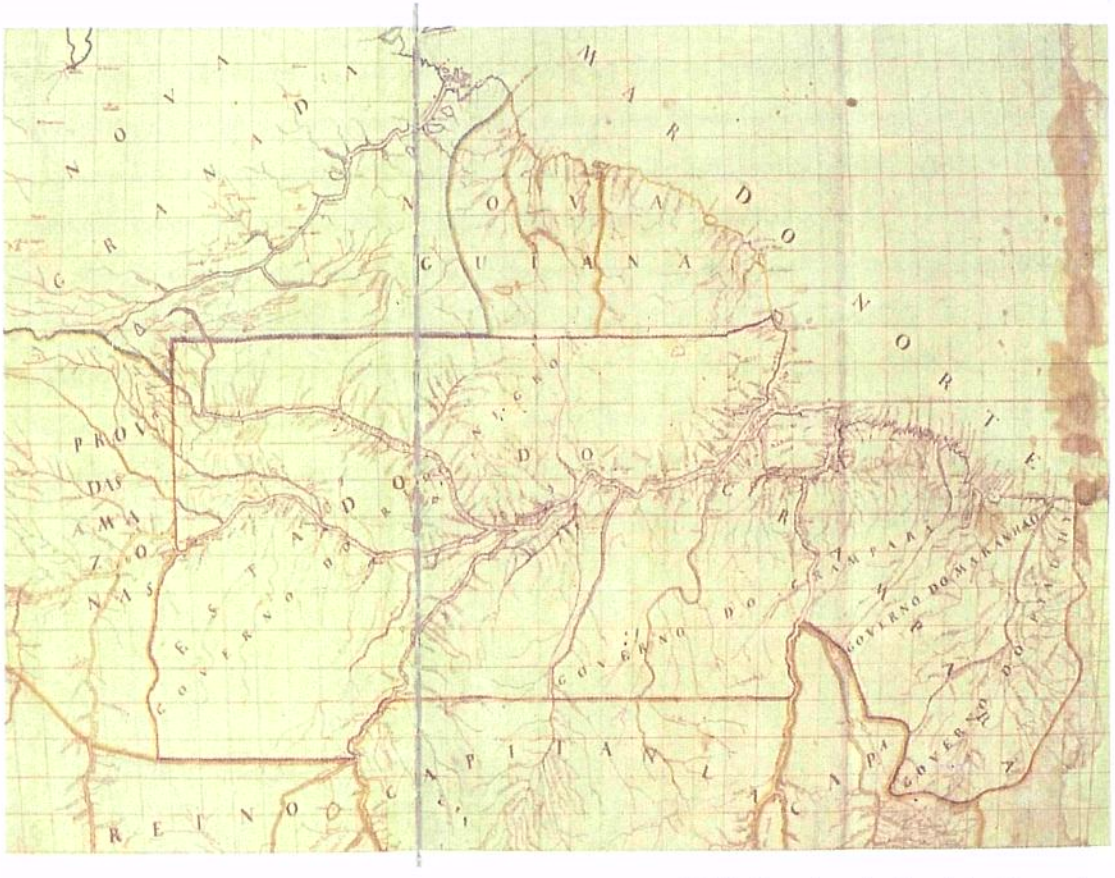
Este belo mapa dispõe de recursos gráficos mais elaborados que a carta do Itapecuru e Parnaíba. Ao longo dos rios, vemos assinalada a localização de aldeias e terras de gentios timbira, gamella e amanajos. Um aspecto interessante deste mapa é seu caráter narrativo. Trata-se de um mapa-roteiro, que fornece uma série de indicações práticas ao viajante. Uma destas indicações, encontramos no pedaço de terra entre os rios Pindaré e Grajaú (afluentes do Mearim). Neste pedaço do mapa se lê: "*em seus meyos são matos tem de largo oito dias de viagem*". Mais acima, próximo ao mesmo rio, lê-se "*Das cabeceiras deste rio Grajaú atté (?) o Tocantins se vai em oito dias e é seguro em qualquer dias*". É um mapa concebido para o viajante que segue a pé ou pelos cursos dos rios, que funciona não apenas como uma descrição do espaço, mas como uma narrativa da temporalidade das viagens. Há também uma série de indicações de locais onde existem campinas, casas-fortes, e outras referências da paisagem que conferem ao mapa um caráter prático-descritivo. Por ser uma carta de 1755, acreditamos ainda não ser aquela à qual o autor anônimo se refere em seu discurso, mas provavelmente pode também ter servido ao seu trajeto, uma vez que trata dos mesmos locais por ele percorridos.

Do ponto de vista técnico, acreditamos que prevalece ainda, nas representações do espaço interior, a cartografia nos moldes da primeira metade do século XVIII, feita principalmente a partir do *Tratado do modo mais facil e exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas de praças, cidades e edificios com instrumentos e sem instrumentos.*[33] Escrito pelo engenheiro-mor de Portugal Manoel de Azevedo Fortes, este tratado de 1722 sem dúvida colabora muito para um primeiro impulso no sentido de uma cartografia do interior do Brasil.

Para se mapear o espaço terrestre, foi preciso, antes de mais nada, adaptar instrumentos antes utilizados para a medição das distâncias na navegação para a medição das terras percorridas. Este tratado ensina justamente a utilizar tais instrumentos, e representa um importante impulso nesta cartografia do interior do Brasil que antecede as novas descobertas e tabelas do fim do século XVIII. Neste contexto, acreditamos dar-se a produção dos mapas acima, uma produção cartográfica que ainda está distante da precisão que começa a ser obtida poucas décadas depois.

[33] Bueno, Beatriz Picolotto Siqueira. In: Alves, Artur Soares (org). *Op. cit*, p. 232.

Além das cartas corográficas, produzidas a serviço de planos e estratégias de governos locais, era importante também para o governo português pensar uma estratégia comum de desenvolvimento para as diferentes capitanias que constituem o Grão-Pará e Maranhão. Do Piauí ao Rio Negro, era necessário criar um olhar comum sobre este estado, que aos poucos ia tendo suas fronteiras delimitadas. Assim, na metade do século XVIII, produz-se este mapa do Grão-Pará, que representa um momento no qual o rio Amazonas já havia sido reconhecido, e boa parte de seus afluentes mapeados:



"Estado do Grão-Pará e Província das Amazonas", século XVIII. Penalva do Castelo, Casa da Ínsua (CI – A42). [34]

Aqui vemos o estado do Grãm Pará, constituído por quatro capitanias, ou governos: O governo do Piauhy, o Governo do Maranhão, o Governo do Gram Pará e Governo do Rio Negro. O curso dos rios ganha destaque neste mapa. Além do Amazonas, seus grandes

[34] In: Rodrigues, Isabel Vieira. "A Política de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Norte do Brasil (1751-1759)". In: Revista Oceanus: *Op. cit.* pp. 96-97.

afluentes da margem sul – O Tocantins-Araguaia, o Xingu, o Tapajós e o Rio Madeira, bem como o rio Negro, na margem norte, já se encontram neste momento bem representados. Além destes, vemos vários rios de menores dimensões, como aqueles que formam a ilha de São Luís (o rio Pindaré, o Mearim e o Itapecuru), além do Parnaíba, na divisa entre as capitanias do Maranhão e Piauhy. Em uma versão de medidas maiores, publicada na revista Oceanus, podemos observar ainda referências às terras dominadas por índios gentios, aldeamentos, e algumas vilas e cidades.

Mas, apesar da presença destes outros elementos no mapa, trata-se de uma cartografia que se esmera sobretudo na representação dos rios. Nas regiões, os rios são bem reconhecidos (como aqueles ao sul da bacia amazônica), as fronteiras já aparecem adaptadas ao seu curso. Entretanto, em locais como a fronteira com a Nova Granada e as Novas Guianas – onde carecia estipular-se ainda a direção dos cursos dos rios, sua extensão e os contornos de suas bacias – prevalece uma grande linha imaginária, como fronteira sobre uma terra cujos contornos ainda estão indefinidos. Certamente, trata-se de uma das regiões mais difíceis de serem cartografadas, dadas as características de suas florestas e montanhas. Mas, ainda no século XVIII, veremos uma grande evolução na representação dos rios ao norte do Amazonas. Esta evolução cartográfica em relação ao rios e em relação ao estado do Brasil, é atingida em 1797, com a *Carta Geográphica de Projeção Espherica da Nova Lusitania ou América Portuguesa e Estado do Brasil.*



Carta Geográphica de projecção espherica da Nova Lusitânia ou América Portuguesa e Estado do Brazil. Antonio Silva Pontes Leme, Lisboa, 1797.[35]

Dedicada ao príncipe do Brasil, D. João VI, esta carta foi produzida por Antônio Pires da Silva Pontes Leme (Capitão, Astrônomo e Geógrafo de sua Majestade). É uma carta que atinge grande precisão, segundo os moldes do século XVIII. A carta foi feita por ordem de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Ultramar e afilhado do Marquês de Pombal. Dom Rodrigo assume o ministério após a morte de outro célebre ocupante do

[35] In: Alves, Artur Soares.(org). *Op. cit.*, p. 242.

cargo, o Martinho de Melo e Castro[36]. Este, que fora sem dúvida uma das figuras mais importantes nesta relação entre o estado português e a produção científica do período, deixa o cargo vago em 1795. Em relação ao Sr. Martinho de Melo e Castro, estabeleceu-se uma intensa correspondência entre ele e os autores de alguns roteiros aqui analisados – como o engenheiro Manuel de Braun e Alexandre Rodrigues Ferreira [37]. Agora, na virada do século XIX, cabe a Dom Rodrigo de Souza Coutinho tocar a administração das colônias. E uma de suas primeiras ações é justamente esta, a encomenda desta nova carta geográfica do Brasil.

Sobre a referida carta, é nela que finalmente cidades e vilas importantes, como Cuiabá, são finalmente colocadas nas suas devidas longitudes, cujos pontos teriam sido obtidos por observações astronômicas do autor.[38] Para se fazer um bom mapa da terra, era necessário, antes de mais nada, um bom mapa do céu e, para os céus do Brasil, um bom mapa também havia sido produzido pelo Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, colocando o Cruzeiro do Sul como grande referência a partir da qual poderiam se encontrar as demais constelações.

O novo mapa do Brasil representa um marco tanto para os viajantes que dele se utilizarão para se localizar no espaço interno das possessões portuguesas, quanto para a tão importante definição das fronteiras com a Espanha (após o tratado de Madri, muita coisa ainda muda, e novas ajustes nas fronteiras são feitos com o tratado de Sto. Ildefonso)[39].Um mapa preciso do Brasil significava que finalmente se produzia um território delimitado e

---

[36] *Martinho de Melo e Castro faleceu em 24 de Março de 1795, sendo substituído no ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos por D. Rodrigo de Souza Coutinho em 7 de setembro de 1796. (...) a coleta de informações sobre a natureza das colônias voltou a operar com bastante intensidade durante a administração de D. Rodrigo, quando foram despachadas novas expedições científicas e enviadas ordens de patrocínio a viagens de naturalistas que já se encontravam nas colônias. Neste momento as orientações aos viajantes foram em parte modificadas, de acordo com novas políticas de Estado e com os resultados obtidos no ministério anterior.* (Pataca, Ermelinda Moutinho. *Op. Cit.*p. 393).

[37] João Pereira e Caldas, provável autor do RM, também se corresponde com ele.

[38] Bueno, Beatriz Picolotto Siqueira.In: Alves, Artur Soares.(org). *Op. cit*, p. 229. A ciência de se observar o céu havia se desenvolvidos graças às atividades dos colégios dos Jesuítas. No colégio dos Jesuítas na Bahia, teriam sido primeiro batizadas as constelações do hemisfério sul.

[39] O tratado de Santo Ildefonso, assinado a 1° de outubro de 1777, seria um "tratado preliminar de limites das possessões respectivas na América e Ásia", assinado entre portugueses e espanhóis. O tratado, que contava com 14 artigos, fora finalmente firmado após difíceis negociações, nas quais os espanhóis acusavam os portugueses de adulterar mapas (o mapa das cortes). Segundo Manuel Lucena Giraldo, *O tratado Preliminar de Sto Ildefonso não acolheu a solução madura do problema fronteiriço luso-hispano, visto que era um simples cessar de hostilidades, o encontrar de um status quo a partir do qual se podia começar a verdadeira negociação.*(cf. Giraldo, Manuel de Lucena. "Reformar as florestas: O tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa". In: *Revista Oceanus. Op. cit.*, p. 70).

contínuo da coroa portuguesa na América, sobre uma natureza que certamente permanecia "descontínua e ilimitada".[40] O mapa serve parcialmente para a domesticação das distâncias e trajetos, para a domesticação do território. Na prática dos percursos, os roteiros, com suas marcações em léguas e descrições de acidentes naturais, rios e lugares – que talvez não constem dos mapas – continuam sendo uma ferramenta fundamental para aqueles que realmente se propõem conhecer o espaço.[41]

2.1.2 "Estabelecer uma linha de povoações": as cidades e vilas nos planos racionais dos Roteiros

Os Roteiros, além de cumprirem seu papel nesta narrativa de uma geografia do império, também cumpriam um papel importante na própria constituição do espaço, ao proporem o estabelecimento de vilas e cidades, como vemos no texto do *Roteiro do Maranhão:*

Capítulo 1º

Em que se propõe hum novo estabelecimento de Povoação, que se comunique pelo interior do Paiz, do Rio Parnaiba da Capitania do Maranhão ao rio Tocantins da Capitania do Pará, como projeto interessante á reducção de Nações silvestres a povoação e cultura das referidas Capitanias.[42]

A questão das cidades no texto anônimo aparece profundamente vinculada à conquista das terras do interior. O estabelecimento das vilas é proposto como um "método racional" para se ganhar as terras dos índios. Nas palavras do próprio autor anônimo:

---

[40] Cf. Bueno, Beatriz Picolotto Siqueira.In: Alves, Artur Soares.(org). *Op. cit*, p. 229.
[41] Espaço e território, como bem ressalta Beatriz Picolotto Siqueira, são categorias profundamente diferentes: *Convém salientar que "território" e espaço não são noções equivalentes. O território com contornos e limites precisos é uma construção histórica, produto da ação humana. (...) Nos mapas produzia-se um "território" limitado e contínuo sobre uma natureza descontínua e ilimitada.* (Cf. Bueno, Beatriz Picolotto Siqueira. *Op. cit.*, p.229).
[42] RM, p. 86.

he fácil de conhecer, que cortado todo este Paiz, com uma linha de Povoações nossas, desde os Sertões da Parnaiba até Tocantins as Nações, que ficassem ao Norte, vendo que nós por toda parte as cercavamos; não só virião com mais facilidade á nossa sugeição, mas sem as largas despesas e funestas enfermidades que padecem os índios nos seus descimentos, ou novos estabelecimentos, se poderião conservar no seu mesmo Paiz Natural, aproveitando-nos nós também delles mesmos para continuarmos a cultura das margens dos Rios Miarim, Pindaré, e dos mais que descem por esta parte as referidas capitanias do Maranhão (...). [43]

Em função desta relação estreita, no interior do texto anônimo, entre o estabelecimento de povoações e as políticas indigenistas, faremos uma análise mais detalhada deste tema no capítulo 5 desta tese, "Índios".[44] O estabelecimento de cidades na Amazônia do século XVIII, no entanto, esteve vinculado a outras importantes questões, além da conquista dos espaços indígenas.

Com a ascensão de Pombal, e durante os governos que sucedem o de Mendonça Furtado (todos aliados políticos do Marquês), o que se procura é defender este contingente absurdo de terras através de uma representação de defesa e civilização. A impossibilidade absoluta de povoamento e civilização do norte do Brasil foi remediada, de certa forma, por um teatro da defesa e povoamento, que pode ser percebido na construção de fortes e vilas, neste período, sempre em locais estratégicos, que permitiriam observar os inimigos e ser por eles observado[45]. Trata-se de uma encenação, nas bordas de um grande palco vazio.

Estas novas cidades que se fundam têm um caráter absolutamente laico, com clero secular[46] ao invés de ordens religiosas, pois devem espelhar uma nova lógica racional que

---

[43] RM p. 86.

[44] Especificamente na seção 5.5, "Gentios Bravos: Os timbira do *Roteiro do Maranhão* e outros roteiros de viagem".

[45] Para uma abordagem sobre a arquitetura dessas novas fortificações que surgem para a defesa das fronteiras de das minas do Grão-Pará, cf. Camilo, Janaina Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)*. Campinas, SP: [s.n.] ,2003, p. 125 (Tese de Mestrado).

[46] A exemplo do que ocorre em Portugal, os Jesuítas também são perseguidos e finalmente expulsos do Grão-Pará e Maranhão em 1759. O tema dos Jesuítas e da legislação pombalina receberá uma abordagem mais detalhada na seção 5.4, "Os índios e a liberdade de suas pessoas": O *Roteiro do Maranhão* e a legislação indigenista de Pombal", capítulo "Indios".

se descortina em Portugal. Tudo nas minúsculas povoações amazônicas deve reproduzir, em termos de organização do poder, aquilo que se passa em Portugal – como veremos nitidamente nesta passagem do *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784:*

Ordenando o Sargento Mor Engenheiro insinuasse ao diretor as próprias e proporcionadas dimenções dos edificios, que se havião de continuar, delimitando-lhe para a parte do rio hum prospecto que fosse próprio, e que mais se acomodasse com as cazas e Igreja que estava principiada. Fez depois uma fala cheya de benevolência, aos moradores, dando-lhes o título de filhos e recomendando-lhes o cuidado com que desejava elles promovessem os interesses da sua povoação. [47]

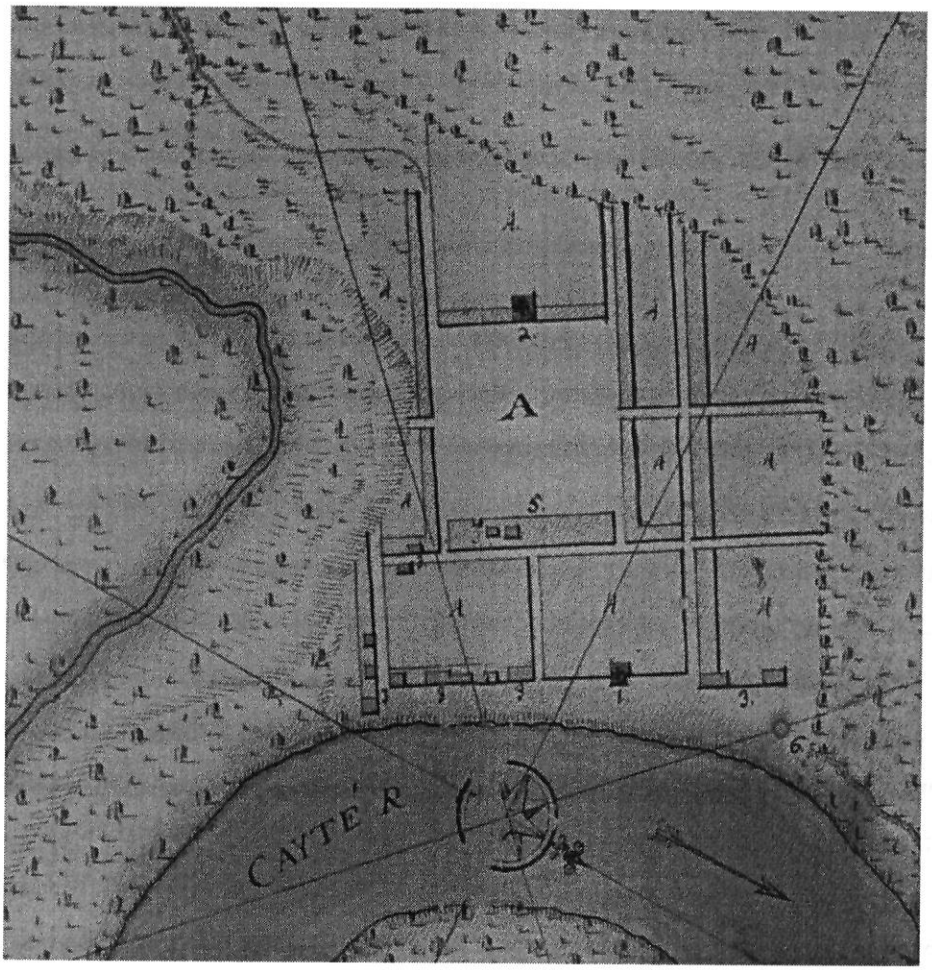
Este texto, do engenheiro militar João Vasco Manuel de Braun, é um exemplo de narrativa dessa ação racionalizante e civilizatória do espaço. Exemplifica, também, a relação entre estas ações e os textos dos Roteiros. Tais textos, além da narrativa dos caminhos, dedicam-se também à narrativa deste tipo de ações – servem como relatos, para serem lidos pelos seus superiores, deste processo de fundação de vilas.

As povoações que surgem neste contexto se fundamentam no ideal racional de cidades, com interesses claros e bem definidos, pois são concebidas por estes membros da ilustração portuguesa que migram para o Grão-Pará e Maranhão. Com a expulsão dos jesuítas da Amazônia, funda-se uma série de novas vilas com denominações lusitanas, que representam uma afirmação do espaço luso. As vilas de Santarém, Óbidos, Alenquer e Alter do Chão e Bragança (povoações que foram elevadas à categoria de vilas no referido período) são exemplos desta política. Este novo caráter laico das vilas e cidades contrapunha-se justamente ao caráter anterior das povoações que vinham sendo fundadas pelas ordens religiosas, principalmente jesuítas, no Maranhão e norte do Brasil, desde o início do século XVII.

---

[47] "Narrativa produzida pelo Sargento – Mor Engenheiro João Vasco Manuel de Braun. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Documento manuscrito. Seção de Reservados (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa, cx 72.p. 12.

Um exemplo desta nova urbanidade baseada nas linhas retas dos engenheiros militares pode ser vista nesta planta da vila de Bragança, uma das muitas vilas que, nos confins da Amazônia, ganham nome de cidades portuguesas durante o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado:



"Planta da villa Nova de Bragança". Detalhe do "Mappa dos rios Guajará e Cayté...". Original manuscrito de E. A. Galluzzi, do arquivo Histórico do Exército do rio de janeiro. 1754. [48]

As povoações seriam um lugar de convivência racional, um exemplo da nova arquitetura portuguesa que deveria ser irradiada por todas as possessões do império. Um exemplo deste propósito de constituir cidades ilustradas nas capitanias do norte são as

[48] Reis, Nestor Goulart, *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial*. S.P: Edusp/Imprensa Oficial do Estado. 2001. p. 280.

novas construções do desenhista e arquiteto italiano Antônio Landi [49] que, no fim do século XVIII, muda-se para Belém e funda ali uma escola arquitetônica singular, baseada nos moldes clássicos da época, mas com toques da religiosidade barroca e com elementos da natureza local.

A representação que se monta neste momento com estas vilas não espelha, no entanto, as cidades como elas existiram em Portugal no fim do XVIII, mas sim as cidades como elas deveriam ser no olhar destes intelectuais imigrantes. Essa característica da emigração portuguesa para as colônias, de nunca buscar uma reinvenção do espaço, mas sempre a retomada de Portugal enquanto referência absoluta em qualquer lugar no globo terrestre, é analisada por Eduardo Lourenço, em seu artigo "A Nau de Ícaro ou o fim da emigração", no qual o autor diz:

Os colonos ibéricos até uma época mais tardia, são hipercastelhanos ou hiperportugueses ou simplesmente espanhóis e portugueses do Novo Mundo – Tudo, menos emigrantes. E os menos emigrantes de todos são os portugueses, que não sentem nunca a necessidade de rebatizar as terras que colonizam, como se nunca tivessem saído de casa... Mais tarde, pagarão essa vocação "migratória sem invenção de identidade", por assim dizer, com um suplemento de nostalgia.[50]

Assim como as cidades e as fortificações, os Roteiros têm seu papel neste teatro das fronteiras no qual se encena a "lusitanização" dos sertões incultos do norte do Brasil. Este papel dos Roteiros na retórica da colonização faz deles documentos tão representativos da conquista quanto os nomes das cidades e os sólidos muros das fortalezas que resistem aos séculos em meio ao calor amazônico.

---

[49] Landi chega no Pará em virtude de sua participação nesta expedição, mas acaba depois morando por um longo período em Belém. Com sua arquitetura já de inspiração neoclássica trazida da Itália do século XVIII, Landi transforma a cidade de Belém. Enquanto em outros núcleos urbanos importantes da colônia, como Bahia e Rio de Janeiro, o Barroco tardio ainda predomina, Belém torna-se uma das primeiras capitais a receber o traçado neoclássico em seus prédios. Os afrescos e desenhos de Landi também podem ser vistos em diferentes construções e museus. (Informações obtidas em visita ao Museu Emílio Goeldi – Belém, Pará.)

[50] Lourenço, Eduardo. *A Nau de Ícaro*. São Paulo, Cia das Letras, 2001. pp. 47/48.

2.2 Os naturalistas estão chegando: o Grão-Pará e Maranhão e as expedições do século XVIII

Além da cartografia, há em Portugal, neste período, um interesse crescente pela história natural. Este interesse reflete, por um lado, a importância que estes estudos adquiriam em toda a Europa; por outro lado, no entanto, o desenvolvimento desta ciência neste país, especificamente, se deve ao seu império privilegiado, com colônias na América, África e Ásia, que representavam um enorme manancial de fauna, flora e minerais. A história natural é responsável pela instituição de um novo olhar sobre as colônias: agora, uma geração de naturalistas portugueses via no além-mar não apenas a possibilidade dos lucros advindos do ouro e do comércio, mas também a possibilidade do avanço científico de seu país a partir do estudo e coleta de novos espécimes.

Através do patrocínio das expedições demarcatórias (das quais resultam os mapas das colônias) e, posteriormente, das viagens filosóficas a coroa portuguesa colocava em prática seu projeto de consolidação da soberania de suas terras no continente americano[51]. Estas ciências passam a atuar no cerne da política imperial naquele momento.

A perspectiva cientifica sobre o estado do Grão-Pará e Maranhão – no âmbito das ciências em Portugal[52] – é inaugurada principalmente a partir das expedições das comissões para demarcação das Fronteiras. Destas expedições, participam homens do mais alto escalão do governo das colônias, cientistas, militares. O desenhista italiano Antônio José Landi, é um destes homens que chegam, a serviço da ciência, para acompanhar a expedição da Primeira Comissão Demarcadora de Limites na região norte.

---

[51] Kantor, Iris. "Ciência e Império: trajetórias de Ilustrados lusoamericanos na segunda metade do século XVIII." In: Alves, Artur Soares.(org). *Op. cit*,p. 246.

[52] No entanto, vale dizer, não foi pela perspectiva dos portugueses que o estado do Grão-Pará e Maranhão começou a freqüentar o mapa mundial das ciências naturais. Os primeiros representantes importantes das novas ciências mandados à região, foram os participantes da expedição de *La Condamine*. Organizada pelos franceses, em 1735, o intuito principal da viagem na zona equatorial era *medir o arco do meridiano; determinar o comprimento do pêndulo que bate o segundo; verificar a atração do fio a prumo pela massa semi esférica do Chimborazzo, para confirmar as previsões de Newton* (Cf. Magalhães, Basílio de. "Apresentação". In: La Condamine, Charles Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Brasília, Senado Federal, 2000, p. 14). Esta expedição certamente representa um importante marco na instituição de um olhar naturalista em terras brasileiras. Mas, justamente por se tratar de uma expedição francesa, ela extrapola de certo modo o recorte proposto por este trabalho, por isso faremos apenas uma abordagem restrita do importante texto que dela resulta.

Do ponto de vista de nossa pesquisa, mais do que os resultados atingidos por tais expedições, interessa-nos que, em virtude de sua realização, difunde-se em Portugal um outro importante gênero de texto. Trata-se das Instruções de Viagens, que incidem diretamente sobre algumas características do *Roteiro do Maranhão*.

Antes de ir a campo, em busca dos limites estipulados pelo Tratado de Madrid, os comissários recebiam (e deveriam se familiarizar com) o texto do *Tratado das instrucções dos comissários da parte Norte*, elaborado por Alexandre de Gusmão, dentre outros. Este tratado deixa claro que cabia aos membros das expedições exercer simultaneamente funções diplomáticas, geográficas e naturalistas[53]. Segundo o texto, esta multiplicidade de saberes deveria guiar a próprio olhar destes homens sobre a natureza. Uma vez em campo, os comissários deveriam observar:

"...os rumos e distâncias das derrotas, as qualidades dos naturais dos Países; os habitantes que neles vivem e os seus costumes: Os animais, aves, plantas, rios, lagoas, montes e outras semelhantes coisas dignas de se saberem: pondo nomes de comum acordo a todas as que não tiverem para que sejam declaradas nos mapas, e relações com toda distinção: e procurando que as suas observações, e diligências sejam exatas, não só pelo que pertence a demarcação da Raya e Geografia do País, mas também no que pode servir para o adiantamento das ciências, o progresso que fizerem na História Natural, e observações Físicas e Astronômicas".[54]

Este é um importante texto oficial do governo português que participa da instituição de uma maneira a partir da qual o viajante luso deve se portar em campo. Nele, delimitam-se quais elementos da paisagem das colônias seriam relevantes para a metrópole. Neste caso, o elenco de interesses abrange desde montanhas, até os costumes dos habitantes dos países. Acreditamos que estas *instruções* vão ser bastante difundidas na segunda metade do século XVIII, não só entre os diferentes tipos de viajantes, mas também entre funcionários da coroa[55]. Tanto os viajantes que privilegiam aspectos botânicos em suas narrativas, como

[53] cf.Pataca, Ermelinda Moutinho. *Op. cit.* p. 87.
[54] *Tratado das instrucções dos comissários da parte Norte.* Apud: Pataca, Ermelinda Moutinho. *Op. cit.* p. 87.
[55] Há um caso interessante entre os manuscritos que analisamos da nossa pesquisa, que confirma a difusão de instruções sobre como olhar a colônia, também entre funcionários do governo que

os que privilegiam aspectos político-econômicos (como é o caso nosso já "famoso" autor anônimo), têm em vista textos de instruções como o que citamos acima. A seguinte passagem do Roteiro do Maranhão serve-nos para um interessante cotejo com o trecho do *Tratado das instrucções dos comissários da parte Norte* mencionado acima:

No Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi não só me propuz ajuntar aquellas noticias, que pudessem dar uma ideia circunstanciada do caminho, que elle dirige, mas me propuz também escrevelas debaixo do mesmo título, que me foi insimado.

Não faço nelle expressa mensão de todos os sitios, Montes, vales, fontes rios e povoações; porque não se offerecendo em muitos destes objectos mais differença do que aquella com que em tudo se distingue a face da natureza, nada mais lhe acrescentaria que uma longa, e fastidiosa expressão de nomes, quaze todos barbaros e exquizitos.

Notei somente o quanto me pareceo necessário, para fazer conhecer o diverso Rumo que se deve seguir e a deversidade que há mais sensível no paiz, ou ella natural, ou civil. E para estes fins, separando o que respeitava o tempo, a direcçao do caminho, ajuntei em notas a descripção de tudo o mais que podesse ser interessante.[56]

O fato de o autor afirmar que "não faz menção de todos os montes, vales, rios, etc..." e depois justificar o motivo para não fazer tal menção significa justamente que ele tem em mente um elenco de coisas que seriam importantes de serem citadas. Acreditamos que este elenco corresponde àquele mesmo elenco disposto no *Tratado das instrucções dos comissários da parte Norte*. E, se o autor anônimo não faz menção a todos os montes, rios, e vales, certamente encontramos, em seu texto, menção a uma boa parte deles.

---

atuavam no Grão-Pará e Maranhão. Trata-se de uma Representação (ofício) intitulada *Discurso sobre os rios Mearim e Pindare* produzido em 1787 por Manuel Antônio Leitão Bandeira – o ouvidor geral do Maranhão. Este autor, que escreve muitos documentos interessantes sobre como governar o Maranhão, conta com um estilo único de argumentação, que leva em conta justamente os fatores enumerados no referido *Tratado das instrucções dos comissários da parte Norte*. Este texto foi produzido em resposta a um plano de povoamento dos sertões próximos a esses rios. É um plano muito semelhante, inclusive pela localização geográfica, ao plano de ocupação proposto no *Roteiro do Maranhão*.

[56] RM., p. 60

A natureza descrita pelo viajante que produz um Roteiro é aquela que tem uma função para o caminho, como marcos que contam léguas percorridas, ou a natureza que tem uma função para o projeto de colonização que ele irá nos propor na segunda parte do Roteiro, nos parágrafos em que a descrição da natureza dá lugar ao plano racional de ocupação da região. Há também algumas partes do texto em que a natureza é descrita em função da sua utilidade para a sobrevivência do homem em meio à floresta e ao sertão (o Roteiro atravessa justamente uma região de transição entre a caatinga, o serrado e as matas próximas ao Tocantins). Os demais elementos que não se distinguem da "face da natureza"– e que portanto não representam marcos no caminho – não são anotados pelo *Roteiro do Maranhão*. Segundo o autor, significariam apenas uma lista de nomes "bárbaros e esquisitos", sem função dentro dos motivos que articulam seu texto.

Assim, há por parte dos viajantes, incumbidos de diferentes tipos de viagens, um mesmo referencial para o olhar – uma instrução comum dentro da cultura lusitana do século XVIII, que guia a observação da natureza das colônias, de acordo com os interesses do império. Sobre o gênero Instruções de Viagens, Maria Ermelinda Moutinho Pataca faz importantes comentários em sua tese de Doutorado:

As instruções, como gênero literário bastante difundido na Europa desde o final do século XVIII, mostram o trabalho de gabinete anterior ao campo, contrastando com a visão do naturalista viajante somente como "homem de campo", como já era corrente na época. A diferença entre um guia e uma instrução de viagem é sutil, mas significativa. Os guias de viagem aparecem como gênero literário no século XVI e se proliferam até o século XVIII. Eles se caracterizavam por trazer informações diversas a qualquer pessoa interessada em viagens. Já a instrução, corrente a partir da segunda metade do século XVIII, pressupõe que o viajante tenha uma meta a atingir e que as informações que ele descreve servem a qualquer um ou a qualquer coletividade além dele mesmo.[57]

Esta categoria de viagens, realizadas em torno de uma meta de produzir informações úteis para um determinado público, pode englobar textos com diferentes enfoques. Talvez se possa afirmar que estas instruções formam uma matriz comum em torno da qual se

[57] Pataca, Ermelinda Moutinho. *Op. cit.* p. 86.

organizam tanto Roteiros, como Viagens Filosóficas, textos que se centram em torno de questões diferentes, mas que se constituem a partir de um gênero comum. Pode-se dizer que um mesmo manual vale para "diferentes aparelhos" do discurso.

Uma outra importante leva de instruções, que refletem um criterioso "trabalho de gabinete", são aquelas preparadas cerca de vinte e cinco anos mais tarde, pelo naturalista Domingos Vandelli, para as famosas viagens filosóficas às colônias portuguesas, que ele se incumbiria de organizar. Conforme dissemos anteriormente, a contratação do naturalista italiano Domenico Vandelli, ainda durante o governo de Pombal, foi o que impulsionou este significativo desenvolvimento da história natural portuguesa. Em 1768, Vandelli foi incumbido por D. José I de criar o Jardim Botânico do palácio D'Ajuda, e mais tarde torna-se professor de História Natural e Química na Universidade de Coimbra. Participa também como membro fundador da Academia de Ciências de Lisboa.

As viagens filosóficas que começam a ser organizadas neste período estão diretamente relacionadas à criação do Jardim Botânico D'Ajuda (que, principalmente a partir de 1777, começa a centralizar o recebimento de espécimes referentes a viagens de naturalistas),[58] ao Gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra, e à Academia de Ciências de Lisboa, uma vez que se destinam justamente a observar, estudar e coletar espécimes para aquelas instituições. Daí a importância de se criar uma metodologia a ser cuidadosamente seguida nestas viagens, para o recolhimento e classificação de espécimes.

A Academia de Ciências de Lisboa também passa a patrocinar viagens filosóficas desde sua criação. Tais viagens contavam também com a colaboração de Domingos Vandelli. No âmbito da Academia, estas instruções para observar a paisagem teriam por base a metodologia de observação desenvolvida principalmente por José Correia da Serra, em suas viagens à Itália em 1774 e 1777, e pelo próprio Vandelli em seus vinte anos de peregrinações pela Itália e Portugal.

Em 1799, Vandelli produz uma dissertação sobre o modo de relatar a viagem filosófica,[59] dirigida justamente aos viajantes que iriam percorrer as colônias nos próximos anos. Maria Ermelinda M. Pataca faz uma série de considerações importantes sobre como

[58] Pataca, Ermelinda Moutinho. *Op. cit.* p. 77.

[59] "Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar", 1779. ACL, série vermelha, Mn. 405. – apud: Schiavinatto, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In JANCSÓ, István (org.). Brasil: formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003. p 603.

o cenário da Itália ou da Europa participaria desta caracterização de "o que se observar na paisagem das colônias":

Esta instrução de viagem, composta em 1779, tinha um claro direcionamento para o Brasil, e foi composta com descrições e referenciais teóricos dos locais por onde o naturalista passou, ou seja, da natureza européia. O referencial da natureza européia fez com que Vandelli elaborasse sua instrução descrevendo toda paisagem européia, que depois seria preenchida com especimens brasileiros que o naturalista tinha recebido até então, e que estavam armazenados no Gabinete de História Natural.

(...)

O cenário paisagístico que Vandelli criou em suas instruções para ambientar as espécies brasileiras coincidia com o referencial de criação de um "Teatro da natureza", ou a reprodução de um cenário natural nos museus de história natural. [60]

Ou seja, as instruções seriam para que os viajantes coletassem, catalogassem e descrevessem espécimes, tendo em vista este cenário, este teatro da natureza que as esperaria em Portugal.

Com relação a esta mesma dissertação, intitulada "*Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*", Iara Lis Schiavinato afirma que Vandelli busca sistematizar a experiência da viagem. Ensina, em seu texto, como o viajante deve narrá-la no gênero de escrita que seria o mais adequado a esta função: a memória. Em sua dissertação sobre as viagens filosóficas, Vandelli ensina minuciosamente a escrever uma memória, descrevendo percalços, "contatos com as gentes e seu estado de civilização", enfatizando ainda a necessidade de catalogar a natureza nos moldes da história natural, principalmente de acordo com Lineu. Esta perspectiva da história natural *tornava a natureza todo um domínio empírico cognoscível, descritível e ordenável em sua totalidade, retirando-a de uma noção caótica que a marcaria in loco. O professor de história natural e o naturalista buscavam reduzir a multiplicidade de objetos da natureza, a sua vasta*

[60] Pataca, Ermelinda Moutinho. *Op. cit.* p. 88.

quantidade e variedade que não cabiam na memória humana, através do quadro e da descrição[61].

A memória de viagem está intimamente relacionada á estrutura dos roteiros e, como analisaremos a seguir, a produção de uma memória por vezes é complementada por um roteiro.A memória em si tem uma função semelhante á do roteiro, de permitir que outro viajante retorne aos lugares descritos e utilize aquelas anotações para construir novos conhecimentos, ou para estabelecer um debate com o autor da memória acerca de determinado tema que fora observado de maneira diferente. Mas, ao contrário dos roteiros, a memória, segundo esta concepção, deve conter muito mais do que uma descrição da natureza observada através das palavras. A palavra escrita deveria interagir com o risco e a catalogação, para inserir os objetos dentro da ordem da história natural. O objeto pertencente às terras distantes deveria ser visível através dos desenhos ou mesmo através das coleções de espécimes preservadas:

As memórias, os riscos, as coleções suprimiam, de certa forma, a distância e traziam para perto algo que estava ausente, concorrendo para a instauração de uma geografia imaginativa do império.[62]

Ao participar desta instauração de um imaginário do império, as memórias dão continuidade à função dos roteiros, de constituição de uma representação do além-mar, porém através de outro enfoque, e com outros instrumentos ainda mais poderosos de cognição.

Além deste manuscrito que compõe o texto das *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*"[63] e que pode ser caracterizado como um conjunto de instruções de caráter geral para todos os naturalistas que estavam sendo treinados para atuar nas colônias, durante o processo de preparação para a prática das viagens filosóficas, Vandelli cria também instruções específicas para cada grupo de viajantes que fica incumbido de um determinado caminho.

---

[61] Schiavinatto, Iara Lis.*Op. cit.* p. 604.
[62] Schiavinatto, Iara Lis.*Op. cit.* p. 607.
[63] A este texto, tivemos acesso apenas através do texto da professora Iara Lis Schiavinatto. A transcrição por ela feita do original, bem como sua utilização no importante artigo acima citado, foram de grande valia para esta tese.

O projeto original de Domingos Vandelli seria que todos os seus discípulos se engajassem numa grande viagem à Amazônia. Um dos indícios deste projeto estaria em um manuscrito que hoje se encontra na coleção Lamego, do Instituto de Estudos Brasileiros (IESB - USP)[64]. Mas, entre a confecção das instruções e a partida da Viagem Filosófica, muita coisa mudou. Em 1782, o elenco de naturalistas originalmente designados para a grande expedição foi desmembrado. Foram criados, nesta ocasião, mais três trajetos de Viagens Filosóficas a serem realizadas pelas colônias portuguesas: O primeiro trajeto partiria para Moçambique (para ele foram designados o Naturalista Manoel Galvão da Silva, o Jardineiro José da Costa e o Riscador Antônio Gomes). O segundo trajeto sairia para Angola (no qual iriam o naturalista José da Joaquim da Silva, o riscador José Antônio e o desenhista Ângelo Donati) O último trajeto seria uma viagem filosófica para as ilhas de Cabo Verde, do qual fica incumbido o naturalista João da Silva Feijó.

Em função desta mudança de planos, Vandelli teria preparado uma nova leva de instruções específicas para cada viajante, com seu respectivo trajeto. Em nossa pesquisa, tivemos acesso apenas ao texto das *Instruções relativas a Viagem Philosóphica efctuada pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-92*[65]. Nestas instruções, há indicações de atividades a serem realizadas desde a partida do barco, em Lisboa (o trajeto pelo Atlântico também fazia parte da viagem filosófica). Há, principalmente, uma série de orientações práticas sobre como devem ser confeccionados os diários.

O objetivo de Vandelli, ao exercer de maneira minuciosa, a partir do gabinete, este direcionamento das ações de campo, não seria outro senão a produção de resultados

[64] Trata-se do texto intitulado *Memória sobre a viagem do Pará para o Rio das Amazonas, do Madeira, até o Mato Grosso, voltando pelo Rio do Tocantins e Pará.* A autoria deste manuscrito foi, durante muito tempo, atribuída a Alexandre Rodrigues Ferreira. Maria Ermelinda Moutinho Pataca, a partir de suas pesquisas, passa a atribuir a autoria deste documento a Vandelli: *A autoria deste manuscrito foi atribuída a Alexandre Rodrigues Ferreira, mas um olhar atento em alguns de seus trechos, nos fez concluir que existem fortes indícios de que ele foi confeccionado pelo próprio Vandelli. Há uma forte relação com as instruções de 1779 e o naturalista trata de assuntos que ainda não tinham sido elaborados anteriormente, como a especificação do corpo técnico, percursos, e produtos específicos que deveriam ser investigados no local* (Pataca, p.87 – nota de rodapé n. 79). Além destes indícios levantados pela autora, podemos também incluir aí o fato de este trajeto proposto nas memórias não ser o trajeto seguido por Alexandre Rodrigues Ferreira. Sua extensa viagem, como veremos a seguir, não cruza do Mato Grosso a Goiás – para voltar ao Pará pelo Rio Tocantins. A partir da distante capitania do Mato Grosso, seu retorno é feito pelo próprio rio Madeira, tomando agora uma navegação a favor de seu curso.

[65] Documento transcrito por João Ribeiro Mendes. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia.* N. 53, pp. 46-52, Rio de Janeiro, 1956.

confiáveis do ponto de vista das ciências da época. Que se criasse um conhecimento claro e objetivo a respeito das colônias. A história natural seria um instrumento que permitiria a Portugal o conhecimento de seus domínios, a própria expansão de sua concepção do império. E, o mais importante, esta ciência permitiria ainda o reconhecimento dos defeitos na utilização da natureza colonial, e um re-direcionamento desses usos pela metrópole.

Segundo Vandelli, a história natural propiciaria uma (re) utilização da natureza capitaneada pelo Estado Português, combatendo a decadência motivada pela queda da mineração, falta de uma produção agrícola forte e abundante e rediscussão do metalismo. Ou seja, esse investimento do naturalista retornaria para as mãos do Estado, que reorientado pelas Luzes, conseguiria elaborar um projeto de riquezas a serem produzidas ou exploradas. Esse saber acadêmico tinha um caráter extremamente prático. [66]

Acreditamos que esta concepção ultrapassa os textos das memórias produzidas sob a égide da história natural e chega aos textos dos Roteiros, que não têm como objetivo a produção do saber naturalista. Os mesmos objetivos que o naturalista deve perseguir em suas observações são também perseguidos pelo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão.* Enquanto projeto, muitos roteiros de viagem do fim do século XVIII compartilham do mesmo campo das memórias dos naturalistas. Neste momento, gêneros diferentes se cruzam, compartilhando mais semelhanças do que diferenças.

Alexandre Rodrigues Ferreira, considerado o maior naturalista português nascido no Brasil, é também o que entrecruza de forma mais intensa estes dois gêneros em seus escritos. Escreve memórias acompanhadas de Roteiros, memórias que contêm Roteiros, e Roteiros que contêm classificações lineanas. Discípulo de Vandelli, formado em Coimbra, é justamente no Grão-Pará e Maranhão do fim do século XVIII que este que foi um dos maiores cientistas portugueses irá desenvolver suas pesquisas. Vamos fazer uma breve análise de sua obra, cotejando-a com dois outros textos utilizados nesta pesquisa: o *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784,* escrito por Manuel de Braun, e a *Viagem Filosófica que por ordem e despeza do Ilmo e Exmo Sr José Telles da*

[66] Schiavinatto, Iara Lis.*Op. cit.* p. 609.

Silva, Governador e Capitão General do Maranhão fez João Machado Gaio na serra de Ibiapaba, Capitania do Ceará, grande termo de Vª Viçosa Real, desde 13 de Julho de 1784 até 6 de Agosto do Mesmo ano.

Rodrigues Ferreira chega a Belém do Pará em 1783 e retorna a Lisboa em 1792. Passa mais de nove anos viajando pelo estado do Grão-Pará e Maranhão, e pela capitania do Mato Grosso. Ele viaja com a incumbência de estudar as produções dos três reinos da natureza, os ameríndios e o desenvolvimento da colonização luso-brasileira, com o objetivo de propor maneiras de adiantar o progresso econômico da região[67]. Suas viagens têm sempre caráter oficial: o naturalista cumpre determinações que chegam diretamente da corte, principalmente do secretário da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro. Em função destas determinações oficiais, sua viagem torna-se muito mais extensa do que havia sido originalmente planejada. Nesse nove anos, produz uma grande quantidade de textos de diferentes naturezas e, juntamente com os textos, envia a Lisboa mais de 600 desenhos produzidos por seus dois riscadores, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Na coleta e armazenamento de espécimes botânicas a serem enviadas a Portugal, Ferreira contava com o importante auxílio de Agostinho Joaquim do Cabo, jardineiro-botânico do Real Jardim Botânico da Ajuda. Assim, com a ajuda de sua equipe, consegue remeter a Lisboa (especificamente, ao organismo científico que se constituía no palácio da Ajuda[68]) uma quantidade notável de caixas de madeira nativa – calafetadas com resinas naturais para sobreviver a longas viagens fluviais – que continham espécimes tropicais dos mais diferentes tipos. Uma vez que a zoologia era o principal foco de interesse de Ferreira, muitas destas caixas teriam trazido inteiros animais amazônicos empalhados, partes de animais, pelos e penas de aves.

Toda esta preocupação de caráter botânico-zoológico surge na sua obra intercalada a preocupações de cunho político-econômico. A propósito, Carlos de Araújo Moreira Neto escreve as seguintes palavras, na Introdução *Diário da Viagem Philosophica pela capitania de São José do Rio Negro*, Edição de 1983: *A natureza do trabalho de Rodrigues Ferreira é* [...] *condicionada pela multiplicidade dos temas de interesse político e administrativo*

[67] Cf. Domingues, Angela. "Olhares sobre o Brasil nos séculos XVII e XVIII: os pintores holandeses e portugueses". In: *Brasil: Nas vésperas do mundo moderno.* Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses, p. 78.
[68] Cf. Domingues, Angela. *Op. cit.*, p. 80.

sobre que deve informar e, eventualmente propor soluções .[69]. Além desta proposição de soluções para o florescimento do estado em sintonia com os interesses da metrópole, a obra de Ferreira é riquíssima em considerações pautadas pelas ciências econômicas, em sintonia com as reflexões econômicas do *Roteiro do Maranhão*, às quais dedicaremos um capítulo específico deste trabalho. [70]

Ferreira empenha-se de forma sistemática, em sua obra, na defesa desta ciência como fundamental para a glória da nação, como vemos na seguinte carta escrita ao Governado do Pará, Martinho de Souza Albuquerque:

Eis aqui, Snr Ex.mo, a obrigação que me imponho de imitar a V. Ex. ª , a quem admiro, dezejoso d'a cumprir, obedeço á ordem que tenho de visitar o Rio Negro considero nelle o complemento da affeição, com que V. Ex.ª se dignou olhar para mim, e para todos nós, os que, á imitação de V. Ex. ª , nos consagramos á Glória da Nação, e á Prosperidade dos Povos. Felizes nós, se executando a risca as instrucções de V. Ex.ª, nisso ao menos lhe mostrarmos a nossa gratidão; a unanimidade, com que a prometemos, he a um vivo indício do sucesso, que hade acompanhar os nossos esforços; porém muito mais feliz eu, se restituo algum dia ao descanço, que requer um Historiador, poder então collocar no frontispício da História Natural e Civil deste Estado, o Respeitavel nome de V. Ex.ª que assim se vai acostumando a ser invocado.[71]

Não sabemos em que medida Alexandre Rodrigues Ferreira utiliza-se, em suas cartas, de poderosas figuras de retórica com o objetivo de conseguir o patrocínio do estado para suas pesquisas, ou em que medida via realmente a História Natural como ferramenta para alcançar a prosperidade dos povos. Em diversos Roteiros, inclusive no *Roteiro do Maranhão,* vemos este tom elogioso ao governo, que sempre antecede as defesas calorosas de determinados planos de povoação ou de estabelecimento de caminhos. Mas, no caso de Ferreira, este desejo de cumprir as ordens oficiais e de desenvolver sua ciência de acordo com os interesses do Estado, alcança dimensões realmente excepcionais.

---

[69] Neto, Carlos Araujo. "Introdução". In: Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro.* Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983. p. 13.
[70] Capítulo "Economia".
[71] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, p. 135-136.

Nesta passagem da carta de setembro de 1784, quando Rodrigues Ferreira inicia sua viagem para o Rio Negro, o naturalista ainda não tem idéia do tempo que levaria para executar à risca as instruções que iria receber durante a viagem. Após a exploração do Rio Negro, o naturalista recebe ordens para explorar o Rio Branco, conturbada fronteira do império Português com o Espanhol. À medida que sua viagem vai se alongando, começam a ser narrados, em seus diários, episódios de doença e "penosidades" que começam a acometer o viajante e sua equipe. Mas, em seus escritos, sobressai justamente o empenho no cumprimento das instruções oficiais, por mais difíceis que sejam.

Após o retorno do Rio Branco, Ferreira recebe ordens para explorar o rio Madeira e chegar até Vila Bela, capital da capitania de Mato Grosso, onde após a expedição a uma gruta na região de Cuiabá, escreve o texto *Viagem à Gruta das Onças*. Esta mesma expedição culmina com graves enfermidades. Ao longo da viagem pela Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, falece em 1790 o preparador e jardineiro Botânico José Agostinho do Cabo. Em 1791, numa viagem pelo rio Paraguai, falece também o riscador Joaquim José Codina. Da equipe original de Ferreira, regressam a Lisboa, em 1792, apenas o naturalista e o riscador José Joaquim Freire. Esta dimensão biográfica das pesquisas de Alexandre Rodrigues Ferreira está presente em sua própria obra, que relata também as doenças e os martírios da viagem de uma forma que não se faz presente nos textos dos demais roteiros analisados nesta pesquisa.

Estes nove anos de pesquisa produzem uma quantidade enorme de textos. A chamada *Viagem Filosófica do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba* é na verdade um compêndio de vários textos produzidos ao longo dessa extensa viagem. Entre estes textos, encontram-se o *Diário da Viagem Philosophica pela capitania de São José do Rio Negro, o Diário do Rio Branco, a Notícia histórica da ilha de Joannes ou Marajó,* e inúmeras memórias e relações de animais e plantas observados e enviados a Portugal.

Os textos das memórias são aqueles que adotam à risca as instruções de Vandelli e os paradigmas da história natural. Além da botânica e da zoologia, a antropologia é tema constante de memórias como a *Memória sobre o Gentio Mura* e a *Memória sobre os Gentios Mahuas.*

No diário da viagem ao rio Negro, as descrições da paisagem, semelhantes às descrições dos Roteiros, aparecem intercaladas com comentários que caracterizam o olhar especialista do naturalista:

Principiei a atravessar para a margem septentrional pelas sete horas da manhan do dia 7, e tendo-o consumido quasi inteiro em travessias de ilha em ilha, pelas cinco da tarde entrei a costear a terra firme da outra banda. Já desde então se deixárão ir vendo pela margem do rio suas diversas pedreiras, de que recolhi as amostras, que remetto para o real gabinete. São de uma especie de saxo fabuloso, micaceo, e quartzoso no sistema de Linneo; também observei algumas perneiras de baunilha vaga, abraçadas com o tronco das arvores. [72]

Para Rodrigues Ferreira, a paisagem, para além de descrita, vai também se tornando palco para coleta de determinados vegetais, animais, ou minerais. No diário, podemos acompanhar a cena que envolve a coleta de determinado elemento que passa depois a constar das relações de volumes enviados a Lisboa. O diário confere uma historicidade à coleção que se vai formando.

Dentro dos escritos que compõem a *Viagem Filosófica ao Rio Negro,* encontramos, no final, após as seis participações em que são narradas as etapas da viagem, a chamada *Participação Sétima: Participação Geral do Rio Negro,* onde o autor interrompe a narrativa linear e, da mesma forma que alguns textos de roteiros, reserva uma parte para fazer considerações sobre tudo que observou. De todo o diário da viagem filosófica ao Rio Negro, a *Participação Geral do Rio Negro* é a parte onde o autor sistematiza seu texto em forma de dissertação científica. Analisa o Rio Negro sob todos os prismas possíveis, que estão traduzidos nos títulos do índice:

I – Antiga denominação do Rio Negro, e a razão da moderna.

II – Observações sobre a côr das suas aguas para se deduzir a razão della.

(a) Naturaes.

(b) economicas.

[72] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. Cit.* p. 107.

(c)Medicas.

(d)Chimicas.

III – Quando, como, até onde descoberto, navegado pelos portuguezes.

IV – Quando, como, até onde intruzos os hespanhóes.

V– Situação da sua Foz.

VI – Extensão até a serra do Cocuhí.

VII – Sua direcção.

VIII – Largura.

IX – Profundidade.

X – Leito do rio.

XI – Suas margens.

XII – Ilhas.

XIII – Enseadas.

(a) Pela margem boreal.

(b) Pela margem austral.

XIV – Pedraria.

XV – Rios que desaguão nelle.

(a) Pela margem boreal acima.

(b) Pela margem austral .

XVI – Gentios, que o habitaram, e a habitam pela ordem dos rios indicados no tit. XV.

XVII – Fortalezas que a guarnecem.

XVIII – Povoações.

(a) Villas.

(b) Lugares.

(c) Aldêas.

XIX – Habitantes.

(a) Brancos.

(b) Indios.

(c) Pretos.

XX – Governo.

(a) Ecclesiastico.

(b) Militar.

(c) Politico.

(d) Economico.

XXI – População.

XXII – Agricultura.

XXIII – Commercio.

XXIV – Navegação.

XXV – Manufacturas.

XXVI – Clima.

XXVII – Dietetica.

XXVIII – Enfermidades.[73]

Consideramos relevante reproduzir aqui índice, pois ele traduz de forma exemplar a concepção de ordenação do texto da viagem filosófica, trazendo um elenco de temas de interesse que são, neste caso, os interesses do estado e do conhecimento útil à colonização, que aqui sobressaem com relação ao conhecimento nos moldes clássicos da história natural. Não há, neste texto, uma parte reservada à descrição/classificação da fauna e flora do rio Negro, a não ser na parte sobre dietética.

É interessante notar, em primeiro lugar, como esta seqüência de títulos se relaciona com o diário de viagem. Após a longa narrativa linear da viagem, o naturalista depura tudo que observou numa seqüência de itens sobre o rio Negro. Ele começa com uma análise das características físicas da água do rio; parte, então, para uma análise geográfica centrada na geopolítica colonial de ocupação dos rios; retoma os acidentes geográficos; faz um longo e minucioso elenco de todos os rios que deságuam no rio Negro; e, a partir deste elenco de rios, faz um elenco dos gentios que os habitam, filiando os índios aos rios. Fala então das fortalezas, povoações, chegando até as características econômicas e políticas das sociedades no rio Negro. Tudo gira em torno do rio, e justamente por isso ele inicia sua análise pelo item fundador da sociedade: a água. Ao invés de começar pela terra, como propõe Georges-

[73] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.* p.591/592.

Louis Leclerc Buffon [74], é pela água que se deve partir para compreender como tudo se organiza na Amazônia, da agricultura à cultura e ao comércio.

O rio Negro é um rio de águas difíceis. No segundo item, intitulado *Observações sobre a dita côr para se deduzir a razão d'ella*, encontramos um interessante exemplo de como a perspectiva naturalista pode também vir intercalada ao texto de cunho reflexivo:

Está demonstrado pela physica, que a agua, que ou tem cor ou sabor, e, com maior razão, a que tem ambas estas circunstancias juntas, contém substancias heterogeneas. Ora, a agua do Rio-Negro, além da côr de alambre, (...) também tem um sabor estiptico, o qual se deixa pressentir mais em umas do que em outras occasiões (...)

Reflectirei agora, que este é um rio, aonde vivem e morrem infinitos quadrupedes, aves, anphibios, peixes insectos e vermes.

Que é um rio bordado de infinitas plantas, cujas raizes, troncos, ramos, folhas, flôres, fructos, gomas, rezinas e gomas-rezinas incessantemente fermentam, apodrecem e se resolvem nos seus principios, como sam os saes, os oleos e as terras que as compoem.

Escrevendo a respeito do rio Negro, o autor consegue colocar em cena os reinos animais e as partes que compõem as plantas. Na passagem acima, o método de Lineu não serve apenas para descrever os animais e vegetais, mas também como base para uma fragmentação da natureza a partir da qual todas as reflexões são feitas, inclusive sobre a cor da água do rio. A perspectiva das novas ciências ultrapassa seus campos originais de reflexão. Como indica o texto de Ferreira, para os homens que aderem à nova épisteme do século XVIII, suas novas ferramentas de reflexão devem estar sempre presentes em todas as esferas de seu pensamento. Essa é a diferença central entre a descrição do rio Negro acima citada, e outras narrativas de rios que citamos em capítulos anteriores: a maioria dos autores de roteiros não tem a perspectiva marcante da épisteme das ciências iluministas em suas narrativas da paisagem, ainda que dela sejam contemporâneos. Ferreira afirma sempre seus conhecimentos científicos, mesmo em meio ao seu diário, que tantas vezes também apresenta narrativas de cunho pessoal.

[74] Em sua obra *Histoire Naturelle, generale et particullière, avec la descricion du cabinet do Roi.*, muitas vezes citada por Alexandre Rodrigues Ferreira.

Além de tomar os rios como base de compreensão da natureza, Ferreira também os toma como base de compreensão das culturas: cada nação indígena, cada nome bárbaro que representa uma determinada tribo, é associado pelo autor a um outro nome bárbaro que representa um rio. Os homens não são vinculados à terra, mas às águas, assim como os demais animais da região.

As águas regem a paisagem e o clima da Amazônia. O excesso de umidade causado pela infinita quantidade de água que domina a paisagem, associado ao calor da região, faz com que tudo entre em um estado de putrefação e esfacelamento. Em virtude desta junção de fatores, a Amazônia é descrita pelo naturalista como região imprópria para qualquer existência material:

Os calores depois das nove horas da manhan, até as quatro horas da tarde são insuportáveis, de maneira que se não pode sahir fóra de casa. Com esta alternativa de calor e de umidade se gera na atmosfera uma tal podridão, que os vestidos e os papéis fechados apodrecem; os metaes se enferrujam; os couros se cobrem de bolor, esgretam e se arruinam; o vinho, por pouco tempo que o deixe em exposto ao ar, se desranca, e se avinagra; a pólvora, o sabão, o sal e todas as mais esponjas da umidade a attraem e se desfazem.[75]

Segundo a teoria de Alexandre Rodrigues Ferreira, o clima é responsável pela própria ruína da Amazônia. Todos os tipos de materiais, todos os tipos de corpos entram em putrefação neste ambiente quente e úmido. Por isso, a possibilidade de um corpo alcançar seu pleno desenvolvimento na região é pequena, pois a necessidade de putrefação da natureza acelera o amadurecimento dos corpos.

Esta perspectiva sobre a umidade toma de empréstimo a teoria buffoniana, que cai como uma luva para o clima equatorial. Em seu famoso texto, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-2000)*, Antonello Gerbi traça os caminhos argumentativos de diversas teorias do século XVIII a respeito da América, das diferenças entre os animais do velho e do novo continente. Segundo Gerbi, o autor mais importante do século XVIII, que dá os parâmetros para o debate que a partir daí se estabelece, é justamente Buffon.

[75] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. Cit.* p 678-9.

Segundo a teoria de Buffon, a América seria fisicamente um novo mundo, um continente que ficou submerso nas águas do mar durante mais tempo do que os demais; quando foi descoberto pelos europeus, o continente americano ainda não havia completado seu processo de "secagem". Os animais que existem nesta terra nova teriam migrado da Europa (por isso, existem equivalências entre as espécies dos dois continentes), e aqui se teriam tornado menos robustos, degenerando-se. Assim, na América, o continente encharcado, os grandes mamíferos, como os leões – que precisam de vastas extensões de terra seca –, se apequenam. O puma americano, muito menor do que o leão africano, seria o exemplo desse apequenamento. Outros grandes mamíferos, como girafas e elefantes, nem chegam a existir. O único paralelo que se poderia traçar entre os animais do continente americano com o elefante seria a anta brasileira que, do tamanho de um asno, seria, segundo Buffon,[76] um "elefantúsculo americano". A famosa anta consta entre as descrições de mamíferos de Alexandre Rodrigues Ferreira e, justamente na sua descrição, o naturalista faz uma referência direta à referida teoria de Buffon:

Ordem dos Ungulados (com cascos)

Paracensibus	*Tapireté*
Lusitanos	*Anta*

É o maior dos quadrúpedes do novo continente, de maneira que Buffon chama de o elefante da América. Marcgrave o compara a um bezerro semestre. Alcunha de uma mula e de Buffon, a uma pequena vaca. (...) O hábito é de um porco, a sua pele é sólida e muito grossa, principalmente pelo fio superior da tábua do pescoço e na anca. (...) a sua crina consta de pelos mais compridos e mais grossos que o do corpo, porém é como um tosado, a imitação da que tem as bestas muares. Ela os eriça quando se vê acuada (...). Cabeça grossa, oblongada e ossuda, sobre um pescoço comprido, grosso e enfreado.

a) face porcina

b) olhos também porcinos, pequenos e pretos.

c) orelhas maiúsculas (...)

[76] Cf. Gerbi, *op. cit.*, p. 19.

História

É um animal tão valente que, quando corre expedito pelo interior do mato nenhum outro é capaz de suspender, peito a peito, a rapidez de sua marcha. Habita pelos pantanais e margens dos rios ou dos lagos, saindo a pastar mais de noute do que de dia (...)

Usos

Médico: Ao fumo de suas unhas, atribui-se uma virtude antistérica. De suas banhas fazem os naturais um grande uso, para diversas fomentações.

Econômico: Todo o mundo sabe de que uso são suas peles, depois de preparadas e curtidas. Os índios se servem delas secas aos sol, para guarnecerem os seus broqueis.

Dietético: Sem embargo de não ter bom sabor e de ser muito pesada a sua carne, nem por isso se deixa de comer, principalmente assado.

Ferreira, em sua descrição da anta, dá ao leitor uma gama de variações possíveis do tamanho desse animal: vai de um bezerro a uma mula, ou a uma pequena vaca. O maior dos mamíferos americanos seria, assim, do tamanho de uma pequena vaca européia, no máximo. Seguem-se à descrição deste grande pequeno mamífero as considerações nos moldes característicos da história natural, com os usos médicos, econômicos e dietéticos do animal. É interessante notar que, além de Buffon, Ferreira refere-se também a Marcgrave, um naturalista holandês do século XVII que acompanha a comitiva de Maurício de Nassau e realiza um dos primeiros registros da história natural nas terras brasileiras.[77]

A adesão por parte de Ferreira à perspectiva de Buffon sobre a natureza americana vai além do apequenamento dos mamíferos. Segundo esta teoria, ao passo que os mamíferos tornaram-se anões, os insetos, que se reproduzem na água, proliferam aos montes no novo continente. Outros seres que se adaptam aos pântanos e regiões onde a "podridão" domina, como os répteis e os anfíbios, também se reproduzem aos montes na

[77] Cf. Domingues, *op. cit.*, p. 77.

América. O novo mundo é representado por Buffon por sua natureza fria e úmida[78], e o selvagem que em nada transforma tal natureza seria também de caráter frio, lascivo.

Mas, não só nos textos das viagens filosóficas a perspectiva da classificação da natureza pelos sistema de Buffon passa a ser incorporado. Há no texto do *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784* uma importante interface entre o gênero dos Roteiros de Viagem e as Viagens Filosóficas. Este roteiro, escrito pelo sargento mor e engenheiro militar João Vasco Manuel de Braun, é justamente uma narrativa, em forma de roteiro (com a contagem dos dias, descrição do caminho e dos lugares) da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira até a altura de Santarém, de onde o Engenheiro passa a adentrar com o governador pelo rio Tapajós, e o naturalista seguiria rumo ao rio Negro. Além de uma convivência próxima com o naturalista[79], o engenheiro demonstra também familiaridade com a obra de Buffon:

Logo S. Ex. desenbarcou, tendo o gosto de vêr na praia tres Peixes Bois, que se tinham pescado n'aquella manhã. Como a descripção d'este peixe nos interromperia muito o abreviado d'este roteiro, recorram os curiosos á ***História Natural*** *de Buffon, tom, 27 fl. 256, verb Morse, onde acharão todas as raridades que n'este e outros exames lhe admirámos.* [80]

---

[78] O tema da umidade representa uma vasta discussão. A América pode ser úmida porque é um continente jovem (Buffon), ou pode ser úmida porque é um continente recém-saído do dilúvio, da catástrofe (Bacon). Esta polêmica é justamente o tema central da obra de Antonello Gerbi, *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750- 1900).* São Paulo: Cia das Letras, 1996.

[79] Esta convivência com Alexandre Rodrigues Ferreira fica explícita na primeira página do referido roteiro, quando Manuel de Braun descreve como o governador havia determinado a ordem das canoas na expedição e seus respectivos membros: (determinou o governador que...) *A terceira Canoa fosse a cuzinha e que navegasse sempre neste lugar, como centro desta cometiva. A quarta, fosse a que transporta-se o Dr. Naturalista e seu Riscador* in. BRAUN, João Vasco Manuel de. *Op. cit.*, p. 1.

[80] Braun, Manuel de. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Revista IHGB, Tomo XII, 1874, pp. 320-21. Utilizaremos duas versões dste mesmo texto em nosso trabalho: a versão manuscrita, citada na nota acima, e a versão publicada na Revista do IHGB, à qual só tivemos acesso posteriormente à leitura do texto manuscrito em Portugal. Como já havíamos feito uma seleção de diversas passagens do manuscrito para utilizar em nosso trabalho quando conhecemos a versão publicada, optamos por manter a referência ao manuscrito nestas passagens. Nas passagens que selecionamos posteriormente, entram então as referências ao texto conforme publicado na RIHGB.

Nesta passagem, o autor busca inserir em seu roteiro seu conhecimento de história natural, assinala suas leituras de Buffon, e as indica a seus leitores. Mas, ele reconhece também que, no gênero dentro do qual produz sua narrativa não há espaço para descrições detalhadas nos moldes da história natural – afinal, roteiros de viagem devem se ater justamente a viagem, ao trajeto. Mesmo assim, identificamos aqui um importante diálogo entre os textos dos naturalistas e dos roteiristas, que naquele momento navegavam juntos pelas águas do amazonas.

Além da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira e sua equipe pelas capitanias do Pará e rio negro, existiram no fim do século XVIII outras expedições pelo norte do Brasil que resultaram em interessantes narrativas de viagens filosóficas. Quase simultaneamente à viagem do famoso naturalista, outro discípulo de Vandelli - João Machado Gaio, produz, na Capitania do Ceará, um texto que nos interessa para um cotejo com o texto de Alexandre Rodrigues Ferreira. Trata-se da *Viagem Filosófica que por ordem e despeza do Ilmo e Exmo Sr José Telles da Silva, Governador e Capitão General do Maranhão fez João Machado Gaio na serra de Ibiapaba, Capitania do Ceará, grande termo de Vª Viçosa Real, desde 13 de Julho de 1784 até 6 de Agosto do Mesmo ano.*

Este texto, que resulta de uma viagem muito mais curta e menos escabrosa que aquela de Alexandre Rodrigues Ferreira, encontra-se entre a seção de manuscritos não publicados do IHGB[81]. Trata-se de um texto que, como aquele de Rodrigues Ferreira, também é produzido segundo as regras da *Dissertação sobre as importantes regras que o filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar,* escrita por Domenico Vandelli.

O texto começa com uma descrição físico- geográfica da Serra de Ibiapaba:

Esta grande Serra he terminada na parte que viagei por estradas e rios que correm da sumidade, sustenta em sí sobre postos mui pequenos, montes denominados serrotes, muitos valles, algumas alagoas e muitos bosques. O clima he frio, exposto no verão aos ventos geraes, e no inverno a neblinas tão expessas, que só se dissipam no meio do dia, que o sol tem maior força no perpendículo.

[81] Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Série Manuscritos 1.1.9.

O ar atmosférico he puro, livre e isempto de vapores e particulas dannosas apesar das ruinas de que abunda esta maravilhosa montanha, he saudavel aos corpos igualmente animaes como vegetaes [82].

A perspectiva naturalista sobre a paisagem, que vemos nesta descrição da serra de Ibiapaba, é bastante diferente das descrições das paisagens montanhosas nos textos de roteiros de viagem do século XVIII. No início deste século, as montanhas, pela dificuldade que representavam aos viajantes que seguiam principalmente de São Paulo em direção às minas, dificilmente eram descritas como maravilhosas.[83] Além das serras descritas nas narrativas de viagens às minas gerais, a serra também era vista como um desafio a ser vencido nos roteiros do norte do Brasil.

O viajante naturalista estabelece um novo olhar diferenciado sobre as montanhas da Paisagem brasileira. Um olhar originário da tradição européia, no qual as montanhas são vistas como uma região de ar puro, benéfico aos animais e vegetais. Na montanha, o calor e a umidade da planície, que colocam tudo em estado de putrefação e decadência, são reduzidos por efeito da altitude.

A descrição da geografia física, neste texto, corresponde aos três elementos Água, terra e Ar, elementos presentes em diferentes instruções sobre a observação da paisagem produzidas no período[84]. O viajante fala das raras trovoadas que encontrou em seu caminho (o clima corresponde ao ar) e diz ainda que teve notícias de um vulcão na região, mas que tal notícia não se confirmou. A não presença do vulcão confirma, aos olhos do naturalista,

---

[82] Gaio, João Machado. *Viagem Filosófica que por ordem e despeza do Ilmo e Exmo Sr José Telles da Silva, Governador e Capitão General do Maranhão fez João Machado Gaio na serra de Ibiapaba, Capitania do Ceará, grande termo de Vª Viçosa Real, desde 13 de Julho de 1784 até 6 de Agosto do Mesmo ano.* Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Série Manuscritos 1.1.9, p. 274.

[83] O padre Antonil, em seu *Cultura e opulência do Brasil*, texto publicado e depois recolhido pelo Conselho Ultramarino em 1711, descreve bem o papel da Serra da Mantiqueira como muro que barra os mineiros: *De Pindamonhangaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias* (de caminhada) *até o jantar. De Guaratinguetá até o porto de Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues, dois dias até o jantar. Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar.* Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 18.

[84] Pataca, Ermelinda Moutinho, *op. cit.* p. 97.

que aquela não é uma terra de cataclismas naturais. Ele cita também a inexistência de furacões e terremotos, como confirmação do clima benevolente da capitania do Ceará.

O texto se volta, então, para a história natural, uma história natural relacionada às produções da região e diretamente vinculada aos interesses do estado:

História Natural

Passo agora a história Natural das suas produções, e ligando-me as regras que nos prescreveo Lineo, explicadas e em parte convergidas pelo Doutor Vandelli meo mestre, dividirei o meo escripto em quatro partes ou reinos da Natureza.

Hidrologia. Zoologia – Botanica. Mineralogia. Reino Aquático.

Sendo as aguas essencial objecto do viajante, passarei a fazer sobre elas as minhas observações, e principiando pelo Mar.

O viajante faz então uma descrição do litoral próximo ao ponto onde hoje se situa a vila de Camocim (CE). Após a descrição do mar, passa então a uma descrição dos rios:

Rios

Observei em todo seu termo quarenta e tanto rios, uns precipitando-se do alto da Montanha, encontram outros que levando as suas aguas ao trazer, formavam em diversos pontos um só rio mais perene.

(...) *Observando as suas areas, conheci indicios de algumas produções do reino mineral, de que tratarei em seu lugar, estas aguas só tem ordinario uso por serem possuidas de homens iguaes aquelles a quem chamamos homens da natureza*

O viajante faz a menção direta ao seu mestre e a Lineu, a partir dos quais estabelece uma organização completa do seu discurso. João Machado Gaio encontra indícios do ouro nas areias dos rios. Mas mesmo este tema, tão caro ao século XVIII, deve ficar restrito, no texto naturalista, à parte em que lhe cabe ser descrito: o reino mineral. Na parte do texto citada acima, as águas são o centro da narrativa. E, assim como no caso da *Viagem filosófica ao Rio Negro*, em que Alexandre Rodrigues Ferreira descreve primeiro os rios, depois a tribo pertencente a cada rio, neste texto as águas também são "possuidoras" de

homens. Os homens no litoral do Ceará não possuem as águas, mas sim o contrário: a água possui os homens da natureza (numa alusão aos homens de Rousseau), que vivem apenas com as produções dessa mesma natureza, sem utilizar nenhuma tecnologia:

Reino Animal

Sendo o Reino Animal tão interessante aos usos da vida, que ministra ao homem até as matérias da primeira necessidade, pareceo me justo individuar alternadamente as suas produções, proncipiando pelo homem como animal que o soberano artifice da natureza distinguiu entre os mais, pela sua construção fisica assim como moral.

O homem americano consta neste texto como mais um mamífero, uma espécime interessante, digna de análise a partir da perspectiva naturalista.

As viagens filosóficas, ao mesmo tempo em que representam um novo braço deste gênero discursivo do qual fazem parte os Roteiros de viagem, representam também textos que em certa medida restringem o olhar dos viajantes sobre a natureza. Nas mesmas matas onde antes brotavam plantas fantásticas, com poderes que beiravam a magia e o encantamento, conforme analisamos no capítulo anterior, agora brotam apenas espécimes a serem classificados. Todas as plantas, todos os animais, passam a caber dentro das explicações racionais da história natural, são classificáveis e compreensíveis pelo homem. Justamente por isso, estes textos perdem, em certa medida, um maravilhamento diante da natureza que podíamos observar em textos dos séculos anteriores: porque tudo o que é natural passa a pertencer, agora, ao campo do explicável.

CAPÍTULO III

Navegar é preciso, pelos rios do Brasil.

O rio é uma cobra que tem a boca na chuva e a cauda no mar[1].

Mia Couto. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra.*

3.1. Rios da história, rios da imaginação

Os Roteiros fluviais, por mais que adquiram uma função cada vez mais vinculada às necessidades político-administrativas da colônia no século XVIII, deixam também fluir, em suas páginas, temas relativos a outras esferas de questões. Com relação aos rios, o enfoque central destes textos são as questões de interesses da metrópole, como a formação das fronteiras e de um olhar científico-cartográfico. Mas há também, nos roteiros do Grão-Pará e Maranhão, espaço para a inclusão de questões de natureza cotidiana e cultural que se interpõem na relação entre homens e rios.

A importância dos Roteiros de viagem – e de outras formas de narrativas do espaço – se dá, para a metrópole, pelo fato destes documentos serem fundamentais no próprio processo de constituição do território colonial. Com base em um Roteiro, "dominava-se" ou não o percurso de todo um rio, tornava-se aquele rio cognoscível para o império. Por isso a produção de Roteiros passa a ser incentivada; e passa, no fim do XVIII, a se pautar também pelas mesmas normas propostas aos textos dos naturalistas (como os diários das viagens filosóficas). Estes Roteiros continuam tendo como função central a descrição dos caminhos, mas eles passam, também, a obedecer a instruções sobre como narrar os elementos da paisagem ao redor dos caminhos percorridos.

No entanto, vale dizer, nem todos os Roteiros que analisamos em nossa pesquisa pautam-se por estas normas. Nem todos os textos que se intitulam Roteiros seguem uma regra similar pré-estabelecida de narrativa da paisagem. Questões que em alguns textos são

[1] São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 61.

ignoradas – como a abundância de caça nas margens –, em outros textos aparecem como temas centrais. Mas, de um modo ou de outro, todos os textos escritos sob o título de "Roteiro", produzidos na região norte no fim do século XVIII, se configuram como narrativas sobre os rios e suas paisagens. Têm nos rios o centro de narrativa, a sua rota. São por isso Roteiros Fluviais – não mais marítimos ou terrestres, como aqueles que antes eram produzidos pelos portugueses em suas expedições, mas roteiros adaptados à temporalidade e ao fluir dos rios.

Ao longo de nossa pesquisa, fizemos uma ampla busca nas revistas do IHGB por Roteiros de viagem referentes ao Grão-Pará e Maranhão. A revista do IHGB, que publica pela segunda vez no Brasil o *Roteiro do Maranhão*, publica também vários outros textos de viagens fluviais que iam sendo trazidos dos arquivos portugueses, principalmente a mando de Dom Pedro II. Após um longo período dedicado à leitura dos Roteiros publicados, quando pudemos finalmente formar uma idéia geral sobre o conteúdo destas narrativas, compreendemos melhor a importância dos rios para a paisagem brasileira.

Não é por acaso que os rios, seguidos das matas (e seus índios), participam de modo tão intenso da fundação da identidade nacional brasileira, nos século XIX e XX. Há uma insistência discursiva sobre o tema dos rios que fica evidente quando analisamos diferentes elementos da cultura do período. E a revista do IHGB certamente oferece um substrato de descrições da natureza que poderiam fomentar tanto as imagens dos rios da literatura – como o Paquequer, de José de Alencar[2] – quanto as imagens dos rios "nacionais" da historiografia.

Inseridos neste segundo tipo de discurso sobre os rios (que surge no século XIX e se desenvolve ao longo do XX), podemos destacar o São Francisco, na obra de Capistrano de Abreu[3], ou o Tietê, de Sérgio Buarque de Holanda, como exemplos importantes. Mas além destes rios que "produzem o progresso" formando "culturas próprias" às suas margens, há

[2] O romance de José de Alencar, *O guarani,* lançado em 1857, é considerado inaugural da chamada literatura indianista no Brasil. Neste romance, Alencar traça uma relação entre o caráter do rio Paquequer – um rio da serra dos Órgãos – e a personalidade do índio Peri. O rio, antes de sua foz no Paraíba (rei das águas, do qual ele é vassalo) é descrito da seguinte maneira: *três ou quatro léguas acima de sua foz, onde é livre ainda, como o filho indômito desta pátria de liberdade.* (Alencar, José de. *O guarani.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p. 52). O filho indômito a quem o rio se assemelha é Peri. E, assim como o Paquequer se curva ao Paraíba, rio do qual torna-se "vassalo", também Peri irá estabelecer relação semelhante com o fidalgo português D. Antônio de Mariz. É um caso importante de personalidade fluvial na literatura brasileira do século XIX.

[3] Sobre Capistrano de Abreu, alguns aspectos de sua obra e de sua biografia serão analisados no capítulo "Gente perversa, inútil e ociosa dos sertões".

também rios considerados "antinacionais". O próprio Amazonas adquire uma função de anti-herói, na obra de Euclides da Cunha, *Terra sem história*[4]. Podemos destacar ainda um terceiro modo de se observar o rio, presente principalmente na literatura de Guimarães Rosa, onde o rio adquire significados subjetivos e metafóricos –, indo além do repertório de temas culturais ou nacionais.[5]

Há um vasto espectro de temas e significados possíveis de serem atribuídos aos rios brasileiros. Tais significados têm sido assunto de diversas pesquisas[6]. Mas, seja qual for a característica atribuída posteriormente aos rios, toda essa geração de historiadores, em seus textos, bebe das águas da Revista do IHGB. Há um período específico, que vai da metade do século XIX até a primeira década do século XX, em são publicados na revista do IHGB vários e importantes Roteiros de viagens fluviais. Torna-se assim disponível, para os historiadores, uma infinidade de descrições dos rios brasileiros.

A publicação dessa grande quantidade de textos não se deve, em nossa opinião, apenas à grande quantidade dessas narrativas existentes nos arquivos portugueses. Havia também uma predisposição conceitual, no campo da história, para a valorização do rio como elemento fundador, característico do Brasil. Essa valorização dos rios brasileiros por sua grandiosidade, majestade e outras qualidades é herdada dos textos produzidos pela própria Academia Real de História Portuguesa[7]. Já na primeira metade do Século XVIII,

---

[4] Sobre o Amazonas, escreve Euclides da Cunha: *Neste ponto, o rio que sobre todos desafia nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra.* (Cunha, Euclides. *À margem da história.* S.P., Martins Fontes, 1999, p.12). Segundo este autor, o caráter antinacional do grande rio se deve principalmente à instabilidade de seu leito que, solapando as terras às suas margens, entrega milhares de metros cúbicos de terras brasileiras ao oceano Atlântico. A instabilidade do rio contagia a população que habita as suas margens, tornando-se também instável, pouco desenvolvida. Por isso o Amazonas é um exemplo de rio que não serve à formação de uma cultura, de uma civilização.

[5] O conto a terceira Margem do Rio trata justamente deste sentido do rio enquanto metáfora do próprio mistério humano. Nesta passagem, o narrador – que assume o lugar do pai no flutuar eterno de sua canoa – resume seu entendimento do rio: *Mas então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim, e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.* [5] Rosa, João Guimarães. "A terceira margem do rio". In: *Primeiras estórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 37.

[6] Um exemplo é a pesquisa de mestrado em andamento no programa de pós graduação em história social (IFCH -Unicamp) de Marcela Marafon, intitulada: "Amazonas, São Francisco e Tietê: as imagens do rio na construção da identidade nacional".

[7] A Academia Real Portuguesa de História é meio século anterior à Academia das Ciências, tendo sido fundada por D. João V, conforme decreto de 8 de Dezembro de 1720. Antes da reforma da universidade de Coimbra, e da fundação da ACL, esta academia era uma das principais instituições em Portugal a abrigar os homens comprometidos com uma perspectiva ilustrada.

quando Sebastião da Rocha Pitta escreve a *História da América Portuguesa*, constitui-se uma das primeiras "identidades para o Brasil"[8], em que os rios brasileiros passam a assumir um papel de destaque:

Em nenhuma outra região se mostra o Céu mais sereno, nem madrugada mais bella a Aurora: O sol em nenhum outro hemisfério tem os rayos tão dourados, bem os reflexos nocturnos tão brilhantes (...) *as aguas, ou se tomem nas fontes pelos campos ou dentro das povoações nos aqueductos, são as mais puras: é emfim o Brasil Terreal Paraiso descoberto, onde tem nascimento, e curso os mayores rios* (...)[9]

Assim, herdamos de Portugal uma identidade de nós mesmos fundada na natureza, tomada como elemento que nos diferencia de outros países. O fato de aqui nascerem os maiores rios é visto como uma espécie de trunfo desta terra. Este caráter paradisíaco, abundante, da natureza brasileira seria uma característica nacional que precede a própria formação da nação. No século XIX, o IHGB toma para si esse discurso sobre a natureza única e majestosa do Brasil. Por este motivo, talvez, os rios ganhem tanto destaque nas páginas de suas revistas.

É comum vermos, nos textos dos Roteiros, atribuídos ao rio Amazonas, adjetivos como *O monarcha dos rios*[10] – como lemos no *Roteiro a Viagem da cidade do Pará até as ultimas povoações dos dominios Portuguezes em Amazonas e Rio Negro*. Notamos, nos textos do fim do século XVIII, um modo de descrever a terra brasileira que se ap um elenco semelhante de qualidades e adjetivos semelhantes àqueles presentes no texto de Sebastião da Rocha Pitta.

---

[8] A questão da escrita da primeira história do Brasil é conturbada. No século XIX, Francisco Adolfo Varnhagem passa a ser considerado o "Heródoto Brasileiro", apesar de ter sido precedido por diversos historiadores, como Gandavo (século. XVI),Frei Vicente do Salvador (século XVII), Sebastião da Rocha Pitta (século XVIII) e também Robert Southey, que no início do século XIX escreve uma história do Brasil sem nunca ter pisado aqui. Mas a obra de Varnhagem, *História Geral do Brasil*, se diferencia das anteriores não só por ser produzida já no âmbito do Brasil independente, mas sobretudo por refletir *uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém fundado Instituto Histórico e Geográfico brasileiro representava* (cf.Reis, José Carlos. *Op. Cit.* p. 23).

[9] Pitta, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa.* Salvador: Livraria e Editora Progresso, 1950, p. 23.

[10] Esta denominação encontra-se no texto do Padre José Monteiro Noronha: *Roteiro da Viagem da cidade do Pará até as ultimas povoações dos dominios Portuguezes em Amazonas e Rio Negro.* In: Revista IHGB, Tomo LXVII, 1906, p. 281.

Os rios surgem nos discursos de viajantes e historiadores brasileiros enquanto fluxos que organizam as viagens, que organizam a colonização, que organizam a vida do país de modo geral. São uma chave explicativa importante para a formação de diversas regiões, de suas culturas e dos hábitos materiais de suas populações. E as revistas do IHGB representam um manancial de imagens e descrições que servem para alimentar estes discursos.

Dos números que analisamos, encontramos textos importantes especialmente naquelas revistas publicadas nos anos de 1846, 1847, 1874, 1900 e 1906. Nesses anos, publicaram-se espécies de dossiês de Roteiros e documentos semelhantes. Além destes Roteiros publicados, há também vários textos importantes que encontramos em forma de manuscritos, nos arquivos pesquisados[11]. No início, privilegiávamos a pesquisa apenas sobre os textos que se intitulavam "Roteiros". Mas, com o passar do tempo, vimos que sob outros títulos – como diários de viagem ou "informações" – havia também textos que se estruturavam enquanto narrativa de maneira muito semelhante àqueles que se intitulavam Roteiros.

Neste capítulo, apresentaremos alguns trechos destes relatos, mas sempre tomando como eixo central de nossos cotejos o texto do *Roteiro do Maranhão*. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de compor, através dessas comparações, um mosaico de temas fluviais: um mosaico das descrições da paisagem, dos perigos, das lendas e de outras questões relacionadas aos rios. Como veremos ao longo de nossa análise, muitos destes textos não trazem esta imagem da natureza benevolente; pelo contrário. Os rios são as principais portas para o sertão inculto, para o interior que resiste à colonização. Mas, quando a natureza não se mostra benevolente, é comum o narrador do Roteiro descrever a si mesmo no exercício de uma função heróica. Assim, o texto adquire outras esferas de interesses para os historiadores. Pode não servir para retificar o mito da natureza benevolente, mas serve, por exemplo, para caracterizar a aventura como característica da formação da nação.[12]

A partir deste conjunto de narrativas dos rios, pode-se ter um panorama da paisagem do interior do Brasil no fim do século XVIII. E, sobre esta paisagem brasileira do interior, a

[11] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca d´Ajuda, Arquivo Público do Estado do Pará, IHGB e Biblioteca Nacional (RJ).
[12] Em Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr., a natureza benevolente dá espaço a esta natureza difícil. A idéia do aventureiro de SBH se funda nesta junção entre uma característica prévia herdada da cultura lusitana e a natureza brasileira.

primeira consideração feita pelo autor anônimo diz respeito às narrativas cartográficas. Diz respeito justamente à ausência de cartas sobre as regiões distantes da costa, ao desconhecimento desse interior pelas cartas:

E pelo que respeita ás outras cartas, que correm estampadas da nossa América não haverá quem ignore, que em passando das costas para o interior do Paiz, ou nada dizem ou são muito diferentes do que nelle se descobre.[13]

A este desconhecimento cartográfico, correspondia uma ausência de narrativas de muitos trajetos fluviais do interior do Brasil. O autor do *Roteiro do Maranhão* sabe desta ausência quando se propõe produzir seu texto. Talvez, justamente pela administração colonial dar-se conta desta ausência de representações, ocorre este crescimento, no fim do século XVIII, da produção de Roteiros. Como podemos observar no mapa das cortes, até meados do século XVIII, boa parte dos territórios do Grão-Pará e Maranhão consta como "terras ignotas", carentes de nomes de vilas, de nomes de rios. Carentes de representações no território das palavras. Assim, podemos dizer que o Roteiro anônimo participa deste processo de inauguração de uma vasta porção de terra que é pouco descrita por mapas ou palavras. É um discurso que mapeia, um texto que cria formas, montanhas, rios, no imaginário dos homens do Conselho Ultramarino que jamais passaram por tal caminho, ou mesmo na imaginação dos futuros viajantes que pretendem repetir o percurso.

Ou seja, a função deste texto, assim como a de outros Roteiros que se centram na descrição das paisagens, é justamente a de possibilitar aos seus leitores a constituição das paisagens mentais. Para tanto, era necessário transpor imagens carentes de significados, de comparações, para territórios reconhecíveis pelos próprios portugueses. Transformar terras, ainda sem palavras, em paisagens.

A fronteira entre o espaço navegável do rio e aquele não navegável das terras, quase sempre cobertas por densas matas, fez do rio um espaço muito mais acolhedor ao viajante português. Em função dessa familiaridade aquática, podemos dizer que, nos roteiros fluviais do XVIII, são retomadas relações mitológicas entre homens e rios – relações que

[13] RM., p. 61.

ocuparam um lugar na própria origem da sociedade européia.[14] Os sentidos dos rios brasileiros são dados, muitas vezes, pelos sentidos de rios que portugueses e espanhóis trouxeram na sua lembrança – dos rios de sua terra, dos rios de seus mitos. Afinal, a constituição da paisagem é, acima de tudo, um processo cultural baseado no olhar humano e nas suas referências interpretativas.

Desta forma, em alguns textos, identificamos um olhar do colonizador que busca interpretar os rios desconhecidos através do seu imaginário aquático-marítimo. Rios e mares apresentam ao ser humano necessidades práticas semelhantes, associadas sobretudo à navegação. Em ambos, o elenco dos perigos e dos saberes relacionados à construção náutica são, de certa maneira, semelhantes. E justamente estes saberes são os que se desenvolvem de maneira tão forte na sociedade portuguesa do século XVI.

No texto intitulado *"Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará para Matto Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem e commércio do Estado*, escrito pelo Governador e Capitão General do Estado do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, temos um importante relato de viagem fluvial que traz no corpo de seu texto esta memória marítima característica da cultura de navegação lusitana. O trajeto a ser narrado, do Pará ao Mato Grosso, toma, como se pode imaginar, cerca de cinco meses do viajante no período de cheias dos rios amazônicos. Trata-se de uma das rotas oficiais para escoamento do ouro das minas de Cuiabá. A longa jornada fluvial faz com que o narrador recorra à viagem marítima como referencial:

(...) De Borba para (?) a restante, e mais ardua extensão he deserta até ao forte do principe, distante 283 légoas comprehendidas as 70 de cachoeiras onde forão mais necessários e importantes os mesmos socorros, não só para vencer tão rigorosos trabalhos, mas para suprir a falta de víveres, e da gente que pella ***mudança para clima***

[14] Segundo o historiador Simon Schama, *Paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. (...) No entanto cabe também reconhecer que, quando uma determinada idéia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se parte do cenário.* Com base nas interessantes considerações deste autor, podemos dizer que boa parte das descrições da natureza brasileira que vemos nos Roteiros de viagens são permeadas de imagens mentais que remetem à cultura de origem do viajante, que vê a paisagem através de suas metáforas. Desde frutas, animais, até rios, cidades, tudo na América é interpretado pelos roteiristas pelo prisma de seu mundo. SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.24.

mui ingrato, e diverso deste , foge e morre a effeito de crueis sertoens, das corrupçoens que a acometem nestas viagens *como nas de longo curso no alto mar e dos fluxos de sangue rezultando muitas vezes por estas faltas a necessidade de regressar a pedir novos viveres, e novas gentes com despezas incomodas e perigos duplicados.*[15]

Os efeitos das longas viagens fluviais pelos cruéis sertões são os mesmos das viagens de longo curso em alto mar. As longas travessias podem resultar na morte do viajante, que adoece por falta de víveres. Não por acaso, para descrever a penosa viagem do Pará ao Mato Grosso, é a travessia marítima o referencial do texto do Governador, pois este texto é escrito justamente para os leitores em Portugal, que muitas vezes desconhecem o rio Amazonas, mas conhecem o Oceano Atlântico.

Mas não é só de semelhança e repetição que se desenvolve a interpretação dos rios brasileiros pelos textos portugueses. Olhar o rio Amazonas é uma experiência que transcende qualquer sentido de rio que se tenha originalmente. É uma experiência inédita, sem parâmetros para um homem europeu, ver um rio de dimensões oceânicas. Ou ver um mar de água doce, que corre numa só direção. Trata-se, afinal, do monarca dos rios. Por isso, sobre o Amazonas e seus afluentes, um novo universo de significados, adjetivos, e descrições estava ainda em criação no século XVIII. Há uma relação entre novos e antigos mitos, novos e antigos significados, que se desenrola nas águas destes rios.

É justamente este trânsito que torna tão interessante a leitura do *Roteiro do Maranhão* (com suas descrições dos rios maranhenses e do Tocantins), bem como a de outros textos correlatos que descrevem o Amazonas. É justamente por isso que podemos falar em Roteiros Fluviais como uma categoria nova e original do Brasil.

Dentre estes novos significados, alguns vão sendo alimentados inclusive por narrativas indígenas sobre as quais restam sempre dúvidas acerca da tradução de seus significados. No entanto, mesmo enquanto "interpretações", as narrativas dos índios e seus supostos sentidos também passam a constituir um nicho de significados dentro dos relatos portugueses.

---

[15] In: Projeto Resgate-Barão do Rio Branco – Documentos Relativos à Capitania do Pará no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).*Doc. 8610 – 1797 – Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará , D. Francisco de Souza Coutinho, remetendo memórias sobre o sistema mais próprio para a civilização dos índios daquele estado.* Manuscrito não numerado. O texto citado acima encontra-se apenas em versão manuscrita, por isso não conseguimos decifrar a cidade a que o autor faz referência no início da passagem (consulta em microfilme – Base disponível no Arqpep). Grifo meu.

Além desses novos temas que se abrem, relacionados às descrições da paisagem fluvial, os rios também são um espaço privilegiado para o exercício do estilo na escrita. Nas suas narrativas dos rios, muitos autores abandonam o estilo burocrático e fazem dos seus roteiros belas peças literárias. Fazem, de suas experiências, narrativas de aventuras ao gosto do século XVIII. Neste capítulo, sem perder todos estes sentidos que vimos explorando até aqui, vamos nos voltar também sobre esta esfera de significados dos Roteiros que se abrem sobre os leitos dos rios.

3.2 Rios dos Paulistas & rios do império:

Na segunda metade do século XVIII, as águas amazônicas representam, para o império português, ainda uma nova fronteira. Apesar do rio principal já ter sido desbravado no século XVI, seus afluentes e as bacias próximas a eles permanecem virgens de conhecimento – de narrativas e descrições. E, como afirmamos anteriormente, somente quando um rio é descrito, passa a pertencer ao universo de representações da cultura lusa, ou espanhola, passando assim efetivamente a pertencer à coroa portuguesa ou à espanhola.

As primeiras representações do rio Amazonas, como se sabe, não foram produzidas dentro da cultura portuguesa. Desde o séc. XVI, muito antes do conhecimento das minas brasileiras, o delta do Amazonas já era uma conhecida rota possível entre as minas de Potossi e o oceano Atlântico. Gonzalo Pizarro e Francisco Orellana iniciam, a partir de 1541, as explorações do Rio Amazonas, chegando no Atlântico a partir dos Andes em 1542, conforme a narrativa do *Descubrimiento del Rio delas Amazonas*[16]. Esta narrativa, escrita pelo Frei Gaspar de Carvajal, funda no território da escrita a representação do grande rio, e funda também um de seus primeiros mitos, o das guerreiras Amazonas que ali

[16] Carvajal, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso rio grande de las Amazonas, 1541.* México: Fondo de Cultura Econômico, 1955. Esta narrativa da famosa expedição conta com uma descrição detalhada do físico e das ações das Amazonas (mulheres de corpo vigoroso e longos cabelos que, nuas, com arco e flecha nas mãos, dominavam os índios).O próprio título, "Descobrimento do famoso rio grande das Amazonas", significa não uma referência ao reconhecimento do rio, mas sim que os viajantes literalmente descobriram o "verdadeiro rio onde estão as Amazonas". Na verdade, trata-se de uma narrativa de um encontro entre os viajantes e um importante mito de sua cultura. O grande rio seria, na verdade, apenas um cenário para esta aparição mitológica (sobre este assunto, Cf. Gnerre, Maurizio. *La sagezza dei fiumi – Miti, nomi e figure dei corsi amazonici.* Roma: Ed. Meltemi, 2003, p. 11).

habitavam. Mas, apesar de ter a seu favor a primeira expedição que percorre todo o rio, como sabemos, o vale amazônico se consolida somente no século XVIII como possessão portuguesa.

A consolidação do estado do Grão-Pará e Maranhão como possessão portuguesa, que se afirmou com a assinatura do tratado de Madrid (1750), percorreu um longo trajeto que não passou apenas por decretos, mas passou, fundamentalmente, pelos emaranhados dos rios. É a história fluvial que justifica o pertencimento do Grão-Pará e Maranhão aos portugueses, são os relatos das grandes expedições que começam a ser pontilhadas em croquis mal desenhados desde a primeira metade do séc. XVII.

Belém, por sua localização, era o ponto ideal tanto para a partida para o interior como para a defesa do delta do Amazonas, onde, na margem esquerda, holandeses, ingleses e principalmente franceses tentavam estabelecer-se[17]. A partir de 1627 têm-se notícias de partidas de expedições lusitanas procedentes de Belém[18] para os rios Tapajós e Tocantins. Em 1637 partiria a expedição de Pedro Teixeira, que sobe o Amazonas até Quito. Mas, certamente, os relatos mais fascinantes sobre expedições deste período remetem à incrível viagem de Raposo Tavares, que entre 1648 e 1651, após se aventurar pelo sul do Brasil, teria conseguido atravessar o continente por dentro, indo de São Paulo aos Andes, atravessando o Chaco Paraguaio e descendo pela bacia do Rio Madeira até o Amazonas, que o levaria finalmente a Belém.

A narrativa desta expedição pela historiografia contemporânea mostra o fascínio que a grande volta sul-americana exerce até hoje no imaginário dos estudiosos. Na obra *O Império Luso Brasileiro 1620-1750* da *Nova História da Expansão Portuguesa,* há uma

[17] A situação das terras que hoje constituem o estado do Amapá pendeu seriamente para o domínio francês no fim do séc. XVII. Em 1700, D. Pedro II e Luis XIV assinam um acordo congelando provisoriamente a situação das terras entre o Amazonas e o Oiapoque, tornando-as neutras. Com o tratado de Utrecht, de 1713, esse acordo fica anulado, pois os franceses reconheciam que as duas margens do Amazonas eram possessão portuguesa. No fim do século XVIII, a construção da Fortaleza de São José de Macapá, sob determinação pombalina, tem um papel de destaque em uma política de defesa da região. A fortaleza, bem como a configuração política de sua construção – vinculada à defesa da foz do Amazonas e da rota de ligação com as minas de Vila Bela – são temas de uma tese de mestrado defendida no departamento de História – IFCH – Unicamp. Cf. Camilo, Janaína Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da fortaleza de São José de Macapá (1764-1782).* Campinas, SP: [s.n.], 2003.

[18] Nestes rios, já no século XVII, ingleses e holandeses estabeleciam as primeiras fortificações, tendo em vista o domínio sobre a vasta bacia amazônica, tão escassamente povoada pelos portugueses. Abreu, Capistrano. *Capítulos de história colonial,* 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 139.

descrição de como a fronteira possível do Brasil vai, a partir desta grande volta, se deslocando para o "coração do rio-mar":

"Ficava assim circundado e definido", assinalava Jaime Cortesão, "o âmbito máximo, o campo de hipóteses extremas, em que podiam e haviam de realizar-se os limites do Brasil, e descoberto o tronco de ligação, o Madeira, que havia de fundir os dois mitos da Ilha Brasil e do Rio do Ouro numa única realidade". O périplo da "bandeira" paulista de António Raposo Tavares dava todo o sentido à penetração "paraense" de Pedro Teixeira na Amazônia: "o conceito dos limites naturais daquela unidade geográfica, econômica e humana" da "Ilha Brasil" encontrava-se verificado. A aposta fronteiriça deslocava-se para o coração do "rio-mar" percorrido pelas "Tropas de guerra" e outras expedições em busca das "drogas do sertão", bem para lá do Rio Tapajós, descido por Pedro Teixeira em 1626. E se, de São Luis do Maranhão, algumas "Bandeiras" eram ainda organizadas, Santa Maria de Belém do Pará aparecia como o verdadeiro centro da conquista amazônica".[19]

A busca que se inaugura com a expedição de Pedro Teixeira e que se completaria com a expedição de Raposo Tavares é a busca pelo próprio coração do continente americano, pelas nascentes dos grandes rios, até então desconhecidas da civilização. Raposo Tavares adentra (guiado pelas referências dos próprios índios) na grande zona não mapeada do continente americano, na terra ignota, carente de representação.

Ao fazer esta viagem lendária, a passagem mítica pelo contorno da Ilha Brasil que sua própria viagem desmistificava, Raposo Tavares abre um caminho que seria fundamental um século depois; um caminho que consolida as fronteiras. Em 1734, quando já haviam sido descobertas as minas de Cuiabá e Villa Bella, descobre-se ouro no Rio Guaporé. O Rio Guaporé, afluente do Madeira, passa a ser a rota oficial do ouro para escoamento pelo porto de Belém, a única rota autorizada até a metade do séc. XVIII, como veremos nos documentos analisados. Em 1742, estabelece-se a ligação fluvial com Belém pelos rios Guaporé, Madeira e Amazonas, e quatro anos depois cria-se a capitania do Matto Grosso, com a ordem de se fundar a fortificação do Príncipe da Beira.

[19] Mauro, Frédéric (coord.) *Nova história da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro (1620 – 1750).* Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p 130.

Apesar desta tênue ligação entre Belém e Mato Grosso, que passa a ser do interesse da coroa estabelecer – como analisaremos em alguns Roteiros mais adiante –, é sobretudo por São Paulo que o ouro destas minas passa a ser escoado. São as frotas de comércio do Rio Tietê que, segundo Sérgio Buarque, inauguram essa missão de organizar o rio, de utilizar o rio como rota de comércio; de desenvolver, às margens de um rio, uma civilização a ele adaptada. Esta é a tese central de *Monções*, uma obra canônica nos estudos das relações entre homens e rios no Brasil do século XVIII[20].

Segundo Sérgio Buarque, nos anos iniciais da colonização de São Paulo, para que os portugueses conseguissem sobreviver no meio tão hostil do planalto, isolados do porto, do contato com a coroa, há uma incorporação quase total de muitos hábitos indígenas. No início, a cultura do planalto era sobretudo uma cultura – nos aspectos da vida prática e material – que se fundava nos hábitos dos índios. Mesmo as bandeiras, que eram essencialmente um movimento de caça aos índios, conservam, para Sérgio Buarque de Holanda, muitas características e hábitos herdados do próprio indígena. Principalmente o espírito de aventura e os saberes necessários para percorrer os sertões eram herança desta cultura.[21]

Assim, há nos primeiros séculos um movimento de diluição da cultura portuguesa na cultura tupi-guarani. Mas há um momento na história em que este movimento começa a ser revertido, um momento que em São Paulo começa a organizar uma cultura material que retoma características fundamentais do povo português. Esse momento seria justamente o

[20] Sobre o tema dos rios na formação do Brasil, é importante ressaltar que foram produzidos vários textos importantíssimos, especialmente na primeira metade do século XX. Neste período, os rios brasileiros pertenceram sobretudo aos historiadores. Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Afonso Taunay e Caio Prado Júnior são alguns autores representativos desta geração que se dedica à construção de teorias nacionais, que escreve capítulos ou mesmo livros centrados em rios brasileiros. Taunay leva sua obsessão fluvial para o Museu Paulista, que administra entre 1917-1945, sendo o pioneiro na patrimonialização dos rios e na construção do patrimônio cultural com base no rio. A obra de Sérgio Buarque, no entanto, nos forneceu subsídios importantes para a interpretação de narrativas dos Roteiros, e permitiu formar um imaginário sobre a vida material a bordo das canoas. Por isso, privilegiamos esta obra em nossa análise. Porém, o texto de todos estes historiadores de certa forma se fará presente ao longo deste capítulo, na interpretação de temas e questões que conhecemos e reconhecermos nos Roteiros a partir de seus escritos.

[21] Cf. Holanda, Sergio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945, pp.11-12.

período das Monções[22], que começam a se organizar a partir de 1718, com a descoberta das minas de Coxipó-mirim.

Nas monções, os colonizadores retomam, em São Paulo, uma tradição que é fundadora de sua cultura: a navegação comercial, antes oceânica, agora se organizava nos rios de São Paulo. Não da mesma maneira como se organizava nos oceanos, mas de acordo com a natureza destes rios, e utilizando as canoas e técnicas dos índios para tal empreendimento. A técnica de navegação no Tietê só se aperfeiçoa no século XVIII, quando se torna necessário um sistema de comunicação regular com o centro do País em função do ouro. Esse sistema de navegação cria toda uma organização em torno de si, uma organização que remonta às tradições do comércio com as Índias. Nas bandeiras, os rios eram um obstáculo à marcha dos bandeirantes, e as embarcações teriam sido utilizadas como recurso esporádico[23] de que os sertanistas abriam mão quando a marcha se tornava impossível. Nas monções, ao contrário, a navegação constitui a regra.

Assim, por representarem dentro da teoria de Sérgio Buarque de Holanda, mais do que as bandeiras, um momento formador de uma identidade, o autor dedica uma obra inteira ao tema das monções, assim como um capítulo de *Caminhos e Fronteiras* intitulado "Frotas de Comércio", onde resume os argumentos da obra anterior.

Tietê é o rio das monções, e por isso é considerado o rio dos paulistas, o rio que funda essa cultura particular do planalto que se organiza neste momento do XVIII. Na relação dos pilotos e remadores com o rio, constitui-se um conjunto de técnicas, saberes, mitos, lendas e tradições que são originários dos paulistas. Constitui-se, nos dizeres de Sérgio Buarque, uma civilização. Essa ação civilizatória do rio sobre esta população que anteriormente seria composta de homens aventureiros se de dá em função de uma série de fatores.

---

[22] É importante assinalar, como ressalta o autor, que houve semelhanças entre as monções e as bandeiras, até certo ponto. Houve um período de intersecção temporal dos dois movimentos: após a descoberta das minas de Coxipó-mirim, ainda se organizaram bandeiras. Além disso, na organização das primeiras monções, participaram também, segundo SBH, os mesmos homens rudes que formaram as bandeiras do séc. XVII (cf. Holanda, Sérgio Buarque. *Monções – Op. cit.*, p. 69)

[23] Há longas considerações sobre as canoas de casca de árvore, canoas de paus e outros tipos de barcos precários construídos no próprio local onde se fazia necessária a travessia ou a realização de um trecho de navegação fluvial pelos sertanistas do século XVII. No caso das monções, a construção das embarcações era obra de meses, por vezes anos, e as técnicas empreendidas em sua construção eram muito mais apuradas (cf. Holanda, Sérgio Buarque. *Monções – Op. cit.*pp. 30-32).

O Tietê, apesar de suas dimensões muito mais reduzidas que as do Amazonas, era um rio de Planalto, extremamente encachoeirado[24]. Era, ainda no século XVIII, um rio

[24] Os passos da navegação do rio Tietê são abordados de forma minuciosa e profunda no capítulo "As estradas móveis", de *Monções.* As canoas que saíam de Porto Feliz já precisavam vencer, na primeira meia hora de navegação, três cachoeiras. Outras doze seriam vencidas nos próximos dias. Após esse grande trecho encachoeirado, que se segue a Porto Feliz, o viajante encontrava um trecho de calmaria, mas esta calmaria era só o prenúncio de outro grande salto: o Avanhandava, o mais complicado de ser transposto, onde as cargas tinham de ser carregadas por uma picada de mais de 800m, paralela ao rio. Depois deste salto, continua uma seqüência de cachoeiras intercaladas com os mansos, e o Tietê termina em uma grande cachoeira, o Salto do Itapura, que fica pouco antes de sua barra, no Paraná. O Tietê era uma grande estrada que na verdade levava a outra estrada: o rio Paraná. A navegação do Paraná, segundo SBH, era incomparavelmente mais suave que a navegação do Tietê, pois não havia cachoeiras desde Urubupungá até as Sete Quedas. O Paraná, no entanto, tinha outro tipo de perigos: ventos fortes, redemoinhos que formavam grandes ondas no meio do rio. Para escapar das ondas, os viajantes iam pelas margens, arrastando as canoas. Do Paraná, os viajantes que seguiam até as minas de Cuiabá tomavam o Rio Pardo a partir de sua barra. No Pardo, estava a divisa entre as densas florestas paulistas e a região de campos limpos, com cupinzeiros e árvores esparsas. Apesar do nome, o Pardo era um rio de águas cristalinas e por isso era menos piscoso que o Paraná, mas a falta de peixes era compensada pela abundância de caça às suas margens – emas, veados, e outros animais do serrado podiam ali ser caçados com mais facilidade do que na floresta fechada. O serrado também oferecia novas opções de frutas e palmitos como o buriti, o pequi, a pupunha. A navegação do Pardo era muito difícil, por ser feita na contracorrente e por ser o rio muito encachoeirado. Do Pardo, as canoas seguiam por um ribeirão que era um afluente deste rio, seguindo cada vez mais na direção das suas nascentes. O ribeirão Sanguexuga era a última etapa da navegação na bacia do Paraná-Tietê. Terminado este rio, os viajantes enfrentavam um trecho de terra para varar da bacia do Paraná para a bacia do Paraguai, onde estavam os rios que chegavam nas minas de Cuiabá. Assim, das cabeceiras do Pardo, era necessário empurrar as canoas por terra por um trecho de cerca de 15 km e cruzar o divisor de águas das duas bacias. Além da grande dificuldade do transporte das canoas e das cargas, o grande empecilho que dificultava este trecho terrestre eram os Índios Caiapós e os Guaicurus, que também atacavam a partir deste território. Para auxiliar nessa complicada travessia deste trecho terrestre do caminho das monções, a coroa manda fundar em 1728 um sítio em Camapoã, o local onde se varava. Neste sítio o viajante encontrava mantimentos, bois para o transporte de carga e algum tipo de segurança contra o ataque dos índios. De Camapoã, após o repouso dos homens, as canoas eram novamente depositadas em um pequeno rio (Camapoã) que desaguava no rio Coxim, já na bacia do Paraguai. O Coxim era conhecido como o "Cabo das Tormentas" da navegação de Cuiabá, porque tinha 22 cachoeiras no curto pedaço que os viajantes tinham de percorrer para chegar no rio Taquari, por onde prosseguiam viajem. Já no Taquari, o grande problema era outro: a abundância de gentios Guaicurus, que montavam com grande destreza cavalos herdados dos espanhóis. Ali começava também o território dos Paiaguás, exímios canoeiros que se aproximavam sem ser notados pelos portugueses. Do Taquari, seguiam para o grande rio Paraguai, onde a navegação era feita com varas. Do Paraguai tomavam o São Lourenço, e de lá seguiam para o Cuiabá. Em fins do século XVIII, quando cessa o ataque dos índios Paiaguás canoeiros, funda-se nas margens do rio São Lourenço uma fazenda que dá origem à cidade de Corumbá. Estes últimos rios são rios do Pantanal, sujeitos aos regimes de secas e cheias da região, sendo sua navegação muito variável de acordo com a época (na seca demorava-se mais). Se o Pantanal é ainda hoje abundante em pesca e caça, esta abundância era maior ainda no século XVIII. Assim, ao chegar na terra de abundância alimentar do Pantanal, o terceiro bioma da viagem, os monçoeiros realizam também, em certa medida, a mesma estrutura das odisséias fluviais: enfrentam os percalços da navegação, chegam em uma terra de abundância e fartura. Mas, no Pantanal, abundavam também as espécies daninhas como as piranhas, que eram famosas por castrar os nadadores desinformados. Devido às piranhas e arraias, os banhos eram complicados. Beber a água quente dos rios também era difícil. Os viajantes deviam ficar nas

considerado selvagem. A questão central que Sérgio Buarque se coloca em sua obra é justamente sobre como o Tietê, com tais características, pode exercer tal missão civilizatória. Havia saltos dos rios nos quais toda a carga precisava ser descarregada, e os barcos passavam somente com o piloto. Em outros saltos menores, era possível passar com a carga. Esta avaliação dependia sempre do piloto, e uma avaliação errada poderia significar a perda da carga, ou mesmo a perda da vida dos tripulantes. Assim, a monção era um trabalho em equipe: era preciso que os demais membros do grupo confiassem no piloto e obedecessem à sua opinião sobre o rio; que carregassem e descarregassem as canoas conforme suas ordens. Assim, o piloto tinha de ser um homem intimo do rio e devia reter na memória todas as manobras necessárias para enfrentar cada cachoeira. O piloto dos rios comandava a navegação, e os outros remadores deviam sistematicamente cumprir suas ordens. Por todos estes fatores, segundo Sérgio Buarque de Holanda, estas longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora sobre o ânimo aventuroso daqueles homens A própria exigüidade do espaço dentro das canoas, em comparação com a predominância da marcha a pé das bandeiras, já era uma forma de disciplinar o "espírito aventureiro".[25]

A principal fonte para descrições como a de SBH sobre a organização da canoa e sobre as funções do piloto é a obra de Teotônio Juzarte, *Diário da Navegação do Rio Tietê, rio Grande Paraná e rio Gatemi*[26]. Este diário, escrito em 1769-70 pelo Sargento Mór Teotônio Juzarte, descreve de maneira minuciosa o roteiro fluvial citado acima, e principalmente os momentos de dificuldade desta navegação. Trata-se de um texto importante na configuração dos temas e formas de descrição dos rios nos Roteiros do período. Por isso, algumas passagens desta obra serão analisadas mais adiante, no contexto da análise de outros textos fluviais.

Essa organização dos paulistas no transporte do ouro de Cuiabá certamente não agradava à metrópole, que no início do século XVIII já havia declarado guerra e estes

---

canoas, no calor característico da região, sendo atacados por mosquitos no fim da tarde e ao amanhecer. Esse era o périplo fluvial que levava os viajantes ao ouro de Mato Grosso. Era este o trajeto que se enfrentava para levar gêneros básicos à vila de Cuiabá e trazer, em troca, ouro para São Paulo (Cf. Holanda, Sérgio Buarque de. "As estradas móveis". In: *Op. cit.*pp 124-184).

[26] O diário de Teotônio Juzarte foi publicado recentemente em uma bela edição da Edusp. Cf. Juzarte, Teotônio José. *Diário da Navegação*. Jonas Soares de Souza , Miyoko Marquino (orgs.). São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.

homens, justamente pela posse das minas de Vila Rica[27]. Mas o exemplo das monções serviu de incentivo à administração da metrópole em planos de estabelecimento de comércio fluvial sobre os rios da Amazônia[28], e em planos de escoamento das minas de Mato Grosso e Goiás. Tais planos se apropriavam, em certa medida, deste conceito de transporte fluvial criado pelos paulistas, para criar novas rotas fluviais, agora sob controle direto da metrópole. Se o Tietê servia aos paulistas, o Amazonas deveria servir à metrópole.

Além de planos de comércio, estes planos se constituem em verdadeiros projetos de civilização, com base na lógica fluvial. Ao longo de nossa pesquisa, observamos muitos exemplos, em ofícios e cartas, da necessidade de se organizar o comércio e o fluxo de civilização ao longo do rio Amazonas, como haviam feito os paulistas em relação ao Tietê. O norte do Brasil com seus rios era ainda, nos discursos dos homens que produziam suas narrativas a serviço da coroa, uma promessa de civilização:

Aquelle vastissimo Certão de q tratamos coprehendem muitas e exelentes Ribeyras com mattos as suas margens para lavoura, e todo genero de agriculturas, contendo internidade de haverês, que podem fazer feliz a este estado do Maranhão, e augmentar os domínios dam Ma. Senhora com uma nova capitania que ahi se pode crear, mayor, e melhor q a do Piauhy, por serem as terras de q se compoem de diferente fertilidadeq cultivadas e aproveitadoz aquelles mesmos haveres com que a natureza a henriquesse vira a ser este estado o Império da américa Portuguesa.(...) [29]

Aqui, o sertão do Maranhão, cheio de rios, é apontado pelo padre Antônio Correia Furtado de Mendonça justamente como o local onde pode brotar o império da América portuguesa. Não um império independente, como nos explica o autor, mas um império como continuidade do império português.

---

[27] Sobre a famosa guerra dos paulistas e emboabas, cf. "Paulistas e Emboabas", capítulo III da obra de Charles R. Boxer: *A idade de ouro do Brasil: Dores de crescimento de uma sociedade colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, pp 87-110.

[28] Cf. Camilo, Janaina Valéria Pinto. *Op. cit.*,p.52.

[29] Furtado de Mendonça, Pe. Antônio Correia. *Informação sobre os certões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pindaré do estado do Maranhão* - 1785 (ANTT, col. Ministério do Reino – maço 605 – doc. 704).

Para tanto, os rios precisavam ser utilizados a favor do império. Por isso, planos como este, de criação de capitanias entre as já existentes no estado do Grão-Pará e Maranhão, passam a ser comuns, principalmente após o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Seu governo representa um marco na região norte justamente em função de seu empenho nesta tarefa. Mendonça Furtado faz uma administração voltada para a consolidação da conquista e da navegação dos rios, utilizando-se de todos os recursos possíveis para tanto.

Assim, durante e após o se seu governo (1751-1759), a produção de documentos e discursos sobre o estado do Grão-Pará e Maranhão dá um salto quantitativo e qualitativo. Um salto que talvez não represente a real ocupação deste espaço, mas que está relacionado justamente à sua representação enquanto pertencente à coroa portuguesa. O governador busca trazer de Portugal homens ilustrados, capazes não apenas de percorrer a colônia, mas também de descrever suas estratégias de ocupação.

Este fluxo de intelectuais vinculados ao governo para o norte do Brasil se mantém até o fim do séc. XVIII, principalmente após a assinatura do tratado de S. Ildefonso. E também se mantém e se fortalece, como acompanharemos nos Roteiros, a construção de um discurso, de uma lógica de representação da Amazônia e de seus rios da maneira que mais interessa à coroa portuguesa. O contexto de produção dos Roteiros de viagens que analisaremos aqui se relaciona com a leva de expedições que se segue à assinatura do tratado de S. Ildefonso.

3.3. Dominar a navegação dos rios e seus perigos: as cachoeiras

O *Roteiro do Maranhão* é um texto que se insere nessa segunda grande leva de textos produzidos no fim do século XVIII. Inscreve-se neste processo de descobrimento e narrativa dos grandes rios navegáveis do norte do Brasil, de acordo com os interesses da metrópole. Neste processo, mesmo os rios de menor porte adquirem uma importância fundamental. O rio é, sem dúvida, o elemento da natureza a partir do qual toda a paisagem do interior se constitui.

Mas mesmo uma terra tão abundante de rios (e, portanto, de estradas em potencial), como a Amazônia, permanecia muito pouco explorada no final do século XVIII, e este fato

é motivo de indagações por parte dos roteiristas do período. No *Roteiro do Maranhão*, vemos uma interessante crítica ao estado de abandono em que se encontrava a capitania do Pará, apesar de possuir esta capitania tantos e tão importantes rios:

Malograda a boa disposição, que temos ponderado na fertilidade desta capitania na preciosidade, abundancia, e especialidade de seus gêneros; em muitas, e ***largas estradas, que se vião abertas nos grandes Rios****, para com facilidade, que permitte a navegação penetrar-se o Paiz, conquistarem-se as Nações Silvestres, servindo-se delles os conquistadores na mesma navegação na aquisição, e condução de generos, malogrados, digo, todas estas vantagens, achava-se a sua povoação e cultura em tal estado, que apenas se podia comparar ás Capitanias do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilheos.* [30]

A estrada aberta nos largos rios a que se refere o autor é certamente muito mais cômoda ao viajante português do que a estrada de terra, aberta sempre a duras penas no meio de matas densas e inóspitas. E, no descobrimento dos rios, ele podia exercer aquilo que seus mais ilustres antepassados haviam feito: navegar.

Por isso, era incompreensível ao olhar racional do viajante que uma capitania com tantos rios os aproveitasse tão pouco para a constituição de uma civilização à moda das grandes civilizações fluviais européias – como era, por sinal, a própria nação portuguesa, que tinha no Tejo seu grande rio. Pelo contrário, a capitania do Pará encontrava-se num estado tão lastimável que só se comparava às capitanias do Espírito Santo, Porto Seguro e Ilhéus, que em função de seus gentios permaneciam abandonadas no século XVIII.

O rio deveria servir a tudo: ao comércio, à conquista, à colonização, à pesca, e a tantas outras coisas que estão na fundação de uma civilização. Mas não é isso que o narrador anônimo percebe na sua descrição da capitania do Pará. Os rios naquela região pareciam ainda incultos, desconhecidos, perigosos e não mapeados, em sua maioria. Por isso, eles em nada serviam ao império. Era preciso conhecê-los, saber quantos dias de viagem se levava para chegar, na contracorrente, a determinadas fazendas e rudes povoados que se encontravam rio acima. Era preciso determinar a localização e descrever como

[30] R.M., p. 143. (Grifo meu).

atravessar as cachoeiras. Era preciso, enfim, produzir Roteiros de Viagem e Navegação, para que os rios corressem, finalmente a favor da civilização.

Os rios dominam o ciclo da vida no norte do Brasil. Daí a necessidade de se conhecer seus afluentes, suas nascentes. Empreender a tarefa de dominar o rio, como um dia se empreendeu a tarefa de dominar o mar. Descrições como a seguinte, do Rio Amazonas da foz à nascente, escrita no século XVIII, é um exemplo dessa vontade de exercer um domínio sobre o rio no território das palavras:

Rio das Amazonas, do Grão Pará, Orellana, e Maranhão, que por todos estes títulos é no mundo conhecido (...) Corre este rio serpentinadamento por baixo da linha equinocial, tendo a sua fonte ou cabeceira ao sul d'ella na lagôa Lauriocha, junto a cidade de Guanuco no reino do Perú. (...) Mil e oitocentas léguas dizem os autores e cosmographos de melhor nota ter de comprimento, sendo d'ellas 492 ½ pertencentes aos domínios de Portugal, desde a dita foz até a fortaleza de S. Francisco Xavier de Tabatinga[31]

Assim como o texto do *Roteiro Chorográfico da Viagem no rio das Amazonas* assegura em um território discursivo o domínio do Amazonas, o *Roteiro do Maranhão* assegura aos portugueses o conhecimento de todo o trajeto de alguns rios importantes do Maranhão e do próprio Tocantins. É fundamental, neste roteiro, a descrição do trajeto dos rios até a nascente, das suas cachoeiras e afluentes, como vemos nessa passagem sobre o rio Itapecuru :

O rio itapecuru tem os seus principios a Sudeste no Sertão ainda inculto, e habitado por diversas nações de indios Silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira.[32]

Este é um dos principais rios que cortam o interior do Maranhão. O Itapecuru tem suas nascentes na serra das Mangabeiras, no Brasil central. Sua foz encontra-se com a foz do rio Mearim, formando a Baía se São Marcos, onde se encontra a Ilha de São Luís e, na

[31] Braun, Manuel de. *Roteiro Chorográfico da Viagem no rio das Amazonas.* In: Revista IHGB, 1874, p. 299.
[32] R.M, p. 63.

margem ocidental do continente, a cidade de Alcântara. Junto com outros rios da região, como o Mearim e o Preguiças, o Itapecuru faz parte de um conjunto de grandes rios maranhenses que hoje são chamados de pré-amazônicos[33]. Até hoje, boa parte de suas margens são cobertas por uma densa vegetação, que mistura diferentes formações florestais como mangues, igapós, florestas de cocais, serrados.

É um rio que se relaciona, na concepção do autor anônimo, com dois outros grandes rios que correm no sentido sul-norte: o Parnaíba e o Tocantins. Entre as terras destes três rios, segundo o autor anônimo, forma-se um terreno fertilíssimo. Como todos os rios fundadores de regiões, o Itapecuru tem seus desejos próprios de se aproximar ou apartar dos outros rios com os quais se relaciona:

Já nas Aldeas Altas principia o Rio Itapecuru a apartar-se do Rio Parnaiba, e vae buscando a direção de Sudueste a Noroeste, em que ultimamente acaba. [34]

O rio aproxima-se e aparta-se do Parnaíba até o ponto de suas nascentes, quando se aproxima, finalmente, do Tocantins.[35] O autor descreve em várias passagens a direção de suas cabeceiras e o povo que as habita, preocupando-se em demonstrar este conhecimento

[33] Esta é uma terminologia contemporânea para designar alguns rios do Maranhão que têm um aspecto predominantemente amazônico, como todo o litoral do Maranhão. Alguns elementos de sua paisagem fluvial contemporânea (que tivemos a oportunidade de conhecer em nossa última viagem) são descritos da seguinte maneira, em uma publicação recente: *Se tivermos algum dia de eleger tópicos de consenso sobre as características ambientais maranhenses, certamente iniciaremos a lista com a afirmação de que nossa paisagem é uma transição entre os ecossistemas de serrados, floresta amazônica e caatinga. Diremos também que nossos rios são perenes e que o litoral, dominado por águas barrentas e manguezais, pouco tem de semelhante ao litoral nordestino, de coqueiros, mar azul e jangada. Conhecidos de muitos também são os rios Itapecuru e Mearim, cujos nomes estão intrinsecamente associados à história maranhense, tanto por terem sido as principais vias de acesso na colonização do interior, como pelo seu papel, até meados do século XX, de principais artérias econômicas, por onde escoava grande parte da produção do Estado. O rio Mearim também contribui para a pujança de uma das grandes características amazônicas da zona costeira, que é a Baixada Maranhense, com seus campos inundáveis análogos aos campos de várzea do rio Amazonas e Marajó (...) essas feições amazônicas do nosso litoral estão associadas à existência destes dois rios, totalmente maranhenses, e que estão possivelmente entre os cinco maiores nordestinos.* (Vaz dos Santos, Marcio Costa Fernandes. "O Mearim em números". In: Soares, Édem do Carmo. *Peixes do Mearim.* São Luís: Instituto Géia, 2005, p 33). Neste discurso de um engenheiro ambiental, podemos notar que o Mearim e o Itapecuru ocupam um lugar de destaque enquanto rios formadores da civilização maranhense.

[34] R.M, p. 65.

[35] O rio Tocantins nasce nas chapadas do Brasil central, em meio ao serrado de uma região hoje conhecida como Chapada dos Veadeiros. Após correr por centenas de quilômetros como um rio de planalto e serrado, o Tocantins torna-se um rio da planície amazônica.

sobre a nascente deste importante rio. Mas, antes de atingir a nascente, há um longo trajeto tortuoso ao longo do qual o viajante deve vencer os mais importantes percalços que um rio pode oferecer: as cachoeiras.

Tal é o grau de preocupação com a possibilidade de seu leitor formar as imagens mentais adequadas à sua experiência de viagem, que antes de o viajante citar as cachoeiras de seu percurso ele nos faz uma descrição do que são as cachoeiras:

Cachoeiras os ressaltos, e giros que impetuosamente forma a corrente dos rios, quando de repente se percipita da maior altura, ou acha resistencia com alguns penedos, e eminencias , que levantão do plano de seu leito, e lhe tirão a igualdade. Desta natureza são as cinco que se referem.[36]

Esta descrição da cachoeira que surge como um ente cheio de ressaltos e giros nos lembra muito as espirais das igrejas barrocas do século XVIII. Suas espirais e volutas podem sem dúvida ter inspirado essa descrição da cachoeira, particularmente do trecho em que o rio se torna desigual, em que se atira contra as rochas tornando-se impetuoso e formando os referidos giros.

A bela descrição do significado das cachoeiras que vemos na passagem acima dá ao leitor uma importante chave para pensar o significado do rio como um todo: as cachoeiras formam as torrentes, que impelem o rio na direção de sua foz. A cachoeira dá velocidade ao rio, coloca o rio em movimento. E este movimento é o que faz o rio circular, ir em direção ao mar e voltar à sua nascente em forma de chuva. A cachoeira é uma espécie de coração que garante a pulsão ao rio, bombeando suas águas para a circularidade contínua. São necessárias para o próprio fluir do rio. Mas, para os viajantes que percorrem seus leitos, representam, acima de tudo, problemas.

As cinco cachoeiras que o viajante anônimo menciona são minuciosamente descritas a seguir, e também são descritas as formas de superá-las:

A segunda [cachoeira] *cinco ou seis dias de viagem distante da primeira, he conhecida pela Cachoeira grande, não se dilata mais de cento e cincoenta passos; tem*

[36] RM, p. 66

canal encostado a ribanceira do Norte, mas quando o rio vai baixo o mesmo canal por menos de vinte passos tocão as Canoas e se faz muitas vezes necessário levar parte da carga por terra, em quanto vence a passagem.[37]

As cachoeiras são minuciosamente descritas no *Roteiro do Maranhão,* pois são a parte do rio que exige maior perícia do navegante. Com relação a tais entes fluviais, é importante notar que estes autores denominam "cachoeiras" trechos dos rios que hoje poderíamos chamar de corredeiras. Todos os locais em que as pedras saltam fora no leito do rio, nos quais a água fica tumultuada e se formam estes giros e ressaltos, são chamados de cachoeiras.

No caso destes Roteiros fluviais, as cachoeiras, seguidas dos índios e de todos os perigos associados à mata - como animais e doenças – representam o elenco dos principais perigos que se apresentam aos viajantes. No caso do rio Amazonas e de outros rios de grande largura como o Tapajós e o Negro, as tempestades representam outro importante perigo, por tornarem suas águas revoltas. No caso dos rios de menor calado, as tempestades também representam um perigo, principalmente quando ocorrem na cabeceira dos rios, ocasionando cheias repentinas nestes destes rios[38].

Assim como os Roteiros marítimos, estes Roteiros fluviais mantêm uma estrutura de narrativa que privilegia a descrição dos perigos que aquela rota oferece ao navegante. Por isso, poucas descrições encontramos dos momentos de navegação nas partes do rio que não oferecem perigos. O grande perigo relacionado às cachoeiras é fundamentalmente o de se chocar o barco contra as pedras – perigo semelhante, em certa medida, àquele enfrentado pelos mareantes com relação aos baixios. A depender do tamanho da cachoeira, há também o perigo de se virar na descida. Ambas as situações incluem a possibilidade de perda total de cargas como ouro, ou mesmo a perda da vida. A questão central destas narrativas passa a ser, então, como desviar o barco das pedras, localizar os canais profundos e identificar as cachoeiras em que se torna impossível ultrapassar pelo rio, fazendo-se necessário retirar do leito a canoa.

---

[37] RM., p. 66.

[38] Essas informações sobre diferentes tipos de perigos fluviais não existem na forma de um elenco organizado, como os "cinco perigos" da História Trágico-Marítima (Cf. capítulo "A genealogia do Gênero). Este elenco foi por nós organizado, com base na leitura de vários roteiros fluviais.

Estas narrativas de como cruzar uma cachoeira constituem uma das características centrais dos Roteiros fluviais do fim do século XVIII. No entanto, já se consolidavam descrições destes percalços desde o início do século XVIII, quando Juzarte escreve narrativas como esta, em seu Roteiro.

4 de Maio

Neste dia pelas oito horas da manha fomos seguindo nossa viagem, logo à distância de duas léguas fez toda a expedição alto, por termos de passar uma cachoeira muito comprida e perigosa, que tem quase meia légua; aqui se tirou toda a carga, desembarcou toda a gente, para tudo passar por terra; chama-se esta cachoeira Itupiru, que quer dizer em português cachoeira baixa e seca (...) aqui passamos por terra a gente e as cargas, por dentro dos matos sofrendo, muitos carrapatos que estão em bolas pendentes nas folhas das árvores, muito miúdos e pegados uns nos outros, que caindo na gente fazem desesperar, e depois resulta, de cada um, uma ferida; aberta esta picada pelo mato e indo a passar toda gente, se levantou uma nuvem de marimbondos de dentro do mato, que mordendo toda gente causou lástima; e fugindo cada um para sua parte cobrindo as cabeças e as mãos com o que puderam, e as mulheres gritavam, e as crianças choravam, e os homens fugiam... [39]

Passar a cachoeira representa de modo geral um problema, seja pela água, seja pela terra. Na terra, pragas como marimbondos e cobras fazem da mata um lugar pouco hospitaleiro. Mas é a própria água que desaloja o navegante através da cachoeira. O relato de Juzarte é um caso à parte, pois nele vemos mulheres e crianças, já que se tratava de uma expedição que levava famílias para o estabelecimento de uma povoação às margens do rio Iguatemi, em 1734. Por isso, encontramos a presença destas figuras que quase não aparecem nas narrativas de outros roteiros fluviais: as mulheres e as crianças. O próprio autor do texto sinaliza sua presença como problemática, em um contexto tão repleto de perigos.

Mas nosso interesse com relação ao texto de Juzarte diz respeito mais à forma como ele descreve a cachoeira, o desembarque da carga e à tradução do nome tupi da cachoeira

[39] Juzarte, Teotônio.*Op. Cit.* P. 48.

para o português: cachoeira baixa e seca. No caso desta narrativa, temos uma viagem que percorre o Tietê no sentido favorável de seu curso – já que é um rio que corre a favor do sertão. Mas, na maioria dos rios brasileiros, para se chegar ao sertão e às suas riquezas prometidas, era preciso tomar o curso do rio no sentido contrário. Ir na direção da nascente.

No entanto, uma vez que se empreendesse a navegação de forma correta, a passagem pela cachoeira poderia não representava um drama para o navegante – pelo contrário, poderia mesmo lhe ser favorável . A cachoeira aparece também nas narrativas dos portugueses associada a uma pausa na sua navegação que pode ser positiva, em função da possibilidade de caça e pesca abundante que se oferecem nas corredeiras dos rios. A seguinte passagem, do texto da *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas de Matto Grosso*, escrita pelo Cabo Sargento-Mor Luiz Fagundes Machado, oferece-nos importantes dimensões das cachoeiras:

Advertencia, quem commetter esta viagem é bom procurar tempo de aguas estando o rio meio cheio e trazer Canoa pequena alerta para examinar os canaes, porque além das paragens apontadas como fica acima dito mostra diversos; e o mesmo se estende quando se passa para baixo, ficando postadas as Canoas grandes, e entre as ditas Cachoeiras ha bastante peixe e mais selvagem, para o que são precisas linhas fortes e anszões bastantes porque arrebenbtão, e não falta Caça e anta pellas beiras que vem comer terra às barreiras, de noute se lhe faz espera havendo polvora e chumbo, e não falta palmito e castanheiros e tudo é Mattalutage feita havendo canoa de montaria pequena. [40]

Esta narrativa refere-se à cachoeira do Guajará Pequeno, a 17ª cachoeira que o viajante encontra ao longo do percurso entre Santa Maria de Belém do Grão-Pará e as minas de Cuiabá. Nela encontramos a caracterização de duas faces distintas destas barreiras aquáticas.

Por um lado, o viajante encontra dificuldades enormes para cruzar a cachoeira, tanto na subida quanto na descida do rio, quando é obrigado a empreender a incrível tarefa de se lançar a bordo de uma canoa de um só tronco, nas corredeiras de um rio amazônico. Mas,

[40] Machado, Luiz Fagundes. *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas de Matto Grosso.* Revista IHGB, Tomo XII, 1874, p 153.

por outro lado, é nesta mesma cachoeira que o viajante encontra um local de caça e pesca fartos. Em seu percurso de subida, os homens provavelmente viam-se obrigados a acampar às margens da cachoeira, onde descobriam um bom sítio para a pescaria e para a caça da anta, animal que busca as margens desbarranqueadas pela volúpia da água, para lamber a terra argilosa.

Subir o rio significava deparar-se com o Sertão inculto, com todos os perigos e situações adversas que se pode imaginar. Mas significava também deparar-se com a fartura de caça existente em terras desabitadas.

É importante dizer ainda que, em alguns casos, o termo subir o subir deixa de significar "ir no sentido da nascente" para significar literalmente um exercício de subida de uma montanha. Há narrativas de viagens fluviais que percorrem trechos montanhosos, nos quais os rios tornam-se extremamente pedregosos, e a canoa deixa de ser um valioso meio de navegação para se tornar um empecilho. Sem dúvida, subir um rio pouco (ou nada) explorado da bacia amazônica era uma das maiores aventuras que um ser humano podia se propor realizar. Muitos dos viajantes que escrevem neste período sabem da aventura que se estão propondo, e deixam em seus textos marcas quase poéticas da sensação que esta subida do rio causava. Na seguinte passagem do *Diário da Viagem que fez a colonia Hollandeza do Surinam o porta Bandeira da setima companhia do regimento da cidade do Pará* temos uma das descrições mais intensas desta sensação de perigo e aventura:

(...) *e foi então a primeira vez que vi estas espantosas serras aquaticas, cujo horroroso estrondo, medonha vista, e imminentes perigos com que ameaçam, não deixam nas primeiras impressões de fazer acudir o sangue, ainda aos corações mais resolutos.* [41]

As serras aquáticas a que o viajante se refere estavam situadas na divisa entre o estado do Grão-Pará e a colônia holandesa do Suriname. Serra aquática é um adjetivo interessante, que define bem a relação entre as montanhas e as águas na Amazônia. Qualquer elevação naquela região dá vazão a uma infinidade de nascentes e rios, colaborando também para a formação contínua de nuvens. A serra é aquática tanto pela água que verte de dentro da terra, quanto por aquela que cai do céu. Tanto a trovoada,

[41] Barata, José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 18.

quanto as cachoeiras são responsáveis pelo estrondo, pelo barulho que causa uma impressão de fúria ao viajante.

3.4 As terras encantadas e o Eldorado das nascentes

Praticamente em todos os roteiros escritos no fim do XVIII para serem lidos pelos homens do Conselho Ultramarino, há notícias – quase lendas – sobre os primeiros sertanistas que haviam empreendido os trajetos que agora eram meticulosamente descritos. Há vários relatos de sertanistas que em meados do século XVIII[42] ainda se organizavam em bandeiras para dar voltas gigantescas através do território brasileiro, circundando bacias hidrográficas inteiras, chegando às nascentes e buscando nas terras altas outras nascentes que os levassem a outras bacias hidrográficas. O motivo que teria levado estes primeiros homens e, posteriormente, os autores de Roteiros que faziam suas descrições a serviço da coroa a empreender estas duras jornadas rumo às nascentes dos rios seria um só: o ouro.

A perspectiva do ouro nas nascentes era algo profundamente presente no olhar dos portugueses sobre os rios. Dentre todos os rios da bacia amazônica, o Tocantins consta, no século XVIII, como aquele que promete mais riquezas, o rio no qual a presença do ouro era dada como certa. Por isso, os roteiros analisados se esmeram nas descrições deste rio. Há uma bela descrição do rio Tocantins, presente no *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784,* que demonstra esta perspectiva do ouro:

Rio Tocantins [cita a latitude e longitude da barra do rio] *Ignora-se individualmente donde chegão as suas cabeceiras, porém athe a chapada Grande ou cordilheira das Minas Gerais he elle conhecido e vadeado* (...) *As suas águas são mais claras do que costumão ser as dos outros rios deste estado. As suas Margens são muito frondozas e elevadas. Na distância de setenta ou outenta leguas de sua barra se achão as cachoeiras chamadas da Praia Grande, que sem maior trabalho se podem passar em qualquer tempo assim como as outras muitas que tem o rio, a excepção de duas maiores* (...) *Os Ramos deste Rio abundão em muitos generos preciozos, como Cravo, que dizem ser em algumas situações em tal*

[42] No texto do *Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará* temos importantes relatos dos feitos destes sertanistas. Cf. Revista IHGB, Segunda Série – Tomo II, 1847,p. 9.

abundância que os seus Matos não constão de outras Árvores: Há nelles ouro, há pedras preciosas. Enfim, há pelo Rio Tocantins, a mais fácil e experimentada comonicação com as minas de S. Felix, da Natividade, de S. José dos Tocantins, da Chapada, da Meya Ponte, e com a capitania das Geraes com a Capitania de Goyazes. E com a de Mato Grosso pelo Rio Araguaia. Nenhua das colonias das naçoens européas se comunica com o rio Tocantins por ficar todo no interior da nossa américa.[43]

O autor do roteiro, o Sargento-Mor Engenheiro João Vasco Manuel de Braun, descreve a abundância do cravo nas margens do rio apenas com base naquilo que ouviu dizer. Mesmo descrições de caráter objetivo como a citada acima, que faz parte de um roteiro onde se descreve a viagem do governador[44], trazem informações nem sempre confirmadas, por vezes com um ar fantasioso. A grande riqueza com que o rio Tocantins é descrito – com águas claras, canela abundante, ouro e pedras preciosas – parece sempre conduzir o leitor a uma imagem de rio mítico que leva ao Eldorado das minas do Brasil central. Neste caso, acreditamos que a ênfase nas riquezas do rio se dá também em função de um projeto de transporte do ouro através da navegação do Tocantins, navegação esta que durante um longo período, no reinado de Dom José I, foi vetada pela coroa[45].

---

[43] BRAUN, João Vasco Manuel de. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Documento manuscrito. Seção de Reservados (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa, cx 72.p. 5.

[44] Um roteiro de caráter oficial, portanto, cujo original se encontra hoje na BNL.

[45] A questão da navegação e transporte de ouro no Rio Tocantins foi sem dúvida muito debatida entre as autoridades do fim do século XVIII. Na documentação do projeto Resgate-Barão do Rio Branco, encontramos uma série de documentos que relatam as discussões que envolvem este rio. No Doc. 5979-1773, relativo à Capitania do Pará, temos dois importantes anexos (cópias junto ao primeiro documento). Dois textos, supostamente cartas de D. José, sobre quais deveriam ser os Roteiros oficiais para as Minas de S. Félix, Capitanias do Maranhão e Pará. Na segunda carta, de novembro de 1773, vemos a ordem real de que todo o transporte do ouro entre as minas de São Félix e o Pará seja feito pelos rios Madeira e Guaporé: *Dom Joseph por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, da quem e da lem mar em Affrica senhor da Guiná (?) Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capp.am. General do estado do Pará, que attendendo a muitas reprezentações, que destas partes se me tem feito e a diversas razoens do meu serviço houve por bem ordenar, por rezolução de vinte e três de outubro deste anno tommada em consulta do meu conselho ultramarino, q fique daqui em diante permitida a Communicação desta cappitania do Pará para o Matto Grosso e Minas dos meus dominios daquellas partes com declaração que o caminho se fará somente pelo Ryo da Madeira e Guaporé, e não por outro algum, em quanto eu não mandar o contrário.* Apesar do veto real, muitos viajantes deste período escrevem roteiros informando sobre a viabilidade deste percurso, e o próprio Governador e capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, tenta persuadir o rei sobre as vantagens da navegação do Tocantins, como vemos no Doc. 6028 (Julho de 1773). O *Roteiro do*

Ou seja, aqui, o caráter mítico, onírico, da descrição do rio pode fazer parte da retórica do autor, sendo utilizado a favor de seu projeto, para o convencimento dos leitores na corte. Esta hipótese torna-se mais provável quando vemos que a descrição do rio termina justamente com o argumento de que, além de todas as riquezas, o rio Tocantins está totalmente em território nacional, e qualquer projeto de escoamento de ouro por esse rio não contaria com o risco de ataques estrangeiros.

O *Roteiro do Maranhão*, assim como este outro roteiro citado acima, traça seu percurso de subida do Rio Tocantins com o mesmo intuito, e faz referência a esta chapada grande, da cordilheira das Minas Gerais – hoje conhecida como Chapada dos Veadeiros, onde se encontram as principais nascentes do Tocantins. As chapadas e serras constam destes roteiros apenas como nascentes dos rios, ou seja, é pela água que nela brota que a montanha é identificada. A serra parece ser apenas o ventre para o filho pródigo, o rio. Após a chapada estavam as famosas minas de São Félix e Vila Boa de Goiás. Muitos dos roteiros do Grão-Pará e Maranhão do século XVIII objetivaram, em alguma medida, a comunicação com estas minas. Esta passagem do *Roteiro do Maranhão* explicita justamente este intuito:

A communicação com Goiaz pelo Rio Tocantins por onde houve já quem descesse, contribuirá ao mesmo fim [transporte do ouro]; *e esta communicação não será menos vantajosa que a primeira: porque se pode fazer em menos tempo; e porque se abrirá o caminho a novos descobrimentos. Por ambas estas vias descerá ao Pará o ouro das Minas, a troco de mercadorias da Metrópole, dos pannos de algodão, assim dos que se fizerem no Pará como dos que actualmente fazem no Maranhão.*[46]

A primeira rota de comunicação a que a passagem se refere é aquela que comunicava o Pará com as minas de Mato Grosso, através dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas. Este longo trajeto tinha cerca de 4.000 km de extensão, e dependendo da cheia do rio poderia levar meses para ser empreendido na contracorrente. Já a comunicação entre

---

Maranhão, que é posterior a esta data, é o principal indício que temos da liberação desta rota de navegação para o transporte do ouro, por ser aquele um roteiro de caráter oficial.

[46] RM, p. 158.

as minas de Goiás e o Grão-Pará e Maranhão praticamente inexistia no século XVIII[47]. O próprio autor anônimo não tem uma referência certa de quem já tenha feito a descida do rio Tocantins, diz apenas que *houve já quem descesse.* Tal afirmação, no contexto da época, significava que se tratava de uma rota nova, ainda por ser desbravada, mas que tinha como certo o ouro nas nascentes.

Assim, vemos que mesmo o olhar pragmático dos funcionários da coroa, como é o caso do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, se organiza em função desta perspectiva de ouro nas nascentes. No caso deste roteiro, o ouro não era algo mítico, mas sim algo certo, pois as minas de Natividade e São Félix, nas nascentes do Tocantins, eram já conhecidas. No entanto, o fato de o ouro ser certo no fim do século XVIII não descarta o olhar mítico do viajante sobre o rio que guarda o Eldorado nas cabeceiras; pelo contrário, é uma espécie de confirmação.

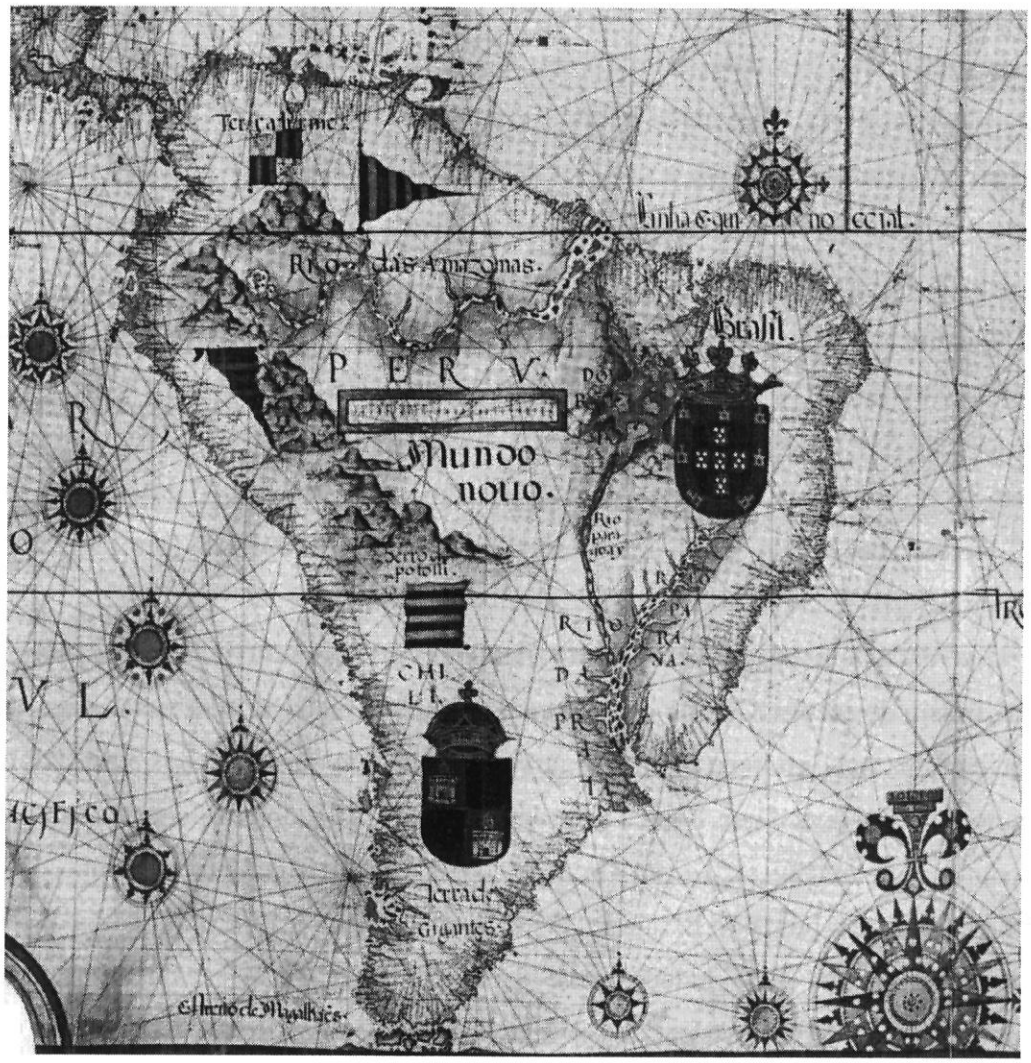
Confirma-se, com os roteiros do século XVIII, a promessa de Pedro Teixeira, que no *Auto de posse que se tomou entre Portugal e Domínios de Castella por Pedro Teixeira Capitão Mor de Sua Magestade das entradas e descobrimento de Quito e Rio Amazonas*, escrito em 1639, teria tomado posse deste rio justamente pela presença do ouro de que tinha notícia[48]. Ao ter a certeza do ouro nas nascentes, os roteiros se inserem de forma ainda mais intensa na trajetória de um importante mito relacionado aos rios.

Na verdade, a crença do Eldorado nas nascentes está presente já num dos primeiros mapas do Brasil, do século XVI, no qual, entre as nascentes da bacia amazônica e do rio da Prata, haveria um lago, no meio do qual flutuava uma ilha de ouro. A crença no Eldorado também norteia a saga de Dom Lope de Aguirre, que em 1561, após a penosa descida dos Andes com a monumental expedição Orellana, se lança com alguns homens nos rios da Amazônia Peruana em busca do Eldorado. Em meio a sua expedição, tenta fundar nas terras recém descobertas um reino independente da coroa espanhola, o reino de Eldorado, conforme a narrativa do Frei Gaspar de Carvajal.[49] Apesar de Aguirre ter fundado um reino

[47] A célebre rota de comunicação com as minas de Goiás ligava-as justamente ao sudeste, passando por Campinas. Depois se abriram também comunicações para os portos da Bahia.
[48] Cf. Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I, 1906, p.331.
[49] Além do relato de Carvajal, o filme *Aguirre – A cólera dos Deuses*, de Werner Herzog, é uma obra prima sobre este nobre espanhol megalomaníaco e sua malograda expedição (Cf. Herzog, Werner "Aguirre, Der Zorn Gottes". Alemanha/Peru, 1972).

com tal nome, o verdadeiro Eldorado permanece um mito para os membros de sua malograda expedição que terminam quase todos mortos de fome, febre e flechas.

Em mapas como o apresentado abaixo, produzido por João Teixeira Albernaz I no fim do século XVII, vemos, no interior do continente americano, um grande lago com ilhas douradas, onde se lê , ao lado, "Dourado":



Carta Atlântica e do Pacífico oriental (detalhe). João Teixeira Albernaz I (suposto autor)[50].

Neste e em outros mapas produzidos pela cartografia do século XVII, é reservado um lugar geográfico para o Eldorado: entre as nascentes dos rios que deságuam no Amazonas (como o Tocantins) e as nascentes do Paraguai. No fim do século XVIII, o mito

[50] In: Hespanha, Antonio Manuel. (org.). *Op. cit*, p 82.

com tal nome, o verdadeiro Eldorado permanece um mito para os membros de sua malograda expedição que terminam quase todos mortos de fome, febre e flechas.

Em mapas como o apresentado abaixo, produzido por João Teixeira Albernaz I no fim do século XVII, vemos, no interior do continente americano, um grande lago com ilhas douradas, onde se lê , ao lado, "Dourado":



Carta Atlântica e do Pacífico oriental (detalhe). João Teixeira Albernaz I (suposto autor)[50].

Neste e em outros mapas produzidos pela cartografia do século XVII, é reservado um lugar geográfico para o Eldorado: entre as nascentes dos rios que deságuam no Amazonas (como o Tocantins) e as nascentes do Paraguai. No fim do século XVIII, o mito

[50] In: Hespanha, Antonio Manuel. (org.). *Op. cit*, p 82.

da ilha Brasil já havia sido desconstruído, quando se descobre que da bacia do Paraguai à Bacia do Amazonas era preciso, necessariamente, cruzar um trecho a pé, para se chegar ao Guaporé. Se o mito da ilha Brasil e do Eldorado enquanto "ilha" já havia desaparecido, o mito das montanhas de ouro, situada nas nascentes dos rios, permanece presente.

Segundo Simon Schama, uma das narrativas mais eloqüentes deste mito do Eldorado nas nascentes é aquela produzida por Sir Walter Raleigh, o navegador britânico que, enfeitiçado pelas narrativas completamente fantásticas de um marinheiro espanhol, havia conseguido patrocínio da coroa britânica para sair em busca da maravilha descrita por tal marinheiro: o Eldorado que havia nas nascentes do Orenoco. Segundo a narrativa do marinheiro espanhol – que remete às antigas fantasias dos espanhóis sobre a uma "Cocanha áurea"[51] – ele teria tido acesso ao Eldorado após ser capturado por índios, quando estava à deriva na Colômbia. Para Raleigh, o Eldorado estava localizado na ilha que os espanhóis conheciam como Manoa, também uma ilha lacustre, localizada entre as nascentes do Amazonas e do Orenoco (como a ilha que supostamente se encontrava no Brasil central).

Embevecido em sua crença mítica, Raleigh consegue convencer a coroa britânica a patrocinar sua viagem para a Guiana. Ele organiza uma verdadeira expedição para tomar dos espanhóis a Guiana e o rio Orenoco. Esta expedição, que tem início em 1595, mostra-se, do ponto de vista prático, uma verdadeira catástrofe. Porém, do ponto de vista das representações, é uma expedição fundadora, mitológica, que se abre como uma importante referência para os viajantes dos séculos seguintes. Seguindo Schama: *Problemas havia sobre todas as formas imagináveis, e a viagem se tornou uma espécie de peregrinação fluvial, conduzida pelo cavaleiro errante navegador – Um Quixote numa chalupa. Pelo menos é o que sugere o relato de Raleigh, publicado por ocasião de seu retorno com o título* ***A descoberta do grande, rico e belo Império da Guiana, com uma relação da grande e dourada cidade de Manoa (a qual os espanhóis chamam de Eldorado)***.[52]

Trata-se de uma bela narrativa, o protótipo de todas as epopéias imperiais referentes ao rio. No relato de Raleigh, descortina-se uma terra maravilhosa, uma espécie de Arcádia tropical, encontrada após uma longa e penosa viagem. Pela sua descrição, à medida que subiam o rio, encontravam terras encantadoras e a natureza tornava-se mais bela e dócil. A caça e a pesca ficam cada vez mais fartas, com peixes de escamas de ouro e veados que se

[51] Cf. Schama, Simon. *Op. cit.* p. 313.
[52] Schama, Simon. *Op. cit.* p. 315 (Grifo meu).

da ilha Brasil já havia sido desconstruído, quando se descobre que da bacia do Paraguai à Bacia do Amazonas era preciso, necessariamente, cruzar um trecho a pé, para se chegar ao Guaporé. Se o mito da ilha Brasil e do Eldorado enquanto "ilha" já havia desaparecido, o mito das montanhas de ouro, situada nas nascentes dos rios, permanece presente.

Segundo Simon Schama, uma das narrativas mais eloqüentes deste mito do Eldorado nas nascentes é aquela produzida por Sir Walter Raleigh, o navegador britânico que, enfeitiçado pelas narrativas completamente fantásticas de um marinheiro espanhol, havia conseguido patrocínio da coroa britânica para sair em busca da maravilha descrita por tal marinheiro: o Eldorado que havia nas nascentes do Orenoco. Segundo a narrativa do marinheiro espanhol – que remete às antigas fantasias dos espanhóis sobre a uma "Cocanha áurea"[51] – ele teria tido acesso ao Eldorado após ser capturado por índios, quando estava à deriva na Colômbia. Para Raleigh, o Eldorado estava localizado na ilha que os espanhóis conheciam como Manoa, também uma ilha lacustre, localizada entre as nascentes do Amazonas e do Orenoco (como a ilha que supostamente se encontrava no Brasil central).

Embevecido em sua crença mítica, Raleigh consegue convencer a coroa britânica a patrocinar sua viagem para a Guiana. Ele organiza uma verdadeira expedição para tomar dos espanhóis a Guiana e o rio Orenoco. Esta expedição, que tem início em 1595, mostra-se, do ponto de vista prático, uma verdadeira catástrofe. Porém, do ponto de vista das representações, é uma expedição fundadora, mitológica, que se abre como uma importante referência para os viajantes dos séculos seguintes. Seguindo Schama: *Problemas havia sobre todas as formas imagináveis, e a viagem se tornou uma espécie de peregrinação fluvial, conduzida pelo cavaleiro errante navegador – Um Quixote numa chalupa. Pelo menos é o que sugere o relato de Raleigh, publicado por ocasião de seu retorno com o título* ***A descoberta do grande, rico e belo Império da Guiana, com uma relação da grande e dourada cidade de Manoa (a qual os espanhóis chamam de Eldorado).*** [52]

Trata-se de uma bela narrativa, o protótipo de todas as epopéias imperiais referentes ao rio. No relato de Raleigh, descortina-se uma terra maravilhosa, uma espécie de Arcádia tropical, encontrada após uma longa e penosa viagem. Pela sua descrição, à medida que subiam o rio, encontravam terras encantadoras e a natureza tornava-se mais bela e dócil. A caça e a pesca ficam cada vez mais fartas, com peixes de escamas de ouro e veados que se

[51] Cf. Schama, Simon. *Op. cit.* p. 313.
[52] Schama, Simon. *Op. cit.* p. 315 (Grifo meu).

aproximam das canoas. Os nativos também se tornavam mais amigáveis e belos,[53] e à medida que Sir Walter Raleigh os encontrava, perguntava sobre a localização do ouro. O ouro era apontado sempre na direção das nascentes, das serras. O metal não é encontrado, e a expedição desiste de prosseguir diante de uma cachoeira enorme, intransponível. Mas a promessa do ouro parece se confirmar em diversos indícios citados pelo viajante. Ao avistar as planícies que se encontram nos pés dos Tapuies, nas nascentes das Guianas, o viajante afirma se tratar de:

Uma das mais belas terras que meus olhos já viram, e se, até então, nada se nos apresentava à vista senão mata, espinhos, arbustos, aqui contemplamos grandes planícies que se estendiam por mais de trinta quilômetros, o mato rasteiro e verde e em diversas partes arvoredos [...] que pareciam plantados com toda a arte e labor do mundo.[54]

Esse tipo de descrição de uma terra de natureza encantada que se alcança através dos rios é uma presença constante nos textos durante os séculos XVII e XVIII[55]. É também constante a idéia de associar a beleza à terra em que cessa a mata sufocante, na qual o viajante encontra a paisagem familiar. A descrição do *Roteiro do Maranhão* da capitania do Piauí guarda semelhanças interessantes com a narrativa de Raleigh:

Além destes Rios [anteriormente descritos] *tem a Capitania do Piauhi muitos lagos. (...) Todos estes lagos e rios são abundantes de Peixes.*

(...) Neste tempo que os Sertanejos só distinguem pelo tempos das aguas, é a Capitania do Piauhy fertilissima; o seu terreno todos aberto com largos campos, e povoado de dispersos arvoredos aparece em bem poucos dias cobertos de folhas, de flores, e fructos silvestres, com tal variedade na cor e tal deversidade na figura, que não só recreão a vista e o olfato; mas também o gosto daquelles , que com elles são creados ou a elles se acostumão.[56]

---

[53] Principalmente as mulheres, cujo relato é destacado por Schama (*op. cit.*) na p. 315.
[54] Schama, *op. cit. p.* 317.
[55] A própria descrição do Rio Tocantins acima citada, presente no *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784*, tem elementos desta natureza fantástica.
[56] RM, p. 88.

Nas duas descrições, vemos descortinar-se a bela paisagem associada ao predomínio do campo, com árvores dispersas. Raleigh ressalta que tais árvores parecem plantadas; já o autor anônimo se encanta com as flores e frutos que brotam de tais arvoredos. Em ambos os casos, as paisagens aprazíveis são sempre aquelas que remetem em alguma medida às paisagens familiares da Europa. A visão da beleza e da fertilidade está associada ao reconhecimento de elementos da cultura de origem em terras distantes. O viajante apresenta uma perspectiva utópica quanto a viver na América cercado de uma natureza que, por ser familiar, torna-se dócil.

No texto do *Roteiro do Maranhão*, o encontro do viajante com a terra bela está associado também ao seu percurso fluvial, que entra no Piauhi através do Rio Parnahíba. Esta ultima descrição, no entanto, associa-se principalmente ao ciclo das chuvas, outra importante presença das águas nestas narrativas. São as chuvas que transformam o ecossistema semi-árido nordestino em uma idílica savana.

Se a descrição de Raleigh traz elementos que remetem de forma muito mais decisiva às terras prometidas da Cocanha e às utopias do renascimento[57], acreditamos que nos roteiros, principalmente no *Roteiro do Maranhão*, estas utopias também estão presentes no olhar do viajante, formando um substrato utópico que alimenta algumas descrições da natureza, reverberando sempre a partir da própria presença das minas de ouro nas nascentes.[58]

---

[57] *A Utopia*, de Thomas Morus, *Cidade do Sol*, de Campanella, e *Nova Atlântida*, de Bacon são os exemplos clássicos deste gênero utópico que se consolida a partir do século XVI. A América, sem dúvida, é a grande fonte de inspiração para a imaginação utópica européia. Já o prometido país da Cocanha, com sua abundância alimentar infinita, não pode ser caracterizado como uma utopia, como aquelas que são inauguradas pelo texto de Morus, devendo ser entendido como uma fábula que desde o século XIII circula por diferentes países da Europa. Afinal, o país da Cocanha era representado como a terra da abundância alimentar e do não trabalho, um país sobre o qual não há nenhuma perspectiva prática de efetivação. Segundo Carlos Eduardo Ornelas Berriel *Uma das características marcantes das utopias enquanto gênero é justamente a sua ligação com a realidade presente e o desejo de modificá-la* (in: "Editorial", *Morus – Utopia e Renascimento*, no. 1, Campinas: Laboratório Gráfico Experimental da Unicamp, 2004, p. 5). Desta forma, não poderíamos pensar em uma interface direta entre os Roteiros aqui analisados e o gênero das utopias, da maneira como este se constitui no século XVI, a partir do texto de Morus. Mas podemos, sim, pensar em uma interface entre os Roteiros e esta concepção medieval de terra utópica expressa na fábula da *Cocanha*.

[58] Sobre esta intersecção entre os roteiros e as utopias, cf: Gnerre, Maria Lucia Abaurre. "No Sertão do Maranhão, o império das Américas – Planos racionais de povoamento nos roteiros de viagem do Grão-Pará e Maranhão do século XVIII. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, no. 3, Campinas: Laboratório Gráfico Experimental da Unicamp, 2006, pp. 113-132.

Afinal, devemos nos questionar, qual é a diferença entre a descrição de visões de países imaginários (como é o caso das utopias do renascimento europeu) e a descrição de lugares concretos? A fronteira entre essas duas modalidades de descrição é tênue. Qualquer descrição de um lugar, ou de uma sociedade denominada concreta, será sempre uma perspectiva, um relato que nasce no olhar de um só indivíduo. Para qualquer pesquisa historiográfica, é um preceito básico nos lembrarmos que toda experiência do real se dá através de filtros sensoriais desenvolvidos e treinados culturalmente. Para Hilário Franco Júnior, *Entre uma sociedade concreta e uma sociedade imaginária não existem portanto fronteiras, e sim uma larga faixa de domínio comum* [59].

Para os homens de Portugal no século XVIII, certamente esta faixa de domínio comum entre as sociedades imaginárias e as reais era uma constante, que se configurava mesmo entre os membros da Real Academia de História. O seguinte discurso do Conde de Ericeira, na ocasião da recepção do brasileiro Alexandre de Gusmão[60] na referida academia, é um exemplo da presença deste substrato utópico na representação da América no século XVIII:

Parece que agora pode afirmar-se, que a América he a antiga Atlantide de Platão, ou a nova Atlantide de Bacon, pois pelo oceano Atlântico transplantou em europa um genio tão sublime que pode comparar-se com o mayor Filosofo dos seculos passados, e com o restaurador da filosofia nos ultimos tempos. Platão com os seus academicos formou a ideia de huma perfeita republica política; bacon com seus filosofos, (...) imaginou na sua atlantide uma perfeita republica literária...[61]

Esta declaração nos dá a dimensão de uma certa presença das utopias no imaginário destes homens ilustrados portugueses. Aqui, certamente, a referência à Atlântide compõe uma figura de retórica: serve para valorizar a presença de Gusmão, como gênio sublime produzido pela América.

---

[59] Franco Jr, Hilário. *Cocanha*. São Paulo: Cia das Letras. 2004. p. 11.
[60] Alexandre de Gusmão é uma figura importante, cuja trajetória e cujos escritos merecem uma breve apresentação. Ele pertenceu à chamada primeira geração de homens ilustrados que assume cargos de poder em Portugal. Além de hábil diplomata, era um excelente cartógrafo e humanista. Acompanhou pessoalmente várias expedições para a produção de mapas.
[61] In Cortesão, Jaime, *Obras Várias de Alexandre de Gusmão*. RJ: Instituto Rio Branco. 1950. p.44.

De qualquer forma, é interessante notar a simples presença da associação entre a América e o país utópico nos discursos da Academia de História. Na continuação de seu discurso, o conde de Ericeira constataria justamente que Gusmão, assim como Bacon, seria capaz de conceber, tanto para a América como para Portugal, um estado perfeito.[62]

Assim, há ainda uma camada de utopia que se inscreve sobre a América do século XVIII. Justamente esta camada se faz presente nos Roteiros amazônicos, cujas descrições tratam de países distantes, para leitores que dificilmente terão alguma imagem mental própria que corresponda àquela região. E, se por um lado, a natureza do norte do Brasil, tanto a amazônica quanto a das zonas de transição para o serrado e caatinga, oferece vários percalços ao viajante, por outro, é sem dúvida uma natureza que favorece o olhar utópico dos que sobem os rios.

Esta descrição das possibilidades de caça e pesca na Amazônia, presente na *Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência*, é um exemplo disso:

São estes Rios e Igarapés muito abundantes de peixes das qualidades que costumão a ver nelles como são Tucunarés, Iandiás, Acarás, Apayaris, Mandubês, Anojás, e Piramibas. Estas qualidades de peixes são bons, tem poucas espinhas e de bom gosto (...). Ha mais uma qualidade de peixe a que chamão Tamoatá o qual tem uma casca pelo feitio de unhas: he peixe que há em muita quaidade e é muito gostozo o maior é do comprimento de um palmo e há mais nestes sobreditos Rios, Irapés e nos lagos.

Ha outra qualidade de peixe a que chamão Peixe Boi, por ter o focinho semelhante ao do Boi, é este peixe muito gostozo assado, pondo-se antes em vinha-d'alho, e muita semilhança tem á carne de Porco, costumão fazer delle bastantes linguiças, que bem temperadas tem bom gosto.

Para as partes do Rio e Mapuhá ha bastantes arvores de Baunilha: tem todos estes Mattos, innumeraveis Porcos bravos a que chamão os Nacionaes Porcos do Matto, estando estes gordos é exellente carne e assada é melhor do que cozida, principalmente sendo ella assada da forma que os Nacionaes chamão de Moqué. Tem bastantes Antas, muitos

[62] O brasileiro Alexandre de Gusmão foi justamente quem – através de seus estudos cartográficos e manobras diplomáticas – teve uma participação fundamental na articulação do tratado de Madri.

Veados, muitas Pacas, e muitas cutias: tem muitas Aves, como são Mutuns, uns são pretos e outros pintados, a estes chamam Mutuns Penimas, Há bastantes Jacus, e Nambus, Sururinas, todas de bom comer, e tem outras muitas qualidades de Aves.[63]

Este relato – um referencial descritivo bastante próximo das descrições da paisagem amazônica que ainda hoje povoam nossa imaginação – traz elementos importantes deste substrato utópico a que nos referimos. O primeiro é a fartura absoluta de proteína (que o autor descreve de forma enfática), a mesma fartura alimentar tão enfatizada no próprio mito da Cocanha, muito difundido na Europa desde a baixa Idade Média. Entre os animais, temos – a exemplo da descrição de Raleigh de peixes com escamas de ouro – exemplares curiosos de peixes, com pelos e unhas. Mas uma característica desta descrição que podemos ressaltar nesta direção utópica é a presença constante do porco: o peixe-boi tem a carne semelhante ao porco, animal tão familiar ao europeu e que, além disso, pode ser posto em vinhas d'alho e preparado à moda portuguesa. Os porcos selvagens correm nos matos e também apresentam excelentes carnes (cujo modo de preparo, no moquém, foi ensinado ao português pelos homens que vivem nas terras fartas). Faz-se presente, novamente, a utopia do reconhecimento dos sabores europeus, como a identificação do gosto do porco nas carnes exóticas. O gosto, aliás, é o grande referencial desta descrição, uma espécie de paisagem dos sabores amazônicos. O autor se esmera em descrever os mais diferentes animais sempre a partir da perspectiva de seu sabor, mostrando que já havia provado de todos. Era um glutão das selvas.

3.5 Os rios dos índios

Devemos ressaltar, ainda, com relação ao relato da *Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência*, a presença dos "nacionais", que são descritos como os homens que vivem em meio a esta fartura de caça, que sabem como preparar as carnes e ensinam o viajante a prepará-las no "moquém".

---

[63]Anônimo.*Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas.* Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I, 1906, p 296.

Os índios participam de forma intensa no processo de constituição de um conhecimento, por parte dos colonizadores, sobre os animais brasileiros. E, além da herança deste saber vinculado à caça e ao preparo das carnes, há uma herança importante de saberes índios no campo da navegação e do conhecimento dos rios. Sem os índios, não haveria como extrair dos vastos sertões da colônia as suas produções. O autor *Roteiro do Maranhão* é enfático ao tecer esta relação entre os saberes indígenas sobre a navegação e a floresta:

Os gêneros, e drogas que a natureza liberalmente produz nos Sertões desta Capitania sem os auxilios da industria, sendo huma das suas mais consideraveis vantagens, forão tambem no modo, com que se adquirirão outra nova rasão para nos confirmarmos no mesmo conhecimento.

A Canoas, que fazião a extração ou Commercio destas admiraveis producções sahião quasi todas da Capitania servidas, e navegadas por Indios, os únicos capazes deste trabalho, tanto pela esperiencia, que tinhão da navegação como pelo conhecimento das matas dos mesmos gêneros, e lugares, em que elles se produzião. Estas Canoas, ou hião logo providas de mantimentos necessários, ou delles se provião em algumas Povoações de Indios a troco de quinquilharias, e outras mercadorias de pouco valor, e algumas inuteis e prejudiciaes, como o Tabaco e as Agoas-ardentes.[64]

As matas e a paisagem que domina o curso dos rios têm, no *Roteiro do Maranhão*, uma conotação semelhante àquela que observamos no texto da *Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência.* Aqui também se fala de uma abundância de gêneros que a natureza produz sem auxilio da indústria. Porém, o autor anônimo deixa claro que só os índios eram capazes de extrair tais gêneros. Sem os índios e suas canoas, a abundância dos sertões permaneceria inacessível aos colonizadores.

Os índios eram os únicos capazes da navegação das canoas necessárias para a entrada nos sertões. Este sistema de navegação empregando índios fazia com que os colonizadores conseguissem garantir algum tipo de comércio no Maranhão do século XVIII.

---

[64] P. 146.

Mas é importante analisarmos ainda a parte final do trecho acima citado, onde o autor anônimo descreve a troca entre mantimentos e quinquilharias nos povoados de índios. Outros textos fazem referência à obtenção de gêneros dos sertões mediante pagamentos em aguardente. Há, nestes discursos, uma caracterização dupla dos índios: por um lado, seus saberes são fundamentais para a navegação, conhecimento dos rios e dos sertões; por outro lado, são homens que trocam estes importantes saberes, e seus produtos, por coisas de pouco valor, sendo por esse motivo retratados como desprovidos de inteligência e racionalidade.

De qualquer modo, há em algumas partes do texto anônimo do *Roteiro do Maranhão* uma caracterização positiva da participação dos índios na empresa da navegação dos rios. São seus personagens centrais, levando e trazendo as mais diferentes coisas em suas canoas, tão adaptadas aos rios brasileiros. No entanto, a presença do índio na paisagem fluvial nem sempre tem uma conotação positiva.

Há tanto os índios que colaboram com a navegação, quanto aqueles que a dificultam ao máximo. Contra estes índios, a colonização se insurge nas guerras da Amazônia do período pombalino, tema que analisaremos de forma detalhada no capítulo "índios". Muitas vezes, as canoas indígenas aparecem nestes roteiros sinalizando o medo e a luta iminente. Podemos constatar, em diferentes textos analisados, que há uma relação dual com os povos da floresta. A colonização da Amazônia dependia visceralmente da incorporação de seus saberes para funcionar. Sua presença, no entanto, é encarada muitas vezes de maneira negativa, principalmente quando se tratava de etnias contra as quais a colônia declarava guerra. Dificilmente era possível o colonizador reconhecer, à distância, a qual tribo pertenciam os índios que vinham em uma canoa. Por isso, sua presença na paisagem fluvial causa apreensão, em vários casos.

Mas, vale lembrar, também costumava sempre haver índios dentro das canoas navegadas por portugueses. Estes índios muitas vezes eram especialistas na observação da paisagem fluvial e na decifração das canoas que vinham ao longe. A presença dos índios práticos, conhecedores dos caminhos fluviais, é fundamental nas navegações em canoas. Praticamente todos os Roteiros descrevem a presença dos índios dentro das canoas, e nas margens dos rios.

Os portugueses herdam, pouco a pouco, este conhecimento prático dos índios acerca da navegação dos rios, das melhores formas de se atravessarem cachoeiras, da arte de construção de canoas, assim como herdam também os nomes dos rios. Estes nomes descrevem, muitas vezes, características que os próprios índios atribuem aos rios, identificando uma personalidade por vezes relacionada ao todo, ou a partes dos rios. Muitos autores de Roteiros se interessam pela compreensão dos nomes, como se pode ver no caso seguinte, retirado de um fragmento da *Viagem das Amazonas e Rio Negro:*

*O vento nem sempre favorece a viagem, as trovoadas são ás vezes repetidas porem raro será o dia em que não se encontrem canaes de ilhas chegados á terra e riachos onde possão pernoitar as Canoas, motivo porque farei menção ainda que confusa de todos os riachos e lagos consideraveis que desembocão no Solimões de uma ou outra parte, para que sendo necessario se possão procurar, passando o rio de Manacupura se seque na mesma margem o lugar que esteve situada a antiga aldêa de Guajarutuba, ha na enseada superior uma correnteza a que chamão os indios – **Juruparipindá -- e vale o mesmo que anzol do demônio.***[65]

Aidéia do anzol como caracterização da correnteza acaba sendo incorporada na palavra escrita pelo viajante português neste outro texto anônimo do fim do século XVIII. Anzol do demônio nos dá a idéia perfeita do rio que se enrosca na embarcação, que segura o viajante na perigosa correnteza[66]. Trata-se de um nome que já contém em si a narrativa de uma situação de perigo a ele associada, e justamente por isso sua tradução se faz importante pelo autor de *Viagem das Amazonas e Rio Negro.*

Assim, juntamente com esta incorporação dos nomes indígenas, as lendas fluviais dos índios vão sendo também incorporadas nos Roteiros de viagens portugueses. Constituem-se novas mitologias fluviais em terras brasileiras.

3.6 O rio rebelde e a loucura dos viajantes

[65] Anônimo. *Viagem das Amazonas e Rio Negro.* Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I, 1906, p 277.
[66] No mesmo texto vemos também casos em que os portugueses se valem de nomes indígenas para dar nomes aos rios, como é o caso do rio Içá (citado na p. 279), cujo nome, atribuído aos portugueses, significa Macaco de Boca Preta, que fora atribuído ao rio não pela existência de macacos, mas sim de gentios de boca preta.

Tanto no texto de Raleigh, quanto em diferentes roteiros amazônicos do século XVIII, vemos uma estrutura de texto semelhante, uma narrativa de viagem na qual, para chegar às terras dóceis e fartas – e principalmente às minas de ouro – o viajante deve percorrer uma espécie de calvário aquático. No caso da descrição de Raleigh, estes percalços do caminho integrariam a própria perspectiva mítica do percurso pelo rio. Para Schama:

Como todos os grandes mitos poéticos, o de Raleigh estabeleceu os passos da viagem. Primeiro, a via bloqueada; depois (passo 2), o traiçoeiro desvio. Sobrevivendo a tais tormentos o grupo de cavaleiros chega (passo 3) às portas da Arcádia tropical e é brindado com a hospitalidade dos nativos. Mas não estão diante da cidade de Ouro que apenas vislumbram (passo 4) através das cachoeiras intransponíveis, quando a água que jorra os leva de volta a seu ponto de partida, apoderando-se dos talismãs de sua procura: os nacos reluzentes de espanto.

Ou é o que diria a crítica literária estruturalista. No mundo de Raleigh, estrangulado pela vegetação, inchado até a monstruosidade, eroticamente lubrificado, diáfano, flutuante, as coisas são mais prodigiosas. E o que os descobridores imediatamente verificam é que o grande rio não está ali para que eles o peguem. Ao contrário, é o rio que os pega. [67]

O que Schama aponta é que a estrutura de texto que Raleigh utiliza em sua narrativa corresponde em boa medida à viagem de Ulisses[68]. Corresponde também à estrutura de *Os Lusíadas*, obra na qual, após a passagem pelos percalços do mar, e após entregar-se totalmente a ele, Vasco da Gama encontra a máquina do mundo. O percalço é parte fundamental do trajeto. E não por acaso os percalços naturais aparecem sempre ressaltados nos Roteiros de viagem. A foz dos grandes rios, a exemplo da descrição da foz do Orenoco pelo viajante inglês, é sempre uma terra em movimento, alagadiça, sujeita às marés equatoriais. O rio se mostra, via de regra, rebelde com relação à entrada em seu leito pelos

[67] Schama, Simon. *Op. cit.*, p. 316.
[68] Na *Odisséia*, Homero narra justamente a viagem de Ulisses, com todos os percalços que o herói enfrenta antes do seu regresso a Ítaca, sua terra natal. Entre os mais célebres percalços, estão as Sereias, os Ciclopes, e mesmo a passagem pela terra dos comedores de Lótus.

colonizadores, e só a persistência extrema possibilita o conhecimento de seu trajeto. O homem, para sobreviver ao rio e nele adentrar, tem muitas vezes de se barbarizar. No *Relato do governador e Cap. General do Pará e Rio Negro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre as diligências feitas pelo comandante e tenente de Mar José Rodrigues Torres pela costa de Marajó* (de 1795),[69] encontramos uma interessante narrativa das dificuldades extremas que um experiente piloto encontra para exercer a navegação na ilha de Marajó e na foz de outros rios na margem esquerda do Amazonas:

he certo que aquella Navegação he extremamente perigoza e trabalhoza não só pellas ventanias, mares e correntes senão pellos seus muitos baixos e ilhas, e mais que tudo pello parcel que a acompanha tanto ao largo que a tres legoas de distancia do cabo do norte esteve o bergatin em brassa e meia d'agua na baixa mar segundo me partecipou o referido comandante, e teria perigado senão lhe bastassem sete a oito pés para nadar.

Isto mesmo socede no cassipure e Oyapoko como V. Exa verá das cartas que levantou ultimamente o habil piloto José Lopes, pellas quaes se mostrou ser bem dificil a entrada no dito Rio (Araguari) ao mesmo bergatim. (...) Elle serve há quasi tres annos desde que o seo desenbarcar do navio da praça em que estava para este bergatin quando se armou como dei conta a V. Exa neste espaço de tempo tem andado em effectivo reconhecimento de todos os rios daquella costa pellas quaes tem formado as cartas que tenho remetido a V. Exa, tem andado como qualquer soldado em montarias a pé pellos mattos despido atravessando Igarapés e lagos, e até teve já huma perigoza alagação em que poude salvar a vida mas perdeu tudo na costa de Joannes (...)[70]

Para conseguir produzir informações geográficas confiáveis para a coroa, o piloto passa por um naufrágio, percorrendo a pé, por três anos, a foz do rio Araguari, próxima à foz do Amazonas, indo até o Oiapoque. Aqui, o tema dos naufrágios surge novamente na paisagem fluvial-marítima da ilha de Marajó, na figura do piloto que *pode salvar a vida,*

[69] Doc. Ms. 8285 Cap. do Pará, Proj. Resgate-Barão do Rio Branco.

[70] In: *Relato do governador e Cap. General do Pará e Rio Negro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre as diligências feitas pelo comandante e tenente de Mar José Rodrigues Torres pela costa de Marajó.(1795).* Doc. Ms. 8285 – Cap. do Pará, Proj. Resgate.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

mas perdeu tudo na costa de Joannes. Segundo Angélica Madeira, há, nos relatos de naufrágios, regularidades impressionantes que permitem tratá-los como um conjunto esteticamente elaborado: *Todos apresentam, grosso modo, três seqüências que correspondem a fases da viagem marítima, a saber, a partida, o naufrágio e a perdição dos sobreviventes* (cf.p.30).

Aqui a narrativa que se segue à passagem selecionada acima trata justamente desta terceira fase, dando ênfase às dificuldades que o piloto encontra para sobreviver. Este relato de naufrágio torna-se ainda mais heróico, uma vez que o empenho do piloto não é o de buscar ouro – assim como não o é o do *Roteiro do Maranhão*, mas sim o de proteger a possessão portuguesa do Rio Amazonas, através de um mapeamento minucioso de sua foz, da ilha de Marajó e dos rios que terminam onde hoje é o estado do Amapá. É pela coroa, a serviço da Rainha (D. Maria I), que este homem se sacrifica. Esta narrativa citada acima, produzida não pelo piloto, mas por seu superior – o Governador – é enfática ao descrever seus sacrifícios.

A imagem do piloto que anda despido, atravessando igarapés e lagos, é um exemplo deste discurso que ressalta a dificuldade e os obstáculos impostos à navegação na foz do grande rio. O piloto torna-se praticamente um selvagem e ao mesmo tempo um herói. Nesta descrição do português instruído (hábil piloto) que se despe, que desce de sua embarcação e anda a pé pelos matos, há uma possível associação com uma espécie de loucura característica do homem que não desiste, que não se deixa vencer pela natureza e continua em sua missão até a última de suas forças.[71]

Não pretendemos sugerir, de forma alguma, que tais dificuldades narradas no relato acima sejam produto do imaginário do viajante. Sem dúvida, as narrativas de dificuldades de navegação, principalmente quando se fala da costa da ilha de Marajó[72], correspondem a experiências vividas, têm fundamentos práticos. O que nos interessa, no entanto, é que a

[71] Loucura do mesmo tipo foi interpretada no cinema por Klaus Kinski, no papel de Dom Lope de Aguirre, no filme "Aguirre, a Cólera dos Deuses", de W. Herzog (1972).

[72] No *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as ultimas povoações dos dominios Portuguezes em Amazonas e Rio Negro*, temos uma importante descrição das dificuldades da navegação na foz do rio Amazonas: *Para fazer a viagem ao largo e por fora de todas as ilhas pelo meio da Bahia do Marajó até Pedro Furtado se carece de Canoa grande e segura e de Piloto experimentado por ser aquella Bahia prolongada, larga e ter correntes, marezias, grandes baixas, e muitas ilhas que fazem duvidar o verdadeiro caminho* — Roteiro Anônimo. In RIHGB, 1906,p. 285.

narrativa de tais dificuldades tem uma função dentro da estrutura narrativa dos Roteiros e relatos de viagem, como vemos no caso acima.

Após as descrições que correspondem à árdua etapa da navegação da foz do rio, temos as descrições da navegação nos leitos dos rios. Vale ressaltar que praticamente todos os textos analisados vêem o rio a partir de sua foz, sempre na contracorrente. Após as etapas de entrada nos leitos, teremos então, nos roteiros de rios do norte do Brasil, as descrições da navegação em rios enormes, cobertos por largas matas. No *Roteiro do Maranhão,* segue-se a navegação do rio Itapecuru, não tão grande, mas sujeito a um clima áspero semelhante. A navegação desse rio apresenta diversos percalços, com algumas partes do trajeto realizadas por terra até atingir o Parnaíba e depois o Tocantins. De modo geral, podemos dizer que a etapa de transposição dos rios nestas narrativas é penosa, e definitivamente não pertence a todos os viajantes. Em todos os Roteiros, sem exceção, encontramos diferentes dificuldades, sendo as cachoeiras sempre as maiores delas.

O rio que leva ao ouro também pode ser a fonte da desgraça, e muitas vezes da loucura dos que o navegam. No relato de Raleigh, os viajantes ficam praticamente loucos com o calor insuportável do Orenoco, que faz com que suas roupas de lã inglesa grudem na pele. Também os mosquitos, a vegetação sufocante, os animais agressivos, são elementos que tiram a sanidade mental dos viajantes.

As histórias de homens que perdem a sanidade nas águas fazem parte das histórias de cada rio. Os roteiros de viagem estão recheados com exemplos de homens que sucumbem aos percalços quase intransponíveis de sua navegação. No caso do *Roteiro do Maranhão,* registra-se um interessante caso de loucura:

Sendo Governador do Maranhão Gonçalo Pereira, quis continuar a navegação do Rio Itapecuru até a freguezia de Pastos Bons ; e decendo para este fim Vicente Diogo da ditta freguesia de Pastos Bons em Balsas já carregadas de couros, que costumava extrair por terra da ditta freguezia para as Fabricas de Atanados da Cidade de S. Luiz; além da enfelicidade, que teve de perder no mesmo Rio quanto transportava, perdeu também seu pouco juizo enfurecendo-se de maneira contra hum filho seu, o qual o acompanhava, que o obrigou a fugir para as matas, onde se suppoem haver miseravelmente perecido.[73]

[73] R.M.p. 67.

Os homens tentavam transformar o rio em uma rota comercial, transportar couro (e ouro) em suas águas. Mas o rio não se deixa navegar, mostra-se rebelde ao império. A rebeldia do rio acarreta a loucura dos homens. Como exemplo desta loucura, temos a descrição do homem que perde tudo nas águas do rio, se enfurece com seu filho que foge para o mato, onde provavelmente morre. No naufrágio, o homem perde, além de seu filho, também sua sanidade mental. Este evento ocorre cerca de três ou quatro décadas antes de o autor anônimo empreender sua viagem, mas a memória da loucura permanece, como que atrelada ao rio. Os rios, assim, no olhar feito da projeção contínua dos humanos, adquirem personalidade, adquirem vontades. E, de modo geral, a vontade de um rio é não ser penetrado.

O autor do *Roteiro do Maranhão*, com sua perspectiva utilitária e pragmática, luta contra a rebeldia do rio; sabe que o rio deve ser vencido, utilizado a favor da colonização. Vale-se, no Roteiro, do mito do rio rebelde, para depois argumentar contra o próprio mito:

Este trágico sucesso, o qual tavez fizesse dezanimar na execução de hum projeto tão interessante foi pelo que respeita ao naufrágio repetidas vezes visto na mesma navegação do Rio Itapecurú desde sua foz até aos Aldeas Altas em quanto o necessario conhecimento, ainda que adquirido com funestas e casuaes expiriencias, não segurou a ditta navegação parecendo hoje na verdade incrivel, que seu culpavel descuido, e sem se deixar, como de proposito hir por agoa abaixo só abandonando ao acaso como fez Vicente Diogo se houvesse de correr perigo em Cachoeiras, ou ressaltos, cujos effeitos, nem se conhecem quando o Rio vai cheio, nem são tão impetuosos, quando vai baixo, que não sofrão levarem os remeiros por dentro do mesmo Rio, as canoas, as mãos. (p. 67)

A rebeldia do rio parece estar em vantagem no século XVIII. Ainda que o autor anônimo se utilize de toda sua retórica racional em favor de seu projeto de comércio que passa pelas águas do Itapecuru, ele se vê obrigado a incorporar à sua narrativa os motivos que impedem, até aquele momento, a navegação de tal rio. O autor faz no texto um interessante jogo de palavras, dizendo que esse projeto de navegação do rio tem, até aquele momento, ido por água abaixo, graças aos descuidos e sucessivos naufrágios que nele

ocorrem. Ou seja, até a data na qual o autor escreve, o rio tem vencido o duelo contra o império.

Além das narrativas presentes em outros roteiros de viagem que intercalamos à narrativa do *Roteiro do Maranhão*, há, sobre o norte do Brasil na metade do século XVIII, um precioso conjunto de documentos, que são as cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para seu irmão, o Conde de Oeiras. Muitas dessas cartas foram produzidas em meio à famosa expedição de demarcação das fronteiras com a coroa espanhola, no alto Rio Negro, durante a qual até mesmo o governador se depara com a loucura e a deserção dos homens:

74ª Carta:

Ilmo e Exmo Sr. Meu irmão do meu coração: Já avisei a V. Exa. de que era impossível o poder achar as muitas canoas que são precisas para esta expedição das demarcações, nos moradores, e que não havia outro remédio mais do que manda-las fabricar por conta da fazenda real (...)

Porém, quando se devera adiantar a proporção da necessidade que há destas embarcações, foram fugindo dela todos os que constam na relação inclusa, que não são menos de 65 oficiais que fizeram na mesma fabrica sensibilissima falta que V. Exa. bem pode compreender (...)

Faltando nela este grande numero de oficiais, já V. Exa vê a desordem e a falta que fariam na construtura as embarcações, de que tanto necessita para esta expedição.

(...) Agora me vejo no maior apêrto que é possível por falta de farinhas, porque, sem embaraço das ordens expressas que passei às Religiões, para que nas aldeias as tivessem prontas, lhes não obedeceram, antes pelo contrário, em algumas fizeram um monopólio delas e as têm vendido por excessivos preços a quem a eles lhes pareceu. [74]

O trauma da expedição de 1754 de Mendonça Furtado torna-se presença constante no imaginário dos homens empenhados na demarcação dos limites lusitanos e nas descobertas do ouro a serviço da corte. Cerca de vinte e cinco anos depois, temos no *Oficio do comissário interino das demarcações dos limites – João Pereira Caldas, para o*

[74] Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. cit.* 2°. tomo, p 55/4.

secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre as preocupações de sua viagem ao Rio Negro, pelos abusos dos espanhóis nos rios Madeira, Solimões e Negro, impedindo as comunicações com as minas do Mato Grosso referências à fome experimentada pela expedição de Mendonça Furtado:

"Na passada expedição, posto que dessa corte vierão largas assistencias, se não deixou, contudo, de experimentar muita falta e bastante fome, e estes dous motivos he bem contam constante que forão a cauza do horrorozo levante e das grandes dezordens, que então naquelle arrayal do Rio Negro acontecerão: A repetição pois de tais sucessos, persuadem a razão e a prudencia de se evitarem, facilitando-se a tempo os correspondentes meyos de assim se prevenirem, e acautelarem e em fazer a V. Exa. estas verdadeiras e zelozas ponderações (...)[75]

A fome, a carência dos mais diversos gêneros e o perigo de levantes ocasionados pelo estado de insanidade dos homens famintos permanecem como um temor constante que assombra todas as expedições pela Amazônia do século XVIII. Qualquer empreitada de subida do rio exigia de seus organizadores cálculos minuciosos, para ser bem sucedida.

Subir o rio, como se vê, não é uma tarefa fácil. São sempre pouquíssimos homens que conseguem chegar ao objetivo, as nascentes. Os homens que conseguem subir os rios, mesmo não encontrando o ouro nem as terras maravilhosas, aparecem como espécie de heróis, nos Roteiros. Ainda que autores a serviço da coroa, como é o caso do anônimo autor do *Roteiro do Maranhão*, repudiem os bandeirantes e suas práticas (como analisaremos adiante), há sempre, nos Roteiros do século XVIII, menção aos primeiros navegadores dos rios, aos homens que teriam conseguido empreender missões incríveis. *No Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra em 1799*[76], temos um interessante relato de um sertanista que havia subido todo o

[75] Documentos referentes ao Pará no Arquivo Público Ultramarino – Proj. Resgate. Doc Ms. 6960 – 1780 – *Ofício do comissário interino das demarcações dos limites – João Pereira Caldas, para o secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre as preocupações de sua viagem ao Rio Negro, pelos abusos dos espanhóis nos rios Madeira, Solimões e Negro, impedindo as comunicações com as minas do Mato Grosso.*

trajeto do rio Paraguai, chegando à serra dos Parecis, onde se encontram as nascentes da bacia do Paraguai e do Tapajós-Amazonas. Nessa serra, o sertanista pula das nascentes de um rio para as nascentes do outro, que começa a descer a favor da corrente, encontrando neste sentido obstáculos tão grandes como aqueles encontrados na contracorrente:

O mais notável dos rios que nascem nas serras dos Parecis é o Sumidouro, cujas nascentes são oppostas ao rio Sipotuba, que corre ao sul por 60 leguas até entrar no Paraguay em 25 ° 50`. O célebre sertanista João de Souza de Azevedo, sargento mor, navegou no Paraguay acima, entrou no Sipotuba, passou as canoas por terra para uma das cabeceiras do Sumidouro, cortando as arvores da mataria que havia de permeio, e pelo Sumidouro desceu ao Arinos, e d'este pelo Tapajós navegou até o Amazonas. [77]

O homem que chega às nascentes consegue agora se valer da força do rio a seu favor, é impelido pela pulsão das águas a favor de seu retorno (seja para o ponto de origem, seja para um outro destino, como é o caso aqui). Mas, mesmo na descida, é preciso vencer obstáculos impressionantes e se entregar ao rio; neste caso, ao sumidouro.

Fosse qual fosse o resultado da viajem, subir o rio era a grande tarefa a ser empreendida por estes homens. Em busca de ouro, em busca de índios, em busca de terras mágicas, ou simplesmente em busca do conhecimento. A própria missão de subir o rio aparece com diversos propósitos nos roteiros do século XVIII, e da nossa perspectiva pode ser interpretada como uma tarefa mitológica, como uma jornada do próprio ser humano em busca da sua nascente. Esta chave interpretativa está presente na obra de Simon Schama, justamente na análise que faz de outra obra de Sir Walter Raleigh, a monumental *História do Mundo*, cujos oito volumes efetivamente publicados teriam chegado apenas ao ano de 168 a.C. Esta obra era uma história do Éden, uma história hidráulica da humanidade.

Parece que, entre o Tâmisa e o Orenoco, ele finalmente compreendeu como as águas do Éden fluíram através da história, através do território da humanidade; como irrigaram impérios e tragaram suas ruínas. Entendeu também a diferença essencial entre a

[77] Serra, Ricardo Franco de Almeida. *Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra em 1799.* Revista IHGB, Segunda Serie – Tomo II, 1847, p. 9.

circulação dos rios na natureza, correndo para o mar e dali voltando à nascente, e o fluxo da história, onde os cursos eram irreversivelmente lineares. A civilização, escreveu ele, seguia a jusante, afastando-se da fonte edênica, de modo que, à medida que se tornava menos inocente e mais sujeita às marés, a densidade populacional e a grandiosidade do Estado naturalmente aumentava. Assim foi com a Babilônia, com Nínive, e o Egito.

Subir o rio, a duras penas, equivalia a perseguir um mistério sagrado: a voltar atrás no tempo, rumo a uma espécie de renascimento edênico. Nessa analogia entre a corrente sangüínea do corpo e a circulação hídrica do mundo, tal viagem conduziria à própria matéria.[78]

O fascínio de Raleigh era justamente ir na direção inversa à da civilização, rumo à pulsão incivilizada, ao seu caráter primordial. Subir o rio era ir no fluxo inverso ao da história. Quanto mais se entrava rio adentro, mais se entrava história adentro. A nascente representa o ponto anterior à história, anterior mesmo à fala. Representa a pulsão de vida pura e simples, a primeira pulsão humana.

Subir o rio: a grande obsessão dos viajantes, que se entregavam às jornadas mais insólitas, de meses, por vezes anos. Quanto tempo teria levado o sertanista citado acima para subir todo o rio Paraguai, chegar às suas nascentes e tomar um outro rio a favor de sua correnteza, entregando-se ao sumidouro e chegando ao Amazonas? Este, certamente, é um trajeto para mais de um ano. Textos como o *Roteiro do Maranhão* e o *Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará,* mesmo sendo textos burocráticos, principalmente nas suas descrições, deixam entrever esta obsessão fluvial, este desejo de entrega à navegação do rio, ao seu conhecimento como trajeto de auto-conhecimento.

[76] Schama, Simon. *Op. cit,* p. 321.

CAPÍTULO IV

As florestas amenas e o mato áspero e trabalhoso

4.1 Mato áspero e trabalhoso

Nas narrativas de Roteiros de viagens que seguem a forma clássica do gênero, ou seja, a forma dos os Roteiros que se concentram na descrição das etapas de viagens nos rios da Amazônia, notamos que as descrições das matas (ou da paisagem vegetal que corresponda ao trajeto) não ocupam o mesmo lugar de destaque dado aos rios. Tais descrições, no entanto, não se fazem ausentes. Talvez, diante da minúcia com que os autores descrevem os rios e todas as formas de águas, as narrativas das matas em tais textos apareçam em segundo plano. As águas constituem o elemento da natureza que ocupa, por excelência, o centro dessas narrativas. Mas se nesse período os Roteiros não preenchem suas páginas com imagens da mata, outros importantes textos correlatos, como as viagens filosóficas, o fazem.

No entanto, a presença de algumas descrições das matas e das paisagens que os viajantes encontram em seu percurso, ainda que esparsa, tem um significado importante. A paisagem, que agora começa a ocupar seu lugar nos Roteiros que aqui analisamos, o faz a partir de uma função especial: a de criar uma visualização da terra Amazônica em Portugal; a de permitir que o leitor dos Roteiros possa constituir também uma imaginação das margens dos rios, com suas florestas ou campos, assim como das pequenas cidades e das eventuais plantações. Esta tarefa, que será complementada principalmente através da iconografia que as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira oferecem à corte, já havia sido iniciada muito antes. Desde a carta de Caminha, os portugueses iniciam sua empreitada descritiva das florestas brasileiras. Mas é só no final do século XVIII que esta descrição da paisagem adquire novos sentidos, dentro da nova lógica que guia os saberes daquele século. E estes novos sentidos da paisagem estão já presentes em muitos Roteiros que selecionamos para nossa pesquisa.

No *Roteiro do Maranhão*, as considerações sobre matas ou plantas isoladas aparecem de três maneiras. Em primeiro lugar, aparece a mata como moldura do rio:

menções a sua densidade ou a sua ausência (a campina) nas margens do trajeto navegado, menções às características da mata e às dificuldades por ela impostas ao percurso. Em segundo lugar, tem-se a descrição das árvores ou de outros vegetais de acordo com sua utilidade para o viajante e para a colonização. Este segundo tipo de descrição é bastante recorrente nos outros textos de Roteiros de viagem que utilizamos em nossa pesquisa. Uma terceira forma de menção às matas é a crítica ao mau uso destas pelos colonos; uma crítica, portanto, à irracionalidade do uso dos recursos naturais, que já aflora neste texto.

Quanto ao primeiro tipo de descrição da mata, sempre vista a partir do rio, temos bons exemplos nestas passagens do texto anônimo:

Par. 22

As margens do Rio Itapecuru subindo-se por elle até a Cachoeira grande, são por huma e outra parte cobertas de muito grossa e densa matta.[1]

Par. 26

Das Aldeas Altas para a Freguesia de Pastos Bons, principia outra vez a mesma mata por huma e outra parte totalmente inculta desde a fazenda do seco, trez legoas acima do lugar de Trezedelas, até a mesma freguezia.[2]

Mata inculta é a mata virgem, desconhecida. A mata cerca o rio, sufoca a paisagem do viajante, que tem pouco domínio sobre as margens. Na verdade, as grossas matas podem constituir um importante entrave à colonização das margens dos rios amazônicos, principalmente para uma colonização nos padrões esperados pelo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*:

A Capitania do Pará he toda regada de muitos e caudalozos Rios, cujas margens se dilatão em grandes matas; nellas, como temos dito, não se pode facilmente estabelecer a creação de gados. [3]

[1] RM, p. 68.
[2] RM, p. 68.
[3] RM, p.143.

As grandes matas inviabilizam o gado, inviabilizam uma série de formas tradicionais de colonização. As matas dificultam qualquer trajeto por terra, ainda mais na floresta amazônica, onde a topografia geralmente plana do terreno faz com que o viajante, que desconhece a região, perca facilmente o referencial ao sair do leito do rio e adentrar a mata. Poucos viajantes se dispunham a atravessar os labirintos de grossos troncos sobre o terreno plano. A mata esconde, entre troncos e cipós, os mais variados perigos, como índios prontos para o ataque, ou cobras prontas para dar o bote. Assim, para os homens do século XVIII, o trajeto fluvial era sempre a melhor opção de viajem. E, mesmo sem sair dos rios, nas épocas de cheias, as matas inundáveis tornam-se parte do próprio rio, e é possível perder-se mesmo dentro das canoas, nos igarapés.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando chega ao Maranhão para assumir o governo da Capitania do Grão-Pará e Maranhão em 1751, resolve fazer o trajeto de São Luis a Belém por terra, para conhecer os sertões que iria então governar. O primeiro contato do governador com o universo das matas e sertões que seriam por ele governados se dá nesta viagem. A escabrosidade da viagem faz com que o governador adoeça já em seu primeiro contato com a floresta.[4] Entre as narrativas que envolvem viagens pelas florestas úmidas e quentes do norte do Brasil, os relatos de doenças são freqüentes, ao lado dos relatos de ataques de índios, cobras, ou até mesmo formigas.

No *Roteiro do Maranhão*, temos uma importante narrativa das dificuldades oferecidas pela mata para o estabelecimento do caminho por terra entre São Luis e Belém – justamente o caminho percorrido por Mendonça Furtado:

No anno de 1767 para 68 principiando a Capitania do Pará a sentir grande dificuldade na sua subsistencia pela falta de Gados, procurou-se remedia-la introduzindo-os no Maranhão, e Piauhi, tanto por terra como por mar, e parecendo ambas estas vias dificultosas. (1)

(nota 1) Difficultosa a de terra, porque entrando-se nella do Maranhão, nos campos do Maracu, alem de ser perciso atravessar toda a matta que corre até o Rio Guamá, sem mais Povoações, que a de Toriaçu ultima do Maranhão, Gorupi, primeira do

[4] Cf. Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina: Correspondência inédita dp Governador e Capitão General do estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado –1751-1759.* Rio de Janeiro, Ed. IHGB, 1958. p. 88.

Pará (...) como porque a estrada, nem se achava aberta, mas antes occupada com grandes troncos de arvores, que com os ventos e inundações cahem da mesma mata, que a cobre; nem poderião passar por ella numerosas boyadas (...)

Evaristo Rodrigues, natural de Pernambuco foi mandado do Pará abrir a estrada de terra, e introduzir por ella gados, como tinha promettido: com effeito depois de a desembaraçar dos troncos, e arvoredos, chegou a introduzir algumas rezes creadas da parte de Leste do Maranhão, a que se seguirão outras da Capitania do Piauhi; mas como subsistem todos os mais obstaculos das inundações, e falta de porto, e subsistirão de novo tambem os mesmos que a elle removem pela facilidade com que costumão cahir das matas as mesmas arvores, e madeiros, nunca esta estrada se fará praticavel em quanto a dita mata não for por toda ella povoada.

O referido trajeto entre São Luís e Belém passa por uma zona de transição entre os biomas do serrado e da floresta amazônica. Na floresta, os grandes troncos de árvores derrubadas pelo vento, muitas vezes a partir da raiz, formam verdadeiras paredes naturais que se interpunham entre os viajantes e seu objetivo. O trabalho hercúleo de remoção de tais obstáculos naturais, feito por Evaristo Rodrigues, a serviço da coroa, certamente teve uma duração limitada pela falta de manutenção da trilha, que se deve justamente à falta de habitantes, apontada pelo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*. Mais uma vez, o povoamento é apontado como única saída, contra a persistência da floresta que no seu movimento de queda e crescimento insistia em tornar o caminho impraticável.

Assim, a floresta aparece de modo geral nos Roteiros de viagens como grande obstáculo aos caminhos terrestres. Na obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que produz uma importante série de textos sobre a Amazônia no fim do século XVIII, temos outro exemplo desta perspectiva sobre a mata. Em seus relatos predominam as descrições da natureza da forma como devem constar nas chamadas viagens filosóficas, importante gênero correlato dos Roteiros de viagens. No entanto, nem todos os textos de Alexandre R. Ferreira correspondem estritamente ao modelo de viagem filosófica. Ele também produziu Roteiros e narrativas de viagem onde predomina a descrição do trajeto e das experiências do autor.

Há uma breve narrativa deste naturalista, intitulada *Viagem à Gruta das Onças*, na qual ele retoma as características básicas dos relatos de viagens e roteiros: descreve o percurso feito em direção a uma gruta, nos sertões de Cuiabá. É claro que uma vez chegando à gruta, o naturalista mede e analisa minuciosamente uma série de elementos de interesse científico, retomando os princípios da história natural. Mas, na parte do texto em que narra o trajeto para a gruta, temos um excelente exemplo desta descrição das dificuldades que a floresta impõe ao viajante:

Depois de ter marchado a pé, como disse, boas onze léguas de mato aspero e trabalhoso, forçando a minha constituição a supportar aquellas fadigas, com que ella já hoje não se atreve: depois de na referida gruta me haver demorado a examina-la em jejum, desde as seis até as dez horas da manhã de 19; o que então não pude fazer de outro modo, senão mettido na agua até aos joelhos: e depois de se me molhar todo o corpo e roupa que trazia, por ocasião de uma subita trovoada com friagem, que n' essa mesma noite nos sobreveio, não tendo eu ceado outra coisa mais que um pouco de palmito crú, pulverizado de sal moido: era forçoso que a tantas causas juntas se seguisse algum de seus effeitos. Seguiu-se-me o de uma constipação de primeira ordem. Eu não a pude logo tratar como convinha, porque nem mantimentos já então haviam, quanto mais medicamentos! Consequentemente com a continuação da viagem foi a moléstia ganhando dobradas forças, passando eu a experimentar os effeitos de uma perniciosa, que ainda me restituiu semivivo ao arraial das Lavrinhas, aonde cheguei pelas quatro horas da tarde de 21.[5]

A dramaticidade com que Alexandre Rodrigues Ferreira descreve sua incursão pelas matas da região de Cuiabá não corresponde exatamente à forma como estas matas são descritas nos roteiros, que de modo geral tratam de forma mais sucinta as dificuldades do percurso. É uma descrição pautada por uma perspectiva bastante pessoal, um olhar subjetivo sobre a mata, que se constitui a partir da dificuldade vivida pelo viajante que adoece em função da viagem penosa. No entanto, podemos pensar que este tipo de descrição, que segue um tom mais subjetivo, muitas vezes ausente dos roteiros, é de certa forma complementar aos próprios textos dos roteiros. Neste texto de Alexandre Rodrigues

[5] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viagem à Gruta das Onças*. Revista IHGB, Tomo XII, 1874, p.94.

Ferreira, temos talvez um aspecto da viagem não descrito em muitos roteiros, mas que se faz presente nas entrelinhas, nas muitas referências ao mato cerrado, à umidade e a outros fatores que certamente causaram grande fadiga e desconforto aos viajantes.

Além do problema que a mata apresenta ao viajante que se vê obrigado a adentra-la, nos grandes rios da Amazônia a floresta ataca as embarcações, especialmente naqueles rios de água revolta e barrenta, como o próprio Amazonas. Na forma dos grandes troncos que se desgrudam das margens e descem na correnteza dos rios, a mata se lança contra o homem que viaja rio acima. No texto da *Viagem das Amazonas e Rio Negro* (anônimo), encontramos um alerta explícito quanto a estes troncos:

Ha partes onde cahem grandes porções de terra com muitas arvores e grandissimo perigo das Canoas que precisamente navegão em pouca distancia de terra para vencer com menos dificuldade a correnteza do Rio. [6]

Aqui o viajante se refere justamente às matas nas margens do Solimões, onde o desbarrancamento causado pelo próprio rio – que "ataca" suas margens, lança na água enormes troncos que flutuam na correnteza. As canoas, geralmente feitas de um só tronco, correm o risco de serem atingidas por outros troncos, por vezes maiores. As árvores se lançam ao rio, como mais um obstáculo ao viajante que já luta para vencer a correnteza, e por isso se vê obrigado a navegar próximo à margem, onde a correnteza é menor. Árvore contra árvore: constitui-se assim um duelo entre a canoa na contracorrente e os troncos que descem rio abaixo. A mata parece compactuar com a rebeldia do rio. São partes de um mesmo todo que desafia o viajante.

Assim, é como entrave que as matas aparecem inicialmente no *Roteiro do Maranhão* e em outros textos de Roteiros de viagens. Mas esta perspectiva do autor anônimo de descrever a mata como obstáculo à colonização não é uma unanimidade em outros Roteiros de viagem do período. Outras narrativas revelam um olhar multifacetado sobre a floresta, e por vezes a descrição das matas ajuda a compor a beleza cênica da paisagem fluvial amazônica. É o caso da seguinte passagem, retirada do texto do *Roteiro a*

[6] Anônimo, *Viagem das Amazonas e Rio Negro*, Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I,1906, p. 276

Viagem da cidade do Pára até as ultimas povoações dos dominios Portuguezes em Amazonas e Rio Negro:

O Rio do Xingu desce das minas do Brazil de sul a norte, parallelo ao rio Tapajoz navegavel 2 meses. (...) As suas florestas são mui amenas, as praias vistosas e as águas perfeitas. [7]

Florestas amenas compõem a descrição de uma paisagem bela ao lado das praias vistosas e águas perfeitas. Fragmentos de uma paisagem quase edêmica. Também no caso citado acima, notamos que as florestas são descritas em função da paisagem do rio que circundam. Um rio de águas perfeitas, como o rio Xingu,[8] tem florestas amenas às suas margens. Um rio de águas barrentas e revoltas, como o Solimões, tem uma floresta rebelde, que lança seus troncos sobre o viajante.

Podemos contrapor ainda a imagem da floresta amena às "grossas matas" descritas no *Roteiro do Maranhão*. Por florestas amenas podemos entender talvez uma mata mais aberta, que não oferece tantos obstáculos quanto a mata densa e grossa descrita no texto anônimo. As variações nas descrições das matas correspondem tanto às variações das florestas encontradas no nos rios no norte do Brasil[9], quanto às variações na própria perspectiva dos viajantes, que podem atribuir diferentes adjetivos a uma mesma mata.

4.2 A mata útil dos Roteiros

4.2.1 Os animais

[7] Noronha, Padre José Monteiro. *Op. cit.*, p. 281.
[8] O rio Xingu, aliás, aparece descrito em diferentes relatos como um rio de águas perfeitas, como no texto do Bispo D. F. João de São José: *prosseguindo a viagem, costeando alegres praias, chegamos perto das 5 horas ao aprazível sitio de Porto de Moz, onde há excellente peixe criado nas aguas do crystallino e caudaloso rio de Xingu.* (in: São José, João de. *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763.* Revista IHGB, Segunda Série, Tomo II, 1847, p. 67.)
[9] Segundo o relatório do WWF sobre o bioma amazônico, dos ecossistemas que compõem o bioma amazônico, encontra-se, às margens do baixo Xingu e baixo Tapajós o chamado serrado amazônico, uma floresta mais aberta que talvez corresponda à descrição da mata amena mencionada no texto do viajante. (cf. site: www.wwf.org.br)

Com relação à floresta, o tema predileto, tanto no *Roteiro do Maranhão* quanto em outros Roteiros analisados, será justamente a utilidade que a mata e seus produtos podem oferecer ao viajante e aos seus planos futuros para aquela região. Podemos dizer que não há uma grande disposição das narrativas dos Roteiros de viagem amazônicos em apresentar descrições minuciosas das matas, descrições das muitas espécies vegetais e animais exóticas que os viajantes encontravam ao longo de seus caminhos, da forma como faziam os naturalistas, por exemplo. Mas existem, sim, outros tipos de utilidade nas descrições das matas pelos roteiristas.

A primeira utilidade da mata é o fornecimento de proteína através da caça. Descrever os tipos de animais que habitam determinadas regiões e suas matas é uma importante função dos roteiros. São comuns descrições onde o autor fornece ao futuro viajante importantes informações sobre qual caça poderá encontrar em determinado rio.

Na seguinte passagem, retirada do texto da *Notícia da Ilha Grande de Joanes*, o autor fala sobre os pássaros que podem ser capturados em um determinado tipo de árvores, às Margens de um lago na Ilha de Joanes (hoje Marajó):

Para a parte do Norte deste Lago tem umas Arvores não muito altas, aonde vão criar os Guarazes, Colheireiras, Garças, e ali se costumão apanhar quando são pequenos para se crear em Caza e matar os grandes quando vão para porem óvoes no ninho, das quaes costumão tirar-lhes a pelle para se aproveitarem das penas.[10]

Mesmo as descrições dos tipos de animais que habitam determinadas florestas ou árvores (como no caso acima) sempre partem do rio, do igarapé ou do lago onde se desenvolve a navegação. No universo aquático dos Roteiros de viagem, os animais fazem parte do universo vegetal a sua volta (como os mencionados pássaros, que pertencem às árvores) e os vegetais, por sua vez, são sempre parte das margens dos rios, quando não estão submersos no próprio rio, no período das cheias.

Na citação acima, a utilidade da mata é vinculada à possibilidade de captura de aves nas margens de um lago. Em muitos textos há menções a rios, lagoas e outros locais onde

[10]Anônimo.*Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas.* p. 300.

se podem caçar antas, pacas, capivaras e outros animais. As grandes aves, no entanto, parecem ser a caça predileta dos portugueses, que geralmente as apresentam em primeiro plano nas descrições das caças. No texto da *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763*, escrito pelo Bispo e monge beneditino D. Fb. João de S. José, encontramos o seguinte relato de uma caçada próxima ao rio Xingu:

Gastamos os dias de 29 e 30 em passar o Ayquiqui, e encontrando por outro rio chamado o Guajará, descobrimos grandes campinas de pastos bem proprios para o gado (...) Houve muita caça de aves, e se fizeram reparaveis algumas amarellas e só nas costas pretas, mas vistosas que os japys; vimos outras pequenas de cor de fogo unicamente n'este sitio, e bem galantes à proporção de raras; os periquitos verdes innumeraveis, bastando fazer fogo ao pé da arvore para cahirem com o fumo como atordoados; vimos grandes saracuras, bons patos, e na agua bandos de lontras; quasi sempre nos acompanharam mergulhando delfins. Vimos algumas capivaras em terra, e mergulhando atravessar este profundo canal. São animaes quadrupedes, porem duros e dificultosos de matar; ainda assim à bala se segurou um, que sendo pardo tem alguma similhança com as antas, e sendo do tamanho de um porco ordinario, e muito boa carne (...)[11]

A abundância de aves faz delas um alvo preferencial nas narrativas de caça. O autor esmera-se ao descrever a facilidade com que os periquitos caem das árvores atordoados com o fumo das fogueiras. Sua intenção parece ser a de passar para seus leitores, em Portugal, a justa medida da quantidade de pássaros que habitam as árvores amazônicas. Os periquitos caem das árvores como frutas de um pé carregado, parecem ser colhidos com o fogo. No fim da descrição, ele procura caracterizar a capivara, animal quadrúpede, recorrendo a uma série de semelhanças para novamente fazer com que seu leitor consiga ter uma imagem mental do animal em questão.

Este processo de criação das imagens dos animais se repete em vários textos de Roteiros do norte do Brasil. Para descrever os animais, os textos que não fazem uso direto do método de classificação das espécies de Lineu ou Buffon utilizam os mais diferentes recursos narrativos. Fica a critério do autor encontrar as características que lhe pareçam as

[11] São José, João de. *Op. cit.* p. 70.

mais relevantes do animal para que seu leitor consiga formar uma imagem, um juízo a seu respeito. Os animais podem ser descritos a partir de suas semelhanças com outros, ou a partir de suas características peculiares. Podem também ser descritos a partir do gosto de sua carne, e nestas descrições podem ainda ser incluídas as melhores formas de preparo da carne.

Nesta descrição do *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784* vemos uma descrição de um dos animais mais fáceis de ser obtidos nas matas: os jabotis.

Jabotins – He uma espécie de cagados que há pellos matoz de todo este estado, com mais ou menos abundância, chegam alguns destes certoens, apurar mais de meia arroba, algumas pessoas os preferem as tartarugas, e quazi todas fazem exepcional estimação dos figados destes animais reputando-os com melhoria aos das galinhas.[12]

Este roteiro, como já ressaltamos anteriormente, já tem características importantes dos textos produzidos pelos naturalistas, como as viagens filosóficas. Trata-se de um roteiro que segue o padrão relativamente estável deste gênero, mas que já incorpora, nas descrições destes animais úteis da floresta, a forma descritiva que encontraremos nos textos dos chamados naturalistas (o autor demonstra conhecer as teorias de Buffon, e faz referências a esse naturalista em diversas passagens de seu texto). Aqui, a forma como o animal é apresentado no texto, separado do resto da narrativa do roteiro da viagem, já incorpora o modo de apresentação das viagens filosóficas. O autor, porém, não o classifica pelas leis da história natural, mas sim a partir de suas semelhanças com outros animais (cágados), pelas suas características físicas, e finalmente pelas qualidades de seu fígado, muito apreciadas pelos moradores da região.

Mas além dos animais úteis, daqueles que fornecem carne sem oferecer qualquer tipo de problema ao viajante, também encontramos nos Roteiros descrições interessantes de animais que representam grandes perigos para o viajante: os monstros que habitam as matas e margens dos rios amazônicos. Esta descrição do Jacaré, animal aquático, no *Roteiro da*

[12] BRAUN, João Vasco Manuel de. *Op. cit.*, p. 12

Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784, é uma mostra deste perigo que os animais podem representar:

No dia 18 pelas duas horas da madrugada prosseguimos viagem, saindo ao rio das Amazonas pela costa das Cuijeiras (...) N'esta cosa e tarde succedeu que sahindo (como costumavam) em uma igarité das ordens o sargento mór engenheiro, o Dr intendente geral e o mordomo de S. Ex à caça dos patos, que em aquella margem abundavam, viram que apezar de todas as diligencias que se faziam para ir buscar com a igarité os que cahiam na agua, primeiro lhes chegavam as boccas dos jacarés, que do fundo vinham logo que pressentiam a queda; e vendo que ultimamente na praia estava um destes monstros, que parecia morto, e os indios, seguravam estar gorando os ovos, depois de lhe chegar mui perto com a igarité, lhe atirou o dito ministro e o saegento mór, com o que se soltou a dúvida, porque acordando do letargo com o aspecto e furor mais medonho, passou a acommeter a embarcação, onde por acaso ainda o referido mordomo se achava com a sua espingarda carregada, que disparando-lh'a sobre a cabeça, fez com que mudasse de direção, indo à praia, onde devorou tudo que n'ella se encontrou (...)[13]

Esta cena de uma caçada às margens de um rio apresenta uma série de elementos interessantes para análise. Primeiramente, vemos que é uma caçada bem organizada, que conta inclusive com o mordomo do Dr. Intendente, pois este é o roteiro de uma viagem do Governador do Pará pelo Rio Tocantins. Em segundo lugar, vemos que a caçada tinha como objetivo acertar patos nas margens dos rios, ou seja, uma caçada de aves, como no caso acima. Mas então entra em cena o terceiro elemento, o monstro aquático, o jacaré. Devorador de ovos e de tudo o que encontra nas margens, o animal adquire, na narrativa acima, características que nos remetem ao desvio da natureza, a algo infame, monstruoso. O "aspecto e furor medonho" do animal não deixam dúvidas quanto a seu caráter de monstro da natureza amazônica.

[13] Esta passagem foi retirada do mesmo roteiro, porém nos utilizamos aqui da versão publicada na revista do IHGB. Cf. Braun, Manuel de. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784*. Revista IHGB, Tomo XII, 1874, p. 318.

Podemos dizer que neste Roteiro a perspectiva naturalista se faz presente não apenas em descrições clássicas de animais – como o peixe boi citado acima, mas também nesta descrição do jacaré enquanto monstruosidade, já que a história natural, da forma como fora concebida por Francis Bacon[14], pressupõe justamente a monstruosidade como desvio da espécie: ou seja, a monstruosidade é vista como uma exceção que confirma os princípios da história natural.

Mas, mesmo os textos que não dispõem de um nítido arcabouço discursivo herdado das ciências naturais têm descrições interessantes de animais da Amazônia que apresentam características que remetem à monstruosidade. A própria onça, que seria a rainha das florestas, pode ser derrotada por um curioso animal, que também tem características monstruosas:

Há por estas partes muitas Onças, alguns tamanduás, bichos muito feios e cabelludos não comem estes senão formigas; não costumam a morder, por não ter boca com que possa fazer senão um buraco por onde bota fora uma lingua muito comprida, e esta a mette dentro do formigueiro e apegando-se estas à lingua, as mette dentro da boca, mas tem umas unhas tão grandes e tem tanta força nos braços que as mesmas Onças costumão matar accometendo-o a Onça.[15]

Devemos nos lembrar sempre que as descrições presentes nos Roteiros e notícias de viagens, como é o caso do texto acima, são elaboradas para que o leitor, na maioria das vezes situado em Portugal, forme uma imagem mental da cena descrita. São textos que têm como objetivo a constituição de uma imagem. No caso, a imagem em questão é a de um animal feio, cabeludo, sem boca e com unhas enormes, que derrota até mesmo uma onça

[14] Em *Novum Organum*, Francis Bacon identifica três tipos de história natural: Primeiro, a história da natureza em sua constância, a história das coisas criadas. É a natureza conforme a concepção aristotélica, a natureza que segue seu curso comum, regular como o movimento das estrelas, a reprodução dos animais, a geração das plantas. Segundo, a História da natureza em suas exceções, a história das monstruosidades. É a natureza que abandona seu curso normal, por insolência ou por violência a ela imposta. As monstruosidades e anomalias são apontadas por Bacon como importantes fontes para o estudo da natureza, para a compreensão de suas possibilidades. Por fim, há o terceiro tipo de História natural, a História da Natureza modificada pelo homem, história das coisas artificiais, das artes e da técnica.

[15] Anônimo.*Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas* curiosas.p. 300.

com a força de seus braços (um Tamanduá Bandeira). Certamente uma imagem monstruosa, mas no caso um monstro que ao contrário do Jacaré, não costuma a fazer mal aos humanos.

Este texto da *Notícia da Ilha Grande de Joannes*, que se esmera na elaboração de descrições da caça, dos animais úteis ao viajante nas matas do Pará, também se esmera na descrição da monstruosidade, deixando claro ao leitor que a abundância de carnes e de monstros é uma característica complementar desta floresta.

Mas se muitos textos se esmeram na exaltação da caça que abunda nas florestas amazônicas, o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* observa nesta abundância de caça um perigo ao próprio propósito civilizatório que deve nortear a ação dos homens a serviço da coroa. Observa também que, já no século XVIII, esta abundância via-se comprometida nas matas ao redor dos núcleos urbanos:

Além de ser a caça contingente, e fazer-se cada dia mais custosa; porque se vai cada dia affugentando e extinguindo. Alem de ser tambem a pesca contingente pelas mesmas rasões; e por muitos outros acontecimentos, que resultão da inconstancia do tempo que ella he nesta Capitania muitas vezes infructuosa, entretendo inuttilmente o tempo como de ordinario a fazem à canna, à flexa, à fisga, e com outros similhantes inventos, sendo serto, que feita com mais industria pode constituir um ramo do commercio.[16]

O grande problema da caça e da pesca, na perspectiva deste autor, é de serem atividades nas quais os habitantes das capitanias do norte empenham grande parte de seu tempo sem obterem dinheiro por seu trabalho. São atividades que sustentam um homem sem vínculos com qualquer tipo de trabalho assalariado e de comércio. O caçador é o homem que permanece na floresta, e com o qual a colonização não pode contar.

4.2.2Gêneros de comércio

[16] RM. p. 145.

No *Roteiro do Maranhão* não se encontram descrições detalhadas de animais da floresta que, a exemplo das descrições citadas acima, acabam adquirindo um caráter de narrativa do maravilhoso. Este texto, que se esmera no convencimento de seus leitores quanto ao seu plano de povoamento da vasta região em questão, se atém, no que diz respeito à floresta, às utilidades comerciais desta, já que o fornecimento da carne é algo que diz respeito à sobrevivência e ao eventual deleite do viajante. Assim, é na descrição dos gêneros de comércio produzidos pela floresta – como madeiras, salsaparrilha, anil – que vemos o texto adentrar de forma mais detalhadas nas matas de seu percurso:

Alem dos referidos generos, que faz produzir a cultura, há na Capitania do Piauhi a Intaisica conhecida n' ella, e outras partes do Brasil com o nome de Jatubá, as resinas de Anjico e Cajueiro, que fazem os mesmos effeitos da gomma arabica.[17]

Muitos dos produtos úteis da floresta, como vemos no texto acima, vêm descritos como substitutos, similares a produtos já conhecidos dos portugueses. A floresta é apresentada por suas similitudes com os gêneros que já fazem parte das necessidades comerciais da metrópole. Os produtos coloniais advindos das florestas eram analisados nestes textos não como sendo novos produtos, produtos originais americanos, mas sim como sendo substitutos de algo que já existia na Europa. A referência alimentar e a referência das utilidades e necessidades dos homens são aquelas das sociedades européias. O viajante representa o mundo que vê a partir da sensação do exílio de seu mundo original. Por isso busca sempre a substituição, o produto americano que equivale ao europeu e que por isso pode ser compreendido pelos europeus.

Da floresta, neste período, já se extraíam com o auxilio dos índios alguns produtos florestais de interesse comercial como a salsaparrilha, a canela, as resinas como as citadas acima, óleos e castanhas. Todos estes produtos, no entanto, pareciam relativamente pequenos face à grandeza da floresta. Eram considerados gêneros secundários.

A própria madeira era um dos gêneros florestais mais significativos para o comércio do período. Assim que assume o governo em 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreve ao irmão para informar sobre um navio de madeiras que teria saído de São Luís do Maranhão em direção a Lisboa. Depois desta primeira remessa, o governador se encarrega

[17] RM, p. 84.

de escolher pessoalmente as madeiras que lhe são encomendadas para serviços especiais na corte, como vemos nesta passagem:

Como me lembra que prometi madeira para o enxaquetado da Camêra e Camarim, remeto a que consta da relação inclusa; creio que bastará porque as há boas, grandes, duas a quatro, e as outras a três. Os toros são de madeiras encarnadas, roxas, claras e escuras e pretas; nas roxas, é necessário saber que quando se lavram ficam pardas, e poucas horas depois tomam a sua verdadeira côr. [18]

As madeiras amazônicas, com sua diversidade de cores e densidades passam neste período a ser enviadas para a corte em pequena escala. O custo da viagem faz deste negócio uma atividade não muito lucrativa. Mas, para o uso das madeiras na carpintaria local, começa a ser desenvolvido um conhecimento apurado, que faz com que sejam freqüentes, nos Roteiros de viagens, as descrições dos locais onde determinadas árvores podem ser encontradas. Na descrição a seguir, retirada do texto de Alexandre Rodrigues Ferreira, notamos este reconhecimento prático das madeiras da floresta:

Das árvores que servem para a carpintaria do paiz, e eu vi que haviam pelo caminho, forma o angico, a aroeira, o jatubá, o páo-mulato, o páo do óleo, a paroba, &c. Não vi mais palmeiras que as do uassay, uricory e carandá. O mato é abundante de feras e de caças de ambas as classes, dos quadrupedes e das aves. [19]

Nesta passagem, a utilidade da mata e de suas madeiras é associada à utilidade alimentar da floresta, com suas caças abundantes. A maioria dos Roteiros, Viagens, e outros textos de gêneros correlatos do fim do século XVIII, no entanto, não se aprofunda muito na descrição ou no reconhecimento das utilidades dos produtos das florestas. As terras fertilíssimas dos sertões que medeiam os rios Tocantins e Itapecuru, ou que ficam próximas à margem de outros rios descritos nos roteiro, são caracterizadas em função de sua possível utilidade para fazendas de gado ou roças. A floresta em pé tem pouca utilidade para a colonização nos padrões tradicionais.

[18] Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, tomo I, p. 129.
[19] Ferreira, Alexandre Rodrigues.*Op. cit.*, p. 91.

4.2.3 Plantas úteis e suas atribuições fantásticas

Se o mato apresenta poucas alternativas úteis em termos comerciais para a colonização portuguesa, os viajantes no século XVIII já nele reconheciam uma série de plantas que eram úteis para a sua sobrevivência imediata, em meio às penosas viagens. Este conhecimento se estendia por diferentes ecossistemas, por diferentes realidades florestais. O próprio estado do Grão-Pará e Maranhão alargava-se por uma área que extravasava o bioma amazônico, se estendia pelos territórios da caatinga, e do serrado nas capitanias do Maranhão, Piauí e Ceará, que muitas vezes foram incorporadas e separadas deste estado. Os Roteiros produzidos no norte do Brasil são justamente descrições de caminhos que interligam diferentes regiões, e tais textos acabam incorporando plantas úteis de diferentes ecossistemas.

No caso do *Roteiro do Maranhão*, temos uma referência a uma planta que pode saciar a sede dos viandantes que atravessam o árido sertão que corre entre o Rio São Francisco e a Capitania do Piauí:

O Sertão que corre entre o Rio de São Francisco e a Capitania do Piauhi se alarga a quarenta e cincoenta legoas; e se estreita a quinze a catorze e doze legoas. Hé Sertão quase todo ainda inculto, tão arido que nos mezes de Agosto, Septembro Outubro, Novembro e Dezembro, quando não chove (o que frequentemente acontece) secão as aguas que ficam estagnadas. E chega a faltar até a necessaria para saciar a sede dos viandantes; tendo alguns ja acabado, e outros sustentado a vida com o suco que extraem de humas grandes batatas creadas debaixo da terra nas raizes dos Ambuzurros, arvores crescidas, e expessas, que não conservão a folha, com que reparão o ardor do sol; mas se cobrem de fructos agradaveis no gosto, e muito similhantes na côr, e figura as ameixas brancas.[20]

Esta referência ao uso do suco das raízes do Ambuzurro no sertão áspero e seco é um exemplo do conhecimento que é vital para o viajante. Este conhecimento ia sendo constituído na prática da vida nos sertões. Aqui, o autor anônimo passa adiante o saber

[20] RM, p. 80.

sobre a raiz que retém água, saber este que ele provavelmente adquiriu dos moradores dos sertões, que por sua vez adquiriram tal saber dos índios. É um exemplo que agrada historiadores como Sérgio Buarque de Holanda, que na obra *Caminhos e Fronteiras* escreve um capítulo sobre as "iguarias de bugre",[21] em que discorre sobre o conhecimento dos elementos que garantem a sobrevivência dos sertanistas na floresta. Para Sérgio, este conhecimento da sobrevivência dos sertões era um traço representativo de uma miscigenação de saberes. Certamente os saberes índios ecoam no conhecimento das plantas que os roteiristas desenvolvem, e tal conhecimento passa agora para o território da escrita, passa a ser incorporado entre os saberes oficiais das viagens tão necessárias à colonização[22]. Num certo sentido, esse tipo de saber herdado dos índios foi fundamental na viabilização dos caminhos da colonização, na viabilização da sobrevivência do colonizador, e muitas vezes na destruição dos próprios índios.

Saber encontrar água potável era um conhecimento fundamental para a sobrevivência nos caminhos, nas trilhas, nos matos. E não só na secura da catinga a água se faz ausente. Mesmo na Amazônia, em regiões mais elevadas, de terras altas ou mais ao sul, nas chapadas onde estão as nascentes dos grandes rios, o viajante pode se encontrar sem água. Na seguinte passagem, presente no *Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra em 1799*, temos outro exemplo de árvore que fornece água:

Duas léguas a leste das cabeceiras do Jaurú quiz a natureza com uma de suas raras producções suprir a falta de agua que ha nos arenosos campos dos Parecis, criando alli umas grandes arvores a que chamam o pao d'agua , e á roda d'ellas uma especie de junco de hastea alta e dura, que serve como um canudo, que introduzindo pelos orificios naturaes que o tronco d'aquella arvore tem junto da terra, se tira d'ella a quantidade d'agua bastante para beberem os viajantes e as suas cavalgaduras. E ha além d'esta arevore outras similhantes, quando maior urgencia necessita d'este socorro.[23]

---

[22] Cf. Hollanda, Sérgio Buarque."Iguarias de Bugre". In: *Caminhos e Fronteiras*. – 3ª ed. - São Paulo, Companhia das Letras, 1994. pp.55-60.

[23] Serra, Ricardo Franco de Almeida. *Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra em 1799*. Revista IHGB, Segunda Serie – Tomo II, 1847, p. 8.

Notamos nesse texto uma referência à natureza como ente dotado de vontades. A natureza quis ser benevolente, quis suprir a falta de água da terra com a água escondida nas raízes. Cabe ao viajante decifrar a natureza, encontrar a água nas raízes do pau d' água; e ao redor da raiz onde se encontra a água, está justamente o canudo para bebê-la. Esse tipo de observação da natureza que conecta os elementos através de códigos, está relacionado a uma decifração da natureza, às artes divinatórias. È um tipo de saber característico da alta idade média, e antecede a razão como forma dominante do pensar quer emerge nas ciências modernas.

Ao ver a natureza dotada de vontades que permeiam a criação, o viajante observa o mundo ao seu redor na chave da *épisteme* que antecede a modernidade e a racionalidade como forma de compreensão do mundo. É o olhar desta forma de pensamento – que Michel Foucalt chama de "similitudes" – que percebe a água e o canudo de junco como dispostos propositalmente pela natureza justamente no local mais árido do percurso para as nascentes do Tapajós, na chapada dos Parecis.

Esse olhar das similitudes se faz presente nas descrições das utilidades das plantas. Apesar de a grande maioria destes textos já estar inserido na *épisteme* moderna, apesar de eles buscarem na razão a chave de compreensão da natureza no que toca às propriedades das plantas, o olhar medieval, de um mundo encantado, onde os elementos da natureza se comunicam entre si, está ainda presente. Plantas diferentes podem ter relações entre si, e determinadas plantas, por sua vez, podem ter relações com outros elementos da natureza e com animais.

Dentre as diferentes formas de manifestação deste regime das similitudes, a passagem acima – assim como outras que observamos nos Roteiros referentes a utilidades das plantas – faz referência a uma forma específica de smimilitude. Uma palavra, a *convenientia*, designava coisas que se aproximam umas das outras, uma semelhança ligada ao espaço, à proximidade, ao fato de ocupar um espaço semelhante. Os seres da água, por exemplo, devem ser tantos quanto os seres do céu, do espaço limítrofe. O mundo é a conveniência de todas as coisas, é o espaço onde tudo cabe, o lugar comum.

Até o séc. XVI, a similitude, as semelhanças entre as coisas constituíam o centro do saber ocidental. As similitudes conduziam a exegese e a interpretação dos textos, que

mantinham entre si correspondências, como tudo na terra buscava sua correspondência. Um bom exemplo da matriz deste pensamento que compreende o mundo na chave das similitudes talvez sejam as quaternidades, que nortearam o pensamento da baixa idade média, e sobre as quais Georges Duby faz referência em sua obra *O ano mil.*[24] As quaternidades são pistas divinas, colocadas por Deus em meio à multiplicidade das formas para que os homens pudessem encontrar as devidas correspondências entre as coisas, e assim elevar sua alma a uma "intuição simples da divindade". Através das quaternidades, segundo alguns padres gregos católicos da alta idade média, o atual mundo terreno e o superior se comunicariam:

Há portanto quatro evangelhos, que constituem no nosso espírito o mundo superior; há outros tantos elementos, que constituem o baixo mundo; e também quatro virtudes que são soberanas sobre todas as outras, e uma vez inculcadas em nós nos levam a praticar todas. Do mesmo modo há quatro sentidos, não incluindo o tato que está a serviço de outros mais subtis. (...) Deste modo, por toda a parte se distingue uma estrutura semelhante à estrutura espiritual dos evangelhos. [25]

O mundo se compreendia na chave da repetição. Assim, o mundo terreno, com suas repetições, confirma sempre uma ordenança divina. Mesmo após o fim da idade média, nos primeiros séculos do renascimento, esta lógica da busca pelas repetições e pelas correlações numéricas se mantém. A repetição aparecia na linguagem, em expressões como: "teatro da vida", "espelho do mundo", "a pintura imita o espaço". A base do saber era a sua lógica, a compreensão do que repete o quê.

---

[24] A seguinte passagem traz importantes considerações sobre o tema: *A matéria e os métodos de ensino imprimem muito profundamente no espírito dos sábios do ano mil a convicção de uma coesão e de uma harmonia essenciais entre a parte do universo que o homem pode apreender pelos sentidos e aquela que lhe escapa. Entre a natureza e o sobrenatural, nenhuma barreira, mas pelo contrário comunicações permanentes, correspondências íntimas e infinitas. Através das palavras, avançando da sua significação exterior para aquela, cada vez mais interior, pela qual nos aventuramos no domínio do incognoscível, o comentário dos gramáticos e dos retóricos, a glosa que cerca e prolonga a leitura dos "autores", procuram passo a passo desvendar o complicado enredo destas relações ocultas. Quanto às ciências associadas do Quadrivium, elas levam a discernir as relações ocultas que unem aos tons da música, os números e o curso regular das estrelas – ou seja, a descobrir a ordem do cosmos – quer dizer, a descobrir de Deus uma imagem menos infiel.* in: Duby, Georges. *O ano mil.* Lisboa, Edições 70, p. 69.

25 Duby, Georges, op. cit, p. 70.

Esta lógica das similitudes não se apaga completamente nos Roteiros de viagem do século XVIII, nos quais, como veremos, permanece uma busca por elementos da América que repetem os elementos da Europa. Mas aí a similitude será quase um elemento adicional, integrado a uma lógica distinta, não mais a razão de ser de toda uma reflexão.

Animais cujas formas se repetem, cidades cujos nomes se repetem e, além de tudo, os vícios que se repetem: o ócio, a indolência. O próprio conceito de sertão[26], original do território desabitado de Portugal, agora se repete, numa terra sem limites, como um sertão sem fim. Certamente as repetições, no século XVIII, ainda não haviam saído completamente da cena do pensamento português, até porque este pensamento tem suas matrizes em um pensamento católico da alta Idade Média, e Portugal, como sabemos, se mantém sempre firme aos princípios do catolicismo.[27]

Assim, essa repetição não se restringe historicamente ao regime das similitudes. Ainda que seja sua grande característica, ela certamente avança, mesmo sob o domínio de novas formas de pensamento e de representação do mundo. É inevitável para o ser humano interpretar o desconhecido através do regime das semelhanças, das analogias com o que lhe é peculiar. E não há nada mais desconhecido e destituído de referências para o colonizador português do que o estado do Grão-Pará e Maranhão, um território extremamente propenso às analogias e semelhanças de qualquer espécie. As similitudes proliferam na terra carente de compreensão racional. O estado do Grão-Pará era, em fins do séc. XVIII, bastante similar ao que teriam sido os demais territórios do Brasil-colônia em seus primeiros tempos. As similitudes pautam os relatos do séc. XVI, de viajantes como Gandavo, que elabora no seu *Tratado da terra do Brasil, no qual se contem a informação das cousas que*

[26] Dom Luis da Cunha, um dos primeiros pensadores da chamada ilustração portuguesa, escreve na primeira metade do séc. XVIII seu *Testamento Político de D. Luis da Cunha*, onde afirma que um dos males de Portugal é seu estado de despovoamento gerado pelas ondas migratórias para o Brasil e outras colônias. Portugal transforma-se num país deserto, e é na referência a estes desertos que se funda a imagem de sertão em Portugal. Além disso, o ócio e os vícios das cidades portuguesas, também narrados por este autor, oferecem-nos exemplos importantes de problemas que são interpretados na colônia sob a chave explicativa da repetição.

[27] Até porque, como vimos, este pensamento tem suas matrizes num pensamento católico da alta idade média e Portugal, como sabemos, mantém-se sempre firme aos princípios do catolicismo. Outro fator que poderia favorecer este olhar que ainda busca a repetição, em pleno século XVIII, seria um elemento bastante marcante da cultura portuguesa, a nostalgia. Fernando Lourenço, em sua obra *A Nau de Ícaro*, trata justamente dos colonos portugueses que nunca criam novos nomes para as cidades que fundam em terras distantes, como se o novo continente devesse ser uma eterna repetição da sua terra natal. Segundo o autor, pode-se dizer que a nostalgia prolonga esta lógica das repetições na cultura portuguesa. Cf. Lourenço, Eduardo. *A Nau de Ícaro*. São Paulo, Cia das Letras, 2001. pp. 47-48.

há nestas partes uma das primeiras descrições detalhadas da terra brasileira. A incrível descrição do tatu, na qual o autor recorre a seis tipos de animais para elencar as características de um só animal é um exemplo de como as descrições das novas formas deveriam se pautar, nesse primeiro momento, pelas semelhanças com formas já conhecidas:

Chamão-lhes tatus, são tamanhos como coelhos e têm hum casco à maneira da lagosta como de cagado, mas he repartido em muitas juntas como laminas; parecem totalmente hum cavallo armado, têm hum rabo do mesmo casco comprido, o focinho he como de leitão, e não botão mais fora do casco que a cabeça, têm as pernas baixas e crião-se em covas, a carne delles tem o sabor quasi como de galinha. Esta caça he muito estimada na terra. Ha tambem muitas galinhas de mato que os indios matão com frechas, e outras muitas aves mui gordas e sabrosas melhores que perdizes. Desta e doutra muita caça ha no Brasil muita abundancia[28]

O célebre tratado de Gandavo, escrito para o Príncipe dom Henrique, Infante de Portugal, procura justamente encontrar no animal em questão as analogias com todos os animais possíveis que se conhecia em Portugal. Tal lógica que estabelece semelhanças entre um tatu, uma lagosta, um cavalo, um coelho, um cágado, um leitão e uma galinha parece-nos muito estranha hoje, pois, justamente por estarmos habituados a buscar semelhanças entre animais das mesmas famílias, estamos já completamente educados pelo olhar das ciências do século XVIII. No século XVI, no entanto, achar as semelhanças, ainda que entre seres completamente desconexos do ponto de vista do sistema de classificação das espécies que se instituiu depois, não parece estranho.

Esta busca das semelhanças se faz presente ainda no século XVIII. Temos um exemplo na passagem acima citada do *Roteiro do Maranhão*, quando o autor anônimo faz a seguinte afirmação sobre os Azamburros: *arvores crescidas, e expessas, que não conservão a folha, com que reparão o ardor do sol; mas se cobrem de fructos agradaveis no gosto, e muito similhantes na côr, e figura as ameixas brancas.*[29]

---

[28] In: Gandavo, Pero Magalhães. *Tratado da terra do Brasil, no qual se contem a informação das cousas que há nestas partes, feito por Pero de Magalhães Gandavo.* Acessado no arquivo virtual de documentos históricos da UFSC, no site www.ufsc.br.

[29] *RM*, p.80.

A árvore que cresce no sertão do Brasil tem uma fruta que se assemelha à ameixa branca portuguesa. O olhar do viajante no século XVIII ainda não se cansou de buscar a semelhança com seu universo de referências, de buscar as semelhanças com o além-mar. É um exemplo da busca da similitude entre os mundos, conforme havíamos abordado anteriormente.

A similitude enquanto regime de compreensão do mundo se desdobra de diferentes maneiras.[30] Foucault levanta a trama semântica dos temas e modos que remetem às semelhanças, do modo como estes temas surgem na Europa do Renascimento, nos séculos XV e XVI, nos pensamentos de homens como Giordano Bruno.

A analogia, na análise que Foucalt faz do tema, seria justamente a terceira forma de similitude. Nessa analogia, superpõem-se a *convenientia* e a *aemulatio*. A analogia se baseia em similitudes que não estsão necessariamente explícitas nas próprias coisas. Podem ser similitudes sutis. Tudo pode ser, por analogia, relacionado a algo. O homem é o ponto no espaço saturado de analogias. A ele tudo é análogo. A quarta similitude é a *simpatia*, a crença nas forças da natureza presentes nas coisas para atrair as outras coisas. O peso do solo atrai o que é pesado, como as pedras. O éter atrai o que é leve, como os esporos das plantas. As simpatias transformam as coisas, transmutam seus estados. Puxam a água em estado de vapor. O fogo, que é leve, eleva-se para o ar; a chuva, que é pesada, é atraída pelo solo. É o princípio do movimento do mundo, que está presente na alquimia do séc. XVI.[31] A força oposta à simpatia é a antipatia, que repele os corpos. É o que encerra as coisas em si, que mantém os corpos unos, indissolúveis.

Assim, o pensamento dos homens sob a égide das similitudes partia do pressuposto de que o universo é uma trama a ser desvendada, um quebra-cabeças criado por Deus, que deixou aos homens algumas mensagens cifradas para que ele descubra as peças que se encaixam. Deste modo, o homem que souber ler as mensagens do mundo pode compreender qual é a folha certa que, combinada com o álcool, pode se tornar o remédio para determinado mal. Por este raciocínio, a função do homem é aprender a ler indícios,

---

[30] *A semelhança é, no horizonte do séc. XVI, não só o mais universal, mas ao mesmo tempo, o mais visível, aquilo que urge investigar, dado que é também, e sempre, o mais oculto, inscrevendo-se pois, o saber no espaço, subtil, que se mantinha em aberto entre o semelhante e o semelhante.* (Antônio M. Magalhães Evangelista de Souza, "Introdução". In. Bacon, Francis. *Novum Organum*. Lisboa, Ed. Rés, p. 6.)

encontrar as pistas divinas, mas nunca desvendar a essência, pois a lógica do mundo pertence a Deus.

Por este raciocínio, o mundo permanece repleto de mistérios, de encantamentos. É uma lógica perfeita para um olhar sobre os mistérios que envolvem as plantas da floresta brasileira. A seguinte descrição, retirada da *Noticia da Ilha Grande de Joannes dos rios e Igarapés que tem na sua circunferência (...)*, nos fornece uma narrativa sobre os atributos fantásticos do timbó, um cipó amazônico utilizado na pesca:

Há outro sipó (...) a que chamão Timbó, serve este para matar peixe nos igarapés, e alguns rios pequenos e pela margem dos grandes em algumas enseadas onde corre a água, e para se matar o peixe se costuma bater este Timbó muito bem de sorte que fique bem moído, e depois de ter grande quantidade á proporção da água do igarapé ou Rio se costuma hir esfregando nas mãos junto com a agua, e neste exercicio costuma largar o tal Timbó a agua com um tal fartum asquerozo que faz embebedar toda a qualidade de peixe que o chega a participar, e achando se desta sorte perturbado, vem acima d'agua, aonde se apanhão aquelles que se achão nesta diligencia.[32]

O próprio conhecimento dos índios sobre as plantas e as relações entre o uso do cipó e a morte dos peixes, bem como o conhecimento da planta certa, em meio a uma floresta repleta de cipós, para ser utilizada de forma segura como veneno, é sem dúvida um mistério, algo que remete a uma decifração dos códigos do mundo. Afinal, não foi através da pesquisa ou classificação das espécies de cipó que tal propriedade foi descoberta pelos índios. Tal contato com outras formas de saber talvez acrescente a estes textos essa retomada de um olhar sobre o mundo pautado pela lógica das similitudes.

Muitas vezes esse re-encantamento do mundo presente nestes textos do final do século XVIII não se manifesta apenas em utilidades comprovadas das plantas, que por si só parecem fantásticas. Também a existência de supostas propriedades mágicas da natureza, como a transmutação da matéria, parece plausível no universo destas descrições das plantas dos sertões. Na passagem seguinte, retirada do texto da *Informação sobre os Sertões dos*

---

[32] Anônimo.*Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas.* Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I, 1906, p 295.

Ryos da Corda, Miarim, e Pìndaré do estado do Maranhão[33], escrito pelo Padre Antônio Correia Furtado de Mendonça em 1758, vemos justamente uma propriedade fantástica associada ao Jatobá, árvore que cresce tanto no serrado como no bioma amazônico:

Estendesse a sua longitude pelo noroeste com terraz dos limites do Pará e continua com a commarca doz Goyazes para o sul, e de Latitude desde as nossas povoações do Miarim, Pindaré e rio Jaiu e das freguesias de Aldeas Altas, e dos pastos bons, deste bispado, athe a beyra com o Ryo Tocantins caminho do oeste com huma nomerosa porção de legoas de terra em q há muito Cravo, oléo de Cupaíba, Breu (...) *e goma de Jatubá,* (...) *q segundo antigas tradições, já se commpoem o tronco, Rayz, a origem de todo ouro das nossas minas das terras novas com que extrema. Ahi são os celebrados Pindarés que tem dado assumpto aos nossos mayores deste estado com suas prometidas minas de ouro, e com q por Mappas, Roteyros, e por suas antigas memórias nos acalentão desde o berço.*[34]

Segundo as antigas tradições, o ouro é formado a partir da resina do Jatobá. A terra propícia ao ouro é aquela onde há tal resina em abundância. Mas, no texto acima, notamos que o próprio autor desconfia desta narrativa, pois diz-nos que tal crença remete justamente às antigas tradições. As lendas do ouro, como também nos adverte o autor, são em sua maioria heranças dos índios. No final da passagem temos uma referência aos índios Pindarés, que dão nome a um dos rios descritos nesta informação. Segundo o autor, da cultura destes índios herdou-se um universo de lendas áureas que os colonizadores procuram traduzir na cartografia prática dos roteiros, mas que não passam, justamente, de

[33] Texto copiado entre os Manuscritos da Coleção Ministério do Reino, Torre do Tombo. Esta é uma informação sobre os mesmos rios descritos no Roteiro do Maranhão, foi escrita precisamente na mesma época do RM e se desdobra num plano de povoamento semelhante ao plano exposto no referido texto. A retórica deste documento chama a atenção, e pode ser percebida nos artifícios argumentativos usados para convencer sua majestade do plano de ocupação dos Sertões aqui presente. Esta informação propõe ainda que se estabeleça a ligação com Goiás através do Rio Mearim, ao passo que o percurso proposto pelo autor anônimo desce o Rio Parnaíba. Há uma disputa quanto ao melhor rio para levar os viajantes ao Tocantins, e de lá seguir o caminho natural para as minas de Goiás. Por serem da mesma época, existe a possibilidade concreta de haver um diálogo direto entre os dois textos, que disputam o convencimento da coroa quanto à melhor rota para um caminho do Maranhão para as minas de Goiás.

[34] Mendonça, Antônio Correia Furtado de. *Informação sobre os Sertões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pìndaré do estado do Maranhão*. In. Coleção do Ministério do Reino, Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

lendas, de memórias que acalentam os homens do sertão desde o berço, e que certamente se misturam ao olhar prático das narrativas da natureza produzidas com fins práticos e governamentais.

Se o narrador do texto acima faz questão de inserir em seu texto uma utilidade lendária da árvore do jatobá, embora ressalte sua desconfiança em relação a tal utilidade, na passagem seguinte, da *Noticia da Ilha Grande de Joannes dos rios e Igarapés que tem na sua circunferência (...)*, temos um interessante relato sobre uma erva que serve contra feitiços, em que o narrador não faz tantas ressalvas quanto a sua utilidade mágica:

Nesta mesma ilha chamada dos Guajaráz ha uma herva a que chamão Mucura-caá, dizem os Nacionaes que servem contra feitiçes e muitos a costumam mastigar pela manhan em jejum para se preservarem de feitiços. Serve também de contraveneno mastigando a raiz pela manhan em jejum, e quando o morder qualquer cobra ou outro bicho venenoso se beberá o summo da folha em quantidade que possa levar uma chavena, e se apertará a perna ou o braço que estiver offendido e o bagaço que fica da folha se porá em cima da mordedura (...)[35]

Podemos notar, no texto, que o autor afirma que a crença de que a erva mucura-caá serve contra os feitiços é uma crença dos "nacionais". Ele não compartilha necessariamente da crença de que esta planta específica tenha tal propriedade. Mas em momento algum o narrador questiona a existência de feitiços ou de plantas que protegem contra feitiços. Pelo contrário, ele deixa em aberto sua opinião sobre o assunto, e no desenrolar do texto, quando afirma que a planta serve efetivamente de "contraveneno", ou contra picadas de animais peçonhentos, parece estar atestando os seus poderes mágicos. Assim, ainda que possamos identificar a emergência do olhar racional, científico sobre a natureza, característico deste período, este olhar não suprime, nos Roteiros, os encantamentos do mundo. Na verdade, as duas formas de observação da natureza coexistem em vários textos.

4.3 O "horroroso trabalho de deitar as grossas matas": o uso irracional da mata

[35] Anônimo.*Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas.* p. 300.

Na segunda metade do século XVIII, começa a ficar patente, aos olhos dos homens ilustrados que transitam pela colônia, que um sistema muito pouco produtivo avançava sobre as florestas, em particular sobre a Mata Atlântica. Os viajantes que começam a chegar no Brasil neste período ficam impressionados justamente com o mau uso dos recursos naturais que se fazia na colônia. A administração colonial, principalmente durante o governo do Marquês de Pombal, resolve investir no conhecimento científico da natureza da colônia, para entender finalmente quais seriam as melhores estratégias para a colonização.

No Grão-Pará e Maranhão, quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado assume o governo em 1751, o mau uso que era feito das florestas derrubadas no norte do Brasil fica patente nas cartas que o governador envia ao seu irmão, o marquês de Pombal. A seguinte narrativa foi extraída de uma destas cartas, compiladas pelo IHGB:

Estas gentes aqui não têm meio; ou queimam estas madeiras, como V. Exa verá de muitos destes paus que os tiraram do lume, ou os vendem por uns excessivos preços, como me sucedeu com todos os que comprei, que mos venderam caríssimos, sem embargo de serem tirados da fogueira em que estavam ardendo.[36]

De modo geral, nos textos dos Roteiros e nos textos administrativos do fim do século XVIII, saltam à vista do leitor as descrições da barbárie dos homens que habitam nas terras brasileiras. Isso fica evidente na narrativa do Governador acerca do mau uso da natureza feito pelas "gentes que não tem meios", que desconhecem uma forma racional de aproveitamento das madeiras. O governo de Mendonça Furtado representa, para o norte do Brasil, justamente o início de um período no qual o estado começa a patrocinar algum tipo de conhecimento racional sobre os usos possíveis de sua farta e exuberante floresta.

O século XVIII representa uma importante virada nas ciências modernas, com o advento da história natural e do estudo racional da natureza. No entanto, não podemos dizer que a perspectiva iluminista sobre a natureza tivesse a preservação como prioridade. Muito pelo contrário. No século XVII, a filosofia de John Locke, que se fundamenta a partir da

[36] Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. Cit.* p. 129. (tomo 1).

relação dos homens com a natureza, defende justamente o domínio do homem sobre a natureza. Além de Locke, autores como Montesquieu[37] reforçam esta perspectiva da natureza como algo que deve ser subordinado ao desenvolvimento da sociedade humana.

Independentemente da perspectiva que se tem sobre ela, a natureza torna-se o centro das atenções da moderna ciência iluminista. A partir da metade do século XVIII, as concepções iluministas floresciam com força total nas universidades européias e portuguesas. O marquês de Pombal (1755-77) investia nesta nova ciência, e havia chamado um importante naturalista italiano, Domenico Vandelli, para organizar o estudo da História natural no reino e nas colônias. Warren Dean, em seu livro *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, sintetiza bem o significado da contratação de Vandelli naquele momento:

Embora as ciências naturais portuguesas ficassem apenas na periferia das conquistas do Iluminismo europeu do século XVIII, elas o acompanharam e para ele contribuíram significativamente. Em 1764, o marquês de Pombal indicou para a universidade de Coimbra Domenico Vandelli, um doutor da universidade de Pádua e correspondente de Lineu. Pombal reformou o currículo da universidade em 1772, abolindo a filosofia escolástica e substituindo-a pelas ciências. Vandelli formou uma geração de cientistas naturais, muitos deles brasileiros. Organizou o Jardim Botânico do Palácio da Ajuda e fundou o museu de história natural, projetos nos quais Pombal tinha profundo

[37] *É importante lembrar, reforçando esse ponto, que a ansiedade diante da destruição ambiental não foi um aspecto dominante da cultura ilustrada. O próprio Montesquieu, que enfatizou o ambiente como elemento explicativo da vida social, não apenas ignorou o problema da sua devastação como adotou, a esse respeito, um otimismo tecnológico radical. Ele chegou a escrever que "O mar possui peixes em quantidade inesgotável, apenas faltam pescadores, frotas e negociantes. Se as florestas se esgotam, abram a terra e encontrareis materiais combustíveis". Um outro exemplo, dessa vez retirado de uma figura-chave da Ilustração Ibérica, pode ser encontrado nas palavras de Gaspar de Jovellanos, para quem "A natureza deve à intervenção humana grandes melhorias", pois por toda parte foram "desbastados os bosques, afugentadas as feras, secos os lagos, canalizados os rios, refreados os mares, cultivada toda a superfície da terra, oferecendo em admirável espetáculo os monumentos da indústria humana". De tal forma que "o ofício do lavrador é lutar todo o tempo contra a natureza, que por si mesma não produz nada além de ervas daninhas, e que só dá frutos sazonais à custa de trabalho e cultivo".* Pádua, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786–1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, pp 49-50. Da mesma forma, John Locke também considera a terra como algo que só adquire valor quando trabalhada.

interesse. A despeito da resistência da Igreja e da Aristocracia a tais reformas, a Coroa as endossou. [38]

Assim, Vandelli forma, de acordo com os interesses do estado português, uma primeira geração de cientistas, que aprendem a classificar as plantas e os animais de acordo com o método de Lineu. Estes cientistas, como Alexandre Rodrigues Ferreira, saem em viagens filosóficas pelo Brasil, lançando um novo olhar sobre a colônia, tentando armazenar conhecimento sobre a natureza de maneira racional, e incorporando a este conhecimento também os usos feitos pelos índios das planta do Brasil.

O retorno ao Brasil dos cientistas que se formam em Coimbra como discípulos de Vandelli é considerado por José Augusto de Pádua, na obra *Um sopro de destruição*, como um marco na crítica ambiental brasileira.[39] Consideramos que tratar os textos produzidos no fim do século XVIII como textos de crítica ambiental pode ser historicamente anacrônico, dado que tal denominação nem sequer existia. Os autores que analisaremos aqui não se consideravam ambientalistas, mas sim homens ilustrados que buscavam um olhar racional sobre a colônia, inclusive sobre suas práticas agrícolas. É a partir deste olhar racional que estes cientistas que começam a chegar aqui no final do século XVIII passam a criticar a derrubada das florestas. Sua crítica é uma critica à colonização justamente pelo mau uso dos recursos naturais e pela derrubada excessiva das florestas, com muitas árvores de excelente madeira sendo queimadas indiscriminadamente.

Textos produzidos no fim do século XVIII, como os do próprio Alexandre Rodrigues Ferreira, tinham um caráter oficial, tal qual os Roteiros de viagens. A coroa passa a encomendar a estes primeiros cientistas estudos sobre as melhores madeiras para a produção naval, e sobre a localização destas madeiras que estavam sendo queimadas pelos colonos. Para proteger as florestas que continham madeiras que poderiam servir para a

---

[38] Dean, Warren. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 135.

[39] Segundo Pádua: *O marco decisivo no estabelecimento da primeira crítica ambiental brasileira foi o retorno ao Brasil dos estudantes que fizeram seus estudos superiores na Europa da última década do século XVIII, especialmente dos ex-alunos de Vandelli em Coimbra. O espírito do* Discurso Histórico *de Baltasar da Silva Lisboa, no sentido de criticar duramente a situação vigente no país e defender sua transformação através da ciência e do progresso, estará presente no olhar de todos esses intelectuais retomados.* Pádua, José Augusto, *op. cit.*, pp 84-85.

produção de navios da esquadra real, o governo institui as primeiras reservas florestais, onde estavam as madeiras protegidas por lei, que passam a ser conhecidas como madeiras de lei.

Alexandre Rodrigues Ferreira escreve em 1784, pouco tempo após seu retorno ao Brasil, o texto intitulado *Estado presente da agricultura do Pará*, onde trata justamente do tema do corte indiscriminado das árvores úteis. Segundo Ferreira, os colonos da região:

Sem medida alguma deitam tudo abaixo, não excetuando árvore que fosse útil, tanto pela sua sombra quanto pelas suas produções. Cortaram desde o princípio e continuarão a cortar e a queimar as que existem, fora das regras que nos reinos polidos da França, da Alemanha e da Suécia, e nas repúblicas de Veneza e da Holanda, prescrevem a polícia das matas e do corte das madeiras, onde têm lugar as ordenações de Portugal.[40]

No texto acima, vemos uma preocupação com o estabelecimento de uma legislação para a regulamentação do uso das florestas que prevê as prescrições das polícias das matas que já existiam, em países como a França, desde o fim do século XVII. Neste período Jean Baptiste Colbert, o famoso ministro de Luis XIV, institui uma rigorosa legislação florestal, colocando os bosques sob a tutela do estado e estabelecendo a proibição do corte de determinadas árvores. O fim do século XVII corresponde justamente ao período em que a França se encontrava no ápice de sua expansão colonial e havia ultrapassado a Holanda como principal concorrente colonial e naval da Inglaterra[41]. A instituição desta legislação protecionista acaba repercutindo também na Inglaterra, onde o rei Guilherme III determina um sistema de uso rotativo dos recursos florestais, já bastante degradados em seu país, dono da maior frota naval do mundo.

Mas, se apenas depois da França a Inglaterra adota medidas mais efetivas de proteção de suas florestas, podemos identificar na própria Inglaterra a matriz de toda esta perspectiva protecionista que emerge naquele período. Um texto em particular teria sido

---

[40] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Estado Presente da Agricultura do Pará*. MBN n. 21, 1, 16.p. 17 – apud J. Augusto de Pádua, **Op. cit.** p. 86. Outra referência, na obra de Ferreira, à derrubada indiscriminada das árvores está no célebre *Diário da Viagem Philosophica pela capitania de São José do Rio Negro*. (Belém, Museu Emílio Goeldi / Brasília, CNPq, 1983), p 563.
[41] Cf, Schama, *Op. cit,*. p 171.

referência para todo o pensamento florestal que se segue: *Silva, ou um discurso das árvores da floresta*, apresentado por John Evelyn, membro da Royal Society, ao Rei Carlos II em 1664. O texto teve origem num pedido feito à Royal Society pelos comissários da Marinha Real, que queriam um novo plano para o replantio de árvores fornecedoras de madeira para navegação. O autor, John Evelyn, é apontado por Simon Schama como um defensor da monarquia e dos mitos de origem da nação inglesa, intimamente relacionados ao que o autor chama de "liberdade nas verdes matas".[42] Defender as florestas inglesas, segundo o pensamento de Evelyn, seria defender a própria identidade nacional daquele país. Por isso, ele escreve uma obra onde narra minuciosamente como e onde devem ser plantadas as árvores adequadas para restaurar a já tão degradada floresta inglesa. Esse livro repercute em toda Europa por ser o primeiro plano de reflorestamento que descreve detalhadamente os passos que o estado deve seguir para pô-lo em prática. Tal texto irá repercutir profundamente nas obras de José Bonifácio de Andrada, que 1815 publica a sua *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal.* Bonifácio, também discípulo de Vandelli, propõe em seu texto justamente medidas práticas de reflorestamento nos moldes propostos por John Evelyn.

Assim, a preocupação de Alexandre Rodrigues Ferreira, de que o estado interviesse no uso das florestas que vinha sendo feito no Pará, tem como base os modelos que há mais de um século vinham sendo adotados por aqueles países, e que já vinham sendo adotados através das ordenações de Portugal que estabeleciam as madeiras de lei. Mas, como temos analisado, a colonização incipiente da região amazônica e a dificuldade de acesso às roças certamente não favoreceriam nenhum tipo de controle estatal. Consideramos importante notar que, em textos como o de Alexandre Rodrigues Ferreira, e mais tarde de José Bonifácio, pode-se perceber a defesa das florestas como defesa do próprio estado português, como defesa de uma identidade florestal.

Os autores que naquele momento produziam os Roteiros de Viagens acabam absorvendo, em muitos casos, esta preocupação com o uso racional dos recursos naturais. O texto anônimo do *Roteiro do Maranhão* contém em sua narrativa uma série de críticas à

[42] "Liberdade nas verdes matas" é o próprio nome de um capítulo da obra de Schama sobre as florestas inglesas e os mitos que permeiam seus galhos.

forma como vinha sendo feito o uso dos recursos florestais no Brasil. As críticas presentes neste texto não se constituem a partir de um discurso bem acabado de defesa das florestas, mas sim a partir de um discurso de defesa da racionalidade do empreendimento colonial. Na seguinte passagem, temos um exemplo da forma como esta crítica se constitui no texto anônimo do RM :

(...) a experiencia tem mostrado os Paizes aptos para a criação de gados, taes quaes estes são, todos abertos, e cheios de campinas (como fica dito) são por onde em menos tempo se adiantão as povoações. Não ha nelles aquelle horrorozo trabalho de deitar grossas matas abaixo, e romper as terras a força de braço, como succede nos engenhos do Brazil, nas roças de minas, e por este mesmo Estado do Pará, e Maranhão (...) Nelle pouco se muda na superficie da terra tudo se conserva quase no seu primeiro estado. [43]

Segundo o autor, uma escolha adequada das regiões aptas à criação de gado seria o primeiro passo para evitar o "horrorozo trabalho de deitar grossas matas abaixo". Este discurso, além de seu caráter racional-ambientalista, também favorece o próprio projeto do *Roteiro do Maranhão*, de estabelecer povoações voltadas para a criação de gado entre os rios Itapecuru, Parnaíba e Tocantins, onde existiriam regiões de campinas naturais nas quais pouco se teria de alterar para estabelecer a tão desejada criação de gado.

Na passagem acima, vemos que a crítica à maneira como os terrenos são desmatados está direcionada para a capitania das Minas, e se estende às capitanias do Pará e Maranhão. Em outro parágrafo, o autor anônimo descreve minuciosamente o tosco processo de abertura de roças nas região das Minas Gerais:

(...) o uso comum de cultura nas ditas Minas, he procurar, como mais ferteis, as terras cobertas de densas mattas; cortallas com machados, e depois de seca a folha, consumilla a fogo; e por entre raizes, troncos e madeiras que ficao, fazer a sementeira: isto he, a que se chamão Rossada. No anno seguinte passão a fazer do mesmo modo novos rossados em outros lugares: os que deixão, como conservão os mesmos troncos, e as

[43] RM. , p. 88.

mesmas raizes, em pouco tempo formão novas mattas, a que chamão capoeiras, as quaes vem a ser quase com o mesmo trabalho outra vez cultivadas. [44]

Nesta descrição da roçada, o que o viajante anônimo ressalta é o grande trabalho que está envolvido neste processo. Primeiro cortar as principais árvores com machado, depois consumir a matéria florestal com fogo e finalmente limpar o terreno para fazer a sementeira. Este trabalho, que se intensificava com o aumento de escravos nas Minas Gerais no século XVIII, aparece como irracional, no texto acima, justamente porque muitas vezes os terrenos iam sendo abandonados e a mata secundária – que no início de seu crescimento se denomina capoeira – voltava a crescer. Os lavradores novamente abriam as matas e as consumiam com fogo. Esta crítica, presente no *Roteiro do Maranhão*, culmina com uma questão que está presente em muitos textos de caráter racional-ambientalista da segunda metade do século XVIII: por que não se utiliza o arado no Brasil? O autor anônimo mostra, mas não justifica, os motivos pelos quais o arado não era utilizado por estes lavradores:

Aqui ha dois vicios que emendar: o primeiro he a escolha, que indistintamente fazem das mattas, havendo em muitas partes campos capazes de admitir a mesma cultura: o segundo he o estado, em que deixão as terras depois de feitos os rossados. Hum terreno tão ocupado não pode admitir arados: porem se logo no primeiro rompimento, o prepararem milhor: arrancando as raizes do referido Paiz, são tão chegadas a superficie da terra, que muitas vezes não sustentão as arvores: com este maior trabalho ficando as terras dispostas para o uso dos arados, se diminuiria nos mais annos o numero dos trabalhadores. [45]

Ou seja, graças à indolência do lavrador, que não retira sequer os troncos do terreno, a terra torna-se desfavorável ao uso do arado. A busca pela solução mais rápida naquele momento faz com que as sementes sejam plantadas sem um tratamento da terra que tornaria

[44] RM. , p. 98.

[45] RM, p. 98/9.

possível o uso do arado, mas que também demandaria mais tempo e esforço prévio dos produtores. A irracionalidade desta conduta consiste justamente no fato de que a prática que representa uma economia de trabalho em um ano representa também o mesmo trabalho de deitar novamente as matas em anos seguintes.

O autor do *Roteiro do Maranhão*, pela forma como elabora sua crítica à derrubada das florestas, e pela defesa do arado, mostra-se em sintonia com a própria crítica que a administração colonial fazia naquele momento às práticas utilizadas pelos colonos. A insistência na introdução do arado parece ser uma constante nos discursos de governadores coloniais, que viam no arado não apenas uma ferramenta agrícola, mas sim a possibilidade de instituição de uma cultura da terra nos moldes portugueses. Sobre os significados do arado no século XVIII, o historiador Warren Dean faz importantes considerações:

(...) um dos principais objetivos do governador designado para a capitania de São Paulo em 1756, Luis Antônio de Souza Botelho, era impor a vida aldeã a seus habitantes que vagavam em clamorosa falta de fiscalização. Criou dezoito novas vilas e aldeias e ofereceu generosos incentivos a colonos (...), *tudo na esperança de que os mestiços, indígenas aculturados e mulatos pudessem ser persuadidos a "abandonar a floresta virgem" e assumir "o arado e a vaca", isto é, a vida apática e fixa do campônio português. O governador procurou converter os fazendeiros paulistas ao emprego do arado, uma reforma que incluiria integrar animais de tração e seu estrume ao cultivo dos campos. Os habitantes lhe ofereceram, contudo, a "opinião universal" de que os solos de São Paulo não eram adequados à aração.*

(...) *Não admira que a campanha de Souza Botelho não alcançasse mais êxito que as aldeias lideradas por missionários dos séculos anteriores. "Desta sorte se acham as campinas desta vizinhança de São Paulo", escreveu ele desanimado, "sem dar fruto, do mesmo modo as de todas as vilas desta capitania" porque – e esta é a frase que imortalizou o seu governo – caíam no "engodo do Mato Virgem". E o pior: "Largam a habitação das povoações e vão atrás do mato, afastando-se cada vez mais das sociedade*

civil, reduzindo-se a viver sem missa, e sem doutrina" e, em uma frase ainda mais digna da memória coletiva, "familiarizando-se com as feras". [46]

Assim como na crítica anteriormente apresentada no texto anônimo, o que, segundo Warren Dean, o governador Souza Botelho teria constatado, é que a prática do avanço contínuo sobre a floresta relaciona-se com a cultura da negligência, com uma relação entre o homem e a terra que não envolve nenhum apego; pelo contrário, é regida por uma lógica itinerante. O avanço sobre a mata seria a própria matriz da cultura errante dos sertões, do homem que vai, em sua marcha, destruindo vastas porções de terra, avançando sempre para as terras incultas e distantes do estado, familiarizando-se com as feras. A critica ao sistema de uso da terra é na verdade uma crítica à forma de organização da sociedade no interior do Brasil. O que se busca nestes textos não é apenas instituir na colônia o uso racional da terra nos moldes europeus, mas sim instituir a cultura lusitana, a forma de vida pacífica e regrada dos camponeses europeus.

Uma das obras onde esta crítica é feita nos mesmos moldes que vemos no *Roteiro do Maranhão* é a famosa *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais.* O texto, publicado em Lisboa em 1799 (posterior, portanto, ao *Roteiro do Maranhão*) foi escrito por José Viera Couto, o governador das Minas Gerais, e tem, em passagens como a que apresentaremos a seguir, um modelo de crítica ao sistema agrícola semelhante àquela do Roteiro do Maranhão:

O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas, como para um nada, e ainda não tem bem reduzido as cinzas já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva apego nem amor ao território que cultiva, pois conhece muito bem que ele talvez não chegará a seus filhos. A terra, da sua parte, não se ri para ele, nem o gracioso ondear das louras espigas lhe alegra a vista. Um áspero campo, coberto de tocos e espinhos, compõe os seus amenos ferregiaes.[47]

[46] Warren Dean. *Op. cit.*, p. 117.
[47] Couto, Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais.* Revista IHGB, 1856, Tomo 11, p. 319. Vieira Couto, vale lembrar, era um dos inconfidentes de Minas Gerais.

Esse texto do século XVIII traduz nitidamente um ethos do agricultor brasileiro que persiste em regiões como a Amazônia, em pleno século XXI.[48] O homem olha para a floresta a seu redor como quem olha para o nada, porque quase nada sabe aproveitar da floresta que tem diante de si. A floresta é uma grande barreira verde que não pertence a ninguém e que pode, portanto, ser destruída por empreendedores privados.

Os textos coloniais que aqui analisamos, tampouco defendem formas concretas de aproveitamento da floresta em pé. Na maioria dos casos, no entanto, são textos produzidos sob encomenda do estado, ou para relatar ações estatais. Por isso, a partir do século XVIII, alguns autores já começam a perceber a necessidade de se mudar esse ethos, de fixar os agricultores à terra e de tornar as florestas tutela do estado. Alguns autores, ao menos, passam a perceber a floresta não como um nada, mas como uma reserva de madeiras e outros recursos pertencentes ao estado. O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* se inclui neste grupo.

O texto de Vieira Couto que citamos acima dispõe de características marcantes do arcadismo que ficam nítidas, por exemplo, na imagem do ondear das louras espigas de milho que não alegram a vista do agricultor rude, que não se apega à terra. Nesta perspectiva, a terra é vista como algo vivo, como divindade pagã, tem seus desejos e amores. Por isso, a terra não ri para o homem que não a ama.

Esse tom árcade não é uma unanimidade entre os Roteiros de Viagem do fim do séc. XVIII, textos que por sua natureza se caracterizam, na maioria dos casos, por descrições mais objetivas da paisagem e dos caminhos. Alguns destes textos, no entanto, utilizam o tom árcade em sua descrição da floresta brasileira, como analisaremos a seguir.

4.4. A Arcádia Amazônica: o texto da Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763.

[48] Aziz Ab' Saber, em sua obra *Amazônia – do discurso à práxis*, ao analisar processos de ocupação na Amazônia brasileira a partir da década de 70 do século XX, explica o processo de desmatamento na região justamente por este desapego dos agricultores pela terra, pela necessidade do lucro imediato, sem planejamento. Na contemporaneidade, no entanto, o processo de desmatamento avança em uma velocidade que não se compara àquela do século XVIII. Cf. Ab'Saber, Aziz Nacib. *Amazônia – do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 2004.

Como dissemos anteriormente, o estilo árcade não é uma presença constante nos Roteiros de Viagem do século XVIII. Mas, se ele não aflora abertamente na maioria dos textos, certamente é um elemento que participa de um substrato cultural importante para os homens do século XVIII. E, em algumas narrativas de viagens, o arcadismo sai das sombras e se mostra como referencial central para determinadas descrições da natureza amazônica.

O arcadismo torna-se, em toda Europa, um movimento literário em sintonia com os princípios do iluminismo. As ciências iluministas, que se organizam a partir da crença na racionalidade humana e da valorização da natureza enquanto fonte de todo conhecimento, têm na estética árcade uma importante via de tradução. Em Portugal, essa relação parece ter sido ainda mais estreita.

Em 1756 é fundada em Lisboa a Arcádia Lusitana, onde poetas com pseudônimos como Candido Lusitano se apresentavam com um cajado em uma mão e um lírio em outra[49]. O cajado, representando a herança pastoril; o lírio, representando os vínculos dos árcades com natureza. A fundação da Arcádia Lusitana coincide justamente com o início do governo de Pombal que, ainda conde de Oieras, torna-se em 1755 o poderoso ministro de D. José, após o terremoto de Lisboa que afugenta o rei para o castelo de Mafra. Assim, o início desse movimento literário em Portugal está intimamente relacionado com o governo Pombalino e com as reformas que o ministro começa a executar, como a laicização do ensino e a expulsão dos Jesuítas. Pombal recebe em Lisboa os portugueses chamados *estrangeirados*, que haviam estudado em outros países da Europa onde o Iluminismo florescia com mais intensidade que em Portugal, e estes *estrangeirados* passam a apoiar o seu governo.

O "Despotismo esclarecido" que caracteriza o governo pombalino estava, segundo Jorge Antonio Ruedas de la Serna, relacionado aos propósitos do arcadismo. Segundo este autor, o arcadismo pode ser visto como uma expressão do espírito reformista do século XVIII[50]: no nível político, a Arcádia tinha como meta a restauração da própria monarquia e da aristocracia.

---

[49] Abaurre, Maria Luiza M. *Literatura Brasileira: tempos, leitores e leituras*. São Paulo, Editora Moderna, 2005. p. 39.

[50] Ruedas de La Serna, Jorge Antônio.. *Arcádia: Tradição e mudança*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 3

Enquanto estética literária, a Arcádia representa também uma meta de restauração do chamado "bom gosto nas letras portuguesas", o ideal da volta do minimalismo grego na poesia, na métrica das palavras, tão exageradamente buscado pela estética barroca. Mas, segundo Ruedas de la Serna, o arcadismo teria ido além do culto literário à antiguidade clássica. Este movimento teria representado também um estilo, uma atitude perante a vida, intensamente vivenciada por seus partidários.

O poeta arcádico está em posição de predicar o retorno à simplicidade, à existência modesta em comunhão com a natureza porque sente que escalou o topo do refinamento cultural e espiritual que é possível alcançar neste mundo. Disfarça-se então de pastor e, ao fazê-lo, estabelece a convenção sem a qual é impossível entender o jogo arcádico. [51]

Em nossas leituras de narrativas de viagens fluviais do século XVIII, encontramos um texto em particular onde afloram de forma intensa características do arcadismo. Trata-se da *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763*. Neste texto, escrito pelo monge beneditino e Bispo do Gram Pará, D. Fr. João de S. José, reconhecemos nas descrições da natureza amazônica esta mesma posição característica do arcadismo: a vontade da comunhão do homem refinado, que faz questão de se apresentar como tal, com as árvores e flores dos igarapés amazônicos. Mas, se os árcades portugueses se disfarçam de pastores e, sendo homens urbanos, criam uma vida fictícia junto à natureza, neste texto vemos um homem que se utiliza da estética árcade para relatar uma experiência real junto à natureza. Passagens como esta são expressões desta situação:

Levou nos aos olhos uma arvore, cujas folhas eram perfeitamente encarnadas, fazendo bem notavel objecto; porém nada inferior foi outra, depois que expirou este igarapé ou canal no rio Tapiy, pois costeando sobre a mão esquerda, entre varias se offereceu uma arvore de extremado concerto. Era copada, não exessivamente grande, mas coberta de folhas miudas e de um verde fino e intenso, que se fazia bem distincto entre as outras, toda semeada de flores de um amarelo tão agradavel, que a termos furor poetico e

[51] Ruedas de La Serna, Jorge Antônio. *Op. cit.*, p. XIX/ XX.

a feliz explicação do historiador dominicano Fr. Luiz de Souza quando descreve junto ao Satyro os laranjais de Benfica, o imitariamos; pois aquella arvore nos pareceu composta de esmeraldas, e as flores d'ouro, como a elle na Chronica as das laranjeiras flores de prata, e pomos das hesperides. A idéia do paraizo nos ocupou o pensamento, e depois a lembrança que em Portugal estas plantas serviriam melhor que as giestas nos jardins, e que as arvores da serra do Gerez tão decantadas hoje. Acaso, depois de escrevermos este paragrapho na canoa, onde ocupamos algum tempo em reflexões, e na presença de um curioso, teve elle logar de compor, extemporaneamente e com penna arrebatada, ao mesmo assunto um soneto, que lançamos em nota por não interromper o fio (...)[52]

Numa curva de rio, apresenta-se ao viajante a árvore do paraíso. A mesma árvore de folhas de esmeralda e flores de ouro presente na descrição do poeta e historiador Fr. Luiz de Souza ressurge aos olhos do padre, em meio à natureza amazônica. A mesma natureza, freqüentemente descrita como áspera e trabalhosa, adquire novos adjetivos sob a perspectiva deste autor. Em seu texto, a natureza amazônica remete ao sátiro dos laranjais de Benfica, ao paraíso árcade. À primeira vista, parece estranha esta relação entre a árvore amazônica e a natureza benevolente da Europa; entre a terra tão quente e úmida, e o paraíso de clima ameno.

No entanto, a Arcádia e a Amazônia podem guardar importantes características comuns. Se a Arcádia era representada pelos pintores do renascimento com lânguidas ninfas e paisagens pastoris, não teria sido esta a imagem que originalmente inspira o mito grego das origens arcádicas. Os mitos gregos têm como referencial uma Arcádia bestial, selvagem, que não tem relação direta com uma cultura agrícola, pastoril. Segundo Schama, *Os gregos, todavia, nunca imaginaram os árcades como agricultores. Caçadores e coletores, guerreiros e sensualistas, eles habitavam uma paisagem famosa pelo rigor do clima, sempre à mercê de longas estiagens e implacáveis inundações.*[53]

Se tomarmos como referência esta imagem original dos árcades gregos, sem dúvida o selvagem americano e o clima amazônico se adequam perfeitamente a este modelo mitológico. Mas, no século XVIII, na Arcádia Lusitana, provavelmente era a Arcádia

[52] S. José, D. Fr. João de. *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763.* Revista IHGB, Segunda Série – Tomo II, 1847, p. 56-7.

[53] Schama, Simon. *Op. cit.*, p. 522.

reinventada por Virgilio, a Arcádia amena e pastoril que predominava enquanto modelo a ser buscado na natureza. Por isso, o índio americano, ao menos neste texto, por sua selvageria excessiva, não irá compor o papel mitológico que lhe poderia caber nos moldes gregos.

A Arcádia reinventada por Virgílio nas *Geórgicas* e nas *Éclogas*, ainda que muito menos selvagem e inculta, tem também como fonte de inspiração a região que estaria situada em uma zona montanhosa no centro do Peloponeso. Era um mundo pouco acessível e primitivo, nos confins do império Romano. O poeta romano elabora sua ficção com base nestas terras remotas, preservadas da degradação da polis. Ruedas de La Serna define bem a importância do espaço afastado na obra Virgiliana:

Fazia-se necessário, portanto, e essa foi uma das genialidades do poeta mantuano, eleger como espaço privilegiado para abrigar o lugar humano por excelência, um sítio afastado nos confins do império. Assim, esse espaço privilegiado seria a antítese da metrópole, e, por inacessível e áspero, se transformaria em uma categoria estável, incontaminada, geomântica, podendo ser reproduzido em qualquer parte da terra sempre que nesse sítio reinassem as galas da natureza que Virgilio atribuiu à Arcadia.

Esse jogo entre realidade e ficção, essa ambigüidade e ambivalência entre mundo primitivo e mundo altamente refinado constitui a base ontológica da Arcádia.[54]

Nos confins do império romano, Virgílio concebe a terra ideal para abrigar o humano por excelência. No século XVIII, a Amazônia era uma terra de confins por excelência. É nessa terra de confins da civilização, confins do império português, que o padre erudito sente-se o próprio poeta na Arcádia, e transpõe para o texto sua experiência. Em sua narrativa, o autor exprime justamente esta ambivalência entre o mundo primitivo e a sua perspectiva culta e refinada da natureza. Ambivalência que Ruedas de La Serna define como princípio ontológico do arcadismo.

O viajante reconhece na Amazônia a beleza edênica de sua cultura de origem. Vê a paisagem a partir de seus mitos. Importa a perspectiva árcade sobre natureza, mas dá um novo significado a este arcadismo, torna-o um arcadismo tropical, dos igarapés.

[54] Ruedas de La Serna, *Op. cit.*, p. 47.

Todavia não é a prosa o gênero por excelência dos árcades, mas sim o soneto. Optam pelos poemas com a métrica definida no estilo clássico, sem os excessos do Barroco. A mesma árvore com folhas de esmeralda descrita na narrativa acima ressurge no texto da Viagem como fonte de inspiração para um soneto, apresentado ao leitor pouco em uma nota de rodapé, por se tratar obviamente de uma forma textual que não condiz com os propósitos da narrativa.

SONETO.
Quanta grandeza, oh Deus! meu pensamento
Descobre n'esta planta peregrina;
Em o verdor gentil, na côr mais fina,
Em mais claro amarello argumento !

Se a esmeralda na planta é bello invento,
A flor d'ouro expressão nos dá bem digna:
Mas se o verdor a espera inclina,
O amarello receiar faz o tormento.

Quando em guerra intestina a esperança
Anima o peito, e esta minha alma apura,
Sentindo os golpes, vil desconfiança:

A victoria e o trophéo a alma procura,
Na arvore (*) mais nobre confiança
*Na flor (**) mais alta triumphos me assegura.*[55]

*(*) Arbor una nobilis ex hymno crucis.*
*(**) Nazarenus, id est floridus. In signification. Biblicis.*

A árvore de folhas de esmeralda é a arvore da mais nobre confiança. Na natureza estrangeira, a flor dourada da Amazônia os triunfos assegura. Mas triunfo sobre o quê? Esta

[55] S. José, D. Fr. João de. *Op. cit.*, p. 56-7.

é a questão central que leva textos como este a serem produzidos neste período, questão que este soneto traduz bem. Vamos analisá-la a partir dos indícios fornecidos pelo próprio soneto.

A árvore traz em si símbolos dicotômicos. "O verdor a espera inclina, mas o amarelo faz recear o tormento". O verde representa a esperança confiante de crescimento e amadurecimento, mas o amarelo da flor representa o ouro, que por sua vez representa o tormento. O ouro que está presente nas nascentes dos rios amazônicos[56], e que na prática da colonização da Amazônica é o objeto de cobiça de tantas nações européias. O soneto foi escrito no período que se desenrola após o tratado de Madri, quando a consolidação das fronteiras e rios amazônicos passa a ser uma das prioridades dos governos lusitanos. Foi escrito justamente no período da construção dos fortes amazônicos, como a fortaleza de Macapá (construída entre 1763 e 1782), que tinha como objetivo consolidar a possessão portuguesa na margem norte do Amazonas[57] e mostrar que o reino de Portugal estava pronto para a guerra se assim fosse necessário.

Trata-se justamente do período em que Portugal começa realmente a tomar medidas que garantem sua possessão sobre a Amazônia, e a região passa a ser efetivamente incorporada ao império. Ou seja, a árvore, com seus atributos de divindade natural, traz aos homens dois signos dicotômicos: a crença no florescimento do estado, com os esforços de Portugal neste sentido, e o temor da guerra iminente, da perda dos largos territórios para outros estados.

Nesse contexto, o soneto resgata um significado mítico atribuído às árvores, presente em alguns poemas árcades ingleses: a árvore como símbolo lírico da confiança em tempos de guerra. John Evelyn, autor de *Silva*, inclui em seu livro sobre o reflorestamento da Inglaterra versos dos poetas Waller e Cowley, partidários do rei Carlos I, que

[56] Minas de Cuiabá – chapadas dos Parecis, nascentes do Tapajós. Minas de Natividade, Goiaz, nascentes do Xingu, Araguaia – Tocantins. Minas de prata, nascentes do Amazonas.
[57] Em período pouco posterior, é construído o Real Forte do Príncipe da Beira, na margem direita do rio Guaporé (hoje fronteira entre o Brasil e a Bolívia). Sua construção foi iniciada em 1776 e concluída em 1783, e teve o objetivo de consolidar a posse da coroa portuguesa sobre as terras à margem direita dos rios Guaporé e Mamoré.

enfatizavam a associação entre o "rei-fênix" e o carvalho inglês. As árvores, em poemas como o que apresentaremos a seguir, aparecem como súditos fiéis:

A arvore leal inclinou seus prestimosos ramos
Para bem receber seu régio visitante.
(encontramos nas árvores mais piedade que nos homens).
E as densas folhagens em abrigo transformou.

Um tosco assento de lenho tornou-se um trono,
Os galhos obsequiosos, seu pálio.
Com a fronde curvada a árvore reconheceu seu rei
E em silêncio o adorou (...)[58]

A árvore é dotada de características humanas, a árvore é leal, a árvore desperta a mais nobre confiança. Na árvore, descansa o rei. Na árvore, o pensamento se expande. A árvore, por sua beleza, pode ser o trono ou o troféu. A árvore representa a nobreza da natureza. Repetidas vezes se estabeleceram em poemas do séc. XVIII analogias entre o caráter da árvore e o caráter da nação.[59] A madeira forte e dura e a delicadeza das flores e folhas em contraposição ao tronco robusto e sólido, permitem as mais diferentes associações entre as características de determinadas árvores e a nação que representam.

No poema acima, a árvore representa o lugar onde o rei é sempre bem acolhido, o sítio no qual pode confiar. Talvez represente o interior de seu país, as pequenas aldeias, os locais onde o soberano é bemquisto e não sofre ameaça estrangeira. Por isso, na árvore o rei pode se sentar, pode contemplar, e por ela ser contemplado. A árvore remete ao ócio contemplativo. O ócio seria justamente uma característica desta vida pastoril arcádica, um momento no qual os homens se posicionam para a contemplação da beleza, para a reflexão, e para adquirir sabedoria.

[58] Schama, Simon. *Op. cit.* p, 169.
[59] Schama, Simon. *Op. cit.* p. 172.

Assim como a cômoda árvore inglesa que permitia ao rei um descanso tão deleitoso, não faltara na viagem amazônica do Bispo do Gram Pará, D. Fr. João de S. José, momentos em que as árvores propiciassem essa mesma experiência de ócio e deleite junto à natureza. Nesta descrição, vemos uma cena de descanso nas praias de águas claras e sombreadas por árvores floridas:

Passamos essa noite em umas praias, que acompanhando o rio faziam costas a um braço que entra terra dentro, onde achamos água clara, e a pesca fez divertida a tarde com a frescura em que declinava o dia, aliás ardentissimo, e com a variedade de arvores na mesma arêa, que formava a espaços agradaveis sombras, e se cobriam algumas de flores miudas da côr do pessegueiro ou da olaya em Portugal. [60]

A árvore amazônica que compõe a bela paisagem da divertida tarde é uma natureza amena, apesar do dia "ardentíssimo". A beleza na natureza amazônica geralmente vem associada ao reconhecimento da natureza amena do país de origem do viajante. Aqui as árvores têm flores miúdas da cor do pessegueiro em Portugal e, no trecho da narrativa anteriormente citado, a idéia do paraíso surge justamente associada à visão de uma planta florida que se parece com plantas da serra do Gerez.[61]

Neste ponto há uma associação possível com elementos do texto do *Roteiro do Maranhão*. Também neste texto temos na paisagem coberta de flores e frutas o referencial de paisagem edênica para o viajante:

(...) Neste tempo que os Sertanejos só distinguem pelo tempos das aguas, é a Capitania do Piauhy fertilissima; o seu terreno todo aberto com largos campos, e povoado de dispersos arvoredos aparece em bem poucos dias coberto de folhas, de flores, e fructos silvestres, com tal variedade na cor e tal deversidade na figura, que não só recreão a vista

[60] S. José, D. Fr. João de. *Op. cit.*, p. 69.
[61] "*A idéia do paraizo nos ocupou o pensamento, e depois a lembrança que em Portugal estas plantas serviriam melhor que as giestas nos jardins, e que as arvores da serra do Gerez tão decantadas hoje*" S. José, D. Fr. João de. *Op. Cit.*, p. 72.

e o olfato; mas também o gosto daquelles, que com elles são creados ou a elles se acostumão.[62]

A presença das flores é o indicativo da paisagem idílica, que perde sua aspereza e agressividade tropical. A paisagem do semi-árido nordestino, coberta de flores e frutos silvestres, adquire uma fertilidade selvagem, característica da Arcádia. Já no tempo da seca, a mesma paisagem torna-se o próprio inferno, segundo a descrição do *Roteiro do Maranhão*:

No mez de Abril tanto que soprão de Leste os ventos Geraes, parão as águas, e principia o tempo, a que chamão de seca, tempo, em que tudo se poem em decadencia; e já em Agosto, e Setembro muita parte dos campos apparece sem herva as arvores sem folhas; e se acontece não principiarem logo as agoas, nos mezes de Outubro Novembro de Dezembro soffren-se todas as calamidades da maior seca. [63]

A descrição da aspereza do clima da capitania do Piauí que se segue à descrição do período de clima fértil compõe no texto uma estrutura de dualidade entre um período de abundância e um de calamidade. Esta ambigüidade entre a natureza fértil que existe em uma determinada época do ano (mas que seria desejável o ano todo) e a natureza áspera existente na outra parte do ano (mas indesejável para os homens) remete também a uma característica importante do arcadismo. Segundo Ruedas de La Serna, a Arcádia pode ser compreendida como metáfora do mundo desejável, que sempre se contrapõe ao mundo existente. A Arcádia carrega sua dose de utopia, e toda utopia só existe no contraponto dos mundos reais. Mas a Arcádia não é uma terra absolutamente utópica, com períodos de bonança o ano inteiro. Pelo contrário, segundo este autor[64], nesta terra imaginária a natureza se movimenta como na capitania do Piauí, de acordo com os fluxos das águas e das secas, dos ventos que sopram e que cessam, das plantas que secam e florescem. Este movimento da terra estaria em sintonia com o próprio movimento da alma humana, que experimenta seus momentos de paraíso e danação.

---

[62] RM, p. 88.
[63] RM, p. 88.
[64] Ruedas de La Serna, *Op. cit.*, p. 50.

O cotejo entre o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* e o arcadismo está restrito a poucas passagens deste texto, no qual o autor anônimo mantém-se fiel ao estilo mais seco e sistemático de narrativa que caracteriza o gênero. É uma narrativa que se desdobra não tanto no campo literário, mas sim em outros campos do pensamento ilustrado, como a economia política.

Dos textos que selecionamos para a análise em nossa pesquisa, é sem dúvida a *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762 e 1763* aquele que apresenta de forma mais contundente este cotejo com o arcadismo. Mas, mesmo neste texto, os limites da Arcádia nos trópicos parecem bem situados. Há uma interessante passagem na qual o autor afirma a existência de um rochedo côncavo em forma de templo natural, mas ao mesmo tempo questiona a existência de abóbadas estreladas e alabastros em outros rochedos semelhantes na Amazônia:

Em uma margem d'este rio se acha formado pela natureza um rochedo concavo por modo de templo, com abobada e um como altar em forma bem própria. Similhante a este, que parece oratorio, e descrevemos com a singeleza da verdade que mostram as memórias de que nos servimos, se diz haver outro na margem do rio Croá, braço do Amazonas, e não muito distante da barra do Tapajós; confessamos porém não sabermos que em algum se achassem columnas de alabastro e estrellado na abobada, bem outros ornatos que invejaria Ovídio para o palácio do sol, e com que escreveu similhante phenomeno na América a discreta penna de um certo escritor moderno, Sebastião da Rocha Pitta, em outro sitio, e hoje se reputa encarecimento, que não supomos invenção propria de homem aliás judicioso e sério, nem fingimento do auctor para revestir com essa belleza o seu estylo; mas sim travbessura de algum engenho, a quem sem mais exame deu fé inteira[65].

Note-se: o padre não acredita que existam rochedos com colunas de alabastros e abóbadas estreladas (segundo a descrição de Rocha Pitta), mas utiliza-se da imagem deste templo imaginário, que faria inveja a Ovídio, para descrever o rochedo que havia visto à margem do rio. Ele procura se ater, em sua narrativa, a uma descrição verossímil da paisagem, nunca ultrapassando definitivamente o padrão relativamente estável do gênero

[65] S. José, D. Fr. João de. *Op. cit.*, p. 99.

das narrativas de viagens. Ou seja, o entusiasmo literário do autor não ultrapassa os propósitos sempre práticos e objetivos destes textos. Mas, por outro lado, o autor propositalmente faz referência a este suposto templo com colunas de alabastro e estrelado na abóbada, justamente para reforçar a idéia de que aquele rochedo que ele está vendo, ainda que não tenha colunas e estrelas, é também um templo em meio à selva. Um templo ainda mais real e verossímil, justamente por não ser descrito com estes supostos exageros.

Trata-se, assim, de uma narrativa de viagens, mas o autor demonstra preocupações profundamente literárias: preocupações com a forma do texto e, sobretudo, com o entretenimento do leitor. Em diversos pontos da narrativa, como se observa no trecho abaixo, ele estabelece um diálogo direto com seus leitores, desculpando-se por produzir em alguns pontos uma narrativa fastidiosa ou maçante:

Tenha paciência o leitor com estas bagatelas: porém não encontramos combates navaes nem assedios de praças para instruir estas memórias; nem ainda tartarugas que pesem trezentas libras (...) Finalmente não encontrámos em tanta agua caranguejos nutridos com amoras, como fizeram crer ou engulir em uma ostiaria ao famosos viajeiro Tavernier: porém encontrámos em uma deliciosa praia os ovos, que a tartaruga encobre de arêa (...)[66]

Não sabemos exatamente a quem seria endereçada esta narrativa de viagem. Sabemos que o manuscrito transcrito na RIHGB foi oferecido ao instituto por um sócio correspondente, Sr Joaquim Heliodoro da Cunha Rivára, que se supõe seja um correspondente de Portugal. Quando não há mais informações sobre a origem do manuscrito, recompor seu trajeto torna-se uma tarefa difícil. O próprio texto, entretanto, nos fornece indícios quanto à intenção de seu autor. Ainda que esta narrativa tivesse um caráter oficial, o que é bem provável, tendo como destinatários os membros do conselho da marinha e ultramar, seu autor desejava ser lido por um público maior, desejava talvez ser publicado. O desejo de se tornar um texto de circulação maior justifica este diálogo que o padre estabelece em diferentes momentos de sua narrativa. Ele explica para o leitor europeu do século XVIII – que supostamente espera ler coisas fantásticas em relatos de viagem –

[66] S. José, D. Fr. João de. *Op. cit.*, p. 76.

que não irá contar histórias sobre tartarugas gigantes ou caranguejos comedores de amoras. Contará, sim, as experiências incríveis que viveu nos rios Amazonas e Tapajós, onde encontra deliciosas praias com centenas de ovos de tartaruga, ou rochedos que lembram templos pagãos. Propõe-se contar aquilo que a natureza permitir, nos limites das analogias e semelhanças verossímeis. O autor habilmente se mantém no gênero textual que se propõe escrever, mas também procura agradar a um público de leitores que estaria buscando entretenimento nas narrativas de viagem.

Este é um importante indício de que este autor pretende a publicação de seu texto. Esta pretensão está em sintonia justamente com a política pombalina do período, quando diversas obras dos árcades portugueses são publicadas e traduzidas em diferentes línguas [67]. Talvez esta pretensão justifique também diferentes referências feitas no texto ao ministério ilustrado, aos acertos do governo de Pombal e de seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Uma trama de diferentes propósitos se entrelaça nesta narrativa que proporciona uma perspectiva diferente, dentro do padrão do gênero, sobre a natureza amazônica.

[67] Ruedas de La Serna, *Op. cit.*, p. 6.

CAPÍTULO V

Índios

5.1 Nomes indígenas e significados portugueses

Os roteiros de viagens que vimos analisando nesta pesquisa incorporam territórios nunca dantes descritos a uma narrativa geográfica imperial, ao território da escritura e da conquista. São textos que criam territórios à medida que instituem nomes e descrições para lugares antes existentes apenas na condição de rios, matas e florestas. Entes cuja existência se perpetuava há milênios, alheia ao processo humano de escritura e possessão.

Mas além dos territórios e dos elementos da paisagem que os constituem, os roteiros também incorporam muitos povos sem escrita neste processo de escritura, descrição e conquista Essa incorporação se dá em diferentes níveis: tanto através da inclusão de seus saberes no processo ocidental de descrição da natureza americana, quanto no processo de descrição dos próprios índios. Nos textos dos roteiros, há um processo de incorporação das línguas e das narrativas indígenas (antes restritas à oralidade) ao território supostamente imparcial da escrita. Os nomes índios atribuídos à natureza, assim como os próprios índios nomeados e descritos, passam a fazer parte das narrativas e da geografia imperial.

Em relação ao conhecimento da natureza americana, é importante ressaltar que esta incorporação dos nomes indígenas vem acompanhada pela incorporação de um amplo espectro de saberes indígenas pelos portugueses. Saberes estes relacionados às plantas, como analisamos anteriormente, relacionados à caça, à pesca, ao tempo, à fabricação de embarcações, à agricultura, e a uma série de elementos da vida cotidiana que Sergio Buarque de Holanda analisa tão bem em *Caminhos e Fronteiras*[1]. O aprendizado destes saberes indígenas sobre a natureza americana por parte dos colonizadores passa, muitas vezes, por um aprendizado de significados das línguas indígenas (principalmente as línguas da família e Tupi-guarani e Gê), através de um processo de relacionamento entre a língua e seus sentidos (que nem sempre é um aprendizado do sentido próprio do termo atribuído pelos falantes nativos, mas é, em muitos casos, uma interpretação deste sentido).

[1] Holanda, Sérgio. "Iguaria de Bugre". In: *Op. cit*, pp 55-59.

Assim, a escritura européia da natureza americana não se dá, na maioria das vezes, imediatamente sobre a terra virgem, sem nome. As nações indígenas antecedem os portugueses no processo de nomeação e narrativa da natureza. Este adiantado processo oral de nomeação passa agora de forma intensa para o território da escrita, mas para uma escrita estrangeira, onde faltam elementos para a compreensão das palavras que vão sendo escritas. Para os autores dos roteiros, como analisamos anteriormente, era importante não só citar os nomes indígenas, mas também tentar conhecer os significados dos nomes, que muitas vezes guardavam importantes informações sobre as características do lugar nomeado.[2] Era importante, acima de tudo, conhecer a relação entre nomes e referenciais geográficos, para poder constituir o mapa imperial a partir dos referenciais geográficos indígenas.

Este processo de conhecimento, no entanto, ocorria muitas vezes de forma tortuosa, dada a difícil correspondência não apenas entre as palavras, mas principalmente entre as coisas que constituíam os referentes culturais de culturas tão diferentes, como a européia e as indígenas. Não podemos, de forma alguma, cair no erro conceitual de supor que as palavras guardam um sentido único, uma correspondência universal com um mesmo significado para todos os membros de uma mesma cultura. Nenhum significante é unívoco na relação com os significados que leva consigo. Nenhuma palavra tem uma verdade única em si, e pode sempre ter diferentes correspondências e significados que variam quase que individualmente. Mas, certamente, dentro deste eixo de variações do sentido das palavras, há um espectro comum de significados possíveis compartilhado pelas pessoas que fazem parte da cultura à qual aquela língua corresponde. Ocorre que índios e portugueses dispunham, na base de sua compreensão, de espectros de sentidos muito diferentes para as palavras. Por isso, nesse processo de incorporação dos nomes dos índios à escrita, que começa de forma geral já no século XVI[3], muitas palavras indígenas acabam sendo traduzidas por significados portugueses, vindos diretamente do outro lado do Atlântico. Talvez, apenas com o auxílio de disciplinas como a antropologia e a etnolingüística do século XX, possa ter se tornado possível, para a matriz ocidental do pensar, adquirir uma

[2] Exemplo disso temos na já referida passagem: *passando o rio de Manacupura se seque na mesma margem o lugar que esteve situada a antiga aldêa de Guajarutuba, ha na enseada superior uma correnteza a que chamão os indios – Juruparipindá – e vale o mesmo que anzol do demônio.* In: Anônimo. *Viagem das Amazonas e Rio Negro, p* 277.

[3] Período em que são produzidas por Jesuítas e por missionários franceses as primeiras gramáticas das línguas indígenas.

compreensão mais intensa dos significados das palavras e das culturas dos índios. Mas isso ocorre justamente após este árduo período de incompreensões mútuas, que está na base da conquista e do massacre generalizado de várias nações indígenas. Por ora, no entanto, nossa intenção é apenas fazer algumas considerações sobre os significados, no século XVIII, desta apropriação das palavras indígenas pela escrita portuguesa.

Além de ter um papel (não pedido) de "nomeadores" de referentes tao variados como objetos, crenças ou lugares, os índios do norte do Brasil também sao nomeados e descritos. Recebem nomes e descrições nos textos coloniais. Nomes que muitas vezes não correspondem a nenhuma das proprias auto-denominaçoes, mas sim àqueles que o viajante ouve, utilizados por outros índios (muitas vezes inimigos) e que decide utilizar para nomeá-los e descrevê-los. Um caso notório de nação que recebe como nome uma palavra da língua que não servia para designá-la enquanto povo é de um grupo de índios pertencentes a família lingüística dos Arawaks, que durante muito tempo são conhecidos como Urubus, por habitarem o rio de mesmo nome.

O nome da nação indígena vem geralmente acompanhado de uma descrição do caráter destes índios da perspectiva do colonizador: se eram índios mansos, de fácil trato, se eram gentios (que não aceitam ser aldeados e permanecem nos sertões) ou, ainda, se eram gentios corsos[4] (aqueles que, além de serem gentios, vivem dos ataques a roças e vilas). As características dos atributos físicos dos índios, e especialmente das índias, eram também parte central das descrições européias durante todo o período colonial.

As narrativas escritas dos roteiros de viagem não têm, em muitos casos, um caráter de escritura inaugural. No caso do Maranhão, por exemplo, o contato das nações indígenas com brancos era uma história que, no final do século XVIII, já vinha sendo escrita havia mais de cento e cinqüenta anos. Dessa história fazem parte as excelentes narrativas dos padres franceses que chegam na região no início do século XVIII, como os padres Cláudio d'Abbeville e Yves D'Evreux[5], e também as Cartas do Padre Viera, que passou oito anos na região na segunda metade do século XVIII.

---

[4] O nome gentio corso refere-se ao comportamento corsário que algumas tribos passam a adotar, saqueando vilas e fazendas como corsários, piratas.

[5] Narrativas estas que foram recentemente reeditadas. Cf. D'Evreux, Yves. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614.* São Paulo: Siciliano, 2002. e D'Abbeville, Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão.* São Paulo: Siciliano, 2002.

Certamente as descrições de índios antecedem, enquanto conteúdo textual, a própria descrição da paisagem. Nos séculos XVI e XVII, quando as modernas ciências naturais ainda estavam num processo de focalizaçao formaçao do proprio objeto e não ocupavam o centro do pensamento humano, a descrição dos homens das terras longínquas fazia muito mais sentido aos narradores do que a descrição da natureza.

Assim, no que toca às narrativas a respeito dos índios, os roteiros incorporam muitos elementos descritivos que os antecedem. Estes elementos vêm por vezes das cultura indígena – da maneira como era compreendida pelos portugueses – e também de textos de clérigos que antecedem os roteiristas. Mas o conjunto de roteiros que aqui analisamos tem um caráter inaugural, na medida em que inauguram uma descrição, que procura ser laica, de várias nações indígenas. São descrições a serviço do estado português reformado pelas medidas pombalinas.

É claro que, para o leitor contemporâneo, salta aos olhos o caráter etnocêntrico destas narrativas, preenchidas com conceitos e valores profundamente preconceituosos em relação à forma indígena de existência. Mas não podemos deixar de pensar também no grau de importância que os índios adquirem nestes roteiros. Os índios não são elementos imóveis, vítimas das ações do estado; muito pelo contrário, são personagens centrais que determinam a própria ação do estado. No século XVIII, os índios tornam-se o problema central para a colonização e possessão da Amazônia pela metrópole portuguesa. Para esse problema se buscavam soluções urgentes, e os roteiros vão estabelecer uma verdadeira guerra retórica, na defesa de diferentes "meios racionais" para a colonização.

Assim, muitas vezes as ações dos índios desempenham um papel central nas narrativas e nas políticas coloniais. Os ataques dos índios determinam os trajetos dos viajantes e as suas guerras internas vão determinar as estratégias de alianças e conquistas portuguesas. No século XVIII, o medo que os portugueses sentem dos índios acaba transparecendo nestes textos, onde transparece também a dúvida em relação aos vencedores, nesse processo de conquista dos sertões. Mesmo não compreendendo bem elementos centrais dessas culturas, os autores dos roteiros precisam elaborar hipóteses, conceber planos de aproximação e "descimento". Nesse processo, acabam também se esforçando para compreender a forma de pensar dos habitantes das matas e sertões. Certamente, o esforço de compreensão escrita presente nestes textos vai colaborar muito a

favor dos portugueses na elaboração de estratégias vitoriosas. Esse esforço de entendimento das atitudes do "outro" também se manifestava, sem dúvida, por parte dos índios, como comprovam as diferentes e variadas estratégias de resistência ou pacificação destes povos, indicativas de uma interpretação, pelos índios, da estratégia de colonização dos europeus. Mas embora esta compreensão da cultura portuguesa pelos índios amazônicos, naquele período, tenha infelizmente ficado registrada por escrito em poucos textos, pode também ser lida nas próprias entrelinhas dos textos que analisaremos neste capítulo.

5.2 Índios e Colonizadores no Maranhão: tempos de conquista e escravidão

Antes da análise das muitas e variadas passagens que fazem referência aos índios no texto anônimo do *Roteiro do Maranhão* e em outros textos do gênero, consideramos de fundamental importância tecer algumas considerações sobre a história da relação entre índios e colonizadores na capitania do Maranhão durante os séculos XVI e XVII. O tema da história dos índios é bastante complexo e merece algumas considerações iniciais, para que possamos compreender a multiplicidade de questões que o envolvem no século XVIII, período de escritura dos roteiros em questão.

Um historiador que busque elaborar uma narrativa histórica nos padrões ocidentais, sobre um determinado grupo indígena, geralmente consegue uma boa quantidade de documentação sobre as relações entre colonizadores e índios, principalmente nos arquivos portugueses. Através destes documentos, pode-se chegar a uma história da relação dos grupos indígenas com a colonização, mas dificilmente poderemos obter uma história interna das nações indígenas, pois o próprio conceito da história linear é algo originário da nossa cultura. Há uma diferença central entre as culturas indígenas e européias na própria concepção do tempo, da contagem numeral dos anos, elementos centrais do próprio conceito de história. E, acima de tudo, há uma diferença central entre estas culturas pelo fato dos índios se organizarem em sociedades ágrafas - em oposição aos europeus que tudo escreviam.

Estas considerações têm como objetivo explicitar que pretendemos analisar as relações entre índios e brancos no estado do Maranhão nos primeiros séculos da

colonização, mas não pretendemos falar propriamente em uma história desses índios. Dada a imensa quantidade de nações indígenas que habitavam o vale do Amazonas, e dada a imensa quantidade e complexidade das referências encontradas sobre este assunto nos demais roteiros, vamos nos centrar, em um primeiro momento, nos índios da capitania do Maranhão

Mais adiante, ao analisarmos as políticas de descimentos e os planos para a pacificação dos índios sob o diretório pombalino, pretendemos expandir nossa análise para o vale do Amazonas, fazendo um cotejo entre os planos constantes do *Roteiro do Maranhão* e dos demais roteiros que constituem o corpus documental desta pesquisa.

Sabemos que diferentes grupos indígenas estabeleceram diferentes relações com o sistema colonial e, em função destas relações, formaram-se características importantes das sociedades coloniais nas capitanias do norte e do sul nas colônias portuguesas da América. No caso do Maranhão, temos alguns exemplos destas variações nas posturas de grupos indígenas frente à colonização. Os tenetehara, por exemplo, índios maranhenses cuja história mereceu um estudo minucioso do antropólogo Mércio Pereira Gomes, tem uma trajetória de relacionamento relativamente pacífico com os missionários que, a partir do século XVII, chegam na região. Já os grupos tupinambás, que habitavam a costa do estado, teriam representado inimigos convictos para o colonizador português. Mas esta mesma postura de inimizade e resistência dos tupinambás frente ao colonizador português não teria sido adotada anteriormente, durante os quase cem anos em que estes grupos mantiveram relações comerciais com os franceses e holandeses que freqüentemente aportavam no litoral do Maranhão, antes do estabelecimento do estado português.[6] Este exemplo de diferentes posturas dos índios frente à colonização do Maranhão, retirado da obra *O índio na história*, de Mércio Pereira Gomes, diz respeito a apenas dois dentre os muitos grupos indígenas que habitavam a região.

É praticamente impossível falarmos genericamente da relação entre índios e colonizadores no baixo Amazonas, justamente em função destas múltiplas posturas, que refletem, por sua vez, a variedade das culturas indígenas da região. Ainda que exista um impacto comum da colonização sobre todos grupos indígenas do Brasil, cada grupo vai

[6] Em função desta amizade, os tupinambás (tremembés) foram massacrados após a reconquista do Maranhão. Cf. Gomes, Mércio Pereira. *O índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002. pp. 113-115.

trabalhar a seu modo suas estratégias de relacionamento ou resistência ao sistema colonial. A conturbada legislação indigenista colonial vai criar leis e decretos justamente a partir destas duas posturas básicas que os índios adotam frente à colonização. Legalmente, passam a existir a figura dos índios amigos e aldeados e a figura dos gentios bravos. Segundo Beatriz Perrone-Moisés[7], a esta diferença de atitude dos índios corresponde um corte importante na legislação e na política indigenista: aos índios aldeados e aliados é garantida a liberdade ao longo de toda a colonização. São aliados da coroa, e tratados pela lei, desde o século XVI, como homens livres, mas passíveis de serem requisitados pelos moradores para trabalhar mediante pagamento. Ao longo do período colonial, as políticas efetivas para os aldeamentos vão se modificar diversas vezes: mudam os administradores das aldeias (ora eclesiásticos, ora encarregados da coroa), mudam as formas de regulamentar este trabalho dos índios, mas os índios aldeados continuam sempre sendo vistos como aliados da coroa.

Já os gentios, por sua vez, também vão sofrer diferentes tipos de ações dos colonizadores. Ora as guerras justas são permitidas, ora são proibidas; ora a sua escravização é legalmente permitida, ora não. Mas os gentios são sempre vistos como os inimigos da colonização. E, vale ressaltar, essa diferença fundamental na legislação colonial entre aliados e inimigos é determinada pela postura dos próprios índios: eles não apenas sofrem ações correspondentes às leis coloniais, mas são sujeitos da história que atuam diretamente no processo de constituição destas leis.

No século XVIII, o tema do trabalho indígena e das diferenças entre índios aldeados e gentios permanece presente e é um dos temas sobre os quais vemos muitas argumentações acaloradas nos roteiros de viagens que analisamos. Nesses textos, temos referências claras às posturas adotadas por diferentes grupos frente à colonização, assim como temos também referências às diferentes estratégias de colonização para diferentes nações indígenas. No texto do *Roteiro do Maranhão*, o autor anônimo cita cinco grupos indígenas: os Timbira, os Acoroá, os Amanajó, os Cupaju, e os Gamelas[8], sendo que um destes grupos, os Timbira, têm um papel central nos planos de povoamento deste roteiros.

---

[7] Perrone-Moisés, Beatriz. "Índios livres e Índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial. (Séculos XVI a XVIII)". in: Cunha, Manuela Carneiro da. (org). *História dos Índios no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 117.
[8] *RM*, p. 72.

Neste capítulo em que buscaremos fazer uma breve análise histórica do relacionamento dos colonizadores com os índios nos roteiros de viagem do fim do século XVIII, vamos centrar nossa atenção, em um primeiro momento, na história da colonização do Maranhão e destes grupos a que o autor anônimo faz referência. Depois, através do cotejo com outros roteiros de viagem, vamos trazer, pouco a pouco, elementos da história de outros grupos indígenas do vale amazônico.

A compreensão da história destes relacionamentos entre índios-colonizadores é sem dúvida fundamental para a compreensão de elementos que não aparecem explícitos nos textos em questão, mas que configuram as entrelinhas dos roteiros. Quando tratamos da temática indígena no século XVIII, temos que levar em consideração o fato de que muitas das ações da colonização não ficaram explícitas no território da escrita, não participaram das narrativas de textos oficiais da época; mas, com a ajuda da historiografia e da antropologia contemporânea, podem ser entendidas nas suas entrelinhas. Não buscamos com isso explicitar nenhum tipo de verdade oculta, guardada atrás dos textos. Buscamos apenas dar densidade aos próprios textos, fazer um exercício de incorporar hipóteses interpretativas do que está escrito, através do cotejo com outros textos.

A colonização do Maranhão pelo reino de Portugal foi um empreendimento difícil, que antes de ser bem sucedido contou com importantes fracassos. A primeira tentativa de colonização do Maranhão se dá em 1535-1538, através da expedição organizada por João de Barros, Ayres da Cunha e Álvares de Andrade. Estes homens receberam capitanias hereditárias que iam desde a foz do Rio Branco, no Nordeste, até a desembocadura do Amazonas. A expedição organizada por este grupo de donatários era bem organizada, e comportava dez navios com cerca de novecentos marinheiros e uma centena de cavalos, como consta da narrativa do cronista e ex-governador do Maranhão Bernardo P. Berredo, nos, *Annaes Históricos do Estado do Maranhão.*[9]

Esta grande expedição, no entanto, fracassa com o naufrágio de vários navios na difícil costa do Maranhão, repleta de parcéis e outros obstáculos naturais. Alguns náufragos teriam conseguido retornar a Portugal, para onde levam os primeiros relatos daquela que

[9] Cf. Berredo, Bernardo P. *Annaes Históricos.* Florença: Tipographia Barbéra, 1905, livro 1. O texto de Berredo, escrito em 1720 pelo então governador do estado, é a mais importante crônica do período colonial sobre a região. Nela estão narrados os "acontecimentos importantes" desde o descobrimento até o século XVIII, ano a ano.

seria a ilha de São Luís.[10] Relatam justamente que esta ilha era habitada por gentios tapuias, ou seja, índios de línguas e culturas não tupi. Relatam também que alguns portugueses náufragos teriam ficado na região, "nativizando-se", e passando a viver entre estes índios. A partir de 1560, ocorre um intenso movimento entre os próprios grupos indígenas da região, quando grupos de tupinambás, migrando a partir da costa leste do estado, teriam expulsado os tapuias que anteriormente habitavam a ilha de São Luís. Estes tapuias expulsos teriam, por sua vez, subido o rio Itapecuru e se instalado nas matas que margeiam o médio Itapecuru, um dos principais rios formadores da baía de São José, e um dos principais rios do *Roteiro do Maranhão.*

Este rio era parte integrante da rota comercial a ser estabelecida pelos planos daquele roteiro, mas, justamente no médio Itapecuru, em fins do século XVIII, estavam as nações de índios bárbaros que representavam o grande obstáculo à colonização da região. Provavelmente, os tapuias expulsos da ilha de São Luís no século XVI seriam os próprios timbira, um povo de cultura não-tupi, com relação ao qual o autor do *Roteiro do Maranhão*, no século XVIII, faria planos de expulsão "pacífica".[11]

Durante o século XVI, os franceses já vinham navegando pelas costas do Maranhão e estabelecendo contatos com os índios da região, os tapuias e, mais tarde, os tupinambás. Os portugueses, por sua vez, haviam notoriamente fracassado em sua empreitada colonial inicial. Assim, após décadas de reconhecimento da área, uma expedição francesa fundou, em 1612, a colônia da França Equinocial, com todas as solenidades pertinentes e, segundo M. P. Gomes com "mais alguns exageros para impressionar os índios".[12]

A expedição francesa fora dirigida pelo nobre Daniel de La Touche, que recebera a concessão diretamente do rei Henrique IV, para o estabelecimento da colônia. Após a morte de Henrique IV, Daniel de La Touche associa-se ao nobre Bretão Fançois de Razilly, de quem recebe apoio para convocar a ordem dos capuchinhos de Paris, que enviam quatro missionários à colônia francesa. Entre estes missionários estavam Claude D'Abeville e Yves D'Evreux, que escrevem, respectivamente, a *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, e a Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614.* Estas narrativas são consideradas importantíssimas, não

[10]Cf. Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p, 113.
[11]Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p, 115.
[12]Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p, 116.

apenas como relatos da história dos contatos entre índios e colonizadores na região, mas também porque estes padres teriam sido os últimos cronistas da cultura tupinambá. Estes relatos descrevem em detalhes a chegada dos franceses e como estes teriam sido recebidos por aqueles índios: os tupinambás teriam visto os padres como grandes pajés, chamando-os de Pajé-açu.

Mas o empreendimento colonial francês na região teria curta duração. No fim de 1614, os portugueses já se organizam para a retomada da área, enviando uma armada com oito navios comandada pelo mameluco Jerônimo de Albuquerque. Durante dois anos os portugueses, estabelecidos no continente (onde hoje se encontra a vila de Alcântara), tentam a reconquista completa da ilha. Em 1616, os franceses seriam finalmente expulsos e, neste mesmo ano, a partir de São Luís, uma expedição comandada pelo capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco funda, na desembocadura do Amazonas, às margens do rio Guamá, o forte do Presépio, que dá origem à cidade de Belém. A partir de 1621, as duas colônias de São Luís e Belém tornam-se o estado do Maranhão e Grão-Pará, cuja história encontra-se já brevemente analisada no capítulo "Navegar é preciso, pelos rios do Brasil", nesta tese.

O projeto colonizatório português inicial para a região de São Luís visava à produção do tabaco e da cana de açúcar, para cuja produção seria necessária mão-de-obra tupinambá. Segundo Berredo, com a imposição do trabalho aos índios, tem início um grande levante indígena contra a colonização que, segundo o cronista, deixaria um saldo de 30.000 tupinambás mortos. Esse massacre, segundo Berredo, "*extinguiu por aquelas partes as últimas relíquias destes bárbaros*".[13]

Com a ausência de tupinambás como fonte de trabalho escravo, os portugueses passam a dominar índios guaianazes que viviam no baixo curso do Itapecuru. Aos poucos, outras nações de índios menos bravos iam sendo incorporadas à colônia do Maranhão, que aos poucos se ia consolidando. Segundo Mércio Gomes, neste período se configuram elementos importantes da sociedade local que se fazem presentes até o final do século XVIII:

[13] Berredo, Bernardo P. Apud: Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p. 123.

O que emerge consistente desse período que vai até a década de 1640 é não somente a consolidação política do Estado do Maranhão e Grão-Pará mas também a configuração de sua sociedade e cultura, a qual vai se manter pelos 120 anos seguintes, até que se desenvolva mais intensamente uma nova economia a partir de introdução de novos produtos de exportação e especialmente do braço africano. Naqueles 25 primeiros anos se configuram dois estamentos fundamentais da colonização maranhense: os portugueses, ou Brancos, incluindo os cristãos-novos e os estrangeiros integrados, com algumas poucas famílias um tanto mestiças (...) *bem como os oficiais do Reino que vinham periodicamente, além do clero religioso e secular; e os índios na condição de escravos, livres (servos) e selvagens. No meio desses dois foi se constituindo um subestamento de mestiços ou mamalucos* (...) *Estes serviam de intermediários entre os brancos e os índios.*

Essa sociedade rural maranhense se consolida principalmente a partir das plantações ao longo do rio Itapecuru. Segundo Capistrano de Abreu[14], o Itapecuru teria sido inicialmente o rio mais cobiçado pelos colonos do Maranhão, transformando-se na principal via de penetração no interior da capitania, pois tinha boas condições de navegabilidade. Ao longo do Itapecuru, e mais tarde ao longo dos Rio Mearim e Pindaré, considerados os principais rios do interior da capitania, desenvolveu-se a ocupação social e econômica da região a partir de duas frentes distintas: de um lado, uma frente agrícola que vinha do litoral descendo o curso dos rios. Essa frente, voltada principalmente para o algodão e a cana, tinha a cidade de São Luis como centro irradiador. No baixo curso do Itapecuru viviam diferentes grupos indígenas como barbados, caicazes e guaianazes; de outro lado, vindo pelo sul, pelo alto Parnaíba, a outra frente de ocupação da região centrava-se na pecuária. O sul do Maranhão estava no centro das rotas de gado[15] que vinham do nordeste, do vale do São Francisco em direção à bacia amazônica, em especial ao rio Tocantins. O alto

[14] Cf. Abreu, Capistrano. "O Sertão". in *Op. cit.* pp. 127-203.

[15] No último quartel do séc. XVII o sertanista João Velho do Vale faz o reconhecimento do alto rio Itapecuru e do Mearim. Depois disso, realiza a abertura de uma estrada entre as capitanias do Maranhão e da Bahia. As terras desta vasta região teriam pertencido a Domingos Afonso Mafrense, "o Sertão", ao qual encontramos referência no *Roteiro do Maranhão*, e a Francisco Dias D'Ávila, dois grandes concessionários de terra da região, que haviam recebido o direito de explorar sesmarias nas margens do Gurgéia e do Parnaíba. Por volta de 1730, os rebanhos de origem baiana teriam começado a cruzar o Parnaíba, vindo a se estabelecer em fazendas no tradicional território dos timbira. (cf. Oliveira, Adalberto L. Rizzo de. *Ramkokamekra – Canela: Dominação e resistência de um povo Timbira no centroeste maranhense* . Tese de Mestrado, Unicamp 2002, p. 183).

Itapecuru, assim como o alto curso do Mearim, era a região habitada pelos diversos grupos Timbira, que se tornam um grande entrave para o escoamento destas boiadas que chegavam pelo interior para a cidade de São Luis e Belém. Todo esse movimento das boiadas no interior do norte e nordeste é abordado por Capistrano de Abreu em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, e constitui um tema central no *Roteiro do Maranhão* e em outros documentos do período.

Até a fundação da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão por Mendonça Furtado, em 1751, praticamente não havia negros na sociedade maranhense. Os índios, por sua vez, eram muitos e, como vemos no texto acima, pertenciam a três grupos. Os chamados índios servos representavam uma parte significativa do total, e eram os índios aldeados, trabalhando em regime similar ao da servidão, no campo. Os índios escravos, no século XVII, eram principalmente aqueles utilizados nos serviços domésticos, e os selvagens eram os índios bárbaros, gentios ou corsos, que sistematicamente atacavam as fazendas e povoações ao longo dos rios da região. É interessante notar que, se o estatuto dos índios aldeados vai sofrer muitas alterações ao longo dos séculos XVII e XVIII, graças às mudanças na legislação a seu respeito, o estatuto dos índios gentios permanece o mesmo até o fim do século XVIII: são sempre índios selvagens que gozam de autonomia, vivendo à margem do sistema colonial, mas ao mesmo tempo sempre na mira da colonização.

O tema da barbárie tem, na verdade, implicações muito profundas que permanecem durante a escritura do *Roteiro do Maranhão* no fim do XVIII. Em relação aos índios em geral, sua conversão ao catolicismo era a norma básica para sua aceitação na condição de humanos. Os índios que não aceitavam a conversão permaneciam, aos olhos dos colonizadores, na condição de bárbaros, ferinos. Justamente para exercer a dura tarefa da conversão dos índios, os colonos aceitam a presença dos missionários, o que em muitos casos gera conflitos de interesses. No estado do Maranhão e Grão-Pará, já no século XVII, se estabeleceriam em diferentes pontos os jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercedários. Os Jesuítas, campeões do aldeamento de índios, fazem um censo em 1730, quando registram 21.300 índios aldeados no Maranhão. Em 1750, Francisco Xavier de Mendonça Furtado faz um censo semelhante, quando estima em 50.000 o número total de índios aldeados na Amazônia.[16]

[16]Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p, 134.

A conquista e a colonização do Maranhão foram realizadas sob diferentes legislações a respeito do trabalho indígena. A base das leis que prevalecem até 1755, ano do diretório dos índios, está inscrita na lei de 1611, que declara a liberdade dos índios, salvo daqueles obtidos em guerra justa. Essa lei deixa uma importante brecha para a organização de entradas e bandeiras contra tribos que ameaçavam propriedades portuguesas. Assim, os índios que iam sendo capturados nas guerras justas eram aqueles considerados escravos, que poderiam ser domésticos, ou de trabalho nas fazendas.

Os índios que viviam como livres, nos termos propostos pela legislação da época, eram aqueles que haviam se sujeitado a viver em aldeamentos organizados e supervisionados pelos portugueses. Esta classe de índios era, no Maranhão, mais numerosa do que a primeira. É claro que se trata de uma liberdade muito relativa, uma vez que era cerceada pela obrigação de trabalhar para os brancos. Segundo o Padre Antonio Vieira, que esteve na Capitania do Maranhão entre 1653 e 1661, esta classe de índios era aquela que mais sofria com os abusos dos colonos. Na seguinte carta dirigida ao Rei D. João IV, em 1653, temos um relato eloqüente sobre os chamados índios livres no Maranhão do século XVII:

Os índios que moram em suas aldeias com título de livres são muito mais cativos que os que moram nas casas particulares dos portugueses, só com uma diferença, que cada três anos tem um novo senhor, que é governador ou capitão-mor que vem a estas partes, o qual se serve deles como de seus e os trata como alheios; em que vêm a estar de muito pior condição que os escravos, pois ordinariamente se ocupam em lavouras de tabaco, que é o mais cruel trabalho de quantos há no Brasil. Mandam-nos servir violentamente a pessoas e em serviços há que não vão senão forçados, e morrem lá de puro sentimento; tiram as mulheres casadas das aldeias, e pôem-nas a servir em casas particulares, com grandes deserviços de Deus e queixas de seus maridos, que depois de semelhantes jornadas muitas vezes se apartam delas; não lhes dão tempo para lavrarem e fazerem suas roças, com que eles, suas mulheres e seus filhos padecem e perecem; enfim, em tudo são tratados como escravos, não tendo a liberdade mais que no nome.[17]

[17] Vieira, Antônio. *Cartas do Brasil.* São Paulo: Hedra, 2003, 434-435.

Certamente a narrativa de Viera serve também aos propósitos da Companhia de Jesus. Mas é interessante notar no texto a referência aos índios que, submetidos aos trabalhos forçados nas lavouras, "morrem lá de puro sentimento".

Mas os jesuítas também são responsáveis, neste período, pelo estabelecimento de seu próprio regime de trabalho indígena. Segundo Caio Prado Jr.,[18] as práticas de trabalho dos índios, da forma como eram estabelecidas, principalmente pelos jesuítas, eram relações de tipo servil. Além da servidão nas fazendas, estes índios também trabalhavam como remeiros para expedições de reconhecimento e coleta das drogas do sertão. Em sua maioria, os roteiros de viagens que analisamos nesta pesquisa dispunham de índios como remeiros, guias e intérpretes entre os viajantes e outros índios. Mas é difícil definir precisamente sua participação, uma vez que poucas referências são feitas a eles nestes textos.

5.3 O latim nos sertões: a Companhia de Jesus no Maranhão

Das ordens missionárias responsáveis pelo aldeamento dos índios, a Companhia de Jesus foi, sem dúvida, mais importante. Os jesuítas, apesar de sua notória lealdade à coroa portuguesa e disposição para enfrentar invasões holandesas e francesas (católicos ou hugenotes), contavam com uma má reputação entre os colonos, que os consideravam sempre como defensores dos índios e contrários aos interesses dos colonos na sua escravização. Por duas vezes, em 1661 e 1684, foram expulsos do Maranhão.

Antônio Vieira, no auge de sua produção escrita, foi missionário no Maranhão e Grão-Pará. Ele teria vindo ao estado com o intuito de implantar definitivamente a Companhia de Jesus e desfazer as desordens e injustiças que prevaleciam nas relações entre índios e colonos na região. Os jesuítas acreditavam que os índios tinham alma e poderiam ser convertidos ao cristianismo. "Seu jeito infantil de ser poderia favorecer sua transformação numa cristandade mais pura"[19], mas, através da escravidão, eles se degenerariam cada vez mais.

Em outro trecho da mesma carta de Antônio Vieira ao Rei D. João IV referida acima, o padre faz uma série de considerações sobre a triste condição os índios em estado de escravidão nas casas de portugueses:

[18] Prado Jr., Caio. *Op. cit.*, p. 34-7.
[19] Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p, 155.

Os moradores deste novo mundo, que assim se pode chamar, ou são portugueses ou índios naturais da terra. Os índios, uns são gentios que vivem nos sertões, infinitos no número e diversidade de línguas; outros são pela maior parte cristãos, que vivem entre os portugueses. Destes que vivem entre os portugueses, uns são livres, que estão em suas aldeias; outros são parte livres, parte cativos, que moram com os mesmos portugueses, e os servem em suas casas e lavouras, e sem os quais eles de nenhuma maneira se podem sustentar.

Os índios que vivem em casa dos portugueses, pela miséria de seu estado, e pela natural rudeza de quase todos, ainda em muito maior parte lhes tocam todos os desamparos espirituais acima referidos. Muitos deles vivem e morrem pagãos, sem seus senhores nem párocos lhes procurarem batismo, nem fazerem escrúpulo disso. Os que têm nome e batismo de cristãos, muitos o receberam sem saberem o que recebiam e vivem tão gentios como de antes eram, sendo muito raros, ainda dos mais ladinos, os que se desobrigam pela Quaresma (...).

Este dano é comum a todos os índios. Os que vivem em casa dos portugueses têm demais os cativeiros injustos, que muitos deles padecem, de que V.M. tantas vezes há sido informado, e que porventura é a principal causa de todos os castigos que se experimentam em todas as nossas conquistas.[20]

Os portugueses do Maranhão, segundo a descrição de Vieira, são absolutamente rudes, e por isso não fazem esforço algum no sentido de uma real conversão dos índios ao cristianismo. Pelo contrário, passam a conviver com os gentios em suas casas, e muitas vezes acabam incorporando alguns hábitos destes índios, fato acerca do qual também temos referências no *Roteiro do Maranhão*[21].

---

[20] Vieira, Antônio. *Op. cit.*, pp. 432-3.

[21] Sobre este assunto, diz o autor anônimo: *Nos principios desta Capitania, enquanto os seus Conquistadores,e povoadores conservão-se as ideias que tinhão adquerido na Cultura das Capitanias do Brazil, não só fasiam lavouras dos generos comestiveis, mas levantantarão engenhos de assucar, e chegarão a ter neste effeito mais do necessario para a sua substencia; tanto porém que faltou a concorrencia das ditas Capitanias, obscurecendo-se as ideias com que tinhão principiado familiarizarão-se com os indios, adoptarão os seus costumes, e reduzirão-se a viver quasi a maneira destes mesmos indios.*
A caça, e a pesca, fez o principal da sua subsistencia, e os effeitos da Cultura entravão nela como acessorio. (Cf. RM, p. 145).

Vieira e outros membros da Companhia de Jesus enviam uma série de relatos ao rei nos quais os colonos são descritos por sua crueldade no trato com os índios, que graças ao sistema escravista permanecem sempre no mesmo estado em que foram retirados do mato. Já nas suas missões, argumentam os jesuítas, os índios encontrariam seu caminho de cristianização e trabalhos adequados a sua natureza. Estas aldeias ou missões deveriam ser auto-suficientes, autônomas, sem portugueses, administradas por missionários e líderes indígenas coadjuvantes.

Os colonos, por sua vez, certamente não ficavam satisfeitos com o domínio absoluto que os jesuítas buscavam sobre o trabalho indígena, e muito menos com a má reputação de que gozavam entre os religiosos, informação que chegava à metrópole através de cartas como esta, do Padre Antonio Vieira:

Os portugueses, senhor, vivem nestas partes em necessidade espiritual pouco menos que extrema, com grande falta de doutrina e de sacramentos, havendo muitos deles que não ouvem missa, nem pregação em todo o ano por a não terem, nem sabem os dias santos para os guardarem, nem os guardam, ainda que os saibam, nem há quem a isso os obrigue, o qual desamparo é ainda maior nas mulheres, filhos e filhas morrendo não poucas vezes uns e outros sem confissão.

Carentes de religião, conforme as palavras de Vieira, estes colonos passam a ter uma dupla relação com os jesuítas: por um lado, passam a deles depender para sua vida religiosa e educação de seus filhos; por outro lado, protestam contra eles quando precisam de escravos índios. Muitas destas reclamações contra os jesuítas chegam à metrópole e servem de subsídio para a legislação pombalina que os expulsa do Grão-Pará e Maranhão na metade do século XVIII.

A metrópole se vê pressionada por ambas as partes. Se, por um lado, a administração metropolitana dependia dos jesuítas para o trato com os selvagens, por outro lado dependia também dos colonos, que garantiam o rendimento econômico do empreendimento colonial americano (que se torna vital para Portugal desde a decadência do comércio com as Índias). Segundo Beatriz Perrone Moisés[22], essa pressão bilateral é

[22]Perrone-Moisés, Beatriz. *Op. cit.*, p. 116.

responsável pela legislação indigenista "contraditória, oscilante e hipócrita", produzida pela metrópole que não podia se indispor com nenhuma das duas partes.

Em alguns momentos, as determinações reais tendem a favorecer os jesuítas e o empreendimento conjunto entre metrópole e ordens religiosas para o chamado "descimento dos índios". Isso ocorre principalmente durante a estadia de Vieira no Maranhão, e se faz presente na sua intensa correspondência com o rei de Portugal, que no século XVII passa a tomar uma série de medidas no sentido de coibir a escravização indiscriminada dos índios pelos colonos. A principal medida teria sido a proibição das entradas de particulares aos sertões do Maranhão:

O remédio que V.M., senhor, e os senhores reis antecessores de V.M. procuraram dar a esta tirania foi mandar totalmente cerrar os sertões e proibir que não houvesse resgates e declarar por livres a todos os já resgatados de qualquer modo que o fossem. Este remédio, senhor, verdadeiramente é o mais efetivo de quantos se podem representar; mas é dificultosíssimo e quase impossível de praticar, como a experiência tem mostrado em todos os tempos, e muito mais nos motins deste ano, fundados todos em serem os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam.[23]

Esta proibição das entradas, no entanto, dificilmente seria cumprida. Os colonos do Maranhão e, em alguns casos, bandeirantes vindos a partir de são Paulo – que chegavam aos sertões da região a partir da Bahia e Piauí – passam a ser responsáveis por entradas ilegais para captura de índios. Fiscalizar os sertões era sem dúvida uma tarefa impossível para as instituições da época. Os motins dos moradores tornam ainda mais difícil o cumprimento da determinação real.

A solução, segundo Vieira, seria que os jesuítas coordenassem, juntamente com representantes da coroa, todas as entradas para o sertão, trazendo também escravos para os moradores da capitania, mas supervisionando uma captura justa de escravos:

Que as entradas ao sertão se façam só a fim de ir converter os gentios, e reduzi-los à sujeição da igreja e da coroa de V. M., como V.M. me tem ordenado, e que se nessas

[23] Vieira, Antônio. *Op. cit.*, p. 432.

entradas se acharem alguns índios em cordas, ou legitimamente escravos, que esses se possam comprar e resgatar, aprovando-o primeiro os padres que forem à dita missão, nos quais, quando menos, haverá sempre um teólogo e um bom língua.[24]

Esta ordem real à qual Vieira faz referência passa a vigorar como solução oficial até a metade do século XVIII, quando a metrópole ainda contava com os jesuítas e, em menor escala, com outras ordens religiosas, como principais responsáveis pelo trato com os índios.

As ordens religiosas vinham desenvolvendo técnicas elaboradas de descimentos dos índios em diferentes partes da colônia portuguesa. No estado do Maranhão e Grão-Pará (mais tarde no Grão-Pará e Maranhão), foram registrados dois métodos básicos de aldeamento dos índios[25]: O primeiro consistia num empreendimento no qual missionários e representantes da coroa se associavam na organização de entradas para o sertão que tinham como objetivo convencer tribos indígenas a aceitar a catequização e a se tornarem disponíveis para o trabalho forçado. Esse método combinava a persuasão através de presentes, com a promessa de não serem molestados por bandeiras escravistas, vindas principalmente de São Paulo. Era um método de persuasão forçada, utilizado principalmente contra tribos belicosas não falantes da língua geral.[26]

O segundo método é aquele utilizado quando se pressupunha que os índios acatariam voluntariamente o aldeamento. Nesse caso, uma tribo indígena era contatada por um missionário (geralmente jesuíta) que falava sua língua. Muitas vezes, tratava-se de um índio já catequizado e educado no meio colonial (o chamado "Língua"). Esse enviado deveria convencer os índios das vantagens do descimento. Assim que se obtivesse uma resposta positiva da tribo, vinham os demais missionários com uma carga de presentes, escolhia-se um local adequado e construía-se a missão. Na capitania do Maranhão, assim se deu o estabelecimento de importantes missões jesuítas, como entre os tenetehara e, mais tarde, entre os amanajós, e os guanarés.

Uma das mais importantes missões de jesuítas no estado do Maranhão foi a de Aldeas Altas. Subindo o Itapecuru, em 1741, os jesuítas fundam uma missão com os índios guanarés que fica conhecida como Aldeas Altas. Nesse lugar, em 1754, os padres da

[24] Vieira, Antônio. *Op. cit.*, p. 432.
[25] Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p, 157.
[26] No Maranhão, há registros da utilização desta persuasão forçada principalmente contra os índios uruatis, barbados, guanarés e tremembés, do leste e nordeste do estado.

Companhia de Jesus também tentam criar um seminário para o qual pudessem ser enviados os filhos dos muitos fazendeiros do Piauí e de Goiás. No texto do *Roteiro do Maranhão*, encontramos uma referência a Aldeas Altas, e ao projeto de estabelecimento do seminário:

25

Da Cachoeira grande até as Aldeas Altas são as dittas margens abertas com campos, e povoadas com fazendas de gado.

26

Das Aldeas Altas para a Freguezia de Pastos Bons, principia outra vez a mesma mata por huma e outra parte totalmente inculta desde a fazenda do seco, tres legoas acima do lugar de Trezedelas, até a mesma freguezia.

27

Trezedelas he povoação de índios de fronte das Aldeas Altas, onde os Jesuítas tinhão huma Caza, ou Telheiro com o nome de Siminario; e n'elle principiavão a ensinar a Gramatica Latina aos filhos dos moradores dos Sertões visinhos, e Capitania do Piauhi.[27]

Entre o Maranhão e o Piauí, às margens do rio Itapecuru, em meados do século XVIII, os Jesuítas principiavam a ensinar a gramática latina aos filhos dos moradores dos sertões mais ermos. Seu projeto, no entanto, tem vida curta, já que menos de uma década depois a Companhia de Jesus é expulsa do Brasil. O texto do *Roteiro do Maranhão*, posterior a este acontecimento, ainda traz registros dos projetos dos Jesuítas e de suas povoações.

5.4 Os índios e "a liberdade de suas pessoas": o Roteiro do Maranhão e a legislação indigenista de Pombal

Com o poderoso Marques de Pombal como ministro de estado português e com seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no governo do estado do Grão-Pará e Maranhão, o estatuto dos índios daquela região sofre alterações profundas. Durante seus

[27] RM, p. 69.

governos, nos dias 6 e 7 de junho de 1755, a coroa portuguesa baixou dois dos mais importantes decretos de lei da política indigenista do período.

A lei do dia 6 de junho restituía aos índios do Grão-Pará e Maranhão "a liberdade de suas pessoas, bens e commércio na forma que nella se declara".[28] Essa lei declara os índios livres, independentemente de terem sido capturados em guerras justas ou resgatados como cativos de outras tribos. Já a lei do dia 7 de junho "renova a inteira e inviolável observância da Lei de 12/9/1653, enquanto nella se estabelece o que os índios do Grão-Pará e Maranhão sejão governados no temporal pelos Governadores, Ministros, etc, e pelos seus principais". Segundo o texto desta lei, fica cancelado o governo que os jesuítas exerciam sobre suas aldeias e missões.

Os aldeamentos dos índios do Maranhão, desde a lei de 9/4/1655[29], vinham sendo governados pelos missionários em conjunto com os chefes indígenas, sendo os primeiros responsáveis pela administração espiritual e os segundos pela temporal. Com a legislação pombalina de 1755, os índios tornam-se emancipados e completamente responsáveis pelo governo de suas aldeias.

Sobre estes decretos, muito tem sido escrito pela historiografia contemporânea. No texto do *Roteiro do Maranhão*, escrito por um funcionário da coroa cerca de duas décadas após o decreto, temos um verdadeiro panegírico à legislação pombalina:

153

No estado que acabamos de mostrar, se achava a Capitania do Pará, athe a feliz época da sua restauração; athe o Alvará, com força de Ley de sette de Junho de 1755, que veio abolir a administração temporal, que tinhão os Regulares nas Povoações dos Indios, ou para millhor dizermos, que veio tirar das mãos dos mesmos Regulares a principal parte do governo de toda Capitania; porque sendo os Indios, como temos ditto os unicos braços deste Corpo, todas as suas operações pendião do concurso dos Regulares, que os dirigião,

[28] Perrone-Moisés. "Inventário da Legislação indigenista: 1500-1800.". In: Cunha, Manuela Carneiro. *Op. cit.*, p. 557.
[29] Lei sobre os indios do Maranhão ABN 66 (948):25-8 (Perrone-Moisés. "Inventário da Legislação indigenista: 1500-1800.". In: Cunha, Manuela Carneiro. *Op. cit.*, p.531).

e que com mil affectados pretextos illudião a cada instante as ordens do Governador, apartando os Indios de tudo, o que se oppunha nos seus illicitos e particulares interesses.[30]

Após uma dramática descrição do abandono em que se encontravam as produções na Capitania do Pará, o autor anônimo fala do período pós-decreto como época de restauração. Os índios, os "únicos braços" da capitania, não ficavam agora presos ao corpo dos jesuítas, mas sim ao corpo do estado português. Nessa narrativa, vemos claramente a caracterização dos jesuítas como defensores dos índios, que os apartavam de tudo que se opunha aos seus interesses particulares. Esta separação do trabalho indígena dos interesses do estado português, segundo o autor, seria a causa da ruína em que se encontrava aquele estado.

Este roteiro anônimo, com seu discurso sobre a restauração das atividades produtivas no estado na capitania do Pará a partir da lei do dia 7 de Junho de 1755, confirma algo que a própria lei, de certa forma, procurava mascarar. Segundo Carlos Araújo Moreira Neto, esta legislação – que constitui o fundamento jurídico da política indigenista pombalina – ao emancipar os índios dos jesuítas, acaba funcionando como dispositivo de integração forçada dos índios à sociedade colonial. *O sentido essencial da lei, como instrumento de dominação colonial sobre as sociedades indígenas, é mascarado pela abolição das administrações e do poder temporal dos missionários.*[31]

É justamente a esta reintegração forçada dos índios ao corpo da sociedade colonial que o *Roteiro do Maranhão* faz uma festiva referência. Para que ocorresse esta integração dos índios à sociedade colonial, as aldeias de índios fundadas pelos jesuítas, como Aldeas Altas e Trezedelas, citadas no *Roteiro do Maranhão*, passam a ser completamente adaptadas aos padrões determinados pela lei. Os aldeamentos são extintos, passando a ser chamados de "vilas" se tivessem mais de 150 habitantes, e de "lugar" se tivessem menos de 150 habitantes.

Todos esses detalhes sobre a condição dos índios estão descritos na lei de 7/6/1755, que é um importante complemento à declaração da liberdade dos índios conforme feita na

---

[30] RM, p. 149.
[31] Moreira Neto, Carlos de Araújo. *Índios na Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850).* Petrópolis, Ed. Vozes, 1988, p. 164.

lei do dia anterior. Essa complementaridade entre as leis também aparece citada no texto anônimo:

154

Sem esta providencia nenhum effeito teria a declaração que se fez da liberdade dos Indios, pela qual com simulado zello chamavão os Regulares; não a fim de procurarem, como membros do Estado, as utilidades, que della seguirião; mas só a fim de sujeitarem também á sua administração aquella parte dos Indios, que nella se achava desmembrada, e dominada pela parte da Collonia; persuadidos de que este era o meio, de mais promoverem os seus ambiciosos intereses, e de conservalla com diverso titulo na mais rigorosa escravidão. Assim manifestarão as declarações, as praticas, e sugestões, que contra a referida declaração da liberdade dos Indios fizerão os mesmos Regulares entre o resto da Collonia, logo que acabarão de conhecer, que estes não ficavão na condição pertendida.[32]

Os "regulares" a que o texto anônimo mais uma vez faz referência são justamente os jesuítas. Nesse aspecto da crítica à ação da Companhia de Jesus sobre a administração dos índios, o *Roteiro do Maranhão* – mesmo tendo sido escrito sob o reinado de D. Maria I – segue o padrão discursivo do período pombalino, atribuindo a esta ordem religiosa os mais ambiciosos interesses, sempre diferentes dos interesses da coroa portuguesa. Os jesuítas, segundo o autor anônimo, conservavam os índios na mais rigorosa escravidão disfarçada nos seus aldeamentos. Os portugueses, por sua vez, "não querem sua escravização", mas sim que "seus braços possam finalmente servir ao tão desejado florescimento do um estado do Grão-Pará e Maranhão".

Esta relativa liberdade dos índios, no entanto, teria curta duração.Em três de maio de 1757, Francisco Xavier de Mendonça Furtado baixa um novo decreto com 95 itens legislando sobre a vida dos índios nas povoações. Trata-se do "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão". A partir deste diretório, os índios perdem completamente o governo temporal sobre suas vilas e lugares.

[32] RM, p.

Mendonça Furtado inicia o texto do Diretório lamentando que os índios, *pela lastimosa rusticidade, e ignorancia, com que até agora forão educados, não tenhão a necessaria aptidão, que se requer para o governo*[33]. Ou seja, os índios, mal instruídos pelos padres, teriam se mostrado ineptos para exercer o governo de suas povoações. Em conseqüência disso, esse governo seria substituído por "diretores" diretamente nomeados pelos governadores das capitanias.

Segundo o Diretório dos Índios, a tarefa dos diretores passa a ser cuidar desse processo de civilização dos nativos e, para promover tal processo, um passo importante seria instituir a língua do conquistador como língua oficial nas povoações indígenas: *Sempre foi máxima inalterável praticada em todas as naçoens, que conquistarão novos Dominios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma*[34]. Os jesuítas, por sua vez, nunca haviam se preocupado em instituir a língua portuguesa nas suas povoações; pelo contrário, eles mesmos haviam se adaptado à chamada língua geral, que Mendonça Furtado qualifica como sendo *invenção verdadeiramente abominável e diabólica.*[35]

Além desta recomendação lingüística, o Diretório estabelece uma série de medidas práticas para civilizar os índios: institui providências sobre suas casas, seu modo de vida e trabalho, sobre sua condição de homens livres que não podem ser confundidos com negros, sobre suas roupas, hábitos e costumes.

Quando Francisco Xavier de Mendonça Furtado deixa seu cargo de governador do Grão-Pará e Maranhão em 1759, é produzido um discurso em sua homenagem ressaltando as maravilhas de seu governo para a região. Uma das passagens mais eloqüentes do texto trata justamente das conseqüências desta legislação indigenista para os colonizadores portugueses:

Em conseqüência do referido alvará, e da Bula mencionada, foram Ss. Exas., pessoalmente tomar posse, pela parte a que cada um tocava das aldeias de maior povo da administração dos Jesuítas, que logo o Ilm.º e Exm.º Senhor General foi constituindo Vilas, entregando o govêrno temporal delas aos principais índios e a intendência das suas

[33] In. "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão". In Moreira Neto, Carlos de Araújo. *Op. cit*, p.166.
[34] Diretório dos Índios, p. 2, artigo 6º.
[35] idem.

econômicas disposições a Diretores Seculares de reto procedimento; convertendo nomes bárbaros com que até ali se apelidavam aquelas povoações em os das mais conhecidas vilas de Portugal, tudo em observância do mesmo alvará; pois é regalia do Conquistador arbitrar as denominações dos lugares conquistados, assim como praticavam os romanos com os povos que senhoreavam, introduzindo em todos, ao mesmo passo de sujeição, o seu idioma de vitoriosos: uma e outra deliberação executou a atividade de S. Ex.ª para extinguir o abuso até então praticado desde o descobrimento do Estado, que nestas duas circunferências pareciam os portugueses dominados e não dominantes. [36]

Através destas leis, os portugueses reassumiriam o verdadeiro domínio sobre as povoações da região, tomando medidas enérgicas de colonização, como é o caso da renomeação das vilas, que agora recebem nomes de vilas portuguesas.

No interior da Amazônia e do Maranhão, as povoações que se fundam na segunda metade do século XVIII têm um caráter absolutamente laico, com clero secular ao invés de ordens religiosas, pois devem espelhar uma nova lógica que se descortina em Portugal. Tudo nas minúsculas povoações amazônicas deve reproduzir, em termos de organização do poder, aquilo que se passa em Portugal. Esta cópia das cidades portuguesas começa pela escolha dos nomes das vilas: Alenquer, Óbidos, Bragança, Oieiras, Santarém, são todas cidades amazônicas que se fundam sob referências de cidades portuguesas.

Esta legislação se insere numa política maior de tomada efetiva de posse da região amazônica e também dos seus moradores, como fica explicito no texto acima. Os portugueses, assim como os romanos, deveriam renomear as cidades, trocar os nomes bárbaros dos índios (muitas vezes preservados pelos jesuítas) por nomes da sua cultura de origem, refundando assim, na Amazônia, a geografia portuguesa e deixando claro aos índios que agora eles estavam sob o governo da coroa e que o português seria o idioma vitorioso.

(...) e sem embargo das ocorrências ordinárias de que se achava pensionado o Governo, motivados do novo estabelecimento de índios libertos, uns do injusto domínio dos moradores, e os outros do despótico governo dos Regulares, para melhor se dirigirem uns

[36] Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, p. 1226 (3v).

e outros no modo de gozar a doçura da liberdade que por tantos anos esteve sufocada na sujeição estranha, se ocupou S.Ex.ª em organizar o corpo das Leis Econômicas que haviam de observar, para em paz e Justiça se poderem manter; e melhor do que Licurgo com os lacedemonios e Solón com os Atenienses, estabeleceu para moradores e índios um " diretório" que, em 95 capítulos, compreendeu da vida cível daqueles povos o mais bem regulado sistema encaminhado a dois importantíssimos fins, que foram serviço de Deus e do Rei; a que a piedade cristã de um Ministro sábio e prudente deve dirigir todas as medidas da sua conduta que constitui felizes a todos os seus subordinados. [37]

Assim, o diretório teria sido assinado para que os índios pudessem "gozar a doçura da liberdade que por tanto tempo esteve sufocada na sujeição estranha". O caráter árcade do texto fica evidente na comparação de Mendonça Furtado com Licurgo e Sólon, com governantes da antiguidade que teriam tomado medidas benevolentes equivalentes àquelas tomadas pelo douto e ilustrado governador. É interessante notarmos também que o Diretório é referido no texto como corpo de leis econômicas, pois ordenam justamente o trabalho dos índios e as formas de produção no Grão-Pará e Maranhão. Essa caracterização mostra a economia já aparecendo enquanto ciência racional que deve nortear a política indigenista. A expulsão dos jesuítas, aliás, coincide no tempo com o advento do mais importante empreendimento econômico do Maranhão no século XVIII: a companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A companhia de comércio, que teve duração relativamente curta, passa a promover o cultivo e a exportação do algodão no Maranhão (cultura propícia ao clima e solo da região). Para estas fazendas, chega em 1761 a primeira leva de escravos a esse estado.

O propósito do Diretório dos Índios era justamente o de elevar os índios aldeados, da condição de gente o rude, à condição de vassalos do reino, integrados econômica e socialmente, inclusive através dos casamentos entre índias e colonizadores. Este propósito previa mudanças de ordem econômica na vida destes índios, que deveriam surgir no curso das aplicações dessas mudanças. Este propósito civilizador da legislação aparece explicitado no texto do *Roteiro do Maranhão*:

[37] Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, p. 1226 -1227 (3v.).

Com esta pratica entre nós desusada, principiamos a ver promover-se os interesses do Estado, provendo-se a felicidade dos indios. E na verdade nós não tinhamos achado na nossa América o Império de Montezuma, os Reinos de Mocoacan dos Incas, e nem Religião nem das Leis, nem dos costumes, nem das forças, sempre desunidas dos nossos indios poderiamos recear affectos, que os movessem a huma formal opposição, ou poder que a substentasse para assim nos justificarmos do abatimento em que os tinhamos posto. Principamos a apartarnos das vulgares maximas com que a politica trata as Conquistas; e a procurarmos fazer Cidadãos d'aquelles que até alli tinhão sido considerados no Canto da Plebe denominada, e incivilizada. [38]

Promover os interesses do estado e a felicidade dos índios. Fazer cidadãos daqueles que até ali tinham sido considerados plebe incivilizada. Os índios que os portugueses haviam encontrado na América não se organizavam em poderosos impérios como o de Montezuma no México, não tinham uma única lei ou religião que regulasse as vidas de várias nações. Pelo contrário, sua multiplicidade cultural é interpretada pelo autor anônimo do século XVIII como uma cabal desunião que tornaria ainda mais complicada a colonização.[39]

No entanto, no caso do Diretório, o autor anônimo tece algumas críticas às conseqüências desta legislação para os índios, apartando-se em certa medida do tom elogioso que cercava os discursos acerca desta legislação escritos no calor de sua promulgação. Na seguinte passagem do roteiro, podemos identificar uma tímida crítica às conseqüências do Diretório:

O Directorio, que no anno de 1758, foi mandado observar nas Povoações dos Indios do Pará e Maranhão, he huma evidente prova do que acabamos de dizer; e nos teriamos delle ainda as mais infortunadas consequencias na felicidade dos indios, e

[38] RM, p. 185.

[39] A historiografia até hoje se debate sobre este tema: por que o império português teria tido tanta dificuldade em submeter e colonizar os rudes índios brasileiros, enquanto os grandes impérios dos astecas e incas haviam sido submetidos em poucas décadas pelos conquistadores espanhóis. Uma resposta pertinente para esta questão encontramos no próprio RM, em que os índios são apresentados como inimigos dispersos, pulverizados, desunidos. A este respeito, cf. Bettel, Leslie (org.) *América Latina Colonial (V1 – col. História da América Latina).* São Paulo: Edusp/Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

interesses do Estado, se a falta que já consideramos nos Directores, não detivesse os seus progressos. A jurisdicção directiva unica que compete aos Directores, tem passado a Coactiva: os indios só no nome conservão o governo temporal das suas Povoações a sua simplicidade vê-se continuadamente invadida, e perplexa com as pretensões, com que os Parochos e Directores querem transgredir os limites dos seus Ministérios (...). [40]

O autor faz referência a uma série de problemas decorrentes da legislação indigenista em questão. Estas leis teriam trazido as mais desafortunadas conseqüências para as suas vidas. Este infortúnio, no entanto, é atribuído pelo autor anônimo não à legislação em si, mas às faltas na administração dos diretores das povoações. Os diretores teriam invadido a ordem tradicional da vida dos índios nas povoações, com pretensões incabíveis. Dessa prática administrativa impertinente, segundo o *Roteiro do Maranhão*, decorria o malogro do projeto de civilização dos índios pela legislação pombalina. Com efeito, a última recomendação de Mendonça Furtado em seu Diretório diz respeito justamente à conduta destes diretores, que deveriam estar completamente empregados na felicidade dos índios. Assim, vemos que autor anônimo não faz críticas às medidas tomadas durante a administração pombalina, mas sim à conduta destes diretores.

Além do *Roteiro do Maranhão*, outros textos dos séculos XVIII e XIX apontam como uma das grandes causas do fracasso desse sistema de tutela dos índios, estabelecido pelo diretório pombalino, a ignorância e o desleixo dos Governadores e Ministros que teriam escolhido mal os locais das vilas e, principalmente, a má conduta dos diretores. Esse ponto de vista fica explícita na seguinte argumentação, escrita posteriormente pelo ministro de D. João VI, Marquês de Queluz:

Para Directores foram escolhidos homens sem educação nem probidade, que não viram no emprego senão um meio de fazer fortuna (...) e este é outro exesso dos Directores, que não tratam os indígenas como tutelados senão como escravos tôda vida. [41]

No século XIX, o Marquês de Queluz pauta seus argumentos sobre a falência do diretório pombalino no mesmo problema apontado pelo autor anônimo e por outros

[40] RM, p. 152.
[41] in Moreira Neto, Carlos Araújo. *Op. cit*, p. 25.

autores[42] do fim do século XVIII: a falência do Diretório se dá pela má conduta dos homens, que não resistem a sua vontade individual de escravização dos índios e acabam agindo em benefício próprio ao invés de se ater aos "interesses maiores" do estado português. Os aldeamentos indígenas dirigidos por leigos passam a ser muito criticados, principalmente pelos inimigos de Pombal, após sua queda, em 1777. Essas críticas são, em boa medida, endossadas pela historiografia contemporânea que se dedica ao tema.

Francisco Jorge dos Santos, em sua obra, aponta justamente que D. Francisco de Souza Coutinho, Capitão General e governador do estado do Grão-Pará e Rio Negro, de 1790 a 1803, teria sido um adversário convicto do sistema imposto pelo diretório pombalino. Em seu *Plano para a civilização dos Índios do Pará*, Souza Coutinho teria proferido as seguintes palavras sobre a barbárie praticada contra os índios por um diretor nomeado após o diretório pombalino:

O diretor era um tirano Senhor absoluto da povoação e dos índios dela de todo sexo e idade (...). *Longe de promover que fizessem lavouras, que expedissem canoas ao sertão, longe de mandar gente para o Serviço Real, ou cumprir as distribuições aos moradores, não consentia que trabalhassem, senão para proveito dele.*[43]

Jorge dos Santos enfatiza ainda que os índios quase nunca recebiam os pagamentos a que teriam direito pela legislação, mas recebiam, sim, toda sorte de castigos. Aqueles que eram distribuídos aos moradores, nos locais de trabalho, teriam sido tratados ainda pior que os escravos. Com esse tratamento, a fuga para o sertão era a opção preferida pelos índios. Assim, na prática, o Diretório dos Índios teria se tornado impraticável por ser, segundo Jorge dos Santos, uma vaga teoria, inaplicável na prática. E os diretores dos índios teriam colaborado muito para essa inaplicabilidade da legislação. Os roteiros de viagens que analisamos em nossa pesquisa pertencem, em sua absoluta maioria, a esta fase pós-Diretório, quando a falência da legislação era já notória e apontada, inclusive, pelos governadores locais. Daí o grande empenho discursivo destes textos, e principalmente do

[42] Outro texto do século XVIII que traz importantes críticas ao Diretório é o de José Pestada da Silva, cf. Moreira Neto, Carlos Araújo. *Op. cit*, p. 27.
[43] "Plano para a civilização dos índios do Pará", Santos, Jorge Francisco. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 60.

autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, em criar novas estratégias de civilização, que analisaremos na seção seguinte.

Além dos problemas apontados até aqui, devemos ainda tratar da questão das terras indígenas. A legislação pombalina, com todas suas normas de controle político dos índios, abre as terras ao redor das missões para a ocupação de fazendas. Essa medida teria colocado os índios em uma situação de vivência urbana com o povo luso-brasileiro, o que, segundo Mércio Gomes[44], faz com que vários grupos indígenas, antes isolados nos seus aldeamentos próprios, entrem em um processo de integração cada vez maior com a sociedade colonial. Esse processo, aliado às fugas que ocorriam em função dos maus tratos, teria resultado numa queda populacional dos índios e no abandono de engenhos e fazendas.

O autor anônimo, na parte em que descreve as diversas vilas e povoações da capitania do Maranhão, traz uma interessante descrição de uma povoação de índios abandonada após a expulsão dos Jesuítas:

73

Além das referidas Villas comprehende a mesma Capitania os Logares, e Povoações dos Indios, Indios Arnazes, Jaicós e Goguês. A povoação dos Arnazes, quaze inteiramente dezerta, está situada nove legoas a Norte da Villa de Valença, no Lugar da Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Arnazes.[45]

Ao lermos esta descrição, podemos imaginar esta povoação deserta e, no centro, a matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Arnazes. Com a expulsão dos jesuítas, os índios não demoram a abandonar os hábitos civilizados aprendidos nas missões e abandonam também suas igrejas e povoações, como é o caso desta matriz, edificada em homenagem à padroeira dos índios Arnazes, abandonada em meio ao sertão.

Esse abandono da vida rural seria um forte indicativo de que a adaptação destes índios a este mundo rural da colônia não ocorre conforme o planejado. Segundo Carlos Araújo de Moreira Neto, os índios, conforme o projeto pombalino, deveriam constituir uma *massa nativa, econômica e socialmente controlada, capaz de suprir, com sua força de trabalho, o esforço de consolidação do domínio colonial português na Amazônia. A*

[44]Gomes, Mércio Pereira. *Op. cit.*, p. 157.
[45] RM, p. 77.

falência do indigenismo pombalino está intimamente relacionada com a inviabilidade da integração servil do tapuio na sociedade colonial.[46]

Na verdade, a própria caracterização dos índios nos textos coloniais, sempre marcada pelo ócio e pela indolência, já antevia em boa medida essa não adaptação, que se confirma de forma definitiva com o Diretório.

No caso do Maranhão, além desse abandono, algo ainda mais importante acontece: com a saída dos jesuítas e a falta de povoamento e desenvolvimento econômico no vale dos rios Pindaré e Itapecuru, cria-se um vazio de presença luso-brasileira na região. Índios anteriormente aldeados, como os tenetehara, acabam perdendo contato com a sociedade regional e entram novamente para os sertões. As regiões citadas acima vão se tornando, após a legislação entrar em vigor, cada vez mais isoladas do litoral e da capital. Com o vazio jesuítico, índios bravos, como os gamelas e os timbiras, tornam-se presença constante na região. É justamente para coibir as ações destes índios e para permitir a chegada de fazendeiros que o *Roteiro do Maranhão* vai desenvolver seu plano de ação para o estado português.

5.5 Gentios Bravos: Os timbira do *Roteiro do Maranhão* e outros roteiros de viagem:

Dentre as várias nações indígenas que habitavam a região do baixo Amazonas e Maranhão no século XVIII, algumas representaram, de forma mais incisiva, o papel de "gentios bravos" diante dos colonizadores. Os timbira do Maranhão estão, sem dúvida, entre estas nações que lutaram até suas últimas possibilidades contra a dominação de seu território e de sua cultura. Estes índios, ao mesmo tempo em que configuraram um entrave gravíssimo à colonização da região, também se configuravam nos discursos da época como arquétipo do selvagem livre, do índio indomável, que cerca de meio século depois seria exaltado pela literatura indianista.

O conhecimento do território dos timbira é fundamental para o próprio conhecimento dos planos de povoamento do *Roteiro do Maranhão*, já que ambos se sobrepõem: o território a ser ocupado pelas povoações propostas no roteiro anônimo é

[46] Moreira Neto, Carlos Araújo. *Op. cit*, p. 26.

essencialmente o território já ocupado pelos grupos timbira e por outras nações gentias.Ou seja: é um plano de povoamento que se refere, na verdade, a uma região já povoada, mas não colonizada.

No primeiro parágrafo da descrição geográfica do *Roteiro do Maranhão*, temos a seguinte descrição do rio Itapecuru, já anteriormente mencionada:

O rio itapecuru tem os seus principios a Sudeste no Sertão ainda inculto, e habitado por diversas nações de indios Silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbira.[47]

Apesar de termos mencionado anteriormente essa passagem do roteiro, não nos detivemos na análise de um elemento importante de tal descrição: as nascentes do rio Itapecuru estão em um sertão inculto, pertencente aos índios Timbira. Um dos principais rios percorridos neste roteiro, o Itapecuru é dominado em suas cabeceiras por índios gentios, inimigos da colonização. Nesse período, muitas nascentes de importantes rios encontravam-se nesta condição, confirmando ainda mais o arquétipo da nascente como local do primitivo, do incivilizado. Dominar o rio desde sua nascente era a tarefa imposta à colonização. Dominar, nesse caso, significaria não apenas conhecer, mas subordinar os seus moradores originais, para então subordinar o próprio rio aos interesses coloniais.

Ocorre que os projetos racionais dos roteiros do século XVIII tinham como meta justamente a utilização dos rios das capitanias do Maranhão e Grão-Pará para o escoamento do ouro do Brasil central. Um projeto de tamanha importância e envergadura não poderia mais ser submetido às vontades dos bárbaros que dominavam as nascentes e impediam os trajetos da colonização. As terras do Maranhão tinham de ser agora devidamente ocupadas pelo estado português, através dos planos racionais de civilização e conquista. Mas estas excelentes fatias de terra, já comprovadamente úteis para o plantio do algodão e criação de gados, permaneciam incultas. Até o final do século XVIII, segundo nos conta o *Roteiro do Maranhão,* muitas nações silvestres, além dos timbira, ocupavam as margens dos rios e sertões da região:

[47] RM, p. 63.

Toda esta excellente, e dilatada porção de terra he ainda hoje habitada de diversas e numerosas nações de indios Silvestres . A nação Timbira, que em si se divide em muitas outras diferentes, occupa a parte do Parnaiba, e cabeceiras do Itapecurú.

A do Acruá se divide também do mesmo modo, occupa a de Tocantins, se estende ao sul sobre o Timbira: huma e outra confina ao norte com os Cupajus, restos dos Amanojós, Gamelas e outras. [48]

A excelente porção de terra a que se refere o autor anônimo é justamente a região de Pastos Bons, considerada a melhor região para criação de gado da capitania do Maranhão, por seu clima adequado, pastos naturais e água em abundância. O autor anônimo demonstra nesta descrição um grande conhecimento dos nomes e das fronteiras entre as nações indígenas. Demonstra também um conhecimento sobre os timbira, que efetivamente se dividiam em diferentes grupos, sobre os quais a dissertação de Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira representa um importante estudo contemporâneo. Entre os diversos grupos dos timbira do Maranhão, temos os Timbira Mateiros e, próximos a Pastos Bons, os chamados Timbira Capiekran, conhecidos pelos moradores da região como Canellas Finas. São índios de língua e cultura Gê.

No final do século XVIII, quando o chamado Sertão dos Pastos Bons começa a ser efetivamente ocupado pelas fazendas de gado, começam a ser organizadas bandeiras, vindas de Aldeas Altas, contra os Canellas Finas. Estes, por sua vez, intensificavam seus "horrozos ataques", muitos deles registrados nas narrativas do comandante Francisco de Paula Ribeiro[49], que escreve poucas décadas após o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão.*

Além dos timbira, vemos, na passagem do texto anônimo citada acima, um elenco de outros grupos indígenas, todos devidamente localizados em relação às fronteiras dos Timbira, o empecilho central da colonização. Os Acoroá, que seriam filiados à família lingüística Jê, *formavam uma grande etnia que tinha como território, os campos situados ao sul do Rio das Balsas e vertentes do Parnaíba, de onde realizavam incursões pelos sertões e campos do Piauí atacando fazendas de criação e núcleos de povoamento que se estabeleciam*, conforme nos informa Adalberto L. Rizzo de Oliveira, com base no texto do

[48] RM, p. 72.
[49] Oliveira, Adalberto L. Rizzo, *Op. cit.* p. 137.

antropólogo Nimuendajú.[50] Em 1758, os colonos de Aldeas Altas recebem autorização para fazer uma "guerra defensiva" contra os acoroá e os timbira, os mais temidos gentios daqueles sertões.

Os amanajó constituíam um grupo de origem étnica e filiação lingüística imprecisa. Acredita-se que seriam um grupo de origem tupi, que já havia se deslocado durante o século XVIII das matas do Pará entre os rios Gurupi e Tocantins para o sul do Maranhão. Ao contrário dos timbira e dos acoroá, os amanajó eram tidos como índios de índole pacífica.

Já os gamela, índios de filiação lingüística imprecisa, constituíram um dos grupos étnicos que ofereceu maior resistência ao processo de dominação territorial do Maranhão. As tentativas de aldeamento destes índios datam de meados do século XVIII, quando o próprio Mendonça Furtado teria se empenhado no processo[51]. A pacificação dos Gamella, bem como dos timbira, era fundamental para a estratégia de ocupação colonial das terras que vão desde o vale do Mearim (as excelentes terras citadas acima), até a região de transição do serrado com a floresta amazônica, no rio Tocantins, onde outros grupos Timbira faziam seus ataques.

Para dominar, era fundamental conhecer. O autor anônimo demonstra justamente este conhecimento das fronteiras das nações silvestres, das áreas dentro das quais há possibilidade de se encontrar determinado tipo de índio. Naquele momento, era preciso saber qual território se estava invadindo, para saber qual estratégia deveria ser escolhida. Para cada nação indígena, deveria haver uma estratégia racional correspondente de colonização. No texto do *Roteiro do Maranhão*, os índios aparecem como enigmas a serem decifrados pela razão do século XVIII. Em outros textos, para os índios indecifráveis temos a resposta certeira da guerra justa, que poderia significar também, nas entrelinhas, um genocídio. Mas, neste roteiro, em momento algum há menção à guerra. O autor anônimo acredita que, até para as mais bárbaras nações, há uma solução racional, como vemos nesta passagem sobre os timbira:

[50] Oliveira, Adalberto L. Rizzo, *Op. cit. p* 117. K. Nimuendaju foi um dos principais estudiosos dos índios daquela região na primeira metade do século XX.
[51] Oliveira, Adalberto L. Rizzo, *Op. cit.* p. 120.

As nações remotas não nos vem acometter: as confinantes só o fazem , depois de observarem bem a nossa fraqueza, e o nosso descuido; e como muito temem as nossas armas qualquer resistência, e vigilância se põe em fugida.

Sem buscarmos Paízes mais remotos, nem voltarmos a tempos mais antigos, a mesma freguesia de Pastos Bons, hostilizada pela Nação Timbira da de tudo um bom exemplo: ella soffreo sempre as invasões da ditta nação, e sofre ainda hoje com o pé firme, sem pertencer mais que a conservação das suas Povoações existentes. Não seria milhor que procurasse tirar maiores vantagens adiantando a sua cultura, e sugeitanto as Nações Visinhas? Com ellas se acharião os meios de sugeitarmos tambem com a mesma brandura e suavidade as referidas Nações do Sul, de podermos communicar por esta parte com a Capitania de Goiaz.[52]

Nessa passagem, o autor discorre sobre o modo de operar dos diferentes índios. Aqui a dualidade básica não é entre índios gentios e mansos, mas sim entre nações remotas e aquelas confinantes com a colonização. Os gentios nem sempre estão entre as nações remotas, embora prefiram muitas vezes o distanciamento do empreendimento colonial. Principalmente na segunda metade do século XVIII, alguns grupos de índios passam deliberadamente a atacar as vilas de colonos, como é o caso célebre dos mundurucus e dos muras no vale do Amazonas. São os chamados "gentios corsos".

Os muras, situados principalmente no rio Solimões, representaram, na época, segundo Francisco Jorge dos Santos, "*o paradigma dos índios bárbaros ou de corso, contra os quais dever-se-ia mover a mais enfurecida guerra, como queriam as autoridades da época*".[53] Eram índios que ficaram conhecidos pela sistemática barbaridade com que responderam à colonização, por serem índios sem aldeias, vivendo e andando sempre a corso, e atacando índios aldeados. Alexandre Rodrigues Ferreira teria convivido com os muras, sobre os quais tece uma série de considerações na sua *Viagem Filosófica à Capitania do Rio Negro.*

Os mundurucu representaram também outro grande flagelo para os colonizadores na Amazônia. Estes índios, ao longo do século XVIII, entram num processo de migração, se deslocando desde o rio Madeira até o Tocantins e chegando a atacar importantes cidades na

[52] RM., p. 89
[53] Santos, Jorge Francisco. *Op. cit,* p. 68.

região que cerca Belém. Foram apaziguados antes dos muras, dos quais eram também inimigos, mas representaram motivo de grande preocupação aos moradores das vilas e lugares às margens dos rios referidos acima, além do Tapajós e do Xingu. Ataques sistemáticos, à maneira dos mundurucus, também teriam feito os Timbira com a freguesia de Pastos Bons, Aldeias Altas, e outras vilas e lugares do interior do Maranhão.

Com relação aos muras e aos mundurucus, a colônia a eles declarou uma guerra justa, que se estendeu por décadas. Dentre os muitos argumentos que justificam a declaração de guerra a estes gentios, estão as práticas de antropofagia e o corte das cabeças do inimigo, temas que surgem com freqüência nos roteiros de viagem que cortam o vale do Amazonas e atravessam terras destes índios. O engenheiro Manuel de Braun, em seu *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784*, faz uma importante menção aos gentios do Amazonas e à barbárie dos mura e dos mundurucu:

Mais de duzentas nações gentias se lhe tem até o presente descoberto [no rio Amazonas], *sendo algumas antropophagas, e n'estas as de maior braveza e incommodo a Este estado a dos Muras, que vivem de corso e a pessôa alguma dão quartel, e a dos Mundurucus, que permitindo-o as mulheres e ás crianças, aos homens lhes não deixam logo de cortar as cabeças , com que decoram os tropheos de suas casas e heroicidades; sendo tal a infelicidade dos dominios portuguezes, que já hoje tem tão entranhados estes deshumanos, que chegam a atacar os visinhos da villa do Gurupá, que só dista da cidade noventa léguas.* [54].

O autor relaciona a antropofagia ao gentilismo: o índio corso, que vive dos ataques aos colonizadores e aos outros índios, deveria ser, via de regra, antropófago. No caso dos mundurucus, a sua barbárie ia além da antropofagia: a parte mais significativa do corpo humano, a cabeça, tornava-se um troféu desses guerreiros bárbaros. Devemos supor que um grande incômodo para os portugueses pode ter sido justamente presenciar cabeças de colonizadores tornando-se troféus para os índios.

---

[54] Braun, Manuel de. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Revista IHGB, Tomo XII, 1874, p. 300.

Ao fim dessa passagem, vemos uma referência aos ataques mundurucus próximos à vila de Gurupá, já nas proximidades de Belém do Pará. Ou seja, mesmo importantes vilas portuguesas na Amazônia colonial estavam sujeitas aos ataques dos gentios, que não temiam nem mesmo a proximidade com a cidade de Belém. Os muras e os mundurucus representaram, durante o século XVIII, a infelicidade dos domínios portugueses, o maior entrave de que se teve notícia para a colonização da Amazônia.

Assim, o século XVIII representa, para os administradores coloniais, um período de longa e penosa guerra contra estes gentios, guerra esta que certamente foi responsável por um desgaste, na Europa, da imagem da colonização lusitana da Amazônia.

Com relação aos timbira, temos relatos de seus ataques, de sua barbárie, mas não encontramos menção expressa à antropofagia. Os ataques dos timbira na região de Pastos Bons teriam se tornado mais intensos em meados do século XVIII, quando a administração colonial já enfrentava os muras no Solimões, e já vivia uma experiência difícil naquela região. Talvez por isso, e pela nova forma de relacionamento com os índios defendida pelo Marquês de Pombal, o autor do *Roteiro do Maranhão* não defende a declaração de guerra aos timbira. Defende, sim, em seu discurso, formas de apaziguamento gradual, utilizando nações que se submetam à coroa como aliadas neste processo. Este é um objetivo tão central do texto em questão, quanto o próprio estabelecimento de uma rota de ouro através dos rios por ele percorrido. Não é possível transportar ouro sem o fim dos ataques dos índios; uma coisa não pode ocorrer sem a outra. Por isso, no primeiro capítulo da parte do texto do roteiro na qual se desenvolvem as reflexões acerca da região, temos como tema inicial a questão da redução das nações silvestres:

Capitulo 1º.

Em que se propõe hum novo estabelecimento de Povoação, que se communique pelo interior do Paiz, do Rio Parnaiba da Capitania do Maranhão ao Rio Tocantins da Capitania do Pará, como projecto interessante á reducção de Nações silvestres a povoação e cultura das referidas Capitanias.

Par 1º.

O meio mais facil de se reduzir grande parte das dittas Nações a huma firme, e util sugeição, he procurar do Maranhão dilatar as Povoações de Pastos Bons, buscando o Rio Tocantins, e fazer o mesmo das margens do dito Rio Tocantins por aquella altura mais conveniente ao fim de se unirem e communicarem as referidas povoações.

Este projecto ainda que pareça conter algumas difficuldades pela extensão do Paiz, e multidão de Indios silvestres, que o habitão, não parecerá comtudo chimerico ou impraticavel a quem conhecer bem no fundo o carater destas Nações, a natureza do Paiz, e o trabalho que demanda sua cultura. [55]

Reduzir os índios é o primeiro passo para possibilitar a navegabilidade daqueles rios. Mais que as cachoeiras, eram os índios os grandes obstáculos do trajeto. Mas, ao contrário das chamadas guerras justas, o que o autor propõe é o estabelecimento de povoações nos sertões entre o Itapecuru, o Tocantins e o Parnaíba.

Par 2º.

Pelo que respeita ao caracter, não he dizivel o valor, com que ellas fazem a guerra entre si, a resolução, com que se abandonão aos Lances mais custozos; e a constância com que soffrem os accidentes mais funestos. Porém no meio de todas estas couzas, que parecem muitas vezes exceder as forças do homem, e que não podem deixar de encher de admiração a quem as vê com olhos raciones, ellas se deixão possuir de hum tão desordenado medo dos brancos que qualquer leve opposição por mais insubsistente que seja, as perturba e põe em fugida.

Ellas trocão com facilidade o seu Paiz natural, e põe digo natural muitas vezes mais fertil, por outro mais estéril, com tanto que se persuadão que nelle podem viver seguros dos brancos.

Daqui nasce

Que as povoações de Indios nas suas mesmas terras, ou com ádito livre a ellas, ou a outras remotas, e a nós incognitas, são quasi sempre pouco permanentes na nossa sugeição, e expostas a tantas rebeliões, quantas nós temos até agora experimentado.

[55] RM, p. 86.

Que pelo contrário só os achamos firmes, subsistentes naquellas em que elles conhecem, ou se persuadam que os brancos (como elles dizem) os rodeão e que já se acabarão as suas terras. [56]

Ou seja, é preciso convencer as nações silvestres de que elas estão cercadas de brancos, para que eles permaneçam, firmes, nas povoações administradas pelo estado português. Enquanto os índios ainda têm como perspectiva o sertão inculto diante de si, eles são sempre "pouco permanentes" nas povoações dos brancos. O autor argumenta como conhecedor profundo dos medos dos índios e de sua lógica de guerras. A forma de ser dos índios selvagens, que preferem sempre a liberdade das matas à sujeição aos brancos, enche de admiração os olhos racionais do escritor anônimo.

Os índios são representados, no seu discurso, como povos portadores de uma lógica própria, e até de uma certa honra, e são considerados como inimigos à altura do colonizador, daí a necessidade de se utilizarem as mais elaboradas armas da razão para dominá-los. Ao se observar a conduta dos índios com olhos racionais, afirma o autor, tem-se uma certa admiração à sua conduta de resistência e ao seu gosto pela liberdade. Os índios gentios, apresar de representarem o maior entrave à colonização, representam também, em certa medida, homens empenhados na luta pela sua liberdade.

Assim, submeter estes homens à simples sujeição, sem planejamento, gera, como argumenta o autor, infinitas rebeliões e um domínio muito tênue sobre os índios. Segundo o *Roteiro do Maranhão,* era preciso persuadir os índios de que eles estavam cercados, de que os seus sertões já se haviam esgotado. Essa situação, segundo o texto, faria com que as nações silvestres perdessem seu horizonte infinito de fuga, e aceitassem por conta própria a colonização.

Par. 3º.

Isto posto, he facil de conhecer, que cortado todo este Paiz com uma linha de Povoações nossas, desde os Sertões da Paranaiba até Tocantins, as Nações, que ficassem ao Norte, vendo que nós por toda a parte as cercavamos; não só virião com mais

[56] RM, p. 87.

facilidade a nossa sugeição, mas sem as largas despezas, e funestas enfermidades, que padecem os Indios nos seus descimentos, ou novos estabelecimentos, se poderião conservar no seu mesmo Paiz natural, aproveitando-nos nós também delles mesmos para continarmos a cultura das margens dos Rios Miarim Pindaré, e dos mais que descem por esta parte (...)[57]

Na verdade, as povoações planejadas no *Roteiro do Maranhão* teriam uma função mais teatral do que prática; participariam da grande encenação da conquista. Se as povoações às margens do Amazonas servem fundamentalmente para encenar a conquista para os povos europeus que flertavam com o grande rio, as povoações no interior deveriam ter essa mesma função em relação aos índios: encenar um cerco do império português aos sertões incultos. Daí a importância de organizá-las em uma linha, para que os povos que ficassem ao sul desta linha, especificamente os timbira que viviam no alto Itapecuru, passassem a acreditar que, dali para cima, todo o curso dos rios estaria ocupado pelos colonizadores.

Um projeto muito semelhante, de escoamento do ouro vindo de Goiás através dos rios do Pará e Maranhão, vemos no texto da *Relação e Roteiro para a Jornada do Pará e o Sertão dos pastos bons desde o Rio Capim:*

Relação e Roteiro da jornada que há de passar a Partida que o Ilmo Sr. D.Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capp. General do Grão Pará, faz mandar das cabeceiras do Rio Capim ao S E (?) commandada pelo capp do mato José do Rosário , a procurar a communicação da capp do Piauhí,ou Aldeas Altas, Pastos Bons: declarada no seu oficio de 16 de Junho de 1797, dirigida ao Ilmo Exmo Sr Gov Capp General do Maranhão, D. Fernando Antônio de Noronha, q m (...) a responder a elle com as informações precisas.[58]

---

[57] RM, p. 88.

[58] Noronha, D. Fernando Antônio de. *Relação e Roteiro da jornada que há de passar a Partida que o Ilmo Sr. D.Francisco de Souza Coutinho...* Ms. Seção de Reservados (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa, cx 72.

Neste roteiro, ao passar pelos mesmos sertões percorridos pelo RM, o governador se depara basicamente com o mesmo problema colocado pelo autor anônimo: os gentios timbira e outras nações silvestres.

Marchando a ditta partida, das cabeceyras do Rio Capim, ao rumo de SE, passado o Rio Guamá, que se fica vezinho, (...) os rios do Gurupy, e de Maracabumé, e o Turiuasu, todos estes rios nomeados tem as suas nascentes da mesma parte, em que também tem o Rio Pindaré, e todo aquele território e sertão, está habitado de Gentios Timbiras e Ananajós, que este ultimo com facilidade se pode cathequizar, e mister de paz por ser esta nação de Gentio, de condicção (...) , menos barbara que a nação Timbira que he ferina, Cruel (...)[59]

Nesta narrativa, no entanto, o autor não poupa adjetivos aos timbira: "Ferina e cruel" são dois dos mais contundentes adjetivos dados a esta nação indígena. No texto, a descrição dos índios corresponde à dualidade mansos x bravos.

Os Gentios Timbira e Ananajos são a maior porção dos q habitão; porém inimigos huns dos Outros. Os Ananajós são Brancos como os Europeus, e não usão como os outros gentios de fazer deformidades na Cara, orelhas, e beiços, são domaveis sem armas[60] *(?) se si fixar delig. aos congregar para a Religião, não será dificultoso, em todo interessante para elles por ficarem seguros dos Timbiras seu mortal inimigo, seu flagello.*[61]

Até a aparência daqueles índios cuja civilização é possível parece mais aprazível ao europeu. Os Amanajós são brancos, não "fazem deformidades na cara", e por isso são domáveis sem armas: porque são menos bárbaros que os timbira, o flagelo dos sertões. Os amanajó, que se parecem com brancos, são também mais parecidos com seres humanos, ao contrário dos timbira, que se parecem com feras.

[59] Noronha, D. Fernando Antônio de. *Op. cit.* s/n.
[60] Os índios brancos como europeus curiosamente também são os mais domáveis, civilizados. A relação entre cor e barbárie é evidente: quanto mais branco, menos bárbaro.
[61] Noronha, D. Fernando Antônio de. *Op. cit.* s/n.

O autor desta *Relação e Roteiro para a Jornada do Pará e o Sertão dos pastos bons desde o Rio Capim* propõe, sobretudo, as fazendas de gado e lavouras como forma de possibilitar a passagem do caminho do ouro na região:

Am (hão ?) estes Ananajós, humas poucas de Aldeas, para a parte dos cabeceyros dos Rios Tuy, Gurupy, e Capim. Esta diligencia, di dezinfestar aquellas terras se pode fazer comm toda brevidade se os senhores governadores do Maranhão, Para e Goyazes se derem as mãos mutuamente, para conseguir não em modo de conquista, sim pretextados de fazerem estradas de comunicação para o uso publico e recíproca commodidade do comércio, daquellas capp. , humas com as outras, isto é o milhor modo de se por um effeito (...) fazendo situarense de fazendas de gado e lavouras, que estas uma vez feitas, he o meyo dos gentios ou se meterem de paz, ou se retirarem para longe porq todos elles tem o mais temor de noz, do que noz delles. Bom entendido que os certõens do Brasil, e as povoaçõens de Minas, a bem que se tem feito aus poucos situar fazendas de gados ou em diligencia descobrir ouro q a não ser isso, estancao povoados somente expostos de Mar. [62]

Neste texto, ao contrário do *Roteiro do Maranhão*, não há um plano de estabelecimento de povoações, mas sim de um caminho, uma rota de comunicação. E, para o estabelecimento desta rota, torna-se fundamental "desinfestar" os sertões de índios. O termo desinfestar não é utilizado no *Roteiro do Maranhão*, e deixa algumas dúvidas ao leitor contemporâneo. Desinfestar, nesse caso, poderia significar a chamada guerra justa contra estas nações. Ainda que ele afirme que se deve conseguir a comunicação entre estes sertões "não em modo de conquista", ou seja, não através da guerra e da escravização, o significado da desinfestação sem dúvida difere do significado atribuído a "descimento", no período. O tema da desinfestação continua:

NOTAS

Os moradores de Pastos Bons, suspirão por q aquelles certoens se desinfestarem do gentio, ap q hajão estradas de communicação, para Aldeas Altas, como pouca distancia,

[62] Noronha, D. Fernando Antônio de. *Op. cit.* s/n.

dado que se servirem ao presente com grande volta, a beira do Parnahiba, assim (?) como para tudo o Itapecurú, Meary, de sorte que estando d terra desinfestada de gentios, com estradas de communicação, poderia-se, da comarca de Goyazes ao Maranhão, por metade do tempo, que se gasta pelo Parnaguá (e por muito menos) e do mesmo modo para o Pará, a q não padesse ao menos duvida, e mais q tudo, farão promover abundancia de Gados, que serve para augmentar a sua população quando se faz necessária, (quanto ?) sua defeza não terão carne, para sua sustentação e nem nunca se povoará hum paiz, q pode ser o império da América. Em huma palavra: Povoem-se estes certoens e os rios do Pará, Maranhão que será Portugal hum império de Riquezas. Seus monachas os maiores soberanos da Europa, por effeito das riquezas que aquelles estados podem produzir, em 128 Rios que se banhão nas capitanias do Grão Pará e Rio Negro, e a do Maranhão e Piauhí em 25 Rios de q aqui se faz relação ceclarando-os por seus nomes [Segue relação dos rios]. [63]

É importante analisarmos a estratégia retórica que o autor (possivelmente o próprio Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capp. General do Grão Pará) utiliza a favor de seu plano. Nesta passagem, o texto começa com a imagem dos moradores de Pastos Bons, sonhando, "suspirando pela desinfestação" dos sertões de índios gentios. De inicio, o autor nos apresenta a questão como um problema local, dos moradores daquela região. Mas, à medida que o texto se desenvolve, ele busca convencer os seus leitores de que esses gentios, no caso timbira, não representam um problema apenas para os moradores de Pastos Bons, mas sim para todo o império português, uma vez que graças a eles fica impossibilitado o povoamento de um "país que pode ser o império das Américas".

O autor não promete pouco aos seus leitores: diz que se os sertões do Pará e do Maranhão forem povoados, os monarcas de Portugal podem se tornar os maiores soberanos da Europa, graças às riquezas que podem verter da terra e dos muitos rios da região, que ele enumera minuciosamente, da Capitania do Rio Negro à capitania do Piauí. A abundância de gado também aparece como promessa de sustento da população que deve se estabelecer na região. O gado surge neste texto, assim como no *Roteiro do Maranhão*, como um pilar

[63] Noronha, D. Fernando Antônio de. *Op. cit.* O eixo central da argumentação a favor da abertura do caminho é a possibilidade de povoação e a produção/comércio do gado. O gado é visto como promessa de sustento da população, como pilar de um império ultramarino. Trata-se do mesmo projeto do *RM*, a mesma região e a mesma retórica.

de sustento de um império ultramarino. Após a descrição dos rios das capitanias em questão, o autor do texto retoma mais uma vez o projeto da estrada de comunicação com Goiás como meio de solucionar o problema dos gentios na região:

He muito conveniente ao Est. E as Capp. do Maranhão, Pará e Goyazes q se povoem os Certoens e terra que medeia entre os Rios Tocantins e Parnahiba (o modo por q se pode fazer he bem facil) por meyo de estrada de comunicações.[64]

Toda a retórica utilizada neste texto serve a este projeto de estabelecimento de uma estrada de comunicação com Goiás, para o transporte do ouro e gado. A crença nesta estrada como instrumento de ocupação dos sertões, no entanto, é bastante questionável se analisarmos outros documentos do período. Mesmo que se conseguisse formar esta estrada na parte da capitania do Maranhão, os gentios representavam um problema ainda maior em Goiás, no século XVIII.

Nas cartas que José de Almeida Vasconcelos, governador de Goiás no século XVIII, envia ao ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o que se nota é um problema ainda mais grave com os índios kaiapós e xavantes, que atacavam seguidamente colonos e garimpeiros na região. Ao ser informado sobre o problema, Martinho de Melo e Castro teria mandado o governador se ater aos objetivos do Diretório Pombalino, buscando a civilidade dos índios. Por volta de 1780, no entanto, o governador de Goiás, descrito como um "homem da fronteira" por Mary Karasch[65], resolve ordenar a conquista dos índios da região, com todos os significados que essa palavra pode adquirir: o objetivo da conquista (aquela que os textos anteriores não pretendem fazer), das chamadas bandeiras oficiais, era justamente a pacificação dos índios silvestres, que a partir daí poderiam ser aldeados, escravizados ou simplesmente mortos. Entre os índios a serem contatados em Goiás, nesse processo de conquista declarada pelo governador, estão os akroá, que viviam justamente na região das minas de Natividade e na aldeia do Duro, destinos de chegada do *Roteiro do Maranhão* e provavelmente da famosa estrada de comunicação proposta na *Relação e Roteiro para a Jornada do Pará e o Sertão dos pastos bons desde o Rio Capim.*

---

[64] *RM*, p. 91.
[65] In: Karash, Mary."Catequese e cativeiro: Política indigenista em Goiás, 1780-1889". In: Cunha, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, p. 399.

Ou seja: ao mesmo tempo em que esses homens se armam da retórica mais polida em prol de seus projetos de comunicação entre o Maranhão e as minas de Goiás, a própria capitania de Goiás enfrentava problemas com os índios que se prolongam até o período imperial. Estas dificuldades em Goiás são omitidas de ambos os projetos, que centram suas atenções na capitania do Maranhão.

Na *Relação para a Jornada do Pará*, temos ainda uma alusão ao problema dos índios em Goiás, quando o autor menciona que *dezinfestar aquellas terras se pode fazer comm toda brevidade se os senhores governadores do Maranhão, Para e Goyazes se derem as mãos mutuamente, para conseguir não em modo de conquista, sim pretextados de fazerem estradas de comunicação para o uso publico e recíproca commodidade do comércio.*[66]

Talvez, ao dizer que a dezinfestação deva ser feita "não em modo de conquista", o autor já estivesse argumentando contra os métodos utilizados pouco tempo antes (pois este texto é de 1797) pelo governador da capitania de Goiás. Mas, de qualquer forma, o estabelecimento de uma rota de comércio que cruza o território de diversas nações gentias não seria uma tarefa que dependeria apenas da retórica afiada destes administradores ilustrados das colônias incultas.

Uma solução apontada para o estabelecimento desta mesma rota de comunicação em meio às terras dos índios bravos é a retomada das ações de catequização na região, agora por clérigos pertencentes a outras ordens religiosas. No texto da *Informação sobre os certões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pindaré do estado do Maranhão*, escrito pelo Pe. Antônio Correia Furtado de Mendonça, em 1785, encontramos mais uma vez o projeto de comunicação dos rios do Maranhão com o rio Tocantins, e mais uma vez a referência aos gentios bravos. Neste texto, porém, não se propõe nem a conquista, nem a civilização pelos métodos do diretório, mas sim a retomada da congregação dos índios a partir da religião:

O conceito, e a confiança q M. Exa tem formado de mim para as informações ditaz, e para ajudar nestas pretenções me moverão não só a dizer o q já sabia mas a indagar de novo o que me fosse possível e se me dera presentemente as de q há poucos mezes alguns moradores da freguesia de Pastos Bons da Ribeira do Balças estando a invadir aquelle

[66] Noronha, D. Fernando Antônio de. *Op. cit.* s/n.

certão para resgatarem (...) hum morador em que o gentio tinha feito preza, se toparão nos gerais que medeiam entre aquella freguesia q he de mais de cem legoas e o Rio Tocantins, com huma povoação de alguns homens brancos mineiros, q ouvi com esperanças de melhor fortuna ou por dividas, e crimes q tivessem commetido em terras por aquelles certoes desertos tendo ahi do da comarca de Goyazes os quaes se achavão arrayalados com rossa, e se supõe tirando ouro. Esta informação me foi dada por hum certanejo, que ao prezente se achou nesta cidade, eu conduzi a presença de S. Ex. e he um caminho aberto, q´se propoem, para com mais gosto se nos facilitar o imprender esta tam importante entrada por q principiada vai pello Rio Miarim assima encontrando este com os dos mencionados Mineiros da referida povoação deva um certo meyo de se fazer caminhos a Beyra do tocantins com mayor brevidade.

Em todo aquelle continente há muito gentio barbaro q se pode domesticar congregando para nos para a Religião, se quando nos queirão embaraçar o passo pela sua ignorancia, lhes sustentamos guerra defensiva lícita.[67]

O texto do padre é justamente o único documento analisado sobre este projeto de comunicação que cogita abertamente a possibilidade de guerra lícita aos gentios da região. Ora, a guerra, lícita ou justa, é considerada pela coroa como o último recurso possível. Geralmente, para justificar a guerra justa, os colonizadores se empenham em mostrar quão bárbaros e ferinos são os índios, e como eles são irredutíveis à conquista. No caso dos timbira, já vimos estes adjetivos utilizados nos textos anteriores, sem, no entanto, encontrarmos menção à guerra lícita. Neste texto, escrito por um padre, a hostilidade dos índios à religião poderia ser uma justificativa suficiente para esta guerra lícita.

5.6 Acautelados carinhos: novas concepções de relacionamento com os índios

No final do século XVIII, em virtude das intensas guerras contra os gentios muras e mundurucus, em curso nos rios da bacia amazônica, a guerra lícita vinha se mostrando um mau negócio para o império português.

---

[67] Pe. Antônio Correia Furtado de Mendonça, *Informação sobre os certões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pindaré do estado do Maranhão*. Ms. Coleção do Ministério do Reino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, p. 3.

Assim, desde a metade do século XVIII, intensificam-se os debates acerca das possíveis soluções para o problema dos gentios rebeldes. Durante este período de guerras, começam a se desenvolver pelas autoridades coloniais diferentes métodos de "pacificação dos indios". Contra os mundurucus, por exemplo, o método mais eficaz para se alcançar a "pacificação" teria sido aquele desenvolvido pelo governador do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo D'Almada. Em 1794, após um longo e desgastante processo de guerras, o governador do Rio Negro ordena que as tropas militares coloniais capturem alguns índios, que seriam levados aos núcleos coloniais. Aí eles seriam "bem tratados', e em seguida autorizados a voltar para sua aldeia de origem, levando presentes e comprometendo-se a trazer seus chefes para negociar os descimentos.[68]

Um método semelhante de relacionamento com os índios gentios da capitania do Maranhão é proposto pelo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*:

As principaes funcções dos dittos Corpos serião estabelecerem-se de modo, que sem disperdício de sangue das miseraveis nações silvestres, evitassem os estragos de qualquer opposição que ellas pela sua ignorância, e barbaridade houvessem de fazer-lhes.

(...)

Não atacar povoação alguma das nações silvestres e transitando-se por ellas, deixar intactos os seus domicilios, e as suas plantações, porque esta nossa nova conducta, e desusado modo de as tratar môva a que ellas fujão da nossa communicação e se persuadão mais facilmente que os nossos intentos só são a viver com ellas em boa armonia, se destruir os seus pobres haveres nem tirar-lhes as proprias vidas. [69]

A "nova conduta" a que o autor anônimo faz referência é justamente esta conduta de não violência, de espera pelo que for necessário para que os índios tomem a decisão de se integrar à colonização. Persuasão é a palavra do momento, e para alcançar esta tão desejada persuasão dos índios, os portugueses deveriam exibir esta nova conduta de forma quase teatral, através de práticas como a referida acima, da passagem pela aldeia indígena sem causar dano algum aos domicílios e plantações.

[68] Santos, Jorge Francisco. *Op. cit,* p. 148.
[69] RM, p. 90.

É significativa a caracterização desta postura a ser seguida pelos colonizadores: ao apresentar a idéia de não causar mal nenhum às casas e plantações dos índios, como parte deste novo método, podemos supor que, anteriormente, danificar as aldeias e plantações era prática recorrente. Este método bárbaro e danoso será relacionado, no *Roteiro do Maranhão* e em outros textos, principalmente às ações dos bandeirantes, às práticas dos capitães e às suas sanguinolentas bandeiras:

A entrega que os ditos Capitães fazião de Paizes vazios do mais precioso, que erão os Indios assasinados pelas suas sanguinolentas Bandeiras, e o passo, que com ellas nos franqueavão para sermos testemunhas dos miseráveis restos das referidas Nações, todos ainda cheios do temor das mais violentas atrocidades; bem longe de merecerem honradas recompensas, só podiam servir de convenientes provas, para que fossem tratados como inimigos do Estado huns tão indignos, e tão barbaros conquistadores.

Elles extinguirão muitas Nações, que virião a fazer huma grande parte do mesmo Estado, e das quaes hoje athe faltão os proprios nomes.

Elles radicarão nas que existem com temor e desconfiança da nossa communicação os principios mais fecundos quantos obstaculos se estavão encontrando na redução das dittas Nações, povoação e cultura dos mesmos Paizes. [70]

Quais as bandeiras a que o autor anônimo faz referência nesta passagem? Podemos interpretar o trecho como uma alusão genérica ao bandeirismo vindo do sul, oriundo principalmente de São Paulo, que corta o interior do Brasil até as cabeceiras dos grandes rios da bacia Amazônica e do São Francisco. Mas podemos também interpretar esta passagem como uma alusão específica à história das recentes bandeiras na capitania do Maranhão.

A história das bandeiras no Maranhão remete ao início do século XVII, quando bandeiras vindas de São Paulo cruzavam pelo sertão de Goiás e Piauí chegando ao sul do Maranhão.[71] Depois disso, vindo do vale do São Francisco em direção ao Parnaíba e alto Itapecuru, Domingos Afonso Sertão se lança na conquista da terra que lhe fora concedida,

[70] RM, p. 90-91.
[71] Capistrano de Abreu descreve detalhadamente a trajetórias destas bandeiras em seu capítulo "O Sertão". Cf. Abreu, Capistrano. *Op. cit.*, p. 152.

chegando ao Maranhão a partir da Bahia. Mas, fora estes movimentos de bandeiras e conquistas vindas de outras terras, objetivando especificamente o sul do Maranhão e os pastos naturais do alto Parnaíba, teria havido ainda um movimento de pequenas bandeiras, oriundas de Aldeias Altas, que teriam tido como objetivo específico a captura de índios gentios, principalmente timbira. Estas bandeiras do início do século XVIII estão temporal e espacialmente mais próximas do *Roteiro do Maranhão*, e acreditamos que é a elas que se faz referência, no texto.

O autor anônimo se utiliza, nesta passagem, de adjetivos contundentes para a descrição dos bandeirantes, referindo-se a eles como "indignos, e tão barbaros conquistadores". Esses adjetivos finalizam o trecho no qual o autor afirma que os administradores da colônia ficavam como testemunhas das atrocidades cometidas pelos moradores da terra contra os índios: *franqueavão para sermos testemunhas dos miseráveis restos das referidas Nações, todos ainda cheios do temor das mais violentas atrocidades.* Ao falar do testemunho das ações dos bandeirantes, o autor escreve em primeira pessoa, sendo que esta primeira pessoa pode significar tanto o seu testemunho pessoal, quanto o testemunho por parte de seus companheiros próximos, outros funcionários da coroa. Assim, o mais provável é que as bandeiras referidas acima sejam justamente aquelas procedentes da região.

Justamente estas bandeiras teriam causado o grande estrago civilizatório que agora este plano buscava remediar. As nações gentias que sobreviviam às bandeiras tornavam-se ainda mais arredias e desconfiadas com relação aos colonizadores e a qualquer proposta de descimentos. A isso o texto faz referência quando escreve que "*Elles* [os bandeirantes] *radicarão nas* [nações] *que existem com temor e desconfiança da nossa communicação.*"

É muito interessante analisarmos os significados da estrutura verbal da passagem acima. Temos os pronomes "elles" e "nossas" como centro da oposição entre duas estratégias de relacionamento com os índios. De um lado estão "eles", os bandeirantes, cruéis, sanguinolentos, inimigos do estado. De outro lado estão as "nossas", que se refere às forças do governo oficial da colônia, com seus encarregados, suas leis e seus planos racionais de povoamento. O autor coloca-se deliberadamente deste segundo lado, tanto que usa o pronome na primeira pessoa do plural, incluindo-se entre aquelas pessoas que agora buscam a comunicação com os índios, objetivando seu descimento. A oposição entre o

"eles" e o "nossas" significa, aqui, a própria oposição entre os colonos e o estado na capitania do Maranhão.

As bandeiras, às quais o autor do roteiro anônimo se opõe, foram sem dúvida uma prática dos colonos do Maranhão, em torno da qual sua própria identidade cultural se ia constituindo. Foi na defesa do direito às bandeiras que emergiu a revolta de Samuel Beckman[72], que expulsa novamente os jesuítas da região. Estes homens que realizam bandeiras e entregam os índios em situação tão penosa deveriam, segundo o autor anônimo, ser decretados inimigos do estado. Mas sabemos que próprio estado dependia deles para continuar colonizando e possuindo a região. Aqui chegamos a um paradoxo: os próprios colonos representam um grave problema para os planos oficiais de colonização no Maranhão. São as práticas dos próprios homens da terra, brancos ou mestiçados, que o autor repudia em seu discurso, mas são estes os homens a partir dos quais a matéria de seus planos deveria ser feita.

Este mesmo discurso de repúdio aos métodos de colonização dos sertões, que incluíam o genocídio dos índios, pode ser encontrado no *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Este documento, produzido pelo Sargento-mor Engenheiro João Vasco Manuel de Braun, narra a viagem do referido governador pelo rio Tocantins e adjacências. Neste texto, temos, a exemplo do *Roteiro do Maranhão*, uma série de descrições de vilas e lugares.

No entanto, ao contrário do texto anônimo, no qual os comentários e considerações acerca do local percorrido encontram-se separados das descrições dos próprios lugares, neste *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784,* considerações sobre as características da sociedade, seus problemas e soluções encontram-se misturadas à própria descrição dos lugares, como nesta passagem:

"Alcobaça: He uma povoação ereta no fim de 1780. Chegou a ter 74 fogos, e 216 pessoas, porém hoje acha-se reduzida a grande diminuição por ter cido preenchido aquelle

[72] Cf. Monteiro, John Manuel. "Escravidão indígena e despovoamento na América portuguesa: S. Paulo e Maranhão". In: *Brasil: nas vésperas do Mundo Moderno.* Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses, p. 158.

numero com vadios da cidade, que só se conservão enquanto não poderão fugir. As suas terras são as milhores para a produção de Mandioca, Arros e Algodão, em que se promoverão grandes felicidades, se houvesse que tivesse jénio de as cultivar. Os Jentios das nassões Pinajés e Carajás várias vezes vem vezitar os rossados desta povoação, porém não consta que tenhão feito nenhuma formal dezordem ou ataque e só sim, hé bem constante a barbaridade com que tem sido hospedados logo que são precentidos, não se recorrendo a outros meyos mais que o de os matar" [73]

Nessa passagem, vemos uma referência à barbárie dos colonizadores, que matam os índios pinajés e carajás que vêm visitar os roçados desta povoação em busca de comida. O próprio autor alerta seus leitores, no início da descrição, para o fato de que a vila havia sido povoada com vadios da cidade. A função desta comitiva, na qual se encontra o governador da capitania do Pará, parece ser justamente a de civilizar esta horda de indivíduos vadios e criminosos que vinham sendo utilizados como colonizadores daquele estado. Esta função fica ainda mais evidente no relato que se segue:

"S. Ex. fez conhecer ao Thenete Commandante, e aos trinta soldados da guarnição o desagrado com que ouviu aquellas deshumanidades, por haverem tratado dessa forma huns homens que talvez procurassem as nossas habitaçõens mais com o interesse de algum resgate de generos, ou glória da religião, do que a piquena utilidade de huas raizes de mandioca. Ordenando que d aquelle tempo em diante, se lhes fizessem todos os acautelados carinhos, q fosem possíveis, attacando-os só em cazo de nos embarasarem ao fazerem algum conhecido e permeditado prejuizo, mas sempre debaixo (...) objetivo de lhes salvar as vidas"

O governador e Capitão Geral do Pará, Martinho de Souza e Castro, que era o mais importante participante desta expedição, ao tomar conhecimento de massacres de índios pinájés e carajás – que estariam invadindo plantações de mandioca em povoações recém-estabelecidas, teria determinado que os oficiais estabelecidos em uma das povoações do

[73] Braun, João Vasco Manuel de. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Documento manuscrito. Seção de Reservados (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa, cx 72.p. 13.

Tocantins imediatamente se desculpassem com os índios, e não mais os atacassem caso estes entrassem nas aldeias em busca de alimentos. Este é um relato que mostra o "Senhor Excelentíssimo Governador" pondo em prática a política pombalina de não matar os índios. Aqui se descreve o comandante da expedição com uma certa visão ilustrada da situação, procurando domar a barbárie dos colonizadores. De agora em diante, os colonizadores, que antes matavam os índios, deveriam fazer-lhes os "acautelados carinhos".

Essa prática de "acarinhar" os índios com o propósito explícito do convencimento ao descimento fica ainda mais explícita nesta passagem, do mesmo roteiro:

Depois d'esta diligencia, e de acarinhar e largamente retribuir alguns presentes as indias da povoação lhe trouxeram, fez ao commandante as suas providentes recommendações; e chegando então o vigario e director da villa de Alemquer a cumprimental-o, fez servir o jantar (...) *pela uma hora da tarde mandou ajuntar os principaes das respectivas nações das villas circunvizinhas, que também na villa de Santarém se achavam, e fazendo-lhes todas as recommendações e affaveis expressões aos seus vassalos, lhes rogou quizessem elles igualmente interessar-se em todos os descimentos que lhes fossem possíveis, abonando aos cathecumenos, para que elles se resolvessem, o agazalho e bom tratamento que elle lhes segurava.*[74]

Vemos aqui uma narrativa do governador "acarinhando" as índias e, mais tarde, rogando aos principais, ou seja, aos chefes das nações de índios da região, que quisessem aceitar o descimento, em troca do qual os clérigos os esperariam com agasalho e bom tratamento. Este discurso, feito na vila de Alenquer, próxima a Santarém e Alter do Chão – vilas no Tapajós cercadas pelos mundurucu – certamente tinha por objetivo garantir que os outros índios da região não optassem pela gentilização, a exemplo dos mundurucu, mas sim pelo descimento. A política agora centrava-se em mostrar aos índios ser mais vantajoso o descimento do que a gentilização.

Textos como estes, que são endereçados à metrópole, esforçam-se para conceber formas racionais de incorporar os índios à colônia, ou ao menos de constituir discursos que representem de forma mais branda os encontros entre o império português e as nações

[74] Braun, João Vasco Manuel de. *Op. cit.(edição IHGB)*, p. 325.

indígenas nas suas colônias do norte do Brasil. No plano das representações, a colonização deveria agora assumir uma postura apaziguadora. Como diz nosso autor anônimo, agora os portugueses devem viver com os índios em boa harmonia.

Não podemos avaliar em que medida tais diretrizes surtiram efeito. Podemos apenas pensar no significado de tais discursos no plano da constituição de uma nova imagem da relação entre índios e colonizadores, imagem esta que está se constituindo a partir destes textos vindos da colônia, especialmente para serem divulgados na metrópole. Como pano-de-fundo destes discursos, vemos a idéia de que a barbárie não mais poderia servir para fins civilizatórios, e de que as principais armas dos colonizadores deveriam ser os planos racionais de povoamento.

A descrição do governador – civilizador, que recomenda os acautelados carinhos – certamente tem como objetivo um reconhecimento destas ações nos países ilustrados da Europa, que tinham da colonização lusitana a pior imagem possível. Desde a primeira metade do século XVIII, já haviam chegado à Europa narrativas das batalhas cruéis entre os portugueses e os índios mura. A imagem da barbárie dos colonizadores era ruim para o império português, e se difundia justamente no mesmo período em que emergia com toda a força, na Europa, a imagem do bom selvagem. Autores como Voltaire e Montesquieu colaboram muito para esta mudança nos discursos sobre os índios presentes nos roteiros, que passaram a incluir instruções como as que vimos, no sentido de dispensar aos índios os "acautelados carinhos". Na obra *O Espírito das Leis* (1748), Montesquieu fala justamente de uma legislação própria da natureza, que rege a vida dos bons selvagens. Também Rousseau, em *O Contrato Social*, representa de forma positiva o homem em seu estado de natureza. Ora, nada mais próximo deste homem natural, idealizado pelos autores iluministas, do que os índios americanos. Há referências ao índio também em John Locke, Buffon, e em tantos outros autores do período.

5.7 O índio piloto: a presença dos índios nas viagens dos roteiros

Os índios, braços da colonização, não podiam mais ser assassinados, nem morrer aos milhares. Ao menos é o que afirmam os textos que aqui analisamos. Além de sua função óbvia nas lavouras, há um motivo especial pelo qual os autores dos roteiros de viagem defendem a sua sobrevivência: sem os índios não há viagem ao sertão. Os índios

são os braços da colônia e, como braços, eram também os remeiros que levam os roteiristas pelas suas longas viagens fluviais. Além de remeiros são também práticos, pescadores, caçadores e cozinheiros. Sua presença fundamental, nestas viagens, por vezes é mencionada nestes textos, por vezes não. Mas, mesmo quando ausentes das descrições, eles certamente estiveram presentes na prática das viagens.

Assim, pelo conteúdo de suas narrativas, os textos dos roteiros do século XVIII podem ser locais privilegiados para compreendermos as relações sociais entre índios e colonizadores ao longo da viagem, quando, muitas vezes, os índios literalmente tomam o comando da situação. Ao participarem destas expedições, eles acabam participando ativamente do próprio processo de colonização.

Principalmente dentro das grandes expedições, os índios têm uma participação organizada hierarquicamente. É talvez no exercício das funções relativas às viagens que os portugueses tenham dado mais atenção aos saberes e aos ofícios dos índios e incorporado sua própria organização social na prática das viagens. Já no século XVII, temos uma importante referência à atenção dada à organização social dos índios, em uma carta de Vieira endereçada ao Padre Provincial do Brasil:

Enfim chegaram as canoas, que com duas que vão a diante e outras duas que hão-de ir depois fazem todas o número de vinte. Quando o capitão-mor tratou ao princípio desta jornada, me disse por muitas vezes que haviam de ir a ela setenta canoas, e com efeito no dia antes da partida se ajuntaram perto de quarenta, não entrando em conta as que poderiam ir das aldeias do Camutá; mas, como viu que se lhe impediram os intentos, divertiu parte das canoas e da gente para outros, que lhe importavam mais. Iam dezesseis canoas um capitão com oito oficiais reformados, portugueses, duzentos índios de remo e arco, quarenta cavaleiros, e de gente de serviço até sessenta, que fazem por todos mais de trezentas pessoas.

E, porque não faça dúvida o nome de "Cavaleiros", é de saber que entre os índios destas partes é costume de se armarem alguns cavaleiros, e isto com grandes cerimônias a seu uso. Destes se chamam também cavaleiros os que, por nascimento ou por ofícios, são como a gente nobre, e estes nem remam nem servem os portugueses, e só os acompanham na guerra, e deles se escolhem os que hão-de mandar aos demais: e, assim como esta

dignidade se dá no sertão aos que fazem grandes façanhas, assim há dão cá os capitães mores aos que mais se assinalam nos seus tabacos. [75]

Aqui, temos o relato de uma expedição com dezesseis canoas e cerca de trezentas pessoas. Junto com a expedição, iam índios nas mais diferentes funções: índios de remo e arco, índios de serviço (provavelmente pescadores e cozinheiros) e os índios cavaleiros, os mais altos guerreiros das nações pacificadas, que agora se juntavam ao empreendimento colonial. Esta expedição fora organizada para subir o Tocantins além de sua parte encachoeirada. Este trajeto, no século XVII, representava mais dificuldades que a própria navegação para as Índias,[76] segundo Vieira.

Esse reconhecimento dos múltiplos saberes índios nas expedições se mantém ao longo do século XVIII, quando aparecem nos roteiros relatos similares ao de Vieira.

No *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784* temos, antes da narrativa da viagem propriamente dita, uma interessante descrição das canoas, e da função de cada canoa e de seus ocupantes ao longo da viagem.

No dia 18 de Setembro de 1784 mandou S. Ex. apparelhar, guarnecer e municiar seis canôas, quatro pequenas igarités e um bote, fazendo distribuir ao referido respeito as ordens seguintes:

1º Que a canoa Nossa Senhora d'Ajuda seria para o transporte de sua pessoa, e como tal navegaria na vanguarda, acompanhada de duas ditas igarités, para haverem de participar na comitiva as suas ordens.

(...)

6º. Que a quarta igarité e o bote navegariam nos úteis e precisos lugares, transportando aquella os caçadores, e este os pescadores, assim como também navegariam avulsas e supernumerárias as duas canoas que transportavam para o Rio Negro o Dr. Naturalista e seus riscadores.[77]

---

[75] Vieira, Antônio. *Op. cit.*, p. 157-8.
[76] cf. Vieira, Antônio. *Op. cit.*,p. 165.
[77] Braun, João Vasco Manuel de. *Op. cit.(edição IHGB)*, p. 290.

Tem-se aqui um relato de uma dupla partida: partiam nesta expedição Alexandre Rodrigues Ferreira (o "Dr. Naturalista") e seus riscadores, e partia também o "Muito Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque", governador e capitão general das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. O roteiro é uma narrativa da viagem do governador, que se separa da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira na altura da foz do rio Tapajós, quando o governador retorna a Belém e o naturalista segue para o Rio Negro. Este importante texto traz uma extensa narrativa da organização da expedição, com índios caçadores e pescadores, além daqueles remeiros e arqueiros.

A narrativa também contém muitos elementos sobre a "vida cotidiana da expedição" e sobre o cuidado cotidiano que os viajantes tinham com os índios naquele momento da viagem, quando passavam a depender do bom exercício de suas funções. Neste trecho, temos um exemplo desses cuidados:

No dia 21 pellas seis horas da Manham largam o porto de villa Viçosa. Rio Tocantins assima, portando o jantar no Citio de Jõao Barroso, e acabado elle e de descansarem algua cousa os Indios, prosseguimos a nossa derrota athé as outo horas da Noute (...)[78]

O chamado jantar era a refeição mais importante do dia e era feita geralmente por volta de uma hora da tarde. Após os jantares, era praxe o descanso dos índios, que também eram liberados no fim da tarde, quando muitos aproveitavam para tomar seus banhos e fazer suas brincadeiras.

Mas, além desta participação dos índios no exercício das mais diferentes atividades fundamentais para o andamento de uma grande expedição, há também relatos da participação dos índios no nível mais elementar da viagem, através do exercício da função de guias e práticos. Em um dos textos mais antigos que analisamos nesta pesquisa, a *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará para as Minas de Matto Grosso*, escrito pelo piloto Antonio Nunes de Souza em 1749[79], temos já um importante indício dessa função crucial dos índios para a navegação na Amazônia:

---

[78] Braun, João Vasco Manuel de. *Op. cit.(versão manuscrita)*, p. 9.
[79] Ou seja, trata-se de um texto escrito cerca de 40 anos antes do conjunto analisado.

(...) *Nestas Bahias por entre ilhas fica a primeira Aldêa d'Araticu, e pouco mais avante com dia e meio de viagem fica a Aldêa de Aricuru, e perto a de Aricará pertencentes á Companhia de Jezus e para buscar estas aldêas carece-se de Indios práticos porque os rumos são diversos e as muitas ilhas neste mar fazem diversas figuras (...)*[80]

Aqui vemos uma referência ao índio prático, sem o qual era impossível a localização do viajante em meio ao labirinto de ilhas que cerca as ilha próximas à ilha de Marajó, na foz do Amazonas. Muitas referências como esta se repetem no roteiros de viagem do período. Nas expedições numericamente pequenas, sobre as quais muitos roteiros interessantes foram escritos, não havia índios exercendo toda a gama de funções referidas acima, mas certamente havia os índios práticos, guias dos caminhos e das navegações nos rios.

No texto da *Viagem que fez a colonia hollandeza do Surinam o Porta Bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará, pelos sertões e rios d'este estado, em diligência do Real Serviço*, escrito por Francisco José Rodrigues Barata, em 1798, temos também um dos mais ricas e detalhadas narrativas desta participação dos índios nas viagens.

Este roteiro descreve uma viagem penosíssima, das mais difíceis entre todas as viagens que analisamos. Para chegar ao Suriname cruzando o território do Pará, o autor atravessa sertões totalmente incultos, repletos de serras, onde os rios se tornam, inevitavelmente, encachoeirados. Tal característica geográfica impõe um esforço hercúleo aos índios que, de remadores, tornam-se carregadores de canoas:

Entrei pois pelo pequeno canal, que fica entre a dita ilha e a terra, e puxando-se por uma e outra parte pelas cordas, fomos com muito trabalho subindo: e assim que a canoa chegou a ficar elevada quasi perpendicularmente sobre uma das pedras que formava a pancada ou salto, e que vi as cordas estiradas, e os indios assaz repellidos pela grande correnteza, que pouca força lhes deixava para poderem puxar e suster a canôa, então julguei que esta se perdia, e que os que estavamos dentro pereciamos; porém o Indio Piloto era bom; pois que animando os mais Indios, e promettendo-lhes que eu, logo que

[80] Souza, Antônio Nunes. *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará para as Minas de Matto Grosso.* Revista IHGB, Tomo LXVII, 1906, p. 257.

concluissem e pozessem fora da cachoeira a canôa, lhes daria aguardente, elles se esforçaram de tal modo que em menos de um quarto de hora nos pozeram fora de todo o perigo. [81]

Neste relato, vemos o elogio ao índio piloto, que "era bom" e que, ao conseguir retirar a canoa do viajante da difícil situação em que se encontrava, acaba salvando a sua vida. Segundo o autor do texto, o empenho dos índios no esforço para salvar a canoa e sua vida do perecimento, se dá graças a uma promessa de aguardente. Ao mesmo tempo em que o autor exalta um dos supostos vícios dos índios, ele também admite que sua participação é fundamental na façanha de subida do rio e no salvamento de sua vida. Esse texto possui relatos tão eloqüentes da participação dos índios nesta difícil viagem, que optamos pela transcrição de um longo e importante trecho:

Como os practicos disseram que em pouca distancia se achava o gentio Macochi, situado nas margens do lago Apequeme, navegamos para irmos pernoitar na bocd'elle (...) *Amanheceu o dia, circulámos o pequeno lago, e porque não achámos o logar onde podesse habitar o dito gentio, nos vimos obrigados a seguir viagem. Seria pouco mais de sete horas quando por casualidade vimos que na nossa retaguarda vinha uma ubaá de gentio. Mandei encostar as canoas á terra para os esperar; porém elles encostaram tambem em grande distancia, e portanto regressei a procura-los, o que vendo elles, vieram também encontrar-me.*

Mandei-os cumprimentar da minha parte pelo interprete e saber onde residiam, o onde estava o seu principal; ao que elles responderam promptamente, certificando que elles já sabiam que nós haviamos passado; porquanto estando elles (...) ouviram o estrepido dos remos das nossas canôas, e igualmente as cantilenas dos remeiros, e logo viram que não eram ubaás dos gentios nem pessoas que por alli costumassem navegar.

Essa passagem, que narra com riqueza de detalhes o encontro entre o viajante, seus índios práticos e os índios macuxis, traz uma série de elementos importantes, nos quais

[81] Barata, José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 24. O tema do uso da aguardente entre os índios vinha causando muitas controvérsias ao longo do século XVIII, tanto que no próprio Diretório dos Índios, no parágrafo 41, Mendonça Furtado determina que se proíba o comércio de aguardente e determina ainda a inspeção das canoas para o confisco do produto.

devemos nos deter. Em primeiro lugar, temos uma referência ao conhecimento que os práticos tinham da localização das tribos existentes no roteiro do viajante. Eles informam sobre a proximidade dos macuxis e o viajante determina, então, que se procure a aldeia desses índios. Eles não encontram a aldeia, mas são encontrados pelos índios que os seguem pela retaguarda, numa cena que pode dizer muito sobre o momento dos encontros nos rios da Amazônia. Nestes encontros, certamente os índios, com seus sentidos apurados, na maioria das vezes "descobrem" os portugueses e suas expedições, antes de serem descobertos por eles. Esta perspicácia dos índios gentios é confirmada após o encontro, quando os índios dizem que já sabiam da presença da expedição, pois tinham ouvido os "estrepidos dos remos", e depois os cantos dos remeiros. A percepção aguçada dos sons aquáticos faz com que o barulho dos remos na água signifique muito para os macuxis. O som do remo da canoa dos portugueses era, certamente, diferente do som produzido pelas suas canoas, assim como o canto dos remadores.

Após esse encontro com alguns índios no lago, o viajante é conduzido por um trajeto muito tortuoso, que inclui a travessia, a nado, de rios; a subida de montanhas; e a corrida, atrás dos índios, até a aldeia dos macuxis. Lá, ele finalmente encontra "o principal", ao qual fará um pedido muito importante para a continuidade de sua viagem:

Mandei cumprimentar ao principal e as mais pessoas que alli se achavam de um e outro sexo, ao que corresponderam com mostras de alegria. Fiz-lhe saber que eu queria me désse um dos seus vassalos para servir de practico nas cachoeiras do rio Excequebe; mas quando elles ouviram minha pretensão, se tornaram tristes, e o principal, depois de haver fallado com a sua gente, respondeu que não podia ser, por quanto rinha poucos vassallos, e estes não podia mandar, por lhe serem precizos, não só para sua defeza, mas também para fazerem os roçados para as suas plantações, pois era tempo próprio. Fiquei desgostoso, porém instei com agrados e promessas; comi com elles algumas frutas de mamão que me ofereceram, e emfim consegui ceder elles ás minhas rogativas, o que lhe agradeci muito. Depois das tres horas regressei as canoas e todos me acompanharam a té o porto (...) Passei a brinda-los com aguardente, de que gostaram muito, e com sal, que dei ao principal uma grande cuia, e igualmente duas cuias pintadas. Todos os outros queriam

a mesma offerta; mas como o negocio só dependia do principal, dei a este mais um frasco de aguardente e uma pequena porção de polvora, e tratei de me despedir.

A este tempo se offereceu mais um practico, que eu de boa mente aceitei, e larguei do porto. [82]

À medida que o autor narra sua entrada por terras ermas e praticamente desconhecidas, a presença do índio prático vai se tornando cada vez mais necessária. A transposição de cachoeiras desconhecidas depende do conhecimento dos índios. Por isso, para continuar a viagem, o viajante pede "encarecidamente" ao chefe dos índios que lhe empreste um de seus homens para a função. É interessante notar que ele se refere aos índios como vassalos do chefe, não concebendo outras formas de relação entre os homens que não a vassalagem. O chefe hesita, mas acaba aceitando, e por este ato é recompensado, mais uma vez, com aguardente – o grande combustível das ações indígenas, segundo o autor desta narrativa.

A presença dos índios práticos, no entanto, nem sempre resolve os problemas da navegação em terras tão acidentadas. Depois de prosseguir sua tortuosa viagem pelas serras que dividem o território do Grão-Pará da colônia holandesa do Suriname, o viajante se depara com a seguinte situação:

N'este dia proseguimos a nossa viagem, e ás oito horas chegámos ao principio de uma medonha cachoeira, a qual mandei examinar pelos practicos, que voltaram annunciando que não achavão logar por onde passassemos sem uma grande difficuldade e risco de vida, e que apenas havia um pequeno canal por entre duas ilhas; porém que seria precizo limpal-o de muitos ramos de arvores, que embraraçavam a sua passagem. Entrámos emfim por este canal, que com effeito era como elles diziam, acontecendo-me n'elle o facto seguinte, pelo qual fiquei desenganado de que os Indios são insensiveis. Estava eu em pé na boca da tolda da canoa ao tempo em que esta passava de popa, como em similhantes logares se costuma, por baixo de uma arvore, cujos ramos foi precizo suspender, o que fez um Indio que estava em cima da dita tolda: ao tempo em que este Indio largou o ramo me advertiu para que o segurasse, o que fiz; mas com tal rapidez

[82] Barata, José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 29.

passou a canoa, que ella fugiu de baixo dos meus pés, e eu fique suspenso e pendente do ramo, e cahi finalmente no rio. Era violenta a correnteza, e portanto eu não podia vencel-a, pelo que segurado sempre no dito ramo deligenciei chegar á terra; porém era isto mui difficultoso porque o ramo estava perpendicular no meio do rio: então chamei a um indio da canoa para que me désse uma corda, o que fez, e no emtanto todos os mais se pozeram a rir, sem que algum me quizesse ou viesse socorrer. Tal é a triste situação de quem anda em companhia de similhantes individuos faltos de toda a humanidade.[83]

Os índios riem do português que cai na correnteza do rio. Ele percebe, então, sua condição solitária, em meio a um povo tão estranho, e lamenta a triste situação de quem anda em companhia dos índios, "faltos de toda a humanidade". É curiosa esta constatação, já que, em várias passagens deste roteiro, o viajante narra justamente as proezas realizadas por estes indivíduos, que o ajudam a subir cachoeiras, a empurrar sua canoa e são, na verdade, os verdadeiros conhecedores deste caminho praticamente desconhecido dos colonizadores. Sem os índios e sua "desumanidade", ele não chegaria ao Suriname, fato que é descrito poucas páginas depois, neste interessante relato. Quando os índios lhe faltam com o respeito, ele resgata todo seu arcabouço de concepções européias etnocêntricas a respeito da desumanidade dos índios, da frieza de seu caráter e de sua ausência de sentimentos, concepções que na Europa do século XVIII aparecem nos textos de importantes autores como Buffon e De Pauw.[84]

Assim, a relação do viajante português com os índios é marcada por uma concepção dual. Em alguns momentos, os colonizadores reconhecem a importância dos saberes indígenas para a prática do percurso; e saberes são, necessariamente, qualidades humanas. Em outros momentos, quando estes se comportam de forma inadequada para as expectativas dos viajantes, retornam a uma condição de desumanidade e barbárie.

A concepção do índio como não humano parece estar latente em muitos roteiros de viagens e, em alguns casos, esse argumento da desumanidade serve para justificar a própria desumanidade portugueses no trato com os índios. Apesar de sua função fundamental nas navegações amazônicas, muitos índios também morreram nestas navegações, graças aos

[83] Barata, José Rodrigues. *Op. cit.*, p. 31-2.
[84] A respeito da polêmica em torno da humanidade do índio, ver seção "O Homem em ruínas: os índios na perspectiva da história natural", ao fim deste capítulo.

maus tratos e descaso dos colonizadores. No texto da *Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará para Matto Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem e commércio do Estado*, um importante texto oficial escrito em 1797, por Francisco de Souza Coutinho, temos um eloqüente relato destes maus tratos dispensados aos índios na rota de navegação de Belém ao Mato Grosso:

-6-

O modo por que se effectua esta navegação do Matto Grosso prezentemente he o mesmo com mui pouca defferença que o que seguirão os primeiros que a emprehenderão, e todas quantas difficuldades, trabalhos e perigos encontrarão, encontrão hoje igualmente os que a emprehendem sem que nem a experiência, nem a extraordinária mortandade dos Indios tenhão aguçado a industria para descobrir, e estabelecer outro mais suave, menos incomodo e funesto, ou porque a vida dos indios se considere por pouca couza, ou porque as providencias necessarias sejão superiores a industria, ao cabedal e aos recursos dos particulares.[85]

Este texto, a exemplo do *Roteiro do Maranhão*, também se divide em duas partes: uma parte contém uma descrição da navegação e a outra parte contém uma série de comentários e considerações sobre como o estado pode tirar maiores vantagens do empreendimento. A exemplo do texto anônimo, o texto também tem na economia política do período uma importante chave discursiva. E é justamente em função dos prejuízos ao estado que o autor vai tecer sua crítica ao tratamento dado aos índios neste importante e dificílimo trajeto.

O trajeto preferencial para o transporte do Ouro do Mato Grosso para o Pará, determinado por Dom José em 1773,[86] deveria ser através da longa viagem pelo rio Madeira, justamente pelo caráter de demarcação e civilização das fronteiras que esse trajeto garante. Trata-se de um trajeto fluvial de mais de 4.000 km, que exigia um grande esforço

[85] Projeto Resgate-Barão do Rio Branco – Documentos Relativos à Capitania do Pará no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).Doc. 8610 – 1797, *Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará , D. Francisco de Souza Coutinho, remetendo memórias sobre o sistema mais próprio para a civilização dos índios daquele estado.*

[86] Cf. Projeto Resgate-Barão do Rio Branco – Documentos Relativos à Capitania do Pará no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Doc. 5979.

dos navegadores e que acarretava uma grande mortandade de índios. Segundo o autor, esse trajeto, no fim do século XVIII, apresentava as mesmas dificuldades já enfrentadas pelos seus primeiros navegadores, mas, por estar sendo realizado com maior freqüência naquele momento, resultava na referida mortandade.

O governador passa então a fazer elocubrações sobre a possibilidade da utilização de trabalho escravo na referida navegação e no trabalho em roças ao longo do percurso. No entanto, devido à exigência de grande cabedal, necessário para a compra de escravos, o governador logo vê a impossibilidade da utilização de tal recurso:

Quer hum, quer outro modo he por certo violento, e difficulta a regularidade, e facilidade que deve haver em todas as empresas de comercio, mas o primeiro [trabalho indígena] *hé innegavelmente menos difficil e faria mais accessíveis taes empresas a maior numero d'individuos até internamente extinguir e afugentar os Indios das povoaçenss. O segundo innegavelmente mais util* [trabalho escravo] *exige mais cabedal e crédito, mas com estar este paiz em muito maior atrazo no tempo da companhia extinta do que ora não está com ter então muito mais Indios do que tem prezentemente, foi o que se praticou quando mais floresceo o mesmo comercio com mais poucas exepçõens e comboios equipados intiramente com Indios só me consta terem navegado os que subirão ao levar socorros de Generos, ou de gente por conta da Fazenda Real, e agora que estes Comboios, ou os que por taes se figurão por serem muitos e mui sucessivos pello aparente motivo da Expedição das embarcações reduzirão as povoaçoens a decadencia em que estão agora se intentou atribuir a interrupção ou extinção que elles cauzarão ao commercio a falta de Indios, ou a minha repugnancia em constranger e sacrificar esse resto delles para continuação dos mesmos comboios quando nem erão de s. Mage., nem determinados pella mesma senhora , nem concorria já o mesmo aparente motivo, nem beneficiarão o Estado que nunca pode interessar em promover a opulencia d'alguns particulares pelo sacrificio da vida de centos d'outros.* [87]

[87] Doc. 8610 – 1797, *Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará , D. Francisco de Souza Coutinho, remetendo memórias sobre o sistema mais próprio para a civilização dos índios daquele estado.*

É interessante notar que, nesta argumentação, os índios são considerados súditos de sua majestade, como os colonizadores. Por isso, o autor termina dizendo que o estado não pode promover a opulência de alguns particulares pelo sacrifício da vida de centos d'outros, no caso, os índios. O governador era um homem que provavelmente tinha experiência de navegação e entendia que a alta mortandade dos índios neste empreendimento significaria em breve o seu fim, já que a navegação dependia deles. Em outros roteiros de viagens, quando as dificuldades se acentuam, são comuns relatos de índios remeiros que abandonam a expedição[88], fugindo para o mato assim que possível.

5.8 Relações cotidianas com os índios: Casamentos e vida cotidiana entre índios e colonizadores nos Roteiros

As narrativas dos relacionamentos entre índios e colonizadores presentes nos roteiros de viagens aqui analisados tocam também em esferas da vida privada e cotidiana no Grão-Pará e Maranhão do século XVIII. Há um cotidiano de relacionamentos entre as partes que se institui principalmente a partir dos casamentos entre índias aldeadas e colonizadores, e a partir da convivência entre índios "trabalhadores" e seus "patrões". Mas, além destes relacionamentos entre colonizadores e índios mansos, podemos dizer que há também um cotidiano de relacionamentos entre os índios gentios, que habitavam nas proximidades das vilas coloniais, e os colonizadores que se estabelecem nas terras indígenas. Este certamente não é um cotidiano de relacionamentos pacíficos, mas mesmo os ataques sistemáticos vividos por ambas as partes, após alguns anos, passam a fazer parte de um cotidiano de disputas que acaba por pautar a vida, em uma determinada região. Dada a relevância desses relacionamentos, vamos, nesta parte da tese, abordar algumas considerações, presentes nos textos aqui analisados, sobre esta vivência diária entre índios e colonizadores que se institui com o próprio processo de colonização do Grão-Pará e Maranhão.

O casamento entre índias e brancos como forma de promover o povoamento das vastas terras daquela colônia despovoada era veementemente apoiado pela coroa. Na segunda metade do século XVIII, esses casamentos tornam-se presentes inclusive na

[88] Alexandre Rodrigues Ferreira faz referência a essas ocorrências.

própria legislação pombalina. Segundo a retórica setecentista do *Diretório dos Índios*, com o fim de se conseguir "a paz, a união e a concórdia pública, sem as quais não pode a republica fluir", os diretores das povoações deveriam encorajar os casamentos entre brancos e índios. Mendonça Furtado, em sua lei de 1755, fora enfático ao afirmar seu apoio a tais casamentos :

88 (...) Pelo que recommendo aos Directores, que appliquem hum incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimonios entre os Brancos, e os Indios, para que por meio desse sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquella doiosissima distinção, que as naçõens mais polidas do Mundo abominarão sempre, como inimigo commum do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento. [89]

Na perspectiva ilustrada do texto da legislação pombalina, o matrimônio entre os índios e os brancos passa a ser estratégico para a administração colonial. Através de tais matrimônios, se poderia extinguir a distinção entre o colonizador, que se considerava superior ao índio, e os índios, que justamente por serem considerados humanamente inferiores, eram também considerados passíveis de serem escravizados segundo a lógica dos colonos das capitanias do norte do Brasil.

A idéia de uma diferença congênita entre os índios e os portugueses remete aos primórdios da colonização, ao século XVI, quando surgem as primeiras indagações acerca da sua humanidade. Mas a tese da existência de diferenças não serve apenas aos propósitos dos escravizadores. Era defendida até mesmo pelo Padre Antônio Vieira, célebre por sua luta contra a escravização. Segundo Vieira, os índios, por seu modo de vida indolente, são "gente menos gente".[90]

Assim, os casamentos passam a ocupar um lugar de destaque nas estratégias da administração colonial para o crescimento das capitanias do norte do Brasil. Essas uniões

[89] Diretório dos índios. In: Moreira Neto, Carlos Araújo. *Op. Cit.* p. 202.

[90] Esta consideração de Viera foi retirada, na verdade, da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira: *"Adivinha-se, contudo, que as reflexões acima, que os americanos são laxos, são estúpidos e indolentes, que, em uma palavra, são uma gente menos gente, conforme os definiu o Jesuíta Vieira, relativamente a nós, é que neles se verificou ao pé da letra. Porque relativamente a eles, visto que estão postos em outro estado de sociedade, em outra ordem de cousas".* In: Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viagem ao Brasil II: a expedição philosóphica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá.* Rio de Janeiro: Kapa Editorial, p. 34.

passam a ser vistas como forma de desmistificação de diferenças congênitas entre as partes. Tal intuito está explícito no próprio texto da lei:

89. Para facilitar os ditos matrimônios, empregarão os Directores toda efficacia do seu zelo em persuadir a todas as Pessoas Brancas (...) que os Indios tanto não são de inferior qualidade a respeito dellas, que dignando-se Sua Magestade de os habilitar para todas aquelas honras competentes as graduaçoens dos seus póstos, consequentemente ficão logrando os mesmos privilegios as pessoas que casarem com os dittos Indios, desterrando-se por este modo as prejudicialissimas imaginaçoens dos Moradores deste Estado, que sempre reputam por infamias similhantes matrimônios.[91]

Os incentivos aos casamentos tinham o claro propósito de uma mudança de mentalidade entre os habitantes das capitanias do norte do Brasil, o propósito de desterrar do ideario dos colonos a representação do índio como ser inferior, de onde derivava boa parte dos problemas que a administração colonial enfrentava na região. É claro que não podemos afirmar que os próprios governantes, como Mendonça Furtando, acreditassem nesta igualdade. Mas ela era fundamental para os propósitos colonizatórios do período.

Defender um estado como o Grão-Pará e Maranhão das outras nações européias que no século XVIII faziam várias incursões pela bacia amazônica era uma tarefa difícil para os portugueses, que dispunham de um contingente reduzido de soldados e colonos prontos para pegar em armas. A grande maioria da população da região era composta de índios, que não poderiam mais continuar sendo considerados infantis, incapazes, ou inferiores. Deveriam também fazer parte do estado português, e a instituição do matrimônio, com toda a simbologia que ela carrega, poderia ser uma ferramenta importante neste processo de incorporação. Assim, os casamentos passam a fazer parte do planejamento estatal no século XVIII e, juntamente com as medidas que favorecem esta instituição, acaba-se por favorecer, em alguma medida, uma aceitação da vida comum entre as duas partes.

No texto do *Roteiro do Maranhão*, associado ao plano de povoamento das terras dos sertões que medeiam o Tocantins e o Parnaíba, temos um discurso de incentivo ao casamento entre índias e brancos. O autor faz uma série de indagações sobre as possíveis

[91] Idem.

formas de povoamento dos sertões (através do incremento do número de escravos e do número de colonizadores, por exemplo) e conclui que, para efetivamente aumentar o número de habitantes da capitania do Maranhão, seria necessária uma propagação natural destes habitantes. Para que tal propagação ocorra, os casamentos entre americanos e europeus seriam a grande solução:

Só restaria para sustentallos a propagação. E em que parte nascente da nossa América não foi sempre maior a concorrencia do que a propagação ?

Os fructos humanos são tardios, e serião necessarios quinze e dezasseis annos para que elles principiassem a encher os vazios, que em todo esse tempo tivessem feito os estragos da morte. A fecundidade, e benignidade do Paiz admittem besta parte o Calculo mais favoravel; mas como poderia elle sahir vantajoso sem se promoverem os casamentos, tanto da parte da Collonia, dominante como dominada![92]

É interessante notar que, nesta passagem, o autor menciona o longo tempo que os frutos humanos levam para novamente frutificar: quinze a dezesseis anos. Ou seja, a expectativa era de que os filhos dos casamentos referidos acima, cerca de quinze anos depois, estariam novamente se casando, constituindo suas famílias e, finalmente, cumprindo sua tarefa no grande projeto racional português de aumento da povoação e da cultura nas capitanias do Maranhão e Grão-Pará e Rio Negro. Assim, no prazo de algumas gerações, os vazios seriam preenchidos pelos filhos dos casamentos entre as duas partes da colônia – a dominante e a dominada - que conseguissem escapar ilesos dos estragos da morte.

No entanto, o próprio *Roteiro do Maranhão* nos fornece elementos para questionarmos o caráter deste povoamento que resulta dos casamentos realizados nos sertões remotos. O resultado de tais uniões, na grande maioria das vezes, é uma indianização dos colonizadores, que com o passar de algumas gerações tornam-se cada vez mais "amigos do ócio"[93] (a grande característica dos índios, segundo o autor anônimo e outros autores do período) e desprovidos de qualquer ambição material, contentando-se em viver em condições precárias:

[92] RM, p. 157.
[93] RM, p. 150.

... e muitos em fim tendo apenas levantado uma chossa de palha em que algumas vezes se metem e dão o nome de Caza, são reputados agricultores sem que o estado receba os fructos de suas lavouras.[94]

Aqui, o autor descreve a situação de muitos agricultores na capitania do Maranhão. A imagem do homem que vive na choça de palha que chama de casa, que produz lavouras tão escassas que em nada servem para aumentar a renda do estado (que, na maioria dos casos, desconhece a existência de tais lavouras) não é condizente com um plano de povoamento e aumento da cultura nas capitanias em questão. Os filhos dos sertões certamente tenderiam a se assemelhar muito mais a esta imagem do agricultor indolente, em sua choça, do que com a imagem do colonizador laborioso, que o estado incentiva no século XVIII. A indolência, a pouca produtividade, a casa de palha que se assemelham a uma maloca remetem a uma proximidade com as próprias descrições dos índios feitas nestes textos. Ou seja, o autor anônimo, ao elaborar sua proposta de um povoamento da colônia com os filhos dos casamentos entre as duas partes, provavelmente sabia que estava propondo um povoamento onde prevaleceriam os padrões da parte dominada, pela impossibilidade de transposição dos padrões da parte dominante.

Esta indianização dos brancos é um dos pontos levantados pelos críticos do diretório pombalino como exemplo de falha das políticas colonizatórias propostas naquele texto. Francisco Jorge dos Santos, ao analisar o discurso de um ouvidor e intendente da Capitania de São Jose do Rio Negro sobre o Diretório pombalino, cita como exemplo justamente uma passagem sobre casamentos, na qual o intendente Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio afirma que os casamentos entre brancos e índios "*tem sido pouco afortunados; porque em lugar de as índias tomarem os costumes dos brancos, estes têm adotado os costumes daquelas.*" [95]

O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, em seu texto, adota um tom bastante conciliatório, afirmando ao mesmo tempo a necessidade do incentivo aos casamentos, conforme a proposta do Diretório, e descrevendo também este processo de adoção dos costumes dos índios pelos brancos.

---

[94] RM, p. 155.
[95] Santos, Francisco Jorge. Op. cit.,p. 57.

É justamente neste território dos costumes, da alimentação, da construção das casas, dos barcos, das técnicas de caça e pesca, que os saberes indígenas vão sendo incorporados pelos colonizadores, que em muitos casos acabam também sendo culturalmente colonizados. Sergio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras*, e Gilberto Freire, em *Casa Grande e Senzala*, são dois dos principais historiadores que traçam os caminhos dessa incorporação dos hábitos cotidianos dos dominados pelos dominantes.[96] Muitos desses hábitos vão sendo incorporados justamente através da convivência intima dentro dos casamentos.

Mas tais casamentos não vão extinguir completamente, no imaginário dos colonizadores, a crença na inferioridade dos índios. Em um importante texto analisado em nossa pesquisa, encontramos um exemplo de narrativa sobre estes casamentos que se estrutura justamente em torno da imagem da barbárie de uma índia, que não se altera com o casamento com um branco. Trata-se da seguinte passagem, retirada do texto da *Viagem e Visita do Sertão em o bispado do Gram Pará em 1762 e 1763* escrito pelo Bispo D. João de São José:

A provincia da Piedade teve varios hospicios, conventos e missões n'este Estado. Teve o de S. José, distante de Belém um quarto de legua, e foi fundado em casas de um homem rico, casado com uma india, que ouvindo dizer a seu marido que a criava tinha bons olhos, barbaramente zelosa a matou e mandou assada á mesa, onde estava com hospedes o marido, e ficaram todos como assombrados; então foi se metter entre as suas escravas Indias despida como ellas, e fiando algodão: seu marido a deixou, e passados tempos se afogou miseravelmente vindo embarcada. [97]

Esta narrativa, recheada de imagens que adquirem um tom lendário e ao mesmo tempo trágico, é interessante justamente por representar um imaginário do período sobre o que seria esta vivência cotidiana com a barbárie, à qual os colonizadores passam a estar "sujeitos" quando se casam com as índias. Temos aqui a descrição de um pobre marido rico que assiste passivo, junto de seus hospedes, à cena aterrorizante de uma criada servida

[96] A este respeito, ver Gnerre, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a Nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo.* Tese de Mestrado, IFCH-Unicamp, 2001.
[97] S. José, D. F. João de. *Op. cit.* p. 63-64.

assada à mesa por sua esposa índia, diabólica e ciumenta. A presença dos hóspedes na narrativa serve justamente para enfatizar o constrangimento por que passou o homem casado com essa índia bárbara.

A passagem busca também explicitar a imprevisibilidade de comportamento dos índios. É uma espécie de alerta sobre os problemas da convivência íntima com os selvagens. Tê-los em casa seria como criar um animal feroz: por mais que sejam bem alimentados e bem cuidados, nunca se estará livre do ataque iminente. Os mesmos índios, que nos textos do século XVIII são freqüentemente descritos por sua vida frouxa e indolente, também são capazes, de um momento para o outro, de cometer as maiores barbáries, como o assassinato e o canibalismo.[98] De um momento para o outro, seu comportamento pode se transformar, adquirir ares ferinos e cruéis, pois os índios nunca perdem completamente seu lado monstruoso, não humano.

Esta imprevisibilidade de comportamento, que no relato acima está relacionada a uma índia doméstica, é uma característica que aparece em outros textos de roteiros que narram a convivência dos colonizadores com os índios gentios. Nessa convivência, os gentios podem praticar os mais diferentes tipos de ações. Na passagem a seguir, do roteiro de Manuel de Braun, temos um interessante relato, também centrado na imprevisibilidade de comportamento dos índios, que aqui se traduz na captura de crianças de uma vila do Tocantins:

No dia 26 pelas quatro horas da madrugada, nos puzemos em viagem, portando pellas onze horas da manham em o lugar de S. Bernardo da Pedreneira donde S. Ex. dezembarcou para observar as insignificantes terras, e descuidadas rossas, que neste lugar haviam, aí encontrou a Principala que é quem respondia por este lugar, a excexão dous soldados, que nelle se achavam, do destacamento de alcobaça , para embarasar a fuga da jente que poucos dias havia, que tinham chegado ao rossado pellas onze horas da manham, alguns jentios, donde tinham furtado cinco crianças que aí se achavam e que partecipando ella logo essa novidade ao comandante de alcobaça, este fizera imediatamente expedir alguns soldados para o citio chamado Praya Grande.[99]

[98] Outras passagens deste mesmo texto enfatizam este caráter oscilante dos índios.
[99] Braun, João Vasco Manuel de. *Op. cit.(versão manuscrita)*, p. 11

"Praya Grande: em qual de emboscada esperaram tres dias a passagem dos ditoz jentios, os que apareceram no fim delles, com as ditas crianças as costas, que largaram intimidados do ataque e fogo que os soldados lhes fizeram, e de que se pareceu um hia ferido. O dito sr., fez logo vir a sua presença as referidas crianças, que achou serem dous machos, e tres femias, e como a mais velha teria seis athe sete annos, lhe perguntou o tratamento que lhes tinham feito, ao que lhe respondeu, que sempre as tinham tratado muito bem, e com muito mimo, apanhando-lhes para comerem frutas, e jabotins e que a ella como mais em (?) lhes fazião muito maior agrado."[100]

Acreditamos se tratar de crianças do Lugar de S. Bernardo da Pederneira, furtadas pelos índios. Por se tratar de um lugar, provavelmente esta teria sido uma povoação de índios reestruturada após a legislação pombalina. Portanto, as crianças furtadas poderiam ser crianças índias aldeadas. Mas, pelo empenho na recuperação destas crianças e pelo fato de o comandante conseguir se comunicar com elas, acreditamos serem falantes de português, podendo ser, assim, crianças filhas de colonos. De qualquer forma, eram crianças pertencentes ao mundo colonial, que os gentios desejavam incorporar entre a sua gente. Poderíamos inferir, daí, que a miscigenação talvez não tenha sido exclusivamente coordenada pelos brancos. Os índios gentios, ao roubarem crianças, também poderiam querer incorporar as crianças já pertencentes ao mundo dos brancos entre a sua população. Buscavam gentilizar crianças civilizadas, brancas ou índias, para utilizar o termo da época. O empenho que os portugueses teriam em se misturar com as índias, em alguns casos também é recíproco, como vemos neste interessante relato.

5.9 O Homem em ruínas: os índios na perspectiva da história natural

A história natural é um importante substrato discursivo que perpassa boa parte do pensamento do século XVIII acerca dos selvagens. Conceitos importantes da história natural se fazem presentes, ainda que de forma implícita, em muitos dos roteiros que analisamos até aqui, nas próprias narrativas e considerações sobre os índios. A concepção dos naturalistas acerca do selvagem se faz presente também nas próprias medidas tomadas

[100] Braun, João Vasco Manuel de. *Op. cit.(versão manuscrita)*, p. 12.

pela administração colonial do Grão-Pará e Rio Negro e da Capitania do Maranhão, que após o governo de Mendonça Furtado estavam nas mãos de portugueses ilustrados, também leitores dos naturalistas. Através deles, a história natural passa a ecoar também na própria legislação indigenista da segunda metade do XVIII.

Mas é nos textos das viagens filosóficas do final do século XVIII que a perspectiva da história natural sobre os índios americanos emerge de forma clara e coerente. Alguns roteiros de viagem do período, como analisaremos nesta seção, também levantam temas diretamente associados à história natural. Alexandre Rodrigues Ferreira, no texto da sua *Viagem Filosófica ao Rio Negro,* traz importantes exemplos de como se constitui este olhar sobre o índio que entrelaça, ao mesmo tempo, a perspectiva naturalista, a perspectiva proveniente da filosofia de Rousseau sobre o bom selvagem e a perspectiva dos interesses da administração colonial. Além do texto de Ferreira, o texto da *Viagem Filosófica de João Machado Gaio na Serra de Ibiapaba* e o Roteiro escrito por Manuel de Braun também representam importantes escritos contemporâneos ao *Roteiro do Maranhão.* Tais textos, cotejados nesta pesquisa, apropriam-se explicitamente desta perspectiva sobre o índio.

O homem, da perspectiva da história natural, é uma das produções da natureza, seu produto direto e indivisível. Assim como os outros animais, ele é o resultado do próprio habitat que o circunda. É um animal como os demais, que pode ser inserido dentro da própria lógica lineana. Para Alexandre Rodrigues Ferreira, a possibilidade oferecida pelas ciências naturais é uma resposta ao próprio enigma que o oráculo propõe a Sócrates, uma resposta ao "conhece-te a ti mesmo".[101]

O homem civilizado, no entanto, ao transformar seu habitat, deixa de ser uma conseqüência direta deste habitat natural, tornando-se, portanto, mais complexo do que os demais animais e vegetais estudados pela história natural. Aqui entra em cena a teoria de Jean Jacques Rousseau sobre o homem natural. No *Discurso sobre a seguinte questão proposta pela academia de Dijon: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei Natural?*, Rousseau, ao analisar os motivos da existência das desigualdades entre os homens, começa sua argumentação descrevendo o momento, na trajetória da existência humana, no qual todos os homens teriam sido iguais. Este momento

[101] Cf. Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit*, p. 32.

é justamente o estado de natureza, no qual o homem natural de Rousseau[102] vivia sua existência completamente subordinada às leis da natureza:

Despojando esse ser, assim constituído, de todos os dons sobrenaturais que ele pôde receber e de todas as faculdades artificiais que ele só pôde adquirir por meio de progressos muito longos, considerando-o, numa palavra, tal como deve ter saído das mãos da natureza, vejo um animal menos forte que uns, menos ágil do que outros, mas, em conjunto, organizado de modo mais vantajoso do que todos os demais. Vejo-o fartando-se sob um carvalho, refrigerando-se no primeiro riacho, encontrando seu leito no pé da mesma árvore que lhe forneceu o repasto e, assim, satisfazendo a todas as suas necessidades.[103]

Essa perspectiva do homem em seu estado de animal, que Rousseau descreve já com nuances do Romantismo, em 1754, é fundamental para a constituição discursiva da geração de naturalistas que passam a ver os índios como objeto de sua análise. Os índios são notoriamente vistos, nos textos do século XVIII, como incivilizados, representantes mais próximos, na terra, de seu homem natural, verdadeiros elos perdidos, relíquias de um tempo remoto da história das civilizações. Assim, os índios, enquanto homens naturais atrelados a seu habitat, permanecem passíveis de serem estudados pela história natural. Nesta passagem, Alexandre Rodrigues Ferreira explicita esta perspectiva:

"O homem natural ficou sendo o objeto das observações dos naturalistas. A sabedoria quando a sua alma, a docilidade e o ensino são o caráter essencial de sua espécie. A diversidade de sua cor, quanto ao seu corpo, a do lugar em q habita, (...), o que indicou e que também da sua espécie, assim como faz dos outros animais, há algumas variedades, neste sentido, o tapuia é uma delas. Tão homem é ele, como o europeu, o asiático e o africano, e da mesma sorte

[102] Que difere em muitos aspectos do homem natural de Hobbes e Locke.
[103] Rousseau, Jean Jaques. *Discurso sobre a seguinte questão proposta pela academia de Dijon: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural ?* São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 246 (col. Os Pensadores).

Com efeito, os tapuias nenhuma outra diferença tem, senão as que são acidentais ao ser homem. (...)[104]"

É importante notar a ênfase dada por Rodrigues Ferreira à afirmação da humanidade dos índios e à afirmação de que os tapuias não diferem dos outros humanos senão nas diferenças acidentais, comuns entre os diferentes homens. Este é um tema muito mais controverso na época do que pode parecer aos olhos dos leitores do século XXI. No século XVIII, tanto se questionava a humanidade dos índios, quanto se afirmava o caráter inferior desta humanidade. O famoso texto de Antonello Gerbi, *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-2000),* é pródigo ao traçar os muitos caminhos das argumentações do período. Partindo das idéias do conde Georges-Louis Leclerc Buffon, e passando por vários outros autores dos séculos XVIII e XIX, Gerbi traça um panorama muito rico acerca da polêmica sobre os animais da América e sobre seus habitantes que, a exemplo dos animais, eram considerados inferiores aos do velho mundo. Os homens americanos eram considerados por alguns autores como imaturos e ainda jovens, como todo o continente, e em outros casos homens degenerados, em ruínas, habitantes de um continente que havia sofrido um cataclisma. Mas, via de regra, os índios eram considerados, nesses discursos baseados na *Enciclopédia* e na ciência iluminista, como homens inferiores, menos homens do que os europeus. Daí a importância da afirmação feita por Alexandre Rodrigues Ferreira sobre o Tapuia: *Tão homem é ele, como o europeu, o asiático e o africano.*

Mas, se Ferreira é enfático ao afirmar que o índio é um humano igual aos demais, devemos notar também que, para o autor, dentro da espécie humana há variações em função do clima e do lugar. Essas variações incidem diretamente sobre o caráter dos homens. Para Alexandre Rodrigues Ferreira, o calor e a incidência de sol produzem, em todas as populações do mundo, uma escala de cores que fica mais branca no norte e menos branca no Equador. Na verdade, para o autor, não é o sol, e sim o calor, que produz essa gradação. Para se medir o calor, fatores como as montanhas e o vento, também são determinantes.[105] Ou seja, para Ferreira, o homem é fruto do meio físico, exatamente como na proposta de Buffon. Entretanto, as variações causadas pelo meio físico não fazem com que ocorra uma variação nas características naturais (hoje diríamos biológicas) dos homens – fazendo com

[104] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit,* p. 22.
[105] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.,* p. 24.

que alguns sejam superiores aos outros, como sugere Buffon. O meio físico, para Ferreira, causa variações, sim, no caráter e na organização social dos homens (o que para Buffon também é verdade, mas tais variações do caráter seriam apenas decorrentes da inferioridade biológica do homem americano). Assim, o que está em jogo é o próprio conceito de espécie. Ferreira afirma que o índio pertence à mesma espécie que o europeu, a espécie humana. Outros autores do período não fariam tal afirmação. Mas, no que diz respeito à análise do caráter dos índios e à relação entre seu caráter e a natureza americana, há, entre Ferreira e Buffon, muitos pontos em comum.

Outros autores que por aqui passam, convivendo com os índios, mostram em seus roteiros do final do século XVIII essa perspectiva do índio como não necessariamente humano. No texto do *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador e Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784*, escrito por Mael de Braun, vemos uma referência a um meio físico brutal, como a Amazônia, que pode perfeitamente produzir uma série de homens com as mais diferentes características bestiais. Em alguns relatos, a história natural se entrelaça com as mais prováveis narrativas fantásticas, e serve como justificativa científica para a existência de diferentes bestialidades, como neste trecho do roteiro escrito por Manuel de Braun:

(...) Concorrendo até a natureza para a singularidade das suas raras figuras, como o autoriza o Padre Vieira na descripção que faz deste grande rio, dizendo a fl. 90 do livro 1º. que nelle demoram os Matuzus de pés virados, os Curinquans gigantes (...) *sendo a mais de admirar a nação que no mesmo rio demora debaixo do nome de Coatá-tapieya, que quer dizer nação de certos monos chamados coatás; affirma-se terem caudas todos os d'esta nação, por procederem de indias que se fecundaram com os ditos monos: a qualidade d'estes animaes poderá o curiso ver na Historia Natural de Mr. Buffon, tom. 3ºfl. 22 da 4ª. ediç., para a qual eu remeto toda a questão, podendo aqui só dizer, para autorisar esta constante e vulgar noticia, que n'esta cidade se acha uma formal e autentica attestação do padre Fr. José de Santa Tereza, religioso carmelita e vigario do lugar de Nogueira, em que testifica, em verb. Sacerd., ter vindo alli em 15 de outubro de 1768 um dos referidos indios, a quem ele fizera despir sob o pretexto de tirar do rio umas tartarugas, e então lhe vira (sem padecer duvida) uma cauda da grossura de um dedo*

pollegar, e do comprimento de meio palmo, asseverando o dito indio que todos os demais de sua nação assim tinham.[106]

O autor segue dizendo que esta é uma dentre as muitas curiosidades do dito rio. O rio Amazonas é um espaço de monstruosidades, um lugar onde as exceções da história natural de Francis Bacon tornam-se a regra. Seriam estes índios de rabo também considerados humanos? Parece-nos que não, ou se fossem, certamente seriam vistos como uma classe inferior de humanos. Essa caracterização do índio que cruza com os macacos representa um tropo discursivo tão antigo quanto o próprio canibalismo. A mesma história natural que pode servir para assegurar a humanidade dos índios, no discurso de Ferreira, também serve para excluir de toda condição de humanos diversas tribos, em textos importantes como este, endereçado ao conselho ultramarino. O índio-monstruosidade é construído no texto acima com base no relato de um padre, e sua possibilidade de existência dentro do território científico da história natural é justificada com base no próprio texto buffoniano. Ou seja, constituído através olhar eclesiástico e autorizado pelo olhar da ciência, o índio de rabo torna-se um ente real, neste relato escrito a serviço do estado lusitano.

É importante notar, ainda, que é a degeneração moral das índias que cruzaram com monos que leva à existência do índio de rabo. O que está implícito neste discurso é a aceitação do macaco pela índia como parceiro: uma aceitação digna de um ser tão passivo quanto degenerado. Esta também é uma importante característica do índio que irrompe nos debates dos séculos XVII e XVIII: o índio como ser em ruínas, degenerado, por ser fruto de um continente degradado. Pela perspectiva de Francis Bacon, a Nova Atlântida teria sido perdida e destruída não por um terremoto, mas sim por um dilúvio. Muitos homens e aves teriam sobrevivido refugiando-se nas altas montanhas, que seriam justamente os Andes. A inundação decorrente deste dilúvio teria permanecido por muito tempo como uma camada rasa e constante de água sobre a terra, daí a existência de tantos pântanos e regiões encharcadas na América. Daí a sua umidade ser a característica não de um continente novo, mas sim de um continente velho, degenerado, putrefato, que ainda se recuperava de um cataclisma. Os grandes rios da América seriam também resultantes destas águas do dilúvio

[106] Braun, João Vasco Manuel de. *Op. cit.(edição IHGB)*, p. 300.

que ainda escorriam da terra. Os índios, então, se neles pensarmos como herdeiros da civilização da nova Atlântida, são a própria imagem da ruína e da degeneração. Antes profundos conhecedores das leis da natureza e da razão, agora vagueiam nus por uma imensa terra encharcada.

Aos olhos dos viajantes naturalistas, treinados para observar o mundo a partir do referencial dos debates da história natural, algumas descobertas que vão sendo feitas na Amazônia, como restos de cerâmicas marajoaras, podem significar a própria confirmação de que os índios são os herdeiros degenerados de uma grande civilização do passado. Um relato interessante sobre ruínas encontradas na Amazônia está no texto anônimo da *"Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem na sua circunferencia, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas"*.[107]

As "couzas curiosas" a que o autor se refere são das mais diferentes ordens: desde descrições de plantas com poderes mágicos[108] e animais curiosos (como o tamanduá), até descrições de urnas funerárias e artefatos da civilização marajoara. Neste caso, o narrador atribui estes objetos aos antepassados das nações de índios que habitavam a ilha na época de sua viagem:

Na maior parte destas ilhas tem assistido muito Gentio da Nação Aroan, Maruanum e Sacôra. Em muitas das ditas Ilhas se tem achado e se acha ainda muitas Pandas, Ingassabas (que é o mesmo que Cantaros ou Potes), tudo muito bem feito; a maior parte dellas que se tem achado é debaixo da terra. Também se tem achado dentro de algumas Pandas grandes ossos de gente e caveiras, d'onde se collige ser o costume daquelles indios serem sepultados daquella forma.[109]

O narrador ressalta, em sua argumentação, o fato de serem tais peças muito bem feitas, justamente porque a perfeição da peça não combina com as descrições dos gentios contemporâneos, com os povos indolentes e ineptos com quem os viajantes cruzam em seu

[107] Trata-se de um texto que fora "mandado copiar" para o IHGB por D. Pedro II. Estava entre os documentos do códice Ms. N. 125 intitulado *Viagens no Brazil*, composto de 12 diversos folhetos, que se encontrava no Gabinete dos Mss.da Real Biblioteca Pública do Porto. Pelas datas contidas no texto e em outros documentos da série, acredito ser um documento do fim do século XVIII.
[108] ver capítulo "As florestas amenas e o mato áspero e trabalhoso", desta tese.
[109] Anônimo, *Notícia da Ilha Grande de Joannes...*, p. 300.

caminho. Encontramos outra descrição interessante de resquícios de civilizações indígenas do passado no texto *Viagem à Gruta das Onças*, escrito por Alexandre Rodrigues Ferreira .

O Manuscrito original deste texto pertence ao IHGB, tendo sido oferecido ao instituto pelo sócio honorário Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond. Trata-se do relato de uma fatídica expedição realizada em 1788 a uma gruta "curiosa", não muito distante de Cuiabá. Após uma descrição meticulosa da Gruta, das suas paredes brancas e água cristalina, A. R. Ferreira faz menção às inscrições curiosas que se encontram nas paredes da gruta:

Pela medição que fizemos, mostrou ter o vão da gruta de comprimento Total 205 palmos, repartida aquella extensão em tres camaras interiores, para cada uma das quaes dá entrada seu arco, que divide uma das outras. O grande arco superior, que fórma a fachada do frontispicio, tem de altura 45 palmos, medidos desde a superficie do terreno superior até ao fundo do ribeiro. (...) *É na parede do Frontispicio que se deixam ver como caracteres orientaes, porém que pelo gosto e theor de sua formação bem mostram sem contradição alguma ser obra dos gentios, que alli se têm agasalhado. Também no mesmo frontispicio inscrevemos tão somente o anno, em que vimos e examinamos.*[110]

É interessante notar que tanto Alexandre Rodrigues Ferreira, quanto o autor do texto anterior, afirmam que estes "vestígios", ou ruínas, são curiosos justamente por pertencerem "sem contradição alguma" aos gentios. A própria necessidade de afirmar este pertencimento se deve ao fato de que estas ruínas não combinam com as características atribuídas aos índios pela perspectiva das ciências do século XVIII.

Com relação aos relatos acima, devemos refletir sobre os significados dessa dissonância entre o passado e o presente. O que os autores vêem com relação aos índios de seu tempo corresponde a imagens de homens barbarizados, vivendo como animais. Estes homens, no entanto, são herdeiros de civilizações mais evoluídas que antes habitaram a região amazônica. Civilizações cujos membros talvez não se restringissem a essa condição

[110] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viagem à Gruta das Onças*. In RIHGB, Tomo XII, 1874, p. 92. É importante observarmos, nesta passagem, que Alexandre Rodrigues Ferreira faz questão de deixar a sua inscrição na caverna, por cima das inscrições dos gentios.

de animalidade. Assim, as ruínas dessas civilizações servem para confirmar aos naturalistas a própria perspectiva de Bacon, sobre o Índio como um ser em ruínas.

Mas o que teria causado tal ruína? Há, tanto a hipótese baconiana da catástrofe natural, como a hipótese da própria degeneração dos povos, que resulta nas monstruosidades, como vimos no *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque (...) determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* No entanto, deve-se ressaltar que este texto anteriormente citado, escrito por Manuel de Braun, que narra a monstruosidade e questiona a própria humanidade dos índios, não é a regra nos textos que adotam o olhar da história natural na descrição dos selvagens.

Além do texto de Rodrigues Ferreira, encontramos uma perspectiva semelhante sobre o índio como humano diretamente subordinado ao meio físico no texto da *Viagem Filosófica que por ordem e despeza do Ilmo e Exmo Sr José Telles da Silva, Governador e Capitão General do Maranhão fez João Machado Gaio na serra de Ibiapaba, Capitania do Ceará, grande termo de Vª Viçosa Real, desde 13 de Julho de 1784 até 6 de Agosto do Mesmo ano.*

Neste texto, o autor começa seu levantamento sobre as produções do reino animal na capitania do Ceará justamente pelo homem:

Reino Animal:

Sendo o reino animal tão interessante aos usos da vida, que ministra ao homem até as matérias da primeira necessidade, pareceo me justo individuar attentamente as suas producções principiando pelo homem como animal que o soberano artifice da natureza distinguiu entre os mais pela sua construcção assim fisica como moral.

He o americano do Paiz de cor vermelha [segue descrição do americano] *mais propenso a Lei natural do que a Lei da Graça, despreza a Ley e a razão, segue o costume e por elle se governa* (...) *inclinando a gula e bebidas espirituosas, não pensa do futuro e do passado, iguala a riqueza a indigencia, só se considera infeliz quando não pode praticar os desejos para que o encaminha uma razão.*[111]

[111] Gaio, João Machado, *Op. cit.*, s/n.

O artífice distinguiu os homens dos demais animais, mas no caso do americano ele permanece propenso à lei natural, é mais um animal dentre os vários animais. Segundo este autor, a característica do americano é a entrega a suas vontades do presente, sem uma moral que determine exatamente a quais vontades ele deve ou não se entregar. É um homem refém dos seus desejos mais imediatos, sem projetos para o futuro e sem lembranças do passado[112]. É exatamente mais um animal que habitam o continente americano. Esta concepção apresentada aqui remete-nos diretamente à teoria de Buffon. Segundo este autor, o homem americano é o espelho da própria natureza americana, que seria fria, encharcada e débil em relação à natureza européia.[113] À medida que a América fosse sendo colonizada, deveria também ser drenada, transformada pelos europeus para que, ao menos os animais trazidos da Europa não se tornassem mirrados numa terra encharcada.

Assim, o homem americano, por seu caráter frio, é também um ser que se acostumou a viver em meio à umidade de seu continente, não investindo em desvios dos rios, ou na drenagem de seus pântanos. João Machado Gaio, em sua *Viagem Filosófica na Serra de Ibiapaba,* ao falar dos rios da região, trata justamente desta inação do homem americano em relação às águas:

Os habitantes do Paiz não fazem uso dos poços, ou sisternas, porque mal desfructam aquelles bens, que a natureza prodiga lhes oferesce e elles aceitam sem trabalho.[114]

As grandes civilizações européias tiveram, nas nascentes de sua organização social, justamente a organização de sistemas de drenagem e irrigação, um trato racional do homem que domina a água. Dominar a água significa garantir a agricultura e a criação de animais domésticos. O homem americano, que não domina a água, permanece refém dos ciclos da

[112] Essa idéia de que o índio não pensa no passado provavelmente decorre da diferença entre o conceito de tempo e história dos europeus e dos índios, pois, em virtude dessa diferença, os primeiros enxergavam nos segundos a ausência do passado.
[113] Sobre as concepções de Buffon acerca do continente americano, ver a seção "os naturalistas estão chegando: o Grão-Pará e Maranhão e as expedições do século XVIII" no Capítulo 2 desta tese, "As ciências a serviço do Império: A cartografia, a história natural e os Roteiros do século XVIII".
[114] Gaio, João Machado, *Op. cit.*s/n.

água, dos ciclos da natureza. O tema das águas aparece nesta viagem filosófica justamente como afirmação do temperamento frio e passivo do índio.

O índio é inclinado à gula, às bebidas espirituosas (alcoólicas / alucinógenas) e ao ócio. Só se considera infeliz quando não pode realizar seus desejos imediatos, como matar sua fome, por exemplo. Essa mesma característica de ócio e indolência do índio americano surge no texto de Alexandre Rodrigues Ferreira. Em seus textos, o autor utiliza-se de três categorias para examinar os tapuia – sua constituição física, sua moral, sua política[115]. A sua constituição física vigorosa, com o corpo bem proporcionado e a musculatura bem definida, pode, à primeira vista, enganar o observador estrangeiro:

"Ninguém se engane porem que esta regularidade de figura [corpo bem proporcionado dos índios] *corresponde um igual vigor. Em os desta parte da América, o que também eu tenho observado é que a agilidade excede a força. Um preto, para uma diligencia no mato é menos ágil que ele; também para o serviço das canoas e para tudo quanto é ou pescar, ou nadar, ou remar pelos rios, não tem a sua esperteza. Porém para o trabalho da inchada e do machado é mais forte".* [116]

Aqui Alexandre Rodrigues Ferreira toma de empréstimo a argumentação de Buffon. Segundo o autor francês,

O selvagem é débil e pequeno nos órgãos da reprodução; não tem pelos nem barba, nem qualquer ardor por sua fêmea: embora mais ligeiro que o europeu pois possui o hábito de correr, é muito menos forte de corpo; é igualmente bem menos sensível e, no entanto, mais crédulo e covarde; não demonstra qualquer vivacidade, qualquer atividade d'alma; quanto ao corpo, é menos um exercício, um movimento voluntário, que uma necessidade de ação imposta pela necessidade: prive-o da fome e da sede e terá destruído simultâneamente o principio ativo de todos os seus movimentos; ele permanecerá num estúpido repouso sobre suas pernas ou deitado durante dias inteiros[117]

[115] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, p. 27.
[116] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, p. 27.
[117] Buffon, in Gerbi, *op. cit.*, p. 21.

Na argumentação de Buffon, vemos elementos que emergem tanto no texto de Ferreira, quanto no texto anterior, *Viagem Filosófica a Serra de Ibiapaba*. Neste último tínhamos justamente uma referência a esta inatividade do índio, sempre refém de suas vontades imediatas. No primeiro, temos justamente uma gama de considerações sobre o físico do índio que em tudo de assemelham às descritas por Buffon. Para Ferreira, o índio é também ágil, habituado às suas correrias, mas é menos forte e mais laxo que o preto no que toca ao trabalho. Ele avisa justamente para o observador do índio não se enganar com a regularidade de sua figura, ou seja, com o seu corpo bem definido, pois este dote físico não pode ser revertido em trabalho para o desenvolvimento da colônia. A relação dos índios com o trabalho é discutida mais a fundo por Ferreira nesta passagem:

"Um gentio, se é obrigado a trabalhar imediatamente sucumbe a violência que sente. Um preto, ou constrangido ou não, dá conta da tarefa que se lhe impõe, contanto que lhe não falte o sustento. Estes sentem menos a fome do que aqueles; porém, alimentados que sejam, recompensam a despesa e o cuidado de seus senhores. Aqueles, ou alimentados ou não, são inimigos do trabalho, porque não o podem fazer quando faltar de alimento, e porque não o querem quando abarrotados dele. (...)

A debilidade é o caráter de seus corpos e a frieza o de suas almas. Eis aqui a conseqüência, não de uma nem de duas cousas somente, como julgam muitos atribuindo a uns a temperatura do clima quente e úmido e, outros, a pouca substancia e muita simplicidade dos alimentos.[118]

Após esta argumentação, na qual Alexandre Rodrigues Ferreira, corrobora a idéia do índio débil e indolente, ele aponta as seguintes causas para a debilidade dos índios:

1. Não estarem acostumados desde o nascimento a trabalhar
2. Faltarem-lhes instrumentos, mesmo que quisessem trabalhar (a arte da fundição lhes é desconhecida, não têm animais para arado).
3. Serem homens que vivem na liberdade da natureza, que tudo lhes fornece.
4. Terem uma limitada esfera de desejos, que se satisfazem facilmente.

[118] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, p. 29.

Ao propor o seu elenco de causas para tal debilidade dos indígenas, este autor entra em um diálogo direto com Buffon, discordando da teoria da umidade como causa da frieza do sangue e do apequenamento dos humanos. Para ele, é o próprio modo de vida propiciado pela cultura dos índios, que não é baseada no trabalho, que causa a indolência e a frieza de seu caráter. O autor reconhece ainda que esta indolência do índio pode trazer benefícios para sua prática de vida:

"Sempre porém, que o vigor de seus corpos não é violentamente agitado por uma súbita variação de conduta, passando eles do estado de uma longa abstinência para o de uma extrema voracidade; sempre que, nem o seu ódio, nem as suas fadigas são excessivas (...); então o clima, por uma parte, e o seu modo de viver, por outra, se dão as mãos para favorecerem a duração de seus dias. E, entre eles, com maior freqüência do que entre os europeus, aparecem muitos que são sadios e longevos tais são os efeitos que aos gentios principalmente devem resultar de nem os seus corpos serem oprimidos de trabalho, nem os seus espíritos confundidos daquelas cogitações e dissabores que inquietam e atribulam o homem civilizado. [119]

Assim, para Alexandre Rodrigues Ferreira, o homem americano está em outro estado de sociedade, próximo ao estado de natureza. Nesse sentido, ele se aproxima muito do pensamento de Rousseau, ao afirmar que o índio não é oprimido pelo trabalho nem pela civilização.[120] Além de Rousseau, mantém sua perspectiva baseada nas argumentações da história natural que propõem o meio físico como determinante do caráter dos humanos e, conseqüentemente, da frouxidão dos índios americanos.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre algumas concepções da história natural e aquela defendida por Ferreira. Este autor utiliza-se de categorias como "Da Moral", "Da política" para analisar as sociedades indígenas. Na sua *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, ele dedica um longo trecho justamente à descrição dos hábitos, dos costumes e da organização político-tribal dos índios. Ele conhecia suficientemente os índios e sua

[119] Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Op. cit.*, p. 30.
[120] Ele se aproxima também das considerações de Montesquieu que, no *Espírito das Leis*, sublinha a dificuldade de estabelecer e manter instituições livres em climas lascivos, que tornam o povo indolente.

organização bélica, e não incorre no erro de julgá-los como seres não políticos e, portanto, não humanos, na própria definição aristotélica do homem como animal político.

No século XVIII, De Pauw, por exemplo, chega a sugerir que os índios não sejam humanos justamente por seu caráter não político.[121]. Para Ferreira, eles têm sua organização social e política, mas esta privilegia justamente o não trabalho, o ócio. Vale ressaltar que, para este autor, a indolência dos índios não é um sinal de sua incapacidade para a ação: pelo contrário, quando o vigor de seus corpos é agitado, eles podem passar de uma longa abstinência para um estado de súbita agitação. Ferreira vê o índio como um indivíduo que pode agir, mas não quer fazê-lo. Essa visão é muito diferente da dos autores analisados por Gerbi, como o próprio Buffon, segundo o qual há uma incapacidade congênita de ação por parte do índio.

Assim, Ferreira, com seu amplo conhecimento da história natural e com sua experiência prática de convívio com os índios, acaba por dialogar com outros autores e estabelecendo uma nova perspectiva sobre os selvagens, no amplo debate que estava posto no seu tempo. Da própria América, vem uma importante resposta para a Europa, que neste período ainda concebia esse continente como incapaz de responder. Qual teria sido a repercussão de tal resposta no meio ilustrado europeu? Este é um tema a ser pesquisado.

[121] Ver Gerbi, *op. cit.*, p. 56.

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

CAPÍTULO 6

Gente perversa, ociosa e inútil dos sertões

6.1 Sertão: o signo em busca de significados.

Foi no século XX que o sertão adquiriu, a partir da literatura, a plenitude de seu significado no Brasil. Significado fugidio, à margem da definição coesa, mas que cresceu de certa forma como uma metáfora do próprio país. Além da literatura, há uma vasta produção musical, cinematográfica, e originária de outros meios culturais que se refere ao sertão. Existe hoje, com relação a este termo, uma multiplicidade de sentidos, todos profundamente vinculados à própria identidade nacional e à cultural brasileira.

De grande importância também, neste processo de significação do sertão, é a historiografia. Capistrano de Abreu, principalmente, e mais tarde Sérgio Buarque de Holanda, são autores que colaboram para essa tradução que representa o próprio processo de instituição de sentidos da palavra *sertão*. Na historiografia, como analisaremos ao longo deste capítulo, o sertão adquire de certa forma uma conotação positiva, vinculada à resistência à autoridade colonial e à formação de um povo à margem do estado.

Mas boa parte do sentido do sertão que é trabalhado nos textos destes autores já estava presente no século XVIII, e talvez houvesse, nesse período, ainda mais sentidos relacionados ao sertão que foram se perdendo na medida em que avançavam o próprio processo de civilização e a suposta dominação dos sertões. Neste capítulo, vamos trabalhar alguns dos significados do sertão que encontramos no *Roteiro do Maranhão* e buscar, a partir destes sentidos presentes nos textos do século XVIII, mapear como se configura o sertão na historiografia e na literatura do século XX. Buscaremos compreender como se modifica, ou não, o sentido do sertão.

O termo *sertão*, no Brasil do século XVIII, já era um termo migratório. Seu significado original, advindo de terras estrangeiras, já vinha sendo alargado desde o século XVI. Responder sobre a etimologia da palavra sertão e sobre a origem de seu significado tão fugidio é uma tarefa difícil, como atesta o próprio dicionário Aurélio da língua

portuguesa. Neste dicionário, bem como no dicionário Houaiss, onde o verbete é elaborado em termos iguais, os seguintes sentidos são atribuídos à palavra *sertão*:

Sertão: *1) região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas. 2) terreno coberto de mato, afastado do litoral. 3) a terra e a povoação do interior; o interior do país. 4) toda região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos.* (...) ***Etimologia*** *– origem obscura; J.M. registra que, "na opinião de certos autores, o vocábulo seria evolução do latim" de Sertamu, com operações fonéticas ainda não suficientemente esclarecidas.*[1]

Quase todos estes significados atribuídos ao termo em questão nos dicionários da língua portuguesa estavam já presentes nos textos do século XVIII. A ênfase, no entanto, em relacionar o sertão à região agreste, ao semi-árido nordestino, é provavelmente derivada do início do século XX, quando é publicado o texto de Euclides da Cunha, *Os Sertões* – que tem como palco o agreste baiano. Até o século XVIII, e provavelmente também durante o século XIX, não havia esta ênfase em relacionar o sertão ao agreste. Os significados de sertão no século XVIII poderiam alcançar geograficamente a caatinga, mas na mesma proporção alcançavam a floresta amazônica, os serrados, as chapadas, e até mesmo florestas incultas já próximas da região litorânea.

Walnice Galvão, ao estudar a etimologia da palavra, nos dá importantes elementos para compreendermos seus significados nos textos do século XVIII:

A palavra já era usada na África e até mesmo em Portugal. (...) Nada tinha a ver com a noção de deserto (aridez, secura, esterilidade) mas sim com a de 'interior', de distante da costa: por isso sertão pode até ser formado por florestas, contanto que sejam afastadas do mar. O vocábulo se escrevia mais freqüentemente com C (certam e certão) do que com s. [*G. Barroso*] *vai encontrar a etimologia correta no* ***Dicionário da lingua Bunda de Angola****, de frei Bernardo Maria de Carnecatim (1804), onde o verbete mulcetão, bem como sua corruptela certão, é dado como locus mediterraneus, isto é, um lugar que*

[1] Houaiss, Antônio e Villar, Mauro de Sales. *Dicionário Houaiss da língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001,p. 2558.

fica no centro, ou no meio das terras. Ainda mais, na língua original era sinônimo de 'mato', sentido corretamente usado na África Portuguesa, só depois ampliando-se para 'mato longe da costa'. Os portugueses levaram-na para sua pátria e logo trouxeran-na para o Brasil, onde teve longa vida, aplicação e destino literário. [2]

Assim, os significados iniciais do termo teriam variado entre mato e mato longe da costa. Coisas, aliás, bem diferentes entre si: no sentido, de "mato", sem restrições, engloba-se também o mato da costa. Trata-se de um termo que migra para o Brasil a partir do momento que se estabelecem as grandes rotas de ligação entre Luanda, e Salvador e Recife. E que adquire, já no inicio de nossa colonização, uma série de significados novos.

Neste capítulo, vamos proceder a uma breve investigação sobre quais espaços, na geografia das narrativas dos roteiros, podem ser designados pelo termo *sertão*, e também sobre os sentidos atribuídos ao termo, no *Roteiro do Maranhão*, que ultrapassam caracterizações espaciais.

Assim, ao longo deste capítulo, vamos fazer uma investigação sobre os sentido do sertão no *Roteiro do Maranhão* através de um cotejo com outros roteiros de período. Aqui, no entanto, faremos também um cotejo entre os sentidos do termo no texto anônimo, e os sentidos a ele atribuídos na historiografia e na literatura do século XX.

De antemão, devemos dizer que o sertão na colônia não correspondia ao semi-árido nordestino, a uma imagem que temos hoje de terra seca ou desértica. O sertão da colônia tinha água abundante, tinha matas, e acima de tudo tinha índios. Era constituído de todos os elementos que abordamos até aqui: rios caudalosos, matas intransponíveis, serrados ou campos, índios gentios, aldeamentos de missionários, fazendas. Justamente por ser constituído por todos estes elementos que até aqui vimos analisando, o termo *sertão* está presente em várias passagens utilizadas nos capítulos anteriores. Por isso, vamos fazer em alguns casos uma releitura de passagens anteriormente citadas, na análise dos entes da natureza e dos índios, para analisarmos agora o conceito de sertão que nelas encontramos.

O sertão, no texto anônimo, não aparece como algo único, como um espaço específico, mas se configura justamente como a enorme hinterlândia, que corta o Brasil de norte a sul, do extremo oeste até as beiras do litoral. Tanto que o autor não fala em "o

[2] Bolle, Willi.*grandesertão.br: o romance de formação do Brasil.* São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2004, p. 48.

sertão", mas freqüentemente em "sertões". Mas "o sertão" a que se refere o plano de civilização inscrito no roteiro tem uma dimensão menor, é a região entre os rios Tocantins e Parnaíba, que emenda com os sertões do rio São Francisco na altura da Bahia e de Minas Gerais. Esta vasta e importante região é o cerne de tudo aquilo que poderíamos chamar de sertão. É o centro dos sertões e, não por acaso, teria sido descoberta, segundo o autor anônimo, por um homem chamado Domingos Afonso Sertão.

Ainda que seja menor que todo o sertão em potencial do interior do Brasil, trata-se de uma vasta região, que engloba ecossistemas amazônicos na altura dos rios Tocantins e Itapecuru, vastas áreas de serrado, principalmente nas serras e cabeceiras dos muitos rios mencionados, e ainda a própria caatinga nas capitanias do Piauí, do interior de Pernambuco e da Bahia. Sertão habitado por várias tribos de gentios, e também por índios dóceis. Muito rico em água, em algumas regiões, e semi-árido em outras. O sertão do *Roteiro do Maranhão* é uma terra de extremos, com rios caudalosos e secas implacáveis, com florestas densas e campos abertos, com homens bárbaros e jesuítas que ensinam latim. Um sertão múltiplo, que o autor anônimo procura narrar para seus leitores no Ultramar, em passagens como estas:

Deste sertão entre o Rio Parnahiba, e Tocantins descem os Rio Itapucuru, Carará, Pindaré, Miarim, e quantos fertilizão as Capitanias do Cumá e Caité.[3]

(...) os dois rios Tocantins e Parnaiba correm por esta parte mais visinhos , que o dito Sertão, que ha entre elles, pode ser em quinze dias atravessado: que não só he fertillissimo para todas as produções do Paiz; mas muito proprio a criação de gados, por ser aberto com largas campinas, cortadas de muitos e copiosos riachos, que acabam formando todos os Rios, que vão desaguar no Oceano pelas referidas Capitanias do Maranhão, Cumá e Caité.

O caráter babilônico deste sertão cheio de rios e campinas é ressaltado pelo plano de povoação do *Roteiro do Maranhão* e de outro roteiros importantes sobre a região, como a *Informação sobre os certões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pindaré do estado do*

[3] RM, p. 71.

Maranhão. Neste texto, o sertão que geograficamente corresponde ao sertão do texto anônimo aparece como o berço em potencial de uma nova civilização.

Aquelle vastissimo Certão de q tratamos coprehendem si dilatadissimas campinas para creações de gados, muitas e exelentes Ribeyras com mattos as suas margens para lavoura, e todo genero de agriculturas, contendo internidade de haverês, que podem fazer feliz a este estado do Maranhão, e augmentar os domínios dam Ma. Senhora com uma nova capitania que ahi se pode crear, mayor, e melhor q a do Piauhy, por serem as terras de q se compoem de diferente fertilidadeq cultivadas e aproveitadoz aquelles mesmos haveres com que a natureza a henriquesse vira a ser este estado o Império da américa Portuguesa.[4]

Nesta informação, escrita pelo padre Antônio Correia Furtado de Mendonça, em 1785, é ressaltado justamente o caráter fértil deste sertão do Maranhão. Neste texto, produzido praticamente no mesmo período do *Roteiro do Maranhão,* o vocábulo é escrito com **c**, possibilidade indicada no texto de Walnice Galvão. Isso indica que, no fim do século XVIII, não se configurava uma normatização ortográfica da palavra.

O autor vê neste "certão" a possibilidade de emergência de um estado que pode ser o Império das Américas, ou ao menos se utiliza desta imagem como figura de retórica poderosa, para o convencimento da rainha acerca de seus planos de ocupação. Seu plano incluía a idéia de que as terras férteis da região sul do Maranhão, nas cercanias da vila de Pastos Bons, pudessem se tornar uma nova capitania. Mas esta capitania, cuja promessa de riqueza infinita se inaugura no texto acima, é circundada por sertões nem tão benevolentes à sobrevivência humana. Para nordeste, é com o sertão agreste que o sertão babilônico do Maranhão se encontra. E é deste sertão mais árido que ele depende para se comunicar com a costa do Brasil, com os portos de Recife e Salvador. Por isso mesmo, este sertão do Maranhão deve buscar a comunicação com os portos do Norte e principalmente do Nordeste. Sobre esta transição entre sertões, escreve o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão:*

---

[4] *Informação sobre os certões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pindaré do estado do Maranhão.* Documento Manuscrito. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Col. Ministério do Reino – maço 605 – doc. 704 p. 1.

O Sertão que corre entre o Rio de São Francisco e a Capitania do Piauhi se alarga a quarenta e cincoenta legoas; e se estreita a quinze a catorze e doze legoas. Hé Sertão quase todo ainda inculto, tão arido que nos mezes de Agosto, Septembro Outubro, Novembro e Dezembro, quando não chove (o que frequentemente acontece) secão as aguas que ficam estagnadas. E chega a faltar até a necessaria para saciar a sede dos viandantes; tendo alguns ja acabado, e outros sustentado a vida com o suco que extraem de humas grandes batatas creadas debaixo da terra nas raizes dos Ambuzurros (...) .[5]

Com a mesma aspereza continua este Sertão pertencente a Pernambuco, desde a freguesia do Cabrobó ao Norte até a barra do Rio Grande do Sul: sem atravessallo por alguma parte, não se pode sahir da Capitania do Piauhi para Bahia Jacobina, Rio das Contas, Fanado, Serro do Frio, Minas Geraes, Pitangi e Paracatu.[6]

Assim, temos aqui terras de características espaciais distintas, todas englobadas sob a definição de sertão. Espaços tão diferentes, ora ásperos, ora férteis, mas quase sempre incultos. Uma terra que necessariamente tem de ser atravessada para se alcançar os rios, ou o ouro do interior. Um espaço de trânsito necessário.

Uma das grandes funções dos roteiros é justamente o mapeamento do sertão para possibilitar a sua travessia por outros viajantes. Para o viajante anônimo, sertão imenso é uma infinidade de *nomes bárbaros*. O autor não cita os nomes bárbaros, pois deve mapear o labirinto de acordo com os referenciais compreensíveis pelos homens da metrópole, não pelos bárbaros que habitam no seu interior.

Não faço nelle expressa mençaõ de todos os sitios, Montes, Vales, Fontes, Rios e Povoações; porque não se offerecendo em muitos destes objectos mais differença do que aquella com que em tudo se distingue da face da Natureza, nada mais lhe accrescentaria eu do que huma longa, e fastidiosa expressão de nomes, quase todos barbaros, e exquesitos.[7]

---

[5] RM, p. 80.
[6] RM, p. 81.
[7] RM, p. 60.

O sertão se mostra, aqui, justamente como espaço labiríntico, com nomes bárbaros e paisagens que se repetem. É um espaço onde os nomes de nada servem para diferenciar a face da natureza, onde o nome não faz sentido, pois não há seres humanos para decifrar os nomes. No sertão, apenas a natureza muda em nada esclarece o viajante sobre as referências do caminho, sobre a exatidão de seu rumo. O homem solitário, então, sendo um viajante europeu, deve contar com esta descrição racional do caminho, com nomes que façam sentido no seu decodificar do mundo, e não com os nomes que servem para decodificar o sertão na lógica bárbara de seus habitantes. Para isso serve, em primeiro plano, o *Roteiro do Maranhão*.

Mas o que unifica todo esse espaço labiríntico que se estende por uma vastidão infinita? O sentido desta unidade, já no século XVIII, não pode ser compreendido apenas em âmbitos espaciais; precisa ser compreendido também em termos sociais e culturais. Parece existir, já neste período, um denominador comum das narrativas sobre esta vasta porção de terra que seria justamente a postura de seus habitantes frente à terra inculta. Sua capacidade de sobrevivência nos ermos da colônia, sem amparo da civilização. Esta sobrevivência está quase sempre relacionada, nos Roteiros, à criação de gado, que constitui o nexo central desta sociedade incivilizada. O sertão se constitui nestes textos não só pelo afastamento do litoral, por algum nível de dificuldade de acesso, mas, sobretudo, pela ausência do estado. O grande significado do sertão, já no período colonial, era, portanto, o de uma terra onde o poder e a organização estatal ainda não ordenam a vida dos homens

O *Roteiro do Maranhão*, bem como outros Roteiros do período, tem como meta estabelecer um plano racional de povoamento capaz de fazer com que o contrato social, a civilização, cheguem de um modo mais harmônico aos povos dos sertões, aos índios e caboclos. O cerne deste plano, a base da economia das povoações a serem fundadas no sertão, seria justamente a criação de gado, que é representado neste texto como algo que se pode adequar perfeitamente aos propósitos da colonização e, acima de tudo, ao modo de ser dos homens do sertão.

O gado adequava-se à vegetação que crescia entre os buritis, nesta região de transição entre a caatinga, o serrado e a floresta amazônica. No alto da chapada que, desde aquele tempo, era conhecida como serra das Mangabeiras, nas nascentes dos rios Itapecuru, Tocantins, e Parnaíba, existiriam vastas porções de terras incultas, aptas para esta criação

que pode ser feita com o mínimo de investimento, como relata nesta passagem o autor anônimo:

Nelle [na criação de gados] *pouco se muda na superfície da terra tudo se conserva quasi no seu primeiro estado. Levantada huma caza coberta pela maior parte de palha, feitos huns curraes, e introduzidos os gados, estão povoadas tres legoas de terra, e estabelecida huma fazenda.*[8]

Os homens que habitavam os sertões recusavam-se a exercer a velha e trabalhosa agricultura nos moldes europeus, mas sentiam-se bem na condição de vaqueiros. Ser vaqueiro não lhes submetia a uma ordem social rigorosa, que não lhes era familiar.

Esta gente perversa, ociosa, e inutil pela aversão que tem ao trabalho da Agricultura, he muito differente empregada nas ditas fazendas de gados. Tem a este exercício huma tal inclinação, que procura com empenhos ser nelle occupada; constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, creador ou homem de fazenda são titulos honorífico.[9]

O sertão, neste texto, é caracterizado como um sistema moral próprio, que predomina em alguns espaços geográficos da colônia (mas que pode estar em toda parte). Na passagem acima, notamos uma certa sensibilidade por parte do autor, que trabalha a serviço da metrópole, mas que percebe os valores destas pessoas que pouco se inserem nos esquemas da metrópole. O exercício da profissão de vaqueiro cabe nessa moral sertaneja que se constituía no Brasil daquele momento. Este é um argumento central em seu texto, a favor dos planos de ocupação através do gado, que é visto como a única forma de a metrópole empregar de maneira útil esta população vadia e ociosa.

Em passagens como esta, o autor anônimo fornece em seu texto indicações preciosas para uma das mais importantes caracterizações do sertão feitas pela historiografia

[8] RM, p. 88.
[9] RM, p. 88.

brasileira. A ênfase na cultura da criação de gado, nos vaqueiros e na chamada "civilização do couro" é um dos aspectos centrais da obra de Capistrano de Abreu.[10] E é exatamente a descrição do sertão que lemos acima, feita pelo autor anônimo, que é transposta do *Roteiro do Maranhão* diretamente para o texto de *Capítulos de História Colonial*:

A gente dos Sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anônimo do admirável Roteiro do Maranhão a Goiás, tem pelo exercício nas fazendas de Gado tal inclinação que procura com empenho ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de Vaqueiro.[11]

Capistrano centra-se justamente, nestas considerações, na felicidade que sente a gente dos sertões ao receber o nome de vaqueiro. Centra-se nesta descrição de um código de valores dos sertões do Brasil, feita pelo autor anônimo. Essa mesma passagem do texto anônimo, incorporada pelo texto de Capistrano de Abreu, será novamente retomada em 1942 em *Formação do Brasil Contemporâneo*. O termo "perversa" é banido, mas o espírito da passagem que citamos acima, permanecerá o mesmo no texto de Caio Prado Jr.:

Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário. Mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos Sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, têm uma inclinação especial para a vida aventuresca e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda. [12]

---

[10] A importância que o tema do sertão adquire em sua obra estaria relacionada à própria trajetória da vida de Capistrano de Abreu. José Carlos Reis aborda alguns aspectos importantes desta trajetória do autor. Nascido no sertão do Ceará, em 1853, e tendo migrado com 21 anos para o Rio de Janeiro, onde se torna historiador, Capistrano nunca teria se desvencilhado de suas origens: *Foi neste ambiente bem pouco aristocrático que Capistrano nasceu e viveu até a juventude. Ele era psíquica e fisicamente um autêntico sertanejo, um caboclo matuto, feio, agreste, desagradável: "Um desconfiado tapuia transplantado para o meio civilizado", alguém disse.* Mas, segundo seus biógrafos, sua conversa cativante em pouco tempo conseguiria reverter essa impressão inicial causada pelo seu aspecto. (Cf. Reis, José Carlos. *Op. cit.*p. 86).

[11] Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, BH: Ed. Itatiaia/SP: Publifolha, 2000, p. 154.

[12] Prado Júnior, Caio. *Op.cit.*, p. 191. Aqui o *Roteiro* é citado pelo autor em nota de rodapé.

São estes os homens que abundam no sertão, que a historiografia do século XX passa a representar como indivíduos que viviam à margem do estado. Caio Prado os caracteriza com os mesmos termos do autor anônimo, ao falar de sua inclinação para a vida aventuresca de fazenda. O adjetivo aventuresca cabe como uma luva para os mesmos homens que já vinham sendo descritos pelo autor anônimo, por Capistrano de Abreu, e agora por Caio Prado.

Com relação à criação de gado que organiza a vida destes indivíduos, Caio Prado chama a atenção em sua obra justamente para o caráter imutável desta atividade. Segundo este autor, a organização da pecuária, no Brasil, teria permanecido inalterada desde a colônia até a primeira metade do século XX, quando escreve sua obra.

Mas se não a mais grandiosa e dramática, é a pecuária pelo menos a mais sugestiva para nossos olhos de hoje. Porque ela ainda aí está, idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente como ontem palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil; realizando o que só o aeroplano conseguiu em nossos dias repetir: a proeza de ignorar o espaço. Há séculos esta cena diuturna se mantém em todo país e neste longo decurso de tempo não se alterou; as mesmas boiadas que seu primeiro cronista (Antonil) descreve com tão vivas cores, poderiam ressurgir hoje a atravancarem as estradas para maior desespero dos automobilistas: estes não notariam diferença. (CPJ, *op. cit.*, p. 187)

Na obra de Caio Prado, as boiadas e os modos de vida por elas organizados no sertão teriam permanecido os mesmos desde a colônia. Fala-se, nesta obra, de um sertão quase fossilizado. Justamente por isso, em torno deste tema podemos fazer um cotejo direto entre o *Roteiro do Maranhão*, o texto de Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr. Estas obras falam todas de um mesmo lugar, de um mesmo topos sertanejo.

E o sertão adquire uma importância fundamental para o desenvolvimento da colônia, tanto no discurso anônimo, quanto no texto de Caio Prado. Para este autor marxista, as boiadas que vêm e que vão – no seu movimento serpenteante, barroco – teriam exercido uma função central no sistema colonial. Alimentaram a sociedade monocultora das grandes

propriedades escravistas, os mineradores empenhados apenas na busca do ouro. A partir do sertão, alimentaram as cidades, e aqueles que se voltavam apenas para as funções lucrativas para a metrópole e que, portanto, não produziam seu sustento. Este esquema, ao qual Caio Prado se refere no capítulo "Pecuária", além de inspirado em Antonil, é alimentado também pelas descrições do autor do *Roteiro do Maranhão*.[13]

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, no entanto, ao mesmo tempo em que vemos as boiadas com esta função auxiliar do Sentido da Colonização, também vemos sua presença no exercício de uma função oposta a este sentido. Os vaqueiros eram exemplos de trabalhadores pagos em meio a uma ordem escravista, exercendo uma atividade comercial interna na colônia, onde todo comércio deveria ser feito com sua metrópole.

Justamente por isso, eles têm um papel central na historiografia que busca a identidade nacional. São homens que têm esse papel central na própria desconfiguração do esquema colonial. Grande parte da população do sertão se inclui naquilo que Caio Prado considera como categorias à parte do sistema colonial:

Enquanto houve apenas senhores e escravos, (...), *tudo ia bem. Todos os povoadores do território brasileiro tinham seu lugar próprio na estrutura social da colônia, e podiam normalmente desenvolver suas atividades. Mas formaram-se outras categorias que não eram de escravos e não podiam ser de senhores. Para elas não havia lugar no sistema produtivo da colônia. Apesar disto, seus contingentes foram crescendo, crescimento que também era fatal, e resultava do mesmo sistema da colonização.* (CPJ., *op. cit.*, p.360)

Daqui surgem os chamados desclassificados na obra de Caio Prado, categoria importantíssima que surge no seio da colônia como fator de tensão de sua própria estrutura. Segundo Caio Prado Jr., é no sertão que se fundem os elementos próprios do Brasil. O texto do *Roteiro do Maranhão* notoriamente contribuiu com esta imagem, através desta

[13] Conforme analisamos na introdução de nossa tese, as boiadas do sertão tinham um papel importante no sistema de comércio descrito pelo *Roteiro*, que mais tarde é transformado numa representação gráfica por Caio Prado Jr.

recorrente intertextualidade. Há uma mimese[14] do texto anônimo, primeiro por Capistrano, depois por Caio Prado. Nesta mimese, o autor anônimo fornece elementos justamente para a caracterização do sertão como espaço de resistência, de formação de uma identidade.

Caio Prado Jr. frisa, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, que a cultura do gado no século XVIII era justamente uma cultura não escravista, pois os vaqueiros trabalhavam cinco anos para um fazendeiro, depois do que recebiam seu pagamento em bois e estabeleciam sua própria fazenda, recomeçando o ciclo.[15] O texto do *Roteiro do Maranhão* é justamente o grande referencial documental para a obra de Caio Prado no que toca ao tema da criação de gado no sertão. Neste Roteiro, o autor anônimo também frisa esta qualidade do gado, a de não demandar a importação de escravos e de representar justamente um modo menos dispendioso e mais despojado de colonizar aquela região:

O uso inalterável nos sertões de fazer o vaqueiro sua quarta parte dos gados que cria, sem poder entrar nesta partilha antes de cinco annos, não só faz que os dittos vaqueiros se interessem como senhores, no bom trato das fazendas; mas faz também que com os gados que lucrão, passem a estabelecer novas fazendas, e que hum morador do Maranhão, Pará, e Piauhi, possa mandar estabelecer fazendas em lugares remotos; e possuillas sem deixar sua habitação (...).[16]

O homem que se torna vaqueiro torna-se sempre um senhor em potencial. Através de seu trabalho nos ermos da colônia, ele pode adquirir o seu gado e, conseqüentemente, os

---

[14] O conceito de mimesis foi bastante explorado em minha tese de mestrado, onde atribuo a ele a seguinte definição: *Por mimese, pode-se entender imitação, mas não a imitação entendida como simples absorção do conteúdo ou da forma de um texto por outro. A mimese aqui refere-se a um processo elaborado, onde idéia ou forma herdadas podem voltar à tona no texto que analisamos, mas não da mesma maneira, ou no mesmo contexto em que surgiram anteriormente. É um processo de reapropriação, por parte de um autor, de algo que surgira inicialmente em outro texto. Esta reapropriação implica muitas possibilidades. Por vezes, um termo que surge num contexto textual que desemboca numa conclusão, pode ser utilizado em um novo texto, agora como sendo chave para uma nova interpretação conclusiva.* (Gnerre, Maria Lucia Abaurre. *Op. cit.* p. 78)

[15] *Isto serve para ilustrar a forma que tomou a dispersão mineradora; de tão brusca e violenta que é, até perde contato com as fontes de onde brotou. Coisa muito diversa se passa com a penetração levada pelas fazendas de gado. Dos seus focos, cujo principal é a Bahia, as fazendas, e com elas o povoamento, vão se espraiando paulatinamente para o interior. A sua expansão é por contigüidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com seu centro irradiador.* (Prado Jr., Caio. *Op. cit.*, p. 55).

[16] RM, p. 89.

seus vaqueiros, sem assistência alguma da colonização. É uma atividade que se estrutura em um sistema que em muito se assemelha à vassalagem, e por isso é facilmente compreendida pelo autor de origem européia. Os pressupostos de tal sistema, graças à matriz histórica do autor, tornam a lógica do gado de fácil compreensão, tanto é que ele fala agora nos interesses dos vaqueiros, nos seus objetivos ao criar o gado alheio para um dia se tornarem senhores. Há, por parte do autor anônimo, um entendimento da psique do vaqueiro, graças à própria cultura. Segundo o código de honra dos moradores do sertão, ao vaqueiro equivaleria uma posição talvez semelhante à do cavaleiro na Europa da alta Idade Média. O que o texto anônimo propõe é justamente que a coroa utilize esta lógica, interna à sociedade do sertão, em prol de seus interesses e dos seus projetos de civilização daquela região. Assim, além da simples ocupação do espaço, o gado tem esta característica de elemento potencial no processo civilizador do sertão, para utilizarmos o termo de Norbert Elias.[17]

Mas, ao contrário da Europa, onde, devido à escassez de terras, era muito difícil a transformação do vassalo em senhor, na colônia, com seus amplos espaços incultos, a todos os vaqueiros se apresentava a promessa de se tornar senhor. O vaqueiro que adquirisse seu quinhão de bois poderia rumar para terras distantes, ocupando um novo espaço, dando nome a terras incultas e prestando, assim, seu serviço à coroa. O vaqueiro, enquanto fazendeiro, poderia se tornar um civilizador.

Assim, graças à sua lógica relativamente independente das dispendiosas empresas coloniais – como as plantações de algodão, por exemplo – o gado surge como uma alternativa mais barata de colonização. Por isso, ele se justifica também como pilar econômico deste plano de civilização. Mas o autor anônimo é prudente ao expor seu plano, e preocupa-se em indicar também os possíveis prejuízos que o gado pode causar à metrópole. O primeiro deles relaciona-se justamente à natureza perversa que atribui à gente ociosa e inútil dos sertões. Nem todo vaqueiro toma o caminho do fazendeiro, nem todo vaqueiro pode ser considerado homem a serviço da civilização.

O sertão, que deve prover o gado para as capitanias onde ainda se produz ouro, é uma zona de influência muito limitada do estado, e disso decorre o prejuízo humano, dos homens que, uma vez que se movem pelas fazendas de gado, tornam-se possivelmente

[17] Cf. Elias, Norbert. *O Processo civilizador.* São Paulo: Cia das Letras, 1992.

arredios, ociosos, e acabam não cumprindo sua meta produtiva. Diz o autor anônimo: *He o primeiro dos dittos prejuizos: Que o estado perde todo aquelle indivíduo, que manda aos Sertões.*[18]

O autor reconhece, assim, que é um negócio de risco mandar indivíduos aos sertões, e que seu plano de povoamento não se converterá necessariamente em um plano de civilização. O indivíduo pode seguir o caminho do certo, tornar-se vaqueiro e se firmar nesta profissão, mas pode também tomar o caminho do errado, encarnando a figura do criminoso que vaga no ermo do sertão; do homem que, organizado em hordas, passa a viver do ataque a fazendas e vilas, da mesma maneira que os índios corsos. O autor anônimo sabe que, no sertão, não há controle social, não há forma de garantir ali a prevalência da "sociedade dos indivíduos".

É um plano no mínimo curioso, este apresentado pelo autor anônimo. O mesmo texto que se esforça para o convencimento, através de uma retórica bem estruturada quanto às vantagens da colonização do sertão através do gado, também afirma que o sertão é praticamente insubordinável ao estado. O estado deve apoiar a criação de gado, mas os indivíduos que estarão nela empenhados não estarão subordinados às ordens do estado. Ou seja, é um plano de utilização do sertão pelo estado, mas não um plano de subordinação do sertão ao estado. Se o estado perde os indivíduos que lá estão, é justamente por isso, porque no sertão eles permanecem insubordináveis. Segundo esta perspectiva, podemos inferir que o gado seria apenas um acordo tênue entre uma região ainda completamente inútil para a coroa em termos financeiros, e o estado.

Podemos dizer que, tanto na perspectiva do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão,* quanto em quase toda perspectiva sobre o tema que se inaugura posteriormente, o sertão se encontrava numa faze pré-contratual, segundo a lógica "rousseauniana" de contrato social.

Sobre esta lógica vamos nos deter, antes de prosseguirmos na exegese do *Roteiro do Maranhão.* No seu Segundo Discurso, de 1754, Jean Jacques Rousseau define de maneira bastante aprimorada seu modelo de estado de natureza, do qual deriva sua idéia de contrato social.

Rousseau localiza seu estado de natureza em um período muito anterior à Antigüidade, em um tempo em que os homens nem sequer falavam, e levavam uma vida

[18] RM, p. 114.

simples, tranqüila. O estado de natureza de Rousseau pressupunha um homem sem vícios, sem conhecimento do bem ou do mal, o que é completamente diferente do estado de natureza proposto por Hobbes em *O Leviatã*, que seria a guerra de todos contra todos (para Rousseau, esta seria uma projeção, em um passado distante, dos vícios burgueses do séc. XVII). Então, este homem natural de Rousseau é visto como um homem mais forte, que tem sentidos aguçados e instintos básicos de auto-preservação. Além destes instintos, esse homem natural tem uma potência chamada perfectibilidade, que é a capacidade de se transformar – ao contrário dos animais, por exemplo, que não mudam nunca. O homem, a partir de circunstâncias que o instigam, como a caçada, tem uma abertura para gerar novidades, como as flechas. Teria havido, a partir das primeiras novidades criadas, um conjunto de fortuitas modificações que desencadearam essa grande evolução do homem, que o distanciou muito dos outros animais. A história humana é vista por Rousseau como uma ampliação das possibilidades do homem natural, que só é positiva até certo ponto.[19]

Para explicar o surgimento das primeiras sociedades, Rousseau discorre sobre como estas novidades passam a envolver relações coletivas, na busca de objetivos comuns. O primeiro passo para a sociabilidade teria sido justamente a caçada, quando os homens descobrem vantagens na associação. O sexo seria outro elemento fundamental para a união dos seres humanos, e acaba gerando vários sentimentos que os homens não experimentavam antes. Surgem os primeiros rituais de sedução, e têm início a competição entre as pessoas e as primeiras desigualdades perceptíveis.

O homem começa a se comparar ao outro, a se ver através dos outros. Ele sai de si, do ser que se constitui apenas a partir da sua percepção do mundo, e começa a se pensar enquanto ser, neste ponto indeterminado e longínquo da história da humanidade.

Assim começa a representação para o outro, quando o homem constitui uma idéia de si e a transforma com um objetivo social. O homem civilizado, para Rousseau, é um eterno teatro para o outro, uma eterna representação, com base no que concebe a seu respeito. Essa percepção do outro é uma percepção das diferenças entre os homens que estaria na raiz da propriedade. O homem mais forte poderia ter mais terras. O fundamental

[19] Rousseau, Jean Jaques. *Discurso sobre a seguinte questão proposta pela academia de Dijon: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural ?* São Paulo: Abril Cultural, 1973 (pp. 242-7).

é que a diferença entre os homens não se baseia mais nas desigualdades naturais, mas sim nas desigualdades entre propriedades. A propriedade marca a diferença entre os homens.

Havendo ricos e pobres, surge a guerra entre os que têm e os que não têm. Esse é o estado de guerra de todos contra todos (muito posterior ao estado de natureza). Nesse momento, teria sido feita a maior enganação da história, quando os ricos convencem os pobres de que eles devem defender o estado que defende a propriedade dos ricos. É um contrato social falso, esse que se institui e congela não só a diferença entre os ricos e os pobres, mas também a diferença entre os que têm poder e os que não têm. No contrato social ideal de Rousseau, todos os homens devem obedecer a um soberano, mas devem ser livres. É do conjunto dos homens e da vontade geral que deles deriva que devem ser elaboradas as leis que todos irão cumprir. [20]

Desta forma, o contrato social ideal com suas leis entendidas como vontades do povo seria uma democracia direta. O grande problema, que leva à existência desse contrato social, seria a saída do homem da natureza para a sociedade. O contrato social seria uma forma de saída pacífica do estado de natureza, mas Rousseau não concebe uma existência ideal do homem em sociedade sem contrato algum.

Justamente esta configuração de sociedade pré-contratual, mas na qual já vigora algum sistema de organização social, é que pode ser comparada ao que encontramos em diversas caracterizações de sertão. Não há a estabilidade do governo estabelecido, o contrato que institui o estado, mas também não há a chamada lei de todos contra todos. Há uma lógica das relações no sertão, uma mesma lógica que vemos se configurar no *Roteiro do Maranhão*, e sobre a qual discorrem críticos do texto de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, como Wille Bolle e Walnice Galvão.

[20] O conceito de vontade geral é justamente a vontade que eu concebo quando me coloco no lugar do outro, é o que seria melhor para mim e para o outro. Esse conjunto de vontades seria decodificado, decantado, justamente pela figura do legislador.

Esta lógica das relações sociais no sertão, do *Roteiro do Maranhão* a Caio Prado Jr., pode ser explicada em boa medida por aquilo que depois é descrito como um "sistema jagunço" que emerge principalmente na obra de Guimarães Rosa. Esse sistema se configura basicamente como lógica de associação entre criminosos, de parcerias instáveis e milícias armadas aliadas a senhores proprietários de terra.

Trata-se de um sistema à margem dos sistemas sociais controlados, de um sistema que depende dos criminosos para existir. Isso é o sertão, e assim já era desde o século XVIII. Por isso, o autor anônimo sabe que o estado perde o indivíduo que para lá manda, pois ele ingressa em uma outra ordem social na qual o que é considerado errado na costa, deixa de sê-lo nas terras ermas do interior. Assim, os criminosos, por serem relativamente aceitos, proliferaram aos montes nos sertões. Mas, apesar de perdido para o estado, ao menos este indivíduo, empregado em uma fazenda de gado, não traz distúrbios de maior monta para a colônia. Permanece lá, nas fazendas distantes da costa, com sua moral própria, podendo inclusive ser útil, com seu gado, para na alimentação de núcleos de povoamento.

No texto do *Roteiro do Maranhão*, há uma série de referências a estes criminosos, indivíduos errantes, nos ermos dos sertões. Em passagens como esta, o autor traça, inclusive, um percurso que leva estes homens a optarem pelo caminho do crime e da liberdade no sertão:

D'aqui se segue, que tanto as mais Capitanias, como a Metropole perdem não só no equivalente do mesmo consumo, mas na multidão de indivíduos que entretidos largos annos em procurar com as suas traficancias e mercancias o ouro; que não extrahem. Vem pela falta de pagamento falir, mudando-se de huns para outros portos, de humas para outras Minas, e tendo em todas representado a mesma figura; para não pagarem no corpo, o que lhes falta em ouro, vão por ultimo refugiar-se no mais remoto dos sertões.

O tema do sertão é inspirador da linguagem poética. Até o autor anônimo, que escreve sob a perspectiva utilitária do século XVIII, menciona, em seu texto, homens que se tornam criminosos *para não pagarem no corpo o que lhes falta em ouro.* Há uma poesia nesta escolha, na escolha pelo descaminho da lógica do sertão. É um homem, muitas vezes

ex-mineiro, que se torna criminoso para não perder a própria vida, como afirma o autor do *Roteiro do Maranhão.*

Assim, onde há mineiros, há trabalhadores autônomos, há criminosos em potencial, como tão bem afirma Laura de Mello em Souza na célebre obra *Os desclassificados do Ouro.*[21] Não é por acaso que em Minas Gerais brotou uma das maiores vozes literárias do Sertão, João Guimarães Rosa, que assim descreve a relação entre crime e sertão:

O sertão é o lugar onde o criminoso vive seu cristo Jesus, arredado do arrocho de autoridade.[22]

É o lugar por excelência da falta de autoridade, onde cada um paga por seus crimes segundo as próprias leis da terra. E é também o lugar onde, muitas vezes, os criminosos instituem as leis. No próprio *Roteiro do Maranhão*, temos, na continuação da passagem acima citada, um importante indício da ação de coerção que estes indivíduos exerciam sobre a população mais estável do sertão.[23] Mas o curioso é que é justamente às custas destes indivíduos criminosos que o autor anônimo pretende pôr em prática seu plano de povoamento:

Para reduzir-se a prática o referido projecto, nada mais seria necessário, do que o estabelecimento de Trez Arraiaes. O primeiro e segundo, pela Capitania do Maranhão nas margens do Rio Parnahiba e Miarim. O terceiro pela Capitania do Pará, nas margens do Rio Tocantins; com a força de oitenta até cem homens, compreendendo-se no mesmo número aquella parte da tropa, que se julgasse necessaria para se fazer respeitados, e obedecidos os chefes de huns corpos, que forçosamente serião compostos de Indios, sem disciplina alguma militar, ou de Paisanos libertinos e vadios[24].

---

[21] Souza, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no séc. XVIII.* R.J. Graal, 1982.
[22] Rosa, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas.* 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1967, p. 21.
[23] *Frequentemente se está vendo vagar por elles a muitos destes individuos, sustentados à custa dos Sertanejos, que nem se aproveitaram de suas mercancias, nem de algum modo concorrerão, para serem condemnados a manter humas figuras inteiramente inuteis.* (RM p. 97).
[24] RM, p. 94.

Ao mesmo tempo em que ele afirma que o gado é a única saída para inserir o sertão na lógica econômica da civilização, ele também sabe que qualquer contrato social ali firmado será apenas um simulacro, que dificilmente se estabelecerão um estado e uma sociedade estáveis. Mas é uma espécie de pré-contrato, que precisa ser garantido, para que haja ao menos possibilidade de produção econômica. O autor anônimo propõe justamente a organização racional do sertão, voltada para o comércio, mas a partir de uma lógica interna dos sertões: a lógica do vaqueiro. A figura do vaqueiro surge como única forma de sedução do jagunço, de conversão do criminoso nos termos da sua própria lei, e o gado como contrato social possível, ainda que tênue – um pseudo-contrato.

Justamente este trajeto do criminoso, do jagunço ao vaqueiro é traçado por João Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*. Riobaldo torna-se vaqueiro depois de selar o pacto com o Diabo, que na interpretação de Willi Bolle é o próprio contrato social.[25] "Jagunço é o sertão", diz Riobaldo. Justamente por esta trajetória de seu personagem central, o romance de Guimarães Rosa, segundo Bolle, pode ser considerado a *Odisséia* da Literatura Brasileira.

"Uma tal viagem pelo interior equivale a uma imersão pela história do país".[26] O sertão é apresentado com uma temporalidade própria: por ser lugar incivilizado, não está tão sujeito ao tempo do progresso da sociedade. Para Walnice Galvão, o sistema jagunço, enquanto instituição situada ao mesmo tempo na esfera da lei e do crime, deixa de ser um fenômeno regional, datado, e torna-se representação do logos do país. Para Walnice, em *As Formas do Falso,*[27] a jagunçagem aparece como fenômeno revelador da estrutura do país inteiro.

Segundo a autora, o sistema jagunço representa uma medievalização do sertão. Haveria uma analogia entre jagunço e cavaleiro andante, entre coronel e senhor feudal. Norbert Elias, em sua obra *O processo civilizador*, nos oferece importantes argumentos para esta compreensão do sistema jagunço enquanto estrutura medieval de poder. Especialmente no segundo volume desta obra, Elias traça o percurso para que, no século XVII, pudesse emergir na Europa a chamada sociedade de corte, em detrimento da chamada sociedade guerreira que antes dominava a Europa.

---

[25] Bolle, Willi. *Op. cit.*p. 98.
[26] Bolle, Willi. *Op. cit.*p. 99.
[27] Galvão, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade em Grande Sertão: Veredas.* São Paulo: Perspectiva, 1982.

Para Elias, importava compreender justamente quais mudanças, na sociedade dos séculos XV, XVI e XVII, teriam possibilitado que as autoridades centrais dos reis preponderassem sobre as chamadas forças centrifugas de poder, que antes dispersavam o poder entre vários senhores. A este autor interessava entender quais mudanças teriam possibilitado que se configurassem os territórios dos estados e uma sociedade mais estável que os governasse, a chamada sociedade de corte, com toda sua regulamentação dos hábitos e da vida social. Para Elias, um importante exemplo desta configuração medieval do poder seria justamente o império de Carlos Magno.

A estrutura do poder do império carolíngio, descrita por Elias na passagem seguinte, guarda importantes correlações com o chamado sistema jagunço:

O enorme império de Carlos Magno foi plasmado pela conquista. Não há dúvida de que a função básica de seus predecessores, e ainda mais a do próprio Carlos, foi a de comandante do exército, vitorioso na conquista e na defesa.

Como comandante de exército, Carlos Magno controlava a terra que conquistava e defendia. Como príncipe vitorioso, premiou com terras os guerreiros que lhe seguiam a liderança. E, em virtude dessa autoridade, manteve-os coesos, mesmo que suas terras se espalhassem por todo o país.

O imperador e rei não podia supervisionar sozinho todo o império. Despachou pela terra amigos e servidores de confiança para fazer cumprir a lei em seu nome. (...) *Não lhes remunerava os serviços em dinheiro.* (...) *As necessidades eram atendidas, na maior parte diretamente pela terra, os campos, as florestas e os estábulos, sendo a produção de iniciativa da família.*

Ora, no interior da colônia, um sistema muito parecido de poder se instituiu desde o início da colonização, no século XVI. Certamente, não houve um imperador do sertão do porte de Carlos Magno. Mas, guardadas as devidas proporções, houve muitos desbravadores e colonizadores que governavam porções enormes de terras de acordo com este mesmo sistema, distribuindo suas terras entre homens fiéis e prontos a pegarem em armas para defendê-las, homens para os quais não se pagava em dinheiro, e cuja lealdade custava justamente a permissão para utilizar a terra, na maioria das vezes na criação de

gado. A narrativa constante do *Roteiro do Maranhão* a respeito da colonização do interior do Piauí por Domingos Afonso Sertão e seus sócios, dá justamente a dimensão da estrutura de poder guerreiro que está na fundação do poder na região. [28]

É notável que esta mesma estrutura de poder da sociedade guerreira dos jagunços que surge no século XX, no texto de Guimarães Rosa, como decifração do enigma do Brasil, aparece explicitada também ao texto do século XVIII. Quase todos os elementos que compõem o conteúdo dos enredos posteriores estão no *Roteiro do Maranhão*: o espaço deserto e labiríntico, os homens errantes e criminosos, a ausência de lei e a lei interna da honra, a conversão do criminoso em vaqueiro como pacto possível – mas tênue e incerto – e a conversão do vaqueiro em senhor.

O *Roteiro do Maranhão* pode ser lido, no que toca à temática dos sertões, como a mesma manifestação de uma imagem arcaica do Brasil que se encontra em *Grande Sertão Veredas*. Mas, por sua anterioridade temporal, cabe sem dúvida ao texto anônimo um caráter fundador deste retrato do Brasil.

Para Wille Bolle, *Grande sertão Veredas* é o retrato de uma imagem arcaica que, devidamente decifrada, permite conhecer a *Urgeschiste*, uma dimensão mítica e especulativa da história de um povo. O autor baseia-se em Walter Benjamim para propor sua interpretação da obra de Guimarães Rosa:

A nova historiografia de Benjamim é inspirada na teoria da memória e do sonho de Sigmund Freud. No que concerne às lembranças do indivíduo anteriores à memória contínua e linear – os fragmentos mnemônicos mais remotos que surgem como lampejos involuntários no meio das trevas do esquecimento –, elas têm, de acordo com Freud, a mesma estrutura que a história primeva dos povos, articulada em mitos e lendas. Quanto ao trabalho onírico, que é imagético, não linear e pré-conceitual, Benjamim formula o ofício de Historiador, em analogia ao do Psicanalista, como o de um "intérprete dos sonhos coletivos". O autor do ***Trabalho das passagens*** *procura as manifestações da história nas criações do imaginário coletivo, nas "imagens arcaicas", que são inconscientes ou semi-conscientes e pertencem aos domínios do mito. Compreender a história significa, portanto, "revelar" as informações históricas contidas nas imagens*

[28] Cf. RM. p. 75.

arcaicas, que são traduzidas em "imagens dialéticas" ou "imagens históricas autênticas".[29]

A partir desta dimensão mítica do sertão como local onde a estrutura primeva de um povo se manifesta, Wille Bolle faz uma série de considerações sobre os sentidos do estabelecimento de um contrato para esta sociedade. Estas considerações, que o autor tece com base na obra de Guimarães Rosa, também servem para que compreendamos uma série de elementos que estão impressos em todo o plano de civilização dos sertões presente no *Roteiro do Maranhão.*

Vimos, em uma passagem citada acima do texto colonial, que o autor anônimo descreve um plano de estabelecimento de cidades, para as quais o corpo militar e administrativo seria composto de *Indios, ou de Paisanos libertinos e vadios* [30]. O cerne do projeto de povoamento prevê justamente a utilização destes homens livres, que viviam da jagunçagem, como mão de obra a favor da colonização. O autor anônimo busca, com seu projeto, a transformação destes homens livres em empregados, servindo em frentes agrícolas ou em exércitos oficiais, para a manutenção dos povoados do sertão. O projeto do emprego no povoamento e nas fazendas é, na verdade, um projeto de deposição de armas dos homens do sertão, de transformação destes de guerreiros em empregados pobres. Em várias passagens, o autor anônimo fala justamente da necessidade de empregar essas pessoas na agricultura.

Ora, é justamente este percurso da transformação do jagunço em trabalhador rural semi-escravo que Riobaldo nega com seu célebre pacto com o Diabo, narrado em *Grande Sertão: Veredas.* Por se tratar da mesma estrutura social primordial, o trajeto de Riobaldo traz uma série de sentidos ao texto colonial. Em um determinado ponto da obra de Guimarães Rosa, Riobaldo e seu bando chegam aos povoados do Pubo e do Surucuiu, que estavam sendo castigados por uma epidemia de bexiga preta e, por isso, havia grande escassez de mão-de-obra para a agricultura naquela região. Nesse momento, os jagunços se encontram com um fazendeiro, seu "Habão", que passa a cobiçá-los como mão-de-obra em potencial. Quando sente que está sendo cobiçado para ser praticamente um escravo de um latifundiário, Riobaldo se dá conta de sua verdadeira posição social. Se nesse momento ele

[29] Bolle, Willi. *Op. cit.* p. 146.
[30] RM, p. 94.

depusesse as armas, abandonasse sua posição de jagunço, se transformaria em um trabalhador rural miserável.[31]

Em pêta, que, um seô Habão, êsse não se entusiasmava. Eram só os carros de boi carreando a cana. Ele dava as ordens. Ordens que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia. Nós íamos virando enxadeiros. Nós? Nunca![32]

A partir desta tomada de consciência acerca de sua posição no mundo e para se garantir na condição de jagunço vivo, Riobaldo faz, então, o pacto com o Diabo.[33] Não fica explícita na cena do pacto se ele se efetivara, mas como narra o próprio Riobaldo, pelo andar posterior das coisas, ele acredita que sim. Os significados deste pacto, na obra de Guimarães Rosa, foram largamente discutidos pela crítica literária,[34] dando lugar às mais diferentes interpretações. Acreditamos realmente que, sobre as páginas onde se narra o suposto pacto, cabem várias das interpretações propostas – por exemplo, o pacto como um pacto com a própria vida, com o estar aí no mundo. Para nós, no entanto, interessa, neste momento, discutir a interpretação dada por Wille Bolle para este pacto.

Segundo este autor, é o Diabo quem garante a manutenção da guerra, o estado de exceção em que são suspensas as leis vigentes e forjadas novas leis pelo mais forte. Ou seja, o pacto com o Diabo é exatamente o oposto do contrato social, da maneira como ele é compreendido por Rousseau – um contrato que justifica a dominação do mais forte pelo mais fraco. Riobaldo representa a escolha do sertão pelo não contrato, pela vigência contínua de um estado pré-contratual, mas onde existiria uma lei, uma ordem própria. Como no caso do império de Carlos Magno, onde não havia estado, mas havia lei, havia um

---

[31] Bolle, Willi. *Op. cit.*p. 150.

[32] Rosa, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas.* 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1967, p. 315.

[33] *Afora eu. Achado eu estava. A resolução final, que tomei em consciência. O aquilo. Ah, que – agora eu ia! Um tinha de estar por mim: o Pai do Mal, o Tendeiro, o Manfarro. Quem que não existe, o Sôlto-Eu, o Êle... Agora, por quê? Tem alguma ocasião diversa das outras? Declaro ao senhor: hora chegada. (...) Eu pensava na vinda de João Goanhá, e que a gente carecia de sair novamente por ali, por terras e guerras. Pensei naquele seô Habão, que nem num transtorno? Mas não sei. E essas coisas desconvinham em mim, em espécie de necessidade. A não me apartar à-tôa dali – das Veredas Mortas !* (Rosa, Guimarães. *Op. cit.*, p. 316).

[34] Bolle, Willi. *Op. cit.*p. 147 – O pacto foi também interpretando como pacto pela vida.

ethos entre os guerreiros que se organizavam para sua mútua defesa.

O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* mostra-se, em certo sentido, sensível a esta lógica peculiar do sertão. Quando ele afirma que, entre a gente perversa e ociosa dos sertões, *Vaqueiro, creador ou homem de fazenda são titulos honoríficos*, ele está mostrando justamente uma sensibilidade para compreender este *ethos* social que domina os sertões, onde não há governo instituído, mas existem códigos de honra. Onde não há estado, mas existe poder. Ele então busca reverter esta lógica de poder em prol da própria colonização. Procura, de certa maneira, elaborar um plano que fizesse com que estes homens continuassem acreditando que estavam sob este sistema jagunço – do qual, a exemplo de Riobaldo, não queriam deixar de fazer parte. É claro que se trata também de um plano de deposição das armas, de transformação dos homens do sertão em plebe rural desvalida. Mas trata-se de um plano muito perspicaz, justamente por operar a partir da lógica interna daquela sociedade. Por estimular os homens a se transformarem em vaqueiros, e fazer com que estes vaqueiros pouco a pouco passassem a se integrar à economia da colônia, através de seu elaborado plano de comércio entre as capitanias. Assim, é um pseudo-contrato social que o autor anônimo propõe, mas que, pouco a pouco, deveria se transformar em um contrato efetivo, em um processo de instituição das desigualdades e de deposição de armas. O estado não precisaria gastar dinheiro para que isso acontecesse, pois a própria lógica do comércio, a sedução da economia, daria conta do restante do processo.

A relação, que há entre ellas, [as Capitanias do interior do País] *e as Capitanias da Marinha he huma recíproca e effectiva dessendencia. As Minas dependem das Capitanias da Marinha, para receberem as manufacturas, e mais generos, que nellas se introduzem da Metrópole, e com que satisfazem ás suas necessidades* (...)

As Capitanias, e Povoações que só consistem na creação de gados, excedendo a multiplicação dos mesmos gados ao necessario para a sua subsistencia, e não podendo dar dentro d'ellas mesmas consumo ao superfluo; procurão as capitanias da Marinha, como mais povoadas, para ahi os venderem, e d'ellas dependem para a troca dos mesmos gados ou dinheiro.[35]

[35] RM, p. 105-106.

O que o autor espera, com seu projeto de povoamento e estabelecimento de mais fazendas de gado, é justamente uma inserção do sertão em uma lógica econômica que, em um primeiro momento, não desvirtua as características daquela sociedade, mas que, com o correr do tempo, poderia significar um estabelecimento efetivo do estado e de suas formas de controle nas terras ainda incontroláveis do interior.

Norbert Elias ressalta também a importância da circulação do dinheiro no processo de formação dos estados. O autor afirma que, enquanto as relações de escambo predominaram nas sociedades européias, era praticamente impossível a formação de uma burocracia fortemente centralizada e de uma máquina estável de governo que funcionasse principalmente através de meios pacíficos, e fosse dirigida sempre por um centro. O autor ressalta também a importância das melhorias das estradas para que se criasse uma maior interdependência entre as diferentes regiões e se consolidasse, assim, o comércio. Enquanto as estradas eram ruins e os meios de transporte pouco desenvolvidos, a interdependência também teria sido muito fraca. Diz Elias:

Só quando a interdependência cresceu consideravelmente é que instituições relativamente estáveis puderam ser estabelecidas, enfeixando certo número de áreas maiores.[36]

A questão da interdependência entre as capitanias, do comércio que deveria ser diversificado, da melhoria das estradas de comunicação, são temas recorrentes no *Roteiro do Maranhão* e em muitos outros Roteiros que temos analisado aqui. Nessa insistência no assunto, reside uma visão, por parte destes autores, da necessidade de se instituir na colônia um processo civilizador que transformasse homens ociosos e vadios em trabalhadores rurais, que transformasse o sertão ingovernável em colônia socialmente estável e sujeita à lógica dos estados.

***

Voltando ao trajeto da palavra *sertão*, devemos dizer que este parece ser um termo que, errante pelo mundo, buscava o próprio espaço brasileiro para lhe caber como sentido.

[36] Elias, Norbert. *O processo civilizador.* São Paulo, Cia das Letras, 1992, p. 33.

E o sentido para o qual o termo parece fluir é o próprio sentido expandido que vemos na obra de Guimarães Rosa, o maior intérprete do termo *sertão*:

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde um criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. O Urucuia vem dos montões oestes. (...) O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniães... O sertão está em toda parte.

O trajeto e os significados do termo *sertão* são como ele próprio: pastos que carecem de fechos, sentidos abertos e não delimitados. O sentido do termo varia de acordo com a opinião, está diretamente relacionado à vivência individual que cada autor tem do sertão. Mas, por definir o indefinível, por caber no ignoto e no incognoscível, é que o sertão é tão largamente utilizado nos textos coloniais. Porque o Brasil era vasto demais, e ainda carecia de sentido. Tudo aquilo que a metrópole não dominava com seu repertório civilizatório, cabia dentro do sertão.

No sentido rosiano, o sertão adquire uma série de conotações para o indivíduo, passa a agir como metáfora do próprio homem, como presença primordial do não ser no cerne do próprio ser humano. Esta dimensão filosófica que é enunciada no texto de Guimarães Rosa parece já estar latente desde os primeiros escritos sobre o termo. Antecedendo esta expansão dada ao termo por João Guimarães Rosa, temos toda a trajetória de seu significado em *Os Sertões*.[37]

Assim, podemos ler sem problemas os significados do sertão nos textos dos Roteiros de viagem do século XVIII a partir do significado que corresponde ao termo no

[37] Não procuramos explorar aqui os múltiplos sentidos do sertão dados por Euclides da Cunha, pois acreditamos que eles se expandem para outros temas que transcendem a interpretação do texto colonial. Sobre os significados do termo na obra de Euclides da Cunha, cf. Decca, Edgar Salvadori de e Gnerre, Maria Lucia Abaurre. "Trauma e história na composição de *Os Sertões*" in: Nascimento, José Leonardo do. *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002, pp.41-62.

século XX, lembrando sempre que o processo de constituição dos significados em longos discursos do século XVIII sobre o sertão participa ativamente da constituição desse sentido monumental que o termo vai adquirir no século XX. No *Roteiro do Maranhão*, temos uma série de passagens que representam a escrita da vida no sertão, dos hábitos, dos sentidos que governam o sertão. Essa escritura será largamente aproveitada por Capistrano de Abreu em seu célebre capítulo "O Sertão", e integra diretamente também a constituição discursiva de Caio Prado Jr. e Sergio Buarque de Holanda. As considerações que o autor anônimo tece sobre o tema do sertão estão entre as mais visitadas pelos historiadores, e fazem com que este texto participe diretamente da constituição desta imagem que hoje temos dos sentidos do sertão. Assim, no que toca ao sertão, o texto anônimo do *Roteiro do Maranhão* tem uma colaboração decisiva, e torna-se mais tarde um texto canônico para a própria compreensão do termo. Este é um dos motivos pelos quais acreditamos ser este um dos textos canônicos também da historiografia brasileira.

6.2 Ócio e indolência nos sertões

Nos discursos dos Roteiros de viagens do século XVIII, o tema do ócio é um tema recorrente, sempre associado aos índios e demais populações do sertão. O ócio parece ser uma característica fundadora do caráter do homem incivilizado, do homem pré-contratual que não se submete à enxada.

É interessante analisarmos esta temática do ócio no *Roteiro do Maranhão*. O ócio e a indolência são vícios que impedem o estabelecimento da civilização, pois são característicos do homem bárbaro que, após garantir o seu alimento através da caça ou da pesca, deita-se por longos períodos, economizando a energia ganha na refeição. O ócio remete à barbárie primitiva, ao homem refém de suas vontades e paixões, não domesticado pela periodicidade constante do trabalho.

Os índios são apontados pelo autor anônimo – assim como por quase todos os roteiristas do período – como grandes amigos do ócio e fundadores desta cultura da ociosidade no sertão. É justamente em conseqüência da fusão com o índio, com seus hábitos bárbaros, que os colonos teriam também se tornado amigos do ócio. No caso do Maranhão, o autor argumenta que, no período em que houve a possibilidade de compra de

escravos a crédito, através da Companhia de Comércio do Maranhão[38], esta ociosidade teria diminuído, pois com o auxilio dos escravos africanos, muitos colonos, antes ociosos, teriam se convertido em agricultores. Mas, com o fim deste empreendimento comercial, o ócio novamente voltara a vigorar entre aqueles que deveriam ser os trabalhadores rurais da colônia:

Os habitantes que se vião obrigados á satisfação dos escravos, que recebem a crédito, apartarão de si a sua antiga occiosidade, e difficultosamente se encontra hoje hum só, que nestas circunstancias não tenha tornado um incansavel agricultor. Este he sem duvida outro effeito bem admiravel da providente obra da Companhia. Effeito que se comprova com a pessima occiosidade daquelles, que não são considerados pela mesma Companhia, dos quaes huns vivem errantes sem serta ubicação, outros aggregando-se as honestas familias, e importantes ao Estado, lhes servem quasi sempre de pezo, e descredito; e muitos em fim tendo apenas levantado huma chossa de palha em que algumas vezes se metem e que e que dão o nome de Caza, são reputados agricultores sem que o Estado perceba os fructos das Lavouras.[39]

Ou seja, os escravos teriam um efeito educativo para os agricultores que os adquiriam. Ao adquirir um escravo a crédito, o colono sentia-se mais vinculado à lógica comercial da metrópole e, assim, impelido ao trabalho. Por outro lado, aqueles que permaneciam sem escravos continuavam na sua autonomia produtiva, garantindo apenas seu sustento básico, sua subsistência. Este modelo causa grande repulsa ao autor anônimo, pois é justamente este homem que, permanecendo errante, ou vivendo em sua choça de palha, permanece alheio ao estado, a qualquer forma de contrato social. É um homem que prefere ter poucas posses e muitas horas disponíveis para o ócio, a empenhar sua vida no

[38] A companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão foi fundada pelo governador Mendonça Furtado e, entre 1755 e 1777, teria dado crédito aos agricultores maranhenses para a aquisição de escravos negros. O objetivo desta companhia era criar condições para que que no Maranhão se consolidasse a produção de alguns gêneros tropicais em larga escala, como o algodão. Com a importação dos escravos negros, os senhores também poderiam dar liberdade aos "escravos nativos" conforme havia sido estabelecido pela legislação pombalina. Essa liberdade, no entanto, não teria sido garantida por este processo.(Cf. Mota, Antônio da Silva. "Família e Fortuna no Maranhão Setecentista", in: Costa, Wagner Cabral [org.] *História do Maranhão: Novos Estudos.* São Luis, Edufma, 2004, p. 65).

[39] RM, p. 155.

trabalho agrícola. É a este estilo de vida, que o Bispo D. Fr. João de São José (autor da *Viagem e visita do sertão em o bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763*), faz referência neste poema:

Vida do Pará,
Vida de descanso:
Comer de arremesso,
Dormir de balanço.[40]

A mesma vida de descanso que aparece docemente descrita nos versos acima, também remete a um perigo iminente. Como se sabe, o ócio é amigo do demônio, e o Bispo também faz esta conexão em seu texto, através de uma entidade que ele chama de "*O demônio da preguiça*".[41]

No *Roteiro do Maranhão,* texto de caráter laico, não há essa vinculação entre o ócio e o demônio, mas, também no texto anônimo, o ócio é amigo dos vícios. Encontramos nele uma referência à indústria da aguardente como fábrica de ociosos:

Os mesmos e maiores dannos não occasionão também os que leventão, e conservão officinas de aguas-ardentes ? Este terrivel gênero, que como ordinariamente o fazem estraga a saúde dos que a elle se afeiçoam, entretem outro considerável numero de indevíduos tanto na sua factura quanto, como na vendagem, multiplicada por infinitas tavernas, que são outras tantas palestras da occiosidade, dos vicios e das desordens.[42]

A aguardente, principalmente aquela produzida nas minas gerais, gerava, segundo o autor anônimo, muitas baixas na produção do ouro e no funcionamento das atividades em geral, daquele importante estado.

Mas, curiosamente, o ócio, este grande mal do Brasil, era também citado como um problema freqüente nos textos políticos produzidos em Portugal na metade do século XVIII. Comentando a crise política e econômica que Portugal enfrentava no século XVIII,

[40] Bispo D. Fr. João de S. José.*Op. cit*, p. 223.
[41] Cf. Bispo D. Fr. João de S. José.*Op. cit*, p. 223.
[42] RM, p. 125.

o autor de um importante texto do período, o *Discurso Político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode tirar de sua desgraça por ocasião do terremoto de 1755*, faz a seguinte afirmação sobre como um governante deve consertar os males daquele estado:

Não tem que combater só as circunstâncias políticas, mas também as paixões dos homens. A ociosidade, a preguiça, e o apartamento do trabalho, quando têm feito hábito uma vez em um povo, não são coisas que se corrijam em um ano.[43]

Ao fim de um longo comentário sobre todas as falsas máximas de economia política que estariam desviando o rumo do império português, o autor do texto tira uma regra geral: quando um governo destrói no outro as artes mecânicas, ele destrói também as artes liberais, o que destrói todo o seu sistema político:

Depois que a Inglaterra formou o projecto de destruir a agricultura em Portugal, o espírito também ficou nele inculto, como o terreno. Por mais que a Europa viesse a ser ilustrada, a estupidez dessa nação aumentaria sempre porque o sistema inglês tomou cada dia nele novas forças.[44]

Comparar o espírito português à terra inculta talvez seja um dos pontos mais altos desta argumentação. O ócio e a barbárie caminham juntos e migram, no olhar dos viajantes, de Portugal para o Brasil, onde certamente esta mesma metáfora se aplica. A colônia também era um local onde espíritos ficavam incultos como o terreno. A terra onde não se trabalha está imune ao espírito ilustrado, pois na raiz da ilustração está o ímpeto de transformar a natureza, de moldá-la de acordo com as necessidades do homem. É a serviço deste projeto que está toda a ciência ilustrada do século XVIII.

Os portugueses desistiram de sua terra e estão reféns, mais uma vez, da nação estrangeira. Na América, seus colonos também desistiram da terra, fascinados pela quimera das minas, e vivem reféns da natureza, comendo o que lhes é possível. Só a ciência, acredita Pombal, pode transformar este espírito atávico, acomodado. O governo político,

[43] Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Lisboa: Publicações Europa América, 1978, p162.
[44] Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p.162.

diz o autor, não se refina senão à proporção que as ciências especulativas lançam novas luzes nos espíritos de uma nação. E ele busca estas novas luzes para sua nação justamente na política de Colbert para a França, um dos autores considerados "mercantilistas", e criticado pelos liberais. Ou seja, a ilustração, para Pombal, tinha um significado que estava longe de abranger o pensamento econômico liberal.

No sertão do Brasil, o ócio e a indolência de um povo incivilizável representam o grande desafio para o estado português. Um desafio para a própria lógica imperial, para o estabelecimento de rotas de comércio, para a fundação, enfim, de uma civilização dos sertões. O combate ao ócio e à indolência faz parte de uma batalha maior, entre o estado e o sertão que não reconhece o estado. Entre a razão e a barbárie.

CAPÍTULO 7

A economia do *Roteiro do Maranhão*

"Vim parar a uma terra onde não se conhece o comércio (...)"[1]

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

7. 1 A crise do estado e das colônias na perspectiva do portugueses

A nação portuguesa, com sua condição paradoxal de riqueza e pobreza, é, sem dúvida, matéria de muita reflexão para um grupo de pensadores que começa, no século XVIII, a produzir seus escritos. Muito antes de o nosso autor anônimo elaborar suas considerações sobre o problema das colônias, já havia uma importante leva de escritos portugueses onde podemos ler considerações de ordem econômica.

Na metade do século XVIII, apesar de dominar as minas e do grande afluxo de ouro para Portugal, é notório o parco desenvolvimento das artes no país. O pouco investimento na indústria e o hábito de comprar todos os produtos dos países do norte da Europa faziam deste reino um país cada vez mais pobre. O atraso econômico era acompanhado por uma religiosidade fervorosa.

No restante da Europa, a imagem que se tinha deste reino não era lá das melhores. Escritores como Voltaire, quando queriam um exemplo de atraso, logo recorriam a Portugal. Nesta célebre passagem sobre as preferências de Dom João V, escreve: *"Quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso, quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira".*[2]

Em Portugal, no século XVIII, a igreja católica ainda contava com uma força enorme. A visão sacralizada do mundo levava os portugueses a uma postura anti-científica e, por vezes, milenarista. A profecia sebastianista do Rei Encoberto, que estabeleceria uma monarquia mundial com sede em Lisboa, é um exemplo deste tipo de crença medieval

1 Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. cit.* p. 44 (v. 1).
2 Voltaire. *Candido, ou o otimismo.* Apud Schwarcz, Lilia Moritz. *Op. cit.*, P. 87.

ainda comum no reino, em pleno século XVIII. É claro que nos sertões do Brasil estas crenças encontravam terreno fertilíssimo para serem cultivadas. Mas na Europa das luzes e das ciências, sua presença era um sinal de anacronismo[3].

Há uma produção historiográfica sobre o tema que afirma que a modernidade só irá ter lugar em Portugal no século XVIII, emergindo sob o governo de D. João V, apesar de sua religiosidade, e afirmando-se sob o governo de D. José I que, após o terremoto que destrói Lisboa em 1755, pode ser lido como o governo de Pombal.

Entretanto, desde o final do século XVII, alguns portugueses que viajavam por outros países da Europa começavam a apontar, dentro de Portugal, o atraso intelectual no qual o reino se encontrava. Estes homens, conhecidos como *estrangeirados* (por assimilarem hábitos e culturas estrangeiras), começam a ganhar força justamente na metade do século XVIII. Dom Luis da Cunha, Alexandre de Gusmão, Luis Antônio Verney, Ribeiro Sanches e o próprio Marquês de Pombal são importantes escritores desta geração que passa a produzir seus escritos sob o governo de D. João V.

Em linhas gerais, estes escritores atribuíam o atraso do Império à falta de cultura e, para resolver esta situação, defendiam a chegada das luzes como única maneira de garantir o progresso da nação. Assim, começam a surgir propostas de modificação da educação no reino (dominada, neste período, pelos jesuítas, fiéis às teorias aristotélicas), e também de modificação das políticas econômicas, que analisaremos mais detalhadamente. Trata-se, em um primeiro momento, de uma produção em sintonia com os preceitos da modernidade, mas que também se esforçava por não contrariar os dogmas católicos.

A obra *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746), de Luis Antonio Verney, é considerada pela historiografia sobre o tema[4] como indício da ruptura que impõe a

---

[3] *De forma geral, diz-se que Portugal e Espanha, já entrados na época moderna européia, possuíam uma conformação intelectual muito peculiar, quando comparada à do resto da Europa, e essa situação perduraria até o Oitocentos, o século das Luzes. Em solo ibérico, a teologia conhecera um desenvolvimento extraordinário, sobretudo com a segunda escolástica ou Neo-Escolástica, cujas concepções predominaram até meados do século XVII, permanecendo influentes inclusive no século XVIII. Essas noções, derivadas também dos escritos de Santo Tomás, repudiavam a teoria de Maquiavel e as idéias luteranas, circunscrevendo a esfera humana à divina, na concepção do próprio Estado. Segundo essa visão, Deus seria a fonte primeira do direito e expressão da condição natural do homem. Impunha-se, portanto, uma subordinação absoluta à "lei eterna", enquanto o próprio Estado se submetia à jurisdição da Igreja.* (Schwarcz, Lilia Moritz. *Op. cit.*, P. 88)

[4] Maxwell, Keneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do iluminismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p10.

modernidade ao pensamento europeu. Sua obra continha as bases de uma profunda reforma nos estudos, afastada dos filósofos antigos e da escolástica que guiou o Renascimento.

A palavra *racional* é amplamente utilizada neste texto, assim como nos Roteiros que analisamos em nossa pesquisa. Textos direcionados às mais diferentes áreas do saber desdobram-se na tarefa de identificar o "verdadeiro método racional" para realizar determinada tarefa, principalmente a tarefa de governar. E o governo, para ser eficiente, depende da competência de quem elabora suas estratégias. Daí deriva a enorme importância dos administradores e viajantes das colônias que desenvolvem planos racionais de colonização de determinados espaços. É uma produção que deve ser entendida dentro deste empenho racionalizante, característico do movimento ilustrado.

Uma das obras deste período que colabora, em Portugal, com a fundação deste gênero discursivo de texto que se elabora na forma de conselhos dados aos governantes. A exemplo de *O Principe*[5], inscreve-se neste gênero o *Testamento Político*, de D. Luis da Cunha.

Este texto, o mais famoso deste autor, foi escrito entre 1747 e 1749[6] e foi dirigido especificamente a D. José, que na época ainda era o príncipe do Brasil. Juntamente com Alexandre de Gusmão, que tem em comum com D. Luis da Cunha[7] a carreira diplomática, este autor produz textos que representam esse pensamento da renovação cultural portuguesa que emerge da *épisteme* das ciências modernas em oposição ao modo de conceber o mundo da Companhia de Jesus, que praticamente dominava Portugal, neste período.

Dom Luis da Cunha, em seu texto, elabora um relato sobre Portugal na primeira metade do século XVIII. Traça basicamente as formas de um país eclesiástico, aristocrático e, fundamentalmente, tributário das industrias estrangeiras[8]. Elabora toda sua estratégia

---

[5] Vemos referências de D. Luis da Cunha à importante obra de Nicolau Maquiavel, escrita no século XVI, em passagens como esta: *Se alguém me acusar de que nesta parte abraço as máximas de Maquiavelo, enquanto diz que o governo monárquico seria o mais perfeito de todos, se o príncipe não tivesse validos, nem confessor, confesso a minha culpa sem arrependimento* (...) in: Cunha, Luis da. *Testamento político; ou, Carta escrita pelo grande D. Luis da Cunha ao senhor Rei D.José I antes do seu governo...* São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p.23.

[6] Cf. Leonzo, Nanci."Introdução". In: Cunha, Luis da. *Op. cit.*, p. XVI.

[7] Assim como Gusmão, D. Luis da Cunha foi diplomata e enviado extraordinário a Londres, onde esteve até 1712. Representou junto à corte de Tarouca os interesses portugueses no congresso de Utrecht. Cf. Leonzo, Nanci."Introdução". In: Cunha, Luis da. *Op. cit.*, p. XV.

[8] O conjunto de propostas contidas em seu *Testamento Político* (que, aliás, como bom testamento, foi realmente escrito pouco antes de sua morte, em 1749) servirá de inspiração, nos anos seguintes, para a política do Marquês de Pombal, cuja nomeção para a secretaria do Reino é sugerida por Dom Luís da Cunha (cf. Cunha, Luis da. *Op. cit.*, p. 27).

discursiva a partir da exposição das obrigações de um pai com relação a sua família, numa alusão clara às obrigações do rei para com seu estado.

O pai de família, entre outras obrigações, não pode deixar sua casa com dívidas (deve administrar bem o dinheiro). Deve sempre visitar suas terras e observar seus limites, para garantir que elas não estejam sendo usurpadas, e que estão rendendo o máximo possível de suas capacidades produtivas. Em um certo ponto de sua narrativa, D. Luis passa a falar diretamente a D. José, não mais a um pai de família figurado, e passa a escrever sobre Portugal como se fosse a propriedade, a grande fazenda a qual cabe ao pai vigiar:

Se V. A. quiser dar uma volta aos seus reinos, observará em primeiro lugar a estreiteza dos seus limites, à proporção do seu vizinho. Achará não sem espanto, muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas, muitíssimos caminhos impraticáveis, de que resulta faltar o que elas podiam produzir, e não haver entre as províncias a comunicação necessária para o seu comércio: achará muitas e grandes povoações quase desertas, com as suas manufaturas arruinadas, perdidas e extinto totalmente o seu comércio: achará que a terça parte de Portugal está possuída pela igreja, que não contribue para a despesa e segurança do estado, quero dizer, pelos cabidos das dioceses, pelas colegiadas, pelos priorados, pelas abadias (...) e enfim achará que o seu reino não é povoado como pudera ser, para prover de gente as suas largas e ricas conquistas, de que separadamente tratarei.[9]

Terras incultas e desertas, manufaturas arruinadas, caminhos impraticáveis. Um curioso retrato de Portugal que certamente irá se refletir nas representações do Brasil. Um dos motivos apontados por D. Luis da Cunha para o abandono das terras em Portugal era justamente a falta de planejamento na agricultura, o desejo de obtenção apenas do lucro imediato, que resulta em um mau uso das terras, no pouco investimento em empreendimentos que só renderiam frutos no futuro[10]. O que o autor nos descreve é o

[9] Cunha, Luis da. *Op. cit.*, p. 42.

[10] Cf. Cunha, Luis da. *Op. cit.*, p. 62. Ora, esta mentalidade voltada para o lucro imediato é justamente aquela que historiadores do século XX como Caio Prado Jr. reclamam como sendo o Sentido da Colonização, como a mentalidade a partir da qual guiou-se a colonização brasileira. Mas, se vamos ao texto de D. Luis da Cunha, esta mentalidade era, na verdade, uma constante também na metrópole. Ou seja, em sua própria nação, os portugueses não estariam preocupados

retrato de uma nação extremamente pobre, onde há lugares em que a moeda quase não circula, onde vive uma população ociosa que não consegue garantir seu próprio sustento.

Ora, esta imagem de um povo pobre e ocioso e de um país onde a moeda não circula corresponde exatamente às descrições das capitanias do Grão-Pará e Maranhão que vemos no *Roteiro do Maranhão* e em outros roteiros do período.

Esta nítida correlação entre as descrições de Portugal e as descrições das colônias sugere-nos duas hipóteses: primeiro, que colônia e metrópole sofriam exatamente dos mesmos males, e que talvez a carência desta cultura do trabalho e da moeda em Portugal fosse responsável pela carência de tal cultura na colônia. Uma segunda hipótese é a de que autores como Dom Luís da Cunha fundam, em seus textos, um repertório de problemas portugueses que mais tarde os pensadores da colônia vão importar para as novas terras, exatamente da maneira como foram concebidos em terras lusitanas.

Em um país como Portugal, onde teria havido uma cultura agrícola que teria florescido no passado, mas que no presente se apresentava em um quadro de franca decadência e abandono, pode-se certamente falar em um povo ocioso. Mas, em uma terra onde o trabalho nunca teria prevalecido, como o Brasil, seria correto identificar o ócio como problema central?

O ócio, certamente, só faz sentido em oposição ao trabalho. Só faz sentido em um mundo em que predominam os preceitos bíblicos, que estipulam que tal comportamento é um pecado capital. Em uma colônia como o Estado do Grão-Pará e Maranhão, onde a lógica do trabalho sistemático na agricultura simplesmente não foi difundida, onde predomina uma lógica do extrativismo – reconhecida, aliás, na maioria dos Roteiros –, o recurso sistemático à caracterização do ócio como problema central representa, possivelmente, a importação de um problema português para terras brasileiras, a importação de um tema sem que ele seja adaptado a uma lógica local. É que nenhum olhar sobre o mundo é isento de representações prévias e, no olhar dos roteiristas sobre o Maranhão, é o vasto repertório de representações de Portugal e seus problemas que comanda a instituição dos problemas da colônia.

Dom Luis da Cunha nos mostra justamente a imagem de um estado à deriva, que começa a ser pintada por esta geração de autores portugueses. Autores que devem se

em erigir empreendimentos voltados para o futuro. O Sentido da Colonização não é uma exclusividade do empreendimento colonial lusitano.

empenhar em buscar uma teoria própria, racional, condizente com os novos saberes iluministas, para transformar essa nação. É com este objetivo de transformação, de oferecer sugestões práticas ao monarca, que toda a retórica da obra se articula. Assim, ao mesmo tempo em que o autor escreve a um suposto pai de família, ele também incorpora a função de médico que receita a cura para as enfermidades de seus pacientes.

Como médico, discorre sobre os problemas da nação como sendo os perigosos males que afligem seu corpo. Em pleno século XVIII, o reino é descrito como território em que o estado absolutista nem sequer estava consolidado. O ócio, do qual resultam todos os vícios, era uma constante nas ruas das cidades portuguesas.O poder que o estado exercia sobre sua população era um poder frouxo. Por isso, pelas ruas de Lisboa, segundo as descrições de D. Luis da Cunha, transitavam sempre pedintes, desvalidos e prostitutas. Contra eles, o estado devia tomar uma série de medidas. A primeira medida que ocorre ao autor é justamente mandar iluminar com lanternas todas as ruas de Lisboa, onde, na escuridão, escondia-se a perigosa presença destes indivíduos marginais. Outra medida proposta é justamente a proibição das armas aos indivíduos comuns.

O projeto de Dom Luis da Cunha que vai sendo moldado em seu texto é justamente o de um estado harmônico. Para tanto, sugere ao rei:

...mandar proibir as espadas e qualquer outra arma ofensiva a todas as corporações da cidade e mercadores de loja aberta, deixando-as porem a todos que tiverem algum emprego na república; de que resultaria que muitos por terem a liberdade de trazerem espada se fariam soldados.[11]

Ao propor, justamente como medida prática, o desarmamento de todos aqueles que não servem ao estado, D. Luis da Cunha nos dá um indício sobre a delicada condição em

[11] Cunha, Luis da. *Op. cit.*, p. 52. As medidas para transformar Lisboa não param por aí. Além do desarmamento, D. Luis propõe rondas constantes de soldados a cavalo pela cidade, e um censo de todos os moradores dos bairros, descrevendo onde vivem e como vivem as pessoas nessa cidade. Além disso, ele prevê também medidas para incriminar as mulheres públicas por crimes a elas relacionados. É interessante notar que esta legião de desvalidos aparece de forma igualmente eloqüente também nos relatos da colônia no séc. XVIII, seja naqueles referentes às minas gerais, seja naqueles referentes às demais capitanias. Teriam migrado os ociosos portugueses, ou teriam migrado apenas o vício e a sua representação no olhar dos escritores?

que se encontrava o estado civil português no séc. XVIII. Esta situação precária do estado deve-se, segundo o autor, às chamadas sangrias que este mesmo estado vem sofrendo.

A primeira sangria diz respeito ao grande contingente populacional que Portugal perde todos os anos para os conventos. Um país com poucos habitantes, que vê uma parcela significativa de sua população (segundo o autor) transformando-se em freiras, frades e clérigos, deveria estipular leis para impedir tal situação. Mas, pelo contrário, no século XVIII eram as ordens religiosas que praticamente dominavam o país, inclusive as decisões dos monarcas. D. Luis da Cunha, na contramão da subserviência à igreja e em defesa do estado, chega a propor o casamento entre uma parcela destas freiras e uma parcela de frades, para garantir o povoamento da nação.

A segunda sangria sofrida pelo estado é a enorme quantidade de habitantes que todos os anos migram para as colônias das Índias e do Brasil. Segundo o autor, o simples "cheiro das minas"[12] faz com que os portugueses – que por natureza já sonham com o lucro imediato – corram para as capitanias mineradoras. No século anterior, a escassez de mulheres para constituir famílias nas minas gerais fazia com que boa parte destes homens solitários voltassem a Portugal com seu ouro na bagagem. Mas, no século XVIII, o próprio autor aponta que já havia várias famílias constituídas nas minas e, assim, muitos portugueses acabavam encontrando por lá suas consortes, sem nunca retornar ao reino com o ouro que deveria circular no corpo da metrópole. Com seu olhar de médico e cientista que busca solucionar um problema, D. Luis propõe a colonização do Brasil por famílias de estrangeiros que, segundo ele, após receber seu quinhão de terras nas colônias portuguesas, em pouco tempo estariam atuando a favor do estado português na civilização da colônia.

A terceira e crudelíssima sangria do estado é justamente aquela que resulta da ação da Inquisição em Portugal. Sobre esta sangria, o autor elabora um longo discurso[13] e conclui que devido à expulsão dos judeus de Portugal pela Inquisição, boa parte do cabedal do país, que estava nas mãos desses judeus, acaba migrando para os países baixos (dentre outros lugares). Ele propõe, dentre outras medidas, a abolição do nome injurioso de cristão-novo dado aos judeus em Portugal e propõe, de modo geral, um governo de tolerância religiosa, um governo liberal com relação às crenças dos indivíduos.

---

[12] Cf. Cunha, Luis da. *Op. cit.*,p. 47.
[13] Cf. Cunha, Luis da. *Op. cit.*,p. 75.

Por fim, a quarta sangria que o estado vem sofrendo origina-se no desequilíbrio do comércio. Com base no conceito de balança comercial, D. Luis faz uma lista de todos os produtos que Portugal exporta e de todos os produtos que a nação importa. E conclui que *pelo que toca ao que sai de Portugal para as nações do norte, e estas metem em Portugal, não vale a pena entrar nesta individuação, porque o que elas tiram é muito pouco, e o que metem é por mão dos holandeses.* O que entra das várias nações européias através do comércio dos holandeses é muito mais do que os parcos produtos que Portugal consegue exportar. Assim, a balança comercial portuguesa encontrava-se, no auge da produção das minas, em franco desequilíbrio.

Esta temática dos problemas de produção e comércio portugueses será o grande tópico do pensamento de economia política em Portugal na metade do século XVIII. Será justamente Alexandre de Gusmão o autor a desenvolver esta questão de forma ainda mais elaborada, a tratar do assunto com um conhecimento de causa ainda mais apurado sobre a economia e a lógica da colônia, de onde era originário. Gusmão era um paulista de Santos que, ao emigrar para Portugal para estudar direito, torna-se um homem ilustrado, do grupo conhecido como os estrangeirados. Sua participação na formação das fronteiras, na forma do mapa do Brasil que se reconhece hoje em qualquer desenho escolar, teria sido decisiva, pois ele participa da articulação do Tratado de Madrid, assinado em 1750.

Alexandre de Gusmão seria justamente um homem com as qualidades da ilustração, mas capaz de percorrer os mais incultos sertões. Seus escritos, compilados por Jaime Cortesão, oferecem um mapa preciso de como era a política imperial portuguesa no século XVIII, pois além de fazer inúmeras sugestões ao monarca, Gusmão participava ativamente da elaboração de leis e tratados. Há, na obra de Cortesão, vários regimentos escritos por Gusmão. O regimento escrito em 1734[14] para o Conde das Galveas, no qual ele propõe um modo para melhorar a arrecadação dos quintos nas minas, é um bom exemplo do seu empenho em conceber modos de fornecer o maior lucro possível à metrópole. Neste regimento, Gusmão descreve detalhadamente como deve ser a arrecadação dos quintos nas minas gerais e quais devem ser as penas aplicáveis aos que não o cumprirem. Tanto as penas a serem aplicadas aos escravos, quanto as penas relativas aos senhores vêm elencadas. Gusmão reflete sobre como deve ser a atuação do estado nos mínimos detalhes,

[14] Gusmão, Alexandre de. *Obras Várias de Alexandre de Gusmão.* (org. Jaime Cortesão). Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1950, p.117.

e nos dá um interessante exemplo da articulação da lógica imperial sob os novos preceitos das ciências da moeda, um exemplo destes novos saberes perpassando as práticas políticas do período.

Nos apontamentos políticos, Gusmão trata do tema preferido da economia política emergente em Portugal, ou seja, a falência das fábricas no reino. Os culpados do estado lamentável em que se encontravam as fábricas de tecido eram, naturalmente, os ingleses.[15]

Mas o texto considerado como obra-prima de Gusmão (deixando-se de lado o tratado de Madrid) foi o texto que ficou conhecido como "Cálculo de Gusmão", também presente na compilação de Jaime Cortesão. Este texto, de 1749 (praticamente simultâneo, portanto, ao *Testamento Político* de D. Luis da Cunha), inicia-se com uma importante metáfora do período: *O dinheiro he o sangue da Monarchia, e deve fazer no seu corpo o mesmo effeito, que costuma fazer o sangue no corpo humano.*[16]

O dinheiro, nesta matriz de pensamento, deve ser sempre o fluido sem o qual tudo estanca. Não por acaso, Dom Luiz da Cunha falava em sangrias do estado. Há, em Portugal, uma saída contínua de dinheiro, o que provoca feridas abertas no corpo da nação, um mal ao qual, segundo Gusmão, não se tem aplicado remédio algum.

Esta mesma metáfora do ouro-sangue também está presente no *Roteiro do Maranhão*, formando uma nítida intertextualidade com toda a tradição discursiva que se utiliza desta imagem:

O ouro quem não sabe, que circulando no corpo politico, faz dentro deste os mesmos effeitos, que o sangue no corpo phisico? elle corre por todas as partes vivificando-as e dando callor a agricultura, e ao commercio, tanto interior como exterior, tanto activo como passivo. [17]

Esta mesma metáfora do dinheiro como sangue e como fluido também circula no pensamento moderno. Pode ser encontrada também nos mesmos moldes no texto de David

---

[15] *Procuravam os ingleses e faziam todas as diligencias possiveis para arruinar as Fábricas, que ainda se achavam n´aquelles principios nascentes; mas Ericeira, que as protegia, as amparava, e defendia de modo, que não as podiam destruir, nem ainda offender, a pezar dos esforços que faziam para este fim.* (Gusmão, Alexandre de. *Op. cit.* p. 86)

[16] Gusmão, Alexandre de. *Op. cit.*, p 194.

[17] RM, p. 108.

Hume que, escrevendo quase simultaneamente a Gusmão, elabora uma outra metáfora, onde situa o dinheiro como fluido que lubrifica as molas da nação. Em 1752, Hume publica um conjunto de ensaios sobre economia, os *Escritos sobre economia*, onde encontramos uma série de considerações fundamentais para a compreensão das bases da economia política no século XVIII. Nos primeiros parágrafos de "Sobre o Comércio", a primeira parte dos *Escritos*, Hume explicita sua vontade de aplicar às ciências humanas o método experimental que desde o séc. XVII vinha sendo desenvolvido (especialmente por Francis Bacon), e que vinha possibilitando tantos avanços nas ciências da natureza.

Com base na história, Hume, e mais tarde Adam Smith, irão fundamentar todas suas teorias sobre a moeda. A história ganha, assim, um lugar central na economia, o lugar onde as teorias monetárias devem ser comprovadas. É justamente com base na história que ele fundamenta seus importantes argumentos sobre o status de representação da moeda:

O dinheiro não é, propriamente falando, um dos objetos do comércio, mas apenas o instrumento sobre o qual concordaram os homens para facilitar a troca de uma mercadoria para outra. Não é uma das rodas do comércio: é o óleo que torna mais suave e fácil o movimento das rodas. Se considerarmos qualquer reino individualmente, é evidente que a maior ou menor abundância de dinheiro não tem conseqüência alguma, já que os preços das mercadorias são sempre proporcionais à abundância do dinheiro, e uma coroa no tempo de Henrique VII servia ao mesmo fim que serve uma libra hoje.[18]

Esta é mais uma boa metáfora para o dinheiro: o óleo que lubrifica as rodas do comércio, que torna mais fácil seu movimento, o fluido que faz a circulação perfeita das mercadorias. Trata-se de uma variação sobre a idéia do sangue que circula no corpo de uma nação, metáfora utilizada por Hobbes. Ora, a afirmação de Hume, de que a abundância do dinheiro não tem conseqüência alguma para sua maior ou menor riqueza, é um ataque justamente ao pensamento mercantilista, que visa à acumulação de ouro através do comércio internacional. Aliás, os governos ainda adeptos do mercantilismo, com suas políticas protecionistas no comércio internacional, encontram-se, no século XVIII, sob intenso ataque do pensamento liberal.

[18] Hume, David, *Escritos sobre economia*. Col. Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p. 201.

Em sua obra, Alexandre de Gusmão, assim como D. Luis da Cunha, demonstra conhecer os princípios da balança comercial em uma época anterior mesmo aos escritos dos fisiocratas – a escola de economistas franceses que criam o próprio conceito de balança comercial, também em meados do século XVIII[19]. Discorre sobre como está desregulada a saída de moeda em relação ao seu fluxo de entrada. Mostra que sabe todas as origens deste mal, mas que discutirá apenas as causas sobre as quais lhe é permitido falar. Mas o mais importante é que, em seu discurso, ele reconhece o estatuto de representação da moeda, e parte desse pressuposto para toda sua análise posterior:

Os povos, Senhor, para viverem nas Terras do Reino, necessitão fornecer-se uns aos outros dos generos, e manufacturas, que todos elles hão de mister para o sustento, e trato da Vida; o que executam por meio do Commercio.

Como os generos, e manufacturas em que se faz este commercio, nam podem comparecer em todas as partes com a facilidade, e cómodo com que se transporta o dinheiro, que igualmente os reprezenta: por isso se estabeleceo a Moeda para fazer-se o Commercio.[20]

A utilidade do ouro se deve justamente ao seu caráter de representação. Esta mesma atribuição de um status representativo ao ouro, vemos no discurso do *Roteiro do Maranhão:*

Pelo que respeita as Minas, o ouro que ellas produzem, e communicão he o metal mais precioso, e mais commodo, que os homens acharão para representar todas as outras produções, tanto da natureza, como da industria (...)[21]

No texto do *Roteiro do Maranhão*, fica claro o posicionamento do autor com relação ao tema do ouro: para ele, o ouro existe nesta função de elemento de representação, útil para a circulação dos produtos. O ouro, por si só, não traz riqueza nem abundância, como afirma o autor anônimo:

[19] Sobre os fisiocratas, faremos uma análise mais detalhada na última seção do presente capítulo: "Uma tabela econômica fisiocrata para o Maranhão".
[20] Gusmão, Alexandre. *Op. cit.* p., 196.
[21] RM., p. 106.

(...) *pelo incansavel trabalho das Minas não se adquire mais, que o ouro pela aplicação com mais suave trabalho aos mais objectos da Agricultura, das Artes e Commercio, não só se adquirirão toas aquellas producções, de que depende a subsistencia do homem, e sem as quaes elle não pode existir, mas se poderia avançar a hum estado de abundancia e riqueza; estado a que o ouro não poderia conduzir por hum puro effeito da representação.* [22]

O Autor Anônimo tece sua crítica ao modo pelo qual Portugal vem lidando com suas minas de ouro de maneira semelhante às criticas de Gusmão. O caráter central destas críticas incide justamente sobre a falta de percepção deste caráter de representação da moeda neste país, motivo pelo qual a balança comercial portuguesa perdia muito mais ouro do que recebia.

Ao se posicionarem desta forma com relação ao tema do metal, estes autores tomam um importante posicionamento dentro do campo das ciências econômicas de um modo geral. O primeiro pensamento econômico via no comércio o grande responsável pela circulação das riquezas. Colbert[23] elabora considerações sobre a prata e conclui que toda a riqueza da Europa deve ser representada pela prata ali existente. O objetivo das nações deveria ser justamente o de promover a abundância das moedas em circulação e o acúmulo dessas moedas nas reservas dos estados. Para promover o aumento da moeda em circulação, segundo este pensamento,[24] todas as coisas que circulam em um país, que constituem os seus produtos, devem ter uma representação em prata. Até mesmo as coisas

[22] RM., p. 117.

[23] Jean Baptiste Colbert (1619-83) foi ministro de Luiz XV, e era considerado o "mago das finanças" na França, pois suas estratégias econômicas, essencialmente mercantilistas, durante aquele reinado ainda teriam conseguido trazer lucros para o estado e a Igreja. Enquanto ministro, ele encorajou as manufaturas e patrocinou a construção de casas e estradas. Alguns autores apontam sua ligação com o conjunto das novas ciências, mas no campo econômico ele se mantém conservador, ligado ao mercantilismo. Essa postura avançada em algumas áreas do saber e vinculada aos saberes tradicionais no campo da economia se repete em alguns escritos políticos portugueses do séc. XVIII, como o *Testamento Político*, de Dom Luis da Cunha.

[24] Alguns autores filiam o pensamento de Colbert e de outros autores como Thomas Mun, na Inglaterra, ao mercantilismo. No entanto, estes autores nunca teriam utilizado tal termo para denominarem seu pensamento. Foi justamente Adam Smith o responsável por divulgá-lo, em *Uma investigação sobre a natureza e causa da Riqueza das Nações* (1776). Assim, optamos por não definir estes pensadores como mercantilistas, ainda que haja uma clara relação entre suas teorias e o que mais tarde seria definido como parte do conjunto do mercantilismo.

que antes não eram representadas, agora devem ser atraídas para este espaço de circulação. A prata serve como um ímã, atraindo os produtos para a circulação, intermediando as trocas entre os indivíduos e seus respectivos produtos. É nessa troca, nessa circulação, que se estabelece a riqueza, não mais no acúmulo de metal, como acreditavam as teorias metalistas. Uma das metáforas mais importantes na teoria dos estados dos séculos XVII e XVIII trata justamente desta necessidade de circulação da riqueza – a metáfora do ouro que circula no corpo da nação como o sangue no corpo de um estado.

As premissas das novas ciências da moeda não são relevantes apenas no campo teórico; na prática, a falta desta compreensão faz com que os portugueses se percam completamente no mundo do comércio internacional, onde a compreensão dos postulados da nova economia política era fundamental para uma atuação eficaz. Em Portugal, pelo contrário, era a crença na moeda como riqueza em si e os supérfluos oferecidos pelas outras nações européias que seduziam os portugueses, como aponta Alexandre de Gusmão:

Assim nos sucede hoje; porque abraçamos o Luxo, e abandonâmos a industria, com o que despovoâmos; correndo ignorantemente em seguimento da riqueza imaginaria das minas de ouro, q nos tem arruinado, e empobrecido, quando nos pareceo encontrarmos ahi toda nossa fortuna.[25]

Gusmão acredita que, se o ouro tivesse sido bem aplicado, poderia ter se convertido em riquezas para a nação, mas isso não ocorreu. Ele reconhece o colapso das minas, como uma demonstração de que o aumento do dinheiro em circulação num país gera apenas uma riqueza imaginária que inflaciona os preços dos produtos. Como não há produção em Portugal, diz Gusmão, *Estamos em hum commercio passivo*[26], de que resulta uma perda continuada, sem esperança de remédio.

Perspectiva semelhante é apresentada pelo autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*. Segundo ele, o ouro poderia ser melhor investido pela metrópole:

O fim que se propõe he só mostrar, que tanto ouro não he a perdição das Minas, que antes no estado, em que ellas se acham, para que mais floreção, se deve procurar

[25] Gusmão, Alexandre. *Op. cit.* p., 196.
[26] Gusmão, Alexandre. *Op. cit.* p., 196.

augmentar a extracção do ouro, dispondo, e promovendo todos os meios, que podem conduzir a que penda para a parte do ouro a balança em que com prejuizo da Metropole peza muito mais a Povoação.[27]

Assim como o ouro não pode ser considerado como algo que possua valor em si, como metal precioso digno de cobiça desmesurada, também não pode ser considerado a "perdição das minas". Estes autores são unânimes em apontar o mau uso dos recursos auríferos pela colonização portuguesa como grande causa de seus problemas.

Além do mau uso do ouro que circulou abundantemente naquela nação no início do séc. XVIII, Gusmão aponta ainda alguns fatores agravantes da crise econômica em questão. O primeiro é a própria decadência da produção, que já se anunciava desde o início do século. O segundo fator é que, antes, os mineiros, na sua maioria originários de Portugal, assim que conseguiam juntar um cabedal, voltavam ao reino para constituir sua família. Agora, como já existem "boas famílias" nas minas (isto é, mulheres brancas disponíveis para o casamento), muitos acabam ficando na colônia junto com seus cabedais.

7.1.2 Os escritos de Pombal

O governo do Marquês de Pombal (1755-1777) tem início após o famoso terremoto de Lisboa, porém sua influência sobre o governo de Dom José tem início logo que este rei assume o trono em 1750, após a morte de D. João V. Neste ano, Sebastião de Carvalho e Melo foi nomeado secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (daí a indicação do irmão para o governo do Grão-Pará e Maranhão). Ao mesmo tempo, Alexandre de Gusmão, homem de confiança de D. João V, foi indicado para o Conselho Ultramarino e, assim, afastado do círculo imediato da corte. O grande negócio estrangeiro que Carvalho e Melo teve de administrar eram, obviamente, as minas de ouro. E logo estabeleceu uma série de medidas para reorganizar o processo de cobrança dos quintos, como vemos nos seus escritos[28]. Também o comércio de açúcar, tabaco e outros gêneros que moviam as engrenagens da máquina colonial foram estimulados a partir de seu mandato. O então

[27] RM., p. 134.
[28] Cf. Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Conde de Oeiras tinha grande interesse pelas teorias da economia política emergentes no século XVIII.

O famoso terremoto de Lisboa ocorreu na manhã do dia 1° de novembro de 1755, dia de Todos os Santos, quando as igrejas da capital lusitana encontravam-se absolutamente cheias. Era hora das missas. As descrições sobre o evento são verdadeiras narrativas do horror[29], do momento em que a terra se move num cataclisma jamais visto antes. Primeiro vieram os grandes tremores de dentro da terra, chacoalhando as igrejas, despedaçando os altares. Depois, o Tejo retrocede, junto com o mar, e volta furioso, formando ondas enormes que destroem as embarcações dos homens que tentavam fugir da terra, justamente pelo mar. Por fim, os incêndios tomam conta da capital lusitana. Uma tragédia cujo número de mortos naturalmente é incerto[30].

Os tremores de terra destroem todos os principais prédios do centro de Lisboa, dentre eles o Palácio da Ribeira, a morada dos reis em Lisboa. A família real, no entanto, consegue salvar-se, pois no momento do terremoto encontrava-se em Belém, 11 Km distante do centro de Lisboa, região um pouco menos atingida. Dom José I, ao dar-se conta das dimensões da tragédia que se abatera sobre seu reino, teria ficado em estado de choque, refugiando-se em Belém.

Tragédia para uns, festa para outros. Graças ao terremoto, Pombal adquire, em Portugal, autoridade quase completa. Uma autoridade que inicialmente era a de tomar todas as decisões necessárias para a reconstrução de Lisboa após o terremoto que derrubara o castelo real e inúmeros edifícios da cidade. D. José não conseguiria mais voltar a morar em Lisboa, muito menos tomar as providências práticas necessárias para restabelecer a ordem após o caos.

Só o pragmatismo das cartas-circulares do Marquês de Pombal teria sido capaz de dar conta das pilhas de cadáveres que brotavam das ruínas de Lisboa. Em sua obra *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal,* vemos seu estilo de escrita/governo:

Sendo presente a S.M. o zelo do serviço de Deus e do mesmo senhor com que os religiosos da obediência de V.P.R. tem edificado a cidade de Lisboa nas obras de

[29] Sobre descrições da tragédia, cf. Schwarcz, Lilia Moritz. *Op. cit.*, capítulo 1: "Terremoto ou ' o mal está na terra'".
[30] Estimados, na época entre 15 e 40 mil. Cf. Schwarcz, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 21.

misericórdia, exercitadas na pública e indispensável necessidade em que nos achamos de dar sepultura aos cadáveres humanos e aos corpos de irracionais que se acham entre as lastimosas ruínas da mesma cidade, antes que a corrupção deles infeccionando o ar, difunda por ele um contágio que constitua outra maior consternação (...).[31]

Pombal toma, inicialmente, um conjunto de medidas higienistas e consulta, desde o primeiro momento, os médicos e os representantes do novo saber. E, assim como sucedera com o Marquês, também uma nova tradição de pensamento vinculada à modernidade é favorecida, em certa medida, pelo terremoto. Em nossa leitura destas *Memórias Secretíssimas*, percebemos que o Conde de Oeiras relaciona sua própria trajetória de ascensão com a submersão da cidade, com a sua ruína. A "Nota sobre o Terramoto de 1755", espécie de epígrafe às sua cartas, escrita posteriormente, é o mais notável exemplo de seu raciocínio:

Quando o horroroso terramoto de Lisboa de 1755 ia destruindo muitos dos seus majestosos e ricos edifícios, que pareciam submergir-se pelas fendas que a terra abria; sucedeu ao mesmo tempo o fatal incêndio nesta corte, de quatro dias, causado pela dita catástrofe, e parecia que reduziria Lisboa a uma montanha de cinzas, esta horrorosa cena observada dos altos dos montes consternava ainda os corações mais insensíveis. No meio pois desta confusão e desordem, andava envolvido el-rei D.José, que assombrado de ver este horroroso espetáculo, perguntou ao marquês de Pombal, que andava ao seu lado: "Marquês, que devemos nós fazer neste caso? Enterrar os mortos e cuidar dos vivos." Assim respondeu o marquês a el-rei.[32]

Várias das medidas pombalinas de cuidado com os vivos e com os mortos, bem como as medidas de governo posteriores ao contexto do trauma, vemos decretadas em suas cartas, avisos e demais documentos que constituem as *Memórias Secretíssimas*. A objetividade das cartas, sua análise pormenorizada das conseqüências da tragédia e

[31] Cf. Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p. 91.
[32] Cf. Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p. 70

possíveis meios para reverter a situação formam um conjunto de textos que se caracterizam por um estilo pragmático.

Um dos textos que se encontra em meio aos escritos que compõem as *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos* é um dos exemplos mais bem acabados do pensamento desta geração. O "Discurso Político sobre as Vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terremoto de 1755" é um texto que parece trazer o resultado de todas estas meditações anteriores sobre a organização imperial e as técnicas mercantilistas que, segundo estes autores, tinham ocasionado o poder e a riqueza da França e da Grã-Bretanha. Ele representa um exemplo desta linha de pensamento de economia política portuguesa. É um texto que certamente estabelece uma relação intertextual com o *Roteiro do Maranhão*, que está por trás de algumas de suas mais importantes reflexões.

O "Discurso Político" se inicia justamente com uma referência à história natural, à história dos cataclismas que vêm alterando as feições da terra, conforme as concepções de Francis Bacon. Pombal afirma que os fenômenos espantosos mudam a face dos impérios e que são as únicas causas capazes de barrar os projetos de certos impérios e a dominação de alguns povos sobre outros, em uma alusão explícita à dominação inglesa sobre Portugal. Ele fala de uma nação ambiciosa que minava surdamente, havia muito tempo, o poder de seus vizinhos:

"...sua industria, e seu comércio lhe haviam dado vantagens sobre muitos Estados; uma política maravilhosamente combinada, tinha conduzido todos os seus desígnios aos supremo poder, por caminhos ocultos a guiava; os preceitos de moderação, que ela tinha sabido estabelecer, o sistema pacífico com que havia encantado aos olhos das potências, as riquezas imensas do Brasil de que ela tinha tido a inteira posse, uma marinha formidável, as artes vigorosamente cultivadas, florescentes manufaturas; eis aqui os instrumentos, de que ela se tinha servido para subjugar muitos povos. Já tudo estava pronto para pôr em ferros uma parte da Europa, quando o fenómeno acontecido em Portugal desbaratou todos seus projetos"[33]

[33] Cf. Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p. 139.

Pombal utiliza-se do exemplo da "tragédia de Mérope", de Voltaire, para mostrar por que a lei do mais forte sempre prevalece nas relações entre os países e por que, por mais que se fale em direitos civis, tema tão importante no pensamento político de Hobbes e Locke, jamais houve, entre as nações, um pacto de direitos. Assim, a nação mais forte vinha subjugando Portugal, que se tornava um estado em ruínas. Para este estado arruinado só resta sofrer revoluções, pois nem sequer pode fazê-las. A revolução natural, portanto, é positiva, neste contexto. Para Pombal, *O governo português já não tinha alma; todas as suas partes estavam sem vigor. Cada peça esperava para se mover que a Inglaterra lhe desse o movimento, em uma palavra, tudo estava desesperado.*[34]

Assim, com o terremoto, ao menos alguma coisa se mexeu por conta própria em Portugal, um estado cujo corpo estava ligado à Inglaterra como um fantoche ligado aos fios na mão do dono. E os ingleses teriam elaborado um plano para levar aquele reino a tal condição. Havia sessenta anos, vinham destruindo a agricultura portuguesa através do abastecimento de gêneros mais baratos que faziam com que, a curto prazo, deixasse de ser lucrativo produzir os mesmos gêneros no reino. No ano que antecedeu o terremoto, segundo Pombal, a situação era tão crítica que dois terços do seu necessário físico eram fornecidos pela Grã Bretanha.

Na verdade, para o autor, foi o fato de Portugal ter sucumbido à Espanha, em 1580, que abriu o precedente para a dominação inglesa. Foi o medo que os portugueses tinham dos espanhóis que os colocou nos braços dos ingleses, que os teriam convencido de que era preciso um aliado de reputação mundial para os proteger da potência da qual haviam acabado de se livrar.

Pombal monta uma argumentação extremamente bem organizada, cheia de referências à ciência moderna. Afirma, por exemplo, que a pior política para um estado é a paz, pois a paz representa a estagnação dos estados. E, como no mundo físico, no mundo político, os corpos dos estados devem se manter em movimento.

O estado é tratado, praticamente todo o tempo, como um corpo com relação ao qual podem-se deduzir leis, a exemplo das leis da natureza que valem para os corpos físicos. Quando Pombal se refere à destruição da agricultura que a Inglaterra promovia nos estados

[34] Cf. Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p.141.

que estava subjugando, diz que esta nação estava a "agarrar nestes estados pela garganta".[35] Mais adiante, completa o raciocínio dizendo que todos os estados, como os corpos humanos, têm seus lugares mortais. Mas todas as feridas que não pioram podem ser cicatrizadas. Essa concepção corpórea é o pano de fundo deste pensamento econômico português que marca de modo decisivo o texto do *Roteiro do Maranhão.*

Acreditamos que esta concepção corpórea deriva, na ciência política, principalmente do texto de *O Leviatã*[36], escrito pelo inglês Thomas Hobbes de Malmesbury. *O Leviatã* foi escrito em 1651, no calor da revolução inglesa. O grande Leviatã a que se chama estado, nas palavras de Hobbes, *não é senão um homem artificial, embora de maior estatura ou força do que o homem natural, para cuja proteção e defesa foi projetado*[37]. Ou seja, ao Leviatã corresponde a idéia do estado como grande corpo, cujas partes são os próprios homens. Essa idéia está em correspondência com a ciência atomista que se desenvolvia então.

Assim, se o estado é um corpo, Pombal, com a mesma postura de médico assumida por Dom Luis da Cunha, começa a descrever as doenças deste corpo e os antídotos capazes de curá-las. Uma das causas da doença era justamente a falsa riqueza, a "riqueza má". Citando Montesquieu, o Marquês constata que o ouro e a prata são riquezas de ficção, sinais que têm muita duração e que pouco se destroem com o tempo. Porém, "quanto mais se multiplicam, menos preço têm, porque representam menos coisas". Este é um dos preceitos básicos da teoria de Hume, presente nos *Escritos sobre economia.*

---

[35] Cf. Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p.141.

[36] Hobbes começa o Leviatã explicando o que é o ser humano, como ele se constitui enquanto máquina, como funcionam seus mais diversos mecanismos. A partir do homem, ele vai para a sociedade, fazendo espécies de experimentos com base em características psicológicas comuns a todos os homens. No capítulo 13, *Da Condição natural da Humanidade relativamente a sua felicidade e miséria,* Hobbes coloca juntos todos os homens que ele caracteriza nos capítulos anteriores, para ver o que acontece. Esse tipo de experiência mental também foi feito por Galileu (*De Cive*), que seria um dos autores que mais teriam influenciado o pensamento de Hobbes. Assim, o autor realiza sua experiência mental do estado de natureza, ao colocar juntos os homens com suas características psicológicas descritas nos capítulos anteriores, e sem uma qualquer intervenção de um estado. Nessa argumentação, ele prova que o estado de natureza seria o estado de guerra de todos contra todos. Nos demais capítulos de sua obra, ele procura justamente desenvolver explicações sobre como resolver esta guerra. O conceito básico a partir do qual Hobbes desenvolve sua idéia de contrato e estado é o de que a sociedade é um artefato humano e, portanto, não há uma forma natural, pré-concebida. O melhor a fazer, em termos de organização social, seria um contrato a partir do qual se entregaria o poder a um só homem. Cf. Hobbes, Thomas. *O Leviatã.* São Paulo: Ed. Abril, 1973 (col. Os Pensadores).

[37] Cf. Hobbes, Thomas. *Op. Cit.* p. 9.

O ouro é representado como um paradoxo para o estado. Segundo Pombal, ele é inviável para o enriquecimento do estado, pois se o monarca que possui as minas conseguisse reter o ouro que delas extrai, ele ficaria tão poderoso que poderia dominar todos os países do mundo. Justamente por isso, todos os países se uniriam para destruí-lo. No entanto, se o monarca resolve "distribuir" o ouro através do comércio de produtos, logo seu ouro valeria cada vez menos, e ele perderia, então, sua riqueza. Dessa constatação, ele deriva uma de suas máximas: "*as riquezas das minas são sempre quiméricas para os estados que as possuem*".[38]

Assim, toda a estrutura da colonização brasileira, em pleno século XVIII, estava voltada para uma atividade que o dirigente do Império, naquele momento, considerava uma quimera. Éramos uma colônia quimérica, que constituiu seu território e formou suas cidades justamente atrás desta miragem do ouro. No fim do século XVIII, não poderíamos mais estar voltados exclusivamente para o ouro, e isto o *Roteiro do Maranhão* explicita em seu texto.

O exemplo da história de Portugal é o exemplo por excelência do monarca que distribui seu ouro. Pombal monta, em seu texto, um retrato de como era sua nação em meados do séc. XVII, quando o ouro ainda não havia sido descoberto, e a produção de matérias primas era o eixo da colônia. Neste tempo, o pequeno reino ibérico governava um continente, e tinha a chave do maior tesouro do universo. Agora, um século depois, o ouro havia arruinado sua agricultura, e poucos benefícios restam, no estado, de sua fugaz passagem rumo à Grã-bretanha.

O texto de Pombal conta com uma estrutura argumentativa bastante afiada, na qual o autor destrói uma série de falsas máximas, algumas delas produzidas pela teoria política inglesa. É um metatexto, um texto que fala dos argumentos dos outros textos dos séculos XVII e XVIII. São discutidos tanto argumentos secundários da teoria política moderna – argumentos que os ingleses haviam elaborado para convencer Portugal sobre determinadas estratégias políticas –, quanto os fundamentos, a espinha dorsal das teorias de Locke e Hobbes. A crítica ao valor atribuído à liberdade na estrutura destes estados é um exemplo disso:

[38] Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p. 147.

O governo inglês é o mais belo espetáculo da teoria, que possa haver no universo. É lástima que este belo sistema que deixa dar aos ingleses as virtudes de um bom cidadão, não haja destruído neles os vícios que o embaraçam de o ser. Querer que os homens tenham sempre a sua república diante dos olhos, que eles sacrifiquem continuamente o seu interesse particular ao bem geral da sociedade civil, isto é pedir-lhes coisas impossíveis; em uma palavra, isto não é ter conhecimento do coração, é ignorar a força e extensão de suas paixões.

(...) *Depois que os homens saíram dos matos, depois que eles se submeteram às leis políticas, a terra vem a ser para eles a morada da escravidão! Uma é de uma forma e outra de outra. À falta de outra escravidão, os ingleses são escravos da liberdade.*[39]

Nesta passagem, temos referências ao coração da teoria de Locke[40] – que prega que o homem livre é o homem proprietário de terras – e também à teoria de Hobbes, que funda o conceito de estado de natureza e contrato social. É claro que se trata de uma crítica vinda de um governante despótico, feita à nação que mais adiante levou a utopia da liberdade, naquele momento. No ímpeto de desconstruir as falsas máximas que vinham dominando a política econômica do estado português, Pombal, em seu discurso, habilmente aproveita para atacar a matriz discursiva que fundamenta o conceito de liberdade dentro do estado civil. Este conceito certamente lhe incomodava, e poderia ser cobrado de seu governo a qualquer momento, pelos próprios ilustrados que o apoiaram de início. Assim, trata-se de um discurso que tem múltiplas funções.

Este impulso de destituir as falsas máximas da economia política que estavam dando um rumo errado para a nação é aquele que o autor leva adiante de forma mais sistemática. Ele faz um elenco destas máximas, que segundo ele encerram um corpo completo de meios infalíveis para arruinar uma monarquia:

---

[39] Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p. 150.

[40] Jhon Locke desenvolve, no fim do século XVII, em sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690), uma argumentação sobre a origem da acumulação da propriedade, além de desenvolver argumentos sobre sua concepção de estado de natureza que estaria na própria origem da propriedade.

Enfim, Portugal há quarenta anos, estava de algum modo encantado das máximas seguintes que tinham finalmente reduzido este estado à dissolução em que o vemos precipitado, a saber:

Primeiro. Que o ouro é uma mercadoria, como as outras.

Segundo. Que este reino naturalmente estéril não poderia sustentar seus habitadores.

Terceiro. Que a agricultura vinha a ser inútil em Portugal. Que os outros estados da Europa, estavam obrigados a dar a Portugal o necessário físico.

Quarto. Que Portugal não tinha necessidade de exército de mar e terra. Que era do interesse da Europa sustentá-lo na presente positura.

Quinto. Que o ouro tirado das minas trazido à Europa e levado ao oriente pelo comércio das Índias, se aniquila com as outras mercadorias.

Sexto. Que digam o que disserem, esta monarquia é hoje mais rica que antes do descobrimento das minas.

Sétimo. Que este reino não tem necessidade de manufaturas; que com seu ouro pode ter os géneros fabricados a melhor preço que os teria fabricando.

Oitavo. Que quando ele quisesse formar manufaturas, não o poderia, atendendo a que o físico do clima se opõe a estes estabelecimentos.

Nono. Que é uma vantagem para este reino, que Inglaterra lhe de meios para extrair seu ouro, e que sem este remédio os negócios da Europa iriam pior.

Décimo. Que depois da aliança de Portugal com Inglaterra se estabeleceria um grande luxo em Portugal que lhe é necessário.

Undécimo. Que Portugal não poderia passar sem os outros estados da Europa, especialmente sem a Inglaterra.

Duodécimo. Que a frequência dos estrangeiros em Portugal é necessária. Que esta faz a nação Portuguesa sociável. Que de povo bárbaro que antes era, a pôs em paralelo, e ombro a ombro com as nações polidas.

Treze. Enfim, que é ordem e providência deste mundo, que estejam nações inteiras ociosas quando outras trabalham, que assim o quer Deus. [41]

[41] Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p.157-8.

Todas estas máximas são habilmente desconstruídas por Pombal. Alguns pontos interessantes de sua argumentação ocorrem quando ele discorre sobre a falsidade da idéia de que Portugal, mesmo possuindo as minas, estava mais pobre do que nunca. A riqueza de uma nação, diz o autor, só pode ser medida em comparação com a riqueza de outras nações. Internamente, a nação portuguesa parece mais abastada do que no século anterior. Porém, quando se compara a riqueza que esta nação produz com a de outras nações, seu saldo, definitivamente, era um fracasso. Neste ponto, o autor se apropria de conceitos dos fisiocratas, da somatória de tudo que se produz como parâmetro da riqueza de uma nação. Pombal demonstra bastante conhecimento da nova ciência econômica. É a partir dela que ele constrói seus argumentos contra estas máximas que, segundo ele, são as trincheiras argumentativas dos autores ingleses de economia política.

O autor também se utiliza, mais de uma vez, de exemplos do texto de Montesquieu, para justificar seus argumentos. Pombal, ao discorrer sobre a décima máxima, *Que depois da aliança de Portugal com Inglaterra se estabeleceria um grande luxo em Portugal que lhe é necessário*, parafraseando Montesquieu, diz que a história do luxo das nações seria bem interessante, mas mais interessante seria a história da ociosidade e da preguiça. O luxo e a ociosidade caminham juntos, e são alvo central das críticas destes homens que, apesar de seus desejados vínculos com a nobreza, já incorporam a mentalidade de valorização do trabalho que é própria da burguesia; e que, apesar de ainda católicos, incorporam o conceito de austeridade, característico dos povos protestantes.

Em alguns momentos, o tom irônico aflora em sua argumentação. Sobre o sistema comercial português, o autor afirma: *Os povos menos civilizados da Ásia, as nações mais estúpidas, em uma palavra, os iroquezes tinham sobre isso melhor sistema que os portugueses.*[42] Ou seja, Portugal tinha o sistema comercial mais estúpido do mundo.

Sobre as supostas vantagens que os estrangeiros trariam à nação, como a sua civilidade, ele afirma que Lisboa, naquele momento, é um depósito de ingleses e irlandeses falidos: *Se um inglês tinha quebrado em Londres vinha logo a Portugal para se refazer nele das suas perdas.*

Pombal, independentemente de sua atuação despótica, que toma o rumo inverso de muitos de seus escritos, consegue desenvolver um estilo interessante em seu texto, com

[42] Carvalho e Melo, Sebastião José de. *Op. cit.*, p. 182.

algumas ironias e muitas metáforas interessantes. Ao fim de seu longo comentário sobre todas estas falsas máximas que estariam desviando o rumo da nação, ele tira uma regra geral: quando um governo destrói, no outro, as artes mecânicas, ele destrói também as artes liberais, o que, por sua vez, destrói todo o seu sistema político: *Depois que a Inglaterra formou o projecto de destruir a agricultura em Portugal, o espírito também ficou nele inculto, como o terreno. Por mais que a Europa viesse a ser ilustrada, a estupidez dessa nação aumentaria sempre porque o sistema inglês tomou cada dia nele novas forças.*

Comparar o espírito português à terra inculta talvez seja um dos pontos mais altos de sua argumentação. O ócio e a barbárie caminham juntos e migram, no olhar dos viajantes, de Portugal para o Brasil, onde certamente esta mesma metáfora se aplicaria. A colônia também era um local onde espíritos incultos mantêm a terra inculta. A terra onde não se trabalha está imune ao espírito ilustrado, pois na raiz desse espírito está o ímpeto de transformar a natureza, de moldá-la de acordo com as necessidades do homem. É a serviço deste projeto que está toda a ciência ilustrada do séc. XVIII.

Os portugueses desistiram de sua terra e estão reféns, mais uma vez, da nação estrangeira. Na América, seus colonos também desistiram da terra, fascinados pela quimera das minas, e vivem reféns da natureza, comendo o que lhes é possível. Só a ciência, acredita Pombal, pode transformar este espírito atávico, acomodado. O governo político, diz o autor, não se refina senão à proporção que as ciências especulativas lançam novas luzes nos espíritos de uma nação. E ele busca estas novas luzes para sua nação justamente na política de Colbert para a França, um dos autores considerados "mercantilistas" pelos liberais. Ou seja, a ilustração, para Pombal, tinha um significado que estava longe de abranger o pensamento econômico liberal.

É uma ilustração à moda portuguesa, com suas nuances bem características, que vai formar o substrato teórico do pensamento sobre a economia das colônias, presente no *Roteiro do Maranhão*. Um pensamento que já percebe os valores de representação da moeda, que já pensa de maneira elaborada os sistemas de fluxo e refluxo de capitais entre as nações, mas que ainda defende o comércio exclusivo entre as colônias e suas metrópoles (extremamente criticado por Adam Smith e por outros autores do fim do XVIII). Um pensamento que, fundamentado no tema do ócio, elabora duras críticas internas à nação portuguesa, críticas à indolência de um povo que mantém suas terras e suas almas incultas.

Um pensamento que migra no olhar dos viajantes, que reconhecem na colônia os mesmos problemas portugueses, vendo o Brasil e as capitanias do Grão-Pará e Maranhão como uma eterna continuação de um imenso Portugal.

7.2 Grão-Pará e Maranhão: um estado em ruínas

Como transformar uma terra sem comércio em uma colônia devidamente integrada às engrenagens da máquina mercante? Como transformar um vasto território inculto, governado na prática pelas leis do sertão, em um território florescente, capaz de gerar rendas para seus colonizadores? Como transformar a lógica do sertão em uma lógica de comércio e civilização?

Podemos formular de diferentes maneiras esta que é a questão central por trás de textos importantes produzidos no Grão-Pará e Maranhão, no final do século XVIII. Enquanto quase todas as outras capitanias já haviam desenvolvido suas vocações econômicas, já estavam estabelecidas dentro de sua função nas engrenagens do sistema colonial, o norte do Brasil permanecia, ainda no século XVIII, como uma incógnita.

Devemos dizer, em primeiro lugar, que a economia política, esta nova ciência do século XVIII, já emerge nos textos analisados como uma arma poderosa nesta luta entre a civilização e a barbárie, entre o sertão e o estado. No caso do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão*, dentre estas novas ciências que emergem neste período, parece ser a economia aquela que merece mais atenção de sua parte, a ciência sobre a qual ele possui um maior domínio.

É, portanto, no campo da economia que o Roteiro anônimo se alinha de forma mais contígua com o pensamento de seu tempo. Podemos dizer que este é um tema central entre as considerações deste Roteiro, que pode ser lido também como um escrito de economia política. Pelo fato de se pautar em uma experiência prática na colônia (tanto de viagem, como de possível serviço administrativo), o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* tece importantes considerações no campo desta ciência que talvez colaborem não apenas com a reflexão acerca da relação colônia / metrópole, mas também com as próprias reflexões de seu século e de seu país a respeito da moeda, da circulação de bens e mercadorias e de outros temas centrais desta ciência emergente.

No que toca aos temas econômicos, o *Roteiro do Maranhão* transcende o campo discursivo comum aos textos deste gênero, passando a se aproximar, justamente, dos escritos de economia política, que também são largamente produzidos em Portugal a partir da primeira metade do século XVIII, por autores como Alexandre de Gusmão e Dom Luís da Cunha. Mas, se suas considerações se aproximam em muito das considerações tecidas pelos autores portugueses, este fato se deve não apenas a uma leitura do autor anônimo dos expoentes lusitanos das ciências econômicas, mas principalmente a um domínio deste autor da vasta trajetória da economia política em diferentes países da Europa, especialmente na Inglaterra e na França.

Além do autor anônimo, outros autores deste período passam a incorporar de maneira intensa, em suas narrativas, a economia política. Escrevendo também a partir das colônias, alguns autores, como o próprio Francisco Xavier de Mendonça Furtado e, mais tarde, Alexandre Rodrigues Ferreira, vão mostrar grande domínio dos temas econômicos, aplicados à questão das colônias.

O governador do Grão-Pará e Maranhão, em suas correspondências, produz um vasto e importante material a partir do qual podemos analisar suas concepções econômicas. Na ocasião de sua chegada ao Maranhão, e posteriormente a Belém do Pará, de onde se instala na condição de governador, Mendonça Furtado escreve, em uma de suas primeiras cartas ao seu célebre irmão, que encontrara um estado em ruínas:

Eu cheguei a cidade de S. Luis do Maranhão com bom sucesso, ainda que na viagem padeci bastantes moléstias; da dita cidade continuei a esta Capital [Belém do Pará] por terra (...)

Continuei a minha jornada por êstes largos sertões e com 21 dias de caminho cheguei a esta cidade e com 21 dias de caminho cheguei a esta Cidade [Belém] *em 20 de setembro, e no dia de Nossa senhora das Mercês* [24] *tomei posse do govêrno.*

Pelos seus colegas será V. Exa. informado com individuação, do estado dêle; e só em grosso lhe direi, pelo não cansar, que êle está na última ruína, porque os Erarios Reais se acham extintos, as rendas reais perdidas, e não bastam serem poucas se não mal administradas.

Aqui não há fortaleza sem ruína; os poucos militares que há se reduzem estropiados, velhos e ignorantes. Os soldados sem disciplina nenhuma; os oficiais mecânicos, não só não há Corporação nenhuma desta gente, porém, algum que há não é de momento nenhum, porque a maior parte do que deveria ser, com grande utilidade da Republica, corporações de oficiais mecânicos, está dentro das Religiões [Ordens Religiosas] *entregues aos escravos dos padres e aos seus aldeianos, sem utilidade alguma ao publico; finalmente, Senhor Excelentíssimo, aqui não acho mais que pobreza, miséria e confusão.*

(...) Pará 2 de Dezembro de 1751[43]

Na carta acima, vemos dois exemplos de ruínas: o estado que está em ruínas, e as fortalezas que estão em ruínas, com soldados velhos e ignorantes. "*Aqui não há fortaleza sem ruína*", afirma Mendonça Furtado. A fortaleza, que deveria representar a força, está também despedaçada, fraca. Para reverter este quadro da fortaleza em ruínas, alguns anos depois tem início a construção da grande e moderna fortaleza de São José de Macapá. E, para reverter o quadro de miséria do estado em ruínas, Mendonça Furtado propõe, quatro anos mais tarde, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

O comércio insere-se entre os quatro meios de segurar o estado – fortificar, delimitar, povoar e desenvolver – aos quais Pombal se refere em suas instruções para Mendonça Furtado[44]. O comércio consta neste texto justamente com um dos principais meios de "desenvolver o estado", a quarta das instruções.

O governador acreditava que para se inserir o Grão-Pará no comércio mundial era preciso, antes de tudo, que ali se estabelecesse uma produção em larga escala de gêneros como o algodão, que vinha se mostrando bem adaptado à sua capitania. Mas para que se estabelecesse ali a monocultura em larga escala, eram necessários, antes de tudo, escravos. Muitos escravos. E, no Grão-Pará e Maranhão, como analisamos anteriormente, a escravidão dos índios passa a ser proibida pela legislação pombalina de 1755.

Não por acaso, a Companhia de Comércio do Grão-Pará é criada por um alvará régio, promulgado no dia seguinte aos alvarás que decretam a liberdade dos índios, pois no

[43] In: Mendonça, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, p.46. (v. 1).
[44] Cf. Rodrigues, Isabel Viera. *Op. cit.* p. 100.

contexto deste governo o fomento da produção e do comércio através da importação de mão-de-obra africana fez parte de um plano comum que também envolvia a diminuição do poder dos Jesuítas. O capital para a compra dos escravos, via de regra, apresentava-se aos colonizadores do Maranhão como um problema. Sobre este assunto, Janaina V. Pinto Camilo faz considerações importantes em sua tese de Mestrado:

(...) *a introdução de escravos africanos exigia fartos investimentos de que não dispunham os colonos. Diante deste impasse, o governador dirigiu a responsabilidade da empreitada para a Companhia de Comércio do Grão-Pará, pois entendia que seria o único meio de arrancar o Estado do abatimento em que se encontrava. O fundo desse investimento vaio dos lavradores mais abastados, convencidos de que o estabelecimento desse projeto escravista traria a fortuna esperada. A contribuição de cada investidor interessado somou a renda de 32 mil cruzados, vista como " insignificante para um projeto tão grande".* [45]

Assim, a questão apresentada acima por Mendonça Furtado pode ser tomada, na verdade, como uma questão central de todo o pensamento econômico sobre o norte do Brasil: Como tirar o estado do abatimento? O governador buscava meios de fazer o dinheiro circular pelas terras que lhe cabia governar, e onde quase tudo e quase todos permaneciam alheios ao comércio. Era preciso, para isso, empreender a produção em larga escala.

Junto com este grupo de lavradores e comerciantes, o governador convence a Real Fazenda a endossar seu plano que, além das vantagens para a sua capitania, traria também vantagens econômicas para Portugal. Contando com o pleno apoio do Marquês de Pombal, a Companhia de Comércio é instituída pelo alvará régio de 7 de junho de 1755. A Companhia, no entanto, falha em sua missão de prover escravos para suprir a necessidade dos lavradores da região. Desde 1760 já começa a haver uma onda crescente de pedidos de escravos que, por motivos diversos, nem sempre são atendidos pela companhia. [46]

---

[45] Camilo, Janaina Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)* Campinas, SP: [s.n.] ,2003, p. 125 (Tese de Mestrado).
[46] Camilo, Janaina Valéria Pinto. *Op. cit.*, pp. 125 -7.

Os problemas da Companhia de Comércio, no entanto, servem para aumentar os debates acerca de soluções para a grande questão em aberto, sobre o que fazer, como desenvolver o Grão-Pará e Maranhão. O texto anônimo que aqui analisamos é escrito justamente neste quadro da crise da Companhia:

Promovida a parte da Conquista vio-se também promover a parte da Collonia de uma maneira bem accomodada ao seu genio costumado até então a dominar, e persuadido que a escravidão influia na Cultura. Erigio-se a Companhia Geral do Commercio de todo o Estado, para que podesse introduzir nelle os escravos de Africa, vendellos a credito e receber o preço em generos do Paiz: o que não se poderia esperar, posto este comércio em liberdade, tanto pela divisão do seu Capital, como porque preferindo-se nelle os interesses particulares aos do Estado procuraria cada um dos Commerciantes augmentar a parte que tivesse no mesmo Capital, de que muitos serião meros Commissarios; e não se sujeitarião a conservalla por largo tempo como tem feito a companhia parada em mão alheas, e exposta a mil contingências. [47]

Os próprios comerciantes para os quais a companhia fornecia escravos haviam feito dela um investimento que não valia a pena para a Metrópole. O autor anônimo defende a existência e as utilidades desta companhia. Explicita em diversas passagens que através dela as capitanias do Grão-Pará e Maranhão haviam aumentado suas povoações. Mas ele também explicita que, por uma série de motivos, o empreendimento da companhia de comércio não havia sido suficiente para que tais capitanias revertessem os lucros esperados pela metrópole.

O que interessa particularmente para a nossa análise é que, no momento em que o *Roteiro do Maranhão* é escrito, há uma crise vigente: já haviam sido tentadas providências para se tirar o estado do abatimento em que ele se encontrava. Tais providências, como a importação de negros, tinham produzido alguns efeitos positivos. Tais efeitos, no entanto, ainda estavam muito aquém do que se podia esperar de um estado com natureza tão abundante, e que prometia tantas riquezas à metrópole. Apesar de tudo o que havia sido feito desde Mendonça Furtado, o Maranhão e o Grão-Pará são caracterizados ainda como

[47] RM. p. 153

"promessas" no texto anônimo e em outros textos que analisamos ao longo de nossa tese. Essa era uma terra que, no fim do século XVIII, persistia em não conhecer o comércio.

Assim, faz-se necessária uma mobilização de novos saberes, novos argumentos e planos com relação à questão econômica. Apesar de fazer referência, em seu texto, aos trabalhadores negros como *Pobres escravos*,[48] não podemos dizer de maneira alguma que o autor anônimo seja um abolicionista. Pelo contrário, o autor anônimo acredita numa função pedagógica dos negros com relação a seus donos: ao adquirir um escravo negro, um agricultor se via impelido ao trabalho[49]. Mas o que ele explicita em seu discurso são as muitas dificuldades existentes para que haja um fluxo de escravos negros que seja suficiente para suprir as necessidades daquele estado. E tais dificuldades são também decorrentes da própria cobiça dos comerciantes locais.[50]

7.3 A crise das colônias na perspectiva de Adam Smith

O problema indicado pelo autor anônimo nas considerações acima sobre as relações entre a Companhia de Comércio do Grão-Pará e os comerciantes daquele estado se configura justamente como um dos grandes problemas, apontados por Adam Smith, com relação Colonização Lusitana e Espanhola.

Em *A riqueza das Nações* (sua obra de 1777 que pode ser considerada um marco na própria configuração da economia enquanto campo do saber), uma das muitas questões abordadas pelo autor com relação a estes empreendimentos coloniais diz respeito justamente ao domínio dos interesses particulares sobre os interesses dos estados. Segundo Adam Smith, a economia política, enquanto ciência, serve justamente ao desenvolvimento do estado, ao seu enriquecimento em conjunto com a população em geral.[51] Seria tarefa da economia política justamente apontar saídas, dar respostas a empreendimentos que não

[48] RM., p.133.
[49] cf. RM. p. 155.
[50] cf. Camilo, Janaina Valéria Pinto. *Op. cit.*, p. 127.
[51] A economia política é uma ciência que se configura plenamente enquanto tal apenas no século XVIII, principalmente após 1777, ano em que Adam Smith lança sua célebre obra, *A Riqueza das Nações*. Antes de Smith, no entanto, uma série de escritos de seus precursores já permitiam aos pensadores do período uma análise elaborada do mundo, pautada pelos temas relativos à moeda, à produção agrícola e ao comércio. Assim, no mesmo período em que a taxonomia e a botânica, enquanto campos do saber, começam a se difundir pelas matas brasileiras, a economia política também passa a ser difundida entre os viajantes portugueses do XVIII.

rendessem os benefícios esperados a seu estado. Por isso, o economista inglês tece um longo discurso em sua obra sobre problemas que diziam respeito à colonização dos países ibéricos.

No capítulo 7 do livro III, intitulado "Das Colônias", vemos uma análise detalhada do modelo de colonização de Portugal e Espanha que objetiva mostrar as falhas profundas deste sistema, falhas que prejudicam a própria lógica colonial segundo os princípios da economia política. De todas as falhas, certamente este direcionamento do empreendimento colonial para os interesses de comerciantes privados era uma das mais graves.[52] Mais adiante, em sua obra, Adam Smith faz uma série de considerações contundentes sobre a tragédia anunciada das colônias." O autor pondera que a avidez humana é a paixão dominante na colonização ibérica. *A mesma paixão que sugeriu a tantos a idéia da pedra filosofal, sugeriu a outros aquela igualmente absurda de minas de ouro e prata imensamente ricas.*[53]

O desejo desmesurado pelo ouro é visto pelo autor como algo quase infantil, pois o pressuposto do pensamento de Adam Smith é justamente o de que aquilo que constitui o valor do ouro enquanto metal passível de representar o valor de todas as coisas é justamente sua raridade. Quantidades infinitas de ouro obviamente baixariam o valor de tal metal, como de fato ocorre quando Portugal lança na Europa os produtos das minas brasileiras do século XVIII. Adam Smith critica o sonho do Eldorado, o grande sonho no qual a colônia se afundava no final do século XVIII.

As colônias portuguesas e espanholas, ao contrário das colônias inglesas na América do Norte, eram extremamente dispendiosas. A defesa de territórios com minas de ouro é muito mais dispendiosa do que a defesa daqueles sem o precioso metal, que serve como um ímã para atrair aventureiros de todas as partes do mundo e a cobiça de outras potências imperiais. Além da defesa, o cerimonial do governo das colônias ibéricas era extremamente suntuoso. Adam Smith cita como exemplo as cifras gastas pelos ricos

---

[52] Diz Smith a este respeito:

Da maior parte das regulamentações concernentes ao comércio das colônias, os comerciantes que o exercem, deve ser observado, foram os principais conselheiros. Não devemos admirar, portanto, se na maior parte delas seu interesse foi mais considerado que o das colônias ou da terra mãe. (Smith, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causa da Riqueza das Nações.* São Paulo, Ed. Hemus, 2003. p. 277).

[53] Smith, Adam. *Op. cit.* p. 26.

colonos espanhóis para a recepção de um vice-rei do Peru. Segundo ele, estes rituais, aliados aos enormes dízimos cobrados pelo clero nestas colônias, servem para introduzir entre os colonos ricos o hábito da vaidade, do gasto desmesurado, da cobiça. O autor identifica, no século XVIII, características das sociedades coloniais que mais tarde, no século XX, seriam reconhecidas pelos historiadores brasileiros como traços fundamentais de nossa formação.[54]

Ora, este tema do desvio da lógica colonial é, na verdade, um tema central nos Roteiros de viagem do século XVIII e também nos textos produzidos em Portugal no século XVIII. Adam Smith é um dos autores do período que decanta esta questão de forma bem acabada e, justamente por não estar envolvido na administração de colônia alguma, mostra que, em sua essência, o sistema colonial não serve a seus propósitos. Mesmo que este comércio seja executado apenas pelos comerciantes das nações colonizadoras – como acontece com Portugal e Espanha, que garantem o monopólio comercial com as colônias – esta classe particular acaba se apropriando de um sistema de vantagens que deveria trazer rendimentos a estes estados.

O próprio sistema de monopólio em si, segundo a lógica liberal, é um dos principais fatores deste desastre colonial. Justamente aquele sistema que deveria garantir altos lucros às metrópoles, acaba por gerar uma série de problemas. O comércio exclusivo tende a manter baixos os rendimentos obtidos com os produtos das colônias, pois os torna extremamente custosos para outras nações que devem comerciar apenas com as metrópoles e, por esse motivo, mantêm baixo o crescimento da indústria nas respectivas metrópoles. Segundo Adam Smith, este sistema *é um peso morto sobre a ação de uma das maiores molas que põe em movimento grande parte dos negócios da humanidade.*[55]

É interessante notar a metáfora da mola propulsora que põe em movimento os negócios da humanidade. Para o autor, o livre comércio parece um sistema animado, possuidor de uma ação própria e de razão própria. A compreensão da razão, da lógica dos sistemas nos quais os humanos se inserem, é justamente o propósito desta geração de

[54] Paulo Prado afirma que o Brasil fundou-se justamente a partir de dois instintos básicos: a luxúria e a cobiça. Para Sérgio Buarque, teria sido também a cobiça a grande inspiração do aventureiro e do colonizador. Essa lascívia, esse gosto pelo luxo, pelo excesso, pelas cerimônias, é analisado detalhadamente por Gilberto Freyre. Cf. Gnerre, Maria Lucia Abaurre. *Op. cit.* capítulos 5 a 7.

[55] Smith, Adam. *Op. cit.* p. 284.

saberes dos séculos XVII e XVIII. E nesta afirmação, Adam Smith propõe que o monopólio seja visto como um entrave ao fluir desse sistema, algo não condizente com a lógica do comércio.

Para provar sua afirmação acerca dos problemas causados pelo sistema colonial baseado nas manufaturas, Adam Smith diz que Portugal e Espanha eram países manufatureiros antes de possuírem quaisquer colônias consideráveis[56]. Os efeitos do monopólio – que não gera o desenvolvimento das manufaturas nestes países – aliado à queda do valor do ouro pela entrada excessiva deste metal nos mercados europeus e ao seu escoamento progressivo para as mãos dos países possuidores de manufaturas degradam os bons efeitos que poderiam decorrer da posse das colônias.

A Riqueza das Nações, bem como algumas obras antecessoras, são textos que ecoam entre os autores ilustrados portugueses. Ecoam, aliás, na própria colônia. No final do século XVIII, já havia, nas colônias mais remotas, uma produção de textos que questionava, no interior da própria administração colonial, a sua lógica mais profunda.

As críticas de Adam Smith à colonização dos países ibéricos, escritas poucos anos antes do *Roteiro do Maranhão*, tornavam cada vez mais injustificáveis, do ponto de vista da economia política, a própria existência das colônias. O autor inglês elabora um conjunto de argumentos, pautados agora por esta nova ciência que se constituía no século XVIII, para mostrar a dimensão do problema que estava relacionado ao investimento colonial.

No livro IV de *A riqueza das Nações*, Adam Smith inicia sua argumentação discorrendo justamente sobre os propósitos da economia política. É interessante notar a preocupação do autor em delimitar e definir os campos deste novo saber que no século XVIII se consolida:

A economia política, considerada como ramo da ciência do estadista ou legislador, propõe dois objetivos distintos: primeiro, proporcionar uma renda abundante ou subsistência para o povo, ou, mais propriamente, permitir-lhe proporcionar uma tal renda ou subsistência para ele mesmo; e segundo, suprir o estado, ou comunidade, com uma renda suficiente para os serviços públicos. Propõe enriquecer o povo e o soberano.[57]

[56] Smith, Adam. *Op. cit.* p. 297.
[57] Smith, Adam. *Op. cit.*, p. 183.

Está delimitando, assim, o propósito da economia política. O enriquecimento da população, o montante da moeda e o enriquecimento do estado, afinal, devem medir-se pela somatória das riquezas produzidas por seu povo. Adam Smith frisa bem a importância de que o estado também cobre o seu quinhão, sua taxa pela administração de todo o processo de produção da riqueza, e que permita a efetivação do contrato social, garantindo a segurança e o direito à propriedade por parte dos indivíduos. Assim, a economia política é uma ciência que interessa a todos, que visa a otimizar os ganhos de todos os envolvidos nos processos produtivos.

A economia política institui como função do estado uma otimização do processo produtivo, e não o controle pelos estados do comércio e da produção dos bens produzidos. Ora, justamente este controle absoluto, principalmente do ouro, vinha sendo a grande fonte de lucro dos países ibéricos com suas colônias. Adam Smith tece uma crítica profunda à idéia que tanto encantou os povos ibéricos, do ouro como solução nacional. Critica, desde o início de sua argumentação, o empenho de determinadas nações na busca das minas de ouro. Afinal, mesmo um país que não tenha ouro pode ter recursos para obtê-lo que por vezes são mais eficazes e menos dispendiosos do que a posse de minas em terras distantes.

Um país que tenha com que comprar vinho, sempre conseguirá comprar todo o vinho de que necessitar, e um país que tenha com que comprar ouro e prata, nunca terá necessidade de comprar aqueles metais. Confiamos, com perfeita segurança, que a liberdade de comércio, sem nenhuma atenção do governo sempre nos fornecerá o vinho de que precisamos; e podemos confiar com igual segurança que ele sempre nos suprirá com todo o ouro e prata que poderemos comprar ou empregar, quer para circular nossas mercadorias ou para outros usos.[58]

Vemos aqui que o comércio sem restrições, em um país onde os indivíduos disponham da liberdade pressuposta no estado de direito, é para Adam Smith a própria chave da riqueza das nações, o fim que se propõe a economia política. O estado não deve ser nada além do palco para a atuação da famosa mão invisível que regula os fluxos de capital. É o cerne de sua teoria e desta *épisteme*: compreender os mecanismos essenciais do

[58] Smit, Adam. *Op. cit.*, p. 183.

capital e libertá-los das pressões dos estados absolutistas. Ora, no século XVIII, como sabemos, muitos estados ainda procuravam enriquecer estabelecendo políticas absolutistas para suas economias e baseando seus sistemas econômicos apenas na importação de ouro, sem atenção a sua produção. É a estes países que as críticas implacáveis de Adam Smith se dirigem diretamente:

Quando a quantidade de ouro e prata importada para qualquer país excede a demanda efetiva, nenhuma vigilância do governo pode prevenir sua exportação. Todas as sanguinárias leis de Espanha e Portugal não podem conservar todo seu ouro e prata. As contínuas importações do Peru e Brasil excedem a demanda efetiva destes países, e lá o preço destes metais cai abaixo do preço dos países vizinhos. Se, pelo contrário, em qualquer país em particular, sua quantidade caísse aquém da demanda efetiva, de modo a elevar seu preço acima dos países vizinhos, o governo não teria ocasião para se dar ao trabalho de importá-los[59].

Ou seja, o ouro flui para os países nos quais a demanda por este metal se faz presente graças à produção, que deve encontrar no ouro sua representação correspondente. Onde não há indústrias, não há lei que faça com que o ouro se fixe. É interessante notar o caráter quase animado que o autor atribui a este metal. O ouro parece portador de desejos próprios.

7.4 Porque as colônias devem existir: a perspectiva do *Roteiro do Maranhão*

Em meio às críticas mordazes de Adam Smith à relação entre Portugal e suas colônias, e tomando por base as argumentações de seus antecessores portugueses, o autor anônimo vai constituir seus próprios argumentos. Desenvolve uma nova resposta bem elaborada para esta complexa questão, do desenvolvimento o estado. A segunda parte de seu texto configura-se, sobretudo, como uma defesa da viabilidade da relação metrópole colônia – que seria viável desde que esta relação fosse reestruturada de forma a trazer reais benefícios para a metrópole. Os argumentos do autor anônimo se estruturam sempre a partir

[59] Smith, Adam. *Op. cit.* , p. 188.

de temas prático-administrativos com os quais estaria envolvido na colônia. Mas, em muitas partes do texto, estes temas práticos vão sendo deixados de lado, e vão tomando lugar considerações de caráter mais teórico.

O autor anônimo deixa de defender seu plano específico de colonização do Grão-Pará e Maranhão, e passa a defender o próprio estatuto das colônias e das metrópoles, no momento em que este se encontrava mais ameaçado. Ele tenta se utilizar, em seu texto, de preceitos da economia política, mas justamente para defender a existência dos estados absolutistas, do controle sobre as colônias e sobre suas minas. Há, no interior de seu texto, uma união curiosa entre saberes por vezes antagônicos, relativos a teorias econômicas e a teorias sobre o estado.

Segundo o autor anônimo, esta relação desigual entra a colônia e a metrópole (que depois vem a ser chamada de Sentido da Colonização), não é uma exploração injusta do território colonial, mas sim algo que pode ser justificado enquanto lei natural. A colônia é considerada, em seu texto – também com base em preceitos teóricos da economia do século XVIII – como uma terra inculta, que a partir do trabalho poderia ser apropriada. Ao explorar sua colônia, o reino estaria apenas executando uma função natural na relação entre as terras que se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento. Esta é a idéia que vem explicitada na seguinte passagem:

Esta impossibilidade de subsistir qualquer indivíduo sem alheios socorros, ou Lei universal, que liga os homens entre sí tem a pollitica nas Collonias para maior utilidade, e dependencia em que devem estar da metropole, e nellas como temos ditto, os habitantes só se devem occuppar em adquirir as matérias primeiras, e a ver, a troca d'ellas da mesma metropole as manufacturas necessárias, para satisfazer aquella parte que respeita ao vestir.[60]

De acordo com a teoria do autor anônimo, o mesmo tipo de relação de mútua dependência (e eventual exploração) que se estabelece entre os indivíduos nas sociedades humanas se repete nas relações entre países e entre as colônias e suas metrópoles. Uma não poderia subsistir sem a outra. Para estabelecer tal lei universal, o autor vale-se do princípio aristotélico das associações entre homens e mulheres, senhores e escravos, como sendo

[60] RM. p.109.

associações naturais e benéficas para ambas as partes. No capítulo I da *Política,* escreve Aristóteles:

Na ordem natural a cidade tem precedência sobre a família e sobre cada um de nós individualmente, pois o todo deve necessariamente ter precedência sobre as partes; com efeito, quando todo o corpo é destruído pé e mão já não existem (...) É claro, portanto, que a cidade tem precedência por natureza sobre o indivíduo. De fato, se cada indivíduo isoladamente não é auto-suficiente, conseqüentemente em relação à cidade ele é como as outras partes em relação ao seu todo, e um homem incapaz de integrar-se numa comunidade, ou que seja auto-suficiente a ponto de não ter necessidade de fazê-lo não é parte de uma cidade, por ser um animal selvagem ou um deus. [61]

Aristóteles não considera o ser humano isolado, só pode haver humano dentro da comunidade. Para ele, as associações entre homens e mulheres, senhores e escravos são os fundamentos da primeira comunidade natural, que é a família. Assim, na base de todas as organizações humanas estão associações entre seres diferentes, que visam a uma finalidade que é benéfica para todos (ou seja, a própria vida), que visam a atender ao nível mais elementar das necessidades. A partir da família, forma-se o clã, onde diferentes famílias se associam. O clã tem uma função mais elevada. Depois do clã, forma-se o reino, onde o rei é superior a todos os outros indivíduos. Finalmente, surge a última comunidade, a polis. A polis existe para atender a todas as necessidades do ser humano, é a culminação da sociedade humana. Na polis, ninguém governa para ser superior; todos os cidadãos estão em pé de igualdade. Aristóteles considera que cada indivíduo, em uma comunidade, é independente, mas ele não considera o ser humano isoladamente. Só pode haver humano dentro dessas comunidades.

Segundo os argumentos do autor anônimo, a relação entre as colônias e a metrópole é também um tipo de associação:

[61] Aristóteles, *A política*. tradução, Roberto Leal Ferreira. -São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp.15-16.

Este estado de verdadeira abundancia, e riqueza, a que deve aspirar o Paiz dominante, poderá porventura ser pertendido por huma Collonia, sem que esta contravenha aos fins para que foi estabelecida? O Paiz dominante nunca se poderia considerar em milhor estado, mais abundante, mais rico, e mais poderoso, do que quando fosse para a sua subsistencia, mais independentes de Paizes estranhos: huma collonia nunca se deve considerar em melhor estado a respeito da metrópole, do que quando della for mais dipendente. [62]

Para o país dominante (a metrópole), em função de suas próprias características naturais, é vantajoso manter-se o mais independente possível de outras nações estrangeiras. Para a colônia, o estado mais vantajoso seria justamente a dependência de uma metrópole rica e poderosa. Assim, pautado pela lógica aristotélica, este autor constrói uma importante estrutura argumentativa que torna a existência das colônias e de suas metrópoles algo natural, uma relação que estaria de acordo com uma lei universal.

Esta teoria ignora completamente o fato de que, na terra onde se estabeleceu a colônia, sobreviveram durante milênios sociedades humanas que em nada dependeram das sociedades européias. Ou seja, a chamada relação de interdependência foi criada no momento da colonização, e sempre de acordo com as necessidades do colonizador. Um homem perspicaz, como o autor deste texto, exclui propositalmente tal fato de sua argumentação, privilegiando outros. Sua teoria se constitui, assim, a partir de uma retórica poderosa, onde os argumentos são bem planejados para minimizar o caráter desigual da relação metrópole/colônia.

Toda essa mobilização no sentido de atenuar a exploração sistemática da colônia se constitui, no fim do século XVIII, como instrumento poderoso para Portugal poder continuar justificando suas posses, cada vez mais questionadas em solo europeu. Nesse sentido, boa parte da argumentação de cunho econômico presente neste texto está também a serviço de sua majestade, como afirma a seu próprio respeito o autor anônimo, na primeira página deste Roteiro.

Não que não haja críticas a ações do governo (como analisaremos a seguir), mas, em linhas gerais, é a busca de justificativas para a existência das colônias que rege a

[62] RM. p. 121.

retórica do texto, e a economia entra em cena, agora, como ferramenta para otimizar esta relação. Daí o empenho do autor na busca de leis que regem tais relações, pois, através da compreensão das leis, ele poderia compreender e auxiliar a metrópole a operar a própria razão de ser da colônia.

Ao parágrafo que fala da lei universal que une os indivíduos, seguem-se alguns postulados sobre o funcionamento do comércio e da agricultura, como os seguintes:

1a Que a agricultura nas collonias não pode ser só considerada como objecto de subsistencia; deve de necessidade ser vista como objecto do commercio, tanto exterior a respeito da Metrópole, como interior e economico a respeito dos habitantes

2a Que nenhum agricultor poderá subsistir sem vender ou permutar parte dos effeitos da sua cultura, para assim poder haver, o que necessita para se vestir[63]

Quando nos lembramos das descrições da vida de descanso na capitania do Pará, ou das descrições que o próprio autor anônimo faz dos agricultores que se contentam com sua miserável subsistência, esta segunda máxima adquire um significado especial. Para que as colônias passem a ser empreendimentos efetivamente lucrativos, a lógica da subsistência, que caracteriza a vida no sertão, deve ser banida. O motivo é lógico: enquanto prevalecer a lógica da subsistência, o comércio não poderá vingar na região. A moeda não circula, e mesmo que haja uma relativa abundância natural em uma determinada capitania (como é o caso das capitanias do norte), esta abundância não significará riqueza. O seguinte trecho explicita esta idéia:

Fallando indeterminadamente: a força a abundancia, e riqueza do estado não consiste só no número dos habitantes, quantidade, e qualidade das suas producções tanto naturaes, como da industria, consiste também, em que estas producções estejão em tal ordem, tal positura e tal disposição, que se possa verificar o fim para que forão creadas, servindo-se os homens dellas, e utilizando-se. De outra sorte se poderião dizer já ricos

---

[63] RM, p. 109.

todos os moradores do Pará, e abundantes em todos os preciosos gêneros, que a terra lhes offerecem sua superficie ainda que espalhados por sertões, que lhes são por ora inaccessiveis, ou se contraria tambem já sobre immensos Thesouros de finas esmeraldas, e outras preciosidades que a mesma terra occulta nas suas entranhas por todo o Paiz.[64]

A imagem do Pará é a de um estado de riquezas que não se efetivam, permanecendo sempre espalhadas pelos sertões ou escondidas nas entranhas da terra. Uma riqueza sempre em estado latente de promessa, pois a riqueza só se efetiva onde há trabalho e propriedade particular. A força de um estado consiste na disposição de seus habitantes em trabalhar as terras, em converter a natureza em valor, através do trabalho.

Assim, segundo o autor anônimo, quando os portugueses instituem novas frentes de colonização, estão também introduzindo novas terras no próprio sistema econômico, e fazendo assim um bem para o progresso da economia política. É importante notar que, ainda que seu plano de povoamento compreenda um trajeto que liga o Maranhão às minas de ouro de Goiás, a ênfase do autor anônimo é na agricultura e na criação de gado como fontes de riqueza para a colônia e a metrópole. O ouro é uma peça central de sua argumentação; mas uma peça que depende de outras para que o sistema funcione.

O autor anônimo se utiliza em seu texto de argumentos característicos da teoria de John Locke, justamente para enfatizar a necessidade de uma mudança nos hábitos dos moradores da colônia; a necessidade de incentivar o trabalho, a remuneração e o comércio.

Este filósofo desenvolve, no fim do século XVII, em sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690), uma argumentação sobre a origem da acumulação da propriedade e da acumulação de bens que nos ajuda a compreender a concepção do autor anônimo sobre o estado do Grão-Pará.

Locke inicia sua argumentação dizendo que Deus criou a terra para que todos os homens, em comum, dela usufruíssem. Mas a propriedade não contraria os desígnios divinos. Para ele, a razão humana é uma dádiva divina que os homens receberam para utilizar o mundo da forma que lhes for mais conveniente. Através da razão, o homem torna-

[64] RM. p. 117-8.

se capaz de transformar o mundo, e tudo aquilo que é transformado é obra sua e, portanto, sua propriedade:

27. Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe ofereceu, e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo tornando-o propriedade dele[65].

Assim, se tudo é de todos na natureza, é o trabalho que constitui a propriedade de cada homem sobre os elementos naturais. Locke, não por acaso, cita sempre o exemplo do índio americano que caça: um veado por ele morto torna-se sua propriedade. Do mesmo modo, a água que está no rio, quando é posta em uma tina, pertence a quem a coletou. Além dos frutos da terra, a própria terra, através do trabalho, torna-se propriedade de quem a transformou. O uso racional da terra, que é a produção agrícola, transforma a terra em propriedade de quem a utiliza para tal fim, de quem a tira do estado de natureza. Este argumento cabe perfeitamente com relação à ocupação das terras das colônias americanas, pois tais terras, principalmente no Brasil, parecem sempre incultas aos olhos dos colonizadores que se propõem instituir sua posse justamente através do trabalho.

Pois bem, se o trabalho justifica a propriedade, é graças ao dinheiro que Locke justifica que alguns homens tenham posses que se podem expandir muito além do seu trabalho. A terra trabalhada de maneira racional gera uma renda muito maior do que o esforço nela investido. Para Locke, um terreno cercado e bem trabalhado produz muito mais do que um terreno comunal, aberto. O homem que cerca o terreno produz mais do que o necessário para si e, ao cercar seu terreno, toda a humanidade é privilegiada, pois ele aumenta o montante de alimentos produzidos para o consumo de todos.

O problema é que, antes da criação do dinheiro, só poderia pertencer ao homem o que ele iria utilizar. Se a terra de um homem produzisse frutos que ele não conseguia utilizar, o excedente de sua produção poderia ser considerado abandonado, disponível para

[65] Locke, John *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores, 1983. p. 45.

os outros homens. Entretanto, com o advento do acordo entre os homens que possibilita a existência do dinheiro, tudo muda de figura. O ouro e a prata são pouco úteis aos homens, mas servem para ser trocados pelas coisas perecíveis e muito úteis que o trabalho humano produz. É justo trocar por um punhado de ouro o excedente de maçãs produzidas em uma terra cercada, justamente porque o trabalho do homem que plantou as maçãs está sendo recompensado pelo ouro. O ouro não é perecível e representa sempre uma garantia de troca a ser efetuada. E o que faz com que alguns homens possuam mais dinheiro do que outros é, segundo Locke, o fato de alguns homens realizarem um investimento inicial, um trabalho maior do que outros. Seguindo esta lógica, podemos pensar como uma justificativa da posse, pelos portugueses, de terras que antes pertenciam aos índios, justamente o fato de eles se disporem a trabalhar estas terras. Este argumento é recorrente nos textos analisados.

Também para Locke, é a produção, e não o comércio, a grande fonte de ouro. O ouro deve ser o signo de uma troca adiada, o signo que possibilita a circulação de mercadorias que são a representação, por excelência, da riqueza em bens de um país. Mas, note-se, para que este ouro circule dentro do país, é fundamental que haja bens a serem representados. O ouro em si é volátil, e o objetivo da economia política deveria ser elaborar formas das nações manterem e multiplicarem o ouro que circula no seu interior. Ou seja, a circulação do ouro deve servir aos projetos do estado nacional absolutista moderno, não apenas ao interesse dos comerciantes.

No entanto, para que o ouro circule, é preciso que os habitantes das colônias se disponham a converter suas horas de labor em moeda, e não apenas em mantimentos que garantam sua subsistência. É preciso que haja, nas capitanias do norte, um interesse dos seus habitantes pela moeda, pelo ouro. E, para tanto, o estado português pode e deve interferir no processo em curso.

Além do mais, enquanto as produções permanecem na natureza, não só não se transformam em moeda, como não circulam pelo interior da colônia. Os alimentos dos sertões não chegam às cidades, e vemos descrito no texto o célebre quadro de desabastecimento urbano colonial, que se torna mais crítico ainda nas regiões mineradoras:

Reduzir-se pois a iquilibrio, ou fazer pezar mais o ouro, que se tira das Minas, do que o valor das mercadorias, que se consomem, seria descobrir o meio de dar o equivalente do mesmo consumo, e procurar os interesses da metrópole. Ella estabeleceo para este fim as collonias: tem direito de poder restringir, e regular este, ou aquelle commercio, esta ou aquella occupação e agricultura, que nellas se opuzer aos mesmos interesses, e com muito maior razão a respeito das referidas collonias, para onde nos não temos só visto sahir, tudo quanto nella valle. Portugal tem-se liberalmente despovoado em beneficio das mesmas collonias; e nós vemos nellas povoadores de toda a condicção.

Nesta passagem, o autor caracteriza de maneira muito bem elaborada o problema que, segundo ele, seria central no mau gerenciamento da colônia: a falta de produtos agrícolas para o consumo interno, que faz com que o ouro, que no século XVIII ainda abundava, valesse pouco face à escassez de gêneros alimentícios. O ouro, como bem relata o autor anônimo, pesava menos que o valor das mercadorias e, conseqüentemente, ficava muitas vezes circulando no interior da colônia, como ferramenta para garantir a sobrevivência imediata dos mineiros. O autor, ao fazer esta análise, utiliza-se de importantes conceitos da economia política e, principalmente, alinha-se às críticas de Adam Smith[66] sobre os motivos da pobreza de Portugal e Espanha: a crença de que o ouro, em si, gera a riqueza.

A primeira rasão, em que se funda he que pelo incansavel trabalho das Minas não se adquire mais, que o ouro pela aplicação com mais suave trabalho aos mais objectos da Agricultura, das Artes, e commercio, não só se adquirirão todas aquellas producções, de que depende a subsistência do homem, e sem as quaes elle não pode existir, mas se poderia

---

[66] Adam Smith insiste justamente no status do dinheiro como representação das coisas e não como riqueza em si, e justifica de forma bem acabada esse status de representação: *Que a riqueza consista no dinheiro ou no ouro e na prata, é uma noção popular que naturalmente origina-se da dupla função do dinheiro, como instrumento do comércio e como medida do valor. Em conseqüência de ser o instrumento do comércio, quando temos dinheiro podemos mais rapidamente obter o que quer que precisemos, do que por meio de qualquer outra comodidade. O grande afazer, sempre descobrimos, é conseguir dinheiro. Quando ele é obtido, não há dificuldade em fazer qualquer compra subseqüente. Em conseqüência dele ser a medida do valor, estimamos o de todas as outras mercadorias pela quantidade de dinheiro pela qual serão trocadas. Dizemos, de um homem rico, que ele vale muito, e de um pobre, que vale muito pouco dinheiro.* Smith, Adam. *Op. cit*, p. 184.

avançar a hum estado de abundancia e riqueza; estado a que o ouro não poderia conduzir por hum puro effeito da representação.[67]

Aqui, vemos a explicitação deste conceito básico da economia política do século XVIII, de que a abundância de ouro nas mãos de um estado, ou de sua colônia, não conduz a um estado de riqueza se não houver agricultura, artes e comércio que fixem o ouro naquele estado. O efeito de representação da riqueza, que é a qualidade do ouro, não funciona se não houver riqueza a ser representada. Nesta passagem, vemos o recurso do autor anônimo a este conceito da moeda representação, desenvolvido principalmente por David Hume já no século XVIII, para propor a aplicação prática de tal conceito na administração das colônias.

Segundo a teoria de Hume, há um fluxo natural do capital que não deve ser barrado pelas represas do protecionismo[68]. Em função deste eterno fluxo do capital, os países pobres tendem ao despovoamento (Portugal, por exemplo, torna-se desértico, com várias regiões despovoadas no séc. XVII), a agricultura se deteriora e a produção vai minguando. Enquanto isso, nos países ricos, a riqueza gera um afluxo de mão-de-obra e um processo de povoamento. Só que justamente este fluxo de crescimento de um país irá tornar o seu custo de produção mais caro, havendo um momento em que a tendência se inverte, quando os países pobres tornam-se mais atraentes para as indústrias do que os ricos, e passam então a atrair indústrias e um novo fluxo de povoamento. O crescimento das economias se dá em ciclos, que ora tendem para um lado, ora para outro. Mas, entre estes fluxo e refluxos do capital, o mundo sempre tenderia para um equilíbrio natural do comércio.

David Hume explica qual é a equação perfeita entre crescimento econômico e a circulação monetária: é somente entre o crescimento da quantidade de ouro e a alta dos

[67] RM., p. 117.-

[68] *Parece haver, nos negócios humanos, uma feliz concorrência de causas que controla o crescimento do comércio e da riqueza, e os impede de limitarem-se inteiramente a um povo, como de início se poderia recear das vantagens de um comércio organizado. Quando uma nação conseguiu ultrapassar a outra no comércio, torna-se muito difícil para esta recuperar o terreno perdido, devido à superioridade da primeira em indústria e habilidade e aos maiores estoques que possuem seus comerciantes, permitindo-lhes negociar com lucros bem menores. Mas estas vantagens são compensadas, em certa medida, pelo baixo preço da mão-de-obra em todas as nações que não possuem grande comércio, nem abundância de ouro e prata. As manufaturas, portanto, gradualmente mudam de lugar, deixando os países e as províncias que já enriqueceram e mudando-se para outros, onde são atraídas pelos baixos custos dos materiais e da mão-de-obra, até que enriqueçam também a estes, e sejam expatriadas pelas mesmas causas.* (Hume, David. *Escritos sobre economia*. Col. Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 202).

preços que o crescimento da quantidade de ouro e prata é favorável à indústria. Uma nação cujo numerário está diminuindo é, no momento em que se faz a comparação, mais fraca e miserável do que outra nação que não possui mais dinheiro, mas cujo numerário está em crescimento. Para Hume, é isso, exatamente, que explicaria o desastre com as economias de Portugal e Espanha: com a posse das minas, a quantidade de dinheiro aumenta, e aumentam também os preços internos, sem que se invista em produção[69]. A agricultura e a população não têm tempo de se desenvolver, e o ouro americano acaba fluindo no sentido dos países que produzem os bens, ou seja, a Inglaterra. A posse das minas era, afinal, a causa da carestia dos preços no reino, carestia tantas vezes assinalada nos textos portugueses do século XVIII, cujos autores, como veremos, também constatam a necessidade de investir em produção.

Esta, aliás, é uma das diferenças entre as idéias contidas neste Roteiro e as concepções de David Hume. O autor anônimo não se curva à sina estabelecida pelo economista inglês para seu país de origem. Ele acredita que seja possível reverter o quadro, tornando o ouro muito mais valioso do que os alimentos. Para isso, ele elabora seu plano, que parte justamente do pressuposto de que a metrópole deve agir, deve controlar e incentivar determinadas produções na colônia. Se a metrópole conseguisse organizar um sistema de trabalho e produção nas colônias, se esse sistema fosse inclusive levado ao sertão da colônia, onde estão as minas, seria possível, com o afluxo de produtos, reverter a própria desvalorização do ouro.

7.5 Uma tabela econômica fisiocrata para o Maranhão

A principal produção que poderia restituir ao ouro seu devido valor seria justamente o gado: uma fonte fácil e barata de proteína, que poderia manter os mineiros bem nutridos, longe da fome, e completamente empenhados na extração de ouro. Sem fome e sem

[69] (...) *a maior quantidade de dinheiro, assim como os algarismos romanos, é bastante inconveniente, e exige mais trabalho tanto para guardá-lo como para transportá-lo. Porém, não obstante esta conclusão, que deve ser considerada justa, é certo que, desde a descoberta das minas na América, a indústria aumentou em todas as nações da Europa, com exceção das possuidoras dessas minas, e isso pode atribuir-se com justeza ao aumento do ouro e da prata, entre outras razões.* (Hume, David *op. cit.*, p. 203).

preocupações, os mineiros não trocariam pepitas de ouro por parcos alimentos, e o precioso metal voltaria a circular no corpo da colônia e da metrópole.

É precisamente nesta função de garantir o fornecimento de gado para as minas que todo o seu plano – que temos explorado até aqui de diferentes maneiras – se justifica. É precisamente com esta função que se deveriam estabelecer as já referidas povoações nas margens do Itapecuru e do Tocantins, que se deveriam estabelecer as fazendas de gado, que se deveriam aldear e expulsar os índios, reconhecer os rios e estabelecer caminhos e, finalmente, civilizar toda a região à qual se refere o *Roteiro do Maranhão*. Para fornecer gado, para transformar um sertão inculto e amonetário em uma região de circulação de comércio e mercadoria.

Além da função de inserção desta porção de terra na máquina mercante global que se instituía com toda a força no século XVIII, a grande função da moeda e do comércio, como ressalta Norbert Elias, é a inserção da região no próprio processo civilizador. Só o processo civilizador poderia garantir o verdadeiro domínio daquelas terras, pois só assim seus habitantes passariam a ser compreensíveis e, portanto, governáveis pelo estado metropolitano.

Dessa forma, o autor reconhece a necessidade de traçar os caminhos do sertão, interligá-los ao litoral, reconhecer as capitanias do interior e os possíveis portos através dos quais poder-se-iam escoar suas produções. Tratava-se de mapear e conhecer a lógica própria do território colonial para poder atuar, e assim reverter a lógica dos sertões:

Consistem em Minas de ouro, pedras as Capitanias, e Povoações do interior do Paiz são as Minas geraes, Serro do frio, Pitangui, Paracatu, Goiaz, Fanado, Rio das Contas, Jacobina, Sertões de S. Francisco, e Capitania do Piauhi. preciosas, e creação de gados, tanto vaccum como cavallar.[70]

A relação, que há entre ellas, e as Capitanias da Marinha; he huma reciproca e effectiva dessendencia. As Minas dependem das Capitanias da Marinha, para receberem as manufacturas, e mais generos, que nellas se introduzem da Metropole, e com que satisfazem ás suas necessidades tanto Reaes, como de opinião principalmente as que respeitão ao vestir: para haverem os escravos de Àfrica necessarios para a cultura dos

[70] RM., p. 105.

generos do Paiz, com que saptisfazem á sua nutrição, e para o trablho das Minas, d'onde tirão o ouro, com que pagão as mesmas manufacturas, os mesmos generos dos mesmos escravos. [71]

Esta passagem, também muito cara a Caio Prado Jr. – que nela reconhece uma descrição minuciosa da lógica de comércio interno que já havia na colônia no século XVIII – nos mostra justamente uma divisão de trabalho entre as diferentes capitanias, um reconhecimento das vocações das capitanias do interior e do litoral. Toda capitania deveria, segundo seu pensamento, filiar-se à produção dos gêneros a elas adequados. E é a partir das capitanias da marinha que o dinheiro iria fluir para o interior do país. É nos portos, onde está o comércio, que se completaria o processo de atribuição de valor às coisas produzidas:

Já sabemos que em todas as referidas Capitanias há portos de mar, supponhamos agora que só por elles se faz a extração das suas respectivas producções. Pela primeira e segunda dedução do parágrapho antecedente, devemos conceder, que os portos de mar nas ditas Capitanias serão o lugar da feira, das suas producções, e a bolça de todo o commercio das ditas capitanias. Pela segunda, e terceira deducção do mesmo paragrapho devemos conceder também que o Povoador ou seja agricultor, ou seja commerciante, de nenhuma maneira estendera a povoação, Cultura e commercio, para o interior do Paiz: indo-se estabelecer naquelles lugares, dos quaes, sendo conduzidas as procções dos ditos portos, não possão com o vallor que n'elles tiverem pagar tanto o trabalho da acquisição, como as despesas das conducções e transportes.[72]

Nas capitanias marinhas, deve-se cumprir a vocação natural destas para locais de comércio, onde, por excelência, se iria atribuir o valor das coisas que, vindas do sertão, permaneceriam sem valor monetário. É a partir dos portos que começa o processo de civilização do sertão. Vindo de fora para dentro, o dinheiro, assim como o próprio processo de atribuição de valor às coisas, deveria tomar conta das vastas capitanias amonetárias do

[71] RM., p.105.

[72] RM., p. 103.

sertão. Mas, como afirma o próprio autor anônimo, a tendência natural que se estabeleceria é a de que os povoadores, agricultores ou comerciantes não ultrapassassem, para o interior, uma certa linha que tornava viável o transporte de seus gêneros para o porto de comércio. Assim, um porto ativo não é garantia de civilização de um interiro longínquo. É justamente aí que, segundo o autor anônimo, o estado deve intervir.

As regiões mais distantes dos portos, mais entradas em sertões onde não há minas de ouro (como a capitania do Maranhão) devem se ocupar da produção de gado. Segundo o autor, o gado é a produção mais adequada para estas regiões, por dois motivos: primeiro, porque o gado não depende da mão-de-obra de escravos africanos, cujo transporte, dos portos para os sertões, teria um custo elevado, que muitas vezes não pode ser pago pelos fazendeiros mais pobres do interior[73]. Em segundo lugar, porque, nas próprias palavras do autor, os bois, para chegarem às capitanias da Marinha, *não necessitão de quem carregue; elles são os que sentem nas longas marchas todo o pezo dos seus corpos; e apenas se faz necessario, que haja quem os encaminhem.*[74]

Ou seja, o gado é a grande (ou talvez a única) alternativa econômica para o sertão inculto da colônia no fim do XVIII. Mas para que esta alternativa se efetive enquanto instrumento de colonização, segundo o autor, a metrópole não pode apenas esperar que a falta de abastecimento de carne nos portos e nas minas estimule a produção de gado. Não pode esperar que o próprio comércio regule o advento desta produção no sertão. Segundo ele, para que isoo ocorra, para que a vocação do interior para a produção de gado seja posta em prática, é necessário que o estado intervenha, pondo em prática planos de civilização como o que ele próprio propõe. Em passagens como esta, vemos nosso autor tomar um rumo diverso daquele proposto por Adam Smith para a economia, que deveria se auto-regular:

O regulamento da Agricultura se faz necessario, não só em Minas, mas em todas as nossas Collonias. Nos não estamos ainda no caso de consentir-mos, que nesta ou naquella Capitania se appliquem os habitantes, sem descripção a este, ou aquelle objecto da agricultura, contanto que delle possão subsistir.

[73] O famoso sistema da quinta parte, como forma de remuneração do vaqueiro, faz desta produção uma atividade que independe da mão de obra escrava.
[74] RM., p. 107.

(...) Hé necessario accomodar os indevíduos aos objectos mais convenientes há Metropole: o que he util em huma Capitania não será em outra, porque nella haverão diversas producções, das quaes a metropole possa tirar maiores interesses[75]

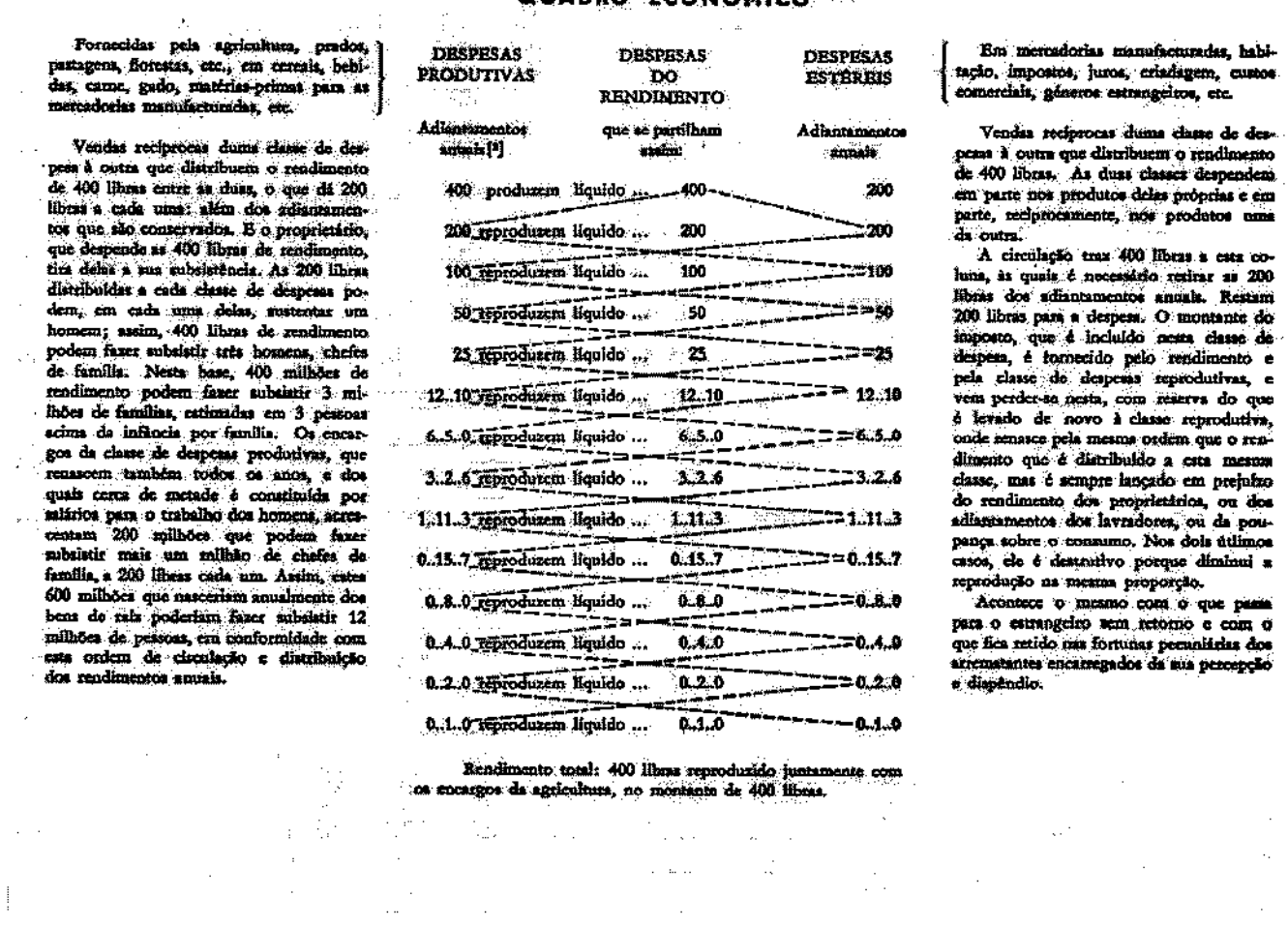
Segundo sua concepção, cabe ao estado intervir na agricultura da metrópole, para organizá-la de maneira que seja uma agricultura inserida num sistema econômico – e não a agricultura de subsistência que se praticava, alheia aos interesses da metrópole. E, para acomodar os indivíduos às necessidades do estado, diz o autor anônimo, seria necessário que se fizesse um mapa a partir do qual se pudessem conhecer as produções de cada capitania, para compreender onde estão as lacunas:

Hum Mappa Geographico, Civil, e econômico de todo este Estado, no qual não só se notassem distinctamente todas as Povoações e moradias; mas se descrevesse com exactidão o numero e condição de cada hum dos habitantes, as suas occupações, e faculdades, tanto naturaes como adquiridas seria huma boa prova do que acabamos de dizer; e se os Governadores ornassem com similhantes taboas os seus gabinetes, não para huma simples instrucção mas para irem nellas notando, o que de novo accressese ou faltasse, combinando a cada instante, não só em todo este Corpo; mas em cada huma das partes, que o compõe, as forças preteritas com as presentes, ainda vendo-as muitas vezes augmentadas no todo. [76]

Aqui o autor anônimo afirma, em tom sarcástico, que os governantes deveriam ornar com "semelhantes tábuas" os seus gabinetes. Ora, a simples referência à idéia de *tábua*, associada ao mapa das produções, nos dá uma indicação precisa das principais concepções econômicas que norteiam o pensamento do autor anônimo. A concepção de economia que influencia de forma decisiva seu texto não é aquela liberal, que Adam Smith desenvolve no fim do XVIII, pautada pela idéia da auto-regulação, da mão invisível. É, sim, a concepção que a escola francesa dos fisiocratas desenvolve, em meados daquele século.

[75] RM., p. 127-8.
[76] RM., p. 155 -6.

Segundo o autor anônimo, o estado deve acomodar os indivíduos às suas necessidades, e não o contrário. O estado deve definir vocações e produções a serem estabelecidas em cada região, e esta definição deve ser feita justamente com base em um mapa geográfico, civil e econômico do estado. Este mapa (a que o autor se refere como "tábuas que os governantes deveriam ter em seus gabinetes") corresponde justamente ao *Tableau Economique des Phisiocrates*:



QUADRO ECONÓMICO

Fornecidas pela agricultura, prados, pastagens, florestas, etc., em cereais, bebidas, carne, gado, matérias-primas para as mercadorias manufacturadas, etc.

Vendas recíprocas duma classe de despesa à outra que distribuem o rendimento de 400 libras entre as duas, o que dá 200 libras a cada uma: além dos adiantamentos que são conservados. E o proprietário, que despende as 400 libras de rendimento, tira delas a sua subsistência. As 200 libras distribuídas a cada classe de despesas podem, em cada uma delas, sustentar um homem; assim, 400 libras de rendimento podem fazer subsistir três homens, chefes de família. Nesta base, 400 milhões de rendimento podem fazer subsistir 3 milhões de famílias, estimadas em 3 pessoas acima da infância por família. Os encargos da classe de despesas produtivas, que renascem também todos os anos, e dos quais cerca de metade é constituída por salários para o trabalho dos homens, acrescentam 200 milhões que podem fazer subsistir mais um milhão de chefes de família, a 200 libras cada um. Assim, estes 600 milhões que nasceriam anualmente dos bens do rais poderiam fazer subsistir 12 milhões de pessoas, em conformidade com esta ordem de circulação e distribuição dos rendimentos anuais.

DESPESAS PRODUTIVAS	DESPESAS DO RENDIMENTO	DESPESAS ESTÉREIS
Adiantamentos anuais [a]	que se partilham assim:	Adiantamentos anuais
400 produzem líquido ...	400	200
200 reproduzem líquido ...	200	200
100 reproduzem líquido ...	100	100
50 reproduzem líquido ...	50	50
25 reproduzem líquido ...	25	25
12..10 reproduzem líquido ...	12..10	12..10
6..5..0 reproduzem líquido ...	6..5..0	6..5..0
3..2..6 reproduzem líquido ...	3..2..6	3..2..6
1..11..3 reproduzem líquido ...	1..11..3	1..11..3
0..15..7 reproduzem líquido ...	0..15..7	0..15..7
0..8..0 reproduzem líquido ...	0..8..0	0..8..0
0..4..0 reproduzem líquido ...	0..4..0	0..4..0
0..2..0 reproduzem líquido ...	0..2..0	0..2..0
0..1..0 reproduzem líquido ...	0..1..0	0..1..0

Rendimento total: 400 libras reproduzido justamente com os encargos da agricultura, no montante de 400 libras.

Em mercadorias manufacturadas, habitação, impostos, juros, criadagem, custos comerciais, géneros estrangeiros, etc.

Vendas recíprocas duma classe de despesa à outra que distribuem o rendimento de 400 libras. As duas classes dependem em parte nos produtos delas próprias e em parte, reciprocamente, nos produtos uma da outra.

A circulação das 400 libras a esta coluna, às quais é necessário retirar as 200 libras dos adiantamentos anuais. Restam 200 libras para a despesa. O montante do imposto, que é incluído nesta classe de despesa, é fornecido pelo rendimento e pela classe de despesas reprodutivas, e vem perder-se nesta, com reserva do que é levado de novo à classe reprodutiva, onde renasce pela mesma ordem que o rendimento que é distribuído a esta mesma classe, mas é sempre lançado em prejuízo do rendimento dos proprietários, ou dos adiantamentos dos lavradores, ou da poupança sobre o consumo. Nos dois últimos casos, ele é destrutivo porque diminui a reprodução na mesma proporção.

Acontece o mesmo com o que passa para o estrangeiro sem retorno e com o que fica retido nas fortunas pecuniárias dos arrematantes encarregados da sua percepção e dispêndio.

Este modelo de tabela[77], traduzida para o português, corresponde àquela que François Quesnay publica, em 1758, com o título de *Tableau Economique des Phisiocrates*,

[77] Tabela retirada da seguinte obra: Quesnay, François. *Quadro Económico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkina, 1966, p. 64.

que nas suas próprias palavras, em carta escrita ao Marquês de Mirabeau,[78] seria uma tentativa de "*construir um quadro fundamental da ordem econômica, para representar as despesas e o produto numa forma fácil de aprender e para formar uma clara opinião sobre os arranjos e desarranjos que o governo pode causar*"[79].

A interpretação desta tabela não é simples, como nos alerta Bento J. F, Murteira, autor do prefácio da edição portuguesa da obra de Quesnay, da qual a tabela foi retirada[80]. François Quesnay e outros autores são responsáveis por importantes reflexões sobre a relação entre a riqueza nacional e a moeda, em que a questão central é saber qual a quantidade necessária de dinheiro para que, em um dado país, a circulação se faça bastante veloz, passando pelas mãos de vários indivíduos.

Na tabela econômica, teríamos a gênese da idéia da produção do capital como reprodução, o início para a descrição dos sucessivos passos da geração de renda, da circulação das mercadorias e das trocas entre diferentes extratos que nela estão assinalados, como a classe produtiva, a proprietária e a chamada estéril. Por levantar estes conceitos, os fisiocratas teriam constituído a primeira sistematização do processo de reprodução do capital, da geração do capital excedente, e da mais-valia. Os fisiocratas, que por volta de 1780 já podiam ser considerados um movimento em declínio, eram os defensores do liberalismo do outro lado do canal da Mancha, os criadores do termo *laisser-faire*. Esta corrente de pensamento nasce justamente como uma reação ao mercantilismo de Colbert, que teria dominado a economia francesa no reinado de Luiz XV.

Quando o autor anônimo propõe a produção das tábuas como um recurso para o gerenciamento das colônias, de acordo com o interesse efetivo da metrópole, o que ele propõe é a aplicação de um método, que está no fundamento da economia enquanto ciência, para gerenciar toda a vida na colônia. Propõe a lógica econômica como forma racional de compreensão e organização do mundo, em um tempo em que esta ainda não era uma

---

[78] Outro importante membro da chamada fisiocracia francesa.

[79] Campos, Roberto. ",François Quesnay: Apresentação" -.Tradução de João Guilherme Vargas Netto. In: *Os Economistas* São Paulo : Nova Cultural, 1986 p. 249.

[80] *A interpretação do Tableau está longe de constituir matéria pacífica. Desde a data da publicação que vários economistas têm procurado dar a sua achega sem falar no esclarecimento oferecido pelo próprio Quesnay quando Mirabeau lhe manifestou a dificuldade que tinha em entendê-lo.* Cf. Murteira, Bento J.F. "Prefácio". In: Quesnay, François. *Quadro Económico.*Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966, p. 7.

unanimidade. O valor atribuído à agricultura como elo central de toda cadeia econômica também é um indício da filiação fisiocrata de seu pensamento sobre a colônia.

Segundo Quesnay, para que existam valores e riquezas, é preciso que a troca seja possível. A atribuição de valor só se dá no ato da troca e pressupõe uma representação do valor atribuído pelas partes. Mas, para a troca ocorrer, é preciso que os homens disponham de supérfluos, pois o objetivo das trocas é repartir os excedentes dos diversos ramos da produção entre os homens que necessitam destes excedentes. Por isso, conclui Quesnay, este tipo de comércio baseado nas trocas não gera riquezas.

A terra, sim, seria a verdadeira fonte da riqueza, o grande fornecedor dos mercados. É o bem mais valorizado pelos fisiocratas,[81] pois, quando trabalhada, a terra fornece uma quantidade de produtos de subsistência de valor bem maior do que o trabalho nela investido. Assim, para os fisiocratas, a terra é a base do processo de atribuição de valores, e é ela que possibilita a circulação de produtos e valores através do excedente que gera em relação ao básico necessário para a subsistência do homem que a trabalha. Os fisiocratas constatam que atribuir valor é a base de tudo, é a essência do sistema. Mas é a agricultura que está na base de todo processo de atribuição:

"É a agricultura que fornece a matéria para a manufatura e para o comércio e paga uma e outro; mas estes dois ramos restituem seus ganhos à agricultura, que renova as riquezas despendidas consumidas cada ano. Com efeito, sem os produtos de nossas terras, sem os rendimentos e as despesas dos proprietários e dos cultivadores, de onde nasceriam o lucro do comércio e o salário da mão de obra?" [82]

Sobre estas questões, o autor anônimo faz considerações que em muito se aproximam a estas de Quesnay que citamos acima. A este respeito, lemos no texto do *Roteiro do Maranhão:*

A Agricultura, as Artes, e Commercio são partes essenciaes do coropo politico do Estado; nellas se occupão os seus individuos com ellas se sustentão, e sem ellas não podem

[81] O conceito de terra enquanto bem, ao qual se pode atribuir um valor comercial, data dos séculos XV-XVI, do processo de cercamento dos campos na Inglaterra.
[82] Quesnay, Françoise. *Economia* Org. Rolf Kuntz. São Paulo: Ática, 1984, p. 14.

subsistir: com a differença porém, que o Commercio não existe sem Agricultura, e as Artes; as Artes sem Agricultura, a qual, para assim dizermos he a origem de tudo, ou o modo pelo qual com mais, ou menos trabalho se adquirem todas as produções que a terra nos offerece, tanto na sua superficie, como nas suas entranhas; e que aperfeiçoadas pela industria, não só nos sustentão; mas sobem com maior vallor a enriquecer-nos. [83]

A agricultura ganha, assim, uma função de destaque também no texto do *Roteiro do Maranhão.* Ele explicita sua concepção, que vê nesta atividade um caráter predominante com relação às artes e ao comércio. Segundo ele, também nas colônias, deve haver um investimento organizado na agricultura, bem como nas artes e no comércio. Para que as colônias tornem-se investimentos viáveis, é necessária a existência de fábricas e manufaturas, desde que controladas pelos interesses da metrópole:

Prohibir todo o genero de Fabricas, e manufacturas nas Collonias seria reduzir a parte débil, e necessitada dos seus habitantes, á mais insopportavel miséria; faltar á proteção, que elles devem esperar da metrópole; e perder a mesma metropole no uso fructo do seu dominio. Permitillas também indistinctamente, sera cooperar a mesma Metropole para que se enfrqueça o vinculo da dependencia que sempre vigoroso deve atar as Collonias. [84]

Com base nos princípios de Quesnay e de outros autores, o autor anônimo expressa seus conceitos sobre como dar vida longa a uma relação que já se apresentava moribunda: a das colônias com as metrópoles. Ele traça uma estratégia que aborda múltiplos temas para, justamente, conseguir manter sempre vigoroso um vínculo de dependência que naquele momento já dava mostras de se desfazer.

[83] RM. p. 116.
[84] RM., p. 135.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um certo João Pereira e Caldas...

Nossa tese teve como eixo um texto anônimo. A partir deste texto, buscamos nossas questões, a partir deste texto elaboramos todo nosso universo de reflexões. Por vezes, as questões que surgiram para nossa pesquisa tomaram caminhos que nos distanciaram do texto de origem. Mas, cedo ou tarde, buscamos retornar ao universo do texto.

É no mínimo curioso organizar uma tese de doutorado em torno de um texto anônimo. Em função desse fato, no corpo de nosso texto, ficamos obrigados a fazer centenas de referências ao "autor anônimo". Tornamo-nos íntimos do "autor anônimo," mergulhamos no seu universo de idéias e discursos e buscamos, de todas as formas, compreender um pouco da atmosfera da época e do local a partir do qual o autor anônimo escreveu seu texto. Mesmo anônimo, podemos dizer que passamos a conhecer o autor. A reconhecer seu estilo, suas características discursivas.

O nome, por vezes, diz pouco sobre as características de um autor. Mas a biografia, ao contrário, sempre diz muito. A biografia de um indivíduo sempre incide nos seus escritos, e nos auxilia muito a compreender temas e características de seu texto. Não há texto sem idéias, e as idéias não existem sem uma vida que as alimente. Por isso, suposições sobre a biografia do autor anônimo, desde o início de nossa pesquisa, despertaram nossa curiosidade.

Pelo seu texto, víamos que o autor do *Roteiro do Maranhão* deveria corresponder a um perfil bastante específico de indivíduo: tratava-se de um homem culto, letrado, que conhecia muito bem as questões administrativas da colônia, mas que não se restringia aos gabinetes. Pelo contrário, era viajante e conhecedor da natureza da colônia. Mas sua observação da natureza não era uma observação restrita ao mundo científico, não era um olhar sobre a natureza apreendido nos gabinetes de ciências. Seu relato nos remete a um homem que aprendeu a observar a natureza de uma maneira prática (como vemos nas narrativas sobre as raízes que têm águas, ou sobre os tempos de seca e de chuvas na

capitania do Piauí[1]). E que aprendeu também as lendas e histórias relacionadas aos rios, como vemos na narrativa do comerciante que perde sua carga no Itapecuru e depois condena seu filho à morte, ao abandoná-lo. Ou seja, seu relato nos deixa entrever que se tratava de um homem que dispunha de uma longa convivência com a natureza e com o povo do Maranhão, do Piauí, do Pará. A propriedade, aliás, com que ele fala do povo do sertão, que "*tem o maior orgulho em um dia receber o nome de vaqueiro*", denota justamente isso: que o autor anônimo era um conhecedor dos costumes e dos códigos morais do sertão. Seu texto, obviamente, está voltado para os interesses da metrópole. Tem todo um caráter prático-administrativo que reflete uma formação lusitana. Mas seu olhar também estava educado para perceber a realidade diferenciada do universo da colônia. Assim, era um homem de dois mundos. Essas são as características biográficas do autor anônimo que podemos traçar, sem medo de cometer grandes erros.

Não que esta biografia seja decisiva, ou que faça grande falta dentro do projeto acadêmico que nos propusemos realizar. Nossa proposta, na verdade, foi justamente no sentido inverso: buscamos a compreensão do texto partindo de seu gênero, não de sua autoria. A curiosidade, no entanto, é natural e inerente à condição humana. Por isso, ao longo de nossa pesquisa, fomos atrás da pista a respeito da autoria do *Roteiro do Maranhão*, que herdamos de Capistrano de Abreu. Conforme dissemos em nossa introdução, Capistrano, em carta ao Barão de Rio Branco, diz que acredita ser João Pereira e Caldas o autor do texto anônimo[2]. Mas Capistrano diz também não dispor de dados suficientes que confirmem sua suposição. E não faz maiores comentários a respeito dessa hipótese sobre a autoria do texto.

Em nossa pesquisa, no entanto, ao analisarmos o material que hoje temos disponibilizado em CD Rom através do projeto Resgate-Barão do Rio Branco, tivemos a oportunidade de encontrar dados que poderiam nos encaminhar no sentido da suposição de Capistrano de Abreu. Não há nenhum documento decisivo neste sentido, mas sim um conjunto de indícios cada vez mais coerentes que colaboram com esta hipótese. Através do Projeto Resgate, muitas das cartas e ofícios coloniais que se encontravam dispersos no

[1] Cf. capítulo "As matas, no Roteiro do Maranhão e em outros textos fluviais" .

[2] Cf. Rio Branco (Visconde do), José Maria da Silva Paranhos, *Cartas ao amigo ausente*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1953. p. 131-2 – VI.

Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa foram organizados por datas e Capitanias de origem. E, em meio a estes ofícios, surgiram vários documentos assinados por João Pereira e Caldas onde vemos referências a questões importantes do *Roteiro do Maranhão*.

João Pereira e Caldas nasceu em Portugal e, tendo migrado para o Brasil com a tenra idade de 16 anos, governou quase todas as capitanias do norte do Brasil, além de Mato Grosso, nos últimos anos do século XVIII[3]. Uma simples análise de sua biografia já serviria de baliza para argumentarmos favoravelmente quanto à suposição de Capistrano de Abreu de ser sua a autoria do texto anônimo.

Mas, além disso, em sua correspondência com o ministro da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, encontramos uma defesa do estabelecimento de rotas de comunicação entre as minas de São Félix e a capitania do Pará (e, mais adiante, do Maranhão) através do Rio Tocantins. A primeira carta que consideramos ser a mais importante, transcreveremos a seguir:

"Ilmo Exmo Snor

[3] Por pertencer a uma linhagem de governadores, sua biografia tem sido objeto de estudo pelos genealogistas portugueses, como o Dr. Ernesto Português, que nos apresenta, a respeito dele, as seguintes informações: *JOÃO PEREIRA CALDAS foi filho de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (Brigadeiro e Governador da Capitania do Maranhão, de 1753 a 1761) e de Dona Joana Maria Pereira de Castro, moradores na sua Casa e Quinta de Sende. Neto de João Pereira de Caldas que foi Governador da Capitania da Moucha (actual Piauí), no último quartel do séc. XVII, e posteriormente Governador da Vila de Caminha. João Pereira Caldas nasceu em Sende (Cambeses), em 1724, foi baptizado no Santuário da Senhora dos Milagres e faleceu em Lisboa em 1794. Comendador de São Mamede de Troviscoso na Ordem de Cristo. Ajudante d'Armas do General Francisco Xavier de Furtado Mendonça (irmão do Marquês de Pombal), no Governado do Grão-Pará. Foi o 1.º Governador da Capitania do Piauí (1759-1770), onde fundou vilas e aldeias. Governador do Estado do Grão-Pará (1770-1780). Fundador da Casa da Ópera, em Belém do Pará, e principal obreiro da vila de Nova Mazagão. Governador e Capitão General das Capitanias de Mato Grosso, Cuyabá e Rio Negro (1780-1789). Figura marcante da Viagem Filosófica (chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira). Ministro Plenipotenciário às Reais Demarcações. Encarregado da Execução do Tratado Preliminar de Limites e Demarcação dos Reais Domínios. Membro do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima. Membro do Conselho Ultramarino. Marechal-de-Campo Agraciado por D. Maria I com o grau de Capa e Espada.* Informação obtida no site da organização GENEA PORTUGAL – Portal de Genealogia: http://genealogia.netopia.pt/home/ acessado em 25/07/2006. As informações que aqui apresentamos são condizentes com outras fontes pesquisadas, sendo que aqui estes dados aparecem melhor sistematizados, e acrescidos de informações genealógicas (sobre seu avô, por exemplo) e de informações que são importantes para os portugueses – como o fato de o personagem em questão ter sido agraciado por D. Maria I com o grau de Capa e Espada.

O Zelo com que desejo cumprir a minha obrigação, no real serviço de S. Mag., me anima a reprezentar a V. Exa. a vantagem e utilidade que considero, em permitir-se a liberdade da navegação e do commercio desta cidade com as minas de S. Félix e Natividade do Governo de Goyaz, pelo Rio Tocantins, q ao prezente se acha prohibida, por força das duas provizoens da incluza cópia, pois que com a facilidade, q se reconhece na dita navegação, ainda quando infestada de diversas naçõens de Indios Silvestres, se poderia, a meu ver, estabelecer ***um proveitozo commercio entre grandes parte dos povos daquellas minas com os desse Estado, fazendo-se entre uns e outros recíprocos os interesses, que igualmente virião a augmentar os rendimentos, e direitos Reaes, q tanto convem promover por todos os modos possíveis, para se sustentar esta importantissima colonia de S. Mge.***

A navegação do dito Rio Tocantins, pelo q me informarão, se poderá vencer desta cidade athe o arrayal do Pontal (Primeiro q se encontra nas mesmas minas) em quarenta, athe cincoenta dias, em canoas medianas, sem q alguas cachoeiras, q tem o rio se difficultem nas passagens como para Matto Grosso se experimenta, na navegação do Rio Madeira, segurando-se me também q do Pontal para Cima, se continua livremente a referida navegação, por grande parte daquella Capitania: Não bastando o motivo de algum abatimento, q haja de experimentar o commercio da Bahia e do Rio de Janeiro, para se difficultar a pertendida permissão porq isso he couza insignificante, para huas cappitanias tão opolentas, e também estabelecidas, quando por outra parte esta tanto ainda necessita de favorecer-se, para o seu augmento e conservação, havendo demais a comodidadede se estabelecerem as convenientes communicaçõens, para se socorrer esta capitania em cazo de ataque como justamente se deve prevenir.

Também no Rio Xingu pela facilidade de navegação, q me dizer oferece, para a communicação com as minas do Cuyaba, se me reprezenta digno de igual permissão e liberdade, visto q esta em nada prejudica a outra navegação, q convem conservar e promover pelo Rio da Madeira para Villa Bella, por ser certo q della se não costumão prover os povos das sbredictas minas do Cuyaba, e só sim do Rio de Janeiro e Bahia, recebendo daquellas praças as Fazendas, q daqui se poderião introduzir com tanta maior commodidade de preços suposta a brevidade, e facilidades do transporte q se me segurão pelo dito Rio Xingu.

Se porém S. Mage. For servido conceder as referidas permissoens, será preciso ordenar-se a junta da companhia do Commercio deste estadi q auxilie, e concorra com os meios necessarias ao fim de hum estabelecimento, em q também ella muito se interessara.

Deos Ge a V Exa. Pará, 28 de Março de 1773

Ilmo e Exmo Snor Martinho de Mello e Castro

João Pereira Caldas.[4]

Neste texto de 1773, João Pereira e Caldas ainda não havia realizado a navegação que ele defende que seja oficializada, entre as minas de São Félix e a Cidade de Santa Maria de Belém do Pará. Mas, baseando-se em relatos, diz ser uma navegação muito menos dificultosa do que aquela que se realiza entre as minas de Cuiabá e o porto de Belém, através dos rios Madeira e Amazonas. Toda essa argumentação a favor da navegação do Tocantins se baseia justamente na proibição da navegação do Tocantins que teria sido determinada pelo rei alguns anos antes, ainda durante o Governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A carta que transcrevemos a seguir, assinada por Marcos José Montes de Carvalho, "El Rey", trata justamente desta proibição de navegação do rio Tocantins. Estas cartas encontravam-se em anexo à carta de João Pereira e Caldas. Sobre elas, sabemos serem anteriores ao ano de 1773, mas não encontramos outras informações precisas.

"Dom João por graça de Deos, Rey de Portugal, e dos Algarves, de quem e da lem Mar em Affrica Senhor de Guiné. Faço saber a Vós governador e Capitão General do Estado do Maranhão que sendo me prezentes varias contas, que derão dos Capp.ens Mores e Provedores da Fazenda Real da Cappitania de Sam Luiz e Pará e outras pessoas sobre

[4] *Projeto Resgate – Capitania do Pará.* Doc. 5979 – 28/3/1773. Ofício do Governador e capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sobre as vantagens econômicas de segurança e liberdade de navegação e de comércio a estabelecer entre a cidade de Belém do Pará e as cidades das capitanias de Goiás e Mato Grosso, assim como as minas de S. Félix, Natividade, e Cuiabá através da travessia dos rios Tocantins, Madeira e Xingu, e procurando-se o apoio da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão em todo o processo.

os novos descobrimentos das minas chamadas de S. Felix cituadas nas cabeceiras do Ryo Tocantis, disturbios e contendas que nellas se sucederão a Respeito de pertencerem ao destrito de Goyaz ou ao Governo desse Estado, e ponderando o quanto se for precizo a bem do meu Real Serviço e fazenda, e beneficios dos povos deste estado, que elles não abandonem a cultura dos gêneros que elle produz. ***Fui servido ordenar por rezolução de vinte deste prezente mez, e anno em consulta do meu conselho ultramarino que por esse governo do Maranhão senão entenda em matéria de minas,*** *e que apliqueis todo o cuidado e disvello no augmento e cultura dos dittos gêneros, para que se faça mais oppolento o seu commércio, vos ordeno facções practicar exatissimamente a Ley de vinte e sete de outubro de mil setecentos e trinta e trez sobre os novos caminhas ou picadas para as minas, por que hey por bem que estes nossos descobrimentos de minas, e os q se forem fazendo pello tempo adiante fiquem pertencendo a Jurisdição dos ministros ja estabelecidos nas dos Goyazes, e somente os dizimos se fiquem percebendo por aquella parte por q athe o prezente se cobrarão, em q tenho mandado fazer de todo o Brazil não determino os lemites, que a cada hum dos seus governos deve pertencer de quem vos avizo para que assim o tenhão entendido e façaes executar esta minha real ordem.*

El Rey (...)"[5]

Neste documento, supostamente assinado pelo Rei, o soberano deixa bem claro que o governo do Maranhão não "se deve meter em matéria de minas", e que não deve buscar comunicação com as minas de São Félix. Deixa claro, também, que o governo de Goiás era o único responsável por coletar os tributos daquelas minas. Essa resposta do rei diz respeito provavelmente a uma reivindicação anterior do governador do Maranhão para que se estabelecesse a rota de comunicação com as referidas minas.

Ou seja, já havia um desejo dos governantes do Maranhão para que esta comunicação fosse oficializada. Ao analisarmos estes documentos, percebemos que o *Roteiro do Maranhão* é a narrativa de um caminho que esteve durante muito tempo em disputa, e não só com os índios. Apesar de ser o caminho geograficamente mais lógico, durante o governo de Mendonça Furtado, a única rota de comunicação entre o Pará, o Maranhão e as Minas de Mato Grosso e Goiás deveria ser o longo trajeto passando pelos

[5] *Projeto Resgate – Capitania do Pará.* Doc. 5979 – 28/3/1773 citado na nota 4, acima.

rios Madeira e Guaporé. Esta outra carta do Rei, também sem data, explicita esta determinação da coroa:

"Dom Joseph por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, da quem e da lem mar em Affrica senhor da Guiná (?) Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capp.am. General do estado do Pará, que attendendo a muitas reprezentações, que destas partes se me tem feito e a diversas razoens do meu serviço houve por bem ordenar, por rezolução de vinte e três de outubro deste anno tommada em consulta do meu conselho ultramarino, q fique daqui em diante permitida a Communicação desta cappitania do Pará para o Matto Grosso e Minas dos meus dominios daquellas partes com declaração que o caminho se fará somente pelo Ryo da Madeira e Guaporé, e não por outro algum, em quanto eu não mandar (...) E para evitar o extravio, assim do ouro como dos direitos das entradas, ordeno que qualquer pessoa que intentar passar do distrito desse governo para as minas situadas nos dous Governos dos Goyas e Matto Grosso, ou destas baixar para o distrito do governo do Pará por outro qualquer algum caminho, q não seja os Ryos da Madeira e Guaporé, dando entrada, e sahyda no ditto registro da (? Hiroiaia ?) *seja degredado por dez annos para angola, e não só perca para minha fazenda toda a carregação de ouro ou generos, e todos os escravos com que passar, mas alem disso todos os outros generos e todos os bens que tiver. O contheudo nesta provizão mandarei publicar por Bandos para que a todos seja notorio.*

El Rey e nosso Snor. O mandou pellos conselheiros do seu conselho Ultramarino abaixo assinado, e se passou por duas vias.

Marcos José Montes de Carvalho
(El Rey)"

Aqui fica explícita a determinação real aos governos de Goiás e Mato Grosso, de que não buscassem comunicação com o governo do Pará por qualquer rio que não fosse o Rio Madeira e o Guaporé – onde havia o posto de registro. Os que não cumprissem esta ordem estavam sujeitos ao degredo, conforme as palavras do rei. Esta enorme volta a que a coroa desejava submeter seus súditos fazia sentido quando analisada dentro dos planos de colonização das fronteiras do império lusitano nas Américas. Era muito mais relevante,

nesse momento, que se encenasse o teatro das fronteiras nos rios Madeira e Mamoré, do que se escoasse o ouro pelos rios do interior, onde ainda não havia postos de controle ou fortificações. Esta proibição, no entanto, não perdurará até o fim do século XVIII.[6]

E João Pereira e Caldas é um dos súditos que, trabalhando na colônia, se mostrava mais empenhados em reunir argumentos a favor da comunicação com as minas de São Félix de Goiás, através do rio Tocantins:

"Em carta de 28 de Março do prezente anno, que a esta ajunto Cópia, representei a V. Exa. a utilidade que consideravo em permitir-se a liberdade de navegação desta cidade para as minas de S. Félix pelo Rio Tocantis, e sendo da mesma immaginação o Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz, e não tendo ordem na secretaria daquelle governo sobre a prohibição, q na verdade há de navegarse pelo sobredicto Rio, se rezolveo a expedirme huns correios com o objecto de procurar e pertender a mesma communicação, que eu havia proposto a V Exa. escrevendome a esse fim ***a carta com que a minha resposta, e Roteiro daquella Navegação,*** *ponho tudo por copias na prezença de V. Exa para que chegando assim a de S. Magde rezolva, e determine o mesmo senho o q for do seu real agrado*

Deos Ge. Al. Exa. Pará 28 de out de 1773

Ilmo Senhor Martinho de Mello e Castro

João Pereira e Caldas"[7]

---

[6] Não sabemos precisamente quando termina a proibição do rei do transporte do ouro no rio Tocantins. Encontramos informações desconexas a este respeito mas, ao observar o conjunto de documentos, acreditamos que por volta de 1782 já não havia mais proibição. O Doc. 6977-1780 – *Projeto resgate – Capitania do Pará* é elucidativo a este respeito. Trata-se do "Ofício do governador do Pará, José de Nápoles Teco de Menezes para o secretário Da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, recomendando-lhe a abertura do rio Tocantins para a navegação, ficando por indicar os cálculos de navegação do rio Tocantins, com a introdução nos seus domínios de três vilas que outrora pertenceram ao rio Araguaia por parte da capitania de Goiás": *"Do mappa geral desta Cappitania que a V. Exa. remete o meu antecessor mandado aqui formalizar debaixo da minha inspecção, verá V. Exa.o quanto a falta de conhecimento da navegação do Ryo Tocantins tem sido prejudicial aos interesses desta capitania, dando ocazião a introduzirem-se dominios dessa tres villas que se achão estabelecidas sobre o ryo Araguaya, braço do mesmo Tocantins, por parte da Capitania de Goyazes. O que me facilita a renovar a V. Exa. as minhas já ponderadas instancias, o beneficio daquella navegação, tão util não somente a este estado mas ainda mais as outras capitanias superiores ao sobredicto Ryo: Esperando assim conseguilli da Eficacia e zello de V. Exa. que saberá melhor conhecer esta grande vantagem que eu ponderava."*
O antecessor a que se refere o governador do Pará é justamente João Pereira e Caldas. O novo governador parece continuar incumbido da missão da abertura do caminho através do Tocantins, missão da qual seu antecessor teria se dedicado ao máximo.

Nesta carta, vemos que, entre outras coisas, João Pereira e Caldas escrevia Roteiros de navegação. Aqui, vemos uma menção sua a um Roteiro de navegação do rio Tocantins. O *Roteiro do Maranhão* deveria ser provavelmente posterior a este Roteiro da navegação do Tocantins. Por se tratar de um texto oficial, diz respeito, possivelmente, ao momento em que a proibição do rei relativa à navegação daquele rio teria sido suspensa, e começam a ser testados diferentes Roteiros para as minas de Goiás – a partir da cidade de Belém, e a partir da cidade de São Luis, sendo esta ligação aquela proposta no Roteiro, que tomaria o rio Tocantins a partir das nascentes do Parnaíba. Elaboramos, ainda, uma outra hipótese: a de que o Roteiro do Maranhão teria sido escrito antes da suspensão da proibição do escoamento do ouro de Goiás por aquelas rotas e, justamente por isso, o texto teria sido escrito sob anonimato. Nos dois casos, o que temos são hipóteses, suposições.

Mas, independentemente das hipóteses quanto à relação entre o texto e seu momento de escrita – anterior ou posterior à liberação da comunicação com Goiás – em ambos os casos é plausível a atribuição da autoria a João Pereira e Caldas. Além dessa familiaridade com os rios, com as minas e com a prática de escrita de Roteiros, vemos, nas cartas de João Pereira e Caldas, também uma preocupação com a introdução de gados, e com a abertura de caminhos de terra para o sertão:

(...) *"Estou também entre mãos com a abertura do caminho de terra para o Maranhão, que já vai bastante adiantado, e he obra utilissima para a facilidade da communicação e para a introdução dos gados dos sertões do Piauhy e Maranhão, que tanto se precizão nesta cidade pela sensibilissima diminuição, a q se tem reduzido os do Marajó"* [8]

---

[7] - *Projeto Resgate – Capitania do Pará* - Doc. 6056- 1773. Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre as vantagens da liberdade de Navegação da cidade de Belém para as minas de S. Félix pelo rio Tocantins.

[8] *Projeto Resgate – Capitania do Pará*- Doc. 6064 – 1773 – Novembro. Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará João Pereira Caldas, para o Secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre o estabelecimento de Comunicação terrestre entre as Capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, necessárias à introdução do gado naqueles sertões.

Configura-se, assim, a partir da leitura de algumas cartas e ofícios do referido João Pereira e Caldas, uma grande zona de intersecção entre os seus interesses e os temas abordados em suas cartas, e aqueles presentes no *Roteiro do Maranhão*. São indícios importantes, mas não decisivos para uma indicação de autoria. Também pesquisamos, no universo de documentos do Projeto Resgate, textos de outros autores, como o Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador do Pará no período do início da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, ou o senhor Francisco de Souza Coutinho, outro importante governador da referida capitania. Ambos podem também ser caracterizados como homens ilustrados com perfis semelhantes ao mencionado João Pereira e Caldas. Mas, como pudemos constatar em nossa pesquisa, apenas este último defende com tanta ênfase a abertura de rotas de comunicação com as minas de São Félix – eixo central do texto do *Roteiro do Maranhão.*

Além desse conjunto de pistas, um último indício importante que possuímos diz respeito a uma descrição de um médico que se corresponde com Alexandre Rodrigues Ferreira sobre algumas doenças tropicais. Esta correspondência encontra-se no final da edição de 1983 de seu *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania do Rio Negro*. Nesta carta, o médico faz um extenso relato das enfermidades sofridas pelo Sr. João Pereira e Caldas, em função de suas muitas viagens:

No caso de se obstruir o ducto cístico colidóco, nas pessoas de vida sedentária, que por outra parte não fazem a mais perfeita digestão dos alimentos, a bilis se derrama pelo corpo, como logo anunnciam as cores macilentas, e a ictericia se declara pelo concurso dos seus symptomas. Nenhuma até agora me pareceu mais rebelde aos remédios da arte, como a que ultimamente padeceu n'esta villa o Illm. Exm. Sr. Jão Pereira e Caldas.(...)

Contudo S. Ex. (João Pereira e Caldas) confessa, que desde aquella idade até a de 16 para 17 annos, em que pela primeira vez passou a este estado em serviço de sua Magestade, e desde aquella até a outra idade de 24 annos, em que se achava governando a capitania de Piauhy, não sentio aquella dor de estomago, acompanhada de muitas ancias, a qual experimentou na referida capitania depois de ter feito, em serviço de Sua Magestade, muitas e muito longas viagens a cavallo, exposto às impressões do sol e da chuva, e aos perigos, incommodos que somente sabe e os conhece quem por aqui viaja (...)

O uso do leite de vaca observou S. Ex., que lhe era nocivo, como devia ser; e de todos os remédios que se lhe applicaram, nenhum chegou a fazer o effeito que fez o vinho emético, depois que o tomou por duaz vezes. Com elle se desvaneceram a dor do estomago e as âncias de forma que quando passou ao Maranhão, para dahi embarcar para Lisboa, nada mais padecia do que de uma ligeira inflamação nos olhos, adquirida na jornada que fez a cavallo, e exposto ao sol, quando desceu das Aldêas-altas. [9]

Temos aqui uma interessante biografia do Sr. João Pereira e Caldas, da perspectiva de seu médico. A este relato, seguem-se outros relatos de suas viagens como comissário das demarcações do norte que se seguem ao tratado de Sto Ildefonso (1777). Vemos também a referência ao seu trânsito entre o Piauí, o Maranhão, o Grão-Pará e Lisboa, além de uma referência a uma jornada a cavalo até as Aldeias Altas, os antigos aldeamentos de jesuítas às margens do Itapecuru, que também constam do *Roteiro do Maranhão*. Trata-se de uma biografia de um homem que, ainda jovem, se familiariza com as questões da colônia, e que em muito se assemelha à biografia que supomos ser a do nosso autor anônimo.

Consideramos estes dados acerca da possível autoria do texto relevantes para serem expostos nas considerações finais de nosso trabalho, justamente porque acreditamos que não se trata de uma questão que deveria ocupar o centro da pesquisa. Também não representam uma conclusão sobre a autoria do Roteiro. São, apenas, um conjunto de suposições pertinentes; suposições, aliás, que são, muitas vezes, a matéria prima constitutiva do próprio campo da história enquanto narrativa.

[9]Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro*. Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983, p 763-5

Referências Bibliográficas

1. Documentos Manuscritos:

Anônimo.*Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi.* Academia das Ciências de Lisboa. Ms: Vermelho. N. 256.

Braun, João Vasco Manuel de. *Roteiro da Viagem que o M. Exm. Sr. Martinho de Souza Albuquerque, governador Capp. General deste estado determinou fazer em o mez de Janeiro de 1784.* Ms: Seção de Reservados (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa, cx 72. p. 12.

Gaio, João Machado. *Viagem Filosófica que por ordem e despeza do Ilmo e Exmo Sr José Telles da Silva, Governador e Capitão General do Maranhão fez João Machado Gaio na serra de Ibiapaba, Capitania do Ceará, grande termo de Vª Viçosa Real, desde 13 de Julho de 1784 até 6 de Agosto do Mesmo ano.* Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Série azul. Ms. 1.1.9, p. 274.

Mendonça, Pe. Antônio Correia Furtado, *Informação sobre os certões dos Ryos da Corda, Miarim, e Pindaré do estado do Maranhão.* Ms. Coleção do Ministério do Reino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, p. 3.

Noronha, D. Fernando Antônio de. *Relação e Roteiro da jornada que há de passar a Partida que o Ilmo Sr. D.Francisco de Souza Coutinho...* Ms. Seção de Reservados (Fundo Geral), Biblioteca Nacional de Lisboa, cx 72.

Projeto Resgate –Barão do Rio Branco – Documentos Relativos à Capitania do Pará no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).Doc. 8610 – 1797, *Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará , D. Francisco de Souza Coutinho, remetendo memórias sobre o sistema mais próprio para a civilização dos índios daquele estado.*

Projeto Resgate –Barão do Rio Branco – Documentos Relativos à Capitania do Pará no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Doc. 5979.

Projeto Resgate –Barão do Rio Branco – Documentos Relativos à Capitania do Pará no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).*Doc. 8610 – 1797 – Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará , D. Francisco de Souza Coutinho, remetendo memórias sobre o sistema mais próprio para a civilização dos índios daquele estado.* Manuscrito não numerado.

Proj. Resgate - Documentos referentes ao Pará no Arquivo Público Ultramarino – Doc. 6960 – 1780 – *Ofício do comissário interino das demarcações dos limites – João Pereira*

Caldas, para o secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre as preocupações de sua viagem ao Rio Negro, pelos abusos dos espanhóis nos rios Madeira, Solimões e Negro, impedindo as comunicações com as minas do Mato Grosso.

Projeto Resgate – Capitania do Pará. *Doc. 5979 – 28/3/1773. Ofício do Governador e capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, sobre as vantagens econômicas de segurança e liberdade de navegação e de comércio a estabelecer entre a cidade de Belém do Pará e as cidades das capitanias de Goiás e Mato Grosso, assim como as minas de S. Félix, Natividade, e Cuiabá através da travessia dos rios Tocantins, Madeira e Xingu, e procurando-se o apoio da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão em todo o processo.*

Projeto resgate – Capitania do Pará O Doc. 6977-1780 – *Ofício do governador do Pará, José de Nápoles Teco de Menezes para o secretário Da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, recomendando-lhe a abertura do rio Tocantins para a navegação, ficando por indicar os cálculos de navegação do rio Tocantins, com a introdução nos seus*

Projeto Resgate – Capitania do Pará - Doc. 6056- 1773. - *Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o Secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre as vantagens da liberdade de Navegação da cidade de Belém para as minas de S. Félix pelo rio Tocantins.*

Projeto Resgate – Capitania do Pará- Doc. 6064 – 1773 – *Novembro. Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará João Pereira Caldas, para o Secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, sobre o estabelecimento de Comunicação terrestre entre as Capitanias do Pará, Maranhão e Piauí, necessárias à introdução do gado naqueles sertões.*

Projeto Resgate – Capitania do Pará- Doc. 8285 -1795 *Relato do governador e Cap. General do Pará e Rio Negro para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro sobre as diligências feitas pelo comandante e tenente de Mar José Rodrigues Torres pela costa de Marajó.*

2. Obras impressas:

Anônimo. *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauhi.* In: Revista IHGB, tomo 62, Parte I, 1900.

Anônimo, *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as ultimas povoações dos dominios Portuguezes em Amazonas e Rio Negro.* Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I,1906.

Anônimo.*Notícia da Ilha Grande de Joannes dos rios e igarapés que tem em sua circunferência, de alguns lagos que se tem descoberto e de algumas couzas curiosas.* Revista IHGB, Tomo LXVII, parte I, 1906.

Ab'Saber, Aziz Nacib. *Amazônia – do discurso à práxis.* São Paulo: Edusp, 2004.

Abaurre, Maria Luisa M. *Literatura Brasileira: tempos, leitores e leituras.* São Paulo, Editora Moderna, 2005.

Abreu, Capistrano. *Capítulos de história colonial,* 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

Adonias, Isa. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos.* Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

Albuquerque, Luis. *A náutica e a ciência em Portugal – notas sobre as navegações.* Lisboa: Ed. Gradiva, 1989.

Alencar, José de. *O guarani.* São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

Alencastro, Luiz Felipe de, *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Alpers, Svetlana. *The Art of describing.* Chicago, University of Chicago Press, 1983.

Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

Araújo, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial.* Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

Aristóteles, *A política.* tradução, Roberto Leal Ferreira. -São Paulo: Martins Fontes, 1991

Bacon, Francis. *Nova Atlântide.* São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Bakhtin, Mikail. *Estética da Criação Verbal.* São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.

Barata, José Rodrigues. *Diário da Viagem que fez a colônia Hollandeza de Surinam o porta Bandeira da setiam companhia do regimento da cidade do Pará, em diligencia do Real Serviço.* In: Revista do IHGB, no. 1, 1846, p. 18.

Barros, João de. *Ásia de João de Brarros.* Lisboa: Impr. Nacional – Casa da Moeda, 1988.

Barros, João de. *O descobrimento da Índia – Ásia, Década I, livro IV.* Lisboa: Gráfica Libonense, 1947.

Berredo, Bernardo P. *Annaes Históricos.* Florença: Tipographia Barbéra, 1905. livro 1.

Berriel, Carlos Eduardo Ornelas. "Editorial", *Morus –Utopia e Renascimento*, no. 1, Campinas: Laboratório Gráfico Experimental da Unicamp, 2004, no.1.

Bernucci, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos*. S.P., Edusp, 1995.

Bettel, Leslie (org.) *América Latina Colonial (V1- col. História da América Latina)*. São Paulo: Edusp/ Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

Bolle, Willi. *Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

Bosi, Alfredo. *A dialética da Colonização*. SP: Companhia das Letras, 1995.

Boxer, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Camilo, Janaina Valéria Pinto. *Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)*. Campinas, SP: [s.n.] ,2003, p. 125 (Tese de Mestrado).

Caminha, Pero Vaz de. *Carta a El Rei D. Manuel*. Versão em português atualizado, retirada do site: www.cce.ufsc.br

Camões, Luís de.*Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Cultrix, 1998.

Carvajal, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso rio grande de las Amazonas, 1541*. México: Fondo de Cultura Econômico, 1955.

Castro, Dom João. *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência geral das Colónias, 1940.

Charaudeau, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004

Chumovsky, T. A. " Investigação sobre o Texto". In: Ibn Mádjid, Ahmàd. *Três Roteiros Desconhecidos*. Moscou: Academia de Ciência da U.R.S.S., 1957

Conrad, Joseph. *O Coração das Trevas*. Porto Alegre: LP&M Editores, 1998

Cortesão, Jaime, *Obras Várias de Alexandre de Gusmão*. RJ: Instituto Rio Branco. 1950

Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro, MRE, Instituto Rio Branco, Dep. de Imp. Nacional, 1965

Costa, Antônio Gilberto -org. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Kapa Editorial/ Ed. UFMG. 2004.

Couto, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Couto, Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais*. Revista IHGB, 1856, Tomo 11.

Cunha, Dom Luis da.*Testamento Político*. Lisboa: Seara Nova, 1943.

Cunha, Euclides. *Os Sertões*. S.P., Ática, 1988.

_____. "Terra sem História", in *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Cunha, Manuela Carneiro da. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

D'Abbeville, Cláudio. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2002.

Decca, Edgar Salvadori de e Gnerre, Maria Lucia Abaurre. "Trauma e história na composição de *Os Sertões*" in: Nascimento, José Leonardo do. *Os Sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

Dean, Warren. *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Descartes, René. *Discurso do método*. (parte IV). São Paulo, Abril Cultural, 1983.

D'Evreux, Yves. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002.

Domingues, Angela. "Olhares sobre o Brasil nos séculos XVII e XVIII: os pintores holandeses e portugueses". In: *Brasil: Nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses

Duby, Georges. *O ano mil*. Lisboa, Edições 70.

Elias, Norbert. *O Processo civilizador*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Falcon, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro*. Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viagem á Gruta das Onças*. Revista IHGB, Tomo XII, 1874.

Ferreira, Alexandre Rodrigues. *Viagem ao Brasil II: a expedição philosóphica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. Rio de Janeiro: Kapa Editorial,

Foucalt, Michel. *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Ed. Vega/Passagens

Franco Jr, Hilário. *Cocanha*. São Paulo: Cia das Letras. 2004

Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 31ª Ed., R.J.,Record, 1996

Galvão,Walnice Nogueira. *As Formas do Falso: um estudo sobre a ambigüidade no* Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Perspectiva, 1980.

Gandavo, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil, no qual se contem a informação das cousas que há nestas partes, feito por Pero de Magalhães Gandavo*. Acessado no arquivo virtual de documentos históricos da UFSC, no site www.cce.ufsc.br

Gerbi, Antonello. *O Novo Mundo – história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Giraldo, Manuel de Lucena. "Reformar as florestas: O tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa". In: *Revista Oceanus*. n. 40, Lisboa, Bertrand Editora / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Out/Dez 1999.

Gnerre, Maria Lucia Abaurre. *A forma e a Nação: estilo historiográfico em Formação do Brasil Contemporâneo*. Tese de Mestrado, IFCH-Unicamp, 2001.

_____. "No Sertão do Maranhão, o império das Américas – Planos racionais de povoamento nos roteiros de viagem do Grão-Pará e Maranhão do século XVIII. In: *Morus – Utopia e Renascimento*, no. 3, Campinas: Laboratório Gráfico Experimental da Unicamp, 2006.

Gnerre, Maurizio. *La sagezza dei fiumi – Miti, nomi e figure dei corsi amazonici*. Roma: Ed. Meltemi, 2003.

Góis, Damião de. *Lisboa de Quinhentos*. Tradução de Raul Machado. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1937.

Gomes, Mércio Pereira. *O índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

Guedes, Max Justo. "Introdução – A Literatura náutica portuguesa". In: Teixeira, Luís. (suposto autor). *Roteiro de todos os sinais na costa do Brasil: Edição comemorativa do 5º centário do nascimento de Pedro Álvares Cabral.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

Heiddeger, Martin."O que significa pensar". In: *Ensaios e Conferências.* Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

Hespanha, Antonio Manuel. (org.) *Tesouros da Cartografia Portuguesa.* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, 1997.

Hobbes, Thomas – *O Leviatã.* São Paulo, Abril Cultural, 1979.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26ª Ed, S.P., Companhia das Letras, 1995.

_____. *Caminhos e Fronteiras.* – 3ª ed. - São Paulo, Companhia das Letras, 1994

_____. *Visão do Paraíso: os motivo edêmicos no descobrimento e colonização do Brasil.* São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. *Monções.* Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945

Hume, David. *Escritos sobre economia.* Col. Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

Juzarte, Teotônio José. *Diário da Navegação.* Jonas Soares de Souza , Miyoko Marquino (orgs.). São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Khun, Thomas. *The essential tension.* Chicago: University Press, 1977.

La Condamine, Charles Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas.* Brasília, Senado Federal, 2000.

Le Goff, Jaques. "Documento/Monumento". In: *História e Memória.* Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

Leach Edmund. *As idéias de Lévi-Straus*, São Paulo: Cultrix.1993

Locke, John *Segundo tratado sobre o governo civil.* São Paulo, Abril Cultural, col. Os Pensadores, 1983.

Lourenço, Eduardo. *A Nau de Ícaro.* São Paulo, Cia das Letras, 2001.

Machado, Luiz Fagundes. *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará para as minas de Matto Grosso.* Revista IHGB, Tomo XII, 1874.

Madeira, Angélica. *Livro dos Naufrágios: ensaio sobre a História Trágico-Marítima.* Brasília, Ed. UNB, 2005.

Martins, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Mauro, Frédéric (coord.) *Nova história da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro (1620 – 1750).* Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

Maxwell, Keneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do iluminismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Melo, Sebastião José de Carvalho. *Memórias Secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos.* Lisboa, Publicações Europa-América.

Mendonça, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado- 1751-1759. (3 V.)* Rio de Janeiro: Ed. IHGB, 1963

Miceli, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista.* 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

Monteiro, Jhon Manuel. "Escravidão indígena e despovoamento na américa portuguesa: S. Paulo e Maranhão". In: *Brasil: nas vésperas do Mundo Moderno.* Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos portugueses

More, Sir Thomas. *A Utopia.* 2ª. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999

Moreira Neto, Carlos de Araújo. *Indios na Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)* Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.

_____. "Introdução". *In: Ferreira, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela capitania do Rio Negro.* Belém: MPEG/ Brasília: CNPq, 1983.

Mota, Antônio da Silva. "Família e Fortuna no Maranhão Setecentista", in: Costa, Wagner Cabral [org.] *História do Maranhão: Novos Estudos.* São Luis, Edufma, 2004.

Nietzsche, F. *A genealogia da moral.* S.P., Companhia das Letras, 1998.

Noronha, Padre José Monteiro.*Roteiro a Viagem da cidade do Pára até as ultimas povoações dos dominios Portuguezes em Amazonas e Rio Negro.* In: Revista IHGB, Tomo LXVII, 1906.

Novais, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – século XVI-XVIII.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* 2ª Edição, S.P., Ed. Hucitec, 1983.

Oliveira,Bernardo Jefferson. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Oliveira, Adalberto L. Rizzo de. *Ramkokamekra – Canela: Dominação e resistência de um povo Timbira no centroeste maranhense* . Tese de Mestrado, Unicamp 2002.

Pádua, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 –1888).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Pastoureau, Michel. *No tempo dos cavaleiros da távola redonda: França e Inglaterra, Século XII e XIII.* São Paulo: Cia das Letras/ Circulo do Livro, 1989.

Pataca, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Campinas, SP.: [s.n.]*, 2006, p. 30 (Tese de Doutorado, Instituto de Geociências da Unicamp).

Pessoa, Fernando. *Mensagem.* Lisboa, Edição Ática.

Pinto, Fernão Mendes. *No Rastro do Corsário.*Lisboa: Portugália Editora

Pitta, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa.* Salvador: Livraria e Editora Progresso, 1950,

Polo, Marco. *Il Milione.* Milano: A. Mondadori, 1954.

Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1996.

Quesnay, François. *Quadro Económico.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkina, 1966.

Quesnay, Françoise. *Economia* Org. Rolf Kuntz. São Paulo: Ática, 1984.

Reimão, Gaspar Ferreira. *Roteiro da navegação e carreira da Índia, com seus caminhos & derrotas, sinais e aguageis & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues e Diogo Afonso, pilotos antigos.* Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência geral das Colónias, 1939

Reis, Fernando: "Academia das Ciências de Lisboa". Artigo disponível na Biblioteca Virtual Camões da cultura lusitana . Cf. www.instituto-camoes.pt

Reis, José Carlos. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001

Reis, Nestor Goulart, *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial.* S.P: Edusp/Imprensa Oficial do Estado. 2001

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do). *Cartas ao amigo ausente.* Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Instituto Rio Branco, 1953. p. 131-2 – VI.

Rodrigues, Isabel Vieira. "A política de Francisco Xavier Mendonça Furtado no norte do Brasil" In: *Revista Oceanus.* n. 40, Lisboa, Bertrand Editora / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Out/Dez 1999

Rosa, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas.* Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

_____. "A terceira margem do rio". In: *Primeiras estórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

Rossi, Paulo. *Os sinais do tempo.* São Paulo, Cia das Letras, 1995.

Rousseau, Jean Jaques. *Discurso sobre a seguinte questão proposta pela academia de Dijon: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e é ela autorizada pela lei natural ?* São Paulo: Abril Cultural, 1973

Ruivo, Maria da Conceição. "O iluminismo e a cultura científica". In: Alves, Artur Soares (org.) *Laboratório do mundo, idéias e saberes do século XVIII.* São Paulo: Imprensaoficial, 2004

Ruedas de La Serna, Jorge Antônio. *Arcádia: Tradição e mudança.* São Paulo: Edusp, 1995

Santos, Jorge Francisco. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina.* Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002,

Santos, Maria Emília Madeira. *Expedições portuguesas em África.* Lisboa, I.I.C.T., 1988

São José, João de. *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763.* Revista IHGB, Segunda Série, Tomo II, 1847

Schama, Simon. *Paisagem e Memória.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996

Schiavinatto, Iara Lis. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. *In* JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação.* São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí, RS: Unijuí, 2003

Schwarcz, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.* São Paulo: Cia das Letras, 2002.

Serra, Ricardo Franco de Almeida. *Roteiro da Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra em 1799.* Revista IHGB, Segunda Serie- Tomo II, 1847

Smith, Adam *Uma investigação sobre a natureza e causa da Riqueza das Nações.* SP., Ed. Hemus, 2003.

Sousa, A. Magalhães Evangelista, "Introdução". In. Bacon, Francis. *Novum Organum.* Lisboa, Ed. Rés

Souza, Antônio Nunes. *Derrota desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará para as Minas de Matto Grosso.* Revista IHGB, Tomo LXVII, 1906

Souza, Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro: A pobreza mineira no séc. XVIII.* R.J. Graal, 1982

Teixeira, Luis (suposto autor) *Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães.* Lisboa, Tagol, 1988 (edição de 1988 com leitura, introdução e notas de Melba Ferreira da Costa.)

Van de Beuque, Guy. *Experiência do Nada como princípio do mundo.* Rio de Janeiro: Faperj/ Mauad, 2004

Vaz dos Santos, Marcio Costa Fernandes. "O Mearim em números". In: Soares, Édem do Carmo. *Peixes do Mearim.* São Luís: Instituto Géia, 2005

Vieira, Antônio. *Cartas do Brasil.* São Paulo: Hedra, 2003

ANEXOS

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Anexo 1

Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhí

REVISTA TRIMENSAL

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO

TOMO LXII

PARTE I

(1º E 2º TRIMESTRES)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint serâ posteritate frui



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL
1900

4861-90

ROTEIRO DO MARANHÃO A GOIAZ PELA CAPITANIA DO PIAUHI

ADVERTENCIAS

No Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi não só me propuz ajuntar aquellas noticias, que podessem servir para dar huma idea circumstanciada do caminho, que elle dirige, mas me propuz tambem escrevelas debaixo do mesmo titulo, que me foi insinuado.

Não faço nelle expressa mensão de todos os sitios, Montes, Vales, Fontes, Rios, e Povoações; porque não se offerecendo em muitos destes objectos mais differença do que aquella com que em tudo se distingue á face da Natureza, nada mais lhe accrescentaria ou do que huma longa, e fastidiosa expressão de nomes, quaze todos barbaros, e exquesitos.

Notei somente quanto me pareceo nessesario, para fazer conhecer o diverso Rumo, que se deve seguir e a deversidade que há mais sencivel no Paiz, ou ella seja natural, ou civil. E para estes fins, separando o que respeitava ao tempo, e direcção do caminho ajuntei, como em Notas a discripção de tudo o mais, que podesse ser interessante.

As legoas, com que mostro as distancias, não são Mathematicas, são as mesmas, que contão os habitantes os quaes as regulão arbitrariamente; e as dividem sempre com algum signal remarcavel posto pela natureza. Alem de ser impraticavel, que similhantes balizas se enchem por si mesmas accomodadas a huma justa dimensão; os habitantes terminão commumente as leguas antes do terem trez mil braças, que é a medida de que judicialmente se servem na demarcação das terras. De sorte

que as ditas legoas não só vem a ser irregulares e desiguaes entre si, mas são todas diminutas; e nenhuma chega a fazer huma hora enganando, quem ao grande numero de legoas, em que acaba o Roteiro, diminuir ao menos a quarta parte.

A falta, que nelle farão as observações. Astronomicas e Geometricas será facilmente conhecida no exame de qualquer professor; mas não deve do mesmo modo ser increpada, quando ella he cometida por quem trilhando a bem diversos fins o Paiz ainda que repetidas vezes apenas se poude servir dos naturaes instrumentos, para observar de uma maneira sensivel o que se lhe representava; e formar d'ello a idéa, que descreve.

Não consistindo pois só nesta idéa os conhecimentos necessarios para se formarem Cartas Geographicas; terei huma justa escusa de não ajuntar aqui o que se fazia preciso.

A Carta da Capitania do Piauhi, da qual no anno de mil sette centos e cincoenta e oitto foi encarregado Henrique Antonio Gallucci, e se hade achar na Secretaria de Estado, pode supprir muito bem esta falta: ainda que como elle não vezitou a Capitania em todas as suas partes, nem seguiu as diversas direcções dos Rios, não he possivel que deixasse de tomar muitos pontos por huma mera estimativa, e que deixem na ditta Carta de haver muitas posições erradas, e ommissões tão substanciáes, como é a de fallo do numero das notas do Roteiro.

Devo comtudo dizer que em todos os conhecimentos que descrevo, não dei attenção alguma, porque á que acabo de indicar foi no anno de mil settecentos e sessenta. Vista por mim, muito de passagem; e nem a pude copiar, para a minha instrucção, nem conservar d'ella todas as especies, que podessem servir, para combinadas com as noticias, que depois occularmente adqueri. E pelo que respeita ás outras cartas, que correm estampadas da nossa America não haverá quem ignore, que em passando das costas para o interior do Paiz, ou nada dizem ou são muito diferentes do que nelle se descobre.

Accressentarei por ultimo ingenuamente, que não sendo do meu instituto passar da Natureza e estado actual do Paiz a fallar dos seus interesses; eu não só me achei metido a fazer de passagem no Corpo das notas algumas reflexões, mas vim a

fazêlas em corpo separado sobre a materia dos Numeros, 28 até 43, assim como vão escriptas, e divididas em quinze Capitulos.

Se alguem se persuadir que eu as fiz levado dos dezejos de ver florecer hum Estado, onde tive a honra de servir a Sua Magestade, faz justiça á minha cauza e dá razão que sobeja, para eu me atrever a expo-la ao desprezo, que merecem pela má ordem, longas digressões, e fastidioso estilo, com que são feitas.

ROTEIRO DO MARANHÃO A GOIAZ PELA CAPITANIA DO PIAUHI.

Embarcando-se em Canoas na Cidade de São Luiz do Maranhão; depois de se atravessarem as Bahias, Estreitos e Rios que separão a Ilha do continente pela parte do Sul, entra-se em distancia de vinte legoas na fóz do Rio Itapucurú [1]. Subindo-se por elle noventa legoas termina-se toda esta navegação nas Aldeas [2] Altas, ou lugar de Trezedelas com dez ou douze dias de viagem sem encommodo, nem risco algum consideravel. Das Aldeas Altas, marchando-se por terra vinte e huma legoas ao rumo de Sudoeste, vai-se com jornada de trez dias á fazenda de Santo Antonio, sobre o Rio Parnaiba [3], onde há por contracto real embarcação sempre prompta para a sua passagem.

Tendo-se passado o Rio Parnaiba, já na Capitania do Piauhi [4] acompanha-se o mesmo Rio contra a sua corrente andando-se em quatro dias, vinte e oitto legoas para chegar-se á fazenda da Boa Esperança ou barra do Calindé. [5]

Deixando-se na barra do Calindé a estrada que vai a Cidade de Oeiras [6] entra-se logo pela fazenda das Araras no destricto da Villa de Jerumenha [7], e no mesmo rumo de Sueste, vai-se á Villa de Nossa Senhora do Livramento do Parnaná [8], com doze ou trezo dias de jornada, por quase noventa legoas de Paiz povoado.

Da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Parnaná muda-se de rumo; e seguindo-se quinze legoas ó sul, com declinação a Sudueste, passa-se em trez dias á fazenda do Lustosa, sita nas margens do Rio Preto, e pertencente á Capitania de Pernambuco.

Depois de passar-se na fazenda do Lustosa o Rio Preto 9 sobe-se em trez dias outras quinze legoas de Sertão inculto, declinando-se mais para Oeste, até se passar outra vez o mesmo Rio Preto nas suas cabeceiras.

Desta ultima passagem do Rio Preto principia-se a subir a cordilheira de montes pela Serra a que dão o nome de chapada [10] das Mangabeiras; e dirigindo-se dois dias a marcha pelo mesmo rumo, entra-se no Rezisto, ou Povoação chamada o Duro. [11]

Na mesma povoação do Duro, no lugar conhecido pelo nome de formiga, dividem-se trez estradas; a da direita que se inclina mais ao Norte, vai em dois dias ao arraial da Natividade; a da esquerda que se encosta mais ao Sul, vai a Trairas, e outros arraiaes, a do centro que segue o mesmo rumo, vai em quatro dias ao arraial de S. Felix, donde a Villa Boa de Goiaz, huns contão..., e outro oitto dias de viagem.

Notas

1

O Rio Itapucurú tem os seus principios a Sudueste no Sertão ainda inculto, e habitado por diversas nações do Indios Silvestres, todas conhecidas com o nome geral de Timbirá. O seu curso não passa de duzentas legoas, e a sua maior largura de quarenta a cincoenta passos.

2

Até ao lugar das Aldeas Altas, noventa e oito legoas acima da sua fóz desce quasi cem legoas; indo parallelo ao Rio Parnaiba, que vem de mais longe, vinte a trinta legoas d'elle apartado pela parte de Leste.

3

Todo o Sertão que há entre estes dous Rios em quanto correm e qui distantes devide-se nos districtos da Freguezia de Pastos Bons, e Aldeas Altas; ficando esta ao Norte, e aquella ao Sul.

4

A Freguesia de Pastos Bons, ou de São Bento das Balsas (como he tambem conhecida) principia quarenta legoas ao Sul do lugar das Aldeas Altas. Estende a sua Povoação sessenta legoas a Sudueste por entre os dois Rios Itapucurú, e Parnaiba. Pode dilatalla muito mais a todos os rumos, andando de Sudueste até Norte, e confinando sempre com a Nação Timbira Numeros 41, 42, 43.

5

O seu terreno he fertilissimo, e produz todos os generos do Paiz. Os seus gados excedem tanto na mesma Capitania do Maranhão, como nas outras Capitanias.

6

A distancia, em que fica da Cidade de São Luiz sua Capital, sem a facilidade da Navegação para o transporte dos generos, faz que ella não possa adiantar a cultura de quanto produz, e a restrinja em parte ao necessario para sua subsistencia.

7

A criação do gado vaccum he o unico objecto do seu commercio, e por isso só n'ella se tem adiantado. Athe ao anno de 1769 as suas Boiadas hiam venderem-se á Bahia de todos os Santos com a difficultoza Jornada de quase trezentas legoas por terra.

8

No anno de 1770 abrio João Paulo Diniz, Negociante da Villa de São João da Barra da Parnaiba hum novo caminho para a extração dos referidos gados; levantando Officinas nas margens do ditto Rio Parnaiba oittenta legoas acima da sua foz; onde os reduz a carnes seccas, que carrega em barcas pelo mesmo Rio até á ditta Villa, para d'ahi serem re-exportadas á Bahia, Rio de Janeiro e Pará.

9

Em quanto o Rio Itapucurú passa pela freguezia de Pastos Bons, recebe em si o Rio das Alprecatas, e o Rio das Balsas;

nome, a que deu occasião a preza, que os Indios Silvestres seus habitantes fizerão em certas embarcações, a que chamão Balsas, das quaes se servirão os primeiros descobridores do ditto Sertão, para attravessar o mesmo Rio.

Desta união e destes diversos nomes nasce o erro de se persuadirem alguns, que todos competem ao Rio Itapucurú.

10

Balsas são verdadeiramente humas jangadas feitas da madeira Boroti, ou outra qualquer igualmente leve, e delgada, atada primeiro em fachina, e unida depois na figura quadrilonga: a sua construcção he facilima, e o seu uzo frequentissimo, tanto para atravessar os Rios, como para descer por elles sem mais remos, que as mesmas agoas, e sem mais governo que huma vara com que os desviam das ribanceiras.

11

Já nas Aldeas Altas principia o Rio Itapucurú a apartar-se do Rio Parnaiba, e vae buscando a direção do Sudueste a Noroeste, em que ultimanente acaba.

12

(1) Aldeas Altas he o lugar da Matriz da mesma freguezia, noventa e oitto legoas acima da fóz do ditto Rio; porto de todo commercio da Cidade de S. Luiz, com a capitania do Piauhi; e Arraiaes de Natividade, e São Felix nas terras novas de Goiaz. Nelle se achão sempre quantos Cavallos são necessarios para conducções, sempre comprados a preço de dez até doze mil reis.

13

A navegação do Rio Itapucurú, para nas Aldeas Altas, e não sobe ainda a freguezia de Pastos Bons.

14

Foi por muito tempo, tão pouco conhecida, que Berredo nos seus Annuaes Historicos do Estado do Maranhão fallando do,

Rio Itapucurú diz : que subindo-se por elle, passados trez dias de viagem, até lhe falta fundo para a navegação de Canôas grandes, o que hoje não dissera, porque desde a sua fóz até as Aldeas se está frequentemente vendo navegar em Canoas de todo o bordo, as quaes nestas noventa e oitto legoas de Rio só achão pouco em cinco Cachoeiras.

Todas juntas não occupão por mais de seis centos passos.

15

Cachoeiras os resaltos, e giros que impetuosamente forma a corrente dos Rios, quando de repente se precipita de maior altura, ou acha resistencia em alguns penedos, e eminencias, que se levantão do plano de seu leito, e lhe tirão a igualdade. Desta segunda natureza sãõ as cinco que se referem.

16

A primeira está logo na foz do ditto Rio debaixo de hum pequeno Forte, que ha na ribanceira da parte do Sul: a sua extenção he de menos de cem passos com hum estreito canal encostado ao mesmo Forte, por onde na maré cheia se navega sem perigo.

17

A segunda cinco ou seis dias de viagem distante da primeira, he conhecida pela Cachoeira grande, não se dilata a mais de cento e cincoenta passos; tem Canal encostado a ribanceira do Norte, mas quando o Rio vai baixo, no mesmo Canal por menos de vinte passos tocão as Canoas e se faz muitas vezes necessario levar parte da carga por terra, em quanto vence a passagem.

18

A terceira, quarta, e quinta todas se encontrão no mesmo dia sexto de viagem: seguem-se quasi contiguas humas a outras e se distinguem com os nomes de gato, Angical e Barriguda. Esta ultima tem o seu canal pelo meio, as primeiras ao Norte.

19

Sendo Governador do Maranhão Gonçalo Pereira, quiz continuar a navegação do Rio Itapucuru até á freguezia de Pastos Bons ; e decendo para esse fim Vicente Diogo da ditta freguezia de Pastos Bons em Balsas já carregadas de couros, que costumava extrahir por terra da ditta freguezia para as Fabricas de Atanados da Cidade de S. Luiz ; além da infelecidade, que teve de perder no mesmo Rio quanto tansportava, perdeu tambem o seu pouco juizo enfurecendo-se de maneira contra hum filho seu, o qual o acompanhava, que o obrigou a fogir para as matas ; onde se suppoem haver miseravelmente perecido.

20

Este tragico sucesso, o qual talvez fizesse dezanimar na execução de hum projecto tão interessante foi pelo que respeita ao naufragio repetidas vezes visto na mesma navegação do Rio Itapucurú desde a sua foz até nos Aldeas Altas em quanto o necessario conhecimento, ainda que adquerido com funestas e casuaes expiriencias, não segurou a ditta navegação parecendo hoje na verdade incrivel, que seu culpavel descuido, e sem se deixar, como de proposito hir por agoa abaixo só abandonado ao acaso como fez Vicente Diogo se houvesse de correr perigo em Cachoeiras, ou resaltos, cujos effeitos, nem se conhecem quando o Rio vai cheio, nem são tão impetuosos, quando vai baixo, que não soffrão levarem os remeiros por dentro do mesmo Rio, as canoas as mãos.

21

A freguezia de Pastos Bons he huma parte muito nervosa do corpo do Maranhão.

A sua mesma situação, que lhe da a vantagem de poder trazer tambom a si a troca dos seus gados o dinheiro da Bahia, Rio de Janeiro, e Pará he tambem a mesma que retarda os interesses da sua Capital, e a tem como separada, fazendo-se o trajecto de huma por terra. A natureza lhe dá no Rio Itapu-

curu o meio de se poder com ella facilimente communicar: quando delle se souberem servir a freguezia de Pastos Bons, poderá augmentar a cultura dos mais generos que pode produzir ; e a Capitania do Maranhão receberá ainda maiores forças com as minas, que tem nos gados desta freguezia, tanto mais ricas, quanto mais certo será o dinheiro, que a troco dos mesmos gados costuma a ditta freguezia, e pode haver das outras Capitanias.

22

As margens do Rio Itapucuru subindo-se por elle até a Cachoeira grande, são por huma e outra parte cobertas de muito grossa e densa matta.

23

A parte, que fica ao Norte tem sempre a largura de quatro até cinco legoas ; a que fica ao Sul, de duas até trez ; a do Norte termina-se nos Campos do Iguará ; a do Sul nos Campos dos Perizes.

24

Tanto por huma como por outra parte, se achão hoje povoadas pela borda do ditto Rio, até ao Sitio do Carnatá, dois dias antes de chegar á ditta Cachoeira Grande.

25

Da Cachoeira grande até as Aldeas Altas são as dittas margens abertas com campos, e povoadas com fazendas de gado.

26

Das Aldeas Altas para a Freguezia de Pastos Bons, principia outra vez a mesma mata por huma e outra parte totalmente inculta desde a fazenda do seco, trez legoas acima do lugar de Trezedelas, até a mesma freguezia.

27

Trezedelas he povoação de Indios de fronte das Aldeas Altas, onde os jesuitas tinhão huma Caza, ou Telheiro com o nome de

Siminario ; e n'elle principiavão a ensinar a Gramatica Latina, aos filhos dos moradores dos Sertões visinhos, e Capitania do Piauhi.

28

(*) O Rio Parnaiba nasce ao Sudueste nas fraldas da celebre Cordilheira de montes, que se dilata e ramifica por toda a America n. 107.

29

Corre de Sudoeste a Nordeste por mais de duzentas e cincoenta legoas a Leste da Cidade de São Luiz do Maranhão. A sua maior largura he de cento e cincoenta passos.

30

Principia logo abundante e já navegavel quinze, ou vinte legoas antes de chegar ás primeiras fazendas da freguezia de Pastos Bons, recebe pela parte de Leste o Rio Irusul tambem navegavel, sem meter em si Rio algum consideravel da parte de Oeste, continua recebendo de Leste o Gorugueia, Calindé, Puti, e Longá. Numeros 52, 53, 55, 57.

31

Sette legoas antes da sua fóz, reparte-se a Leste no braço, ou Rio Igarusu: duas legoas abaxo tornando-se a dividir, forma, á parte de Oeste o braço Paramerim. Estas são as trez vias por onde entra o Rio Parnaiba no Oceano, ainda que as Ilhas, que se descobrem já na costa, representem as seis que lhe dá Berredo.

32

Forma o Rio Parnaiba a sua barra na bóca do Igarusu, com trez braças e meia de fundo e chegão a quatro nas grandes marés quando os ventos, que nella são continuos não fazem os mares cavados. Todas as outras bócas são muito baixas, e não admitem navegação.

33

Devide o Rio Parnaiba a Capitania do Maranhão da Capitania do Piauhi, trazendo esta a Leste, e aquella a Oeste.

34

As suas margens pela Capitania do Maranhão principião a ser povoadas na freguezia de Pastos Bons com fazendas de gado trez e quatro legoas distantes humas das outras; e continuão até a sua fóz pelas freguezias das Aldeas Altas, São Bernardo, e Anapurus.

35

Pela Capitania do Piauhi principião do mesmo mesmo modo a ser povoadas pouco acima da barra do Rio Goruguoia que distará cento e vinte legoas, da fóz do ditto Rio Parnaiba, e continuão até a mesma fóz pelos districtos da Villa de Jurumenha, Cidade de Oeiras, Villas de Valença, Campo Maior, e São João da Parnaiba.

36

Da fertilidade do seu terreno por esta parte da Capitania do Piauhi. Veja-se o numero 101.

37

O que pertence a Capitania do Maranhão, ainda que seja apto para todo o genero de cultura; não passa a sua fertilidade das visinhanças do mesmo Rio, em quanto sobem da sua fóz pelas freguezias dos Anapurús, São Bernardo e Aldeas Altas.

38

Na freguezia de Pastos Bons he geral, tanto por onde está ja povoado, como por todo o Sertão, que corre, buscando o Rio Tocantins, o qual vem pela parte de Oeste da Capitania de Goiaz na direcção de Sul a Norte; e desagua nas Amazonas pouco acima da sua boca.

39

Deste Sertão entre o Rio Parnahiba, e Tocantins descem os Rios Itapucurú, Carará, Pindaré, Miarim, e quantos fertilisão as Capitanias do Cumá e Caité.

40

Pessoas que na indagação de terras mineraes desceram da Capitania de Goiaz pelas margens do Rio Tocantins, e d'elle se apartarão a Leste buscando o Rio Miarim por onde sahirão do Maranhão outras, que pelas margens do Rio Parnahiba e cabiceiras do Itapucurú penetrarão da Freguezia de Pastos Bons em seguimento da nação Timbira, segurão todas; que os dois Rios Tocantins e Parnaiba correm por esta parte mais visinhos, que o dito Sertão, que ha entre elles, pode ser em quinze dias atravessado: que não só he fertilissimo para todas as producções do Paiz; mas muito proprio á criação de gados, por ser aberto com largas Campinas, cortadas de muitos e copiosos riachos, que acabão formando todos os Rios, que vão desaguar no Oceano pelas referidas Capitanias do Maranhão, Cumá e Caité.

41

A maior proximidade dos dois Rios mostra-se pelas suas diversas direcções porque sendo a do Rio Tocantins de Sul a Norte, e a do Rio Parnaiba de Sudueste a Nordeste, quanto mais se subir pelo Rio Parnaiba, mais perto se estará do Rio Tocantins.

42

Fertilidade do Paiz, mostra-se tambem pelos Sertões de Pastos Bons, ou Itapucuru dos Perizes Cajapió, Cursaqueira Carará, Miarim, e Pindaré, que correm do Itapucurú até á Capitania do Cumá acompanhando a Costa do mar, ou enseada, que separa a Ilha do Maranhão do continente; e quanto mais vão subindo á referida altura, tanto mais ferteis, e mais fecundos se vão mostrando.

43

Toda esta excellente, e dilatada porção de terra he ainda hoje habitada de diversas e numerosas nações de indios Silvestres.

A Nação Timbira, que em si se divide em muitas outras differentes, occupa a parte da Parnaiba, e cabeceiras do Itapucurú.

A do Acruá se divide tambem do mesmo modo, occupa a de Tocantins, se estende ao Sul sobre o Timbira: huma e outra confina a Norte com os Cupajús, restos dos Amanojós, Gamelas e outras.

44

(5) A Capitania do Piauhi principia na fóz do Rio Parnaiba, quarenta legoas distante da Cidade de São Luiz do Maranhão. Estende-se em figura triangular, duzentas e quarenta legoas, para o interior do Sertão.

45

Pelo vertice do triangulo, ou principio da Capitania, tem ao Norte o mar Oceano com tres legoas de costa, que he a latitude da Ilha, que há entre o Rio Parnaiba, e o seu braço Igaruçu.

46

Pelo lado direito tem a Oeste a Capitania do Maranhão, da qual a divide o Rio Parnaiba descrevendo com sua corrente de Sudueste a Nordeste todo este — Nº 28. E d'aqui se conhece, que a Capitania do Piauhi, não tem a Leste a Capitania do Maranhão como equivocadamente escreveu Berredo.

47

Pelo lado esquerdo do triangulo, que corre de Noroeste a Sueste, tem a Leste a Capitania do Siará; e d'ella a dividir-se pelo Rio, ou braço de mar, que entra da barra do Igarusú, tres legoas para o Sertão no mesmo rumo de Sueste.

48

O angulo externo, ou parte de terra, que fica entre, o Occeano, e o ditto Rio ou braço de mar, pertence a Capitania do Siará. D'ella não fez mensão Henrique Antonio Galucci na sua carta Geografica da Capitania do Piauhi; e por isso lhe dá maior Costa.

49

Continua por este lado a dividir-se da mesma Capitania do Siará pela Serra da Ibiapaba, e Serra dos Cocos partes da Cordilheira de montes, Numero 108, pelos Sertões do Acaracú, Jogoaribe, Pontal, e Pilão Arcado; servindo-lhe de limites todas as Collinas, que separão as vertentes que buscão; para Leste os Rios Jogoaribe, Pontal e São Francisco, N.º 90; e para Oeste o Rio Parnaiba.

50

Pela base do triangulo, que corta de Sudoeste a Sueste, tem ao Sul a Capitania de Goyaz. D'ella se divide por outro ramo da mesma cordilheira de montes «N.º 109» desde as Cabeceiras do Rio Parnaiba, até as Cabeceiras do Rio Preto. Das Cabeceiras do Rio Preto, até ao Pilão Arcado tem pela mesma parte do Sul para-Sueste os Sertões da barra do Rio grande pertencentes á Capitania de Pernambuco; e nelles se divide pelas vertentes do mesmo Rio Preto, e vertentes, que descem ao Rio Grande e Rio de São Francisco.

51

O Longá, Puti, Sambito, Calindé, Piauhi, Gorugueia, Paraim, Irusui; e Parnaiba, são os Rios mais notaveis da Capitania do Piauhi. O Gorugueia, e Irusui descem da baze do triangulo, os outros do lado esquerdo: todos acabão no Parnaiba com maior, ou menor inclinação ao Norte.

52

O Longá entra no Parnaiba onze, ou dozo leguas acima da fóz do mesmo Rio. Sobe, quazi cincoenta legoas, buscando a sua origem na mesma Capitania: vinte legoas antes da sua bôca he navegavel com a largura de quase cem passos.

53

O Rio Puti traz carreira mais dilatada: forma-se dos Rios das Piranhas, e outros menos consideraveis, que nascem da Serra dos Cocos, ou parte da Cordilheira de montes, o cujas ver-

tentes fazem ; para Leste o Rio Jogoaribe da Capitania do Siará ; o para Oeste o Rio Puti, o qual atravessa toda a Capitania do Piauhi ; e acaba no Parnaiba, cincoenta legoas acima da fóz do dito Rio.

54

O Rio Sambito nasce na mesma Capitania, vinte legoas ao Sul do Puti ; e no mesmo se perde, trinta legoas antes d'elle unir-se ao Parnaiba.

55

(*) O Rio Calindé nasce nos Sertões, cujas vertentes para Leste pertencem á Capitania de Pernambuco formando o Rio Pontal, que entra no de São Francisco : desce setenta e tantas legoas, até metter-se no Parnaiba, cento e dezoito legoas, acima da fóz do mesmo Rio.

56

O Rio Piauhi celebre pelo nome, que deu á Capitania nasce nos mesmos Sertões vinte e tantas legoas, ao Sul do Calindé ; e com elle se ajunta, quatro legoas antes que elle forme a sua barra.

57

O Rio Gurugueia entra no Parnaiba cento e quarenta legoas acima da fóz do mesmo Parnaiba ; a sua corrente é dilatada: a sua origem no Sertão ainda inculto, o qual se comprehende no angulo direito da base do triangulo ; as suas agoas são turvas, e occasionão perniciosas sezões.

58

O Rio Paraim nasce do angulo esquerdo da mesma baze, e corre a perder-se no Gurugueia.

59

O Rio Irusui entra no Parnahiba quase duzentas legoas acima da fóz do mesmo Parnaiba : he navegavel, e faz todo o seu curso por sertões incultos, descendo entre Sul, e Sudoeste da cadilheira de montes, ou angulo direito da baze do Triangulo.

60

Alem d'estes Rios tem a Capitania do Piauhi muitos lagos. São dignos de memoria o das vargens, que he chegado ao Rio Parnaiba, e oitto legoas distante da fóz do mesmo Rio, com o circuito de quasi duas legoas. O São Domingos, ou São José, nas vizinhanças do Rio Longá, com cinco legoas de circuito. O de Nazareth, por onde entra o Rio Piauhi com duas e meia. O do Parnaná com tres ; entra tambem por elle o Rio Paraim.

Todos estes lagos, e Rios são abundantes de peixes.

61

O Inverno, ou as chuvas que nunca vem sem horrorozas trovoadas e são ordinariamente de Leste, principião no mez de Ouctubro, Novembro ou Dezembro, e acabam em Abril.

62

Neste tempo que os Sertanejos só distinguem pelo tempo das aguas, é a Capitania do Piauhi fertilissima ; o seu terreno todo aberto com largos campos, e povoado de dispersos arvoredos aparece em bem poucos dias cobertos de folhas, de flores, e fructos, e fructos silvestres, com tal variedade na cor e tal deversidade na figura, que não só recreão a vista, e o olfato ; mas tambem o gosto daquelles, que com elles são creados, ou a elles se costumão.

63

No mez de Abril tanto que soprão de Leste os ventos geraes, parão as aguas, e principia o tempo, a que chamão de seca, tempo, em que tudo se poem em decadencia ; e já em Agosto, e Setembro muita parte dos campos apparece sem herva as arvores sem folhas ; e se acontece não principiarem logo as agoas, nos mezes de Outubro Novembro, e Dezembro soffrem-se todas as calamidades da maior seca.

64

Deste vasto e dilatado Paiz foi descobridor Domingos Affonso sertão. Creador de gados nas fazendas, que possuia nas margens

do Rio de S. Francisco a Caza da Torre da Bahia. Della auxiliado, depois de atravessar trinta, ou quarenta legoas de sertão asperrimo, entrou pelas cabeceiras do Rio Piauhi, onde estabeleceu as primeiras fazendas com gados, que trouxe do Rio de S. Francisco. E daqui vem o nome de Piauhi, que conserva ainda hoje a dita Capitania.

65

Divide-se esta nos districtos das Villas de S. João da Parnaiba, Campo Maior, Marvão, Valença, Cidade de Oeiras, Jerumenha, e Parnaná, todas erectas no anno de 1762.

66

A villa de S. João da Parnaiba está sobre o braço do mesmo Rio, ou Rio Igarusú.

O Porto que tem de mar, onde entrão annualmente do Sul dezasseis, de dezassette embarcações a comerciar em carnes secas que exportão para as mesmas Capitanias, e tambem para o Pará, faz com que ella seja já hoje a maior, e mais opulenta Villa de toda a Capitania.

67

A villa de Campo Maior, sita sobre o Rio Longá, dista quatorze leguas do Rio Parnaiba, ou barra do Puti, e sessenta legoas da Cidade de Oeiras, que lhe fica ao Sul.

68

A villa de Marvão está mais chegada ao lado direito do triangulo, fica a Nordeste para Leste vinte e tantas legoas da Villa de Campo Maior.

69

A villa de Valença está situada trinta e tantas legoas a Sudueste da Villa de Campo Maior, quinze, ou dezoito a Sul para Sudueste da Villa de Marvão, e vinte ou vinte e huma ao Norte para Nordeste da Cidade de Oeiras: dista ao Sul sette legoas do Rio Sambito.

70

(6) A Cidade de Oeiras, antes Villa da Moucha, está em seis para sette gràos de latitude Austral entre 336, e 338 de longitude huma legoa ao Norte do Rio Calindé, e vinte e sette acima da barra do mesmo Rio.

71

(7) A villa de Jurumenha está situada sobre o Rio Gorugueia da parte de Leste do mesmo Rio, dez até quatorze legoas distante da barra, que elle faz no Rio Parnaiba e quasi trinta legoas ao Sul da Cidade de Oeiras.

72

(8) A villa de nossa senhora do Livramento do Parnaná está situada sobre o lago, que forma o Rio Paraim, quase noventa legoas distante da Villa de Jurumenha, cento e vinte legoas ao Sul da Cidade de Oeiras, e mais chegada a Sueste ou angulo esquerdo da base do triangulo, que forma a Capitania.

73

Alem das referidas Villas comprehende a mesma Capitania os Logares, e Povoações dos Indios, Indios Arnazes, Jaicós, e Gogués. A Povoação dos Arnazes, quaze inteiramente dezerta, está situada nove legoas ao Norte da Villa de Valença, no Lugar da Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Arnazes.

74

A Povoação dos Jaicós, que apenas terá duzentas e tantas almas, está situada quasi trinta legoas distante para Nordeste da Cidade de Oeiras.

75

A Povoação dos Gogues, que não excede a quatro centas almas, foi no anno de 1765, em que veio a paz, estabelecida com o nome de S. João de Sende, nove legoas para a parte do Norte da Cidade de Oeiras sobre o ramo da Cordilheira de montes, que atravessa toda a Capitania.

76

Quando Domingos Affonso Sertão, e seus socios, descobrirão estes sertões erão habitados de muitas e diversas nações de Indios Silvestres. Entre ellas se forão estendendo as nossas Povoações, e diminuindo-se de tal sorte as dittas nações que apenas se conservão hoje as referidas.

77

Nós temos povoado a maior parte do triangulo, que forma a ditta Capitania, e só nos resta pelo angulo direito da sua baze a parte de Oeste do Rio Gorugueia até o Irusui, e do Irusui até a Parnaiba, Sertões confinantes ao Sul com a nação Airuá, e que ultimamente forão habitados pela Nação Gogué.

78

Pelo angulo esquerdo da mesma baze o pequeno Sertão, que corre buscando o Rio de S. Francisco, onde ainda existem alguns restos das mesmas nações Silvestres, e sem verdadeiramente conhecermos quaes ellas sejão, as distinguimos pelos Indios das Pimenteiras.

79

A Capitania do Piauhi sujeita ao Governo do Maranhão, e tendo por cabeça a Villa de Moncha, foi no anno de 1758, erecta em governo separado: a Cidade de Oeiras he a sua Capital, e n'ella reside o Governador e Ouvidor. A sua Guarnição he de huma Companhia de Dragões de sessenta praças creada no anno de 1760, e que tambem ahi tem o seu quartel. O numero de seus habitantes de todos os sexos, e todas as idades, não passa de quatorze mil: constitue hum Regimento de Cavallaria auxiliar com dez companhias dispersas por toda a Capitania: hum terço de Infanteria auxiliar, outro de Cavallaria Ordenança, e oitto Companhias avulças de Infantoria Ordenança compostas de mestissos, e pretos ingenuos, e libertos.

80

O seu governo espiritual pertenceu nos primeiros tempos ao Bispado de Pernambuco sendo, a Igreja da Moncha filial da Matriz de Cabrobó, hoje hé do Bispado do Maranhão, e rezido na Cidade de Oeiras hum Vigario, a quem o Bispo comette alguns dos seus poderes. São tantas as suas freguezias, quantas as Villas referidas.

81

As suas terras são repartidas aos moradores em sesmarias, que ou datas de trez legoas, cuja cultura consiste na creação de gados, mais vaccum, que cavallar: Cada huma das sesmarias forma huma fazenda, deixando-se huma legoa para divizão de huma, e outra fazenda: na ditta legoa entrão igualmente os visinhos a procura os seus gados, sem contudo poderem nella levantar cazas, e curraes.

82

Isto que he necessario para a creação des gados porque pela mudança, que há, tão sensivel nas Estações do tempo, athe chega a faltar em muitas partes o mesmo o mesmo pasto sêco, e toda a extenção do terreno muitas vezes não basta, para que hajão alguns lugares, onde elle se conserve, e se mantenhão os gados faz, que os moradores vivão pela maior parte dispersos e distantes trez, quatro, e cinco legoas uns dos outros.

83

Concorre tambem para o mesmo prejuizo, que recebem os senhores das fazendas, de haver n'ellas mais habitantes; porque alem de occuparem com suas moradas os milhores sitios, as fontes ou aguadas (como elles dizem) com suas necessarias communicações, com os Cães, que crião e caçadas que fazem, affugentão os gados, para partes remotas, e fazendas diversas.

84

Huma fazenda no seu estado florente não pode annualmente produzir mais de oitto contos athe mil crias; destas pelo calculo, que tem feito a longa expiriencia, não se pode extrahir mais do

que huma Boiada, de duzentos e cincoenta, ou trezentos Bois (deduzindo os dizimos, e o quarto que hé estipendio do vaqueiro) as vaccas, que pouco excedem no numero, conservão-se sempre, para a multiplicação, sustento o mais despezas, que se fazem nas mesmas fazendas.

85

Toda a diminuição, que se vê no resto das oitto centas, ou mil crias, provem dos muitos morcegos, que não só nos campos, mas nos mesmos curraes, tirão de tal sorte o sangue ás crias, que os fazem perecer: dos insectos, que semêão sertas moscas em qualquer parte do corpo, em que descubrão sangue: das Onças, das Cobras, de muitas hervas venenozas, e mais que tudo, da festa que experimentão na séca, de pasto, e agoa necessaria.

86

As mesmas Boiadas não chegão á Bahia e Minas, para onde comunmente são levadas d'aquella parte da Capitania, que fica ao Sul sem padecerem tambem pela mesma falta muito consideravel diminuição tanto pelos Sertões, que medeão entre o Rio de São Francisco, e a Capitania do Piauhi, como entre o mesmo Rio de São Francisco e a Cidade da Bahia.

87

O Sertão que corre entre o Rio de São Francisco e a Capitania do Piauhi se alarga a quarenta e cincoenta legoas; e se estreita a quinze, a quatorze e doze legoas. Hé Sertão quasi todo ainda inculto, tão arido, que nos mezes de Agosto, Septembro Outubro, Novembro e Dezembro, quando não chove (o que frequentemente acontece) secão as aguas que ficam estagnadas, e chega a faltar até a necessaria para sáciar a sede dos viandantes; tendo já alguns acabado, e outros sustentado a vida com o suco, que extraem de humas grandes batatas creadas debaixo da terra nas raizes dos Ambuzuros, arvores crescidas, e expessas, e que não conservão a folha, com que reparão o ardor do sol; mas se cobrem de fructos agradaveis no gosto, e muito similhantes na côr, e figura as ameixas brancas.

88

Com a mesma aspereza continua este Sertão pertencente a Pernambuco, desde a freguezia do Cabrobó ao Norte até a barra do Rio Grande do Sul: sem atravessallo por alguma parte, não se pode sahir da Capitania do Piauhi para a Bahia Jacobina, Rio das Contas, Fanado, Serro do frio, Minas Geraes, Pitangui, e Paracatú. Ha já para esse fim varias estradas, a primeira se encaminha ao Norte do Rio Calindé, e vai sahir ao Rio de São Francisco, por entre a freguezia do Cabrobó, e Rio Pontal.

89

A segunda conhecida pela travessia nova acompanha o Rio Calindé até as suas Cabeceiras, as quaes se dividem com as do Rio Pontal; a este segue até ao Rio de S. Francisco, saindo trez legoas ao Sul da Missão do Juazeiro, no Lugar da Passage.

90

A terceira, a que dão o nome de travessia velha, acompanha o Rio Piauhy; delle se aparta ao Norte das suas Cabeceiras; e vai sahir ao Rio de S. Faaucisco desoitto ou vinte legoas ao Sul da segunda.

91

A quarta segue tambem o Rio Piauhi, sobe por elle mais acima do que a terceira, e vai sahir ao Rio de S. Francisco na fazenda do sobrado, vinte e tantas legoas ao Sul da terceira.

92

A quinta que não he ainda tão frequentada, aparta-se tambem nas Cabeceiras do Piauhi, e vai sahir ao Rio de São Francisco, trez legoas ao Sul da ditta fazenda do sobrado. Esta hé a parte, onde mais se estreita esse sertão que depois se torna a alargar, sem mais communicação alguma do que a que ha pelas fazendas do Paraná, e destricto da barra do Rio Grande.

93

A industria de alguns particulares tem feito por todas as referidas estradas alguns máos assudes, a que chamam tanques nos quaes em algumas partes represão as agoas do Rio Pontal, e outras similhantes que inteiramente sécão. Deste modo com as represas que fazem, conservão algumas fazendas pelas estradas; não havendo de umas para outras mais communicação que as mesmas estradas, e sendo todo o mais Sertão entre as dittas fazendas, e as mesmas estradas, até agora inculto pela referida falta de agoas no termo da seca.

94

Este meio, que tem abraçado com seus assudes ou tanques alguns particulares, e a mesma natureza nos ensina com a represa das agoas do Inverno nos lugares mais baixos, como são as Alagoas, que fazem habitaveis muitas partes do sertão, em que não ha fontes perenes he o modo com que todos estes Paizes virão a ser pelo tempo adiante povoados, e com que já agora se devem evitar todos os encommodos, que padecem os viandantes e diminuição que tem as Boiadas, e Cavallarias tanto nos referidos sertões, como nos mais, que se seguem pela outra parte do Rio de São Francisco; modo que se poderá em grande parte conseguir, só com a persuação feita aos moradores por aquellas pessoas, que os governão e dirigem.

95

Pela mudança total a que se reduz a Capitania do Piauhi no tempo da seca, claramente se vê que por toda ella não pode florecer a Cultura dos generos do Paiz, principalmente d'aquelles que para chegarem à sua perfeição necessitão de estar na terra hum anno, e mais tempo, taes são as Canas de Assucar, a Manaba, ou Mandioca, ordinario pão do Brazil.

96

Todos com tudo podem ser cultivados nas margens de alguns Rios, nos Brejos, e Lugares que conservão o humido, e frescura necessaria para os nutrir, e livrar do ardor do Sol.

97

Pela descripção dos seus Rios se vê tambem, que em duzentas e quarenta legoas de Paiz, sendo só cinco os mais notaveis não póde deixar de ser a maior parte do terreno inteiramente inutil para a referida cultura, e muito mais quando bem se conhece, que nem ainda os mesmos Rios a admittem por todas as suas margens, e que muitas vezes em dez e vinte legoas não ha cem braças de terra util.

98

O Desprezo, que os primeiros povoadores fizerão da Agricultura na Capitania do Piauhi, onde ella não podia então fazer o objecto do seu Comercio, tão longe esteve de ser contrario aos interesses do Estado, que antes concorrêo muito a promovêllos.

99

Elles se interessavão só na creação dos gados, e com ella concorrião para huma parte da subsistencia dos povos da Marinha, os quaes se verião precisados a suprir a mesma parte, com o equivalente de outros generos, cuja cultura diminuiria a applicação, que poderião fazer aquelles que commerciavão com a Metropole.

100

Hoje porém que a Capitania do Piauhi não pode avançar com iguaes passos na creação de gados, porque quasi toda se acha povoada ou ao menos os seus milhores sitios: hoje que tem crescido a povoação, e que há muitos individuos, que serião inteiramente inuteis ao Estado, sem o exercicio da Agricultura; porque nem todos são habeis para o trato de gados, nem a este trato se deve mandar maior numero, do que he necessario; está a Capitania do Piauhi em circumstancias de procurar, quanto lho he possivel augmentar a cultura dos mais generos, vendoa não só com o objecto da sua subsistencia mas tambem como objecto do Comercio com a Metropole.

101

O Rio Parnaiba he todo navegavel, as suas margens, ainda que se não estendem muito para o interior do Paiz, são fertilissimas, para a cultura do Arroz, do Tabaco, e de todos os mais generos. O Rio Puti admite em muita parte a mesma cultura. O Gorugueia do mesmo modo. Todos os moradores das vizinhanças destes Rios podem navegar para o porto da Villa de S. João da Parnaiba os seus generos, e comerciar directamente, ou pelo Maranhão com a Metropole.

102

Os que vivem mais internados na Capitania do Piauhi, a podem tambem cultivar n'aquelles lugares que n'ella ha de terreno util; e assim tirarão a utilidade de applicar ao trabalho aquella parte da familia, que se não pode apartar das mesmas fazendas, e que he n'ellas inteiramente inutil sustentando-se como feras unicamente das Carnes e fructas silvestre..

103

Alem dos referidos generos, que faz produzir a cultura, ha na Capitania do Piauhi a Intaisica conhecida n'ella, e outras partes do Brazil com o nome de Jatubá, as resinas de Angico, e Cajueiro, que fazem os mesmos effeitos da Goma arabica. No districto da Villa de São João do Parnaiba ha a Caparoza, a Pedra hume, e minas, de que se pode extrahir Chumbo. Há tambem pelas margens do Rio Calindé na fazenda da Ilha oitto legoas á Leste da cidade de Oeiras, outras minas de que se pode extrahir ferro.

104

(') O Rio Preto, que divide com as suas vertentes por esta parte a Capitania do Piauhi da Capitania de Pernambuco, e pelas suas Cabeceiras da Capitania de Goiaz, desce da ditta Cordilheira de montes buscando a Sueste, e corre já navegavel da fazenda do Lustoza a meter-se no Rio Grande, que faz barra no Rio de São Francisco. Por elle sobem da barra do Rio Grande, comboios de fazenda que entrão da Bahia para as minas de São Felix.

105

(') A chapada das Mangabeiras he ramo da celebre cordilheira de montes, de que fallão todos os escriptores da America e trazem todas as cartas Geographicas, pondo-a ordinariamente cada hum a seu arbitrio, e apenas concordando n'aquellas partes, em que ella mais se avizinha ao mar. Ella principia por esta parte entre a barra do Rio Parnaiba, e a Serra do Rio Camosi da Capitania do Ceará com o nome de Serra de Ibiapaba, que quer dizer fim de terra; corre de Norte a Sul; declinando a Sueste forma as minas dos Cariris; e continuava com tanta diversidade de nomes como forão as inclinações dos seus descobridores.

106

Busca o Rio de São Francisco, que a corta, fazendo a grande Cachoeira de Paulo Affonso, e passa a formar para a parte da Bahia as minas da Jacobina, Rio das contas, Fanado, serro do frio, e Geraes.

107

Das geraes volta para o Norte a Oeste da ponta da Ipiapaba e forma o Paracatú, e todas as mais minas, de que se compõe a Capitania de Goiaz, continua formando estas chapadas das mangabeiras, Cabeceiras do Rio Preto, Irussui, Parnaiba, e vai acabar entre o Pará, e Maranhão, correndo não a Oeste do Rio Tocantins, como se vê em algumas Cartas, mas sim a Leste.

108

(') Duro he a primeira povoação da Capitania de Goiaz onde está o registro para evitar os extravios do Ouro. Todo o sertão desde a ultima Fazenda do Lustoza athe o Duro he suspeito dos assaltos da Nação.

A erva, e no tempo das secas falta de agoas.

RECAPITULAÇÃO DAS LEGOAS, E DIAS DE JORNADA

	Legoas	Dias
Da Cidade de S. Luiz do Maranhão as Aldeas Altas	118	12
Das Aldeas Altas a passagem do Rio Parnaiba.	21	3
Da passagem do Rio Parnaiba á barra do Rio Calindé.	28	4
Da barra do Rio Calindé a Villa de Nossa Senhora do Livramento do Parnaná.	90	13
Da Villa de Nossa Senhora do Livramento do Parnaná a primeira passagem do Rio Preto.	15	3
Da primeira passagem do Rio Preto a segunda nas suas cabeceiras.	15	3
Da segunda passagem do Rio Preto á Povoação do Duro	16	2
Do Duro ao Arraial de S. Felix.	. .	4
Do Arraial de S. Felix á Villa-Boa.	. .	6
	303	50

REFLEXÕES SOBRE A MATERIA DO NUMERO 28 ATHE 43, QUE SERVEM DE NOTAS AO ROTEIRO

CAPITULO 1°

Em que se propõe hum novo estabelecimento de Povoação, que se communique pelo interior do Paiz, do Rio Parnaiba da Capitania do Maranhão ao Rio Tocantins da Capitania do Pará, como projecto interessante á reducção de Nações silvestres a Povoação e cultura das referidas Capitanias.

§ 1°

O meio mais facil do reduzir grande parte das ditas Nações a huma firme, e util sugeição, he procurar do Maranhão dilatar as Povoações de Pastos Bons, buscando o Rio Tocantins, e fazer o mesmo das margens do dito Rio Tocantins por aquella altura mais conveniente ao fim de se unirem e communicarem as referidas povoações.

Este projecto ainda que pareça conter algumas difficuldades pela extenção do Paiz, e multidão de Indios Silvestres, que o habitão, não parecerá comtudo chimerico ou impraticavel a quem conhecer bem no fundo o caracter destas Nações, a natureza do Paiz, e o trabalho que demanda a sua cultura.

§ 2°

Pelo que respeita ao caracter, não he dizivel o valor, com que ellas fazem a guerra entre si, a resolução, com que se abandonão aos Lances mais custozos; e a constancia com que soffrem os accidentes mais funestos. Porém no meio de todas estas couzas, que parecem muitas vezes exceder as forças do homem, e que não podem deixar de encher de admiração a quem as vê com olhos racionaes, ellas se deixão possuir de hum tão desordenado medo dos brancos que qualquer leve opposição por mais insubsistente que seja, as perturba, e põe em fugida.

Ellas trocão com facilidade o seu Paiz natural, e põe digo natural, muitas vezes mais fertil, por outro esteril, com tanto que se persuadão que nelle podem viver seguros de brancos. D'aqui nasce

Que as Povoações de Indios nas suas mesmas terrras, ou com ádito livre a ellas, ou a outras remotas, e a nós incognitas, são quasi sempre pouco permanentes na nossa sugeição, e expostas a tantas rebelliões, quantas nós temos até agora experimentado.

Que pelo contrario só os achamos firmes, subsistentes naquellas em que elles conhecem, ou se persuadem que os brancos (como elles dizem) os rodeão e que já se acabarão as suas terras.

§ 3°

Isto posto, he facil de conhecer, que cortado todo este Paiz, com huma linha de Povoações nossas, desde os Sertões da Parnaiba até Tocantins, as Nações, que ficassem ao Norte, vendo que nós Por toda a parte as cercavamos; não só virião com mais facilidade á nossa sugeição, mas sem as largas despezas, e funestas enfermidades, que padecem os Indios nos seus descimentos, ou novos estabelecimentos, se poderião conservar no seu mesmo Paiz natural, aproveitando-nos nós tambem delles mesmos para con-

tinuarmos a cultura das margens dos Rios Miarim Pindaré, e dos mais que descem por esta parte as referidas Capitanias do Maranhão, Cumá, e Caité, e tirarmos dellas não só as excellentes drogas, mas todos os mais generos, que faz produzir a cultura.

§ 4º

Pelo que respeita á natureza do Paiz, e trabalho, que demanda a sua cultura não he tambem impraticavel o referido projecto; porque ainda que o dito Paiz seja extenço (pois só o consideramos menos dilatado por esta parte em comparação do que se lhe segue ao Sul) a experiencia tem mostrado os Paizes áptos para a criação de gados, taes quaes estes são, todos abertos, e cheios de campinas (como fica dito) são por onde em menos tempo se adiantão as povoações. Não há nelles aquelle horrorozo trabalho de deitar grossas matas abaixo, e romper as terras á força de braço, como succede nos Engenhos do Brazil, nas Roças das minas, e por este mesmo Estado do Pará, e Maranhão na cultura dos seus generos. Nelle pouco se muda na superficie da terra tudo se conserva quasi no seu primeiro estado.

Levantada huma caza coberta pela maior parte de palha, feitos huns curraes, e introduzidos os gados, estão povoadas três legoas de terra, e estabelecida huma fazenda. N. 84, athe 89.

§ 5º

Em cada huma fazenda destas, não se ocupão mais de dez, ou doze escravos, e na falta delles os mulatos, mistiços, e pretos forros, raça de que abundão os Sertões da Bahia, Pernambuco, e Siará, principalmente pelas visinhanças do Rio de S. Francisco.

Esta gente perversa, ociosa, e inutil pela aversão que tem ao trabalho da Agricultura, he muito differente empregada nas ditas fazendas de gados. Tem a este exercicio huma tal inclinação, que procura com empenhos ser nelle occupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, creador, ou homem de fazenda, são titulos honorificos entre elles, e sinonimos, com que se distinguem aquelles, a cujo cargo está a administração, e economia das fazendas.

§ 6º

O uso inalteravel nos Sertões de fazer o vaqueiro sua a quarta parte dos gados que cria, sem poder entrar nesta partilha antes de cinco annos, não só faz que os ditos vaqueiros se interessem como senhores, no bom trato das fazendas; mas faz tambem que com os gados que lucrão, passem a estabelecer novas fazendas, e que hum morador do Maranhão, Pará, o Piauhi, possa mandar estabelecer fazendas em lugares remotos; e possuillas sem deixar a sua habitação, e outras culturas, que mais exigem a sua assistencia, e industria, tanto para traçar as lavouras, como para conservar com humanidade, e applicar com proveito hum maior numero de escravos. As mesmas trez legoas de terra, que sendo aptas para a creação de gados, não carecem de mais de dez, ou dôze pessoas; sendo proprias e destinadas as lavouras das canas de Assucar, do Tabaco, e mais generos do Paiz, não chegarião a ver a sua cultura em hum estado de perfeição com os braços de oitto centos, ou mil escravos. Esta differença mostra bem que em menos tempo, com quanto menos despeza, e menos individuos se pode adiantar a Povoação, e cultura do referido Paiz.

CAPITULO 2º

Em que se propõe os meios de reduzir-se á pratica o mesmo Projecto.

§ 7º

Para reduzir-se á pratica o referido projecto, nada mais seria necessario, do que estabelecerem-se trez Arraiaes. O primeiro e segundo, pela Capitania do Maranhão nas margens do Rio Parnahiba e Miarim. O terceiro pela Capitania do Pará, nas margens do Rio Tocantins; com a força de oitenta até cem homens, comprehendo-se no mesmo numero aquella parte da tropa, que se julgasse necessaria para se fazer respeitados, e obedecidos os cheles de huns corpos, que forçosamente seriáo compostos de Indios sem disciplina alguma militar, ou de Paisanos libertinos, e vadios.

§ 8º

As principaes funcções dos dittos Corpos serião estabelecerem-se de modo, que sem disperdicio do sangue das miseraveis nações silvestres, evitassem os estragos de qualquer opposição, que ellas pela sua ignorancia, e barbaridade houvessem de fazer-lhes.

Trabalhar logo em lavouras dos generos comestivos para que mais depressa cessasem com a colheita as despezas de subsistencia naquella parte, a que não chegasse a voluntaria contribuição dos moradores das referidas Capitanias.

Abrir estradas de huns para outros Arraiaes, para assim melhor animar aos futuros povoadores, dos quaes seria infalivel a concorrencia, tendo abertos os caminhos para os seus estabelecimentos, e apoiados com a força dos ditos arraiaes.

Não atacar povoação alguma das Nações silvestres e transitando-se por ellas, deixar intactos os seus domicilios, e as suas plantações, porque esta nossa nova conducta, e desusado modo de as tratar môva a que ellas fujão da nossa communicação e se persuadão mais facilmente que os nossos intentos só são a viver com ellas em boa armonia, sem destruir os seus pobres haveres nem tiral-lhe as proprias vidas.

Impiedade em outro tempo tantas vezes commettida pelos Capitães das conquistas, os quaes fazendo abusos das Leys, e sem se conformarem ás ordens dos seus superiores, talvez porque repartirão tambem com elles a falça abominavel gloria das suas impias e barbaras acções merecerão, ou ficar impunidos nos seus horrorozos delictos, de virem a ser por elles premiados.

§ 9º

A entrega que os ditos Capitães nos fazião de Paizes vazios do mais precioso, que erão os Indios assasinados pelas suas sanguinolentas Bandeiras, e o passo, que com ellas nos franqueavão para sermos testemunhas dos miseraveis restos das referidas Nações, todos ainda cheios de temor das mais violentas atrocidades; bem longe de merecerem honradas recompenças, só

podião servir de convenientes provas, para que fossem tratados como inimigos do Estado huns tão indignos, e tão barbaros conquistadores.

Elles extinguirão muitas Nações, que virião a fazer huma grande parte do mesmo Estado, e das quaes hoje athe faltão os os proprios nomes.

Elles radicárão nas que existem com temor, e desconfiança da nossa communicação os principios mais fecundos de quantos obstaculos se estão encontrando na redução das dittas Nações, Povoação e cultura dos mesmos Paizes. Mais deixando esta parte, passaremos só a ponderar aquelles obstaculos, que podem fazer milhor conhecer as utilidades, que se seguem do referido projecto.

CAPITULO 3º

Em que se poderão, e convencem dois obstaculos que se podem oppor a execcução do Projecto; e se mostra não existir a abundancia de gados. Cuja suposição dá lugar ao segundo.

PRIMEIRO OBSTACULO

§ 10º

O primeiro obstaculo, que se oppõe, versa sobre o caracter das Mesmas Nações silvestres e vem a ser. Que posto se consoguisse com a ditta linha de Povoações sugeitar todas as Nações que ficassem ao Norte, não se sugeitaria tambem as que ficassem ao Sul; antes reputando-se estas seguras nos seus vastos Sertões, não cessarião de inquietar as novas povoações com repetidos, e inopinados insultos. Obstaculo, que em nada destroe o referido projecto; porque ainda que elle tambem tende a facilitar os meios de sugeitar as mesmas Nações do Sul, só as Nações do Norte, he que fazem o seu primeiro objecto.

O mesmo obstaculo se tem encontrado, e se encontrará sempre em todos os estabelecimentos, que se fizerem no meio das referidas Nações. Em quanto nós não observarmos fielmente os meios, que tantas vezes nos são recommendados para podermos entre ellas com brandura, e suavidade amortecer as ideas, que

se conservão bem vivas, das nossas tyranias, e emquanto não sofremos com moderação alguns leves damnos por muitos, que lhes havemos feito; nunca teremos a gloria de as ver sugeitas.

§ 11°

Todas as nossas Povoações com ellas confinantes, principiarão, e subsistirão até hoje com as mesmas hostilidades. Ellas nunca passão das primeiras, e mais proximas fazendas: são feitas sempre a medo, e de emboscada. As Nações remotas não nos vem acometter: as confinantes só o fazem, depois de observarem bem a nossa fraqueza, e o nosso descuido; e como muito temem as nossas armas qualquer resistencia, e vigilancia nossa as põe em fugida.

Sem buscarmos Paizes mais remotos, nem voltarmos a tempos mais antigos, a mesma fregnezia de Pastos Bons, hostilisada pela nação Timbira dá de tudo hum bom exemplo: ella soffreo sempre as invasões da ditta nação, e sofre ainda hoje como a pé firme, sem pertender mais que a conservação das suas Povoações existentes. Não seria milhor que procurasse tirar maiores vantagens adiantando a sua cultura, e sugeitando as Nações visinhas? com ellas se acharião os meios, de sugeitarmos tambem com a mesma brandura, e suavidade as referidas Nações do Sul, de podermos communicar por esta parte com a Capitania de Goiaz.

SEGUNDO OBSTACULO

§ 12°

O segundo obstaculo versa sobre a natureza, povoação, e cultura do Paiz, e vem a ser: Que ainda que os Paizes aptos para a criação de gados mais facilitem a Povoação, e Cultura; não basta esta facilidade para estabelecer a linha de Povoações que se propõe, como meio, na pratica do referido Projecto; he preciso que haja algum objecto mais particular, que excite promova a concurrencia de povoadores necessaria para o estabelecimento da ditta linha de povoações.

Este objecto não pode ser outro mais, que o interesse particular que achara cada hum dos mesmos povoadores na criação dos gados, interesse, que não pode existir, sem haver extração e consumo dos gados, que criarem.

Não podendo pois haver a ditta extração, e consumo; não poderá tambem haver a concorrencia necessaria para se estabelecer a linha de Povoações; nem se fará praticavel o referido Projecto.

§ 13°

Os gados que na Capitania do Maranhão se crião pelas margens do Rio Parnahiba, tem a sua extração para a Cidade da Bahia, e porto da mesma Parnahiba; na barra do Iguarussú pertencente a Capitania do Piauhi: os do Piauhi para os portos do Siará, Pernambuco, Bahia e Minas. Os gados do Siará, e Rio Grande para Pernambuco, e Bahia: os de Pernambuco, e Bahia creados nos Sertões do Rio de S. Francisco para as suas Capitaes, e tambem para as Minas: os dos Sertões da Curutuba que ficão ao Sul das mesmas Minas pertencentes a S. Paulo, para o Rio de Janeiro; para onde se extrahem tambem por mar reduzidos a carnes secas; de todas as outras referidas Capitanias, o para onde no anno de 1765 descerão tambem de Minas. Tudo mostra huma tal abundancia de gados nas mesmas Capitanias, que se faz necessario procurem humas nas outras o seu consumo, que poderião ter os gados creados nas novas Povoações, e faltaria todo o interesse que poderia mover a concurrencia dos Povoadores.

§ 14°

Para remover este obstaculo he necessario ponderarmos, d'onde provenha esta abundancia: ella ou provem da diminuição na Povoação das ditas Capitanias, ou de se crearem nellas tantos, ou mais gados, dos que são necessarios, nem huma, nem outra cousa existe, ou pode existir.

Quanto á primeira parte: não existe diminuição na Povoação, porque ou o numero dos habitantes seja da propagação, ou de concorrerem para as referidas Capitanias os habitantes de outros Paizes; em nenhum destes principios se pode considerar decadencia. Não na propagação, porque o clima do Paiz he tão fecundo, que bem poucas vezes se vê nelle alguma [illegible]

na concurrencia; porque a facilidade com que no mesmo Paiz se dilatam, e multiplicam as occupações na agricultura, minas, navegação, e commercio interior, faz, com que frequentemente se esteja vendo concorrerem muitas pessoas das Ilhas de Portugal afim de serem nellas empregadas e se aproveitarem das utilidades que no dito Paiz offerecem todos os referidos objectos.

Concorrencia, que quando de algum modo se diminuise por maior interesse da Motropole, nunca poderia absolutamente faltar; porquo sempre serião para o mesmo Paiz mandados aquelles, que ou pela sua inutilidade, ou pelos seus dilitos servissem de pezo á mesma Metropole. Além da multidão de pretos, que bem contra sua vontade se introduzem da Africa, não á se utilizarem das commodidades do Paiz, mas a supportarem nello o mais penoso trabalho e serem pela maior parte tratados com mais rigor, e severidade por aquelles mesmos, que sem a miseravel condição de escravos, tirião no seu Paiz natural quasi igual exercicio.

§ 15º

Quanto a segunda parte: não existe tambem a abundancia, que consiste em se crearem nas referidas Capitanias, mais gados do que ellas necessitão para sua subsistencia. A promiscua, e reciproca introdução, e extração que ellas fazem entre si dosseus gados bem longe de provar a referida abundancia só pode servir para mostrar; que segundo a situação, extenção e divisão das dittas Capitanias, dependem humas dos gados das outras, para a sua subsistencia; que cada particular, vai vender as suas boiadas, onde tem maior commodidade e interesse, ou por serem melhores, as estradas' ou mais curta a marcha, ou maior o preço, porque as reputão, que he o primeiro objecto do vendedor.

§ 16º

Emquanto em Minas foi vantajoso o preço dos gados, de todas as Capitanias visinhas (fallamos agora só das que lhe ficam ao Norte) se introduzião n'ellas muitas, e numerosas Boiadas: depois que as mesmas Minas se pozerão em melhor estado de subsistencia com os gados, que orião em si, e lhe fornecem os

mais Sertões adjacentes e depois que se reduzio o valor das Boiadas, que se extrahião das referidas Capitanias, a huma tal diminuição, que computadas as despezas das conduções e direitos das estradas havia igual interesse em venderem-se em Minas, ou em outra qualquer Capitania, parou de sorte esta estação para Minas que desceu a menos de ametade.

§ 17º

A extracção que deste ou d'aquelle Paiz se faz de qualquer genero da sua primeira necessidade, não pode provar abundancia que n'ella há do mesmo genero: porque nos Paizes de liberdade pode ser esta extracção mal regulada pelo interesse de alguns particulares, ficando o Paiz, que o produz, na falta, e indigencia do mesmo genero; mas o consumo, que neste ou naquelle Paiz se faz do mesmo genero, bem prova a falta ou necessidade que d'elle há. Por isso o consumo, que se fazia nas Minas das dittas Boiadas, mostra a falta, que nellas havia de gados, e o consumo, que nas referidas Capitanias, d'onde se extrahião para Minas, se fez daquella parte, que se deixou de extrahir; mostra tambem a necessidade, em que ellas ficavão.

§ 18º

Viajando-se por todo o Estado do Brazil, hade-se achar, que só naquelles Paizes, onde a creação dos gados faz toda a sua cultura, he que os seus habitantes indistinctamente se sustentão dos mesmos gados, e que naquelles Paizes destinados á cultura, que demandão maior numero de indeviduos (como carecem de mais gados, do que crião, ou recebem das dittas Capitanias) elles estão na percizão de buscar outro modo de subsistencia.

Nas Minas todos os escravos se sustentão de legumes, o milho, e feijão he o seu unico, e ordinario alimento. O mesmo acontece a respeito dos mais habitantes, que não vivem nas Villas, ou Arraiaes, em que costuma haver açougues: as mais abundantes ajuntão ao mesmo mantimento as carnes salgadas de muitos porcos, que crião, nutridos não em montados, mas com os mesmos legumes, com elles se sustentão tambem os escravos dos

Engenhos e rossas, tanto no Rio de Janeiro, como da maior parte das Capitanias de Pernambuco, e Bahia.

As Povoações de Indios, e quasi todos os moradores pobres, que vivem dispersos pelas margens dos Rios, e mais internados nos Serões; e ainda os que vivem nas praias do mar apartados das Villas, e Cidades, sustentão-se da pesca, da caça, do mel das abelhas bravas das raizes e fructos silvestres; quem depois de ter viajado por todo o Estado do Brazil e examinado a particular subsistencia de cada hum dos seus habitantes, e adquirido todos estes conhecimentos, deixará de ter por vã a idéa da abundancia, de gados que se oppoem á execução do referido Projecto.

§ 19º

Assentando pois que não ha a pertendida abundancia de gados, tornaremos ás mesmas Capitanias para mostrarmos as utilidades que se seguirião á Metropole destas Colonias, se nellas si estabelecesse, e mostraremos depois como ainda estabelecida a abundancia de gados, não serviria de obstaculo a execução do refeido Projecto.

CAPITULO 4º

Em que mais se convence o segundo obstaculo; mostrando-se as utilidades que resultarião, se existisse a supposta abundancia de gados.

§ 20º

Das Minas, Paiz fertilissimo e que tanto produz os generos, e fructos da America, como da Europa, pela situação no interior do Sertão, a Metropole não extrahe ainda mais, do que o ouro, e pedras preciosas. Emquanto nellas não se multiplicarão as familias, e crescêo a Povoação o ouro que dellas se extrahia, pagava muito bem as mercadorias, e mais generos que pelos portos de Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro se introduzião da Metropole. Depois que com o referido augmento se fez percizo para a conservação tanto natural, como civil, destinar á agricultura, aos officios, ao commercio, ou mercancia interior, e mais occupações hum consideravel numero de indeviduos, que não trabalhão em Minas, vio-se crescer desordeiramente o consumo,

que ellas fazião das dittas mercadorias e mais generos das Capitania vizinhas: como porem a proporção não se vio crescer tambem o numero de Mineiros, o valor do consumo que se faz das dittas mercadorias, e mais generos excede á extracção do ouro.

§ 21º

D'aqui se segue, que tanto as mais Capitanias, como a Metropole perdem não só no equivalente do mesmo consumo, mas na multidão dos individuos que entretidos largos annos em procurar com as suas traficancias e mercancias o ouro, que se não extrahem: vem pela falta de pagamentos a falir, mudando-se de huns para outros portos, de humas para outras Minas, e tendo em todas representado a mesma figura; para não pagarem no corpo, o que lhe falta em ouro, vão por ultimo refugiar-se nos mais remotos Sertões. Frequentemente se está vendo vagar por elles a muitos destes individuos, sustentados á custa dos Sertanejos, que nem se aproveitaram de suas mercancias, nem de algum modo concorrerão, para serem condemnados a manter humas figuras inteiramente inuteis.

§ 22º

Reduzir-se pois a iquilibrio, ou fazer pezar mais o ouro, que se tira das Minas, do que o valor das mercadorias, que se consomem, seria descobrir o meio de dar o equivalente do mesmo consumo, e procurar os interesses da Metropole. Ella estabeleceo para este fim as collonias: tem direito de poder restringir, e regular este, ou aquelle commercio, esta ou aquella occupação e agricultura, que nellas se opuzer aos mesmos interesses, e com muito maior razão a respeito das referidas collonias, para onde nós não temos só visto sahir, tudo quanto nella valle. Portugal tem-se liberalmente despovoado em beneficio das mesmas collonias; e nós vemos nellas povoadores de toda a condicção.

§ 23º

Não fallando em restringir o Commercio nem pelo que respeita ao numero dos sujeitos, que nelle se occupão, nem a certas

mercadorias e mais generos. Não discorrendo tambem pelas outras classes, nem ponderando a multidão de gente que faltando o ouro para pagar as mercadorias, que consomen, inuttilmente nellas se entretem a respeito da Metropole. Hum dos meios de reduzir a equilibrio o ouro, que se extrahe, com o valor das referidas mercadorias consiste em regular-se á agricultura; não pelo que respeita á quantidade das suas produções; porque em Minas onde ella só se limita a subsistencia, não pode haver superfluo; mas sim ao modo de haver á mesma quantidade, e maior sendo necessario; modo, que se deve procurar por huma parte facilitando, e déminuindo o trabalho da agricultura; e por outra parte substituindo a huns generos outros, que demandem menos altura (sic).

§ 24°

A primeira parte em hum Paiz como de Minas, se conseguiria estabelecendo-se o uso de Machinas, que não só facilitão a cultura, mas diminuem o numero de braços no estado presente, necessarios para ella: o uso commum de cultura nas ditas Minas, he procurar, como mais ferteis, as terras cobertas de densas mattas; cortallas com machados, e depois de seca a folha, consumilla a fogo; e por entre raizes, troncos, e madeiras que ficão, fazer a sementeira: isto he, a que chamão Rossada. No anno seguinte passão a fazer do mesmo modo novos rossados em outros lugares: os que deixão, como conservão os mesmos troncos, e as mesmas raizes, em pouco tempo formão novas mattas, a que chamão capoeiras, as quaes vem a ser quasi com o mesmo trabalho outra vez cultivadas.

§ 25°

Aqui ha dois vicios que emendar: o primeiro he a escolha, que indistintamente fazem das mattas, havendo em muitas partes campos capazes de admitir a mesma cultura: o segundo he o estado, em que deixão as terras depois de feitos os rossados. Hum terreno tão occupado não pode admitir arados: porem se logo no primeiro rompimento, o prepararem milhor: arrancando as raizes que no referido Paiz, são tão chegadas a superficie da

terra, que muitas vezes não sustentão as arvores; com este maior trabalho ficando as terras dispostas para o uso dos arados, se diminuiria nos mais annos o numero dos trabalhadores.

§ 26°

A segunda parte se conseguiria tambem d'abundancia de gados, que mostramos não haver, pelo consumo, que fazem os seus habitantes, de outros generos. Esta abundancia facilitando mais a subsistencia faria diminuir e huma grande parte o consumo das carnes de porco; faria diminuir outra parte muito consideravel dos legumes necessarios como fica dito para o sustento dos pobres, dos escravos, e nutrição dos mesmos porcos. Faltando o consumo dos referidos generos pela substituição dos gados, que farião huma subsistencia mais commoda; o rosseiro, não achando utilidade em occupar na agricultura o mesmo numero de escravos, de necessidade aplicaria a parte que restasse, á extração do ouro.

§ 27°

Ex aqui como na Capitania de Minas, se augmentaria o numero dos Mineiros. Crescendo o numero dos Mineiros, Seria maior a extração do ouro. Ex aqui tambem como a abundancia de gados concorreria para por em iquilibrio o valor do ouro, com o valor das mercadorias, que n'ellas se consomem; para sustentar o commercio que faz a Metropole com as ditas Collonias e para evitar nellas a perda de tantos negociantes, quantos por falta de pagamentos continuadamente se estão vendo falir.

§ 28°

Nas outras Capitanias, fazendo-se tambem superflua outra grande parte de trabalhadores destinados á cultura dos generos necessarios para a sua subsistencia; mais se poderião applicar á cultura dos generos, que se costumão exportar para a mesma Metropole. E deste augmento se seguiria tambem augmentar-se o commercio, e a navegação. Estas são as utilidades que se seguirião á Metropole de se estabelecer a referida abundancia de gados. Vejamos agora como, ainda existindo em todas as referidas Capitanias, não pode servir de obstaculo á execução do Projecto.

CAPITULO 5º

Em que se acaba de convencer; mostrando-se que, ainda que existisse a abundancia de gados, não serviria de obstaculo a execução do Projecto.

§ 29º

Estabelecida a ditta linha de Povoações, os seus gados, alem da extração, que terião em grande parte commua com a freguezia de Pastos Bons pelo Rio Parnahiba, para as Capitanias da Bahia, e Rio de Janeiro fornecerião ao Pará pelo Rio Tocantins os que lhe faltão para a sua subsistencia.

A ilha de Joannes he sim creadora de muitos gados; porem ella não pode bastar para crear os necessarios.

A Povoação do Pará, tem crescido tanto, que em menos de desasseis annos, tem dobrado o consumo, que fazia dos seus gados, e apezar de todos os raciocinios, e de todas as providencias, não he consprehensivel como a Ilha de Joannes, cujos limites se não podem exceder, crescendo a Povoação, possa supprir para o futuro, os gados que ha dois annos temos visto faltar.

§ 30º

A Capitania do Pará he toda regada de muitos e caudolosos Rios, cujas margens se dilatão em grandes matas; nellas, como temos dito, não se pode facilmente estabelecer a creação de gados. Seria pois necessario hir buscar no interior do Paiz os Sertões abertos; alem da pouca fertilidade dos seus pastos, podem conter outras resões, que obstem a se irem descobrindo com Povoações tão pouco populozas, como são as fazendas de gados dos Sertões abertos; estes, que dão lugar ao referido Projecto, não são, os que lhe ficão mais vizinhos. E não serão tambem por isso os mais proprios, para nelles, se estabelecer a creação de gados, de que já necessita, e mais necessitará para o futuro, o Pará?

Logo alem dos fins, que tem o referido Projecto, de reduzir a nossa subjeição huma grande parte das nações Silvestres, de procurar com ellas adiantar a cultura das Capitanias do Maranhão, e Pará, ou de dar principio a se estabelecer huma nova Capitania entre o Maranhão, e Pará, Piauhi, e Goiaz; deve-se tambem ter por fim do mesmo Projecto o procurar-se a subsistencia do Pará. E assim fica mostrado que ainda que existisse a referida abundancia de gados nas outras Capitanias, não pode servir de obstaculo á execução do Projecto.

CAPITULO 6º

Em que se estabelecem princi'ios, para firmar a nesessidade e mostrar milhor as utilidades da execução do Projecto, com demonstrações tiradas da Povoação, Cultura, e Commercio de outras Capitanias.

§ 31º

Nas razões com que acabamos ds persuadir a execução do Projecto que temos proposto, consideramos a necessidade que ha de procurar-se a subsistencia da Capitania do Para com novos estabelecimentos de creação de gados:

Agora para continuarmos a persuadir a mesma execução do Projecto, não só mostraremos as utilidades, que della se seguirião á Povoação, cultura e commercio do Maranhão, e Pará; mas mostraremos tambem a necessidade que ha de evitar-se a extração, que os portos da Parnahiba, e Seará, estão fazendo do dinheiro da dita Capitania do Pará com a importação, que nella fazem, dos seus gados reduzidos a carnes secas.

As Capitanias do Rio de Janeiro, Espirito Santo, Porto Seguro, Ilheos, Bahia, Pernambuco, e quantas se seguem ao Norte darão os principios para mostrar, o que pertendemos dizer.

DEMONSTRAÇÃO

§ 32º

Todas as referidas Capitanias tem portos de mar: são os milhores os do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Todas são pelo interior do Paiz rodeadas de outras Capitanias e Povoações com as quaes não se communicão as do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilheos.

Comparadas entre si na fertilidade do terreno, ella he maior, e mais continua nas Capitanias do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilheos. Comparadas na Povoação, na cultura e no Commercio, excedem muito as do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Este excesso; sendo como temos ditto mais ferteis as Capitanias do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilheos; parece que só poderá provir, ou da excellencia dos Portos de mar, das dittas Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco ou da communicação, que ellas tem, com as Capitanias, e Povoações do interior, com as quaes não se communicão as Capitanias do Espirito Santo, Porto Seguro e Ilheos. Para mostrarmos pois, d'onde provenha, mostraremos primeiro, que não pode só provir da excellencia dos Portos.

§ 33º

As collonias como já discemos no paragrapho vinte e dois são estabelecidas em utilidade da Metropole. Por maxima fundada nesta utilidade os habitantes das Collonias devem occuparse em cultivar, e adquirir as producções naturaes, ou materias primeiras, para que sendo exportadas á Metropole, esta não só della se sirva, mas aprefeiçoandluas possa tambem tirar das collonias o preço da mão d'obra e possa commerciar no superfluo com as Nações estrangeiras. D'onde se segue.

1.º Que nas Collonias, se deve suppor aquisição das producções naturaes e a necessidade de comerciar n'ellas, com a Metropole.

2.º Que nas Collonias ou se recebão as dittas producções imediatamente, ou pelos meios da cultura, ellas devem ser sempre o objecto commum, e principal da povoação, e a materia do commercio, e o vallor das dittas producções deve ser tambem o objecto particular e interesse do povoador, ou seja agricultor, ou Commerciante.

3.º Que todo o Povoador, ou seja agricultor, ou Commerciante para se estabelecer nas collonais, hade procurar aquelles lugares, onde possa adquirir as dittas producções, e possa nellas commerciar com proveito.

§ 34º

Já sabemos que em todas as referidas Capitanias ha portos de mar, supponhamos agora que só por elles se faz a extração das suas respectivas producções. Pela primeira o segunda dedução do paragrapho antecedente, devemos conceder, que os portos de mar nas ditas Capitanias serão o lugar da feira, das suas producções, e a bolça de todo o commercio das ditas Capitanias. Pela segunda, e terceira deducção do mesmo paragrapho devemos conceder tambem que o Povoador ou seja agricultor, ou seja commerciante, de nenhuma maneira estenderá a povoação, Cultura e commercio, para o interior do Paiz: tudo se estabelecer naquelles lugares, dos quaes, sendo conduzidas as producções dos ditos portos, não passão com o vallor que n'elles tiverem pagar tanto o trabalho da acquisição, como as despesas das conducções, e transportes. D'aqui se segue.

1º Que o vallor tiverem nos portos respectivos as producções das dittas Capitanias, será a regra, que fixe os limites da extenção da povoação, Cultura e Commercio, para o interior do Paiz.

2º Que n'aquellas Capitanias, onde as producções tiverem o mesmo valor, será tambem igual a extinção da povoação, cultura e Commercio para o interior do Paiz, á proporção das despezas nas condições, e transportes.

§ 35º

Já sabemos tambem que humas Capitanias tem milhores portos do que outras, e que n'estas he maior a povoação, a cultura e commercio.

Seguir-se-ha por ventura, que este excesso só provenha as dittas Capitanias da excellencia dos seus portos? A povoação cultura e commercio póde ser intensiva, ou extensivamente maior: demos, que sendo melhores os portos, seja nas dittas Capitanias maior a concorrencia de habitantes, e por isso intensivamente maior, isto he, mais numerosa a povoação e mais importante, a cultura e commercio, nunca d'aqui se póde seguir, que seja por isso tambem n'ellas maior a extenção da Povação, da cultura, e commercio para o interior do Paiz.

1.° Porque sendo como são, em todas as referidas Capitanias, quasi da mesma natureza, e vallor as produções, que n'ellas se podem cultivar, e adquirir; pela segunda dedução do paragrapho antecedente não poderião exceder humas Capitanias, a outras, na extensão da povoação da cultura e do commercio.

2.° Porque pela regra estabelecida na primeira dedução do ditto paragrapho, humas Capitanias não poderião exceder ás outras na extenção da Povoação, da cultura e commercio, para o interior do Paiz, sem que excedessem tambem no vallor das produções; excesso, que não devemos conceder, vendo, como temos ditto nos §§ 22 e 23, que o fim d'estas Collonias he utilizar a Metropole: e que o Commercio que esta faz com as referidas Capitanias, não póde admitir muito differente calculo no vallor das producções.

§ 36°

Isto posto claramente se vê, que ainda que o excesso, que as Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, levão na intensão da povoação, da cultura, e do commercio ás outras Capitanias do Espirito Santo, Porto seguro, e Ilheos provenha da excellencia dos seus portos, o que ellas tem na extenção da mesma Povoação cultura e Commercio, para o interior do Paiz excedendo os limites perfixos pelo vallor das producções, não pode provir do mesmo principio. Vejamos agora de onde provem.

2ª DEMONSTRAÇÃO

§ 37°

Temos já ditto que o Rio de Janeiro, a Bahia e Pernambuco, são as Capitanias, que mais florecem, tanto na intenção, como na extenção da Povoação, da Cultura, e do Commercio.

Que ellas e as que se seguem ao Norte de Pernambuco, communicão-se com as Povoações e Capitanias do interior do Paiz, o que não fazem as Capitanias do Espirito Santo, Porto seguro, e Ilheos.

Temos mostrado como da excellencia dos seus portos não lhes pode provir todo o excesso, que ellas levão as outras na Povoação da Cultura, e no Commercio.

Vemos que não lhes provem da fertilidade do terreno, porque ellas cedem nesta parte, ás do Espirito Santo, Porto seguro, e Ilheos. Resta-nos examinar a differença que há, em quanto se communicão com as Capitanias, e Povoações do interior; porque desta differença tiraremos o principio da maior extenção, da Povoação, da cultura e commercio, das referidas Capitanias.

Vejamos para isso primeiro, quaes sejão as capitanias, e Povoações, do interior; em que consista a sua natureza; qual a relação que dizem ás Capitanias da Marinha, e como nellas influem.

§ 38°

As Capitanias, e Povoações do interior do Paiz são as Minas geraes, Serro do frio, Pitangui, Paracatù, Goiaz, Fanado, Rio das Contas, Jacobina, Sertões de S. Francisco, e Capitania do Piauhi. Consistem em Minas de ouro, pedras preciosas, e creação de gados, tanto vaccum, como cavallar.

§ 39°

A relação, que há entre ellas, e as Capitanias da Marinha, he huma reciproca e effectiva dessendencia. As Minas dependem das Capitanias da Marinha, para receberem as manufacturas, e mais generos, que nellas se introduzem da Metropole, e com que satisfazem ás suas necessidades tanto Reaes, como de opinião principalmente as que respeitão ao vestir: para haverem os escravos de Africa necessarios para a cultura dos generos do Paiz, com que saptisfazem á sua nutrição, e para o trabalho das Minas, d'onde tirão o ouro, com que pagão as mesmas manufacturas, os mesmos generos dos mesmos escravos.

§ 40°

As Capitanias, e Povoações que só consistem na creação de gados, excedendo a multiplicação dos mesmos gados ao necessario para a sua subsistencia, e não podendo dar dentro d'ellas mesmas consumo ao superfluo; procurão as Capitanias da Marinha, como mais povoadas, para ahi os venderem, e d'ellas dependem para

a troca dos mesmos gados ou dinheiro, que por elles recebem, haverem as manufacturas, e mais generos da Metropole; os escravos de Africa tambem necessarios para a cultura dos generos comestiveis do Paiz, e trato da mesma creação de gados.

§ 41º

As Capitanias da Marinha dependem das Minas, para haverem o Ouro e pedras preciosas a troco das Manufucturas, e mais generos da Metropole, e escravos de Affrica.

Despendem das Capitanias e Povoações, em que se crião gados, para saptisfazerem com ellas mais commodamente a huma grande parte da sua subsistencia, e pouparem-se ao trabalho de procurarem, ou o mesmo genero, cuja creação he nella mais custoza, ou o equivalente com a cultura de outros, que diminuiria a acquisição, que fazem d'aquelles em que comercião com a Metropole.

§ 42º

Segundo o principio estabelecido no § 34 sobre a extenção da Povoação Cultura, e commercio das Capitanias da Marinha, parece que esta dependencia, em que estão humas Capitanias das outras, não poderia ser effectiva; porque na communicação, que ellas fazem dos referidos objectos, se excedem aos limites perfixos á extenção da Povoação, da Cultura, e Commercio das dittas Capitanias da Marinha: mas como a distancia, ou extenção não he no ditto principio considerada absolutamente, mas sim regulada segundo o vallor das producções, e mais circunstancias; ellas podem fazer, que a povoação das Capitanias da Marinha, não passe de sertos limites, e que a communicação das dittas Capitanias com as do interior exceda os referidos limites, e vá muito adiante.

§ 43º

Pelo que respeita as Minas, o ouro que ellas produzem, o communicão he o metal mais precioso, e mais commodo, que os homens acharão para representar todas as outras producções, tanto da natureza, como da industria, e sendo proprio, será

phenomeno bem raro apparecer hum homem, que se queixe do trabalho, e despezas que faz nesta conducção.

Os gados, que crião as outras Capitanias, e Povoações do interior, para serem communicados as Capitanias da Marinha, não necessitão de quem carregue; elles são os que sentem nas longas marchas todo o pezo dos seus corpos; e apenas se faz necessario, que haja quem os encaminhem.

§ 44º

Pelo que respeita as Capitanias da Marinha; nos miseraveis escravos, que por ellas se introduzem de Africa, dá-se a mesma razão, que se acaba de ponderar nos gados.

Nas manufacturas e mais generos da Metropole augmenta tanto a industria o vallor, que com as mesmas despezas que se farião, conduzindo-se o Capital de ouro, ou vinte mil reis em generos do Paiz, ou materiaes primeiras, se pode conduzir o Capital de oito centos, dois contos, ou mais em manufactura, ou materiaes segundas.

§ 45º

Ex aqui como, segundo o mesmo principio; ainda que as Capitanias da Marinha não possão exceder a certos limites na povoação, e cultura dos generos do Paiz, que se exportão á Metropole; podem as mesmas Capitanias, e as do interior não obstando a consideravel distancia, que há entre ellas, communicarem-se e servirem-se mutuamente nas suas dependencias; introduzindo-se humas nas outras os generos, que por si se movem, o ouro, as pedras preciosas, as manufacturas da Metropole, e quanto a industria com a mão d'obra tem augmentado no vallor, e reduzido a classe das materias segundas.

§ 46º

Desta communicação pois, e deste commercio, que temos mostrado poder subsistir entre as referidas Capitanias; e que faz effectiva a dependencia em que se achão humas das outras, nasce o influxo, que recebem as Capitanias da Marinha na povoação, cultura, e commercio, intensiva e extensivamente.

O ouro quem não sabe, que circulando no corpo politico, faz dentro deste os mesmos effeitos, que o sangue no corpo phisico? elle corre por todas as suas partes vivificando-as e dando calor a agricultura, e ao commercio, tanto interior como exterior, tanto activo como passivo.

Os gados com o prompto alimento, que offerecem aos povos da Marinha; não só fazem diminuir a cultura de muitos generos, que só servirião para a nutrição dos mesmos povos; mas fazem crescer a cultura, e quantidade d'aquelles, que se exportão á metropole, estabelecem com as suas pelles as fabricas de Atanados; e tanto o ouro, como os gados servem de promover a agricultura e augmentar o commercio.

§ 47º

Estes são os influxos, que as Capitanias da Marinha recebem da communicação com as Capitanias do interior intensivamente, e dentro dos limites prefixos á sua povoação, e cultura. Para vermos agora, o que recebem extensivamente ou fora dos prefixos limites; daremos a rasão dos principios que temos estabelecido tirando por consequencia o Estado, em que estaria os Paizes medios, as referidas Capitanias. Isto servirá, para conhecermos milhor a causa da differença em que alguns se achão; e para descobrirmos n'esta causa o principio da maior extenção da povoação e cultura das Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e quantas lhe ficão ao Norte, em comparação das do Espirito Santo, Porto seguro, Ilheos, que he o que vamos amostrar.

3ª DEMONSTRAÇÃO E CONCLUSÃO DOS PRECEDENTES

§ 48º

As producções das referidas Capitanias, ou consistem em generos, que pelo seu maior vallor, e facilidade de conducção são, como temos mostrado, communicaveis sem grandes despezas a Paizes remotos, ou em generos, que pelo volume, pezo pouco vallor e duração dependem de grandes fretes, e despezas; e não podem ser levados a consideraveis distancias,

§ 49º

Pelos vinculos da sociedade, ou ordem admiravel da Providencia, que estabelece entre todos os homens huma dependencia, ou necissidade de se communicarem huns com outros, nenhum particular pode só pelo seu trabalho, e industria cultivar e fazer quanto lhe he necessario para satisfazer as suas necessidades, assim reaes, como de oppinião.

Esta impossibilidade de subsistir qualquer individuo sem alheios socorros, ou Lei universal, que liga os homens entre si, tem a politica nas Collonias para maior utilidade, e dependencia em que devem estar da Metropole, e nellas como temos ditto, os habitantes só se devem occupar em adquirir as materias primeiras, e haver, a troca d'ellas da mesma Metropole as manufacturas necessarias, para satisfazer aquella parte, que respeita ao vestir.

§ 50º

D'aqui se segue. 1º Que a agricultura nas Collonias não pode ser só considerada como objecto da subsistencia; deve de necessidade ser vista como objecto do commercio, tanto exterior a respeito da Metropole, como interior e economico a respeito dos habitantes.

2º Que nenhum agricultor poderá subsistir sem vender ou permutar parte dos effeitos da sua cultura, para assim poder haver, o que necessita para se vestir.

3º Que não podendo o agricultor conseguir pela cultura os dois fins de que depende a sua subsistencia; ou porque o Paiz não produz os generos, de que outros necessitão; ou porque os generos que produz, pelo volume, pezo, pouco vallor, e duração, não podem ser conduzidos a partes distantes, para serem n'ellas vendidas e permutados; nós veremos os Paizes incultos, os seus habitantes nús, como as nações silvestres, ou como aquelles que internados nos mesmos Paizes vivem da Caça da pesca, e dos poucos generos, que apenas cultivão meramente para se alimentarem.

§ 51º

Esta he a rasão do principio, no qual estabelecemos, que nas Capitanias da Marinha, fazendo-se só pelos portos respectivos a extracção das suas producções, não passaria a povoação d'aquelles limites, dos quaes conduzidas aos mesmos portos as ditas producções, com o vallor que nelles tivessem, pagassem o trabalho da acquisição, e as despezas, que se fizessem em conduzillas deduzindo: que o vallor, que terião os generos nos ditos portos fixaria os limites da Povoação, e cultura para o interior do Paiz; limites, que a excellencia dos portos nunca faria exceder.

§ 52º

Na contraria desta rasão fundada na natureza dos objectos da dependencia que ha entre as referidas Capitanias da Marinha e interior, ou interesse, que acharia o agricultor, e commerciante nos generos que pelo seu maior vallor e facillidade de conducção podem ser communicados com proveitos a maiores distancias, para serem vendidos, e permutados, como mostramos, he que estabelecemos o principio da communicação que ha entre as dittas Capitanias; communicação que faz povoar as Capitanias do interior, e faz effectiva a dependencia em que se achão humas Capitanias das outras.

§ 53º

Destes principios deduzimos agora por inffallivel consequencia; que os Paizes medios, isto he, todos aquelles, que entre as referidas Capitanias excedem os limites perfixos á povoação das Capitanias da Marinha; e não produzisse os generos da natureza d'aquelles, que produzem as Capitanias do interior; serião inteiramente incultos. Taes são, os que vemos entre as Capitanias do Espirito Santo, Porto seguro, Ilheos, e Minas Geraes; e taes serião tambem todos os que se dilatão entre as outras Capitanias; se huma razão intrinseca não removesse as difficuldades, em que os consideramos pela remota situação, e natureza das

suas producções; e não facilitasse os meios de se poder tirar delles algum proveito.

O tranzito, que pelos dittos paizes fazem as pessoas, que se entretem na communicação, e commercio dos referidos objectos da dependencia entre as ditas Capitanias da Marinha, e interior, he a razão, que ponderamos: os meios serão os que vamos a referir.

4ª DEMONSTRACÇÃO E CONCLUZÃO DO CAPITULO

§ 54º

Existindo incultos, taes quaes serião os Paizes medios, os viandantes, e commerciantes das Capitanias extremas, não podendo por elles tranzitar sem o necessario para sua subsistencia alêm dos generos, que como temos dito, são o objecto da referida dependencia, e materia desta communicação e commercio, generos, como temos mostrado pela sua natureza communicaveis a consideraveis distancias; conduzirião tambem aquelles, generos que pelo volume, pezo, pouco vallor do Capital, como ordinariamente são os comestiveis; para suprirem com elle ás suas necessidades pessoaes, e alimentarem a multidão de bestas, que serve nesta communicação e commercio; de sorte que ou augmentarião consideravelmente as despezas, que fazem nos seus combojs, conduzindo em humas bestas; não só o que seria necessario para alimentar outras; mas tambem as mesmas que para esse fim acressesem; ou se exporião a experimentar os funestos effeitos da fome, e perda total dos seus combojs.

§ 55º

Isto que augmentaria consideravelmente as despezas da conducção, introduziria nas Capitanias do interior a carestia dos objectos da sua dependencia, restringeria o Commercio, e faria muitas vezes impraticavel a communicação, he o mesmo, que promove a Povoação, e cultura dos ditos Paizes medios.

§ 56º

O novo povoador, vendo que o viandante, e commerciante se achassem nos ditos Paizes medios os generos necessarios para

a sua propria subsistencia, e dos seus comboys, ainda a mais alto preço os comprarião, para evitar os encommodos, e maiores despesas, que farião, em conduzir os que lhes fossem precizos; e vendo tambem que nos mesmos Paizes pode com a cultura dos generos comestiveis satisfazer aos dois fins, porque nella se deve interessar aquelles generos, que tem extracção para a Metropole, cultiva os comestiveis e desta cultura tira não só o necessario para a sua familia; mas o superfluo, que vende aos viandantes e Commerciantes, e com cujo producto compra as manufacturas, para se vestir.

§ 57º

Estabelecido o agricultor crescendo a familia, e dividindo-se em ramos o natural amor aos parentes, e congenita inclinação aos Paizes, em que nascerão, faz que por elles se vão dilatando constituindo novas familias. Depois disso, o pratico exato conhecimento que ellas adquirem dos mesmos Paizes; vai aplanando as difficuldades que há para a communicação, dando melhor direcção as estradas; e se achão muitas vezes em estado de poderem conduzir aos portos os generos cultivados em muitos logares, d'onde terião por impraticavel esta extracção, quando nelles se forem estabelecer.

§ 58º

Ex aqui o que tem acontecido nos paizes, que ficão entre o Rio de Janeiro e Minas geraes pelas estradas da Estrella; ao Couto que lhe fica ao Sul, e caminho novo tambem ao Sul do Couto, estrada, que todas se ajuntam antes dos Rios Paraiba, e Paraibuna, onde está o registo, e Paizes que sendo todos cobertos de densas mattas, athe faltaria nelles pastos para as bestas, se a cultura não tivesse aberto o necessario.

§ 59º

Alem destas rasões geraes e commuas a qualquer nova Povoação nos Paizes, que pela outra parte estão entre a Bahia, Pernambuco mais Capitanias ao Norte, e as Minas, Povoações e

Capitanias, em que se crião gados, ha de particular, que das numerosas Boiadas que se vão vender aos dittos portos, ficão pelas estradas muitas reses, humas porque se apartão para os campos, outras por fracas, e imcapazes de continuar a marcha: de sorte que calculando-se a diminuição, que vem a ter as Boiadas, chega a mais da torça parte.

§ 60º

Esta parte que seria inteiramente perdida, serve tambem de prover a Povoação, e cultura dos dittos Paizes medios para della utilizarem-se vão nelles estabelecerem-se muitos povoadores, os quaes a comprão nas estradas por baixo preço aos conductores das Boiadas postos na precisão de a deixarem, e sem esperança de a poderem mais haver, ou porque pereceria em muitos lugares á sede, ou porque recuperadas as forças se internarião pelos Sertões, e ou porque acharião quem d'ella se utilizasse, sem fazer desembolço algum, como he bem frequente pelas dittas estradas.

§ 61º

Os novos povoadores sustentando-se d'aquellas reses, de que não esperão outro interesse, cuidão em que se restabeleção as que lhes sobrão para as irem no anno seguinte vender aos mesmos portos, e para este fim, como os dittos Paizes são por sua natureza aridos, e paressem pela falta de agoa em muitas partes inhabitaveis não só se aproveitão da que descobrem em alguns lugares mais remotos; mas procurão com a industria fazer tanques onde a conservão no Inverno e por este modo utilisando-se dos gados, que se crião nas Capitanias do interior, passão tambem a estabelecer novas creações em sitios, que serião inteiramente despovoados, se este primeiro interesse não os levasse a elles.

§ 62º

Ex aqui tambem, como vemos povoada muita parte dos Sertões que correm da Bahia ás Jacobinas, da Jacobina ao Rio de S. Francisco; do Rio de S. Francisco á Capitania do Piauhy, andando de Leste a Oeste, e buscando tanto ao Sul as Minas do

Rio das Contas, Fanado, serro do frio, e Geraes, como para o Norte as dittas Capitanias que se seguem por esta parte a Pernambuco.

§ 63º

Sendo pois estes os meios, porque vemos povoados em muita parte os Paizes entremedios ao Rio de Janeiro, e Minas Geraes, entremedios á Bahia, Pernambuco, mais Capitanias ao Norte, e as mesmas Minas, e Povoações do interior, devemos concluir, que por isso não se achão Povoados os Paizes entre as Capitanias do Espirito Santo, Porto seguro, Ilheos, e as Minas Geraes, e serro do frio, porque lhes falta esta communicação, provem a maior extenção da Povoação, da Cultura, e commercio das Capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e quantas lhe ficão ao Norte, que he o que pertendiamos mostrar.

§ 64º

Para combinar-mos o que vamos a dizer da Povoação, e cultura do Maranhão, e Pará com o que temos mostrado, estabeleceremos agora, como principios já demostrados.

1º Que as Povoações do interior do Paiz send o dependentes das Capitanias da Marinha, e tendo com ellas communicação, concorrem para o augmento tanto intensivo, como extensivo da Povoação, Cultura, e Commercio das Capitanias da Marinha.

2º Que sem esta communicação as Capitanias da Marinha não excederião na Povoação, Cultura, e Commercio a certos limites; e dentro dos mesmos limites não serião tambem povoadas. Antes de passarmos á ditta combinação, ponderemos dois prejuizos tão vulgares, como oppostos dos principios que temos estabelecido.

CAPITULO 7º

Em que se ponderão, e convensem dos prejuizos vulgares, que resistem ao fim dos principios estabelecidos.

PRIMEIRO PREJUIZO

§ 65º

He o primeiro dos dittos prejuizos: Que o Estado perde todo aquelle individuo, que manda aos Sertões. Esta proposição que

ainda nos Paizes dominantes pode ser admitida, he bem contraria das Collonias á conservação da dominação, porque estando as Collonias expostas a serem atacadas por qualquer Potencia inimiga, e muito nas circumstancias de se verem suprehendidos alguns dos seus portos da Marinha; não he necessario buscar exemplos nas Collonias estranhas; nem valer-nos dos que acharíamos nas nossas, tanto pela parte do Norte, como do Sul para conhecer-mos que as Povoações do interior do Paiz, são como huns corpos de reserva, postos em seguro para defensa das Capitanias da Marinha, Corpos que não podem ser atacados, antes que lhe chegue a noticia da Guerra; e se disponhão a esperar e remover os seus effeitos; sendo mais facil ao invasor dispor todos os aproxes para o ataque de huma praça bem fortificada do que conservar huma marcha bem ordenada, e guardar todas as forças para penetrar, e hir sugeitar Paizes remotos que dão todas as vantagens aos seus habitantes.

§ 66º

Depois disso concorrem tambem em que estão, para poderem subsistir algumas Capitanias da Marinha das Capitanias, e Povoações do interior. Sugeitas que ellas fossem não serião tantas forças inimigas, que ao mesmo tempo podessem guarnecer com segurança os postos vencidos, e constranger as Povoações do interior, a que lhe fornecessem o necessario; e levantassem o sitio, em que terião posto, não tendo com ellas communicação.

§ 67º

Deixando outras ponderações bem evidentemente se vê, quanto podem nas Collonias cooperar as Povoações do interior para a conservação da dominação, que nellas tem a Metropole e como esta rasão de todo se verifica nas partes, que essencialmente o compõem.

§ 68º

Com a mesma evidencia que de huma rasão geral se desce á particular, se vê tambem que qualquer individuo das Povoa-

ções do interior occupado na acquisição dos generos do Paiz, e em fazer effectiva, pela communicação, e Commercio a dependencia que deve haver entre ellas e as Capitanias da Marinha em utilidade da Metropole, coopera para os fins, para que ella estabeleceu as Collonias.

SEGUNDO PREJUIZO

§ 69º

O segundo dos dittos prejuizos he tambem: que as Minas são a ruina de Portugal, e o ouro, a perdição das Minas. Deixando a primeira parte desta Cantilena, vejamos primeiro o sentido, que tem a segunda, e as rasões em que se funda; e depois mostraremos como esta se oppõem aos principios, que temos estabelecido.

§ 70º

A Agricultura, as Artes, e Commercio são partes essensiaes do corpo politico do Estado; nellas se occupão os seus individuos com ellas se sustentão, e sem ellas não podem subsistir: com a differença porem, que o Commercio não existe sem Agricultura, e as Artes; as Artes, sem Agricultura, a qual, para assim dizermos he a origem de tudo, ou o modo pelo qual, com mais, ou menos trabalho se adquirem todas as producções que a terra nos offerece, tanto na sua superficie, como nas suas entranhas; e que aperfeiçoadas pela industria, não só nos sustentão; mas sobem com maior vallor a enriquecernos.

§ 71º

Admitida pois a proposição, de que o ouro he a perdição das Minas sendo tão natural fugir a ruina, como procurar a conservação; de necessidade se hade admittir tambem, que os Mineiros se devem abster do exercicio de numerar, e occuparem-se tanto nos mais objectos da Agricultura, como nas Artes e Commercio. Este he o sentido da ditta proposição, o qual, ou se pode estender a huma total abstenção no exercicio de Minerar, ou se pode restrigir só á parte.

§ 72º

A primeira rasão, em que se funda he que pelo incansavel trabalho das Minas não se adquire mais, que o ouro pela applicação com mais suave trabalho aos mais objectos da Agricultura, das Artes, e Commercio, não só se adquirirão todas aquellas producções, de que depende a subsistencia do homem, e sem as quaes elle não pode existir, mas se poderia avançar a hum estado de abundancia e riqueza; estado a que o ouro não poderia conduzir por hum puro effeito da representação.

§ 73º

A segunda he tambem, que deixar de procurar com mais suave trabalho as mesmas producções necessarias em hum Paiz fertilissimo; para procurar com trabalho mais custoso no mesmo Paiz o ouro, como representação das dittas producções, he deixar de possuir independente huma riqueza real, para haver huma riqueza de oppinião; riqueza, que nada pode servir faltando os objectos, que representa. Ultimamente, he trocar hum estado de abundancia e riqueza, por hum estado precario; estado de dependencia, e necessidade.

§ 74º

Deixando confirmadas todas estas rasões, com a indigencia de muitos estados, em que ha minas, e abundancia de outros, que não fazem d'ellas uzo, vamos a ver como a ditta proposição nem indeterminada, nem determinadamente se pode sustentar em toda a sua extenção; e veremos depois como, ainda mais restricta, e no exposto sentido he inteiramente contraria aos dittos principios.

§ 75º

Fallando indeterminadamente: a força a abundancia, e riqueza do estado não consiste só no numero dos habitantes, quantidade, e qualidade das suas producções tanto naturaes, como da industria, consiste tambem, em que estas producções estejão em tal ordem, tal positura e tal disposição, que se possa

vereficar o fim para que forão creadas, servindo-se os homens dellas, e ultilizando-se. Do outra sorte se poderião dizer já ricos todos os moradores do Pará, e abundantes em todos os preciosos generos, que a terra lhes offerecem sua superficie ainda que espalhados por sertões, que lhes são por ora inaccesiveis, ou se contraria tambem já sobre immensos Thesouros de finas esmeraldas, e outras preciosidades que a mesma terra occulta nas suas entranhas por todo o Paiz, que ha, entre as minas, e as Capitanias do Espirito Santo, Porto seguro, e Ilheos.

§ 76°

Convencidos os homens pela expiriencia de que faltando a referida ordem, e disposição naquelles mesmos Paizes abundantes em todo genero de producções, e onde ellas se vião já entre mãos, elles gemião muitas vezes na falta, e indigencia ou porque estando as ditas producções dispersas e a elles repartidas pelos lugares, em que se produzem; segundo a situação dos mesmos lugares, e natureza das mesmas producções elles não podião ter todas, nem de todas fazer uso, sem que huns houvessem de outros a parte que lhes viesse a faltar; ou porque, sendo natural socorrerem-se reciprocamente com ella: por huma simples troca, ou permutação se fazia muitas vezes impraticavel, tanto pelas indicadas circunstancias como pela difficuldade, que haveria muitas vezes, de se effectuar racionavelmente esta troca, a qual, ainda que a respeito de diversos sujeitos, requeria na mesma especie e ao mesmo tempo a abundancia e a falta: por todas estas razões acharão os homens, que devia haver hum signal, pelo qual se representassem as ditas producções; e podesse cada hum com elle alcançar mais commodamente o que lhe faltasse: e vierão por ultimo a encordar que dos metaes se fizesse este signal.

Ora, além dos differentes usos, porque os metaes servem aos homens estando os homens convencidos, que sem este signal não podem commodamente utilizar-se das producções de que depende a sua subsistencia, em quanto elles convem que os metaes as representem, e sejão o meio de as poderem haver; o ouro, que

entre todas as nações civilisadas tem sempre feito esta representação, por este mesmo vallor de opinião, não mostra no seu effeito alguma cousa de real?

§ 77°

Os homens estão na necessidade de possuirem os metaes para commodamente poderem subsistir. Esta necessidade que existe tanto nos homens de hum estado, como no resto dos mais homens; e que he reconhecida por todas as Nações civilisadas, as quaes procurão por todos os Paizes Minas, fação dellas uso aquelles, que as tiverem; não só para que não falte aos seus habitantes este meio de poderem commodamente subsistir; mas para que; depois de terem cheias todas as vistas, porque as Leys politicas prohibem a extração de ouro para fóra dos proprios dominios, elles o possão communicar tambem em reciproco beneficio ao resto, dos mais homens, as quaes nestas plausiveis circunstancias talvez assistisse algum direito, para delles o exigirem.

§ 78°

A ordem da natureza nos obriga a communicar-mos aos que necessitão o superfluo do que nos he necessario para viver; e a mesma ordem parece deve tambem de alguma sorte obrigar-nos a que communiquemos aos que vivem com encommodo o superfluo do que he necessario para vivermos com maior commodidade. Vindo pois entre todos os metaes a ser o ouro pela sua geral aceitação, o que mais facilita o dito uso; e por isso o mais necessario não só para o bem particular de qualquer individuo; mais para o bem universal dos homens civilizados; e sendo necessario que hajão minas, para que possa haver ouro; quem poderá sustentar a proposição que o ouro he a perdição das Minas; estendendo-se o seu sentido, a huma total abstenção do exercicio de minerar?

§ 79°

Fallando determinadamente: temos já dito, e repiteremos sempre: que as Collonias são estabellecidas em beneficio da Me-

tropole: que o primeiro interesse da Metropole, hade forçosamente ser conservallas na sua dominação; o segundo tirar dellas as possiveis utilidades.

§ 80º

Temos ponderado, que devendo as Collonias occuparem-se só na acquisição das materias primeiras; das Minas pela situação no interior do Paiz sem rios navegaveis, que possão facilitar a condução dos generos aos portos da Marinha para serem exportadas a Metropole, não pode esta, a excepção do ouro, tirar pela agricultura iguaes, interesses, aos que recebem das Capitanias da Marinha.

§ 81º

Temos já mostrado qual seja o influxo do ouro na Povoação, na Cultura e Commercio das Capitanias da Marinha: quaes os reciprocos objectos das dependencias entre as Minas, Metropole e Capitanias da Marinha; e ultimamente, que o ouro he o equivalente, que a Metropole, e as dittas Capitanias recebem, do que introduzem em Minas.

§ 82º

Admitida pois em toda a sua extenção a ditta proposição; e faltando inteiramente o ouro pela total obstenção, em que se porião os Mineiros do exercicio de minerar, como as povoações e Capitanias de Minas pela sua situação no interior do Paiz não podem ter outro equivalente, para pagar as manufacturas, o mais generos, que recebem da Metropole, e Capitanias da Marinha; é evidente que nem poderia haver commercio entre ellas, e as Capitanias da Marinha; nem ellas poderião satisfazera estes objectos da sua dependencia; nem as Capitanias da Marinha experimentarião na sua Povoação, Cultura, e Commercio os influxos do ouro; e nem a Metropole tiraria dellas todas as possiveis utilidades.

§ 83º

Vejamos agora a mesma proposição em sentido mais restricto, em quanto os habitantes de Minas se devem abster só em parte do exercicio de minerar.

§ 84º

Todas as expostas razões em que se funda a dita Proposição, e outras talvez mais nervosas tendem a persuadir as vantagens de hum Paiz, que tendo em si quanto necessita, pode subsistir independente de qualquer outro.

Este estado de verdadeira abundancia, e riqueza, a que deve aspirar o Paiz dominante, poderá por ventura ser pertendido por huma Collonia, sem que esta contravenha aos fins para que foi estabelecida? O Paiz dominante nunca se poderia considerar em milhor estado, mais abundante, mais rico, e mais poderoso, do que quando fosse para a sua subsistencia, mais independentes de Paizes estranhos: huma Collonia nunca se deve considerar em melhor estado a respeito da Metropole, do que quando della for mais dipendente.

Ideas tão diversas devem ser diversamente conduzidas no Paiz dominante, havendo nelle minas, poderia ter lugar a ditta proposição no restricto dos Sertões, como são as Povoações, e Capitanias das nossas Minas, postas nas circunstancias de não poderem utilizar a Metropole com outras producções, que não seja o ouro he bem evidente, que de nenhuma maneira deve ser admitida.

§ 85º

Eu vou a dizello, mais claramente, já que a isso me dá lugar o chegar a esta materia, depois de ter passado por minas, e ter presenciado, como por uma inadivertida tolerancia se pode nellas introduzir a independencia, que promove a ditta proposição.

CAPITULO 8º

Em que pelas consequencias da proposição, que o ouro he a perdição das Minas, mostra-se a sua insobsistencia, e mais se convence o segundo prejuizo: propõem-se a necessidade de se regular a Agricultura de Minas nas suas producções exemplificando-se as regras, que se estabelece dando-se as suas excepções.

§ 86º

Applicando-se, como vão fazendo os habitantes de Minas a todos os objectos da Agricultura em hum Paiz, que não só

produz os generos da America, mais tambem os da Europa: passando do msemo modo a aprefeiçoarem as manufaturas, a que se vão inclinando: chegando por ultimo a ter todo o necessario fisico: que caminhos restarião á Metropole, para haver delles o ouro? Teria ella porventura por equivalente a introdução de hum luxo em mercadorias accommodadas ao genio dos Mineiros; para assim haver delles, por condescendencia o ouro, que elles de necessidade lhe havião dar? De qualquer outro meio, que para esse fim servisse a Metropole, ella, e as Capitanias da Marinha não poderião tirar as vantagens que perderião do Commercio estabelecido em generos de primeira necessidade.

§ 87°

Os dizimos, os impostos serião só os Canáes, por onde correria o ouro das Minas a Metropole; mas serião sempre copiosos, e perennes, descendo de hum Paiz já d'ella independente para a sua subsistencia? De hum Paiz em cujos habitantes tanto predomina a ambição e tanto cresce o orgulho, que admiravelmente os instrue na rebeldia e oposição a toda a auctoridade?

Muitas vezes varião os Calculos mais exactos da Arithmetica Politica; porem estes acontecimentos não devem entrar em concideração, para que de erradas premissas se possão esperar boas consequencias.

§ 88°

Se fora possivel que todos os habitantds de Minas se occupassem só na extracção do ouro, e que todo o necessario fisico se lhes introduzisse da Metropole, e Capitanias da Marinha; deste estado total de dependencias que utilidades não tiraria a Metropole? Esta nada teria que receiar do orgulho dos Mineiros. Ella veria notavelmente crescer a Povoação, e Cultura das Capitanias da Marinha; augmentar-se o seu Commercio e pagarem as Minas por este modo o equivalenta dos generos, que pela sua situação do interior do Paiz, não pode de outra sorte a Metropole dellas esperar.

§ 89°

Sendo porem impraticavel este estado de huma omnimoda dependencia; primeiramente porque a razão da distante situação, e circunstancias das conducções, que faz com que a Metropole não se possa utilizar da Agricultura das Minas, seria de alguma sorte a mesma que faria tambem, com que as Minas não fossem fornecidas do necessario fisico para a sua subsistencia: digo de alguma sorte; porque o mineiro poderia por exemplo pagar por maior preço huma arroba de assucar conduzida a Minas dos Portos da Marinha, do que nos dittos portos pagaria o commerciante a mesma arroba de assucar, sendo conduzida de Minas; o qual tendo de exportalla com mais fretes, para vender á Metropole, sempre se deveria regular na compra pelo preço, que poderia alcançar na venda.

§ 90°

Depois disso, porque seria necessario occupar a muitos indeviduos (para que não fossem inteiramente inuteis) os quaes não tendo forças para se empregarem no trabalho das Minas, e constituindo parte das familias dos Mineiros, dellas sem violencia não se poderião apartar.

§ 91°

Ultimamente, porque, para figurar o interesse no trabalho das Minas, he necessario facilitar a subsistencia, o que de nenhum modo se poderia conseguir, se todo o necessario fisico entrasse de fóra; e os Mineiros se não aproveitassem da fertilidade do Paiz, fazendo lavouras, e procurando a mais commoda subsistencia.

§ 92°

Sendo pois por todas estas razões impraticavel, que todos os habitantes de Minas só se empreguem no trabalho das Minas, servirá esta nossa reflexão, para que não pareça paradoxo o dizermos agora; que em Minas para maior interesse da Metropole nem se deve animar, nem promover a agricultura

antes de tal maneira se deve regular, que só se admitta a daquelles generos, que absolutamente forem de primeira necessidade, e não possão vir de fora, como he todo o genero do pão, e legumes, restringindo-se não a quantidade dos dittos generos; porque a abundancia he necessaria para facilitar a subsistencia dos trabalhadores das Minas, mas sim as especies e numeros dos individuos empregados nesta cultura como fica dito no paragrapho 23.

§ 93º

O Gado vaccum, ainda que seja genero da primeira necessidade, e pela facilidade, com que se conduz a lugares distantes deva ser reservado ás Capitanias, e Povoações, em que não ha Minas, e onde elle faz o objecto da cultura, e Commercio; ha rasões, que persuadem esta criação tambem em Minas. He a primeira: a necessidade que há, da abundancia deste genero, para se evitar a creação dos porcos, como ponderamos no § 26.

A segunda he tambem, que ainda que se criem em Minas, nunca nellas deixarão de ter consumo, os que se entroduzirem das outras Capitanias; porque a necessidade que ha em Minas de dar annualmente sal ao gado, faz com que não possão haver fazendas muito avultadas. [1]

§ 94º

A creação das ovelhas não occupa a muitos indeviduos, pode, contribuir em Minas para a mesma abundancia, as suas lãns apenas serião uteis naquelles lugares mais proximos a Marinha, donde podessem ser exportadas a Metropole, sendo-lhe assim conveniente.

[1] O Paiz das Minas Geraes se achão já hoje muito povoado, e sendo muitos os creadores, ainda que cada hum crie pouco, poderá resultar a abundancia porem nós nunca poderemos afirmar a que desejamos em Minas, em quanto não virmos, que indistintamente todos os habitantes de Minas se sustentão neste genero, e delle fazem o seu ordinario alimento. Fim a que as Minas não poderão chegar independentes dos Sertões. Para que a elle mais apressadamente caminhem; poderá conduzir muito o fazerem as Camaras, com que não só as Villas mais notaveis, mas em todos os arraiaes se estabeleção assougues.

§ 95º

Aquelles generos porem, que não forem da primeira necessidade, ainda que o uso os tenha já posto na mesma ordem, podendo com o seu vallor pagar as despezas da condução, e serem introduzidos tanto das Capitanias da Marinha, como das outras Povoações, em que não ha minas, devem ser reservadas para que nellas se cultivem como por exemplo o assucar, as aguas-ardentes, e o Gado Cavallar.

§ 96º

Que utilidades se pode seguir á Metropole, de que em Minas hajão se augmentem os engenhos de assucar, occupando-se nelles hum numero consideravel de indeviduos, que serião mais interessantes empregados na extracção do ouro, e deminuindo-se por esse modo o augmento, que poderião ter os mesmos engenhos nas Capitanias da Marinha, onde com maior interesse se devem promover? Hum mineiro que deixa o trabalho das Minas para se empregar dentro das mesmas Minas em levantar similhantes fabricas embaraça que por esta vida desça o ouro a promover a agricultura, das Capitanias da Marinha, diminue a sua extracção, e restringe tanto a dependencia, em que as Minas devem estar das Capitanias da Marinha, como o Commercio, que ellas podem fazer com a Metropole.

§ 97º

Os mesmos e maiores damnos não occasionão tambem os que levantão, e conservão officinas de aguas-ardentes? Este terrivel genero, que como ordinariamente o fazem estraga a saude dos que a elle se affeiçoão, entretem outro consideravel numero de indeviduos tanto na sua factura, como na vendagem, multiplicada por infinitas tavernas, que são outras tantas palestras da occiosidade, dos vicios e desordens. O estado em que se achão as Minas não admitte que se extingua a cultura e fabrica destes effeitos: porem bastará evitar que se levantem de novo, ou se augmentem as que houver.

§ 98º

O Gado Cavallar deve ser reservado ás Capitanias, e Povoações em que não ha Minas, principalmente ás do Sertão; porque alem deste genero constituir toda a cultura, o Commercio das dittas Capitanias, he necessario, que as Minas estejão assim dellas dependentes, e lhes communiquem por este caminho o ouro de que necessitão para promoverem a mesma cultura e Commercio.

---

[1] Os nossos Sertões, e mais Capitanias, assim do Sul, como do Norte, não podem fornecer ainda quando as Minas carecem neste genero. Pelo Sul entrão de Hespanha muitas bestas muares; os mineiros achando maior utilidade em se servirem dellas, as preferem aos nossos Cavallos, e de aqui se segue a somma consideravel de ouro que passará a Hespanha, e o baixo preço, em que estão pelo Sertão do Norte os Cavallos, como são os da Bahia, Pernambuco, Siará, e Piauhi.

Não se pode duvidar, que para conducções excedem as bestas muares aos Cavallos; mas tambem ninguem duvidará, que a utilidade, que nas dittas conducções achão os Mineiros, servindo-se de bestas muares de Hespanha deva ceder á utilidade do estado, o qual pede, que não saia delle para mãos estranhas o ouro, e que dentro de si mesmo se promova nos logares mais convenientes, em quanto for necessario a creação deste genero tanto em huma como em outra especie.

Para se conseguirem estes dois fins, deve-se consideravelmente augmentar pela parte do Sul os direitos, que pagão as bestas muares, e Cavallos, que entrão de Hespanha, e ao mesmo tempo evitar, que em Minas subão no preço.

Desta sorte os que costumão negociar neste genero, não achando mais interesse em introduzirem em Minas as bestas muares de Hespanha, do que em introduzirem os Cavallos, e bestas dos nossos Sertões, irão a elles buscallos; e vendo os creadores que são procurados se esforçarão a fazer maiores creações.

O augmento dos direitos deve ser tambem regulado, que ainda que o commerciante ache alguma utilidade em introduzir as bestas de Hespanha, seja muito maior a que possa tirar tanto dos Cavallos, como das mesmas bestas creadas nos nossos Sertões. Desta sorte só entrarão de Hespanha na falta das nossas, e não veremos o que succede, que he entrarem as bestas de Hespanha, e ficarem os nossos Cavallos pelos Sertões.

Como ao mesmo tempo se deve promover a creação das bestas muares não pagarão o accressimo dos direitos, as que se crearem nas nossas fazendas.

E como tambem algumas das dittas fazendas ficarão antes dos registos, e pela mesma parte que entrarão as de Hespanha, para que não se confundão, e entrem muitas de Hespanha por nossas: haverá a cautella de se saber a creação annual de cada fazenda, e o numero que poderão vender; o qual será em tempo competente participado ao Registro para se conferir com a guia, que devem trazer as que entrarem não se permittindo que possam sahir das dittas fazendas ou nellas vender-se sem a ditta guia, passada pelas Camaras das Villas; ou Magistrados dos respectivos destrictos: isto pode-se fazer com facilidade, e exacção.

§ 99º

Produzindo as Minas alguns generos, que pelo seu vallor, e natureza sejão communicaveis, e uteis a Metropole, por exemplo se a plantação das Amoreirás tiver ahi milhor sucesso do que tem tido no Maranhão o que he muito provavel, pela differença do Paiz, e grande similhança que as Minas tem nas suas producções á Europa, deve a cultura dos dittos generos conforme o que temos mostrado, ser não só admitida, mas animada.

§ 100º

A seda creada em Minas poderá ser conduzida nos mesmos combojos, que continuadamente dessem vasios a receber nos portos da Marinha as manufacturas e mais generos da Metropole, a sua creação, e preparo occupará tambem as familias, e ellas terão mais este equivalente para pagar o que recebem da Metropole.

CAPITULO 9º

Em que se mostra em geral a necessidade do Regulamento da Agricultura na applicação, que se deve fazer dos habitantes.

§ 101º

O Regulamento da Agricultura se faz necessario, não só em Minas, mas em todas as nossas Collonias. Nós não estamos ainda no caso de consentir-mos, que nesta ou naquella Capitania se appliquem os habitantes, sem discripção a este, ou aquelle objecto da agricultura, com tanto que delle possão subsistir.

§ 102º

A nossa America he dilatadissima, e comparada a sua vastidão com o numero dos habitantes, sendo este já muito consideravel; ella se nos apresenta ainda deserta. Hé necessario accomodar os indeviduos aos objectos mais convenientes á Metropole: o que he util em huma Capitania não será em outra, porque nella haverão diversas producções, das quaes a Metro-

pole possa tirar maiores interesses: por exemplo: o Pará alem de ser apto para produzir todos os generos do Brazil, produz o Cacáo, Caffè, Cravo, Salça parrilha, e muitas outras drogas. Seria por ventura util á Metropole, que os habitantes do Pará se empregassem só nas lavouras do assucar, e tabaco, que fazem o Commercio do Brazil, e deixassem inteiramente aquellas producções, que lhe são particulares, e que a Metropole não pode haver de oura parte. Não se diminuirão os ramos do Commercio? Humas Capitanias não arruinarião o Commercio das outras? E a Metropole não desceria da abundancia, e independencia, em que pela diversidade dos seus generos póde estar das Nações Estrangeiras?

§ 103º

O ouro em Minas, já temos mostrado, ser até o presente só interessante á Metropole; e por isso quanto for possivel devemos cuidar, que na sua extração se occupe o maior numero dos seus habitantes.

Os mais objectos da agricultura são convenientes nas Capitanias da Marinha, e n'aquellas do interior que pela natureza dos seus generos, e a beneficio dos seus rios, podem conduzillos aos portos do mar, para ahi serem vendidos, e exportados á Metropole. Nellas mais que nas Minas se devem occupar os que são destinados á agricultura, e nellas se verificará bem a regra, que a agricultura deve ser animada, e promovida, a qual havendo-se respeito á Metropole, não pode ainda em Minas ter lugar.

§ 104º

Se a povoação e cultura das referidas Capitanias tivesse já chegado a tal estado, que depois de cultivadas todas as suas terras com quantas producções podessem utilizar a Metropole, segundo a natureza, e situação dos Paizes; e depois de se calcular a quantidade e qualidade das dittas producções, se achasse que nem as dittas terras, segundo a sua extenção, e fertilidade, mais podião produzir; nem a sua agricultura subir a maior perfeição occupando a mais indeviduos, do que os que nella se

empregassem; nestas circumstancias, crescendo o numero dos habitantes, de necessidade seria permittido a este acressimo procurar indistinctamente pela agricultura a sua subsistencia onde mais commoda a podesse haver; porque neste caso só poderia a Metropole aspirar á conservação do maior numero de indeviduos. Mas em quanto se virem tantas costas, e Sertões desertos; em quanto nem nós sabemos bem responder a quem nos perguntar que generos produz a nossa America, e que usos se podem fazer de tantas producções, quantas a natureza nella offerece, não deve ser livre, a cada hum occupar-se a seu arbitrio, e dirigir-se meramente ao fim da sua subsistencia: liberdade que tem dado occasião a seguir-se quanto vamos ponderar.

CAPITULO 10

Em que pelo estado das Minas, e seus habitantes mostra-se a particular necessidade do Regulamento na applicação dos mesmos habitantes

§ 105º

He tão frequente vender-se em Minas tudo fiado, como será raro aparecer algum vendedor embolçado de todo o preço da cousa vendida. He já como certo deixar-se sempre de cobrar parte do que se fia de sorte que, quem calcular o que vende, e cobra o agricultor, e commerciante, hade achar, que o agricultor perde annualmente parte dos fructos, que colhe; porque ainda que a venda, nunca vem a cobrallo; e que o commerciante deixando tambem em todos os giros, que faz o Capital do seu negocio, de embolçar o vallor de parte das mercadorias que vende; vem por ultimo a perder do mesmo Capital, o reduzir-se a termos de fallir; fim commum a todos os Commerciantes de Minas. Esta falta de solucção he manifesto que não provem senão da falta de ouro. Ora tragamos a memoria, que a Metropole não tira das Minas mais que o ouro, e concluamos de que utilidade será em Minas á Metropole todo o grande numero de habitantes, que se sustenta, e veste da parte dos fructos, e mercadorias, que nunca pagão, por não terem ouro?

§ 106º

Tanto esta gente não pode ser util em Minas a Metropole, que he summamente prejudicial ás mesmas Minas, ás outras Capitanias, e á Metropole.

§ 107º

Prejudicial ás mesmas Minas, porque repartindo-se ella por todos os empregos, e occupações, que necessariamente se multiplicão com a mesma povoação, resulta, que não chegando o ouro para pagar os ordenados, os sallarios, os jornaes, as producções, os effeitos, as obras, as mercancias, se não falta inteiramente a cada hum, falta em parte a todos, e vem todos por este modo a viverem na falta; huns porque lhes não pagão, e outros porque não tem para pagar.

§ 108º

Prejudicial ás Capitanias; porque esta mesma falta de solução se faz mais serta e mais penosa aos que dellas vem a Minas vender os seus generos, e as suas mercancias os quaes, não tendo todo o conhecimento dos compradores, nem se livrão muitas vezes de se confiarem de sugeitos faltos inteiramente de credito nem apezar de todas as demoras, e deligencias para o embolço são estas tão efficazes, como serião se elles não forão estranhos.

Resultando tambem de tudo que depois de perderem a paciencia, e o tempo entretidos, e enganados e depois de terem muitas vezes consumido mais do que lucrarião nas suas negociações, huns voltão lamentando jamais o damno, que recebão fora das suas cazas, do que a fazenda que deixão aos mineiros outros envergonhados de aparecerem aos seus soccios, ou aquelles que delles fiarião o capital da negociação sugeitão-se a ficar pelas mesmas Minas, querendo antes despovoarem as dittas Capitanias, perdendo as mulheres e filhos, do que aparecerem outra vez nellas, sem sátisfação aos seus credores.

§ 109º

Finalmente prejudicial á Metropole, a qual não só vem a perder no seu commercio directo, e no Commercio que a ella relativo fazem as outras Collonias mas perdem tambem todos os interesses que poderia ter se a toda esta gente inutil se desse diversa applicação.

CAPITULO II

Em que se pondera, como o Regulamento se deve fazer pesando a povoação pela cotração do ouro, e se acaba de convencer o segundo prejuiso, pelo que respeita á Agricultura

§ 110º

Já dissemos no Capitulo 4º, que seria procurar em Minas os interesses da Metropole, reduzir a equilibrio o ouro, que dellas se extrahe, com o valor das Mercadorias, e mais generos, que nellas se introduzem. Agora diremos tambem, que para applicar em Minas utilmente os habitantes e regular a agricultura, as Artes, o Commercio, e as mais occupações, se deve pezar o augmento da Povoação pela balança do ouro, quero dizer, fazer que tanto cresça a Povoação quanto o ouro, que della se extrahe, chegar para pagar todo o necessario fisico, e Commodo aos seus habitantes.

§ 111º

He principio indubitavel que quanto mais cresce a povoação tanto mais se augmentão as forças, e riqueza do Estado apura-se a industria, e vem-se admiraveis effeitos, povoão-se os mares, terrenos estereis produzem mimosas plantações, os homens accommodando com variedade a differentes usos, assim as proprias com as estranhas materias, por diversas, e uteis, e agradaveis formas inventão meios de subsistirem, e de se fazerem respeitados.

§ 112º

Todas estas vantagens bem dignas de serem pertendidas, e envejadas, e de que gosão alguns Estados por effeito da sua maior povoação, farião, com que a nossa asserção em quanto tende a restringir a Povoação de Minas não paressesse menos paradoxo, que a que já fizemos sobre a Agricultura, se do que temos athe agora mostrado não se manifestassem as solidas rasões, em que ella se funda.

§ 113º

Temos mostrado como da Agricultura de Minas não pode a Metropole tirar utilidade alguma, que não seja a subsistencia dos mineiros, e que por isso ella só deve ser regulada a esse fim, e de nenhuma maneira promovida, porque não pode ser vista como objecto de Commercio, nem com a mesma Metropole, nem com as outras Collonias.

§ 114º

Temos visto como não só as produções da industria devem ser reservadas a Metropole, mais algumas naturaes as outras Collonias reservadas á Metropole para conservar as Minas na dependencia, e servir de caminho por onde lhe possa vir o ouro reservadas algumas naturaes as outras Capitanias, para que estas entretenhão as Minas na mesma dependencia, relativa aos interesses da Metropole, e possão haver dellas o ouro necessario para promover a sua Povoação, e Cultura.

§ 115º

Pois se os habitantes de Minas pela Agricultura nada mais devem procurar, que huma parte do necessario fisico em ordem ao sustento dos Mineiros. Se elles não devem applicar-se as producções da industria, porque devem receber da Metropole a outra parte do necessario fisico, que respeita ao vestir, se elles não tem outro equivalente para haverem o que necessitão de fora, se não o ouro como tambem he manifesto, segue-se que a povoação de Minas, para poder subsistir com utilidade da Metropole, deve ser regulada pela extração do ouro, e que tanto que o ouro não chegar para pagar, não só o necessario fisico, mais o commodo, ou os habitantes de Minas hão de viver na falta, ou hão de procurar os meios de subsistirem independentes da Metropole, e Collonias, como vão fazendo pela Agricultura, e pelas Artes, ou commercio, que com ellas fazem, hade perder, e que pelo contrario regulando-se a Povoação pela extracção do ouro, subsistirão as Minas na dependencia da Metropole, e o Commercio subsistirá tambem com proveito.

§ 116º

O trabalho das Minas he violento; os pobres escravos são só os condemnados a elle, os que constituem o resto da Povoação, todos procuram o ouro; mas não nas Minas; querem tirallos das mãos dos Mineiros com mais suave trabalho; elles não calculão se o ouro chegará a todos; só procura cada hum que a este chegue. Exaqui como a discrição vai crescendo á Povoação de Minas sem a proporção que deve haver entre o numero dos habitantes e a extracção do ouro. Exaqui tambem a rasão, porque sem este Regulamento não se deve esperar que crescendo á povoação, créça a proporção a extracção do ouro.

§ 117º

Os novos descobridores confirmão de algum modo, o que acabamos de dizer: no principio emquanto he nelles a extracção do ouro, como sempre succede, maior do que a Povoação, lucra o agricultor, e lucra o commerciante: tanto porem que nesta balança vai pendendo mais a Povoação conhecem-se logo todos os referidos effeitos, e ainda vendidos os generos, e as mercadorias por alto preço perde o agricultor, e perde o commerciante; porque as faltas nas cobranças contrapezão aos avanços no preço.

§ 118º

Disse de algum modo, porque quando a diminuição na extracção do ouro provem de se empobrecerem as Minas, que principiárão riquissimas, e nada della se extrahir, nenhum calculo sahirá exacto, e nenhum Regulamento produzirá effeito algum se não for a indagação de outros descobrimentos; para os quaes a historia dos que tem havido nos abrirá os caminhos mais adequados: porem quando as Minas, descendo da sua maior opolencia, se conservão admittindo poderem-se calcular os jornaes dos mineiros, como succede ainda, e succederá sempre nas Minas Geraes, não póde haver razão, porque se não peze a povoação pela extracção do ouro, e se proporcionem os meios de haver a Metropole dellas todos os possiveis interesses.

§ 119º

Ainda que he evidente, que toda esta gente, que mostramos inutil empregada na Agricultura, acharia maiores utilidades nas outras Capitanias; não he o fim destas reflexões querer apartala de Minas: fique a seu arbitrio seguir cada hum o exemplo da multidão já estabelecida pelas outras Capitanias, e gozando nellas pela Agricultura, e Commercio, as utilidades que perderão emquanto viverão em Minas. O fim que se propõe he só mostrar, que tanto ouro não he a perdição das Minas, que antes no estado, em que ellas se acham, para que mais floreção, se deve procurar augmentar a extracção do ouro, dispondo, e promovendo todos os meios, que podem conduzir a que penda para a parte do ouro a balança em que com prejuizo da Metropole peza muito mais a Povoação.

CAPITULO 12

Em que se acaba de convencer o segundo prejuizo, pelo que respeita as Artes e Commercios

§ 120º

Não será necessario mostrar as Artes, Manufacturas, a que tambem se applicarião os habitantes de Minas pela abstenção do exercicio de minerar e a que já se vão enclinando serão prejudiciaes á Metropole. He principio estabelecido e comprovado, apezar de alguns Estados, que ellas não são convenientes nas Collonias. Por todas as Minas, principalmente geraes, ouve-se com frequencia fallar de manufacturas e deve causar espanto, que concebendo já os mineiros estas idéas, e tendo tido bastante tempo para as reduzirem á pratica, não tenhão feito nellas notaveis progressos. As minas produzem linho, Lãa, Algodão, e produzirão tambem seda; se se consentir, que de todas estas materias usem a pleno arbitrio, que se poderá esperar para o futuro? Os mineiros não tem ainda passado de imitar no interior das suas casas com as suas familias, os toscos, e rudes theares do Guimarens, das Ilhas, e dos pretos de Guine: a impericia, que até agora lhes tem detido os progressos, não presistirá sempre: Portugal vai com felicidade abundando em artifices, se lhes não

for defendido passarão as manufacturas, e não será tão facil obscurecer os conhecimentos, que se adquirirem depois de radicados na pratica.

§ 121º

Prohibir todo o genero de Fabricas,, e manufacturas nas Collonias seria reduzir a parte debil, e necessitada dos seus habitantes á mais insopportavel miseria; faltar á proteção, que elles devem esperar da Metropole; e perder a mesma Metropole no uso fructo do seu dominio. Permitillas tambem indistinctamente, será cooperar a mesma Metropole para que se enfraqueça o vinculo da dependencia que sempre vigoroso deve atar as Collonias.

§ 122º

As fabricas, que só preparão as materias, ou fazem aparecer de novo, dando-lhes aquella consistencia, sem a qual não poderião receber o beneficio das Artes; as mesmas manufacturas, que não diminuem a dependencia, e sem as quaes não avultarião tanto os interesses da Metropole, devem ser admittidas; e assim vemos as fabricas de atanados, e nova fundição de ferro procurada pela parte do Sul, e as tentativas, que pelo Pará se tem feito para a factura do Anil.

§ 123º

Vemos desde os primeiros estabelecimentos das ditas Collonias admittido sempre o panno de algodão, até chegar a correr por moeda; manufactura, sem a qual andarião nús os Indios, os pobres, e escravos e faltaria este meio, com que muitas familias, que não se accomodão á sua asperesa, adquirem daquellas, que della não podem passar, o equivalente, com que pagão as manufacturas, que consomem da Metropole: permittir porém, que em Minas se possão adiantar as artes, e manufacturas, e saião da vileza, em que nascerão, e se tem conservado pelas outras Capitanias, será permittir, que caminhem as Minas a fazerem-se independentes, e a diminuirem nas Collonias os interesses da Metropole.

§ 124º

Pelo que respeita ao Commercio, fica tambem superfluo mostrar, que não sendo elle outra cousa mais que a reciproca communicação, que os homens fazem entre si do que lhes he necessario, ou absulutamente não poderia existir entre as Minas, e as outras Capitanias, ou existiria restricto. Absolutamente não existiria, se os habitantes de Minas, se pozessem, na total abstenção do exercicio de minerar porque sendo o commercio na sua essencia huma troca, faltaria para ella o ouro, unico objecto da dependencia das outras Capitanias; e só o equivalente, que as Minas tem para dellas haverem o que necessitão.

Existiria restricto; porque pela aplicação, que farião os habitantes de Minas á agricultura, e ás artes, ainda que não lhes faltasse o ouro (a excepção, das producções do mar) se deminuirião todos os mais objectos da sua dependencia.

CAPITULO 13

Em que se mostra, como no Maranhão se verificão os principios estabelecidos; e como he interessante á mesma Capitania á execução do Projecto

§ 125º

Sendo excellentes todas as terras da Capitania do Maranhão; e sendo manifesto que as do Miarim, e Cumá, são sem controversia as milhores; vê-se que a Povoação, e Cultura se tem adiantado, e estendido mais pela parte de Leste, andando-se do Rio Itapucurú desde a sua fóz até á freguesia de Pastos Bons, por entre os dois Rios Itapucurú, e Parnaiba, e buscando-se ao Norte a Costa do mar; sertão, em que se comprehendem os Rios Iguará, Preá, Preguissas, e Tiloia, e todas as freguesias que por esta parte bordão o Rio Parnaiba; e que pela parte do Sul, correndo-se do Rio Itapucurú a Oeste pelos Perises, Pindaré, Miarim, Maracú, e Cumá, pouco passa á Povoação das visinhanças da Costa do mar; e apenas mais se dilata para o interior pelas margens do Rio Miarim com algumas fazendas, buscando a Povoação dos Gamellas.

§ 126º

Vê-se que da parte de Leste rodeão a Capitania do Maranhão as freguezias de Pastos Bons, das Aldeas Altas, e as mais, que estão sobre o Rio Parnaiba, descendo a sua fóz, o qual separa a ditta Capitania, da Capitania do Piauhi; que tambem a rodea pela mesma parte.

E que pela parte do Sul buscando do Rio Itapucurú a Oeste a que chamaremos parte de Oeste, não há Povoação alguma interior, e hé o sertão que vai terminar a Goiaz e dá lugar ao Projecto.

§ 127º

Não havendo pois outra razão, a que se possa attribuir a maior extenção da Povoação pela parte de Leste, que não seja a existencia das ditas freguezias de Pastos Bons, Aldeas Altas, e das mais, que *descem* até a fóz do Rio Parnaiba, como Povoação do interior da mesma Capitania do Maranhão a que são sujeitas; a dependencia, em que estão, para della receberem os pannos de algodão, as manufacturas, e mais generos da Metropole; o mesmo Commercio, que o Maranhão por ellas faz com a Capitania do Piauhi, e terras novas de Goiaz: o commercio, que nos gados das dittas freguezias faz tambem o Maranhão por terra, e pelo Rio Parnaiba, com as Capitanias da Bahia, e Rio de Janeiro; Commercio, que traz ao Maranhão por equivalente dos ditos gados o dinheiro do Brazil; não havendo pois digo, outra rasão, que não seja as referidas, fica evidente, que por esta parte se verifica no Maranhão o principio estabelicido, que as Povoações do interior, sendo dependentes das Capitanias da Marinha, e tendo com ellas communicação, concorrem para o augmento tanto intensivo, como extensivo da Povoação, e Cultura das Capitanias da Marinha.

§ 128º

Não havendo tambem pela parte de Oeste, rasão alguma para não ter passado a Povoação, e cultura das visinhanças da Costa, que não seja a falta de Povoações no interior, e communicação por ellas com as outras Capitanias, hé evidente, que se verefica tambem por esta parte no Maranhão o principio: que

sem esta communicação, e commercio com as Capitanias, e Povoações do interior não excederião as Capitanias da Marinha na Povoação, Cultura a certos limites.

§ 129°

Do que acabamos de mostrar, segue-se claramente: que o Maranhão pela parte de Leste pode com dobrada força augmentar a sua Povoação, e cultura; porque concorre não só com as suas proprias faculdades, mas com as alheias, que são as que participa das Capitanias do Piauhi, Goiaz, Bahia, e Rio de Janeiro. Pode utilizar a Metropole, não só com os generos, que se costumão a ella exportar, mas com o dinheiro, que recebe das Capitanias do Piauhi; e Goiaz a troco dos seus pannos de algodão, das manufacturas, e mais generos da Metropole; e com o dinheiro que recebe da Bahia, e Rio de Janeiro a troco de seus gados, generos, que não exporta a Metropole.

§ 130°

Segue-se tambem, que pela parte de Oeste, nem a Capitania do Maranhão nem a Metropole podem ter iguaes interesses aos que temos ponderado; tanto porque a povoação e cultura não podem ser augmentadas com forças alheias, como porque os generos, que produz, além dos que exporta a Metropole, não podem exceder ao necessario para a sua subsistencia; porque não pode por elles receber equivalente de fora.

§ 131°

Os factos que passamos a referir confirmão em parte o que acabamos de dizer.

No anno de 1767 para 68 principiando a Capitania do Pará a sentir grande dificuldade na sua subsistencia pela falta de Gados, procurou-se remedia-la introduzindo-os no Maranhão, o Piauhi, tanto por terra como por mar, e parecendo ambas estas vias difficultosas. [1]

[1] Difficultosa a de terra, porque entrando-se nolla do Maranhão, nos campos do Maracu, alem de ser preciso atravessar toda a matta, que corre até o Rio Guamá, sem mais Povoações, que a do Toriaçu ultima do Maranhão, Gorupi, primeira do Pará e Porto grande sobre o mesmo Rio Guamá, e alem de ser necessario descer polo dito Rio e transportar quaze troz dias os Gados em Canoas para chegar a Cidade he nos mezes do inverno inteiramente impraticavel tanto pelo consideravel mineiro de Rios, que se atravessão, os quaes ainda que de verão não embaracem a passagem, não a admittem quando vão cheios, e mudão as suas margens; como porque a estrada, nem se achava aberta, mas antes occupada com grandes troncos de arvores, que com os ventos e inundações cahem da mesma mata, que a cobre; nem poderião por ella passar numerosas boyadas, sem experimentarem falta de pasto na mesma estrada, nas margens do Rio Guamá, e nos suburbios da Cidade onde de necessidade se havião de ter emquanto se transportassem, ou em quanto não entrassem no talho; sendo impossivel o poder-se de tal modo regular a introducção das boyadas, que em huma, ou outra parte não tivessem de parar.

Difficultosa a do mar; porque ainda que as Sumacas, em que se faz o transporte das carnes secas, como embarcações de maior bordo, não podião fazer a mesma navegação, que terra-terra fazem as canoas do Maranhão para o Pará; e sahindo do porto da Parnaiba principiarião logo por montar ao largo a Coroa grande, e todos os mais baixos, que como se sabe, defendem esta costa, comtudo não se representava esta viagem para o Pará tão difficultosa, porque he favorecida dos ventos, e corrente das aguas, como se representava a torna viagem para a qual julgavão necessario hir primeiro buscar a altura de dez Gráos ao Norte da Linha, para poder vencer os ditos baixos sempre com ventos, e aguas contrarias.

Evaristo Rodrigues, natural de Pernambuco foi mandado do Pará abrir a estrada de terra, e introduzir por ella gados, como tinha promettido: com effeito depois de a desembaraçar dos troncos, e arvoredos, chegou a introduzir algumas rezes creadas da parte de Leste do Maranhão, a que se seguirão outras da Capitania do Piauhi; mas como subsistem todos os mais obstaculos das inundações, e falta de porto, e subsistirão de novo tambem os mesmos que a elle removem pela facilidade com que costumão cahir das matas as mesmas arvores, e madeiros, nunca esta estrada se fará praticavel em quanto a dita mata não for por toda olla povoada. João Paulo Diniz, negociante da Villa de S. João da Parnaiba, foi o que primeiro se atreveu á viagem do mar com infeliz successo, porque perdeu huma embarcação sua com toda a carga: perda que chegaria a vinte mil cruzados. A elle se seguio o Piloto Francisco Carvalho, o qual foi tão feliz, que não passando na torna-viagem da altura de dois gráos ao Norte da Linha, se achou com dezassette dias de navegação defronte da barra do Rio Parnaiba, tendo sempre tido ventos de servir, o vencido com bordos a corrente.

Foi mais facil, que hum Negociante, da Villa de S. João da Parnaiba, intentasse a mais arriscada, e com a perda de huma embarcação sua se chegasse depois a introduzir no Pará, Gados, tanto do Piauhi, como da parte de Leste do Maranhão, do que no Maranhão se consentisse, que pela via de terra se extrahissem os Gados da parte de Oeste; vendo-se prudentemente que o Maranhão por esta parte não soccorreria ao Pará sem se reduzir á mesma falta. Falta que sem huma boa direcção não

deixa muitas vezes de acontecer naquelles generos que não fazem objecto do Commercio ; e falta, que a mesma Capitania acabava de sentir a respeito dos mais generos cosmetiveis do Paiz, até o excesso de ver perecer á fome muitos individuos ; não sendo a cauza desta miseravel consternação outra que não fosse o desprezo que imprudentemente havião feito os agricultores da cultura dos ditos generos para haverem em maior quantidade aquelles que commerceão com a Metropole.

§ 132º

Sendo pois a falta de Povoações no interior do Paiz dependente do Maranhão, que o rodeiem pela parte de Oeste, e tenhão commercio com as outras Capitanias o principio, porque o Maranhão não tem por ella as vantagens da parte de Leste ; e sendo a materia do exposto Projecto o estabelecimento das mesmas Povoações fica tambem evidente, que da execução do mesmo projecto dependem não só os interesses, que nelle ponderamos, mas tambem ter o Maranhão pela parte de Oeste todas as vantagens, que tem pela parte de Leste, e tirar com ellas a Metropole muito maiores utilidades.

CAPITULO 14

Em que se mostra como na Capitania do Pará se verificavão os principio estabelecidos antes da extincção do Captiveiro dos Indios, e da administração temporal, que nelles exercitavão os Regulares

§ 133º

A Capitania do Pará he notavel entre todas as outras Capitanias ; assim por muitos, e grandes Rios, que a regão, o fertilisão, como pela variedade dos preciosos, e particulares generos em que abunda. Posta pela natureza admiravel disposição, ella parece que podia levar a sua Povoação, e Cultura mais adiante, que todas as outras Capitanias, mas não tendo este sido o successo para della fallarmos com os principios estabelecidos, veremos primeiro, em quanto nos for necessario a situação a origem o estado da mesma Povoação e Cultura.

§ 134º

Lançando pois a este fim os olhos por toda a vasta extenção do seu Paiz, todas as Povoações, que nelle se descobrem, então postas á borda dos Rios e pela maior parte muito distantes entre si. O Paiz, que resta ou he habitado de Nações Silvestres ou inteiramente despovoado e inculto.

§ 135º

As Povoações que vemos mais apartadas da Capital são todas de Indios naturaes do Paiz, os quaes vierão á nossa sugeição ou conservando-se nos mesmos lugares, em que forão conquistados, ou mudando-se para aquelles, que mais agradarão aos seus conquistadores.

As Povoações mais chegadas á Capital são aquellas, em que vivem, e entre as quaes se estabelecerão os brancos, ou os que não são Indios legitimos.

§ 136º

A sua Cultura poderia ser de todas as producções do Brazil ; porque de todas he capaz o seu fertilissimo terreno ; mas os seus habitantes applicando-se mais a cultivar e a extrahir os generos que lhe são particulares, apenas cultivão dos outros, o que julgão necessario para a sua subsistencia.

§ 137º

A extracção dos Generos, e drogas que a natureza produz sem os auxilios da Agricultura a que chamão commercio do Sertão, fazião antigamente os brancos ou mandando Canoa ao Sertão remadas por Indios, extrahindo com elles os mesmos generos, e drogas, ou havendo pelas Povoações as que os Indios já tinhão extrahido, a troco de quinquilharias e outras mercadorias pouco importantes. Este era ordinariamente o Commercio dos Missionarios daquelles que morecião o seu favor, e he talvez ainda hoje em parte apezar de toda a vigilancia dos Directoros, Vigarios, e seus favorecidos.

§ 138º

De duas maneiras se podem considerar as ditas Povoações, ou cada huma por si separadamente, ou todas juntas, constituindo o corpo da capitania.

Se todas estas Povoações assim dispersas, separadas, e postas sobre as margens de grandes Rios considerar-mos, como outras tantas Povoações da Marinha, posto que unidas na sua Capital, com a qual se communicão pela navegação; vendo-se por huma parte, que ellas não passam das visinhanças dos seus portos, bem se pode dizer, que por isso era termo a sua cultura, e não se estendia para o interior; porque nelle faltavão outras Povoações, que fossem dellas dependentes e tivessem com ellas communicação; e que desta sorte se verificava nellas o principio, que as Capitanias da Marinha não tendo communicação com as Capitanias do interior não passaria a sua Povoação, e cultura de sertos limites: e dentro dos mesmos limites não serião bem povoadas; mas vendo-se por outra parte que as dittas Povoações em si mesmas não tenhão ainda chegado aquelles limites, a que poderião chegar independentes das Povoações do interior; limites que se regularião, pelo vallor que tivessem as suas producções ou nos portos respectivos, ou na Capital relativo á Metropole, como já estabelecemos por principio, do qual deduzimos o que acabamos de ponderar, de nessidade devemos consedor, que nestas Povoações, houve outra rasão, ou vicio que obstasse ao seu augmento, tanto intensivo como extensivo.

§ 139º

Considerando-se porem as mesmas Povoações como partes, que constituem unidas a Capitania do Pará; pelo que temos dito, já sabemos que ellas não forão todas povoadas com gente, que de fora concorresse, mas que a maior parte foi estabelecida com gente, que já exstia no mesmo Paiz, o qual, por beneficio da navegação dos seus rios, pode ser penetrado e os seus habitantes com mais facilidade, do que acontece nas outras Capitanias, procurados nas suas mesmas habitações conquistados, e reduzidos á nossa sugeição.

Separemos na mesma Capitania esta parte dos habitantes, já existente, a que chamaremos parte da Conquista, da parte que nella entrou de fora a que chamaremos da Collonia e vejamos o estado, em que huma, e outra se achava, tanto na Povoação, como na Cultura,

§ 140º

Por hum argumento tirado das outras Capitanias, nas quaes havendo muitos Indios, sem comprehendermos a multidão, que se extinguio a ferro, e a fogo, a parte conquistada sendo muito consideravel, se foi anniquilando, e se acha hoje em algumas quasi extincta, bem nos deviamos persuadir, qual seria o seu estado na Capitania do Pará, á proporção, da sua antiguidade, sendo quasi o mesmo Paiz, os mesmos os Conquistadores, e conquistados; nós temos porem decisão positiva, e pela qual devemos estar: as Leys, que tem havido sobre este objecto claramente nos instruem, que tanto esta parte da Conquista, não se achava augmentada; que ella se via no numero dos individuos muito decandente daquelle estado, em que tinha vindo á nossa sujeição.

§ 141º

As mesmas Leis nos dão tambem a conhecer, pelo que respeita a esta parte da Conquista, a rasão, ou o vicio, que na combinação, que acabamos de fazer, tomando a cada huma das Povoações sobre si, concedemos ter havido; e de tal sorte nos prescrevem os meios, para o podermos delles apartar, que nós veriamos como de novo crescer o numero dos individuos, e florecerem as Povoações, se na execução das mesmas Leys aparecesse a actividade, a prudencia, a probidade, o zelo, e desinteresse, que ellas requerem, e que nestes nossos felizes tempos encontrando-se com frequencia nos Governadores, muito raras vezes se achão nos Directores, e Vigarios das mesmas Povoações.

§ 142º

Passemos á parte da Collonia:

Malograda a boa disposição, que temos ponder... facil-
dade desta Capitania na preciosidade, abundanci...

dade dos seus generos ; em muitas, e largas estradas, que se vião abertas nos grandes Rios, para com facilidade, que permitte a navegação penetrar-se o Paiz, conquistarem-se as Nações Silvestres, servindo-se delles os conquistadores na mesma navegação na acquisição, e condução dos generos, malogrados, digo, todas estas vantagens, achava-se a sua Povoação, e Cultura em tal estado, que apenas se podia comparar ás Capitanias do Espirito Santo, Porto seguro, e Ilheos.

§ 143º

A Capitania do Pará, ainda que foi descoberta pelo interior do Paiz, e conquistada com os auxilios das Capitanias do Brazil, tinha-se posto dellas em total separação, communicando-se só com a Metropole.

Nestas circunstancias he evidente que esta parte da Collonia, pelo que respeita á Povoação, não podia ter augmento, sem que este proviesse ou directamente da Metropole, ou da alliança com a parte da Conquista: não tendo pois sido consideravel, como he notorio, a concorrencia da Metropole ; tambem não poderião ser os Cazamentos com a parte da Conquista, unico meio desta alliança ; e muito mais quando se sabe, que a parte da Collonia viu sempre com tal desprezo a da Conquista, que toda a mistura, em que com ella ultimamente se pôz nasceu nos primeiros tempos culpavelmente do acaso e sem as bençõs do Matrimonio.

§ 144º

Do pouco progresso, que acabamos de mostrar na parte da Collonia, e da decadencia em que as Leis nos confirmão a parte da Conquista, teriamos agora por infalivel consequencia: que a Cultura desta Capitania não faria grandes avanços. Esta conclusão, posto que seja verdadeira, não chega a dar huma justa idea do miseravel estado da cultura.

Vejamos o conhecermos ainda mais miseravel unamos estas com mais, que vimos separadas, e formalizemos o Corpo da curados na em todas as suas obras lhe servio sempre de nossa sugeiç

§ 145º

Nos principios desta Capitania, emquanto os seus Conquistadores, e povoadores conservão-se as ideas que tinhão adquerido na Cultura das Capitanias do Brazil, não só fasiam lavouras dos generos comestiveis, mas levantarão engenhos de assucar, e chegarão a ter neste effeito mais do necessario para a sua subsistencia ; tanto porém que faltou a Concorrencia das ditas Capitanias, obscurecendo-se as ideas com que tinhão principiado familiarisarão-se com as dos Indios, adoptarão os seus costumes, e reduzirão-se a viver quasi a maneira dos mesmos Indios.

A Caça, e a pesca, fez o principal da sua subsistencia, e os effeitos da Cultura entravão nella como accessorio.

§ 146º

Alem de ser a Caça contigente, e fazer-se cada dia mais custosa; porque se vai cada dia affugentando e extinguindo. [1] Alem de ser tambem a pesca contigente pelas mesmas rasões ; e por muitos outros acontecimentos, que resultão da inconstancia do tempo ella he nesta Capitania muitas vezes infructuosa, entretendo inutilmente o tempo como de ordinario a fazem á cauna, á flexa, á fisga, e com outros similhantes inventos, sendo certo, que feita com mais industria pode constituir hum ramo de Commercio. [2] Applicados os habitantes destas Capitanias a estes exercicios já quasi por costumes incitados pelo recreio, que nelles achão nos dias de fortuna, antes sequerião expor a todas as con-

[1] Isto he tão evidente, que hum dos signaes para em qualquer Sertão se conhecer que habitão Noções silvestres, he a falta que se encontra da Caça tanto quadrupede, como volatis, e ainda mesmo dos insectos, porque tudo devorão e de tudo se mantem.

[2] A pesca das Tartarugas he a mais proveitosa, ella faz a nutrição dos habitantes das margens do Rio Negro, e dos outros Rios, em que ha dellas abundancia. Os Indios as peseão ou Cação estando occultos nas prayas até que ellas saião d'agoa, e venhão a pôr em covas, que fazem na area, os seus ovos ; então correm a ellas e a toda a pressa as vão pondo immoveis, virando-as com o Casco superior para baixo, isto, a que os Indios chamão viração, he perigoso fazer-se ; porque as extremidades dos Cascos na carreira, com que forçam as Tartarugas, se tocão as pernas ou as mãos, dão golpes sertos, o que evitão facilmente os Indios virando-as com os remos das Canoas, que são acco-

tingencias, e remedialas com o uso das raizes, e fructos silvestres, do que segurar pelo trabalho da Cultura huma milhor subsistencia. Ex aqui neste barbaro modo de subsistir, nova razão para conhecermos ainda mais atrazados os avanços da Cultura.

§ 147º

Os generos, e drogas que a natureza liberalmente produz nos Sertões desta Capitania sem os auxilios da industria, sendo huma das suas mais consideraveis vantagens, forão tambem no modo, com que se adquirirão outra nova rasão para nos confirmarmos no mesmo conhecimento.

A Canoas, que fazião a extração ou Commercio destas admiraveis producções sahião quasi todas da Capital servidas, e navegadas por Indios, os unicos capazes deste trabalho, tanto pela esperiencia, que tinhão da navegação como pelo conhecimento das matas dos mesmos generos, e lugares, em que elles se produzião. Estas Canoas, ou hião logo providas do mantimentos necessarios, ou delles se provião em algumas Povoações de Indios a troco de quinquilharias, e outras mercadorias de pouco vallor, e algumas inuteis e prejudiciaes, como o Tabaco, e as agoas-ardentes. O mesmo equivalente recebião tambem os Indios, que não erão escravos pelo trabalho desta extracção, ou por aquella porção de generos, que lhes vinha a pertencer, segundo os ajustes com a parte da Collonia, por quem se fazia este Commercio. Indo as Canoas providas do necessario, e afflançadas tambem na Caça e na pesca, passavão sem tomar os portos de muitas Povoações, humas vezes por não precizarem dos seus generos, outras por lhes ser defendido pelos Missionarios. Feita á estracção, em que se gastava grande parte do anno, erão os generos conduzidos á Capital, e nella guardados até se exportarem a Metropole.

§ 148º

Do que acabamos de expor vê-se que a acquisição dos generos, e drogas do Sertão era toda feita com o trabalho da parte da Conquista, e só dirigida pela parte da Collonia.

Vê-se que o equivalente, tanto deste trabalho, como dos poucos effeitos comestiveis da Cultura pertencente á parte da Conquista, era insignificante. Ve-se que ainda deste insignificante equivalente não se aproveitarão aquellas Povoações, a que não aportavão as Canoas.

Vê-se ultimamente, que na mesma acquisição se consumia grande parte do anno, e que os generos adquiridos não tinhão consumo na Capitania, e erão exportados a Metropole.

§ 149º

Não entrando pois nesta acquisição mais do que as partes já existentes da Conquista, e Colonia, nem tendo as Canoas necessidade de aportar a todas as Povoações, e consumir os effeitos da sua cultura, segue-se que por influxo desta acquisição nunca se levantarião novas Povoações; nem haverião todas, as que não fossem como ponderamos, outros os principios dos seus estabelecimentos. Ex aqui outra nova rasão para conhecermos, como na causa, retardados os avanços da Cultura.

§ 150º

Consumindo-se na mesma acquisição dos generos grande parte do anno, não tendo elles consumo nesta Capitania, e sendo exportados á Metropole; segue-se que a Cultura perdia todo o tempo, que se empregava na ditta acquisição, e que esta acquisição só poderia nella influir com o equivalente dos generos, e do tempo que consumia.

Sendo pois o equivalente que recebia a parte da Conquista, tanto do tempo, como dos generos que adquiria e cultivava, não

---

modados a isso, por terem a figura das pás de tirar a terra com a superficie da parte larga plana por huma e outra face.

Postas assim immoveis as Tartarugas as conduzem depois com muito socego ás Canoas, e nellas as levão para as suas Povoações, onde as conservão em curraes, em quanto as vão comendo.

As Tartarugas não chocão os seus ovos; depois de os cobrirem com arêa, os deixão. He admiravel ver como esta criação se explica com o calor do Sol, e como estando em estado perfeito rompe a arêa que a cobre, e vai logo como a fugir metter-se n'agoa.

Os Indios se utilisão tambem os ovos e fazem delles manteiga, que serve de condimento ás suas iguarias, e do azeite com que se alumião.

só insignificante, mais muitas vezes inutil, e prejudicial, segue-se que nem ella tirava deste equivalente a sua subsistencia, nem elle lhe dava forças para poder augmentar a Cultura, mas antes as diminuia com o tempo que se perdia. Ora se ajuntassemos tambem que a parte da Conquista era a mais numerosa nesta Capitania, que novas rasões não se acharião para conhecermos os poucos avanços, que teria feito a Cultura?

§ 151°

A parte da Conquista, tanto neste Commercio do Sertão, como em todas as outras applicações, houve sempre nesta Capitania a maneira daquellas machinas, que paradas, ainda que não utilisão, conservão-se mas tanto que se põe em movimento ellas vão a arruinar-se, e nada do que laborão lhes pertence.

A parte da Colonia parece seria aquelle que se aproveitaria na ruina da parte da Conquista, e que ainda que não se adiantasse na Povoação, se adiantaria nos haveres. Esta inferencia não se verificou em geral, porque a maior parte dos seus individuos com os costumes dos Indios participava tambem da mesma sorte; porem ella foi evidente nos que tiverão a administração temporal dos Indios, ou o seu dominio, que era o mesmo.

§ 152°

De quanto temos ditto da Povoação, e Cultura desta Capitania, ve-se concludentemente que nella a concorrencia dos habitantes de fora era muito pouco consideravel; que o consumo dos generos comestiveis não só era restricto á subsistencia, mas que dentro destes estreitos limites, se achava ainda muito mais restricto, na causa pelo diverso modo de subsistir, nos effeitos, pelo insignificante equivalente do trabalho, e dos generos extrahidos, e cultivados.

Sendo estes os principios do augmento da Povoação, e Cultura, e não havendo pela separação, em que esta Capitania estava das outras, nem concorrencia de habitantes consideravel, nem consumo significante do superfluo da substancia, como era necessario para que tanto na Povoação como na Cultura houvesse augmento, fica evidente que na mesma Capitania se verificava o principio estabelecido, que sem huma reciproca Communicação e Commercio com as Capitanias da Marinha de sertos limites e que dentro dos mesmos limites não serião tambem Povoadas.

CAPITULO 15

Em que se mostra, como na Capitania do Pará se verefica, depois da extinção do Cativeiro dos indios, e mais se podem verificar os principios estabelecidos; e como he interessante á mesma Capitania a execução do projecto.

§ 153°

No estado, que acabamos de mostrar, se achava a Capitania do Pará, athe á feliz epoca da sua restauração; athe o Alvará, com força de Ley de sette de Junho de 1755, que veio abolir a administração temporal, que tinhão os Regulares nas Povoações dos Indios, ou para milhor dizermos, que veio tirar das mãos dos mesmos Regulares a principal parte do governo de toda a Capitania; porque sendo os Indios, como temos ditto os unicos braços deste Corpo, todas as suas operações pendião do concurso dos Regulares, que os dirigião, e que com mil affectados pretextos illudião a cada instante as ordens do Governador, apartando os Indios de tudo, o que se oppunha aos seus illicitos e particulares interesses.

§ 154°

Sem esta providencia nenhum effeito teria a declaração que se fez da liberdade dos Indios, pela qual com simulado zello chamavão os Regulares; não a fim de procurarem, como Membros do Estado, as utilidades, que della se seguirião; mas só a fim de sujeitarem tambem á sua administração aquella parte dos Indios, que nella se achava desmembrada, e dominada pela parte da Collonia; persuadidos de que este era o meio, de mais promoverem os seus ambiciosos interesses, e de conservalla com diverso titulo na mais rigorosa escravidão. Assim manifestarão as declarações, as praticas, e sugestões, que contra a referida decla-

ração da liberdade dos Indios fizerão os mesmos Regulares entre o resto da Collonia, logo que acabarão de conhecer, que estes não ficavão na condição pertendida.

§ 155º

São bem dignas de reflexão as acertadas medidas, com que esta Ley foi executada no meio de hum povo, que os Regulares, ainda dos lugares mais sagrados tinhão excitado, e movido, para verem della nascer a figura, que levantavão eminente, da mais triste e mais lastimosa pobresa sertos pelo que com elles tinha em outros tempos acontecido de que nenhum fantasma era mais capaz de espantado, e metter em desordens.

§ 156º

A notoria falta de humanidade, com que na nossa America são tratados os escravos, cria nelles huma tal aversão aos Senhores, que muitas vezes se termina em horrorosos assascinos. He bem raro hum delicto destes, que não seja concebido na mesma causa. Desta aversão nasceu tambem a repugnancia, com os Indios, que até aquelle tempo tinhão supportado o pesado jugo do Cativeiro, se accomodavão a servir aquelles, dos quaes acabavam de ser escravos. Elles querião plenamente gozar do ocio, de que são amigos; e sendo compelidos a servir, uns para logo desertavão, e outros subtrahindo-se ao trabalho, davão occasião a serem reprehendidos, e admoestados por aquelles que tinhão de lhes pagar os Jornaes. Destas admoestações, e reprehensões, feitas commummente com o tyrano ar, que a parte da Collonia conservava ainda de senhora, se originavão as queixas, com que os Indios hião continuadamente aos Governadores.

§ 157º

Sendo difficultoso alcançar a verdade em factos domesticos, que não podem ser attestados por pessoas imparciaes, não podião as decisões das referidas queixas serem sempre as mais ajustadas; mas ou justas, ou injustas ellas produzião alguns máos effeitos.

Produzião nos Indios a facilidade de se subtrahirem ao trabalho, o orgulho com que respondião, quando eram increpados e as ameaças, que fazião com o recurso aos Governadores; não conhecendo estes miseraveis, que ainda que elles merecessem huma especial protecção, nunca a poderia merecer a sua ociosiadde, e muito mais quando não faltavão exemplos da justica, com que delles alguns tinhão sido punidos. Produzião na parte da Collonia, que era a que lhes pagava os Jornaes, precipitarem-se alguns, com o orgulho dos Indios a delictos, que terião talvez principiado justas, e necessarias advertencias; e a fugirem outros ainda mais orgulhosos de se aproveitarem do trabalho dos mesmos Indios, antepondo aos seus interesses o pondunor de não soffrerem as reprehensões dos Governadores, a que elles chamão descortezias, e ás quaes se sugeitarião pelas queixas dos Indios.

§ 158º

Quem não ve que nestes, e outros abusos, e desordens tinha maior parte a ignorancia dos Indios, e o máo animo, com que a parte da Collonia via a declaração da liberdade, do que as decisões dos Governadores, as quaes não erão tão irregulares, que não tivessem por objecto hum fim virtuozo, e politico; tal era, deffender, levantar, e favorecer aos miseraveis Indios opprimidos, tyrannisados, e abatidos; para segundo o espirito da mesma declaração, promover com a sua elevação os interesses do Estado; fim que a parte da Collonia não podia ver tão cega como ella estava de sua ambição e costumada a tratar sempre aos Indios, como se forão feitos de uma rija e nova massa, a qual podia soffrer todos os tratos mais violentos sem estalar, ou gemer.

§ 159º

Quando da liberdade restituida aos Indios não se seguissem outras vantagens, nas circumstancias do poder ficar a parte da Collonia, utilisando-se do trabalho dos Indios por hum equivalente tão insignificante, como erão quatro centos reis por mez, os quaes apenas poderião chegar para se vestirem os Indios do algodão tecido no mesmo Paiz; foi esta restituição huma admiravel providencia, para que a parte dos Indios destinada a este

serviço fosse tratada com mais humanidade, e tirasse do seu trabalho o necessario fisico á sua subsistencia, o qual como por via de regra impia, e tyranamente lhes faltava, emquanto não erão escravos.

§ 160º

Com esta pratica entre nós desusada, principiamos a ver promover-se os interesses do Estado, provendo-se a felicidade dos Indios. E na verdade nós não tinhamos achado na nossa America o Imperio de Montezuma, os Reinos de Mocoacam dos Incas, e nem Religião nem das Leis, nem dos costumes, nem das forças sempre desunidas dos nossos Indios poderiamos recear affectos, que os movessem a huma formal opposição, ou poder que a substentasse para assim nos justificarmos do abatimento, em que os tinhamos posto. Principiamos a apartar-nos das vulgares maximas com que a politica trata as Conquistas; e a procurarmos fazer Cidadãos d'aquelles que até alli tinhão sido considerados no Canto da Plebe denominada, e invilicida.

§ 161º

O Directorio, que no anno de 1758, foi mandado observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão, he huma evidente prova do que acabamos de dizer; e nos teriamos delle ainda as mais infortunadas consequancias na felecidade dos Indios, e interesses do Estado, se a falta que já consideramos nos Directores, não detivesse os seus progressos. A jurisdicção directiva unica que compete aos Directores, tem passado a Coactiva: os Indios só no nome conservão o govêrno temporal das suas Povoações a sua simplicidade ve-se continuadamente invadida, e perplexa com as pretenções, com que os Parochos e Directores querem transgredir os limites dos seus ministerios; de sorte que ou entre estes rivaes hade aparecer huma indigna condescendencia em prejuizo dos interesses dos Indios, ou se hade ver huma opposição escondaloza, perturbadora dos Governadores, que a deixão muitas vezes impunida pela falta que expirimentão de sujeitos habeis, para exercerem os referidos ministerios.

§ 162º

Promovida a parte da Conquista vio-se tambem promover a parte da Collonia de huma maneira bem accomodada ao seu genio costumado até então a dominar, e persuadido que a escravidão influia na Cultura. Erigio-se a Companhia Geral do Commercio de todo o Estado, para que podesse introduzir nelle os escravos de Africa, vendellos a credito e receber o preço em generos do Paiz: o que não se poderia esperar, posto este Commercio em liberdade, tanto pela divisão do seu Capital, como porque preferindo-se nelle os interesses particulares aos do Estado procuraria cada hum dos Commerciantes augmentar a parte que tivesse no mesmo Capital, de que muitos serião meros Commissarios; e não se sujeitarião a conservalla por largo tempo como tem feito a Companhia parada em mãos alheas, e exposta a mil contigencias.

§ 163º

As utilidades que desta providente obra se tem seguido, são bem manifestas. A povoação tem crescido tanto com a introducção dos escravos, como com a concurrencia de habitantes promovida da Metropole.

O consumo que nesta Capitania se faz hoje dos generos commestiveis cultivados, he dobrado: e elles faltarião ao menos a metade, assim como acontece a respeito dos gados, se pela ametade não se tivesse tambem augmentado a Cultura.

§ 164º

Parecerá com tudo menos racional este calculo vendo-se que a exportação annual, que faz a Metropole, do Cacáo desta Capitania, montava em outro tempo a settenta e oittenta mil arrobas, e que podia descer esta exportação, sem se diminuir a Cultura, bastará saber-se que ainda que este genero tambem se cultiva, quasi todo o que se exporta, he estrahido das mattos, onde como já dissemos, a natureza liberalmente o produz.

Antes de descer a exportação, milhor se poderia suppor, augmentada a cultura, ou no mesmo genero, ou em outro;

porque se poderião empregar os indeviduos, que faltassem á extracção sendo porem esta a causa da decadencia da exportação, não he a do augmento da cultura.

§ 165º

A extracção do Cacáo e outros generos he toda feita com Indios, como tambem já dissemos. Os Indios, segundo o § 15 do Regimento das Missões, o § 63 do directorio, deve-se dividir em duas partes: huma para se conservar nas Povoações occupar-se no serviço da fazenda Real, e de defesa do Estado: outra para se distribuir aos Moradores, que della se servião, na cultura do Paiz, e na extracção dos ditos generos; faltando pois a applicação que se faria desta segunda parte pela diversão, que della se tem feito para as obras da Cidade, do Macapá, expedições do Rio Negro, Mato Grosso, Cortes de Madeiras, e muitos outros objectos, que se tem multiplicado com as juncções do Governo, que admiração pode causar, que falte a exportação pela ametade, e que não seja esta a causa do augmento da Cultura?

§ 166º

He á introducção dos escravos que se deve o grande augmento que tem tido esta Capitania na Cultura dos generos comestiveis, elles não só chegão para sustentar a parte da Povoação, que tem crescido com a mesma introducção, e com a concurrencia da Metropole; mas para sustentar a parte dos Indios tirada das suas Povoações, e occupada nos referidos objectos do Governo. Augmento que se fará ainda todo o que tem tido a Povoação menos costumada a viver da Caça, e da pesca procura alimentar se dos generos cultivados; e a quem souber tambem que destes mesmos subsidios da caça, e da pesca não se podem utilizar os Indios occupados nos referidos objectos do Governo, como farião empregados na extracção dos generos.

§ 167º

Ultimamente do que temos ponderado, conhecemos agora, qual seja a razão, porque á proporção das respectivas faculdades,

he maior a exportação, que a Metropole está fazendo dos generos cultivados no Pará. O Maranhão pode-se dizer, que só tem augmentado a sua Povoação com a introducção dos escravos: o Pará a tem augmentado com os mesmos escravos e com a numerosa concorrencia de habitantes da Metropole, a qual he sustentada pelo trabalho dos ditos escravos; e sendo com o mesmo trabalho sustentada tambem em grande parte a multidão de Indios que apartada da Cultura, he evidente que será no Pará maior o consumo dos generos cultivados, do que no Maranhão, e que pode a proporção ser no Maranhão maior a quantidade do superfluo, que he o que se exporta, do que no Pará sem nos persuadirmos pela exportação, que o Maranhão tem feito maiores progressos na Cultura, do que tem feito o Pará.

§ 168º

Em todo este Estado se tem augmentado a Cultura; não só nos seus effeitos, como temos mostrado, mas na disposição de os procurar, quero dizer no genio para a mesma cultura. Os habitantes que se vião obrigados á satisfação dos escravos, que recebem a credito, apartarão de si a sua antiga occiosidade, e difficultosamente se encontra hoje hum só, que nestas circumstancias se não tenha tornado um incansavel agricultor. Este he sem duvida outro effeito bem admiravel da providente obra da Companhia. Effeito que se comprova com a pessima occiosidade daquelles, que não são considerados pela mesma Companhia, dos quaes huns vivem errantes sem serta ubicação, outros aggregando-se as honestas familias, e importantes ao Estado, lhes servem quasi sempre de pezo, e descredito; e muitos em fim tendo apenas levantado huma chossa de palha em que algumas vezes se metem e a que dão o nome de Caza, são reputados agricultores sem que o Estado perceba os fructos das Lavouras.

§ 169º

Hum Mappa Geographico, Civil, e economico do todo este Estado, no qual não só se notassem distinctamente todas as Povoações e moradias; mas se descrevesse com exactidão o nu-

mero e condição de cada hum dos habitantes, as suas occupações, e faculdades, tanto naturaes como adquiridas seria huma boa prova do que acabamos de dizer; e se os Governadores ornassem com similhantes taboas os seus Gabinetes, não para huma simples instrucção, mas para irem nellas notando, o que de novo accressese ou faltasse, combinando a cada instante, não só em todo este Corpo; mas em cada huma das partes, que o compõe, as forças preteritas com com as presentes, ainda vendo-as muitas vezes augmentadas no todo, elles não se persuadirião ter satisfeito ao seu officio, em quanto não vissem, que todas as referidas partes tinhão á proporção concorrido para este augmento; elles se orrorisarião de ver o grande campo, que aparecia vazio com a perda de hum diligente, e abundante agricultor; e ao mesmo tempo se constristariam tambem de ver que presistião neste corpo ameaçando maior ruina as aberturas ueq elles tinhão a seu cargo encher como material dos occiosos.

§ 170º

Para mais promover-se tanto a parte da Conquista, como da Collonia, passou-se a estabelecer novas Povoações; taes são as do Rio Negro, o da parte do Norte. Tendo-se com todas as referidas providencias augmentado, como temos dito, a Povoação, e Cultura desta Capitania poderemos por ventura esperar que ella faça iguaes progressos ao Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, e Maranhão pela parte de Leste?

Poderia acontecer, se a concurrencia dos habitantes da Metropole, e introducção dos escravos da Africa fosse igualmente continua, e numerosa; sendo porem impraticavel esta continuação, para a qual he preciso forcejar; nunca esta Capitania se poderá considerar em igual disposição em quanto, alem do immediato concurso da Metropole, ella por si mesma voluntaria e insensivelmente não augmentar a sua Povoação, e Cultura; porque de outra maneira tanto que cessar a concorrencia da Metropole, e se diminuir a introdução dos escravos, he evidente que não se deterão os progressos da Povoação e Cultura; mas que descerão do estado em que estiverem.

Só restaria para sustentallos a propagação. E em que parte nascente da nossa America não foi sempre maior a concorrencia do que a propagação?

Os fructos humanos são tardios, e serião necessarios quinze e dezasseis annos para que elles principiassem a encher os vazios, que em tolo esse tempo tivessem feito os estragos da morte. A fecundidade, e benignidade do Paiz admittem nesta parte o Calculo mais favoravel; mas como poderia elle sahir vantajoso sem se promoverem os casamentos, tanto da parte da Collonia, dominante como dominada!

§ 171º

Esta disposição, que temos e que falta em toda esta Capitania, falta tambem nas suas partes, ou novas Povoações. Cessando nellas o immediato concurso da Capital, veremos pararem e mesmo diminuirem-se os seus progressos: Principalmente naquellas que ficarem mais remotas: porque produzindo-se nellas os mesmos generos que se produzem no resto da Capitania, pelos principios que temos estabelecido, e demonstrado, os seus habitantes a despovoarião insensivelmente, que virião fazer as mesmas Lavouras mais proximas a Capital, para que sendo menor a distancia e despesa das conducções dos generos, podessem delles tirar, maiores interesses.

§ 172º

E qual será pois esta feliz disposição, em que voluntaria, e insensivelmente se possa augmentar a Povoação e Cultura desta Capitania, que não seja a que já fica demonstrada a respeito das outras Capitanias? Estabelecer uma reciproca dependencia, e Communicação com as Capitanias do interior; só nesta disposição o Pará augmentará a sua Povoação e Cultura pelo que respeita a parte da Collonia, não só com as suas proprias faculdades, quero dizer, com a concorrencia da Metropole, com a introducção dos escravos, e com a propagação, que de huma e outra resultar; mas tambem com as faculdades alheias, com a

concorrencia dos habitantes, que a si a trahirá das outras Capitanias, e com o influxo dos generos, em que entre si commerciarem.

§ 173º

A Communicação que vemos estabelecida com o Mato-Grosso tendo a este fim, ella he importantissima; mas della não tirará o Pará todas as vantagens, emquanto todas as mercadorias da Metropole, que se consomem no Mato Grosso, não forem expor tadas do Pará. A communicação com Goiaz pelo Rio Tocantins por onde houve já quem descesse, contribuirá ao mesmo fim; e esta communicação não será menos vantajosa que a primeira: porque se pode fazer em menos tempo; e porque abrirá o caminho a novos descobrimentos. Por ambas estas vias descerá ao Pará o ouro das Minas, a troco das mercadorias da Metropole, dos pannos de algodão, assim dos que se fizerem no Pará como dos que actualmente se fazem no Maranhão.

As povoações de Indios postas á borda dos respectivos Rios, virão com mais facilidade á nossa sugeição.

Ellas, e toda a Capitania receberão os influxos do ouro na Povoação, e Cultura.

§ 174º

Sendo porem serto, que o ouro tanto influe na Povoação, e Cultura, quanto se detem girando pelo corpo que o anima, e promove: elle não poderá influir do mesmo modo, se passar sem demora ás outras Capitania; passagem que será mais ou menos rapida, conforme a naturesa do equivalente; e se for em generos da primeira necessidade, será sobre todas a mais violenta, e instantanea.

Consideremos agora a todas as Capitanias relativamente a Metropole: se nós nos persuadirmos que só no ouro consistem as pertenções que nellas tem a Metropole, acharemos ser indifferente a sua extracção por esta, ou aquellas Capitanias; e que quanto mais rapidamente chegar o ouro á Metropole, mais se adiantarão os seus interesses; mas se nos persuadirmos, como devemos que as pertenções da Metropole não se restringem só ao ouro; e que ellas interessa muito em que se promova a Povoação,

e Cultura do Pará, tanto pela situação desta Capitania, como pela especialidade das suas producções, acharemos tambem que a instantanea passagem do ouro, por esta Capitania, he prejudicial aos progressos da sua Povoação, e Cultura, e que esto damno, e prejuizo não se repara tornando da Metropole ao Pará o ouro, que lhe tirarão as outras Capitanias, se a mesma Metropole o tem outra vez de receber pelas dittas Capitanias; porque he evidente que nesse circulo o ouro não se detem no Pará, onde não pode influir sem demora; e que o Pará perde todos os influxos, que receberia do ouro, se o tempo que gira por outras Capitanias, vai a Metropole e torna ao Pará se detivesse girando pela mesma Capitania, até sahir directamente para a Metropole.

§ 175º

Isto he o que está ha tres annos acontecendo no Pará com a passagem que pelo equivalente das Carnes secas está fazendo o ouro por mãos dos Commerciantes da Bahia, Pernambuco, e Rio de Janeiro para as dittas Capitanias pelos portos de Parnahiba e Siará, dionde não pode tornar ao Pará.

Virão-se sahir há dois annos borrachas de ouro no mesmo estado, em que tinhão descido do Mato-Grosso.

E para influxo recebeu deste ouro a Capitania do Pará?

O mesmo que recebe de quasi vinte cinco contos de reis, que tem por este Commercio extrahido della as referidas Capitanias. E esta he toda a força da rasão, que no principio do Capitulo 6º discemos ser attendido para a execução do Projecto.

§ 176º

Sendo pois por quanto fica dito, e demonstrado, necessario estabelecer nesta Capitania communicações pelo interior com as outras Capitanias, e insensivelmente floreça trazendo a si das ditas Capitanias não só a concorrencia de habitantes, mas tambem o ouro.

Sendo necessario applicar os meios que evitem a instantanea passigem do ouro pelo equivalente dos generos da primeira necessidade como são as Carnes secas.

E sendo tambem a execuação do Projecto não só o meio de estabelecer com manutenções desta Capitanias com todos as que a cercão do Sul para Leste, mas sendo a dita execução como já dissemos no §... o mesmo estabelecimento da creação do dito genero, fica tambem demonstrada a necessidade, que ha da execução do Projecto.

§ 177º

Equando este Projecto nós virmos principiar a girar da Capital para os Sertões a troco da parte dos gados necessaria para a sua subsistencia, o dinheiro e o ouro, que nella entrar; e o virmos descer outra vez para a mesma Capital por equivalente das mercadorias da Metropoles, com giros intrinsecos, e influindo na Povoação, e Cultura: quando a troco do superfluo dos mesmos gados; que como discemos no § 29 terão a extracção commua com a Freguezia de Pastos Bons para o Porto da Parnaiba, virmos entrar tambem nesta Capitania o dinheiro da Bahia, e Rio de Janeiro, utilisar-se com este equivalente a Metropole, que não exporta o referido genero.

Quando virmos tambem concorrerem para esta Capitania, como ponderamos no § 172 os habitantes das outras Capitanias: facilitar-se por ellas a communicação com Goiaz pelo Rio Tocantins: augmentar-se a Conquista das Nações Silvestres. Quando em fim virmos a esta Capitania, como ligada, e unida pelo interior ás Capitanias do Maranhão, Piauhi, e Goiaz, servindo-se, e utilisando-se pela communicação, e Commercio das forças das Capitanias do Brazil, das quaes existe em total separação; veremos tambem, que por nenhum outro estabelecimento poderia esta Capitania ao mesmo tempo unir todos os fins ponderados; e que com todas as referidas vantagens se verifica nella o principio, no qual estabelecemos — Que as Capitanias, e Povoações do interior do Paiz, sendo dependentes das Capitanias da Marinha, e tendo com ellas communicação, concorrem para o augmento tanto intensivo, como extensivo da Povoação, Cultura, e Commercio das Capitanias da Marinha — assim como, faltando as referidas vantagens temos até agora visto verificar-se tambem nella o principio contrario.

Copiei este manuscrito do original que se achava na Secretaria de Estado dos Negocios Ultramarinos; e por isso não he vulgar; e deve unir-se ao Manuscrito tambem raro, numero 120 — Jornada do Maranhão.— Não consta quem he o auctor deste Projecto.

Está copiado bem e exactamente.

Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa de Padre das Terceira ordem em o primeiro de Septembro de 1800.

Frei Vicente Salgado.— Ex Geral e Chronista da congregação da Terceira ordem.

Copiado do Volume numero 141. Gabin 5º E. 9ª do Archivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

ANEXO 2

Fotos de um roteiro particular:

Apresentaremos,a seguir,algumas das fotografias que produzimos entre 2002 e 2006, nas viagens ao norte do Brasil que fizemos em função de nossa pesquisa.
Algumas fotos tem um caráter lúdico,
que também esteve presente na elaboração deste trabalho.
A seleção foi feita à partir de temas correlatos à tese...

Embarcações

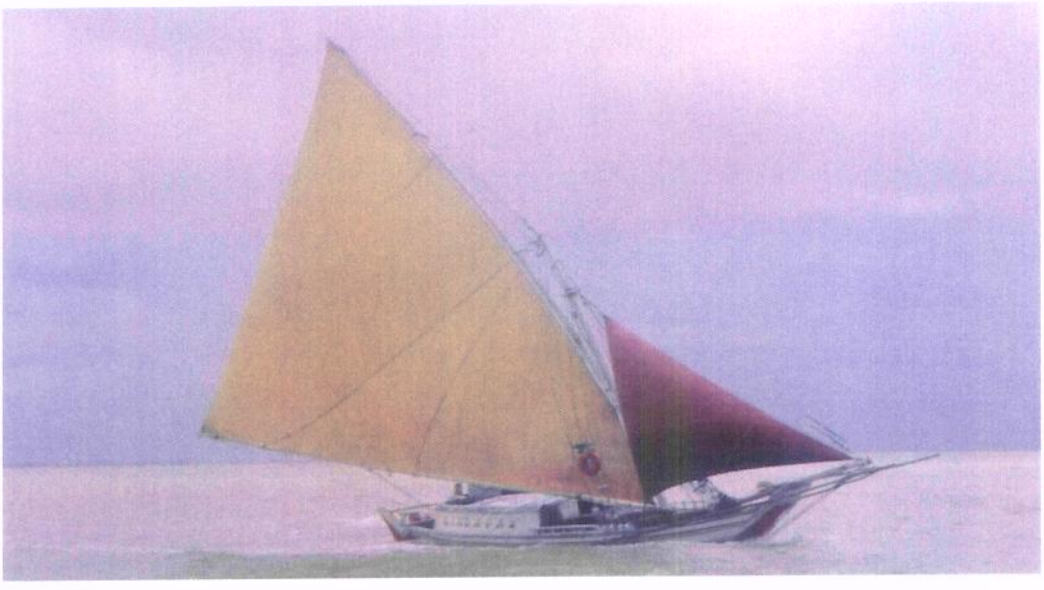


Foto 1 – Saveiro à Vela: Bahia de São Marcos, Maranhão



Foto 2 - Igarité no rio Preguiças (ao fundo – mata característica dos rios do Maranhão)

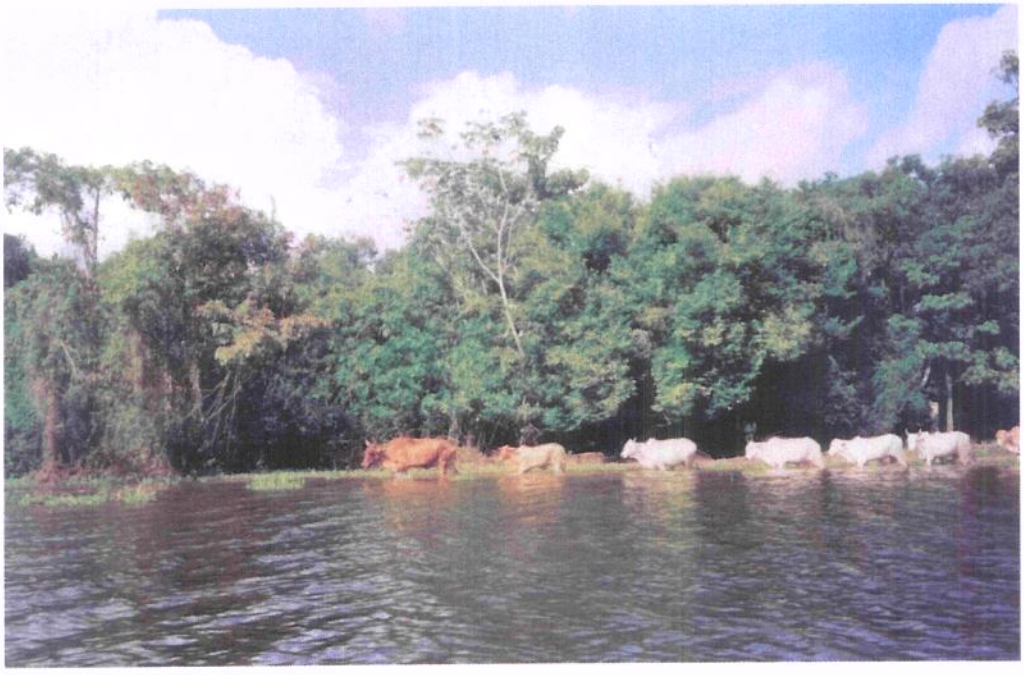


Foto 3 - Bois na Amazônia, comendo o capim que se forma com a baixa dos rios. Lagoa do rio amazonas - próxima a Santarém- Pará.



Foto 4 - Mata de Igapó, durante a cheia do Rio Negro. (Novo Airão - Amazonas)

Cachoeiras e Águas Calmas



Foto 5 – Cachoeira amazônica - Presidente Figueiredo - Amazonas

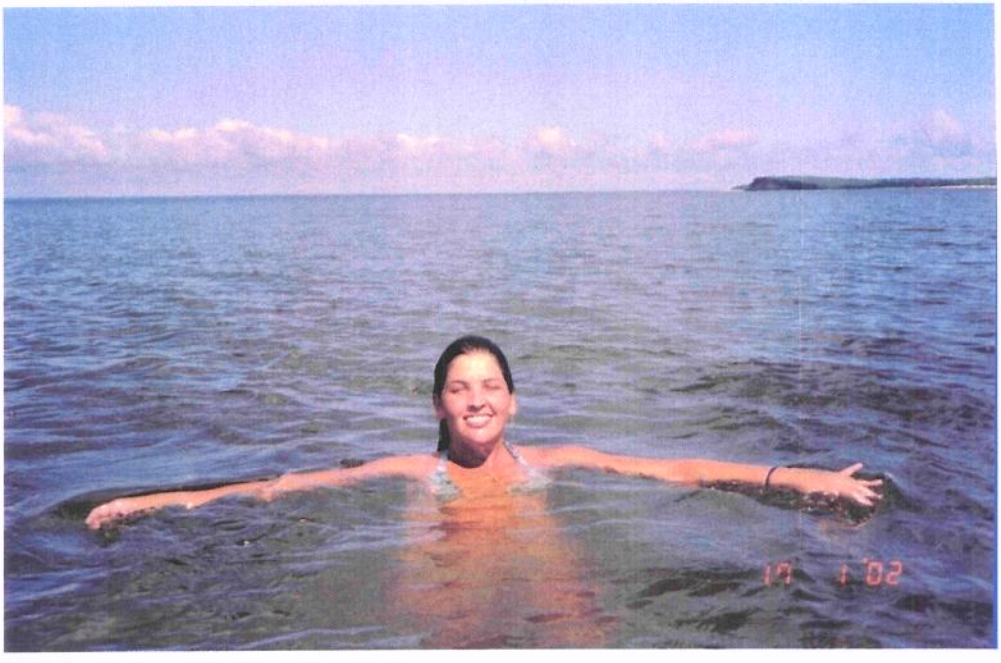


Foto 6 - Banho – Rio Tapajós - Pará



Foto 7 – Toyota Pau-de-Arara : meio de transporte no sertão contemporâneo (Trajeto entre Maranhão e Piauí.)

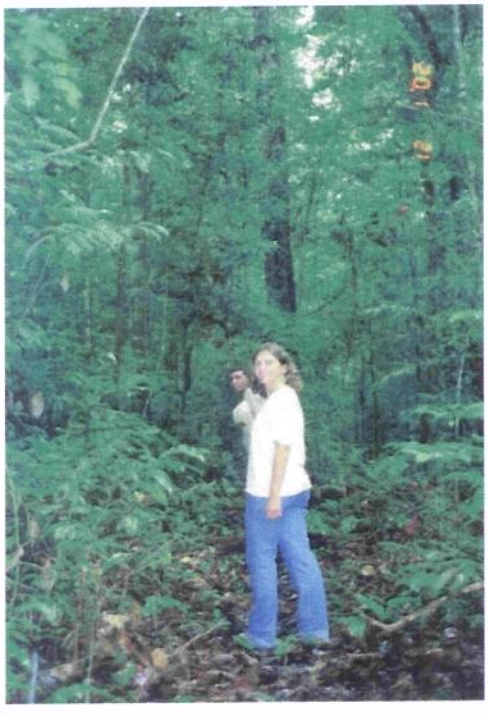


Foto 8 - Caminhada na floresta Nacional do Tapajós (Pará)

Foto 9: Ruínas em Alcântara (MA)

